



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Luciano da Rosa Muñoz

**Intelectuais, militares, diplomatas: uma genealogia da
autonomia no Brasil (1946-1974)**

Brasília, 2019

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Luciano da Rosa Muñoz

**Intelectuais, militares, diplomatas: uma genealogia da
autonomia no Brasil (1946-1974)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional e Comparada

Orientador: Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França

Brasília, 2019

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Intelectuais, militares, diplomatas: uma genealogia da autonomia no Brasil (1946-1974)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Brasília, 23 de maio de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França (Orientador – IREL/UnB)

Prof. Dr. Alcides Costa Vaz (IREL/UnB)

Prof. Dr. Fidel Irving Pérez Flores (IREL/UnB)

Prof. Dr. Victor Coutinho Lage (UFBA)

Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes (Suplente – IREL/UnB)

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo suporte emocional e financeiro;

À minha namorada Fabíola, pela presença de amor, carinho e atenção;

Ao meu amigo Raphael, pelos muitos momentos de escuta compreensiva;

Ao meu orientador Prof. Daniel Jatobá, pelos valiosos conselhos e indicações;

Aos professores Pio Penna Filho e Fidel Flores, pelas sugestões e críticas;

Ao Prof. Rob Walker, pelas lições ministradas na PUC-Rio;

A meus amigos mortos, pensadores e escritores, com os quais dialoguei através dos livros por dias a fio.

“MENIPO – Pues así, amigo, son todos los coristas que hay sobre la tierra, y de semejante carencia de armonía está hecha la vida de los hombres: no sólo entonan cánticos discordantes, sino que difieren en sus trajes, danzan en sentido contrapuesto y no concuerdan en nada, hasta que el corego va echando a cada uno del escenario, diciéndole que ya no lo necesita. A partir de entonces todos guardan ya silencio por igual, dejando ya de discordar con ese confuso y desordenado canto. Mas cuando ocurría en el propio teatro, lleno de policromía y visiones cambiantes, era realmente ridículo.”

Luciano de Samósata

“A sujeição essencial e efetiva só concerne àqueles dentre nós que a reconhecem, e que amam honrar-se e enriquecer-se com tal serviço; pois quem quer esconder-se em seu lar, e sabe conduzir sua casa sem querelas nem processos, é tão livre quanto o duque de Veneza.”

Michel de Montaigne

“Viver uma experiência, um destino, é aceitá-lo plenamente. [...] Viver é fazer que o absurdo viva. Fazê-lo viver é, antes de mais nada, contemplá-lo.”

Albert Camus

RESUMO

Esta tese de doutorado pretende analisar o debate semântico e político acerca do conceito de autonomia, o qual teve lugar no Brasil entre o final dos anos 1940 e meados dos anos 1970. Nesse sentido, aplicamos dois tipos de ferramentas metodológicas. Por um lado, utilizamos a ferramenta foucaultiana de análise arqueo-genealógica com o fim de descrever três espécies de formação discursiva, as quais consideramos que estavam a um só tempo lutando e tentando acomodar-se uma a outra ao longo daquele período. Elas eram o que denominamos crononomia, geonomia e nomonomia. Por outro lado, usamos a abordagem koselleckiana da história dos conceitos alemã (*Begriffsgeschichte*) com o objetivo de entender como cada uma dessas formações discursivas moldou suas grades de inteligibilidade de acordo com diferentes concepções do que a autonomia deveria significar. De volta à genealogia, apontamos como saber e poder entrelaçaram-se através de um conjunto de práticas políticas que atravessaram a demarcação tradicional entre as políticas interna e externa. Em nossa perspectiva, cada uma dessas formações discursivas embasou práticas de identificação relacionadas respectivamente a intelectuais, militares e diplomatas. Para os intelectuais engajados, a crononomia significava que a autonomia brasileira deveria ser equiparada com a emancipação de seu povo a ser conquistada no tempo. Para os militares, a geonomia significava que a autonomia brasileira deveria ser entendida como a segurança de seu espaço territorial. Para os diplomatas, a nomonomia acarretava a equivalência entre a autonomia brasileira e suas normas jurídicas. Cada qual desses pontos de vista teve diferentes implicações para o que a identidade do Brasil deveria significar doméstica e internacionalmente. Por meio de uma genealogia da autonomia, almejamos desestabilizar não apenas as origens fundacionais do debate autonomista, mas também a avaliação corrente e disseminada de acordo com a qual a política externa brasileira é contínua e não perturbada por mudanças domésticas. Teoricamente, esta tese de doutorado pretende ser uma contribuição ao campo da Sociologia Política Internacional (IPS), assim como aos desenvolvimentos recentes da virada filosófica em Relações Internacionais. Com respeito a nosso período histórico de pesquisa, nossa hipótese geral é a de que crononomia, geonomia e nomonomia estavam lutando entre si e ajustando-se entre o final dos anos 1940 e meados dos anos 1960. Desse ponto no tempo até meados dos anos 1970, a crononomia radicaliza-se e começa a perder a batalha, ao passo que geonomia e nomonomia finalmente acomodam-se e dão nascimento a uma nova forma de dispositivo diplomático-militar no Brasil.

Palavras-chave: genealogia – autonomia – saber-poder – *Begriffsgeschichte* – Sociologia Política Internacional – Relações Internacionais – virada filosófica – pós-estruturalismo – Política Externa Brasileira – História do Brasil

ABSTRACT

This doctorate thesis intends to analyse the semantic and political debate over the concept of autonomy which took place in Brazil between late 1940s and mid-1970s. For that matter, it applies two different sorts of methodological tools. On the one hand, we deploy the Foucauldian archeo-genealogical tool of analysis in order to describe three types of discursive formations that we think were at once fighting and trying to accommodate to each other along that period. They were what we call chrononomy, geonomy and nomonomy. On the other, we use the Koselleckean approach to the German history of concepts (*Begriffsgeschichte*) with the aim of understanding how each of these discursive formations shaped their grids of intelligibility according to different grasps of what autonomy should mean. Back to genealogy, we point out how knowledge and power intertwined through a set of political practices which cut across the traditional demarcation between domestic and foreign policies. In our perspective, each of these discursive formations grounded identification practices respectively attached to intellectuals, the military and the diplomats. To the engaged intellectuals, chrononomy meant that Brazilian autonomy should be equated to its people's emancipation to be conquered over time. To the military, geonomy meant that Brazilian autonomy should be understood as the security of its territorial space. To the diplomats, nomonomy entailed the equivalence between Brazilian autonomy and its juridical norms. Each of these points of view had different implications to what Brazil's identity should mean domestically as well as internationally. By means of a genealogy of autonomy, we aim at destabilising not only the foundational origins of the autonomist debate but also the current and widespread evaluation according which the Brazilian foreign policy is continuous and not disturbed by domestic change. Theoretically, this doctorate thesis intends to be a contribution to the field of International Political Sociology (IPS) as well as to the recent developments of the philosophical turn in International Relations. With respect to our historical period of research, our general hypothesis is that chrononomy, geonomy and nomonomy were fighting each other and adjusting themselves from the late 1940s to the mid-1960s. From that point in time to the mid-1970s, chrononomy radicalizes and starts to lose the battle while geonomy and nomonomy finally accommodate to each other and give birth to a new form of diplomatic-military dispositif in Brazil.

Keywords: genealogy – autonomy – power-knowledge – *Begriffsgeschichte* – International Political Sociology — International Relations – philosophical turn – Poststructuralism – Brazilian foreign policy – History of Brazil

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

ADOC – Assessoria de Documentação de Política Exterior

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAE – Curso de Altos Estudos

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIA – Central Intelligence Agency

CI/DPF – Centro de Informações da Polícia Federal

CIE – Centro de Informações do Exército

CIEX – Centro de Informações do Exterior

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPC – Centro Popular de Cultura

CPCD – Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DSI – Divisões de Segurança Interna

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ECOSOC – Conselho Econômico Social das Nações Unidas

EME – Estado-Maior do Exército

ENDC – Comitê dos Dezoito Países para o Desarmamento
EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIP – Força Interamericana de Paz
FMI – Fundo Monetário Internacional
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
GG – Geschichtliche Grundbegriffe
HPEB – História da Política Exterior do Brasil
IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
IPS – International Political Sociology
IRBr – Instituto Rio Branco
IREL – Instituto de Relações Internacionais
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LSN – Lei de Segurança Nacional
MCP – Movimento de Cultura Popular
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MHD – Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty
MIT – Massachusetts Institute of Technology
MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONP – Objetivos Nacionais Permanentes
ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operação Pan-Americana
OSPAL – Organização Latino-Americana de Solidariedade
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PEI – Política Externa Independente
PIB – Produto Interno Bruto
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RDA – República Democrática Alemã
RFA – República Federal da Alemanha
SNI – Serviço Nacional de Informações
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP – Tratado de Não Proliferação Nuclear
UDN – União Democrática Nacional
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP – Universidade de São Paulo
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

Considerações iniciais.....	12
Capítulo I – Discursos e conceitos.....	33
1.1 A arqueo-genealogia.....	33
1.2 A história dos conceitos.....	52
1.3 Autonomia e (anti)método.....	66
Capítulo II – Tempo e espaço.....	90
2.1 Autonomia no tempo	90
2.2 Autonomia no espaço.....	116
Capítulo III – Romper e anunciar.....	142
3.1 Autonomia e heteronomia.....	142
3.2 Autonomia e emancipação.....	167
3.3 Autonomia e tempo.....	191
Capítulo IV – Mudar e continuar.....	224
4.1 Autonomia e democracia.....	224
4.2 Autonomia e autopoiese.....	250
Capítulo V – Retornar e defender.....	281
5.1 Autonomia e heteronomia.....	281
5.2 Autonomia e segurança.....	301
5.3 Autonomia e espaço.....	322
Capítulo VI – Vigiar e punir.....	352
6.1 Autonomia e autoritarismo.....	352
6.2 Autonomia e potência.....	378
Considerações finais.....	414
Referências.....	433

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em fevereiro de 1912, o Barão do Rio Branco estava morto. Seu espectro sagrado, porém, atravessou o século¹. Convertido em monumento colossal, o pai da diplomacia brasileira foi congelado no espaço do tempo. Homem do século XIX, viveu e morreu no que intelectuais e lideranças progressistas denominariam na década de 1950 como o “velho Brasil”. Quer dizer, um país fortemente marcado pelo peso de estruturas políticas, sociais e econômicas da colonização. Uma república oligárquica, em que a esmagadora maioria da população gravitava na apatia do analfabetismo; em que as eleições fraudavam-se a bico de pena. Um país dominado por um modelo econômico de agroexportação amparado no latifúndio monocultor e por relações de hierarquia social desenhadas a ferro pela escravidão. Fundamentalmente, o Barão pertenceu a um restrito círculo de elite, cuja intensidade nobiliárquica media-se por sua influência nas decisões da máquina do Estado, lapidada por antigas práticas patrimonialistas. Em seus quase dez anos à frente do Itamaraty, definiu um entendimento da autonomia permeado por dois elementos principais: a emancipação política e a segurança jurídica. De um lado, a emancipação política significava exclusivamente a defesa da soberania e do território nacionais; de outro, a segurança jurídica implicava definir o traçado das fronteiras do país mediante a confiança no *pacta sunt servanda* e na força dos tratados internacionais. De fato, esse legado do Barão foi monumental. Nessa concepção de autonomia, entretanto, não havia espaço para pensar a emancipação política da massa iletrada, interiorizada e esquecida. O que o episódio do rearmamento naval indica, ao revés, é que o Barão teve tempo para pensar a segurança também como defesa do território, o

¹ “Sagrada e eterna é a verdade, ela é o sagrado, o eterno. Mas tu, que te deixas possuir e guiar por este sagrado, tu próprio serás consagrado. [...] Sagrado é então o ser supremo e tudo aquilo em que ele se revela e revelará; santificados são todos aqueles que reconhecem este ser supremo e aquilo que é seu, ou seja, as suas revelações. O sagrado, por sua vez, santifica os seus adoradores, que através do próprio culto, se tornam também santos, do mesmo modo que tudo aquilo que eles fazem é sagrado: sagrados são a vida, o pensamento e a ação, a imaginação e as aspirações, etc. [...] No topo da esfera do sagrado está, pois, o ser supremo e a fé nele, o nosso ‘espírito santo’.” (STIRNER, 2004, p. 36-39)

que o colocou em ótima conta no meio militar. Não apenas esse seu entendimento da *autonomia na norma* – pautado pelo bacharelismo, formalismo e jurisdicismo daquelas elites – conformou o pensamento diplomático entre nós, senão também esta estranha combinação entre mudança e continuidade.

Monarquista, o Barão do Rio Branco transformou-se no pai fundador da diplomacia republicana. Sua longa permanência à frente do Itamaraty, tendo passado com autoridade titânica por quatro distintos presidentes, convenceu seus sucessores de que a política externa brasileira não sofreria – e não deveria sofrer – o impacto das oscilações da política interna. Dentro do Estado e perante a sociedade, cioso de sua veneranda tradição, o corpo diplomático passaria a invocar essa colossal *presença de origem* para amparar sua própria autonomia na formulação e execução da política externa do Brasil. Mudanças, portanto, haveria; deveriam ser, contudo, abalos passageiros em face daquela sólida e contínua fundação. Em trabalhos anteriores (MUÑOZ, 2012, 2014), constatamos a *duplicidade* da política externa do Barão. Nessa origem, há também ambiguidades. Nas relações com a Argentina, por exemplo, concluímos que o chanceler buscou a um só tempo aproximar-se no subsistema sul-americano e afastar-se no sistema internacional, em uma instável convivência entre cooperação e rivalidade. Com respeito aos Estados Unidos, sua formulação do paradigma americanista desnudou a ambiguidade da inserção internacional do Brasil como potência média. Em primeiro lugar, buscar um lugar entre as grandes potências com apoio norte-americano; porque sem sucesso, defender em seguida o direito das pequenas com base na igualdade jurídica dos Estados. A Segunda Conferência de Paz da Haia coroou tal estratégia oportuna; na Liga das Nações, os sucessores do Barão não tiveram sua sorte; ou, quem sabe, não puderam imitá-lo. Isso porque sua função paterna acabou por circunscrever à norma a autonomia de sua progênie. Ao menos até a década de 1950, marcada pela crise do Itamaraty e do americanismo, a pedra de toque era executar uma diplomacia ornamental de repetição de precedentes. Conforme veremos, essa crise resultaria na reativação do precedente primordial: mudar, mas continuar. Em 1945, no centenário de seu nascimento, o Barão acabava de renascer.

Não é apenas luz, mas também sombra. Em seu *Navegantes, bandeirantes, diplomatas* – obra cujo título agora parodiamos –, o diplomata Synesio Sampaio Goes Filho (1999, p. 258) afirma que em todos os momentos a opinião pública foi favorável ao Barão, o qual, após 26 anos de ausência, foi recebido como herói em seu retorno ao Brasil em 1902, quando assumiu a chefia do Itamaraty. Embora amplamente admirado,

lembra Goes Filho que também teve seus críticos: Oliveira Lima, seu grande rival na carreira diplomática; Salvador de Mendonça, iniciador do americanismo; e Barbosa Lima, deputado de oposição. O diplomata esquece, contudo, do escritor Lima Barreto, o maior crítico daquele Brasil da Primeira República. Publicada em 1922, sua divertida sátira *Os Bruzundangas* relata o caso de certo Visconde de Pancôme, Ministro dos Estrangeiros da distante República da Bruzundanga. Pancôme era um homem vaidoso, o qual desobedecia as leis a todo instante, pois transformou seu ministério em coisa própria e sua, onde nomeava, demitia e gastava as verbas públicas como bem entendia. Tinha especial antipatia pelos feios e bruzundanguenses *de origem javanesa*, os quais em seu secreto entender considerava a vergonha do país, já que os julgava não apresentáveis aos estrangeiros. Entretanto, a ninguém era permitido criticar seu desavergonhado modo de governar, pois jornalistas e parlamentares habituados à canonização consideravam qualquer censura ingratidão com aquele patrimônio nacional. De sua parte, o povo tampouco permitia que se fizessem reparos ao visconde, convencido de que era um verdadeiro demiurgo; mesmerizado porque era um compatriota conhecido na Europa. No ministério, Pancôme determinou uma série de reformas: usar papel de linho nos escritórios; mandar engraxar as botas dos funcionários; e, principalmente, equipá-lo com uma cozinha, já que a mesa atulhada era seu fraco. Nos arredores da capital, o povo morria de fome; no entanto, o ministro vendia Bruzundanga na Europa como país rico, farto em café, cacau e borracha (BARRETO, 1922, s/p).

Como afirma Goes Filho (1999, p. 255-258), a morte do Barão foi uma comoção nacional que o situou como “o maior dos brasileiros”; entretanto, seus companheiros de geração não o viam como o homem mais culto, nem o mais brilhante. Era conhecedor profundo de história do Brasil, de seus mapas e papéis oficiais, os quais foram sem dúvida decisivos para suas sucessivas vitórias nas questões de limites. Não obstante, jamais foi um grande historiador, tampouco possuía os pendores artísticos e literários que distinguiam os homens intelectualmente superiores. Nunca produziu uma obra de síntese histórica, tal como fizeram Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, senão apenas esboços de história factual preenchidos por nomes, datas e efemérides. Parece-nos porém que a chave dessa presença de origem encontra-se exatamente nisto: não contemplou, mas agiu; não escreveu, mas falou. A respeito da história do pensamento ocidental, entende Derrida (2005, p. 21-28) que a tradição platônica operou uma cisão original entre a linguagem falada e a linguagem escrita. Por um lado, a fala representa um discurso vivo, sede da verdade primeira, transparente e fundacional; por outro, a

escrita é um discurso morto, mediato e secundário. Entre ambas, o que se estabelece é uma relação de autoridade paterna, pois a escrita derivada somente pode ter sentido por remissão constante à fala original, a qual somente o pai pode enunciar. Esse pai é o *logos*, o Sol, o Bem, de cuja fala nasce a tradição. Em 20 de abril de 1909, completada sua obra hercúlea, por ocasião de seu aniversário, no Palácio Itamaraty o Barão falou:

Se a paz é uma condição essencial ao *desenvolvimento dos povos*, mais ainda devem sentir-lhe a necessidade as nações novas como as do nosso continente sul-americano, *que precisam crescer e prosperar rapidamente*. Entre as da América Latina, são de todo injustificáveis as ambições e rivalidades de influência e predomínio. Todos estes países *têm muito a fazer ainda para povoar os seus sertões e aproveitar as grandes riquezas naturais que eles encerram*. Quando, pelo trabalho de anos, e muitos anos, pela nobre e fecunda emulação no caminho de todos os progressos morais e materiais, *tiverem conseguido igualar em poder e riqueza nossa grande irmã do norte* e as mais adiantadas nações da Europa, terá chegado então a oportunidade de pensarem, algum ou alguns deles, em entregar-se à *loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas pela prepotência*; mas estou persuadido de que o *nosso Brasil do futuro* há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, *na força do direito e do bom-senso e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor à justiça*, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos, em cuja vida interna se absterá de sempre intervir. (grifos nossos) (MRE, 2012, p. 238).

Na fala pública, como diplomata-modelo, o Barão representa. Representa essa *transparência da fala primeira*. A seus sucessores, contudo, coube suportar o peso ambíguo da escrita derivada, situados entre a orfandade reverente da repetição racional e o inconfessado desejo do parricídio. Mudar, mas continuar sempre. Em 1959, cinquenta anos depois dessa fala-testamento, parecia ter soado a hora de desenvolver o Brasil do futuro pelo devassamento de seus sertões. Foram anos esperançosos, marcados pelo Plano de Metas e pela construção de Brasília. A fala do Barão colocava porém sua progênie em um dilema de difícil resolução: como desenvolver o país sem ultrapassar o americanismo ornamental? Veremos que pelo menos desde o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), no final da década de 1950, o Itamaraty foi colocado na defensiva por uma nova concepção de diplomacia que buscava abandonar o tradicional jurisdicismo e submetê-la à agenda econômica do desenvolvimento, de modo que o país pudesse ampliar seus parceiros comerciais para além das relações com os Estados Unidos. A fim de se *igualar em poder e riqueza*, basicamente dois novos caminhos abriam-se: de um lado, um conjunto de intelectuais engajados defendia *desenvolver o povo*, o que implicaria não apenas a busca de emancipação política das massas, mas também cultural, econômica e social; de outro, o pensamento militar sonhava com a *loucura das hegemonias*, o que envolveria fortalecer o território e a segurança nacional. Imerso em sua auto-representação de *desinteresse e amor à justiça*, veremos como o

Itamaraty teve de optar. Interessado na autonomia de sua própria posição social, a Casa de Rio Branco nada tinha a ver com a agenda emancipatória; acabou por conceder, portanto, à segunda saída. Após 1964, o Itamaraty convergiria com os militares em seu projeto de Brasil grande. Admirado no meio militar, guardião do território, novamente invocou-se o espectro do Barão para cancelar a “mudança na continuidade”. Em 20 de abril de 1970, comemorava-se o primeiro Dia do Diplomata – a liturgia estava refeita.

Segundo afirma Maria Regina Soares de Lima (2005, p. 4-6), diferentemente de seus vizinhos hispânicos, o Brasil obteve amplo sucesso na configuração de seu *espaço nacional* sobretudo devido à negociação diplomática. Como ícone fundador, o Barão fez coincidir o início da diplomacia brasileira moderna com a delimitação definitiva das fronteiras geográficas. Como consequência, as questões afeitas ao espaço nacional emergiram como a agenda primordial da política externa no começo do século XX, condição que “legitimou o modelo do Estado autônomo no discurso diplomático, que considera a política externa como uma questão de Estado, desvinculada e acima da política doméstica, lugar dos conflitos e das facções.” Na visão de Soares de Lima, esse *mito fundador* dos serviços exteriores implicou a percepção das elites brasileiras de que o Itamaraty deve ocupar um lugar peculiar dentro do aparelho de Estado, cuja atividade legitima-se não apenas em função da *crença na estabilidade da política externa*, mas também na ideia de que o Brasil estaria vocacionado à grandeza internacional:

Uma razão adicional para a alegada estabilidade da política externa pode estar, por exemplo, na capacidade da corporação [ou seja, o Itamaraty] em apresentar o novo como continuidade de uma determinada tradição diplomática, *reinventada a cada um dos momentos de crise e mudança*. A narrativa da estabilidade seria, portanto, *uma construção conceitual da diplomacia, repetida e legitimada pela comunidade de estudiosos em política externa*. A representação dominante no discurso diplomático e acadêmico é de uma continuidade básica nas ações e orientações dos diversos governos, com poucas mudanças abruptas de rumo. [...] A importância de qualquer crença ou ideia, enquanto fenômeno social, não é tanto que seja falsa ou verdadeira, mas que seja compartilhada por um contingente relevante de uma comunidade e, *porque se acredita nela, ela se torne verdadeira*. Não tem sido diferente o caso da política externa brasileira. [...] No discurso diplomático, esta aspiração [de que o Brasil está vocacionado à grandeza internacional] se transforma na própria razão da existência da política externa, na medida em que essa pode se legitimar internamente por ser um dos principais instrumentos de um projeto de desenvolvimento nacional. (grifos nossos) (LIMA, 2005, p. 5-6)

Concordamos plenamente com esse ponto de vista. Nesse sentido, podemos compreender por que entre nós o conceito de autonomia foi historicamente apropriado pelo discurso diplomático, de modo a fazer crer que não há construção conceitual que pense a autonomia sem a centralidade do Itamaraty. Veremos, ao contrário, como esse conceito foi intensamente disputado por distintos grupos políticos e sociais desde a

década de 1950. Essa constituição da verdade, repetida e legitimada, também depende da atuação da comunidade acadêmica. Tal parece ter sido uma das tarefas da *tradição brasileira de estudos internacionais*, também conhecida como “Escola de Brasília”. De acordo com Saraiva (2007, p. 37-38), baseada no programa de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), a tradição brasileira buscou renovar a abordagem tradicional da história diplomática proveniente dos estudos de Pandiá Calógeras, Hélio Vianna, Delgado de Carvalho e mesmo José Honório Rodrigues, ao qual retornaremos. No entanto, considera Saraiva que a maior contribuição da “Escola de Brasília” é sua investigação sobre a inserção internacional do Brasil nos últimos dois séculos. Entre suas obras canônicas, sem dúvida a mais conhecida é a *História da Política Exterior do Brasil*, publicada por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno em 1992². Com forte influência da Escola Francesa de História das Relações Internacionais, os autores utilizam o conceito de “forças profundas” para defender a ideia da continuidade da política externa brasileira ao longo do tempo, assim como de sua desvinculação das oscilações de política doméstica³.

Em 1981, Gelson Fonseca Jr. defendeu sua tese no Curso de Altos Estudos (CAE) com tema na relação entre o Itamaraty e a Academia. Segundo o diplomata, o professor universitário emergia naquele contexto como um novo personagem dentro do pensamento sobre política externa, ao passo que a comunidade acadêmica em relações internacionais ainda era fraca e lutava para afirmar-se no Brasil. Com base nisso, reflete sobre a possibilidade de participação do Itamaraty como ponto de apoio para efetivar seu fortalecimento. Por um lado, o diálogo funcionaria como elemento de *prestígio* aos

² Em depoimento ao CPDOC, Amado Cervo afirma ser essa sua obra mais importante: “Em primeiro lugar, esse *História da política exterior no Brasil*, que é realmente um manual aos diplomatas. Quando eu vou lá no [Instituto] Rio Branco, de vez em quando, ainda vou, eles dizem ‘isso aqui é a nossa bíblia’. Tá bom. Estão exagerando. [riso] Mas é, é realmente, este campo, eu acho que é muito importante para a formação, inclusive, do corpo diplomático, e também para o processo decisório no nível de Estado, quando o Estado põe gente nessas áreas de relações internacionais, que estão incorporadas a quase todos os ministérios. Não é só o Itamaraty que faz política internacional. O Ministério da Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Ministério de... Vários ministérios – da Agricultura e tudo –, têm que fazer política internacional, têm que ter a sua política internacional. Então, esse livro eu acho que é muito importante, nesse sentido.” (CERVO, 2018, p. 29)

³ Em Duroselle (2000), as forças profundas compõem o sistema das causalidades – por exemplo, econômicas, demográficas, sociais e culturais – as quais, juntamente com o sistema das finalidades – formado pelo cálculo decisório dos homens de Estado – permitem compreender as relações internacionais em perspectiva histórica. Nesse sentido, afirmam Cervo e Bueno (2011, p. 14-15): “O historiador transita, constantemente, das condições objetivas, estabelecidas pelas forças profundas, aos fins da política, passando pela análise das decisões de Estado, o terceiro elemento fundamental do método. [...] A avaliação do conhecimento e a complementação de suas lacunas, conduzidas pelo método próprio deste ramo das ciências históricas, tiveram por fim a descoberta, a descrição e a compreensão das tendências da política externa brasileira nos dois últimos séculos.”

acadêmicos; por outro, como fonte de *legitimação* e apoio político ao MRE. De acordo com Fonseca Jr. (2012, p. 193), o “trabalho acadêmico poderá servir *politicamente* enquanto for academicamente *valioso*, enquanto tiver *boas virtudes* acadêmicas, enquanto tiver gabarito e força científicos.” A força de legitimação política do trabalho, prossegue o autor, não poderá depender de preferências ideológicas, mesmo que haja “sempre um grão de presença ideológica em cada produto universitário.” Estamos aqui, portanto, diante da exigência de uma *ideologia não ideológica*. De outra parte, afirma que o surgimento da comunidade acadêmica como novo interlocutor também poderia ameaçar a perda pelo Itamaraty de seu *monopólio formal* da formulação de explicações sobre os atos diplomáticos⁴. Em consequência, Fonseca Jr. (2002, p. 190) reconhece que o interesse de legitimação por parte do Itamaraty não deverá ocorrer de forma unívoca porque a independência de pensamento e a diversidade intelectual podem resultar na “agudização da *crítica* e movimento de ‘*contralegitimação*’”. As conclusões dessa tese do CAE seriam a base para a criação subsequente do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), em 1985, e da expansão editorial da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), canais estratégicos de diálogo com a Academia (PIMENTEL, 2012, p. 5). Do lado do ambiente acadêmico, parece-nos que as previsões de Fonseca Jr. tem-se confirmado parcialmente: há pouca crítica; muita legitimação.

Pioneiro no Brasil, o curso de Relações Internacionais da UnB iniciou suas atividades em 1976, no contexto do Pragmatismo Responsável de Ernesto Geisel – época em que o discurso autonomista alcançava seu apogeu. Sob o impacto do choque do petróleo (1973), a formulação de uma política externa mais assertiva buscava responder aos desafios da desaceleração econômica verificada após os anos do “milagre brasileiro”. Por sua vez, o novo programa da UnB visava formar profissionais aptos a atuar nas atividades do Estado relacionadas com a internacionalização do país naquele período, sobretudo preparando-os para o concurso de acesso à carreira diplomática. Parte do quadro de professores do novo curso era formada por diplomatas de carreira

⁴ Nesse sentido, destaca Jatobá: “A pesar de la existencia de una relativamente amplia literatura sobre temas de relaciones internacionales y política exterior, ‘sólo a partir de mediados de los años setenta este área de estudio ganó mayor respecto en el medio universitario, cuando algunas instituciones académicas abrieron espacio para los estudios internacionales en sus programas regulares de trabajo’. Entre los factores que históricamente inhibían el desarrollo de esos estudios en Brasil, es común identificar el virtual monopolio ejercido por los diplomáticos del Ministerio de las Relaciones Exteriores (conocido por el nombre de su palacio, el Itamaraty), tanto sobre la práctica como sobre el pensamiento, así como la escasez de académicos entrenados para el análisis de los fenómenos internacionales, salvo raras excepciones, además de la casi inexistente actuación internacional del país.” (JATOBÁ, 2013, p. 37-38)

com formação recebida no Instituto Rio Branco. No mesmo ano de 1976, surgiu a pós-graduação em História da UnB, no seio da qual foi criado o primeiro doutorado de História das Relações Internacionais, em 1994. Paralelamente, havia sido desenvolvido um programa de pós-graduação em Relações Internacionais submetido ao Departamento de Ciência Política da UnB. Em 2000, os dois programas foram fundidos para a criação do Instituto de Relações Internacionais (IREL), com mestrado e doutorado específicos na área (LESSA, 2005, p. 34-39). A “Escola de Brasília” está situada sobretudo na ala dos historiadores de relações internacionais da UnB. Tendo-se em mente essa *disputa interdisciplinar*, podemos entender por que afirma Cervo (2018, p. 22) que a principal contribuição da “escola” refere-se ao confronto epistemológico e acadêmico entre teorias das relações internacionais e conceitos aplicados às relações internacionais. Nesse sentido, destaca que um dos objetivos de sua obra foi *fulminar as teorias* porque são oriundas do meio acadêmico hegemônico norte-americano, no qual predomina a abordagem da ciência política. Em seu lugar, propõe estabelecer a hegemonia dos *conceitos brasileiros* a partir da pesquisa encabeçada pelos estudos históricos.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, segundo Cervo (1994, p. 9-17), cientistas políticos e historiadores dedicados ao estudo das relações internacionais enfrentam um diálogo de surdos. Por um lado, os teóricos partem de postulados para o conhecimento dedutivo; por outro, os historiadores utilizam o método indutivo a partir de uma massa acumulada de dados empíricos. No caso do Brasil, considera que convém falar de um *pensamento sem teoria*, para o que descarta as contribuições das teorias da dependência e dos estudos sobre o *status* de potência – por exemplo, da geopolítica. É por essa razão que, em artigo mais recente, Amado Cervo (2008a, p. 8-18) sustenta a necessidade de se reduzir a função das teorias de relações internacionais no ensino acadêmico brasileiro. Apresenta duas razões principais: as teorias são produzidas nos meios universitários do Primeiro Mundo e não servem para pensar a realidade dos países emergentes; desde o advento do construtivismo – quer dizer, das abordagens pós-positivistas – as teorias entraram em um estado caótico que apenas gera confusão mental. Provavelmente sob o entusiasmo da diplomacia de Lula e Celso Amorim, defendia que a ascensão de um contrapoder formado pelos emergentes demandava a formulação de novos modos de compreensão para as relações internacionais. Por meio da elaboração de conceitos brasileiros, assim, o meio acadêmico poderia influir sobre a formação mental e profissional dos dirigentes. Além disso, Cervo (2008a, p. 22-23) aponta quatro funções cognitivas para esses conceitos: (1) são construções sociais de

determinado ambiente cultural e acadêmico; (2) expressam historicidade; (3) embutem mensagem positiva destinada a veicular valores e inspirar decisões; e (4) espelham nova verdade decorrente do rigor de observação, análise e reflexão.

Sem dúvida concordamos com as duas primeiras funções, porém certamente não com as duas últimas. Não é tarefa deste trabalho elaborar *mensagem positiva* destinada a inspirar e influir nas decisões dos dirigentes, tampouco *descobrir* conceitos que *espelhem a nova verdade*. Quer dizer, assumimos a premissa epistemológica cética, segundo a qual não apenas suspeitamos da verdade, mas principalmente confessamos nossa incapacidade em atingi-la⁵. Conforme veremos oportunamente, a história dos conceitos alemã (*Begriffsgeschichte*) entende que os conceitos políticos e sociais sempre são ambíguos e contestados por grupos com distintos interesses em disputa. Para nós, portanto, *autonomia* não deve ser entendida meramente como um *conceito brasileiro* não problematizado à disposição de acadêmicos influentes e dirigentes inspirados. Em nossa visão, os conceitos devem responder aos critérios *estético* e de *utilidade*. Em outras palavras, como afirmam Deleuze e Guattari (2007, p. 27-47), todo conceito é fragmentário, pois seus componentes jamais delimitam-no regularmente; todo conceito é uma criação ou fabricação que remete a um problema real que se considera mal colocado e sem o qual não teria sentido. Não há céu para os conceitos, uma vez que não correspondem a um plano de verdade que se deveria descobrir por rigor de análise. Em consequência, nossa crítica aos “conceitos brasileiros” não implica de modo algum invalidá-los, mas apenas constatar sua inutilidade em face de novos problemas – que são sem dúvida *ossos problemas*. Nesse sentido, afirma Rorty (1989, p. 3-9) que o “mundo lá fora” não é em si verdadeiro nem falso; assim, a função da linguagem não é corresponder a uma verdade única ou transparente. De sua parte, os conceitos devem ser compreendidos como *ferramentas* distintas para resolver problemas distintos. Não há, portanto, um quebra-cabeça único cuja solução pretendamos desvendar.

De nosso lado, consideramos que a *confusão mental* do pós-positivismo é absolutamente instigante. Nesse ponto, colocamos uma primeira ordem de problemas ao trabalho presente: de que modo relacionaremos os conceitos do pensamento brasileiro e as teorias de relações internacionais? Nossa hipótese é a de que *podem ser relacionados enquanto conceitos contestados às abordagens das teorias críticas*. Como afirma Jatobá

⁵ “Ó Hermetimo, estás a caluniar-me, ao dizeres que eu me coloco, dalgum modo, acima dos outros ou que decididamente me incluo no número dos sábios. Não estás recordado do que eu afirmei: que não pretendo conhecer a verdade melhor do que as outras pessoas, mas antes confesso que, como toda a gente, a desconheço.” (LUCIANO, 2012, p. 264)

(2013, p. 41-44), há hoje no meio acadêmico brasileiro duas estratégias principais para lidar com esse problema: (1) por um lado, conformar-se com a identidade global/norte-americana da disciplina de Relações Internacionais e utilizar sem questionamento as teorias hegemônicas, tais como o realismo e o liberalismo; (2) por outro, descartar as teorias em nome da elaboração de conceitos e narrativas próprias decorrentes de experiências e interesses nacionais ou regionais. Na concepção de Jatobá, a estratégia do descarte – como vimos, encabeçada por Cervo – não procede, não apenas porque as próprias teorias críticas – por exemplo, o pós-estruturalismo – já vinham fazendo o ataque aos interesses hegemônicos travestidos na suposta objetividade das teorias norte-americanas do *mainstream*, mas principalmente porque os “conceitos brasileiros” não podem prescindir de pressupostos teóricos, sobretudo aqueles que provêm da Escola Francesa. Em seu lugar, sugere a estratégia do diálogo crítico entre teorias e conceitos, via com a qual concordamos. Nesse jogo, o que está em disputa é a própria *identidade disciplinar* das Relações Internacionais. De nossa parte, consideramos que “relações internacionais” configura um *campo aberto e transversal do saber*. Por essa razão, não temos nenhum interesse em defender sua identidade global/norte-americana, tampouco a paroquial/brasileira. Queremos sim atravessá-las; fazer dialogarem teorias críticas e conceitos brasileiros contestados.

A partir dessa noção de transversalidade, o presente trabalho também caminhará em diálogo aberto com a filosofia e as ciências humanas e sociais. Julgamos plausível situá-lo dentro da *virada filosófica* em relações internacionais, a qual, desde a década de 1980, informou os esforços das teorias críticas em sua analítica do poder⁶. Do ponto de vista filosófico, pretendemos problematizar o debate de autonomia no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970 tendo-se em conta suas raízes dentro do próprio pensamento ocidental moderno. A utilização de diferentes acepções do conceito reveste distintos anseios, interesses e visões de mundo, os quais são instrumentalizados nas lutas da arena política. A depender de seu conteúdo semântico, a autonomia também condensa

⁶ Encontramos em Jatobá a ideia da “virada filosófica” e de sua relação com as teorias críticas: “*Una teoría crítica desea comprender cómo cada conjunto articulado de conceptos está situado dentro de los órdenes sociales y políticos prevalecientes, reflexionando sobre el modo como los contextos afectan la propia actividad de teorizar, así como tanto los modos como las teorías impulsan cambios sociales. [...] En el caso de la RRII, la idea de un abordaje crítico frente al orden social y político moderno, así como frente a los propios fundamentos filosóficos y los propósitos del conocimiento científico, hizo hincapié desde principios de la penúltima década del siglo XX. [...] Pero lo fundamental es subrayar que la concepción crítica de las teorías destaca la productividad política de las mismas – o, en la jerga típica de la teoría de la RRII en las últimas décadas, el carácter constitutivo de las teorías sobre las prácticas sociales que ellas intentan comprender/explicar: los discursos teóricos están intrincadamente marcados por el tiempo histórico que les da origen.*” (JATOBÁ, 2014, p. 119-120)

distintas ordens de discurso, as quais impactam e são impactadas por tal ou qual prática de poder com ressonância nos âmbitos político interno e externo, social, econômico e cultural. Neste trabalho, elegemos três grupos políticos e sociais como foco de análise – *intelectuais, militares, diplomatas* –, segmentos da sociedade brasileira que assumiram e assumem posição de relevo nas discussões afetas às relações internacionais (GARCIA, 1997, p. 18). A escavação dos fundamentos filosóficos de seus conceitos de autonomia tem três funções importantes. Em primeiro lugar, permite-nos indagar quais são as bases epistemológicas, ontológicas e axiológicas de sua ação na arena política. Em outras palavras, as seguintes perguntas estão implícitas na conduta prática de tais atores: como devo conhecer a realidade, com prevalência no espaço ou no tempo? Qual é a natureza do homem e do sistema internacional? Qual é o conjunto de valores mais desejável, a ordem e a hierarquia ou a justiça e a igualdade? Conforme variam as respostas, variam enormemente as decisões e os rumos da política. Em segundo lugar, a investigação filosófica possibilita entender de modo cético que todas as posições equivalem-se, pois cada qual trabalha em um plano distinto de verdade. Por fim, ela permite historicizar o debate de autonomia no marco da Modernidade, com vistas a precarizá-lo.

Em diálogo com as ciências humanas e sociais, também parece-nos plausível entender este trabalho como parte do esforço analítico levado à frente pela sociologia política internacional (IPS). Surgida em 2007, a IPS é resultado da colaboração entre os professores Rob Walker e Didier Bigo e tem como ponto de partida uma abordagem crítica em relação às fronteiras disciplinares que separam relações internacionais, sociologia e ciência política. Fundamentalmente, trata-se de por em questão a divisão do trabalho acadêmico que assume a submissão da sociedade ao Estado; que, como efeito, atribui o estudo do âmbito externo da política às relações internacionais e à ciência política o interno, ao passo que caberia apenas à sociologia estudar a sociedade (BIGO & WALKER, 2007a, p. 4). Como ferramenta de análise, de acordo com os autores, a IPS busca mapear campos discursivos distintos, os quais atraem e polarizam agentes em suas lutas de poder⁷. É também um modo de se analisar o processo de esquecimento dos

⁷ “It must be, in part, a project that is concerned to analyse the multiple processes through which political agents can encourage amnesia about the genesis of specific practices of bordering. It must also be, in part, a project concerned to map the different fields that, like magnetic forces, attract a multiplicity of agents and polarise them around specific stakes. It must also be, again in part, an analysis of the relations between these fields and how these fields structure their relation to the political. It is thereby a way of looking transversally at what we have come to identify, and reify, as the national, international and global, of thinking about a less restrictive topology of the relations of power struggles, and of working out a more comprehensive approach to the analysis of why agents fight, the stake they consider important, and the *doxa* they share.” (BIGO & WALKER, 2007b, p. 732)

agentes em relação à gênese de suas próprias práticas de estabelecimento de fronteiras. No ambiente acadêmico brasileiro, a IPS encontra-se hoje bastante bem estabelecida no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Parece-nos muito importante que nos abramos na UnB ao diálogo com essa perspectiva inovadora. Neste trabalho, situamos o *problema do internacional* na construção da narrativa diplomática que presume que o Itamaraty – porque conforma a parte da burocracia do Estado envolvida com a política externa – estaria isento de participação nas lutas políticas que historicamente tiveram lugar na sociedade brasileira. Em consequência, ao invés da abordagem tradicional da história da política externa, buscaremos auxílio em aportes diversos da filosofia política, ciência política, sociologia e história do Brasil.

Sem dúvida, a ferramenta genealógica de análise do discurso de Michel Foucault é bastante útil para se levar a efeito um trabalho de sociologia política internacional. Assim, chegamos ao subtítulo deste estudo: *uma genealogia da autonomia no Brasil*. Subsequentemente, veremos em detalhes do que se trata. Por ora, basta afirmar que a genealogia possui três acepções interligadas: (1) história do presente; (2) crítica às origens; e (3) contra-memória. A *história do presente* implica localizar um problema pertencente ao tempo em que se vive como ponto de partida para a descrição discursiva da emergência das lutas políticas que o tornaram historicamente possível. Há sempre nesse caso o *olhar da suspeita* em relação às narrativas oficiais que buscam dar conta desse passado histórico. Em artigo publicado em 2014, Cervo e Lessa constataram o declínio da projeção internacional do Brasil durante o governo de Dilma Rousseff, sobretudo tendo-se em vista as expectativas nutridas pela ascensão do país ao longo dos dois mandatos de Lula. Na concepção dos autores, esse declínio pode ser explicado tanto em função da ausência de conceitos operacionais capazes de movimentar Estado e sociedade em estratégias de ação externa, quanto pela falta de eficiência indutora de Dilma na condução do modelo de Estado logístico, marcada pela ausência de diálogo com o MRE (CERVO & LESSA, 2014, p. 133-135). Nesse sentido, o problema do tempo presente que baliza esta genealogia, iniciada em 2015, é a percepção da *crise do Itamaraty*, decorrente não apenas do apequenamento de sua autonomia por Rousseff, mas também como resultado de seu intempestivo agigantamento por Lula e Amorim, causa da interminável querela entre profissionalismo e ideologização da política externa brasileira. Portanto, situaremos na década de 1950 o ponto de emergência do problema atual, na quadra em que o Itamaraty enfrentava outra crise de autonomia.

Desse modo, há neste trabalho uma relação *entre crítica e crise*; quer dizer, faremos um diagnóstico de crise, segundo a entendemos; paralelamente, nossa crítica pensará a inutilidade da perspectiva tradicional da história da política externa e dos “conceitos brasileiros” para pensar esse problema. Uma vez mais, tudo segundo *nós entendemos*. Entretanto, recusaremos terminantemente o encargo de resolver a tensão entre crítica e crise por meio da projeção imaginada de um mundo melhor. Como bem destaca Debbie Lisle (2016, p. 417-422), fazer uma sociologia política internacional requer colocar-se em uma região de ambivalência escorregadia, aceitando o desafio de se viver *in-between* e de se manter aberto ao diálogo em períodos de crise. Mais do que isso, essa posição *entre* permite levar a efeito a crítica às fantasias modernas tais como a promessa de solução dos problemas atuais pelo *aumento futuro de autonomia*. De nossa parte, essa atitude não resulta no que Cervo (2008, p. 23) acerbamente denomina como o negativismo dos “pensadores da desgraça e catadores de lixo da humanidade.” Em lugar disso, buscaremos demonstrar um ceticismo ativo capaz de aliviar o peso desse espírito de seriedade. De mais a mais, nenhum reparo temos a fazer à cata do lixo, pois afinal não se trata aqui de uma caça ao tesouro. Em face do *mal-estar de nosso tempo*, segundo Lisle (2016, p. 423-424), é preciso rechaçar uma postura de tristeza, raiva e melancolia e *lembrar-se do riso*⁸. Assim, não raro lançamos mão neste trabalho do poderoso recurso crítico da sátira, bem como da cômica descrição do fato miúdo e prosaico e das risíveis desinteligências entre homens *que fizeram História* – mas que hoje jazem mortos.

Como *crítica às origens*, a genealogia recusa-se a pensar a origem do passado histórico como a era dourada dos grandes começos, em que grandes homens puseram em seu devido lugar as sólidas fundações da verdade primeira. Como afirma Le Goff (1990, p. 535-549), a palavra latina *monumentum* remete ao verbo *monere*, o qual significa “fazer recordar”, “iluminar”, “avisar” e “instruir”. Na Antiguidade romana, o *monumentum* tinha as funções de comemorar o passado por meio de uma obra de escultura ou arquitetônica e perpetuar a recordação dos mortos. Como bem lembra Nietzsche (2005, p. 88-90), quando predomina a concepção monumental da história, os

⁸ “What would happen if thinkers in IPS approached the ‘serious’ subject matter of our work *less* seriously than we currently do? This is not negate such horrors, or trivialize their consequences. [...] Tragedy is painful, of course, but that pain doesn’t *necessarily* map onto the pre-figured emotional paths of anger, sadness, and detachment. Lurking within the experience of tragedy are a whole range of unruly, excessive, and in-between emotional states that might, if followed, lead to alternative responses. What happens when we examine how misery, horror, and suffering are translated through, for example, absurdity, comedy, satire, mimicry and laughter?” (LISLE, 2016, p. 424)

homens do presente submetem-se a uma admiração satisfeita e mesmerizada em face dos grandes homens; a memória histórica seletiva, por sua vez, apaga segmentos do passado inconvenientes à lapidação e preservação de seus monumentos. Posicionados em sua tumba olímpica, os pais fundadores põem-se a rir; os mortos enterram os vivos. Como história efetiva, portanto, a genealogia busca escavar as fundações monumentais da História para também trazer à luz do dia os descaminhos, acidentes e lutas de poder que jazem mascarados no subterrâneo das origens⁹. Em trabalho recente, por exemplo, parece-nos que Spode (2017, 55-66) buscou atacar a visão monumental que se tem acerca de Rui Barbosa. Visto como monumento monolítico, Rui foi apropriado pela memória diplomática não apenas como o iniciador do multilateralismo na Haia, mas como o criador de um conceito brasileiro em origem, a igualdade jurídica dos Estados. Na contramão, Spode procura demonstrar que o Rui efetivo teve muitas faces. Em sua visão, Rui Barbosa também pode ser compreendido como alguém que teorizou as relações internacionais a partir de um fundamento religioso e moral e que esteve em contato com o ambiente de ideias que impactou o idealismo na década de 1920. Assim, a genealogia preocupa-se em desmistificar os grandes homens – de nossa parte, faremos o mesmo com o Barão do Rio Branco, San Tiago Dantas e Araújo Castro.

Nesse sentido, a crítica às origens toca de perto o problema da *periodização histórica*. É tema corrente no pensamento diplomático e na literatura acadêmica no Brasil não apenas a separação analítica entre os âmbitos doméstico e internacional, mas também a noção de que a história da política externa teve um percurso linear e suave pautado pela *fundação de paradigmas*. Assim, conta a narrativa que o Barão *fundou* o paradigma americanista no início do século XX quando propôs-se a resgatar o espírito

⁹ Inventor da genealogia, assim afirma Nietzsche no prólogo de seu *Aurora*: “Neste livro se acha um ‘ser subterrâneo a trabalhar, um ser que perfura, que escava, que solapa. Ele é visto – pressupondo que se tenha vista para esse trabalho na profundidade – lentamente avançando, cauteloso, suavemente implacável, sem muito revelar a aflição causada pela demorada privação de luz e ar; até se poderia dizer que está contente com o seu obscuro labor. [...] Certamente ele retornará: não lhe perguntem o que busca lá embaixo, ele mesmo logo lhes dirá, esse aparente Trofônio e ser subterrâneo, quando novamente tiver se ‘tornado homem.’ Um indivíduo desaprende totalmente a silenciar, quando, como ele, foi por tão longo tempo toupeira, solitário – –” (NIETZSCHE, 2004, p. 9). Na mitologia grega, Trofônio era descrito como um arquiteto habilidoso, responsável pela construção do belo templo de Apolo em Delfos. Era também descrito como aquele que roubou o tesouro do rei Híriou; como punição, a terra engoliu-o e foi obrigado a viver em uma câmara subterrânea. Transformado em oráculo, Trofônio sempre desiludia seus ouvintes e colocava-os melancólicos. Falando em nome da Loucura, Erasmo ironicamente afirma não compreender por que sempre todos a difamaram – mesmo os mais loucos; afinal, não fosse a loucura, os tristes homens saídos da caverna de Trofônio não teriam motivo para o riso (ERASMO, 2011). Dessa forma, parece-nos que fazer uma genealogia implica roubar tesouros para mostrá-los em suas imperfeições, como mero ouro de superfície – ou, quem sabe, como ouro de tolo. Implica estimular um paradoxal espírito de leveza, como quem percorre o subterrâneo e desenterra tristezas, mas que com a escolha bela das palavras pode fazer todo mundo rir.

pragmático e realista da diplomacia imperial e adaptá-lo ao contexto de ascensão da hegemonia norte-americana; conta a narrativa que San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Araújo Castro *fundaram* o paradigma globalista como arquitetos afinados da Política Externa Independente (PEI) no começo da década de 1960. Dessa forma, com base no recurso a figuras monumentais, pôde o Itamaraty chamar a si e monopolizar os louros históricos da épica trajetória do Brasil em sua busca por autonomia. De sua parte, o âmbito acadêmico executa a honrosa função do coro. Vejamos por exemplo:

No plano das ideias, valores e doutrinas que orientaram a ação externa do Brasil ao longo do último século destaca-se a busca pela autonomia. [...] Outra mudança significativa ocorre durante a chamada República Velha. Enquanto a política externa ia consolidando o *americanismo* como um novo paradigma, fosse em sua vertente pragmática ou ideológica, o período testemunharia a passagem do Itamaraty a uma nova fase de sua história institucional, que iria aumentar seu prestígio e *lhe garantir uma relativa autonomia*. [...] Inúmeras novidades ocorreram no plano internacional a partir do final da década de 1950 e ao longo dos anos 1960. [...] Em meio a esse quadro um Itamaraty não apenas mais profissional, mas igualmente mais denso em suas ideias sobre o lugar do Brasil no sistema internacional, trouxe para a política externa uma alternativa ao *americanismo*. [...] Um novo paradigma de política externa se delineava: o *globalismo*. Concebido como uma alternativa ao anterior, esse paradigma contrapunha à tese de que a maior aproximação de Washington elevaria os recursos de poder do país, aquela que elegia a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para o aumento do seu poder de barganha no mundo, inclusive junto aos Estados Unidos. (PINHEIRO, 2004, p. 7-35)

De acordo com Chamon e Lage (2015, p. 68-69), problematizar a periodização histórica não constitui uma tentativa de erradicá-la como erro ou não verdade, mas apenas precarizá-la por meio de uma persistente crítica de suas implicações políticas. Com isso, torna-se possível destacar que a arbitrariedade contida em toda periodização pressupõe um mecanismo de demarcação, discriminação e formação de identidade. A crítica dos marcos fundadores também permite desnudar os monumentos; desmascarar sua instituição como efeito do anseio de se encontrar coerência histórica por recurso a algum ponto de apoio externo, estável e permanente. Como adiantamos, para o caso do Itamaraty, seu ponto arquimediano é o espectro sagrado do Barão. Parece-nos que as mudanças em curso nas décadas de 1950 e 1960 colocaram em jogo o problema dessa continuidade. Como solução discursiva útil, a transformação da PEI em novo marco fundacional permitiu deslocá-la também ao espaço etéreo dos paradigmas, formas que não podem morrer. Nesse mecanismo de monumentalização – no qual os chanceleres da PEI não poderiam falar em desarmonia –, as lutas políticas e o contexto histórico interno do Brasil foram parcialmente esquecidos. A fim de funcionar, um monumento não pode ter fissuras. Por esse motivo, o Itamaraty reconstituiu-se como criador incontestado do globalismo. A identidade nacional, de sua parte, foi em razão disso

devidamente atada a seu esforço pioneiro e heroico. Veremos, entretanto, que sob o chão das coisas também houve solavancos.

Em terceiro lugar, fazer uma genealogia envolve o esforço de construir uma *contra-memória*. Em outros termos, situamos este como um trabalho de *pensamento dissidente*. Seu objetivo mais amplo é explicitar o mal-estar de nosso tempo imbricado na *crise das fronteiras* da disciplina de Relações Internacionais. Essa sensação de crise detona duas espécies de atitude: por um lado, a *atitude religiosa* teme a crise como fonte de insegurança e perigo e reage a ela com sentimentos de tristeza e nostalgia pela ordem institucional e disciplinar sob abalo; por outro, a *atitude celebratória* interpreta a crise como uma oportunidade de criação teórica e de afirmação alegre do paradoxo e da ambiguidade. No registro da primeira postura, faz-se necessário como nunca reviver e reafirmar os textos sagrados fundamentais; no da segunda, trata-se de submetê-los à crítica e abrir caminho a alternativas, as quais implicam porém o desprezo pela elevação de novos paradigmas capazes de descobrir novas verdades (ASHLEY & WALKER, 1990, p. 375-390). Não se pretende, portanto, revelar a falsidade dos velhos textos, mas apenas precarizá-los como uma entre outras perspectivas possíveis. Em nosso caso, em boa medida o que se tem em mãos é uma *celebração de autocrítica* e de deslocamento de si, uma vez que o *próprio autor* vem dos estudos para a carreira diplomática e das pesquisas em história da política externa brasileira. É preciso rir¹⁰. Em nosso meio acadêmico, em paralelo, segundo adiantamos, trata-se de por em questão a identidade disciplinar que a “Escola de Brasília” circunscreve às Relações Internacionais como terreno de descarte das teorias e privilegiamento de conceitos brasileiros. De resto, não há dúvida de que o *HPEB* de Cervo e Bueno já alcançou aura sagrada passados quase trinta anos de sua publicação. Consideramos bem-vindos os esforços de crítica.

É preciso problematizar também a periodização histórica *deste trabalho*. De acordo com o subtítulo, trata-se de fazer uma genealogia da autonomia no Brasil para o período entre 1946 e 1974. Por quê? De modo conciso, porque este é o período da história brasileira em que *emerge o debate autonomista* no país. Didaticamente, pode-se por enquanto afirmar que o debate emerge, galvaniza-se e atinge seu máximo ponto de

¹⁰ “Os jovens são dados como adultos quando papagueiam os mais velhos; na escola enchem-lhe os ouvidos com a velha ladainha, e uma vez assimilada esta, concede-se-lhes acesso à maioria. [...] Que esforço não nos custa, pelos menos perante alguns nomes, garantir um sentimento *próprio* e rirmo-nos na cara de alguns que, com seus discursos, esperam de nós um ar beato e expressão séria!” (STIRNER, 2004, p. 58-59). O riso alivia não porque consola, mas *porque torna leve*. Deslocar-se de si é rir de si; tornar-se livre desse *espírito de gravidade*; dessa força centrípeta que tende a descobrir no centro de si algo como uma autoridade que fala. Rir de si é já rir do mundo.

tensão entre fins da década de 1940 e 1964; entre 1964 e meados dos anos 1970, o debate arrefece por força e acomodação. No fim do período sob análise, parece-nos que estarão na mesa – vencidas ou vencedoras – três *formações discursivas* amparadas em distintas compreensões semânticas da autonomia, cuja descrição este trabalho almeja empreender. De resto, a fixação nas datas inicial e final em 1946 e 1974 responde a uma questão superficial de estilo. É inocente supor que o período em destaque descola-se do resto do tempo e flutua sozinho na atmosfera. Entretanto, preocupa-nos especialmente refletir sobre os conceitos de autonomia no Brasil *de acordo com seus contextos* discursivos e de história “real” particulares. Não fosse assim, cairíamos na deliciosa tentação de reificá-los e transpô-los a outros tempos quaisquer. Em história do Brasil, é mais ou menos padronizada a preferência pela periodização referenciada aos mandatos presidenciais. À primeira vista, poderia parecer ser este nosso caso. Não temos porém predileção por submeter a complexidade da vida aos dons hercúleos ou divinatórios de homens que fizeram História – de resto homens¹¹. Alternativamente, o período histórico em recorte também pode remeter, por exemplo: (1) àquele que medeia a criação do Instituto Rio Branco (1946) e o amadurecimento do processo de profissionalização do corpo diplomático na gestão Gibson Barboza (1969-1974); (2) àquele que medeia o estabelecimento da ESG (1949) e o ápice do regime militar (1974); ou ainda (3) àquele que medeia a fundação da CEPAL (1948) e a consolidação da teoria da dependência em meados da década de 1970. Que o Leitor eleja livremente.

A presente tese estará dividida em seis capítulos, os quais buscarão endereçar três ordens de problemas relacionados. Já adiantamos que o primeiro problema refere-se à relação entre teorias de relações internacionais e conceitos do pensamento brasileiro. Nos dois primeiros capítulos, tentaremos avançar uma *ferramenta metodológica útil* a nossos esforços de análise subsequentes, a qual seja capaz de relacionar a autonomia como conceito contestado a abordagens das teorias críticas. Sem atenção às fronteiras disciplinares, faremos uso de um recurso pluralista de (anti)método. Por um lado, como trabalho de sociologia política internacional, interessa-nos aplicar a arqueo-genealogia de Michel Foucault com vistas a delimitar formações discursivas em sua relação de mútuo impacto com práticas de poder. Por outro, queremos compreender esses regimes discursivos como contextos linguísticos que a um só tempo envolvem os conceitos sob

¹¹ “E no trono mais elevado do mundo ainda estamos, porém, sentados sobre nosso traseiro. As mais belas vidas são, a meu ver, as que se conformam ao modelo comum e humano, bem ordenadas, mas sem milagre, sem extravagância.” (MONTAIGNE, 2010, s/p)

disputa e deles obtêm suas grades de inteligibilidade. Por isso, também utilizaremos a abordagem da *Begriffsgeschichte* ou história dos conceitos alemã conforme a concebe Reinhart Koselleck. Portanto, o primeiro objetivo da tese será propor uma aproximação entre as duas ferramentas de análise. Também é vital suspender a fronteira entre política interna e política externa para que possamos situar o pensamento diplomático *dentro do debate* político-discursivo daquele período histórico. Nesse aspecto, colhemos com prazer as reflexões mais recentes do pós-positivismo em relações internacionais, em especial a problematização de Rob Walker a respeito das ambiguidades modernas. Julgamos relevante situar o debate de autonomia no Brasil no quadro mais amplo das articulações políticas espaço-temporais da Modernidade. Por meio disso, poderemos trabalhar em três dimensões distintas: (1) descrever embates discursivos em curso na sociedade brasileira entre meados das décadas de 1950 e 1970 com atenção a nosso processo de modernização ocidentalizada; (2) situar os fundamentos filosóficos das visões de mundo em jogo com recurso aos conceitos modernos de tempo, espaço, emancipação e segurança; (3) e mesmo precarizar a modernidade brasileira para poder submeter à esforço de crítica perplexa o *próprio debate autonomista*.

A gratuidade aparente do significado do conceito de autonomia acarreta em seu uso corrente a tendência a tomá-lo como algo dado. Em lugar disso, porque em seu uso contextualizado discerniremos cargas semânticas contrastantes em disputa discursiva, nosso trabalho poderá ser melhor encaminhado por meio da criação de conceitos novos – os quais não se pretendem *brasileiros*. Esse é o objetivo geral dos demais capítulos da tese. Ao invés de partirmos *da autonomia do Brasil*, partiremos das práticas discursivas e de poder que historicamente constituíram, segundo nós entendemos, três domínios distintos de relação entre Estado e sociedade brasileira: a *crononomia*, a *nomonomia* e a *geonomia*. Em um jogo semântico, substituiremos o *sujeito-Brasil* (“auto”) por três referentes de regularidade discursiva: o tempo, a norma e o espaço. Como adiantamos, um dos legados do Barão do Rio Branco foi transmitir à diplomacia brasileira moderna o entendimento de “autonomia na norma”. No capítulo III, veremos como a década de 1950 testemunhou a emergência entre intelectuais engajados da concepção distinta de “autonomia no tempo”. Retornaremos a isso em detalhes. Colocadas essas premissas, podemos enunciar agora a segunda ordem de problemas do presente trabalho: como se deu a relação entre as discursividades de autonomia baseadas no tempo e na norma? Defenderemos no capítulo IV a hipótese de que *o pensamento diplomático reagiu contrariamente à crononomia* tendo-se em vista a defesa de seu monopólio na

formulação da política externa brasileira – a propósito, outro legado do Barão. Para retornarmos a um ponto anterior, esse *embate entre crononomia e nomonomia* esteve no cerne da crise do Itamaraty no final da década de 1950. No centro do problema, parece-nos que está a Política Externa Independente (PEI), anunciada em 1961. Em nossa visão, não deve ser compreendida como marco fundador, mas como ponto catalisador de tensões; ou seja, porque em sua *origem* compôs o registro discursivo da crononomia, foi inicialmente vista pelo Itamaraty como motivo de desagrado.

Paralelamente, desde fins da década de 1940, conforme veremos no capítulo V, a *geonomia* emergiu como registro discursivo característico do pensamento militar por um entendimento de “autonomia no espaço”. Isso coloca-nos diante da terceira ordem de problemas do trabalho: como se deu a relação entre as discursividades de autonomia baseadas no espaço e na norma? Finalmente, no capítulo VI, poderemos sustentar a hipótese segundo a qual *o pensamento diplomático acomodou-se favoravelmente à geonomia* não apenas para resguardar sua posição na formulação e execução da política externa, mas também para conjurar os perigos *considerados ideológicos* do registro discursivo da crononomia. Nesse processo, o americanismo tradicional acabará por ser enfim descartado, apenas e quando estiverem dadas as condições de *reinterpretação* da PEI e de *reapropriação* discursiva parcial de seu conteúdo globalista. Entre fins da década de 1960 e meados da de 1970, parece-nos que o ciclo estará fechado. Por um lado, através de um *globalismo maduro*, militares e diplomatas poderão juntar força e astúcia para tocar à frente o anseio de se projetar o Brasil no *espaço de poder* mundial; por outro, *amadurecido* em seu processo de profissionalização, cujo espelho terá sido a própria corporação militar, o Itamaraty terá condições de superar sua crise interna e evitar as consequências desagradáveis da proliferação do debate em política externa no seio da sociedade brasileira. Figura admirada no meio militar, uma vez mais o Barão terá de ser revivido de modo a cancelar a “mudança na continuidade”. Com base nisso, podemos agora enunciar a *tese* a ser defendida no presente trabalho: *entre 1946 e 1974, o debate autonomista no Brasil pautou-se por três formações discursivas – crononomia, geonomia e nomonomia – as quais partiam de distintos entendimentos acerca da carga semântica e das práticas de poder associadas à autonomia nos âmbitos políticos interno e externo e espelhavam as identidades de três grupos sociais, respectivamente, os intelectuais engajados, os militares e os diplomatas.*

O Leitor atento irá perceber, contudo, certo desnível entre os três grupos citados na articulação explícita do conceito de autonomia se observarmos as *fontes primárias*

elencadas ao longo da tese. Nesse sentido, será possível constatar que os intelectuais estiveram mais preocupados com a elucubração conceitual da autonomia se comparados com militares e diplomatas. Em uma camada mais superficial de análise, podemos compreender tal diferença exatamente como efeito das distintas funções sociais desses três grupos. Conforme veremos, os intelectuais engajados estiveram ocupados, entre meados das décadas de 1950 e 1970, em formular conceitos e modelos teóricos capazes de dar conta das intensas mudanças políticas, econômicas e sociais pelas quais passava o Brasil. Ao lado disso, era fundamental utilizar suas ferramentas analíticas como armas dentro da luta ideológica brasileira. No entanto, por sua própria função social, os intelectuais dependiam de sua capacidade de influência indireta sobre as decisões políticas tomadas na esfera do aparelho estatal. Por essa razão, entre a década de 1950 e o golpe civil-militar de 1964, buscaram associar-se às reformas propostas pelos governos populistas. Após 1964, a elaboração teórico-conceitual dos intelectuais engajados no exílio voltou-se principalmente para as possibilidades de revolução social, as quais do ponto de vista das práticas de poder foram testadas pelos grupos de guerrilha não apenas no Brasil, mas por toda a América Latina.

Por sua vez, militares e diplomatas distinguem-se dos intelectuais engajados, na medida em que configuram carreiras de Estado. Dessa forma, estiveram relativamente menos preocupados com a elaboração conceitual da autonomia, pois suas práticas de poder no próprio aparelho do Estado permitiam exercer ou tentar implementar suas visões discursivas dentro do debate brasileiro. Há, no entanto, importante ponderação a ser feita. Na década de 1950, de modo especial, os militares brasileiros estiveram bastante envolvidos com a formulação de conceitos e modelos teóricos aptos a entender o Brasil e modular suas possibilidades de autonomia. No pensamento militar brasileiro, porém, o conceito de autonomia *per se* tem menos espaço se comparado com outras ferramentas de análise. Por esse motivo, buscaremos delinear sua perspectiva dentro do debate autonomista com recurso a conceitos paralelos tais como segurança nacional e poder nacional. No caso dos diplomatas, outra linha de explicação parece plausível. Parece-nos que sua relativa ausência no debate acerca do conceito de autonomia no Brasil decorre de sua opção deliberada por aparentarem isenção e distanciamento em face das lutas ideológicas da política interna. Porque compreendem a si próprios como agentes estatais devotados a formular e executar a política externa – supostamente contínua –, o pensamento diplomático toma o conceito de autonomia decisória como algo dado e imune às turbulências políticas domésticas. Assim, esforço central ao

presente trabalho é colocá-los *dentro do debate*, o que implica suspender a separação entre os âmbitos políticos interno e externo.

Em uma camada mais profunda de análise, conforme veremos em detalhes, é possível afirmar que os três grupos sociais – intelectuais, militares e diplomatas – participaram do debate conceitual de autonomia na medida em que respondiam no contexto brasileiro ao dilema da própria Modernidade ocidental. Em outras palavras, a autonomia é um conceito historicamente datado que presume a articulação entre os conceitos modernos de tempo e espaço. Pensar a autonomia do Estado nacional e do indivíduo racional implicava a aceitação tanto de uma compreensão linear e homogênea do tempo quanto excludente e homogênea do espaço. Evidentemente, o debate no Brasil não esteve apartado desses fundamentos epistemológicos da Modernidade ocidental; muito pelo contrário, pois o pensamento produzido no Brasil recebia e recebe o influxo das ideias geradas nos centros desenvolvidos. Também é possível entender o quadro do debate autonomista presente nesta tese por meio de uma terceira linha de interpretação. Como esforço de contra-memória, faremos *uso paródico* da própria historiografia da política externa brasileira, cuja obsessão parece ser encontrar as linhas de continuidade do conceito de autonomia ao longo do tempo, o que implica encontrá-lo proliferado aqui e acolá. Dessa forma, dentro do espírito transdisciplinar da sociologia política internacional, a literatura emergirá marginalmente não apenas como elemento de crítica desmascaradora, senão também como tentativa de aliviar a seriedade dos historiadores e de suas fontes primárias. Portanto, que o Leitor perdoe-nos o sem número de repetições da palavra “autonomia” – inclusive nos títulos das seções da tese. É nossa maneira de traduzir em *fenômeno textual* os ânimos intensos que a palavra desperta.

CAPÍTULO I

DISCURSOS E CONCEITOS

1.1 A arqueo-genealogia

Nas décadas de 1960 e 1970, Michel Foucault desenvolveu seu método arqueo-genealógico de análise do discurso por meio de trabalhos monográficos e de suas aulas no Collège de France, todos os quais com recorte iconoclástico. Segundo Philip (1990, p. 67), seu objetivo primário foi prover a crítica do modo como as sociedades ocidentais modernas controlam e disciplinam suas populações através de práticas e saberes das ciências humanas, tais como a psiquiatria, a criminologia e a economia política. Assim, a partir do final do século XVIII, as ciências do homem estabeleceram um novo regime de poder a ser exercido por mecanismos disciplinares destinados a normalizar o comportamento humano em locais como as fábricas, as escolas, os hospitais, as prisões e o ambiente familiar. Desde o Iluminismo, o homem racional tornou-se a um só tempo sujeito de conhecimento e sujeito ao Estado, em um processo no qual as ciências humanas respaldaram a construção política das sociedades modernas, no seio das quais a doença, a insanidade, a irracionalidade e a delinquência enquadraram-se via poder normalizador. Em sua arqueo-genealogia, Foucault submete as grandes verdades e as grandes sínteses que estruturaram a matriz moderna de saber-poder a um processo de

desmascaramento, com o objetivo anárquico de dar voz a indivíduos e comunidades locais, cujos saberes são sujeitos (PHILIP, 1990, p. 76).

Publicada em 1966, *As palavras e as coisas* pode ser considerada sua obra mais significativa do ciclo arqueológico. Precisamente, o texto propõe-se a traçar a origem histórica das ciências humanas na Modernidade, as quais tiveram o homem como sujeito e objeto de conhecimento. Com tal objetivo, Foucault rechaça veementemente a abordagem progressiva da história das ideias. Em lugar disso, adota o conceito de *epistémê*, o qual designa as relações discursivas de uma determinada época histórica. Em sua análise, Foucault (2007) pensa a história do pensamento ocidental tripartida em *epistémê* do Renascimento, da Era Clássica e da Modernidade, cada uma das quais caracterizada por relações específicas entre a linguagem e as coisas. A passagem entre uma e outra *epistémê* jamais ocorre por transição evolutiva, mas sim por ruptura discursiva. Assim, na *epistémê* que pautou o Renascimento, havia semelhança entre palavras e coisas, vale dizer, a linguagem era compreendida como parte do livro do mundo, ou da própria Natureza. No período clássico, iniciado no século XVII pelo pensamento cartesiano, Foucault percebe o surgimento do postulado da representação, quer dizer, da necessidade de se determinar por meio da linguagem relações de significação que permitissem a classificação das coisas das mais simples às mais complexas em um *tableau* ou taxionomia espacial. Nesse passo, surgiram a gramática, a análise das riquezas e a história natural.

Somente no final do século XVIII, segundo Foucault (2007), tem início a ruptura epistêmica que dá origem ao homem e às ciências humanas. Na *epistémê* moderna, surge o duplo empírico-transcendental, ou seja, o homem aparece pela primeira vez como fundamento e objeto do saber. Assim, em torno da linguagem, da vida e do trabalho, surgem as ciências da filologia, da biologia e da economia política. Ao lado disso, a *epistémê* moderna apresenta as condições para o surgimento da consciência histórica, visto que a ênfase espacial clássica é substituída pela ênfase temporal dos conceitos de evolução e sucessão. A análise de Foucault em *As palavras e as coisas* caminha para o diagnóstico da “morte do homem”, uma vez que se testemunhou no século XX o início da crise da *epistémê* moderna, bem como do humanismo que lhe deu sustentação. Em seu lugar, a abordagem estruturalista, desprovida do sujeito homem, e a linguagem tomaram à frente das preocupações filosóficas. Por um lado, a psicanálise deu início ao trabalho de desmonte do *cogito* cartesiano, voltando-se para o estudo da linguagem inconsciente. Por outro, a etnologia deslocou a importância das sociedades

industrias ocidentais, por meio da análise de organizações sociais não europeias. De sua parte, a consciência história e a crença no progresso humano entraram no século XX em franca decadência.

Em razão de sua recusa do sujeito e do sentido histórico, bem como do destaque sincrônico de suas análises, Foucault foi na década de 1960 considerado estruturalista, rótulo que sempre rejeitou. Segundo White (1973, p. 23-26), Foucault dividiu com Lacan, na psicanálise, e Lévi-Strauss, na etnologia, a convicção de que as estruturas profundas da consciência humana deveriam ser estudadas a partir da linguagem. No entanto, o que torna Foucault um pós-estruturalista ou mesmo um anti-estruturalista foi o fato de ter utilizado a estratégia interpretativa do estruturalismo contra as ciências humanas e, particularmente, contra o próprio estruturalismo. Por meio de sua análise epistêmica presente em *As palavras e as coisas*, Foucault buscou efetuar a arqueologia das ciências humanas, quer dizer, escavar e situar seu contexto de origem histórica na Modernidade. No que se refere ao estruturalismo, por sua vez, Foucault ironicamente o situou como a fase final do desenvolvimento do pensamento ocidental iniciado na Renascença, ainda prisioneiro da necessidade de se buscar a correlação transparente entre a linguagem e as coisas. Se, além disso, Foucault escreve uma história, seu alvo principal foi demolir as categorias convencionais da história das ideias. O que pretendeu em seu ciclo arqueológico, fiel ao legado sofista, foi demonstrar o caráter figurativo e contingente da linguagem, utilizada a cada momento histórico para a construção de saberes, os quais não apresentam entre si a suavidade da progressão.

Por um lado, ademais, Foucault em seu ciclo arqueológico não poderia ser definido como estruturalista no sentido oriundo da linguística estrutural de Saussure. Em sua utilização do conceito de *epistémê*, Foucault rejeita a ideia de um significado transcendental ao qual todos os significantes façam referência, de modo que não trabalha com a concepção de signo com firmes fundações, tal como emerge na obra de Saussure. Assim, seu projeto arqueológico refuta esse estruturalismo do signo, bem como o faz em relação ao estruturalismo da estrutura. Na visão de Piaget, esse último tipo de estruturalismo deveria dar conta de explicar estruturas, entendidas por ele como sistemas de transformação. No que se refere à arqueologia de Foucault, considera Piaget que seu conceito de *epistémê*, embora promissor por ter sido capaz, em *As palavras e as coisas*, de descobrir as estruturas epistemológicas que regram as ciências em um dado período histórico – em seu caso, no período que se inicia na Renascença e termina no século XIX –, não foi capaz de desenvolver um método que explicasse a transformação

de uma *epistémê* a outra dentro da história das ciências (MEGILL, 1979, p. 468-470). Ora, conforme afirmado, Foucault propõe seu método arqueológico na década de 1960 como anti-método em oposição às transformações suaves da história das ideias. Em lugar disso, ressaltou o rompimento abrupto de uma *epistémê* a outra, assim como recusou-se a buscar fundações de essência na linguagem.

De acordo com Megill (1979, p. 470-477), só é possível pensar o estruturalismo no ciclo arqueológico de Foucault uma vez que se leve em conta seu apego apolíneo às metáforas espaciais, especialmente em *As palavras e as coisas*, as quais são também caras às análises do estruturalismo propriamente dito. Na passagem da década de 1960 à década de 1970, Foucault teria na visão do autor dado início à rebelião dionisíaca dentro de sua própria obra, a qual marcou o início de seu ciclo genealógico, assim como o abandono final de sua empreitada quase estruturalista da arqueologia do saber. Nos anos 1970, assim, Foucault incorporou definitivamente a influência de Nietzsche em seu pensamento. Ainda conforme Megill (1979, p. 477-481), na década de 1960 o aporte nietzscheano em sua obra pode ser percebido, em primeiro lugar, por meio da utilização de Nietzsche como um exemplar da experiência da loucura, modo com o qual se o apresenta em sua *História da loucura*. A partir da publicação de *O nascimento da clínica*, em 1963, Foucault começa a adotar o perspectivismo de Nietzsche, com o que passa a recusar a necessidade de se encontrar um significado último ou verdade histórica, hábitos que caracterizavam a história das ideias. Em seu lugar, Foucault adota a premissa nietzscheana anti-essencialista de que não há fatos históricos cuja verdade se possa descobrir, mas tão somente uma sucessão de interpretações.

Na década de 1970, em especial desde a publicação de *Vigiar e punir* com seus estudos acerca do sistema penitenciário, Foucault assume completamente o legado filosófico e crítico de Nietzsche, do qual adota inclusive o nome para seu novo método de análise do discurso, a genealogia. De sua parte, Nietzsche propôs-se a perscrutar na década de 1880 a genealogia dos conceitos morais no Ocidente. Em Foucault, tratou-se de fazer uma genealogia do poder, projeto intelectual que incorporou o ceticismo de Nietzsche em face da teoria do progresso, tanto quanto sua convicção de que é a vontade de potência a única constante da história humana. Em seus trabalhos da etapa arqueológica, Foucault ainda sustentava uma concepção negativa do poder, entendida como uma entidade que exclui, reprime, censura, abstrai e mascara, cuja ilustração se percebe, por exemplo, em sua visão de que o hospital psiquiátrico foi pensado no percurso ocidental como um espaço de exclusão da loucura a partir do início da

prevalência da matriz cartesiana racionalista, no século XVII. Em suas genealogias dos anos 1970, ao contrário, seu conceito de poder é reformulado e torna-se positivo. Vale dizer, sua análise do sistema penitenciário no Ocidente conclui que as novas estruturas do poder disciplinar e do panopticismo mais criaram ou engendraram a figura do delinquente do que propriamente o reprimiram. Igualmente, suas análises acerca da história da sexualidade, iniciadas em 1975, formulam o poder de modo positivo, para se opor à hipótese repressiva freudiana tradicional, segundo a qual na Era Vitoriana a sexualidade era mascarada (MEGILL, 1979, 488-491).

Não se trata, contudo, de afirmar que o método genealógico de Foucault substitui e elimina seu ciclo arqueológico. Em realidade, a genealogia aperfeiçoa muitas teses suas avançadas na década de 1960, sobretudo no que se refere às análises dos saberes das ciências humanas, os quais doravante seriam acoplados a seus estudos sobre o poder, com o que se originou seu conceito central de regimes de saber-poder. De modo análogo, do ponto de vista metodológico, é mais adequado denominar como arqueo-genealogia o conjunto de seu ferramental analítico utilizado até a década de 1970. O trabalho teórico de Foucault em sua análise do discurso jamais propôs-se a ser sistemático. Muito ao contrário, suas obras apresentam constantes deslocamentos em relação a suas teses iniciais. Assim, não é tarefa trivial apresentar seu método de análise como um todo coerente e retilíneo. Sem sombra de dúvida, porém, sua arqueo-genealogia é fundamental não apenas para que se possa efetivar a delimitação de discursividades distintas com ênfase na descontinuidade, mas também e principalmente para que se as relacione de modo umbilical a disputas de poder. O caráter movediço de suas análises representa, primordialmente, seu constante esforço de autocrítica¹².

Em 1969, Foucault publicou seu *A arqueologia do saber*, trabalho cujo conteúdo é eminentemente metodológico, no qual buscou delinear e consolidar as estratégias de análise de discurso utilizadas em suas obras da década de 1960, as quais compõem seu mencionado ciclo arqueológico. Com base nesse texto, Andersen (2003, p. 8-10) expõe

¹² “E isso me leva a algo como uma espécie de confiança: é que, para mim, o trabalho teórico não consiste [...] em estabelecer e fixar o conjunto das posições nas quais eu me manteria e cujo vínculo [...] supostamente coerente formaria um sistema. Meu problema ou a única possibilidade de trabalho teórico que me anima seria deixar, de acordo com o desenho mais inteligível possível, o vestígio dos movimentos devido aos quais não estou mais no lugar em que estava há pouco. Donde, vamos dizer, essa perpétua necessidade [...] de fazer de certo modo o levantamento dos pontos de passagem em que cada deslocamento pode vir por conseguinte a modificar, se não o conjunto da curva, pelo menos a maneira como podemos lê-la e podemos apreendê-la no que ela pode ter de inteligível. Esse levantamento, por conseguinte, nunca deve ser lido como o plano de um edifício permanente. [...] Trata-se, mais uma vez, de um traçado de deslocamento, isto é, não de um traçado de edifício teórico, mas do deslocamento pelo qual minhas posições teóricas não param de mudar.” (FOUCAULT, 2014a, p. 70-71)

de forma didática em que consiste a estratégia foucaultiana de análise do discurso. Em primeiro lugar, três conceitos são centrais à abordagem arqueológica: enunciado, discurso e formação discursiva. O enunciado pode ser considerado o átomo do discurso, ou sua menor unidade. O discurso é um corpo demarcado de enunciados dispersos que servirão ao trabalho descritivo do estudioso. A partir dessa descrição, o analista do discurso poderá discernir regularidades discursivas, as quais darão as feições de uma ou mais formações discursivas. Nesse trabalho de detecção de regularidades, porém, a arqueologia não se confunde com a análise textual. Quer dizer, a delimitação discursiva jamais pode estar restrita à soberania do livro, uma vez que todo livro só pode ser compreendido dentro de um sistema de referências que o relacione com outros livros, cujas condições de possibilidade se determinam pelo próprio campo discursivo. Além disso, essa regularidade discursiva não deve se confundir com a busca das intenções de um autor na unicidade de sua obra.

Trata-se, assim, de uma dispersão de enunciados, não enclausurados seja pela entidade do livro, seja pela entidade do autor. A análise do discurso em Foucault não se propõe a desvendar as motivações secretas do autor, senão submete-o à exterioridade das regras da própria formação discursiva. Sua arqueologia também rechaça fazer o comentário do discurso. Em outras palavras, conforme mencionado, Foucault recusa-se a buscar o significado escondido ou a verdade profunda do discurso, o que o vincula estreitamente ao perspectivismo de Nietzsche¹³. Em lugar disso, trata-se de descrever as práticas discursivas em sua positividade ou exterioridade, indagando-se as condições de possibilidade histórica de sua emergência¹⁴. Foucault busca descrever uma dispersão de enunciados em sua aparência, para que se possa discernir a regularidade de formações discursivas. Não se trata, assim, de indagar o ser de um enunciado, ou qual seu significado, mas sim de se perguntar como pôde tal enunciado existir historicamente em

¹³ “Assim concebido, o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegética: tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que se ouça, quando se sabe escutar, oráculos retrospectivos; ele aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência a questão do poder: um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política.” (FOUCAULT, 2013a, p. 147-148)

¹⁴ “A análise enunciativa só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados – [...] A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não dito que involuntariamente escondem, o que nelas estava dito e o não dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar.” (FOUCAULT, 2013a, p. 133)

lugar de outros¹⁵. É preciso ter em mente que Foucault, ao propor sua arqueologia do saber, buscava uma alternativa analítica tanto à história da ciência, ancorada na premissa de que há progresso no conhecimento, quanto à tradição marxista, que supunha o conhecimento como parte de um aparato ideológico. Ao mesmo tempo, embora tenha flertado com o estruturalismo, negava sua premissa fundamental quanto à busca do não-dito na estrutura da linguagem. Por isso, é importante compreender a inovação metodológica de seu conceito de formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. [...] E se conseguir demonstrar [...] que a lei de tal série é precisamente o que chamei, até aqui, *formação discursiva*, se conseguir demonstrar que esta é o princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados [...], o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico. (FOUCAULT, 2013a, p. 47; p. 131)

Por um lado, a publicação de *A arqueologia do saber* representou notável esforço de Foucault em sistematizar metodologicamente seus trabalhos anteriores, em que pese o caráter movediço de suas análises. Por outro, contudo, o ferramental ali exposto jamais foi aplicado de forma pura em seus estudos subsequentes. O início do ciclo genealógico, na década de 1970, representou importante movimento de autocrítica em relação à sua arqueologia do saber. Segundo Dreyfus e Rabinow (1983, p. 85-87), ao aferrar-se ao princípio da exterioridade e à pura descrição de formações discursivas, com o que rechaçava a busca por verdade última e significado na linguagem, Foucault parece ter situado a si mesmo em um vácuo, desprovido de fundações para sua própria fala. A abordagem arqueológica aplicada ao estudo das ciências humanas foi importante por descartar uma concepção ingênua da verdade, por meio de seu desnudamento enquanto construção histórica. No entanto, em sua arqueologia arriscou-se a dirigir-se a uma posição de niilismo extremo. Além disso, Foucault enfrentou em seu ciclo

¹⁵ “A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? [...] Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semissilenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 2013a, p. 33-34)

arqueológico a ambiguidade de seu próprio lugar de fala. Como analista do discurso, encarregado de sua descrição pura, buscava situar-se distanciado das formações discursivas que descrevia, ao passo que como sujeito histórico interessado não era possível evitar envolver-se.

Sobretudo, essa ambiguidade refletiu o desequilíbrio entre teoria e prática em seus estudos do ciclo arqueológico. Conforme afirmado, na década de 1960 Foucault voltou-se para a descrição discursiva dos saberes das ciências do homem, opção que privilegiou a teoria sobre a prática. Pondo em suspenso a verdade e o sentido, buscava detectar a inteligibilidade das formações discursivas, regras que se atribuía ao próprio nível aparente do discurso, não a seu analista, o qual se presumia metodologicamente distanciado. Em seus trabalhos do ciclo genealógico, equilibra a relação entre teoria e prática, de modo a sanar o problema de sua própria posição. A partir de então, Foucault situa a inteligibilidade das ciências humanas não apenas no próprio nível teórico e discursivo, senão também e principalmente em um conjunto de práticas discursivas e em um aparato institucional por meio dos quais os saberes puderam disseminar-se. Em outras palavras, na década de 1970 sua virada metodológica deve-se à introdução da análise do poder em seus estudos. Em paralelo, influenciado pelo impacto dos levantes estudantis do Quartier Latin em 1968, bem como pelo abandono dos últimos vestígios do estruturalismo em sua obra, Foucault passa a pensar de modo ativo e participante a sua posição nas práticas sociais que investiga. Desde então, a arqueologia submete-se à genealogia, e a arqueo-genealogia emerge como ferramenta metodológica (DREYFUS & RABINOW, 1983, p. 101-103).

Nesse sentido, é preciso considerar suas genealogias do sistema penitenciário, da sexualidade e das ciências humanas como um ato político, na medida em que seu discurso torna-se uma forma de ação, sua teoria é a própria prática. Em sua atividade como intelectual, Foucault rejeita a busca por uma teoria global que se pudesse aplicar aos problemas políticos, bem como não busca oferecer um método que resolva as questões filosóficas fundamentais. A um só tempo, Foucault opõe-se à separação liberal e humanista entre poder e conhecimento e critica a abordagem marxista do poder como exploração econômica e dominação de classe. Vista da perspectiva da orientação política de seu projeto intelectual, *A arqueologia do saber* emerge, por sua vez, mais do que uma crítica à tradicional história das ideias, como uma paródia do anseio cientificista por encontrar um método adequado. Foucault não busca um método capaz de superar os demais em termos de objetividade e abrangência, senão cria ferramentas

de análise capazes de dar conta dos conflitos político-intelectuais do tempo presente. Dessa forma, sua arqueo-genealogia torna-se um anti-método, pois descarta a ilusão de que é possível empregar um método de análise apolítico (SHINER, 1982, p. 382-386).

De acordo com Shiner (1982, p. 386-389), a genealogia do poder de Foucault pode ser entendida em dois sentidos. Em primeiro lugar, assim como em Nietzsche, a genealogia volta-se contra a historiografia humanista, em particular contra a história das ideias. Nesse aspecto, é fundamental sua crítica à ideia de origem. Na visão tradicional, seria tarefa do historiador traçar o ponto de origem de ideias ou instituições com o intuito de desvelar seu momento de fundação e encontrar a fonte de seu significado essencial. A partir disso, deveria o historiador trilhar seu desenvolvimento contínuo no tempo, seja por meio do progresso, seja por meio da decadência. Foucault rejeita com veemência essa concepção de origem, assim como a possibilidade de continuidade histórica. Em consequência, também rejeita a ideia de autor ou sujeito constituinte criador e fiador dessa linha suave de percurso contínuo. Em seu lugar, a genealogia do poder propõe pensar uma constelação dispersa de relações de saber-poder com ênfase nos pontos de ruptura entre elas, assim como procura entender a constituição histórica do próprio sujeito. Em segundo lugar, onde se opôs abertamente à tradição marxista em voga na década de 1970, a genealogia rechaça a tendência da teoria política em conceber o poder como um objeto possuído por uns à custa de outros, ou, em outras palavras, Foucault negou-se a pensar o poder em termos da divisão entre dominantes e dominados, com o que deu início a suas análises microfísicas do poder. Assim como Nietzsche, Foucault propôs a genealogia como uma ferramenta – irônica e agonística – de construção de contra-memória e de luta política e intelectual.

Suas genealogias partem da importante questão, já iniciada em sua arqueologia do saber, das relações entre linguagem e verdade. Conforme Foucault (1997, p. 15-19) afirma em conferência de 1975 sobre Nietzsche, Freud e Marx, retomando sua análise de *As palavras e as coisas*, no século XVI a interpretação dos símbolos da linguagem partia do postulado da semelhança entre as coisas, em uma série que unia em um espaço homogêneo mundo animal e vegetal, corpo e alma, natureza e sobrenatureza, para que se pudesse descobrir por espelhamento entre terra e céu o significado primeiro das palavras. O *consensus* do mundo garantia-se em Deus na verdade da linguagem, em oposição ao *simulacrum*, ao falseamento do Diabo. Foucault situa nos filósofos da suspeita, a partir do século XIX, o rompimento dessa técnica de interpretação, uma vez que deixa de existir um objeto primeiro a se interpretar, em lugar do qual emerge uma

remissão eterna de interpretações. Especialmente, é Nietzsche quem denuncia por meio de sua genealogia a busca de profundidade e de significado oculto na interpretação da linguagem como invenção dos filósofos. O consenso desaparece, pois não mais se pode buscar interpretar a verdade oculta na origem, pois se percebe o papel do símbolo como máscara de interpretações, as quais se baseiam mais na violência de lutas históricas de poder do que na mera elucidação do conhecimento puro. Nietzsche, por sua vez, busca a profundidade na linguagem apenas para poder escavá-la a fundo e desnudar a origem espúria das próprias coisas.

Publicada em 1887, a *Genealogia da moral* de Friedrich Nietzsche não apenas é a inspiração central de Foucault para a reformulação da genealogia como método – ou anti-método –, mas também propõe uma história dos conceitos cuja preocupação com a etimologia das palavras e com as lutas de poder será retomada pela *Begriffsgeschichte*, a história dos conceitos alemã, na década de 1960, a qual será abordada na seção que segue. Em seu texto seminal, Nietzsche (2009, p. 16-28) disputa a noção corrente de que os conceitos morais de “bom” e “mau” estão ligados em sua origem à naturalidade da distinção entre altruísmo e egoísmo. Alternativamente, estuda a distinção histórica e etimológica entre os conceitos de “bom” e “ruim”. Segundo Nietzsche, a origem do conceito de “bom” não se relaciona à diferença moral entre egoísmo e não egoísmo, mas sim ao direito senhorial de dar nomes, o qual existiu, por exemplo, entre os gregos. Por meio de análise etimológica, Nietzsche descobre que o conceito de “bom” esteve em várias línguas historicamente ligado à “nobre”, “poderoso”, “aristocrático” e “belo”. Para diferenciar-se das camadas inferiores, os senhores criaram o conceito de “ruim” para designá-las. Assim, em alemão, *schlecht* (ruim) aproxima-se de *schlicht* (simples). Na visão de Nietzsche, a associação entre “bom” e “altruísta” emergiu historicamente apenas com a vitória da “rebelião escrava” que disseminou a moral judaico-cristã, a qual atribuiu tais valores aos despossuídos, fracos e decadentes, caracterizando os senhores e bem-nascidos como “maus”. Em sua genealogia, Nietzsche propõe-se a enxergar na origem dos conceitos, portanto, nada que se assemelhe a uma verdade passiva, senão o imperativo de interpretações impostas por posições de poder.

Em sua obra, Nietzsche não somente problematiza as origens, mas também demonstra profundo desprezo pela febre historicista que contaminou os hegelianos, seus inimigos mortais, no século XIX. Em sua visão (2005, p. 68-71), o excesso de História,

endeusada com as noções de progresso e de sentido histórico¹⁶, é um desserviço à força criativa do ser humano, o qual, diferentemente do animal, que vive de modo a-histórico e imerso no tempo presente, curva-se sob o fardo esmagador do tempo passado, com o que estiola e degenera suas capacidades vitais. Por meio de uma “história monumental”, grandes personalidades do passado impressionam por seus traços artificiais e maravilhosos, monumentos que se constroem à custa do esquecimento de segmentos do passado, acima dos quais emergem fatos mascarados como ilhas isoladas. Se predomina a visão de uma “história tradicionalista”, ressalta o gosto pela conservação e veneração do passado, com o que tudo que é pequeno, limitado e envelhecido recebe sua aura de dignidade e intangibilidade próprias, ao passo que o que é novo e está prestes a nascer é atacado e rejeitado. Da necessidade de libertação dos oprimidos advém o impulso por uma “história crítica”, a qual seja capaz de romper com o passado e colocá-lo diante do veredicto da justiça (NIETZSCHE, 2005, p. 82-98). Na Revolução Francesa, por exemplo, o rei Luís XVI é julgado e condenado pelos jacobinos no tribunal da História, o que implica, inclusive, a tentativa de refazimento da própria contagem do tempo por meio da reforma do calendário. Nietzsche suspeita não apenas da possibilidade de avanço por meio dessa justiça histórica, mas também e principalmente do perigo que a idolatria esclerosante do passado representa para a vida.

Por meio de uma leitura atenta da *Genealogia da moral*, Foucault anuncia em seu famoso ensaio *Nietzsche, a genealogia e a História*, publicado em 1971, sua virada metodológica da década de 1970. Assim, a genealogia é proposta como antítese da História, pois se opõe à pesquisa da “origem”, bem como das significações ideais e das teleologias a ela amarradas. Cara à tradição historiográfica que surge no século XIX, o que a pesquisa da “origem” (*Ursprung*) busca é recolher nela a essência exata de uma coisa em sua identidade pura e fundacional, para o que se deve depurar tudo que lhe

¹⁶ Na contramão de seu tempo, Nietzsche buscou resgatar o apreço dos antigos pela concepção cíclica do tempo, expressa por seu Zarathustra: “Tudo vem, tudo retorna; rola eternamente a roda do ser. Tudo morre, tudo volta a florescer, corre eternamente o ano do ser. Tudo se rompe, tudo é novamente ajeitado; eternamente constrói-se a mesma casa do ser. Tudo se despede, tudo volta a se saudar; eternamente fiel a si mesmo permanece o anel do ser. Em cada instante começa o ser; em redor de todo o Aqui rola a esfera Ali. O centro está em toda a parte. Curva é a linha da eternidade.” (NIETZSCHE, 2011, p. 209). Nutria, ao mesmo tempo, profunda suspeita ao sistema hegeliano, o qual supunha as faculdades teleológicas da História, pensada como um processo dialético, linear e progressivo. Por detrás da grandiloquência e da vanidade de Hegel e de seu “espírito do mundo”, Nietzsche desvelava suas ambições como sujeito de seu próprio tempo: “A história compreendida à maneira hegeliana foi ironicamente chamada de a marcha de Deus pela terra, mas sendo este próprio Deus somente uma criação da história. Foi nas cabeças hegelianas que ele se tornou transparente e compreensível para si mesmo, tendo já transposto todos os graus dialeticamente possíveis do seu futuro até esta última autorrevelação: de maneira que, para Hegel, a culminância e o acabamento do processo universal coincidem com sua própria existência berlinense.” (NIETZSCHE, 2005, p. 145)

possa ser acidental e externo, de modo a se desenhar a continuidade linear e suave de sua progressão no tempo. O genealogista, por sua vez, rechaça a crença nessa abordagem metafísica¹⁷. Em lugar da quimera da origem, com base nos próprios termos de Nietzsche, Foucault (2014b, p. 55-70) propõe que se investiguem a “proveniência” (*Herkunft*) e a “emergência” (*Entstehung*) das coisas, para que se possa utilizar a história contra a História, para que a genealogia crie uma contra-memória. Investigar a proveniência implica demarcar os acidentes, os desvios, os erros, as falhas de apreciação e os maus cálculos que deram nascimento ao que existe no tempo presente. Assim, como afirmou Nietzsche, a origem da moral não deve ser venerada, mas criticada. A pesquisa da emergência, por sua vez, implica por a nu o jogo da dominação e da violência repetida e envolvida na série de interpretações que pautaram a história. Como alternativa à metafísica da origem, Foucault propõe fazer uma história “efetiva” (*Wirkliche Historie*):

A história “efetiva” se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. Tudo em que o homem se apoia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retrazá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isso. [...] Há toda uma tradição da história (teleológica e racionalista) que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal – movimento teleológico ou encadeamento natural. A história “efetiva” faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento. (FOUCAULT, 2014b, p. 72-73)

A partir das três modalidades de História definidas por Nietzsche, Foucault (2014b, p. 80-86) anuncia a necessidade de se opor três usos alternativos da história por meio da genealogia, os quais devem direcionar-se a esforços de contra-memória. Em lugar da história monumental, o genealogista deve submeter as veneráveis figuras do passado ao *uso paródico*, as quais devem assim resumir-se a máscaras em um carnaval, identidades que se reivindicam de tempos em tempos na palhaçada da História. Contra a história-antiquário, preocupada em descobrir as raízes da identidade nacional, assim como em desenhar e preservar seus traços contínuos no tempo, a genealogia busca

¹⁷ “Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? [...] O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate.” (FOUCAULT, 2014b, p. 58-59)

efetuar um movimento de *dissociação dessa identidade*, por intermédio da exposição de suas fissuras e descontinuidades. Em terceiro lugar, o genealogista recusa-se a acreditar na capacidade de a História corrigir as injustiças do passado com base na verdade julgadora que se possui no presente. Ao contrário, o genealogista não admite a premissa de neutralidade da consciência histórica, na medida em que submete a história à constante da *vontade de potência*. Ao invés de detectar um fio condutor à descoberta progressiva da verdade julgadora, a genealogia desnuda a história como uma sucessão de atos de violência, os quais impuseram, a cada momento, um leque de interpretações acerca da linguagem, jamais desinteressadas.

Segundo afirma White (1966, p. 116), Nietzsche detestava a História mais do que detestava o Cristianismo, pois a História promovia um voyeurismo debilitante no ser humano, o qual supunha viver em um mundo onde tudo de importante já deveria ter ocorrido, em quem se reprimia o impulso heroico e criativo capaz de dotar de sentido sua existência transitória. A partir do século XX, aquele que pesquisa a História como um fim em si mesmo deve parecer o praticante de uma necrofilia cultural, pois encontra mais valor e interesse nos mortos e moribundos do que nos vivos. De acordo com White (1966, p. 126-131), em sua pretensão de posicionar a História como intermediária entre a arte e a ciência, os historiadores da segunda metade do século XIX legaram o apego a concepções já ultrapassadas da própria arte e ciência. Por um lado, a era de ouro da História aferrou-se ao Romantismo, com o que teve início a glorificação tanto de figuras veneráveis do passado quanto das tradições nacionais. Por outro, o hábito original dos historiadores oitocentistas amaldiçoou a História com a necessidade positivista de se obter rigor científico e neutralidade. Em face das modificações na arte e na ciência operadas desde o século XX, por exemplo, por meio das vanguardas artísticas e da revolução da física quântica, o autor propõe outra concepção para a pesquisa histórica, a qual converge com a abordagem genealógica. Assim, tendo como preocupação seu valor heurístico, o historiador deve assumir deliberadamente certa perspectiva acerca de seu objeto de análise, eliminando o afã de alcançar o esgotamento dos dados¹⁸.

De acordo com Bartelson (1995, p. 73-78), nesse sentido, uma genealogia deve apresentar três características, ou seja, deve ser efetiva, episódica e exemplar. Para

¹⁸ “Thus envisaged, the governing metaphor of an historical account could be treated as a *heuristic rule which self-consciously eliminates certain kinds of data from consideration as evidence*. The historian operating under such a conception could thus be viewed as one who, like the modern artist and scientist, seeks to exploit a certain perspective on the world that does not pretend to exhaust description and analysis of all of the data in the entire phenomenal field but rather offers itself as *one way among many* of disclosing certain aspects of the field.” (WHITE, 1966, p. 130)

oferecer uma história “efetiva”, o genealogista deve, em primeiro lugar, abandonar o voyeurismo aos mortos e moribundos, buscando partir de um problema do presente, o qual, em seu tempo, seja considerado uma questão não problemática e atemporal. Conforme salientado, o caráter efetivo da genealogia pressupõe, por um lado, o rechaço à descoberta da “origem”, bem como recusa-se a pensar a história nos termos de uma teleologia ou futuro idealizado. Além disso, uma genealogia deve ser episódica, na medida em que não se propõe a recuperar a densidade e a significação do passado “como realmente ocorreu”, por exemplo, através do esgotamento documental, o qual, supostamente, desvelaria a “verdade dos fatos”. Com base no que se definiu como ponto de partida, quer dizer, um problema presente, o genealogista deve adotar e expor sua perspectiva, a partir da qual determinará quais episódios – no sentido foucaultiano de relações de forças implicadas na constante batalha de interpretações – estão envolvidos na emergência e na proveniência históricas desse seu problema presente. Por fim, uma genealogia deve ser exemplar, pois deve basear-se em exemplos oriundos dos episódios invocados para explicar a formação efetiva do problema presente, de modo a amparar suas ilações em raciocínio indutivo. A abordagem genealógica não pende ao arbitrário, ficcional e fluido por mero apreço estético, senão em consequência do rechaço em se amparar a história em uma âncora sólida, porém metafísica, externa a si.

Essa abordagem dispersiva e descontínua descarta a necessidade suposta de se esgotar a riqueza das fontes pela razão mesma que não crê na possibilidade de verdade histórica, tampouco na obtenção de uma história total por intermédio da escolha do método correto de análise. Isso redireciona-os para o conceito foucaultiano de arquivo, proposto ainda durante seu ciclo arqueológico. Esse arquivo não se confunde com o arquivo no sentido da historiografia tradicional, ou seja, como manancial de fontes que se deva exaurir. Trata-se de um conjunto de enunciados dispersos, entendidos como acontecimentos, da massa discursiva cuja delimitação cabe ao genealogista fazer, a partir do que buscará descrever a regularidade de uma ou mais formações discursivas¹⁹.

¹⁹ “Em vez de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisa de outro) que proponho chamar de *arquivo*. Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição. [...] O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares.” (FOUCAULT, 2013a, p. 157-158)

Tendo-se em conta as características referidas da genealogia, consideramos que a circunscrição desse arquivo deve pressupor o ponto de partida ou a perspectiva do genealogista em face de seu problema presente, o que deve implicar a escolha dos eventos e exemplos mais adequados à descrição efetiva da emergência histórica de seu objeto de análise. Assim, na medida em que fazer uma genealogia significa um esforço de construção de contra-memória, a delimitação do arquivo deve contribuir seja à dissociação da continuidade histórica, seja à reificação da “origem” atada ao culto das tradições e à veneração de grandes figuras históricas.

Em 1975, com a publicação de *Vigiar e punir*, Foucault propôs-se a desenvolver uma genealogia tendo em mente essa concepção efetiva da história como história do presente. Assim, teve como ponto de saída um problema de seu tempo – as rebeliões que ocorriam nas prisões ao redor do mundo –, a partir do qual buscou escrever a genealogia do sistema penitenciário no Ocidente. Situou-se historicamente na ruptura que se processa entre o fim do século XVIII e início do século XIX, período que assistiu à emergência das ciências do homem, tema caro a seu ciclo arqueológico. Sua hipótese é mais ou menos bem conhecida. Para Foucault (2013b), a suavização das penas que então se observa no Ocidente não se deveu ao progresso do conhecimento, tampouco ao progresso do gênero humano, mas sim à emergência de uma nova tecnologia de poder, responsável por rearranjar o *modus operandi* do poder punitivo nos Estados europeus, os quais iniciavam seus percursos de industrialização e de acumulação de capital, necessários à construção de estruturas políticas, sociais e econômicas de tipo burguês. No tempo do Antigo Regime, as execuções dos criminosos eram supliciantes e públicas, o que indicava o direito de vingança a ser executado pelos monarcas, cujo corpo era o próprio corpo do reino. Com o advento do modelo burguês, no entanto, as penas degradantes e cruéis cedem espaço à pena de prisão, a qual se torna a punição típica no Ocidente. Na visão de Foucault (2013b), essa mutação não significou puro avanço de espírito humanitário, senão sinaliza que as sociedades burguesas, por um lado, tinham melhores capacidades de vigiar os criminosos, dispensando as execuções exemplares dos reis e, por outro, precisavam reintegrá-los como mão-de-obra nas fábricas.

Conforme afirmamos, a genealogia em Foucault tem dois sentidos: (1) anti-método que se opõe à história das ideias, negando a “origem”, o contínuo histórico e a teleologia; (2) microfísica do poder, retrabalhando o conceito de poder de modo a evitar as análises marxistas, as quais partem da polarização entre dominantes e dominados. A partir da publicação do primeiro volume de *História da sexualidade*, em 1976, Foucault

voltou-se em detalhes à segunda acepção. Em primeiro lugar, o que Foucault propõe é uma concepção reticular do poder. Assim, suspende o entendimento jurídico do poder, segundo o qual constitui um atributo ou coisa que se pode ou não ter, que se pode perder e ganhar, visão implicada na teoria marxista da dominação. Em sua perspectiva, o poder não tem um local central de irradiação – por exemplo, o Estado – senão está em todos os lugares e se manifesta de modo relacional na luta entre posições estratégicas – condutas e contracondutas –, nas quais os discursos desempenham papel tático em um campo móvel de correlação de forças²⁰. Com base nessa concepção, Foucault buscou desenvolver sua microfísica do poder, a qual enfatizou a análise de pontos focais e locais de saber-poder em disputa, em oposição a uma macrofísica do poder, interessada em analisar as relações de poder entre grandes agregados, por exemplo, entre Estado e sociedade, tema recorrente da Ciência Política. Além disso, sua concepção relacional de poder também suspende a ideia de que a História deva julgar e condenar os detentores do poder, salvando os despossuídos e bem-aventurados, preconceito moral que já se encontra sob forte suspeita na genealogia nietzscheana. Se o poder está em todos os lugares, não há inocentes, pois todos estão envolvidos no mesmo jogo.

A arqueo-genealogia de Foucault apresenta, fundamentalmente, três aspectos, os quais compartilhamos: seu anti-método é cético, avalorativo e nominalista. É *cético* pois suspeita da pesquisa da “origem” como *locus* da verdade fundacional, pois rechaça a concepção progressiva, teleológica e contínua da história, noções imbricadas nas visões monumental e tradicionalista. É *avalorativo* pois recusa-se a submeter seu objeto de análise – as disputas entre distintos regimes de saber-poder – a considerações morais, bem como não considera colocá-lo diante do tribunal da História. Em consequência, não se tratará de condenar aqueles que detêm o poder, de modo a absolver os oprimidos. É *nominalista*, pois recusa-se a partir da análise de conceitos universais – por exemplo, Estado soberano. Em seus estudos sobre a “arte de governar” na Modernidade, Foucault (2008a, p. 3-6) não estudou a prática governamental real, senão as tentativas de se

²⁰ “Dizendo poder, não quero significar ‘o Poder’, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminais. [...] O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. [...] Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação complexa numa sociedade determinada.” (FOUCAULT, 2014c, p. 100-101)

conceitualizar a melhor maneira possível de governar. Nesse sentido, seu nominalismo propõe que se parta da prática governamental como ela é refletida para que, a partir daí, seja possível se interrogar sobre o estatuto de universais como o Estado soberano. Em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, seria preciso passar os universais pela grade dessas práticas. O que se recusa é a redução historicista, a qual toma tais universais como dados para se ver como a História os modula, os modifica ou estabelece sua não-validade. É preciso partir da inexistência dos universais para indagar que história efetiva se pode fazer.

Afirmar que sua arqueo-genealogia é avalorativa não significa dizer que almeje a isenção e a objetividade. Pelo contrário, conforme afirmamos, a transição entre seus ciclos arqueológico e genealógico implicou reconhecer que aquele que faz a análise do discurso deve assumir uma posição. De acordo com Roth (1981, p. 43), nesse sentido, escrever uma história do presente – ou genealogia – significa escrever uma história no presente, conscientemente situando-se em um campo de luta política. Em suas análises, Foucault posiciona a si próprio como sujeito histórico à beira de uma mutação estrutural na experiência ocidental, de modo a destacar a contingência das práticas de saber-poder modernas, as quais emergiram no final do século XVIII. A historiografia tradicional, oriunda da sensibilidade historicista do século XIX, busca estender seu tempo presente para frente – por meio de alguma teleologia – e para trás, buscando indícios desse presente em alguma origem, cuja linha contínua – e suas grandes figuras históricas – será imperioso preservar. Em Foucault, inversamente, uma história do presente procura ressaltar os *gaps* e rupturas existentes entre regimes discursivos epocais – por exemplo, entre Era Clássica e Modernidade, entre Modernidade e porvir –, para que se possa assim desestabilizar nossa própria experiência presente, a qual, submetida à crítica, poderá abrir espaço a uma nova ruptura e dar lugar a novo rearranjo estrutural. A genealogia não busca preservar a História. O que se quer, longe disso, é reduzi-la à Modernidade, a qual se pretende ultrapassar.

Neste trabalho, o que almejamos é utilizar seu anti-método arqueo-genealógico de análise do discurso como ferramenta crítica capaz de criar uma contra-memória em face da narrativa corrente da história da política exterior no Brasil, cujo alvo temporal e conceitual será detalhado nas seções seguintes. Temos buscado evidenciar a necessidade de se submeter à análise crítica essa espécie de historiografia como exemplo típico das abordagens monumental e tradicionalista da História. Por exemplo, tentamos elucidar as lacunas na reificação do princípio da igualdade jurídica dos Estados, assim como na

interpretação que sinaliza a Segunda Conferência de Paz da Haia (1907) como origem do multilateralismo enquanto princípio diplomático brasileiro. Em nossa abordagem, foi importante desmistificar Rui Barbosa e Barão do Rio Branco, figuras monumentais cuja atuação na Haia foi endeusada pela historiografia corrente (MUÑOZ, 2012, 2014). Em análises subsequentes, voltamos nossas atenções à epistemologia, de modo a ressaltar a importância da utilização da genealogia nos estudos de Relações Internacionais no Brasil (MUÑOZ, 2015, 2016a). Nesse sentido, parece-nos que a arqueo-genealogia pode desempenhar papel relevante para que se amplie o espaço destinado às abordagens interpretativas e críticas no campo de Relações Internacionais no Brasil, sobretudo em história da política externa brasileira, a qual tem sido dominada pelas análises da chamada “Escola de Brasília”, onde predomina a influência da escola francesa de História das Relações Internacionais.

Parece-nos que as análises da “Escola de Brasília” e do pensamento diplomático no Brasil incorrem nos mesmos hábitos mentais atados à tradição historiográfica que a presente genealogia pretende suspender: (1) busca de “origem” aos princípios reitores do Brasil em sua inserção internacional; (2) endeusamento das grandes figuras da história da política exterior do Brasil, as quais são convertidas em monumentos intocáveis; (3) presunção de que a inserção internacional do Brasil é dotada de continuidade no tempo; (4) separação entre política exterior – considerada contínua – e política interna – onde se admitem rupturas; (5) aplicação de conceitos universais como “Estado soberano” e “identidade nacional”; (6) reificação atemporal do Brasil como “potência cordial” ou pacífica, a partir de um juízo moral que condena de antemão o vetor da guerra; (7) desenho de uma teleologia que assume o desenvolvimento e a busca progressiva do Brasil por autonomia, os quais levariam o país à condição de grande potência em algum momento hipotético futuro; (8) apreço excessivo às tradições diplomáticas do país, as quais não deveriam ser submetidas à visão crítica sob a premissa de que é imperioso preservá-las por intermédio da escrita da História. Aplicar a ferramenta genealógica à análise da história da política exterior do Brasil não implica escrever outra História, mais verdadeira. Ao contrário, significa apenas tornar possível a articulação de *outra interpretação*, a qual não invalida, porém precariza a historiografia corrente, já que a submete ela própria à condição de perspectiva interessada.

Na visão de Cervo (2008, p. 26-27), maior representante da “Escola de Brasília”, a política exterior do Brasil passou por um processo de evolução ao longo do tempo, por meio do qual agregou princípios e valores à diplomacia, de modo a torná-los inerentes a

sua conduta. Eles exercem uma dupla função: dão previsibilidade à ação externa; e moldam o comportamento externo dos governos, impondo-se às mudanças de regime político. Em sua concepção, esses traços de continuidade contribuem para tornar a política exterior uma política de Estado ao dar prevalência à causalidade sobre a ruptura. Assim como uma dezena de países, o Brasil está vocacionado a buscar sua própria visão de mundo e a autonomia do processo decisório e da formulação de sua política exterior. Dessa forma, é tarefa histórica do corpo diplomático submeter a contingência interna dos governos à essência atemporal do Estado nacional brasileiro. Adepto da escola francesa de relações internacionais, Cervo (2008, p. 37-38) não considera que as mudanças de governo e de regime político sejam determinantes para a política exterior e para o modelo de inserção internacional do país. Nesse sentido, acima de tais alterações, a identidade nacional do Brasil e a *ratio* do desenvolvimento teriam garantido a continuidade de sua política exterior ao longo de sessenta anos, entre 1930 e 1989, somente perturbada por breves hiatos ou quebras de cadência.

Conforme Lafer (2007, p. 17-21), representante do pensamento diplomático, o processo de globalização não só acelerou o tempo e encurtou os espaços, como diluiu a diferença entre o “interno” e o “externo”. Na visão do autor, no entanto, o governo permanece indispensável como instância interna de intermediação entre as instituições políticas e a população que compartilha bens econômicos e conhecimentos técnicos e científicos, de informação e de cultura em um dado território. Por outro lado, o Estado permanece central à intermediação externa que se faz a partir da identidade coletiva ou nacional, ou de um “nós” assinalador de especificidades. À construção da identidade internacional do Brasil, muito contribuiu a ação contínua no tempo do Ministério das Relações Exteriores, do qual Lafer foi chanceler em duas oportunidades, instituição permanente da nação, apta a representar seus interesses, porque possui autoridade e memória. Lafer (2007, p. 74-75) situa no Itamaraty e na sua competência diplomática o *locus standi* para a afirmação contínua da identidade internacional do Brasil. Porque atada à continuidade do Estado e à imposição de sua identidade como traço essencial, a autonomia do Itamaraty na condução da política exterior do país emerge como uma mesma e verdadeira injunção que se sobrepõe às oscilações de governo, reduzido a mediar território e população no âmbito interno. Conforme salientamos, nosso recorte de análise retornará à década de 1950, momento em que a crise do Itamaraty parecia colocar *sua autonomia* em risco.

1.2 A história dos conceitos

Neste trabalho, buscaremos escrever uma genealogia da autonomia no Brasil, para o que se faz necessário incorporar, ao lado da arqueo-genealogia de Foucault, em uma abordagem pluralista, a história dos conceitos alemã, ou *Begriffsgeschichte*. Assim, tendo-se em conta que se trata de fazer uma genealogia do conceito de autonomia, parece-nos crucial incorporar uma segunda ferramenta de análise capaz de aproximar a descrição de formações discursivas da história dos conceitos. Na seção seguinte, faremos a aproximação dos dois métodos, os quais se aplicarão em combinado em capítulos subsequentes. Por ora, basta destacar que a *Begriffsgeschichte* surgiu dentro do mesmo ambiente de suspeita da linguagem, na década de 1960, que tornou possível o ciclo arqueológico de Foucault, a qual encontra referência comum nas ideias iconoclásticas de Nietzsche. Conforme Kelley (2006, p. 75-76), o ceticismo da “virada linguística” disseminou-se por meio do desconstrutivismo dos pensadores franceses, bem como da hermenêutica de Gadamer, que exerceu bastante influência sobre a *Begriffsgeschichte*. Desde Heidegger, o qual já havia resgatado o pensamento nietzscheano, essa *Kritik* antimetafísica afirma que não existe “passado em si”, “ideia em si” ou “palavra em si”, para que se possa eliminar os resíduos do idealismo acrítico e do fundamento espiritual (*geistlich*) dos conceitos. Assim, o que a história dos conceitos alemã busca é submeter o velho mundo intelectual das ideias do século XIX à nova cena da “virada linguística”, preocupando-se com textos controversos e de autoria problemática.

A *Begriffsgeschichte*, contudo, não se restringe à análise textual, na medida em que procura relacionar de modo dinâmico a história dos conceitos e a história social e estrutural. Segundo Richter (2006, p. 43-44), seu programa é anti-reducionista, pois recusa-se a considerar os conceitos como epifenômenos da história “real”, assim como rejeita a premissa de que a linguagem conforma discursos imunes às injunções extralinguísticas. O método da história dos conceitos alemã esteve consubstanciado, inicialmente, na redação do monumental *Geschichtliche Grundbegriffe* (GG), léxico multiautoral de oito volumes que abrange cerca de 120 conceitos políticos e sociais em uso no mundo germanófono de meados do século XVIII a meados do século XIX. O GG busca estabelecer correlações entre conceitos políticos e sociais e a continuidade ou descontinuidade das estruturas políticas, econômicas e sociais. Fundamentalmente, trata-se de considerar que a carga semântica desses conceitos foi intensamente disputada pelos grupos que os manejavam conforme seus distintos prognósticos de ação política.

Há, portanto, uma inter-relação entre a interpretação, criação e mutação de conceitos políticos e sociais e o cenário que dividiu diferentes grupos em luta por posições de poder²¹. Além disso, o GG propõe a hipótese de que durante a chamada *Sattelzeit* – período entre 1750 e 1850 que marcou o advento da Modernidade – o vocabulário político e social alemão transformou-se com velocidade acelerada em resposta às rápidas mudanças nas estruturas governamentais, sociais e econômicas, as quais também foram moldadas pela linguagem.

Os três editores do GG foram os historiadores Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck. Sob influência de Carl Schmitt, Brunner inaugurou a abordagem contextual da história dos conceitos no período entre-guerras. Buscou demonstrar como a estrutura burguesa, liberal e nacional dos séculos XVIII e XIX havia deformado anacronicamente o entendimento dos conceitos da Europa medieval, sobretudo por meio da extrapolação do conceito moderno de sociedade civil (MELTON, 2006, p. 56-61). Por sua vez, Conze, no pós-1945, foi o primeiro a estender a história social ao ambiente acadêmico alemão a partir da influência dos *Annales* e de Fernand Braudel, interessado no lento ritmo de mudança histórica causado por estruturas sociais e econômicas. Em uma atmosfera de rejeição do velho historicismo alemão dominada pelo pensamento de Nietzsche, Heidegger e Gadamer, coube a Koselleck realizar sua influente síntese entre história dos conceitos e história social. Com base em Gadamer, porém sem sua ênfase ontológica, Koselleck também determinou a importância de se analisar o pensamento de autores expresso em seus textos em uma dimensão espaço-temporal, o que situa seu trabalho como crítica à Modernidade (RICHTER, 1995, p. 31-35).

Central ao entendimento dos novos conceitos políticos e sociais que emergiram no mundo alemão durante a *Sattelzeit* é um conjunto de quatro hipóteses, as quais norteiam a *Begriffsgeschichte* e que permitem compreender as novas funções que os conceitos assumiram no Ocidente após o advento da Modernidade, sob o impacto da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Criados ou ressignificados, os conceitos passaram a compartilhar quatro características: (1) *Verzeitlichung* (temporalização), ou a prática de se inserir conceitos políticos e sociais modernos em um horizonte ou filosofia da história propostos teleologicamente em termos de períodos, fases ou estágios de desenvolvimento, do que a teoria do progresso representou o melhor

²¹ “The GG stresses the degree to which in every period concepts were contested. This approach to conceptual change is at once more political and contextual in its efforts to identify parties, groups, and interests who are aware of the consequences for them of any fundamental redefinition of basic concepts.” (RICHTER, 1995, p. 25)

exemplo; (2) *Demokratisierung* (democratização) do vocabulário político e social, o qual até o século XVIII era especializado e relativamente restrito às camadas de elite; (3) *Ideologiesierbarkeit* (a agregação de conceitos em ideologias), por meio da qual os conceitos tornaram-se mais genéricos em sua referência social e mais abstratos em seu significado, ganhando a forma linguística dos “ismos”; e (4) *Politisierung* (politização) dos conceitos, os quais se tornaram mais suscetíveis de serem utilizados como armas por classes e movimentos antagônicos após a Revolução Francesa (RICHTER, 1995, p. 37-38). Em nossa utilização das hipóteses da *Begriffsgeschichte* aplicadas ao conceito de autonomia no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1970, será crucial, conforme exporemos no capítulo III, entender que a industrialização e a urbanização do país também encetaram uma espécie semelhante de alteração conceitual, principalmente as características de temporalização e a ideologização.

Os períodos de acelerada transformação estrutural, como aqueles das décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial no Brasil e da virada dos séculos XVIII ao XIX na Europa, assistem à mutação da carga semântica dos conceitos disponíveis, o que não se processa sem intensas disputas políticas. Em primeiro lugar, é necessário distinguir “conceito” de “palavra”, uma vez que todo conceito político e social está associado a uma palavra, contudo, o inverso não é verdadeiro. De acordo com Koselleck (2004, p. 84-86), cujo trabalho interessa-nos prioritariamente, uma palavra pode adquirir sentido unívoco, ao passo que os conceitos sempre serão ambíguos. Uma palavra poderá tornar-se um conceito se for capaz de condensar o conjunto dos significados e experiências dentro do contexto sociopolítico para o qual é utilizada. A ambiguidade dos conceitos políticos e sociais, fundamental às premissas metodológicas da *Begriffsgeschichte*, indica que seu conteúdo é contestado e disputado²². Ao lado disso, dentro da relação dinâmica entre história “real” e linguagem, esses conceitos funcionarão a um só tempo como indicadores linguísticos do contexto histórico que cobrem e como fatores ativos dentro deles, uma vez que estabelecem os limites para a experiência potencial e para a teoria que se pode conceber. No sentido empregado pela história dos conceitos alemã, um conceito básico (*Begriffe*) distingue-se dos conceitos em geral. Um conceito básico, tal como “Estado”, “sociedade civil”, “revolução” ou “democracia” é indispensável ao

²² “Without this ambiguity, concepts would not be capable of reaching into the future but, precisely because of this ambiguity, the concept reveals a space of signification that is open to interpretation and can become a semantic battlefield. Precisely through its ambiguity, the concept can create positions for later occupation and conquest, create time and space and so on. Without the ambiguity of concepts, there are simply no conditions of conceptual disagreement.” (ANDERSEN, 2003, p. 37)

vocabulário político e social, pois combina experiências e expectativas de um dado período, sempre de modo controverso e disputado (KOSELLECK, 2006, p. 103). Para os efeitos deste trabalho, consideraremos “autonomia” um conceito básico da história brasileira a partir de meados do século XX.

De acordo com o método da *Begriffsgeschichte*, a análise da história de um conceito deve ser feita diacrônica e sincronicamente. Do ponto de vista diacrônico, isso implica fazer uma “semasiologia”, a qual significa detectar todos os sentidos que um conceito assume em suas mutações ao longo do tempo. Do ponto de vista sincrônico, a história dos conceitos implica uma “onomasiologia”, a qual envolve discernir todas as palavras e termos de uma língua que designam um conceito determinado em um período dado. A análise onomasiológica, a qual neste trabalho interessa-nos especialmente, envolve encontrar conceitos paralelos, sobrepostos e contrários ao conceito sob estudo, dentro de uma relação apta a constituir um campo semântico em um contexto histórico determinado. Esse campo semântico envolve parte do vocabulário político e social do período em apreço, dentro do qual os conceitos podem carecer de precisão semântica e de delimitação clara entre si. Tal imprecisão é justamente o que os torna disputados, pois sua definição é reivindicada por distintos grupos políticos e sociais, os quais associam-no a diferentes conceitos sinônimos (RICHTER, 1995, p. 46-47). Conforme veremos, é de nosso entender que o conceito de autonomia no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1970, esteve ligado a dois grupos distintos de conceitos paralelos. Por um lado, o pensamento militar associou-o à segurança, poder e território; por outro, os intelectuais engajados ligaram-no à emancipação, justiça e povo.

Em Koselleck (2004, p. 155-157), o melhor exemplo de constituição de campo semântico ocorre na relação entre conceitos e contra-conceitos (*Gegenbegriffe*). A agência política e social de um grupo dado conforma-se por meio dos conceitos de que dispõe, os quais servem para defini-lo e excluir grupos rivais, que, por sua vez, devem buscar contestar seus significados. Nesses casos, um grupo faz a reclamação exclusiva à universalidade do conceito, para o que rejeita a comparação com os demais grupos. Esse mecanismo de autodefinição atribui aos demais contra-conceitos que os discriminam e os rotulam como o “outro”, em um movimento de identidade-diferença, caro inclusive às análises do pós-estruturalismo. Por exemplo, é o que ocorreu quando os católicos chamaram só a si o conceito de Igreja, os revolucionários franceses o de Nação, ou os comunistas o de Partido. A oposição binária entre conceito e contra-conceito jamais será equilibradamente antitética, porém assimétrica, pois o contra-conceito recebe uma carga

valorativa inferior. Koselleck (2004, p. 160) identifica três pares centrais de conceitos e contra-conceitos: helenos e bárbaros, os quais foram conceitos da Grécia Antiga mutuamente excludentes e espacialmente separados; cristãos e pagãos, conceitos da Era Cristã que implicavam a gradual absorção dos pagãos por meio de sua conversão no tempo; e a oposição entre humano e não-humano, a qual emergiu na Modernidade e esteve envolvida, por exemplo, nos conceitos de *Übermensch* e *Untermensch*.

Neste trabalho, é muito importante destacar a dimensão espaço-temporal que está presente nas teses de Koselleck, sobretudo em suas categorias meta-históricas de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Segundo Koselleck (2004, p. 259-262), a experiência é o passado presente, ou o conjunto de eventos que são incorporados e lembrados pela memória, ao passo que a expectativa é o futuro presente direcionado ao não experienciado, ao novo prestes a ser revelado. A experiência baseada no passado é melhor ilustrada pela metáfora espacial, uma vez que se apresenta como totalidade, dentro da qual várias camadas de tempos passados emergem simultaneamente. Por sua vez, a melhor metáfora para a expectativa é o horizonte, entendido como uma linha que abrirá no futuro um novo espaço de experiência, o qual contudo ainda não se conhece. O tempo histórico é gerado por meio dessa tensão entre experiência e expectativa. A hipótese central de Koselleck é a de que a partir da *Sattelzeit* – vale dizer, a partir do advento da Modernidade em fins do século XVIII – o horizonte de expectativas tomou grande distância em relação à relevância do espaço de experiência, levando-se em conta que jamais na história humana haviam ocorrido mudanças em ritmo tão acelerado como no período das revoluções, o que tornou o passado relativamente obsoleto, abrindo o tempo histórico cada vez mais à antecipação do futuro.

Pelo menos até o século XVIII, a doutrina cristã do Juízo Final representou o modelo predominante para a mediação entre experiência e expectativa dentro do tempo histórico, uma vez que as experiências mundanas encontravam-se delimitadas pelas profecias do fim do mundo, de modo que havia uma temporalidade e futuro fechados subordinados à narrativa bíblica. Desde a Modernidade, entretanto, a teoria do progresso promoveu a temporalização (*Verzeitlichung*) da História, com o que o futuro que se poderia obter no além-vida foi substituído pela crença na possibilidade de avanços guiados pela razão humana neste mundo, que doravante passou a enxergar seu horizonte de expectativas em um futuro aberto. Kant, o qual cunhou em língua alemã a palavra “progresso” (*Fortschritt*) é talvez quem melhor exemplifica essa nova concepção do tempo, para quem o passado não poderia mais servir de parâmetro à antecipação do

futuro, pois o progresso garantiria que o futuro deveria ser qualitativamente melhor. Nas palavras do próprio Koselleck:

Henceforth history could be regarded as a long-term process of growing fulfillment which, despite setbacks and deviations, was ultimately planned and carried out by man themselves. The objectives were then transferred from one generation to the next, and the effects anticipated by plan or prognosis became the titles of legitimation of political action. In sum, from that time on, the horizon of expectation was endowed with a coefficient of change that advanced in step with time. [...] What interests us here is that progress was directed toward an active transformation of this world, not the Hereafter, no matter how diverse the actual relationship between Christian expectation of the future and progress might be when registered by intellectual history. What was new was that the expectations that reached out for the future became detached from all that previous experience had to offer. (KOSELLECK, 2004, p. 266-267)

Na Modernidade, os conceitos efetivaram importante papel de legitimação da ação política por meio da antecipação do tempo futuro. Esse ponto toca de modo central outras duas das hipóteses da *Begriffsgeschichte*, ideologização e politização. De acordo com Koselleck (2004, p. 272-274), os conceitos modificados ou criados a partir da *Sattelzeit* passaram a ostentar de modo crescente uma carga de mudança temporal, a qual se articulou linguisticamente através da antecipação (*Vorgriff*) do tempo futuro desejável a cada grupo político e social, cujos planos de ação foram corporificados em ideologias. Em lugar da antiga tipologia aristotélica para as formas constitucionais que previa, por exemplo, “república” como uma condição que se repetiria ciclicamente, surgiu a ideologia “republicanismo”, conceito de movimento dotado de *telos* e de proposta de ação para modificar e influenciar o tempo histórico futuro. Assim, as ideologias surgiram por agregação do sufixo “ismo”, o qual sinalizava ao mesmo tempo o poder compensatório de conceitos desvinculados da experiência passada e sua função ativa na modificação da situação política presente. Os conceitos políticos e sociais que emergiram na Modernidade, abertos ao futuro, sopesaram a relativa ausência de espaço de experiência por meio da intensificação de seu horizonte de expectativa²³. No capítulo III, veremos que foi esse o caso da ideologia nacional-desenvolvimentista que se desenvolveu entre alguns intelectuais brasileiros da década de 1950.

A partir de 1770, tornou-se clara a reordenação do próprio conceito de História, o que foi fundamental tanto à articulação da teoria do progresso quanto à ampliação do

²³ “Since then has hardly been a central concept of political theory or social programs which does not contain a coefficient of temporal change, in the absence of which nothing can be recognized, nothing thought or argued, without the loss of conceptual force. [...] Temporalization, therefore, did not simply transform older constitutional concepts, but aided in the development of new ones that found their common temporal denominator in the suffix ‘ism’. They share in common the facts that they only partially rest upon accumulated experience, and that the expectation of the coming time is proportionally greater the lesser such experiences become. This then is a matter involving temporal ‘compensatory concepts.’” (KOSELLECK, 2004, p. 248-249)

horizonte de expectativas. No mundo de fala alemã, essa mutação semântica deslocou o termo *Historie* – conjunto de relatos ou histórias separadas entre si – em favor do termo *Geschichte*, o qual significa a História como processo global único dotado de coerência interna. Isso implicou, por sua vez, a diminuição de importância da *historia magistra vitae*, fórmula cunhada por Cícero na Antiguidade para designar a função exemplar das histórias ou experiências passadas, as quais se presumiam repetíveis em sua aptidão a guiar as ações dos homens no tempo presente. Desde a Revolução Francesa, além disso, à História atribuem-se características divinas e onipotentes, que incluíram a capacidade de julgar os homens, de colocá-los no tribunal da História, origem do que Nietzsche denominou como história crítica. Desde Hegel, emerge a ideia da “história universal”, a qual, com Kant, ganha sua própria sistematicidade interna. Em cima dessas condições, também surge em fins do século XVIII o conceito de filosofia da História, o qual implicou reconhecer que essa História global e única é um processo que transcorre em etapas em direção a um *telos* futuro. Até então, o tempo era pensado por meio de cronologias cíclicas e naturais relacionadas ao movimento dos astros e planetas e à sucessão e morte dos reis. Na Modernidade, a mutação do conceito de História e a teoria do progresso obtiveram a desnaturalização do tempo, através do relativo esvaziamento da concepção cíclica da *historia magistra vitae* e da abertura do tempo futuro, linear e desconhecido (KOSELLECK, 2004, p. 31-37).

A dimensão espaço-temporal da obra de Koselleck também fica clara quando o autor propõe um conjunto de categorias meta-históricas extra e pré-linguísticas, as quais fundamentam quaisquer histórias possíveis. Segundo Koselleck (1989, p. 650-653), em primeiro lugar, é preciso ressaltar a finitude, ou o espaço de tempo entre o nascimento e a morte, como uma condicionante à história humana. Nesse sentido, a sucessão das gerações cria distintos espaços de experiência, os quais se sobrepõem e possibilitam os conflitos do ponto de vista diacrônico. Essa tensão entre “antes” e “depois” é crucial para o entendimento da História. Ao lado disso, é preciso destacar a distinção entre “dentro” e “fora”, uma vez que toda atividade social humana buscou delimitar-se no espaço, por intermédio do estabelecimento de fronteiras que também demarcaram a distinção entre amigos e inimigos. Em terceiro lugar, Koselleck salienta as categorias extralinguísticas “acima” e “abaixo”, essenciais às relações de hierarquia que caracterizaram a história humana. Essas três categorias meta-históricas são reformuladas

empiricamente por meio da linguagem, principalmente, através dos conceitos²⁴. Conforme veremos nos capítulos III e V, será fundamental entender como o conceito de autonomia no Brasil foi trabalhado por intelectuais a partir da década de 1950, predominantemente, com base da distinção antes/depois, inclusive com ênfase no conflito entre distintas gerações de intelectuais no país. Por outro lado, os militares trabalhariam o conceito partindo das distinções acima/abaixo, refletida em um modelo autoritário de governo; e dentro/fora, com destaque ao tema da segurança nacional.

A obra de Koselleck não configura somente um esforço de identificação do advento histórico da Modernidade por meio da percepção de que a estrutura temporal dos conceitos alterou-se profundamente durante a *Sattelzeit*, hipótese central à redação do léxico *Geschichtliche Grundbegriffe*. Antes disso, o que Koselleck propõe é uma ambiciosa teoria dos tempos históricos, que se ampara nas categorias extralinguísticas e meta-históricas mencionadas. Suas preocupações têm dois pontos de partida: a hermenêutica de Gadamer e o existencialismo de Heidegger. Por um lado, Gadamer indaga sobre as condições de possibilidade históricas, ou sobre a necessidade de o ser humano buscar compreender constantemente sua existência como sujeito histórico. Da perspectiva de Koselleck, essa inquietação estabeleceu a agenda de sua teoria da história, voltada ao debate das condições de possibilidade da história a partir das aporias que caracterizam a finitude humana. Por outro lado, Heidegger apresenta a ontologia fundamental para se compreender essas condições de possibilidade, partindo da analítica existencial da finitude do *Dasein* (“ser-aí” humano), lançado no mundo e delimitado por seu nascimento e morte. A partir disso, Koselleck consolida cinco pares antitéticos pré-linguísticos para o entendimento das condições que tornam toda história possível: (1) “antecipação da morte” ou “dever-morrer”, já presente em Heidegger, e “poder matar”; (2) “amigo” e “inimigo”; (3) “interior” e “exterior”, ou a espacialidade histórica; (4) “geratividade”, ou a relação entre gerações, as quais tornam possível a sucessão diacrônica; e (5) “senhor” e “servo”, que ilustra as relações de poder entre fortes e fracos (KOSELLECK, 2014, p. 91-101).

Nesse sentido, de acordo com Jordheim (2012, p. 157), a recepção e crítica da obra de Koselleck no mundo anglófono foi responsável por interpretá-lo de modo

²⁴ “The pairs of formal oppositions that I have named condition, prelinguistically, all concrete histories. Naturally, all of these formal pairs, which man shares with the animals – birth and death, generativity, inner and outer delimitation, orientation above and below – are grasped by man linguistically. By means of language they are reshaped socially and regulated politically. There is no acting human community that does not determine itself linguistically.” (KOSELLECK, 1989, p. 652)

estreito, sublinhando somente suas hipóteses acerca da ruptura entre os períodos pré-moderno e moderno durante a *Sattelzeit*, aspecto central à tarefa do *Geschichtliche Grundbegriffe*. O que Jordheim sustenta, em lugar disso, é que a maior contribuição de Koselleck para a historiografia do pós-guerra foi sua teoria dos tempos históricos, a qual não se resume a uma teoria da modernidade e desafia a periodização histórica. Sua complexa noção de temporalidade relativiza a distinção entre tempo linear e tempo cíclico, por meio da ideia de que se deve entendê-la como um conjunto de camadas de temporalidade sobrepostas²⁵. Assim, em Koselleck, há, por um lado, conforme afirmado, ênfase no advento da Modernidade como um novo período histórico, no qual a concepção linear e progressiva de História desloca a ideia pré-moderna de histórias repetíveis, ou da *historia magistra vitae*. A partir da segunda metade do século XVIII, na carga semântica e temporal dos conceitos políticos e sociais, o componente do horizonte de expectativas de fato desequilibrou a importância pré-moderna atribuída ao espaço de experiência. Por outro lado, contudo, conforme salienta Jordheim, a teoria dos tempos históricos de Koselleck complexifica e relativiza essa ruptura.

Conforme mencionado, uma das preocupações da história dos conceitos alemã direciona-se a estabelecer uma relação dinâmica entre a linguagem e a história social, na medida em que os conceitos são entendidos seja como índices capazes de descrever a realidade, seja como instrumentos aptos a modificá-la por meio da luta política. Não se pode constatar, entretanto, uma sobreposição perfeita entre história dos conceitos e história social. De acordo com Koselleck (2004, p. 89-90), a persistência ou a novidade na valência semântica dos conceitos não corresponde necessariamente à persistência ou à novidade das estruturas e eventos históricos que eles sinalizam na linguagem. Nesse sentido, um mesmo conceito pode conter camadas semânticas oriundas de períodos históricos separados entre si. Para compreender a complexidade das temporalidades inseridas na semântica dos conceitos políticos e sociais, Koselleck apresenta sua noção da “contemporaneidade do não contemporâneo” (*Gleichzeitigkeit des Ungleichzeitigen*), através da qual também combina as perspectivas diacrônica e sincrônica. Assim, dentro de um mesmo conceito, podem conviver ao mesmo tempo valências semânticas não contemporâneas entre si, de modo que a história de um conceito não se resume à

²⁵ “Koselleck developed his theory of multiple temporalities, organized in the form of temporal layers that have different origins and duration and move at different speeds, as an alternative to the linear and empty time of periodization. Thus the fact that historical time is not linear and homogeneous but complex and multilayered accounts for the futility of all efforts to freeze history in order to delimit and define breaks, discontinuities, time spans, beginnings, and endings. Indeed, it accounts for the futility of periodization itself.” (JORDHEIM, 2012, p. 170)

sucessão cronológica de seus significados, tampouco busca equipará-la à sucessão cronológica dos períodos históricos. Nesse sentido, a carga semântica de um conceito pode encerrar simultaneamente estratos temporais de longa duração, ou estruturas históricas persistentes ou repetíveis, e estratos temporais de curta duração, ou novos eventos que não se repetem, mas que se sucedem de modo linear.

Em sua teoria dos tempos históricos, não sem buscar inspiração em Fernand Braudel, Koselleck (2014, p. 19-21) emprega a metáfora dos “estratos do tempo”, a qual faz referência a formações geológicas com durações e profundidades diferentes que se transformam em velocidades distintas ao longo da história geológica. Transposta para a história humana, política e social, essa metáfora permite investigar os planos temporais distintos dos acontecimentos e seus pressupostos de longa duração. Os historiadores costumam ver o tempo histórico seja de forma linear, como uma flecha que se guia teleologicamente a um futuro indefinido, em um modo de pensar atribuído à tradição judaico-cristã; seja de forma cíclica, como algo repetível, em um tempo que retorna eternamente, tradição que se atribui aos gregos. Com sua teoria dos tempos históricos, Koselleck busca superar essa polarização, considerada insuficiente pois toda sequência histórica contém elementos lineares e recorrentes: o decurso circular é uma linha que remete a si mesma. Em sua classificação, o primeiro estrato do tempo é aquele da singularidade, ou seja, o dos acontecimentos históricos experienciados como ocorrências novas, surpreendentes e irreversíveis. Nesse sentido, o progresso só é pensável nesse âmbito, uma vez que a sucessão de singularidades libera inovações que são entendidas progressivamente, assim como extrapoladas para o tempo futuro. Conforme salientado, esse estrato do tempo ganhou volume a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, pois suas mutações técnicas e políticas aceleraram a sucessão de novos acontecimentos, ampliando o horizonte de expectativas.

Entretanto, essas singularidades não esgotam o tempo histórico, pois a história também repousa em estruturas de repetição. Koselleck (2014, p. 21-25) ilustra a relação entre evento e estrutura com o exemplo banal do carteiro que chega pela manhã e traz a notícia da morte de um parente. Ele comunica um evento novo e irreversível, contudo, o fato de aparecer em um horário específico todos os dias é uma estrutura de repetição determinada pelos correios. Não apenas os acontecimentos singulares mudam, senão também as estruturas, embora mais lentamente. A vantagem da teoria dos tempos históricos de Koselleck é justamente aferir as distintas velocidades em que cada estrato se modifica, com o fim de compreender a sucessão histórica de modo complexo. Até

mesmo a Revolução Francesa, símbolo da ruptura e dos novos acontecimentos, bem exemplificados por sua instauração de um novo calendário, baseou-se em prognósticos amparados nas estruturas repetíveis dos modelos constitucionais de Aristóteles e de Políbio, embora a sucessão entre monarquia, república e tirania tenha ocorrido dentro de um espaço de tempo bem mais curto. Em terceiro lugar, Koselleck destaca as estruturas de longa duração, ou seja, aquelas que ultrapassam as experiências vividas de indivíduos e gerações. É importante notar, além disso, que esses estratos temporais também estão embutidos na semântica dos conceitos, contudo, sua dosagem varia. O que se deu a partir da Modernidade foi o incremento do estrato de curta duração, o que gerou as ideologias e os conceitos de movimento. No entanto, as estruturas repetíveis associadas ao *historia magistra vitae* permanecem em uma camada mais profunda.

Em Braudel (2013, p. 43-50), a história é pensada por meio da relação entre três durações distintas de tempo: a curta, a média e a longa duração. O tempo curto é a sede do evento e da novidade; é o tempo do cronista e do jornalista. É a medida da vida dos indivíduos, a qual tanto pode incluir grandes acontecimentos históricos como acidentes medíocres do dia-a-dia. Oriunda das análises dos economistas, a média duração refere-se à conjuntura, ao ciclo ou mesmo ao interciclo. Tal como nos ciclos de Kondratieff, cobrem períodos repetíveis de dez anos, um quarto de século ou mesmo de meio século. É também o intervalo de tempo das distintas gerações de indivíduos, de avôs, pais e filhos. Por sua vez, a longa duração (*longue durée*) de Braudel permite abordar o âmbito da estrutura, a qual se mantém estável ao longo de muitas gerações e veicula a passagem do tempo muito lentamente. Simultaneamente, a estrutura funciona como sustentáculo da mudança histórica – mais facilmente verificável na curta duração – e obstáculo à mesma. Em Braudel, a geografia é a estrutura que configura o obstáculo mais evidente à mutação; durante séculos, o homem foi prisioneiro de climas e vegetações. A análise histórica pressupõe a dialética da duração, mediante a qual as três distintas durações inter-relacionam-se e interpenetram-se constantemente. À diferença de Braudel, como vimos, Koselleck busca aplicar esse raciocínio em estratos por meio da conexão entre história social e história dos conceitos. Assim, cada conceito político e social possui em sua valência semântica um jogo determinado entre aquelas durações. Com respeito aos conceitos de autonomia no Brasil, objeto deste estudo, veremos como tal sistemática permitirá relacionar de modo dinâmico evento, ciclo e estrutura, de modo a evitar a polarização entre as esferas de tempo e espaço.

Portanto, essa relação complexa entre estruturas repetíveis e singularidades se dá na própria linguagem. Por um lado, o uso pragmático da linguagem é sempre único, pois trata-se de um ato de fala específico destinado a uma audiência em um contexto dado. Entretanto, nada seria compreendido se a audiência não tivesse conhecimento da semântica das palavras pronunciadas, a qual é uma estrutura da língua que todos devem conhecer previamente e que possibilita a comunicação, bem como repete-se a cada emprego pragmático da linguagem. Segundo Koselleck (1992, p. 140-141), o uso pragmático, contextual e sincrônico da linguagem deve conter também uma diacronia expressa na semântica, capaz de indicar outras temporalidades. Assim, os conceitos políticos e sociais devem ser analisados em seu contexto histórico específico de utilização, ligando-os às lutas políticas de grupos rivais, porém também indicam temporalidades na sucessão histórica, que podem tanto apontar para o passado quanto para o futuro. Os estratos semânticos que apontam ao passado dão ênfase ao espaço de experiências e buscam repeti-las; os estratos semânticos que visam o futuro enfatizam o horizonte de expectativas, o futuro novo e aberto. Conforme se afirmou, esses estratos podem conviver simultaneamente na carga semântica de um mesmo conceito. No que se refere às fontes necessárias à detecção dessa semântica e à escrita da história de um conceito, Koselleck (1992, p. 143-144) salienta aquelas que se ligam à (1) linguagem do cotidiano, tais como manifestos e petições; os (2) dicionários e os chamados (3) textos clássicos, os quais permanecem inalterados por várias edições. No presente trabalho, privilegiaremos entre outras esse terceiro tipo de fonte.

Conforme o que já adiantamos, uma das hipóteses centrais de Koselleck sobre o tempo histórico na Modernidade, a partir do fim do século XVIII, está relacionada à ideia de aceleração. No contexto empírico de progresso técnico advindo da Revolução Industrial, ocorreu a desnaturalização e a aceleração do tempo, do que a expansão das ferrovias e a padronização dos relógios no século XIX representam o melhor exemplo. No campo das ideias, a ideia de abreviação temporal oriunda do apocaliptismo cristão converteu-se a partir da Revolução Industrial na metáfora da aceleração do tempo, segundo a qual caberia agora ao homem, e não mais à providência divina, antecipar o futuro por meio do progresso da ciência. É interessante notar que, desde o século XVIII, a expansão europeia extrapolou a outras regiões do mundo esse modelo de aceleração técnica obtida via industrialização. Ao lado disso, tornou-se evidente desde então o fenômeno da “contemporaneidade do não contemporâneo”, pois passaram a coexistir dentro de uma mesma História global espaços geográficos com distintos estágios de

desenvolvimento. A ideia de aceleração pode assim originar-se seja da abreviação do tempo, ligada a metas futuras, seja pela comparação com contextos experienciais do passado ainda verificáveis empiricamente na simultaneidade, por exemplo, com países atrasados. Segundo Koselleck, a aceleração pode também ser entendida na combinação dessas duas ideias:

Finalmente, existe uma combinação dessas duas possibilidades, que hoje talvez seja a forma mais frequente: ela consiste no estágio técnico-industrial já alcançado pelos países desenvolvidos e que no futuro deverá ser alcançado pelos países menos desenvolvidos. Disso se segue compulsoriamente que o atraso só pode ser recuperado por meio de uma aceleração. Também aqui aparece a simultaneidade do assíncrono, que contém um grande potencial de conflitos. Além disso, apresenta-se nela um enlaçamento de experiência e expectativa, cuja diferença contém o desafio de ser superada de modo acelerado. A experiência destes é a expectativa daqueles. (KOSELLECK, 2014, p. 163)

É exatamente essa ideia de aceleração que se imporá no Brasil a partir da década de 1950, conforme veremos em capítulos seguintes. Nesse sentido, seja no período democrático, seja no período ditatorial que se inicia em 1964, a ideia de desenvolver o país aceleradamente por meio da industrialização tornou-se a pedra de toque, o que esteve profundamente associado à busca por autonomia. Nossa hipótese sustenta, no entanto, que intelectuais e militares ligados ao desenvolvimentismo elaboraram de modo distinto seus conceitos de autonomia, o que teve implicações na estrutura interna de governo. Por um lado, o conceito de autonomia dos intelectuais, defensores de um regime democrático emancipatório, apresentava uma semântica onde predominava o estrato temporal voltado ao futuro, no qual o horizonte de expectativas quanto ao potencial do país ampliou-se a partir da necessidade de se romper com o passado colonial. Por outro, consideramos que o conceito de autonomia dos militares enfatizou a *historia magistra vitae*, ou seja, a percepção de que detinham desde a fundação do regime republicano um mandato para moderar e intervir ciclicamente na vida política do país, o que implicava a defesa de uma forma restringida de democracia ou mesmo de um governo autoritário.

De acordo com Koselleck (2014, p. 211-213), a partir da Revolução Francesa surgiu no Ocidente o conceito de “tempo novíssimo” (*neueste Zeit*), indicando um futuro que se abria, uma humanidade autônoma e autodeterminadora que passaria a dominar esse futuro de forma progressiva, “fazendo história”. Nesse sentido, desde as revoluções burguesas, os Estados viram-se obrigados a se democratizar, e o postulado da liberdade e igualdade dos seres humanos, impensável até o século XVIII, submeteu as entidades políticas à legitimação. Desde mais ou menos 1770, a ideia de emancipação

como libertação de qualquer tipo de heteronomia, segundo Koselleck, expandiu-se cada vez mais para englobar estamentos, classes, povos, Estados, costumes, religiões, etnias e gêneros. No terceiro capítulo, sustentaremos que essa ideia de emancipação esteve profundamente associada ao conceito de autonomia de alguns intelectuais brasileiros a partir da década de 1950, os quais entendiam a emancipação do Brasil como sinônimo da emancipação do povo, o que se deveria obter a partir da força antecipadora dos conceitos (*Vorgriff*). Por sua vez, parece-nos, os militares que pensaram desenvolver o país nesse período apresentaram a emancipação do Brasil, por eles concebida como aumento de capacidades de poder, e a emancipação do povo como vetores excludentes, o que implicou seu projeto de modernização conservadora. No capítulo seguinte, voltaremos à discussão da emergência do conceito de autonomia na Modernidade, de modo a enquadrar o caso brasileiro.

Defensor da adoção crítica da história dos conceitos alemã no Brasil, Feres Jr. (2005, p. 194-196) apresenta uma ampla agenda de estudos possíveis, dentro da qual inserimos o presente trabalho. O autor propõe uma tríade de questões fundamentais da formação da sociedade brasileira que merecem tratamento analítico por meio do método da *Begriffsgeschichte*. Em primeiro lugar, compreender como o Brasil, que teve no século XX a segunda taxa de crescimento econômico mais acelerada do mundo, pôde, ao mesmo tempo, tornar-se o campeão mundial da má distribuição de renda. Ao lado desse processo de crescimento e exclusão, buscar entender como consolidaram-se no país instituições liberais e democráticas, apesar de suas idas e vindas. Em terceiro lugar, é preciso compreender como formou-se a identidade nacional brasileira, especialmente a partir da Revolução de 1930, em um situação irônica, pois o país, visto na Europa e nos Estados Unidos como uma nação exótica e não-ocidental, forjou sua autopercepção como herdeiro dos valores culturais do Ocidente. Pelo filtro da história de conceitos políticos e sociais criados, recepcionados ou remodelados na experiência histórica do Brasil, seria possível endereçar esses três eixos fundamentais de problemas. Assim, por meio da análise do conceito de autonomia no país, entre meados das décadas de 1950 e de 1970, propomos um esforço de compreensão afim a tais problemas, o que implicará analisar em conjunto a política exterior e a política doméstica do Brasil. Descrever como intelectuais engajados, militares e diplomatas por vezes disputaram e por vezes convergiram a respeito da carga semântica da autonomia nesse período parece-nos relevante para se problematizar não apenas os limites históricos de nosso processo de emancipação, mas também os descaminhos da identidade nacional. Em um esforço

teórico pluralista, tentaremos conjugar a recepção brasileira da *Begriffsgeschichte* à sociologia política internacional (IPS), conforme passamos a ver.

1.3 Autonomia e (anti)método

A partir do que se apresentou nas seções anteriores, é agora preciso buscar a aproximação dos métodos de análise arqueo-genealógico e da história dos conceitos alemã, tendo-se em vista sua aplicação combinada ao estudo do conceito de autonomia no Brasil entre meados das décadas de 1950 e de 1970²⁶. É possível afirmar, em primeiro lugar, que Michel Foucault e Reinhart Koselleck partilharam preocupações afins no que toca a relação entre a linguagem e as lutas políticas, pois suas obras estiveram inseridas no mesmo ambiente intelectual que colheu frutos da *Kritik* antimetafísica de Heidegger e da virada linguística²⁷. Por um lado, Foucault pensou a conexão entre os saberes envolvidos na emergência das ciências do homem, no final do século XVIII, e o poder disciplinar que buscou normalizar as condutas nas sociedades ocidentais. Koselleck, por outro, também situou no final do século XVIII a importante ruptura que redesenhou a relação entre a carga semântica e temporal dos conceitos políticos e sociais do Ocidente, doravante cada vez mais ligados ao surgimento das ideologias. Na presente seção, buscaremos, inicialmente, identificar os dois métodos de forma negativa, na medida em que ambos se opuseram, a partir da década de 1960, à tradicional história das ideias, a qual dissociava a história do pensamento dos contextos de luta política. Em seguida, enfrentaremos as principais discrepâncias entre arqueo-genealogia e *Begriffsgeschichte*, as quais abordam, respectivamente, formações discursivas amplas e conceitos singulares. Igualmente, será preciso tratar da questão do sujeito, a qual tende a se apresentar de formas distintas nos métodos citados.

Principalmente, o método da *Begriffsgeschichte* surgiu em reação à abordagem mais tradicional da história das ideias, que trata as ideias como constantes, as quais seriam essencialmente imutáveis a despeito de assumirem diferentes formas históricas. Em primeiro lugar, era preciso opor-se a *Geistgeschichte*, por meio da qual o idealismo

²⁶ Uma versão preliminar dessas reflexões foi apresentada no 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e publicada em seus anais eletrônicos. Ver MUÑOZ, 2017.

²⁷ “Michel Foucault struggles in his works with many of the same questions and even the same historical materials as Koselleck, but Koselleck himself never discusses or even mentions him. In that moment in postwar theory of science that can be referred to as ‘the linguistic turn’, and which Koselleck and *Begriffsgeschichte* were a part of, no one gave a better account of the predicament of studying language and history, the synchronic and the diachronic, structure and change than Foucault, in his *L’archéologie du savoir* from 1969.” (JORDHEIM, 2011, p. 26-27)

alemão e os pensadores românticos buscaram escrever a história da filosofia. Assim como Hegel, muitos utilizaram a noção de um “espírito” ou *Geist* capaz de unificar sistemas filosóficos e aspectos culturais e nacionais de uma era histórica. No começo do século XX, o projeto de Arthur Lovejoy para escrever a história das ideias propôs-se a delimitar *unit-ideas*, constantes imutáveis que se poderia comparar com os elementos químicos. Sua história das ideias deveria desfazer ambiguidades e revelar confusões, assim como reconstituir as migrações de *unit-ideas* de um campo intelectual a outro. Assim, as *unit-ideas* comporiam um estoque limitado de existência contínua, ao qual pensadores e escritores teriam recorrido ao longo do tempo (RICHTER, 1995, p. 22-24). No mundo alemão, a *Ideengeschichte* foi o programa mais próximo a Lovejoy, ao qual a história dos conceitos também se opõe:

O projeto do *Geschichtliche Grundbegriffe*, tal como se asseverou na introdução de seu primeiro volume, tinha por objetivo implícito contrapor-se à versão de Meinecke para a história das ideias. Em seu livro sobre a razão de Estado, Meinecke lidava com um conjunto de contrastes ao longo de três séculos: entre *ethos* e *kratos*, entre moralidade e política, e, em última análise, entre bem e mal. Meinecke apresentava estas oposições como pares conceituais que continuaram a ser utilizados ao longo desses trezentos anos. Mas a história das “ideias” imutáveis não pode dar conta das funções inteiramente diversas desempenhadas por elas em períodos bastantes distintos: naqueles das guerras civis religiosas, do absolutismo esclarecido e dos Estados-nação burgueses. Em contraste, a história dos conceitos lida com o uso da linguagem específica em situações específicas, no interior das quais os conceitos são desenvolvidos e usados por oradores específicos (KOSELLECK, 2006, p. 100).

Em lugar disso, o que a história dos conceitos alemã destaca é o grau em que os conceitos disponíveis foram contestados em cada período histórico. Assim, segundo Richter (1995, p. 25), trata-se de adotar uma abordagem política e contextual para a história conceitual, de modo a se poder identificar partidos e grupos conscientes de seus interesses e das consequências que quaisquer redefinições dos conceitos básicos teriam para eles. Nesse sentido, conforme afirmado alhures, o próprio conceito de conceito básico (*Grundbegriffe*) deve pressupor, na visão da *Begriffsgeschichte*, a ambiguidade semântica, a qual se relaciona às distintas apropriações de conteúdo pelos grupos em luta política. Da mesma forma, a assimetria que se estabelece entre conceitos e contra-conceitos é fundamental às reivindicações de universalidade a um conceito, por meio da tentativa de exclusão do debate público de grupos rivais, o que é fundamental na tarefa de legitimação das ideologias. Conforme Jasmin e Feres Jr. (2006, p. 23), a história dos conceitos alemã tem uma direção contextualista, na medida em que os “conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos linguísticos, mutuamente

compartilhados e desempenhados pelos atores que participaram desses conflitos.” Desse modo, a *Begriffsgeschichte* evita a reificação dos conceitos, seja oriunda da tradição hegeliana da história da filosofia, seja da história das ideias de Lovejoy.

De acordo com Koselleck (1992, p. 136-138), segundo adiantamos, os conceitos devem ser entendidos como fatos (*Faktor*), ou seja, como fenômenos linguísticos, mas também como indicadores (*Indikator*), na medida em que indicam para fenômenos extralinguísticos relativos à história social em um determinado contexto. Da mesma forma, a relação texto/contexto também se dá no âmbito exclusivo da língua. Um conceito dado atua em um contexto tornando-o compreensível, o qual pode tanto ser um parágrafo no conjunto de um algum texto maior como no limite o léxico inteiro da língua. É nesse ponto, por exemplo, que a Enciclopédia de Diderot e D’Alembert esteve circunscrita à língua francesa, que o *Geschichtliche Grundbegriffe* de Brunner, Conze e Koselleck limitou-se à língua alemã. Nesse sentido, Koselleck busca superar a incompatibilidade aparente entre a análise dos discursos e a história dos conceitos. Para tal, o autor propõe a metáfora do fotógrafo, uma vez que, a fim de que se tire uma fotografia, é preciso em primeiro lugar ajustar o foco da máquina fotográfica à perspectiva que se deseja. Dessa forma, o objeto de análise, sejam discursos ou conceitos, mantém-se o mesmo, em que pese a diferença de perspectiva. Em outros termos, os discursos também podem funcionar como molduras contextuais para os conceitos em apreço. É possível, assim, limitar o estudo à análise de textos comparados, expandi-lo à língua como um todo ou assumir perspectivas intermediárias. Em todos os casos a premissa contextualista é constante.

De sua parte, Michel Foucault desenvolveu seu método arqueo-genealógico de análise do discurso ao longo das décadas de 1960 e 1970, o qual foi influenciado pelo mesmo ambiente de suspeita à história das ideias que deu origem à *Begriffsgeschichte*. Conforme afirmamos, Foucault foi considerado de forma recorrente por seus leitores e críticos um estruturalista, rótulo que sempre rejeitou, embora tenha desenvolvido sua abordagem arqueológica em meio ao triunfo do estruturalismo francês na década de 1960²⁸. De acordo com Andersen (2003, p. 2-3), seria possível considerá-lo um

²⁸ Assim o historiador Paul Veyne, seu amigo pessoal, caracteriza-o: “Não, Foucault não era um pensador estruturalista. Também não foi fruto de um certo ‘pensamento de 1968’; não era mais relativista do que historicista, nem do gênero de farejar ideologia por toda a parte. Coisa rara nesse século, ele foi, por confissão própria, um *cético*; um cético que acreditava unicamente na verdade dos inúmeros fatos históricos que enchem todas as páginas de seus livros, e nunca na verdade das ideias gerais. Ele não admitia qualquer transcendência fundadora. Mas nem por isso foi um niilista: constatava a existência da liberdade humana (o termo está patente em seus textos) e não pensava que a perda de qualquer

transformation structuralist, uma vez que Foucault submete as estruturas a análises diacrônicas capazes de descrever momentos de mudança e ruptura. Consequentemente, estruturas em transformação são não atributos fixos do mundo que se deveria descobrir, mas construções históricas que resultam da relação entre práticas discursivas e aparatos institucionais. Assim, é preciso analisar os textos em seu nível manifesto de acordo com suas condições contextuais de emergência histórica. Em sua ênfase na ruptura e na dispersão, Foucault também partiu do rechaço à história das ideias:

A história das ideias é, então, a disciplina dos começos e dos fins, a descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história. [...] Gênese, continuidade, totalização: eis os grandes temas da história das ideias, através dos quais ela se liga a uma certa forma, hoje [1969] tradicional, de análise histórica. [...] Ora, a descrição arqueológica é precisamente o abandono da história das ideias, recusa sistemática de seus postulados e de seus procedimentos, tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram. (FOUCAULT, 2013a, p. 168-169)

Muito embora Foucault tenha operado em constante deslocamento em relação a suas próprias teses e não tenha seguido um método de forma absolutamente estrita, foi objetivo seu diferenciar metodologicamente sua arqueologia da tradicional história das ideias. Assim, quatro seriam os pontos de desencontro entre as duas abordagens: (1) a arqueologia não busca definir pensamentos, representações ou temas que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas sim os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras; (2) não procura encontrar a transição contínua que liga um discurso a outro, senão definir cada discurso em sua irredutibilidade a qualquer outro; (3) não se ordena pela figura soberana da obra e rejeita a instância do sujeito criador para poder definir práticas discursivas que atravessam um conjunto de obras individuais; e (4) não almeja reconstituir o que os homens pensavam ou desejavam no próprio instante em que proferiram seus discursos, mas se trata de uma reescrita ou da descrição de um discurso-objeto em sua exterioridade (FOUCAULT, 2013a, p. 169-171). Dessa forma, os dois primeiros pontos voltaram-se, respectivamente, contra o estruturalismo, o qual presumia a possibilidade de se desvelar a esfera do não-dito na linguagem, o que Foucault rejeita na arqueologia por meio do princípio da exterioridade; e contra o velho historicismo, apegado ainda às premissas de história contínua, o que Foucault inverte com sua ênfase no aleatório, no acontecimento e na ruptura histórica.

fundamento metafísico ou religioso, mesmo que erguida em doutrina ‘desencantada’, pudesse ter alguma vez desencorajado essa liberdade de ter convicções, esperanças, indignações, revoltas (ele próprio foi disso um exemplo, militou à sua maneira, que era a de um intelectual de um novo tipo; em política foi um *reformador*). No entanto, considerava falso e inútil pensar nos seus combates, dissertar sobre suas indignações, generalizar.” (VEYNE, 2009, p. 9)

Os dois últimos pontos tocam mais diretamente o presente objeto, pois implicam divergências também com o método da história dos conceitos alemã, uma vez que em seu ciclo arqueológico Foucault rechaça tanto o sujeito criador quanto o autor da obra, para isso deslocando totalmente seu foco de análise para os próprios discursos. Nesse sentido, segundo Richter (1995, p. 10), a *Begriffsgeschichte* volta-se para a investigação de agentes históricos que endereçaram explicitamente questões da linguagem política e social, diferentemente da ausência de sujeitos conscientes postulada por Foucault e os teóricos pós-estruturalistas²⁹. Parece-nos possível, entretanto, atenuar essa distância ou, ao menos, colocar a questão do sujeito na obra de Foucault em perspectiva. Em primeiro lugar, seu rechaço ao sujeito faz referência principal ao sujeito enquanto sede da consciência histórica, ou como depositário de uma história contínua e total, dotada de origem e teleologia³⁰. Isso não nos parece incompatível com a história dos conceitos alemã; ao contrário, consideramos uma premissa importante que une os dois métodos em sua recusa comum à história das ideias e à herança hegeliana da história da filosofia, as quais presumiam as ideias reificadas como sujeitos constituintes do sentido histórico, sem atenção devida às lutas políticas contextuais em torno dessas mesmas ideias.

Em segundo lugar, Richter não nos parece correto quando identifica a recusa do sujeito ou agente consciente nas genealogias de Foucault. Em seu ciclo arqueológico, imerso na influência do estruturalismo francês, é inegável que buscou eliminar o sujeito de suas análises dos saberes no Ocidente, movimento que ficou muito claro em sua obra *As palavras e as coisas*, que abordamos na primeira seção, sobretudo em seu anúncio algo histriônico da “morte do homem”. Entretanto, conforme salientamos, a partir do levante estudantil do Quartier Latin, em 1968, a obra de Foucault sofre uma guinada responsável por dar início a suas análises do poder, as quais passam a contemplar os sujeitos históricos, sobretudo na função contra-disciplinar de resistência aos saberes estabelecidos. Na última fase de seu pensamento, a qual não detalharemos no presente

²⁹ “Conceptual historians have devised means for investigating the extent to which historical agents have explicitly addressed questions of political and social language, ranging from the property of individual terms to metatheories governing rules of usage and grammar. Such historical treatment of the language in terms of agents with identifiable political and social affiliations contrasts with the absence of conscious subjects postulated by poststructuralist theorists, or genealogists of discourse such as Foucault.” (RICHTER, 1995, p. 10)

³⁰ “A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento.” (FOUCAULT, 2013a, p. 15)

trabalho, Foucault voltou-se decisivamente ao processo de constituição do sujeito nas sociedades ocidentais, propugnando, acima de tudo, a subjetivação ou criação de uma esfera de autonomia individual e existencial. Nesse sentido, suas análises genealógicas do poder deslocaram seu foco de atenção aos fatores extralinguísticos em sua relação dinâmica com as discursividades³¹. Parece-nos que sua hipótese do saber-poder converge decisivamente com as tentativas de análise conjunta da história dos conceitos e da história social, algo fundamental à *Begriffsgeschichte*.

De início, portanto, pensamos discernir três afinidades nas estratégias de análise caras a Koselleck e a Foucault, ou entre história dos conceitos e arqueo-genealogia: (1) ambos rejeitam a história das ideias ou a abordagem tradicional de universalização atemporal dos conceitos; em seu lugar, propõem que se analisem as práticas históricas em sua especificidade de contexto; (2) ambos sugerem uma relação co-constituente existente entre mudanças na linguagem e mudanças de estrutura política, econômica e social, respectivamente, por meio da função dupla dos conceitos – índices e propulsores do “real” extralinguístico – e da hipótese do saber-poder ao unir práticas discursivas e não-discursivas; e (3) ambos propõem uma crítica à Modernidade através do estudo do período de intensas mutações da virada do século XVIII para o século XIX, quando a estrutura temporal dos conceitos políticos e sociais modificou-se e deu origem às ideologias e o surgimento das ciências do homem amparou-se na emergência do poder disciplinar. No entanto, tomando-se novamente de empréstimo a metáfora do fotógrafo, Foucault e Koselleck, embora partam de objetos de análise semelhantes – a relação dinâmica e contextual entre linguagem e lutas de poder –, têm focos ou perspectivas distintas de análise, visto que a arqueo-genealogia analisa formações discursivas, ao passo que a *Begriffsgeschichte* pensa conceitos políticos e sociais específicos. Seria preciso, assim, elaborar um ponto de encontro capaz de compatibilizar, neste trabalho, discursos e conceitos, bem como suas implicações à questão do sujeito.

Em sua abordagem da história dos conceitos políticos e sociais, sobretudo, conforme salientamos, na relação entre conceitos e contra-conceitos, Koselleck (2004, p. 155-161) pensa a articulação entre linguagem conceitual e luta política por meio da

³¹ “Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem ‘sentido’, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.” (FOUCAULT, 2014b, p. 41)

criação de espaços de exclusão do debate público de atores ou grupos rivais. Em sua visão, segundo adiantamos, um dado conceito pode servir para criar unidade e delimitar a identidade de certos grupos políticos e sociais. Nesse movimento, circunscreve-se um “nós” em exclusão a um “eles”, limite que também estabelece as condições de possibilidade do próprio agir político. Em tais casos, um grupo faz uma reivindicação excludente à generalidade, por meio da aplicação de um conceito universal apenas a sua situação singular e concreta e do rechaço à comparação com outros grupos. A partir desse mecanismo relacional de autodefinição, surgem os contra-conceitos, os quais funcionam como classificações assimétricas para a definição do “outro”. No presente trabalho, por exemplo, buscaremos evidenciar como, entre meados das décadas de 1950 e 1970, no Brasil, intelectuais e militares reivindicaram cada qual a generalidade do conceito de autonomia, de modo a desacreditarem ou excluírem um ao outro do debate político. Nesse sentido, a articulação do conceito de autonomia, controverso e pensado distintamente por cada um dos grupos em disputa, implicou também a circunscrição de um espaço de identidade, não apenas a intelectuais e militares, senão também a suas visões da identidade nacional e dos caminhos econômicos, sociais e políticos que o Brasil deveria seguir.

Significativamente, Foucault (1999, p. 9-20) também entende os discursos como espaços de exclusão. Em sua aula inaugural no Collège de France, proferida em 1970, expôs a hipótese central que norteia seu trabalho, segundo a qual em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por objetivo conjurar seus poderes e perigos, assim como evitar o acontecimento aleatório. Em sua visão, três seriam os procedimentos de exclusão do discurso característicos das sociedades ocidentais: (1) a interdição do que pode ou não pode ser dito, a qual estabelece tabus de objeto, em especial nas regiões da sexualidade e da política; (2) a rejeição e a separação envolvidas na oposição entre razão e loucura, principalmente a partir do século XVII, momento no qual a revolução científica, o *cogito* cartesiano e a razão de Estado ganham espaço; (3) a oposição entre verdadeiro e falso, fissura que remonta às raízes platônicas do pensamento ocidental e ao desterro intelectual imposto aos sofistas na Antiguidade. Em todos os casos, aplicam-se os sistemas de exclusão a partir de um suporte institucional, ou de um conjunto de práticas e de relações de poder capazes de reforçar as fronteiras discursivas. No que se refere ao presente tema, será possível discernir, por exemplo, como os setores de esquerda no Brasil buscaram interditar a defesa do capital estrangeiro das formulações

autonomistas dos intelectuais, por meio de sua associação ao imperialismo, ao passo que, de sua parte, os militares refizeram e apropriaram-se do conceito de revolução a seus propósitos, *pari passu* à proscrição de toda região discursiva que remetesse à subversão e ao levante social.

Nas considerações metodológicas de Koselleck e Foucault, é possível discernir esforços para a compatibilização de conceitos e discursos como unidades de análise, o que é fundamental ao presente esforço. Conforme pontuamos, Koselleck não rechaça a análise do discurso; ao contrário, apenas salienta na metáfora do fotógrafo a diferença de foco ou perspectiva existente entre discursos ou conceitos, embora seu objeto seja o mesmo. Em seu método, a *Begriffsgeschichte* busca dar conta da emergência sucessiva e simultânea de conceitos disputados, a fim de por em ordem seus múltiplos significados, suas contradições internas e suas aplicações variáveis em diferentes grupos sociais e políticos. Desse ponto de vista, o discurso desempenha a importante função de contexto linguístico dentro do qual os vários significados de um conceito dado podem ser apreendidos. Os conflitos em torno da semântica tornam-se mais agudos quando grupos e formas de discurso em disputa dependem da posse dos mesmos conceitos:

Conceitos básicos são sempre controversos. Isso é ainda mais verdadeiro quando grupos (de oradores) conflitantes, ou todas as “formas de discurso”, dependem da posse dos mesmos conceitos básicos compartilhados. [...] Embora os conceitos básicos funcionem sempre no interior de um discurso, eles são os pivôs em torno dos quais todos os argumentos giram. Por esta razão, não acredito que a história dos conceitos e a história do discurso possam ser vistas como incompatíveis e opostas. Uma depende inescapavelmente da outra. Um discurso requer conceitos básicos para expressar o que está falando. E uma análise dos conceitos demanda o conhecimento tanto dos contextos linguísticos como dos extralinguísticos, incluindo aqueles fornecidos pelos discursos. Só através de um tal conhecimento do contexto pode o analista determinar quais são os múltiplos significados de um conceito, seu conteúdo, importância e a extensão em que é disputado. (KOSELLECK, 2006, p. 104)

Segundo salientamos anteriormente, Foucault parte em sua análise do discurso de uma dispersão de enunciados com o objetivo de descrever formações discursivas, ou de discernir um conjunto de regras que organize enunciados desconexos. Assim, sua descrição de formações discursivas presume um índice ou parâmetro por meio do qual o analista poderá inferir regularidades. Nesse passo, Foucault (2013a, p. 73-74) define duas posições de método que nortearam seu trabalho: (1) as questões devem ser postas no próprio nível do discurso, cujas constantes não devem se associar a estruturas ideais dos conceitos, tampouco a uma idealidade meta-histórica, mas antes a rede conceitual deve ser descrita a partir das regularidades intrínsecas ao discurso; (2) as regras de formação discursiva não têm lugar na consciência ou na “mentalidade” de indivíduos

isolados, senão no próprio discurso; desse modo, elas se impõem a todo indivíduo que tenta falar nesse campo discursivo, segundo um princípio de anonimato uniforme. Como se pode perceber, Foucault reconhece os conceitos como índices de regularidade à descrição de formações discursivas³², para isso convergindo com Koselleck de duas maneiras. Por um lado, admite a função heurística dos conceitos dentro de um discurso; por outro, situa a exterioridade do discurso como espaço de emergência dos conceitos, com o que rechaça analisar sua estrutura ideal ou meta-histórica, prática de reificação comum na tradicional história das ideias.

Sua segunda premissa de método, porém, remete-nos novamente ao problema do sujeito. Seu princípio do anonimato uniforme presume que os indivíduos isolados ou sujeitos históricos não são conscientes das regras de formação discursiva, as quais devem ser buscadas nos próprios discursos. Por sua vez, a história dos conceitos alemã afirma a necessidade de se conectar indivíduos e grupos a seu manejo consciente de conceitos políticos e sociais. No presente trabalho, assumiremos *o melhor dos dois mundos*. Parece-nos, de um lado, indispensável atrelar o uso político do conceito de autonomia no Brasil, entre meados dos anos 1950 e dos anos 1970, a grupos definidos e conscientes de seus planos de ação e objetivos, nominalmente, intelectuais, militares e diplomatas. Por outro, parece-nos salutar assumir o princípio do anonimato nivelador, de modo a evitar reduzir a articulação de toda uma formação discursiva a um único autor, o que seria incorrer em psicologismo. As formações discursivas perpassam de fato um conjunto de obras, não raro portando discordâncias entre si. Cada autor, no entanto, formula e defende conscientemente um conjunto de conceitos. Em outros termos, não assumiremos nem a completa inconsciência nem a completa onisciência dos sujeitos históricos. A depender do foco de análise – distante, para os discursos, próximo, para os conceitos – variará seu grau de percepção.

Remete-nos a Foucault, principalmente, a falta de consciência dos autores que analisaremos – ou, ao menos, sua não problematização – da articulação temporal e espacial existente em seus discursos dentro do pensamento político moderno. Segundo veremos oportunamente, essa articulação espaço-temporal embasa nossa descrição do debate de autonomia no Brasil a partir da década de 1950. Como destaca Walker (2017,

³² “Será preciso abandonar essa dispersão [de enunciados] à aparência de sua desordem? Ver aí uma sequência de sistemas conceituais, tendo cada um sua organização própria e se articulando somente, seja com a permanência dos problemas, seja com a continuidade da tradição, seja com o mecanismo das influências? Não se poderia encontrar uma lei que desse conta da emergência sucessiva ou simultânea de conceitos discordantes?” (FOUCAULT, 2013a, p. 67)

p. 313-339), *relações internacionais* pode ser entendido como uma expressão implicada no problema da autonomia e da subjetividade modernas, entendido o homem como a um só tempo parte da Humanidade em geral e de uma cidadania em particular. Nesse aspecto, pese seu relativo silêncio acerca do *internacional*, Foucault tornou-se uma bandeira, uma arma, um aliado simbólico e até mesmo uma caricatura para todos que buscam pensar alternativas aos conceitos políticos no campo de relações internacionais. Assim, Foucault funciona como um historiador, ou antes um crítico da historiografia tradicional, a qual fulmina em sua luta contra as generalizações, os mitos de origem e as reificações de conceitos. Concordamos com Walker, segundo quem Foucault é sim um aliado útil no campo de relações internacionais, sobretudo porque permite desestabilizar as narrativas convencionais e os catecismos metodológicos³³. Em nosso caso, esse aliado é providencial na problematização dos entendimentos correntes da autonomia no Brasil dentro do cânon da história da política exterior, bem como do próprio debate de autonomia no país conforme o descreveremos.

Em sua visão mais crítica, afirma Onuf (2017, p. 15-31) que desde a década de 1980 é crescente o interesse do campo de relações internacionais em Foucault, apesar de sua indiferença ao tema. Entende Onuf, dessa forma, que Foucault foi recebido como fenômeno textual pelo campo, o qual dele apropriou-se e fê-lo normalizado a seus propósitos disciplinares. Assim, o influxo de sua obra serviu ao ataque dos dissidentes contra o realismo político e o método científico; como um convite ao estudo das formas de discurso; como um lembrete de que o poder não é apenas força bruta; como uma tentativa desastrada de se aplicar ao campo seus estudos da governamentalidade. Dito isso, Onuf sente-se à vontade para reconfigurar Foucault, como fenômeno textual, a sua própria leitura e a seus próprios propósitos. Parece-nos que sua crítica é pertinente na medida em que sublinha o caráter movediço dos textos de Foucault, os quais permitem apropriações, inclusive a sua. Se, contudo, conforme entende Onuf, “[t]o call IR a field of study is to imply that it is not a discipline”, parece-nos que sua investida contra a

³³ “Perhaps the easiest response to make about whether Foucault has something to say about an internationalized political order is simply that yes, he is a useful ally against the determined presentism grounded on a pernicious myth of an eternal tradition that sustains a very limited understanding of what it means to speak about the modern international. [...] Just as an expansive reading of Foucault has enabled many different scholars to converge on a shared attitude that is clearly needed in any serious engagement with the phenomena of international relations that increasingly elude established modes of analysis, so Foucault has been unusually productive in generating novel ways of thinking and doing research. In a discipline in which the meaning of methodology has often narrowed to a mean an dogmatic catechism, Foucault has inspired productive re-engagements with what is involved in the production of knowledge as well as with questions about the relation between knowledge and politics.” (WALKER, 2017, p. 325-328)

apropriação de Foucault pelos dissidentes perde razão de ser. Em outras palavras, se relações internacionais *não é uma disciplina*, a utilização dos conceitos foucaultianos como ferramentas é mais do que bem-vinda. Ora, parece-nos que o próprio Foucault, sempre deslocando-se de si, jamais quis ser lido como transparência ou fixidez. É nesse sentido que também aplicaremos aqui *nosso Foucault*. Por isso tomamos a liberdade de compatibilizá-lo com Koselleck, pois são *ossos propósitos* que estão em jogo. De resto, também teremos nosso Onuf, nosso Walker.

Parece-nos contribuição inovadora e necessária estudar o conceito de autonomia no Brasil por meio da aplicação conjunta da arqueo-genealogia e da história dos conceitos alemã. Na historiografia corrente, percebemos hábitos mentais de análise que remetem à história das ideias. Predominantemente, os estudos disponíveis acerca da autonomia privilegiam uma ou mesmo duas tendências. Por um lado, há ênfase no *Estado nacional em sua busca por autonomia*; por outro, costuma haver baixo grau de interesse às disputas de poder no âmbito doméstico, sob a alegação de que *a política exterior do Brasil deve ser analisada separadamente*. Em 1979, nesse sentido, Helio Jaguaribe buscou consolidar seu entendimento do conceito de autonomia atando-o às finalidades do Estado nacional. No contexto da Guerra Fria, Jaguaribe (1979, p. 91-95) afirma que a busca de autonomia por parte do Brasil presumia reconhecer sua posição periférica dentro do sistema imperial norte-americano, que, comparado ao soviético, tinha por base uma hegemonia mais fluida, aberta e consensual. Nesse quadro, o autor caracteriza a autonomia como um de quatro estágios de autodeterminação do Estado, abaixo das primazias geral e regional; acima da dependência³⁴. Em seu entendimento, apenas os Estados Unidos gozariam do grau máximo de primazia geral; União Soviética e China seriam exemplos de primazia regional; Europa Ocidental e Japão, autonomia; quase todos os restantes, dependência. Brasil e Irã seriam casos peculiares de autonomia

³⁴ “Durante los decenios posteriores a la Segunda Guerra Mundial, la *primacia general* fue ocupada exclusivamente por los Estados Unidos. Tal condición se caracteriza por la combinación de la inexpugnabilidad del territorio propio con el ejercicio de una preponderancia mundial generalizada, que sólo está contenida en forma efectiva en las áreas de inmediata hegemonía de una potencia dotada de primacia regional. [...] La *primacia regional* se caracteriza pela inexpugnabilidad del territorio propio, combinada con el ejercicio de una hegemonía sobre determinadas áreas y una presencia preponderante en otras, aunque también restringidas a determinadas áreas. [...] La condición de *autonomía*, sin asegurar la inexpugnabilidad del territorio propio, se caracteriza por el hecho de que los titulares disponen de medios para imponer severas penalidades, materiales y morales, a un eventual agresor. Disponen además de un margen bastante amplio de autodeterminación en la conducción de sus negocios internos y de una apreciable capacidad de actuación internacional independiente. [...] El nivel de *dependencia* incluye la gran mayoría de los países del mundo. En él se encuentran los países que no disponen de requisitos para ubicarse en niveles más altos.” (grifos nossos) (JAGUARIBE, 1979, p. 92-93)

regional, assim como o Oriente Médio de autonomia setorial, resultante de seu controle sobre as reservas mundiais de petróleo.

Na concepção de Jaguaribe (1979, p. 96-97), dois são os requisitos estruturais ou estáticos para que um Estado aceda à condição de autonomia. Em primeiro lugar, deve haver “viabilidade nacional”, a qual depende, “*para un determinado momento histórico, de la medida en que disponga de un mínimo crítico de recursos humanos y naturales, incluida la capacidad de intercambio internacional.*” Esse estoque de recursos humanos e naturais – população e território – também está condicionado pelo grau de integração sociocultural e pelos níveis de educação do país em questão. Em segundo lugar, do ponto de vista externo, há a “permissividade internacional”, a qual, dada a situação geopolítica do país, presume que “*disponga de condiciones para neutralizar el riesgo proveniente de terceros países, dotados de suficiente capacidad para ejercer sobre él formas eficaces de coacción.*” Em termos mais simples, a autonomia somente pode ser atingida se o Estado tiver e obtiver condições internas de fortalecimento nacional – econômicas, políticas, militares, culturais, sociais e geográficas – e puder empregar tais meios para resistir as pressões externas oriundas de centros decisores mais fortes. No caso do Brasil, evidentemente, o enquadramento teórico de sua busca por autonomia sempre pressupõe a presença imperial dos Estados Unidos. Segundo Jaguaribe, também há dois requisitos dinâmicos indispensáveis à autonomia: a capacidade de o país obter autonomia técnico-empresarial e de manter termos de troca não desfavoráveis dentro de seu sistema imperial, ou seja, em suas relações com a potência hegemônica.

Conforme veremos em detalhe, Jaguaribe havia sido ator importante dentro do debate de autonomia no Brasil desde a década de 1950. Em poucas palavras, a questão fundamental era saber se a carência de protagonismo técnico-empresarial nacional e a crescente entrada de capital estrangeiro não inviabilizariam por completo a tese da autonomia brasileira. Por ora, importa-nos destacar que Jaguaribe pensa o conceito de autonomia não apenas atado aos fins do Estado nacional, mas sobretudo como degrau em uma escada ou progressão linear e ascendente. Como parte de sua construção teórica taxonômica, portanto, a autonomia é um conceito que não pode comunicar-se com a dependência sob pena de perda de essência. Em 1980, Gerson Moura publicou seu estudo *Autonomia na dependência: a política exterior brasileira de 1935 a 1942*, onde buscou analisar o que denominou como “equidistância pragmática”, ou a margem de autonomia obtida pelo Brasil em suas relações com as grandes potências, Estados Unidos e Alemanha nazista, antes de seu engajamento definitivo ao lado dos Aliados na

Segunda Guerra Mundial. Parece-nos que ultrapassa Jaguaribe, pois pensa autonomia e dependência como coextensivas. Além disso, consideramos louvável o esforço de Gerson Moura em inserir explicitamente seu estudo dentro dos debates de teoria das relações internacionais, algo incomum em história da política exterior do Brasil. Assim, o autor (1980, p. 29-32) propõe que se combinem os níveis de análise, agente e estrutura, de modo a mitigar os excessos dos modelos da política burocrática de Graham Alisson e do Estado como ator unitário, o que abre espaço à inter-relação entre os âmbitos doméstico e internacional³⁵.

Nesse sentido, Moura (1980, p. 37-42) constrói sua análise de história da política exterior do Brasil por meio da conjugação de conjunturas políticas imediatas, internas e externas, e de condicionantes estruturais amplas que se referem à totalidade do campo capitalista em que o país está inserido. Na primeira metade do século XX, caracteriza-se esse campo pela competição de hegemônias, expressa no fenômeno do imperialismo. Assim, na esteira do debate entre autonomia e dependência, o qual havia marcado o pensamento latino-americano pelo menos desde o fim da década de 1960, Moura busca conciliar os dois modelos, aceitando explicitamente a tese do imperialismo defendida pelos dependentistas. A teoria do imperialismo aparece em seu estudo como a estrutura geral de referência dentro da qual atores institucionais ou individuais encontram os limites de sua ação política. Numa mesma configuração capitalista, colhendo influência de Gramsci, o autor situa um centro hegemônico, o qual designa o país de economia central e capaz de exercer liderança política, militar e ideológica. Em seu sistema de poder, o centro hegemônico atua sobre sua área de influência, composta por Estados aliados e subordinados. De modo a evitar explicações economicistas ou voluntaristas acerca da política exterior do Brasil para o período em que estuda, Moura (1980, p. 42-43) defende então a hipótese de que “a política externa de um país dependente está condicionada simultaneamente ao *sistema de poder* em que se situa, bem como às *conjunturas políticas*, interna e externa (a saber, o processo imediato de decisões no centro hegemônico, bem como nos países dependentes).”

Embora não defina claramente o conceito de autonomia, Moura (1980, p. 44-49) afirma que os processos imediatos de decisão política do país subordinado, ou seja, as conjunturas políticas internas, guardam grande liberdade pois não são meros reflexos do

³⁵ “Nosso esforço neste trabalho não será o de contrapor ao modelo de ‘política burocrática’ um outro modelo, ‘estrutural’, do qual se derivariam explicações automáticas do processo decisório, mas será o de procurar uma *mediação*, que torne inteligível a ação dos atores nos limites dados pelas estruturas.” (MOURA, 1980, p. 31-32)

sistema de poder. Paradoxalmente, em sua explicação das condicionantes estruturais, o autor aceita a tese dos dependentistas, segundo a qual as relações de dominação e subordinação são internalizadas nos processos políticos do centro e da periferia, de modo que as classes dominantes do país subordinado compartilham a ideologia política oriunda do centro desenvolvido, capaz de legitimar a prática do imperialismo. Nesse ponto fundamental, ou seja, saber se as classes dominantes da periferia são aptas a agir por decisões de autonomia nacional, ou se subordinam-se enquanto classe ao centro de poder, Moura não fornece uma solução definitiva. Quanto ao processo político interno dos aliados subordinados, porém, considera que pode destinar-se tanto a manter a relação estrutural, a negá-la ou mesmo a redefini-la, assim que as opções de autonomia e dependência parecem estar igualmente abertas. Parece-nos que Moura em seu estudo pensa a autonomia como janela conjuntural de oportunidade, porém exercida dentro de um quadro estrutural de dependência. Em sua análise, especificamente, o Brasil obtém essa margem de autonomia, entre 1935 e 1942, somente em razão da competição inter-imperialista de Estados Unidos e Alemanha nazista por influência na América Latina. Passada a conjuntura favorável, o Brasil volta a situar-se no marco da dependência do sistema de poder norte-americano.

Entre 1981 e 1986, Andrew Hurrell, herdeiro da Escola Inglesa, produziu sua tese de doutorado *The quest for autonomy*, a qual tratou da evolução do papel do Brasil no sistema internacional em sua busca por autonomia durante o regime militar. À diferença de Moura, Hurrell (2013, p. 38-39) define expressamente seu conceito de autonomia como o grau efetivo de independência que um Estado é capaz de obter. É interessante notar que a autonomia em Hurrell é um conceito relativo, uma vez que os Estados encontram-se sempre em um *continuum* entre a autonomia de um lado e a dependência de outro. Desse modo, autonomia distingue-se do conceito absoluto de soberania, o qual diz respeito ao *status* legal de independência que todo Estado detém, independentemente de sua capacidade efetiva de implementá-lo. Sob influência do realismo estrutural de Kenneth Waltz, Hurrell considera que nenhum Estado, nem mesmo as superpotências da Guerra Fria, poderiam atingir a autarquia ou o grau extremo de autonomia fora do sistema internacional, pois todos os atores submetem-se às condicionantes sistêmicas. Assim, um alto grau de autonomia não é incompatível com o envolvimento na política internacional, implicando a habilidade de um Estado em determinar dentro do sistema suas políticas nacionais, resistir a tentativas de controle externo e explorar a seu favor as tendências do ambiente internacional.

No que toca o debate entre autonomia e dependência, o qual Moura procura conciliar, é notável em Hurrell o abandono das teses dependentistas, o que implica uma análise da autonomia absolutamente estatocêntrica. Nesse sentido, Hurrell (2013, p. 46-49) parte da distinção entre *dependence* e *dependency*. Os analistas da *dependence* preocupam-se em mensurar as assimetrias entre os Estados no plano internacional, bem como explicar seus graus de influência nas relações internacionais; os teóricos da *dependency* – ou seja, da teoria da dependência – buscam, por sua vez, partindo da tese do imperialismo, entender a integração dos países periféricos ao sistema capitalista, assim como determinar as consequências para seus processos de desenvolvimento. Em seu estudo, Hurrell adere à primeira das acepções de dependência, na medida em que levanta o problema dos níveis de análise para descartar a contribuição teórica da teoria da dependência. Na visão dos dependentistas, a dependência ou ausência de autonomia do Brasil adviria da injustiça social e do modelo autoritário imposto pelos militares a partir de 1964, tendo-se a estrutura das classes sociais como principal nível de análise, de modo que o Estado emerge como epifenômeno. Preocupado em encetar um estudo centrado no Estado nacional, ao contrário, Hurrell vê-se obrigado a por de lado temas afeitos à política doméstica, tais como democracia e justiça social, com o que recai no modelo gasto do ator unitário³⁶.

No presente estudo, buscamos rechaçar tal análise estatocêntrica da autonomia; ao lado disso, tampouco nos interessa ressuscitar a teoria da dependência. Propomos suspender a divisão entre os planos doméstico e internacional, conforme vimos, por meio da ferramenta arqueo-genealógica de Michel Foucault. Sua análises do discurso e das relações de poder também buscaram pensar o Estado como epifenômeno, porém rechaçaram veementemente a teoria marxista da dominação. Parece-nos possível, assim, afastar a um só tempo o ranço dependentista e as tradicionais análises preocupadas com o Estado nacional em sua busca por autonomia. Em seus estudos sobre a “arte de governar” na Modernidade, Foucault (2008, p. 3-5) faz uso do conceito de “governo”,

³⁶ “Of course, particularly in the longer term, a country’s level of development is an important factor in determining its international freedom of manouvre. Yet, although related, the question of autonomy needs to be viewed as a logically distinct category and separated from problems of economic development or difficulties in establishing democratic institutions, neither of which are the concern of this book. [...] Brazil is still dependent [de acordo com a teoria da dependência] because of domestic injustice and inequality and because its economic system provides no possibility of better income distribution, full employment, improved social services etc. These concerns are important ones but they do not form the focus of this study. For this study the Brazilian nation state remains the key actor and autonomy and dependence are defined in terms of the success of the Brazilian state in carrying out its objectives.” (HURRELL, 2013, p. 47-49)

pensado como o governo dos homens na medida em que se apresentou historicamente como exercício da soberania política. Não se pensou só a prática governamental “real”, senão também as tentativas de se conceitualizar a melhor maneira possível de governar. Nesse sentido, sua abordagem metodológica nominalista propõe que se parta da prática governamental como ela é refletida para que, a partir daí, seja possível interrogar sobre o estatuto de universais como o Estado soberano. Dessa forma, no presente trabalho, indagaremos que tipo de governo e de identidade nacional estiveram refletidos nos *conceitos de autonomia* defendidos por intelectuais, militares e diplomatas de fins da década de 1940 a meados da década de 1970, tanto do ponto de vista doméstico quanto internacional. Buscaremos entender como tais conceitos de autonomia funcionaram como índices de inteligibilidade e fatores de mudança de seus respectivos contextos discursivos conformados por práticas de poder.

Ex-orientando de Hurrell, afirma Saraiva que a política exterior do Brasil, nos cinquenta anos que medeiam 1954 e 2005, foi marcada por oscilações. Se, por um lado, fiel à hipótese central da “Escola de Brasília”, considera que tais mudanças não são derivadas dos regimes políticos, entende, por outro, que aquelas oscilações não são tão tênues quanto os “ideólogos da eterna continuidade” supõem. Saraiva dá nome aos bois. Em nota de rodapé, responsabiliza os expoentes da velha história diplomática – Pandiá Calógeras, Delgado de Carvalho e Hélio Viana – por *reificarem* o conceito de unidade sem mudança na diplomacia brasileira. O autor vai mais longe, pois considera que a ideia da continuidade no tempo serviu de justificativa à ação diplomática do Itamaraty, o qual atuou naqueles cinquenta anos como “certo Estado dentro do Estado”. No mesmo sentido, salienta que essa ideia “expõe um jogo corporativo e auto-suficiente da burocracia diplomática brasileira. A mistificação do próprio barão do Rio Branco é um exemplo desse mecanismo de preservação da diplomacia profissional” (SARAIVA, 2005, p. 62). Com exceção da hipótese da incomunicabilidade entre política externa e política interna, concordamos plenamente com a crítica de Saraiva, não apenas com o papel que a ideia da continuidade tem na legitimação histórica do Itamaraty, senão também com a função crucial que a mistificação do Barão desempenha nesse jogo. Mais adiante, voltaremos a esse ponto. Em artigo mais recente, contudo, publicado em 2014, Saraiva aparentemente efetuou seu próprio *aggiornamento* em relação à questão. Talvez reconciliado com Calógeras, Carvalho e Viana, talvez arrependido, o autor investiria ele próprio na reificação da continuidade no tempo – agora condensada no conceito de autonomia decisória.

Nesse artigo mais recente, Saraiva (2014, p. 9-10) considera que a autonomia é o “elo interno do Estado em sua inflexão para a conformação do sistema internacional”. Embora aparente atribuir importância ao âmbito interno e às ressignificações do conceito de autonomia ao longo do tempo, o autor não foge ao lugar-comum de que há um padrão histórico na inserção internacional do Brasil garantido por uma etérea *seta do tempo*, uma mesma direção de pensamento que aproximaria os desafios de contextos históricos tão distintos como os do Império brasileiro e aqueles que o país enfrenta no século XXI. Não problematizada, a “autonomia decisória” seria portanto algo como uma flâmula em constante voo³⁷. Em sua perspectiva (2014, p. 14-16), Helio Jaguaribe, “maior elaborador teórico no estudo do conceito de autonomia no Brasil”, emerge como prenunciador da Política Externa Independente de 1961. No começo da década de 1960, tal conceito brasileiro de autonomia encontra na PEI um caminho de conjugação histórica, representado pela tríade San Tiago Dantas – Afonso Arinos de Mello Franco – Araújo Castro. Assim, Saraiva não remete o conceito de autonomia de Jaguaribe a seu contexto histórico específico do final da década de 1950, tampouco problematiza sua posição no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ou seus interesses políticos. Ao lado disso, presume que os chanceleres da PEI conformam um bloco homogêneo de pensamento, desatento a suas distintas trajetórias políticas e ao quadro interno em que atuam. Parece-nos, ademais, que, ao submeter o conceito de autonomia à imagem da “seta do tempo”, sem maiores preocupações em qualificá-lo do século XIX aos dias atuais, Saraiva incorre nos vícios da história das ideias, por meio da *reificação* da

³⁷ Nas palavras de Saraiva: “O argumento central do artigo é o de que há um padrão histórico *que insiste na seta do tempo da inserção internacional do Brasil*. A seta não é linear, move-se em oscilações ora tendente a mais autonomia, ora a menos, *mas é garantida no tempo, no meio*. É o senso de autonomia, *em forma própria*, diferente bastante até de seus vizinhos sul-americanos, mesmo do caso argentino. O padrão brasileiro expõe continuidade da política externa do Brasil (PEB) desde o início do século XIX até os tempos mais recentes. O coração desse padrão de continuidade foi formado em torno do exercício e da reflexão adensada por muitos na história brasileira em torno do *conceito de autonomia decisória*. Mas as mesmas significações e ressignificações do conceito no tempo, do nascimento do Estado nacional em 1822 aos dias atuais, *emanam do núcleo comum* de pensamento que aproxima o Império brasileiro aos desafios do país em suas relações internacionais na segunda década do século XXI.” (grifos nossos) (SARAIVA, 2014, p. 10). Vemos como Saraiva reconhece que muitos no Brasil refletiram e construíram historicamente o conceito de autonomia. Entretanto, não situa em suas discordâncias de significado do conceito as *oscilações* dignas de nota; em Saraiva, as oscilações importantes são apenas as que presumem o monolitismo prévio e atemporal do conceito de autonomia, o qual, conseqüentemente, deve pairar sobre o fluxo histórico e rasgá-lo em pleno voo alto com sua seta irrefreável. De modo a contornar e negar o problema chão das disputas efetivas em torno do conceito, Saraiva recorre à bela solução metafísica; a autonomia decisória, esse ente com forma própria e constante, extrai sua segurança ontológica do próprio tempo e do próprio meio. Pouco faltou para chegarmos à revelação de algum demiurgo da autonomia; como *autor próprio*, é plausível dizer, Saraiva é o próprio – ou quer sê-lo.

autonomia. Assim, se compararmos seus dois artigos, publicados com um intervalo de nove anos, veremos que *sua oscilação* é o que sobrepõe o tempo.

Segundo vimos, Maria Regina Soares de Lima não busca construir narrativa laudatória acerca da autonomia, o que a converte em nota dissonante com respeito ao *bloco homogêneo* da “Escola de Brasília”. Entretanto, Soares de Lima (2005, p. 11-15) também pensa a autonomia como um modelo de política externa entre outros acessível a uma potência média como o Brasil, desde que almeje desempenhar papel protagônico na política mundial. Em outras palavras, a autora não privilegia os embates históricos internos a respeito do conteúdo semântico do conceito de autonomia, tampouco busca atravessá-lo para vazar a divisão entre as políticas doméstica e internacional. Desse modo, Soares de Lima discerne três arquétipos de política externa: o “modelo inglês” ou da relação especial com os Estados Unidos; o “modelo francês” ou de autonomia; e o “modelo alemão” ou de aprofundamento da inserção regional. No caso do Brasil, considera que predominaram em períodos alternados da Guerra Fria os dois primeiros modelos³⁸. Identifica três momentos importantes em que vigorou a relação especial com os Estados Unidos. Em primeiro lugar, evidentemente, durante a gestão do Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty, o qual idealizou a posição do Brasil como interlocutor privilegiado entre Estados Unidos e América Hispânica. A relação voltou a repetir-se em Vargas, visando à implantação da siderurgia no país; e em Castello Branco a partir de 1964, com o que obteve a legitimação internacional do regime militar. Por sua vez, entende a autora que o modelo da autonomia fez-se presente nos períodos da PEI e do Pragmatismo Responsável de Geisel. Dessa forma, Soares de Lima consegue evitar o reiterado – e potencialmente interminável – debate entre autonomia e dependência.

De sua parte, Fonseca Jr. (1998, p. 260) reconhece a hipótese de Maria Regina Soares de Lima, segundo quem Araújo Castro deve ser considerado um representante da corrente realista, no sentido de entender o sistema internacional como um jogo de poder, em especial por suas análises do início da década de 1970 acerca do “congelamento de poder mundial”. Castro defendia a tese de que as superpotências bloqueavam a ascensão de “potências médias” por meio da articulação de soluções institucionais, como por

³⁸ “Calçadas na relação histórica da Inglaterra com os Estados Unidos, as três principais características do modelo de ‘relação especial’ são o alto nível de interdependência econômica com os Estados Unidos; a aliança militar com aquele país e a baixa identidade com os vizinhos no âmbito regional e uma auto-avaliação como diferente e distante dos mesmos. [...] O modelo francês ou da autonomia também se ajusta ao caso do Brasil. São duas as suas principais características: a busca da diversificação de parceiros diplomáticos, para além de suas respectivas áreas de influência regional, e o forte interesse em relações regionais prósperas e pacíficas, como um meio de equilibrar o poder da potência dominante global.” (LIMA, 2005, p. 11-13)

exemplo as restrições à fabricação de artefatos nucleares presentes no TNP. De modo significativo, Fonseca Jr. (1998, p. 262-263) situa as linhas de pensamento brasileiro em relações internacionais até a década de 1970 em torno de três nomes: Araújo Castro, que traduz as preocupações dos formuladores da política externa brasileira; Golbery do Couto e Silva, que sistematiza tradições do pensamento militar; e Helio Jaguaribe, intelectual “puro” que pensa no marco isebiano. Imersos em instituições voltadas para o fazer político, suas reflexões estão vinculadas intrinsecamente a processos políticos. De modo específico, o Itamaraty e as Forças Armadas “‘pensam’ em função de interesses, de uma determinada visão de seu papel como burocratas permanentes.”

Apesar dessas ponderações, as quais distinguem o conceito de autonomia no pensamento de intelectuais, militares e diplomatas, Fonseca Jr. (1998, p. 274-275) objetiva relacionar o projeto de autonomia à constante da identidade nacional. No contexto da Guerra Fria, o autor discerne dois traços principais: o marco ocidental e a condição de país em desenvolvimento. Como resultante, a identidade do Brasil surge como ambígua ou complexa, pois o país reivindica como pobre, contudo, considera-se vocacionado à riqueza. Assim, seria preciso construir um “caminho próprio” para o desenvolvimento por meio da integração controlada na economia internacional. Fonseca Jr. (1998, p. 272) considera que a Política Externa Independente e o Pragmatismo Responsável, embora apresentem diferenças significativas, submetem-se à hipótese da continuidade matizada que permite interpretá-los sob o mesmo modelo de inserção “ocidental autônomo”. Em que pese as distinções de regime político, as premissas da “ampliação de autonomia” e da identidade nacional dão ao autor (1998, p. 340) subsídios para privilegiar as constantes entre os dois momentos, bem como situar a PEI como marco fundacional. Ambos os projetos são pensados como de “autonomia pela distância”, em torno de três linhas centrais: distância em relação à disputa ideológica; propostas reformistas da ordem mundial; e universalização de contatos. Ao tratar do período da “renovação de credenciais”, iniciado no fim da década de 1980, Fonseca Jr. (1998, p. 368) formula sua “autonomia pela participação”, por meio da qual o Brasil passa a engajar-se nos regimes internacionais.

Em seu estudo da política externa brasileira recente, de Sarney a Lula, Vigevani e Cepaluni (2011, p. 27-30) recebem e complementam as formulações de Hurrell e Fonseca Jr. acerca do conceito de autonomia. Assim, a autonomia também é vista como “um direito que os Estados podem ou não possuir, que se insere em um *continuum* entre dois tipos ideais: dependência total (ou alinhamento) ou completa autonomia.” Os

autores, contudo, são críticos a Waltz, pois consideram que as grandes potências e os Estados fracos não são unidades iguais inseridas em um ambiente anárquico, uma vez que a desproporção entre suas capacidades de poder implicaria pensar em uma estrutura predominantemente hierárquica. Nesse sentido, Vigevani e Cepaluni afirmam que a autonomia é uma preocupação prioritária dos países do Terceiro Mundo, como meio de assegurar desenvolvimento autóctone ou não dependente, ao passo que para os países poderosos a autonomia não seria preocupação relevante. Os autores buscam também complementar o binômio “autonomia pela distância – autonomia pela participação”, proposto por Fonseca Jr. na década de 1990, de modo a entender a política externa do governo Lula dentro da perene “busca por autonomia”. Assim, Vigevani e Cepaluni (2011, p. 37) cunham o conceito “autonomia pela diversificação”, a qual “caracteriza-se pela participação em instituições liberais por meio de alianças Sul-Sul para se contrapor à agenda de certos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos.”

Conforme aponta Spektor (2014, p. 17-18), o projeto autonomista domina o horizonte estratégico brasileiro desde meados da década de 1950. Sua marca distintiva é “a definição de interesse nacional em termos de modernização industrial com vistas à construção de um capitalismo nacional blindado contra pressões políticas e econômicas de um sistema internacional do qual o Brasil é dependente.” Em sua origem, como face externa do nacional-desenvolvimentismo, o projeto autonomista dedicou-se a construir obstáculos ao livre comércio, condicionar o investimento externo, garantir transferência de tecnologia e diversificar parcerias, bem como legitimar o regime de exceção que se inaugurou em 1964. Embora sem apresentar pormenores, Spektor (2014, p. 21) concede que o projeto autonomista jamais foi articulado em um conjunto preciso de proposições, tampouco gozou de paternidade única. Igualmente, o consenso em torno da noção de autonomia existiu apenas em um nível abstrato, uma vez que na prática as escolhas de política externa foram intensamente disputadas.

Em Spektor (2014, p. 27), porém, a análise histórica do conceito de autonomia não foge ao imperativo de se detectar constantes. Assim, o autor também considera que o projeto autonomista assentou-se na identidade internacional do Brasil, a partir de três noções basilares. Em primeiro lugar, a crença de que o país merece mais autoridade do que tem no sistema internacional, de onde emerge seu pleito de reconhecimento como grande potência. Segundo, o princípio de que o Brasil está posicionado nas bordas da formação ocidental, condição híbrida que o habilitou a exercer tolerância com outros povos. Terceiro, a premissa do excepcionalismo brasileiro. No que concerne ao período

histórico que analisamos, Spektor (2014, p. 39) afirma que a política externa definiu o poder nacional em termos de recursos econômicos, industriais e populacionais, para tal abrindo mão da projeção de poder militar. De modo curioso, o autor contrapõe o projeto de Brasil Potência à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), associando apenas essa à projeção geopolítica. Desse modo, consoante à tese da mudança de rumos em 1967, Spektor presume que o fechamento do regime militar implicou a renúncia à potência militar. Parece-nos, ao revés, que ambos os momentos refletem um único projeto de autonomia, o qual ganha musculatura a partir do final da década de 1960. Veremos como o processo de modernização conservadora, em cujas bases emergiu a ideia de Brasil Potência, havia sido parte do pensamento militar desde os anos 1950, assim como foi tornado possível apenas nos marcos da segurança nacional.

Em Hirst (2006, p. 91-98), surge uma perspectiva aparentemente distinta de boa parte das citadas anteriormente. Na visão da autora, o conceito de autonomia pode ser entendido como um de cinco estágios das relações entre Brasil e Estados Unidos a partir do século XX – seus cinco “As”. Com referência em Rio Branco, a fase de *aliança* informal que caracterizou o início do século esteve marcada por assistência militar mútua, apoio diplomático recíproco e intensas relações econômicas entre os dois países. Entre 1942 e 1977, o Brasil percorreu três etapas de *alinhamento* em suas relações com os Estados Unidos: o período de Vargas na Segunda Guerra Mundial, “que precisou ceder a várias pressões norte-americanas em troca de empréstimos para financiar seu projeto de desenvolvimento em áreas estratégicas”; o período da Guerra Fria caracterizado pela bipolaridade Leste-Oeste; e aquele do governo Castello Branco, guiado pelos conceitos de fronteiras ideológicas e soberania limitada. É interessante notar que, à luz desse longo estágio de alinhamento, é a Política Externa Independente (PEI) que emerge como *passo fora da cadência*, uma vez que sua defesa de ampliação de autonomia não resistiu à *correção de rumos* efetivada em 1964³⁹. Na visão de Hirst,

³⁹ Na conhecida hipótese de Amado Cervo, a política externa do governo Castello Branco, caracterizada pelo alinhamento com os Estados Unidos entre 1964 e 1967, teria consistido em um *passo fora da cadência*, em uma frustrada “correção de rumos” – entre aspas – em relação ao período anterior da PEI. Em 1967, em sua visão, Costa e Silva teria então retomado o *universalismo inevitável* da política externa brasileira e efetivado uma nova e exitosa correção de rumos – agora sem aspas – de modo a colocar o país de volta nos trilhos, ou em sintonia com sua cadência característica (CERVO & BUENO, 2011, p. 393-415). Como fica claro por meio do confronto entre Hirst e Cervo, cada autor assume uma perspectiva distinta, e o que é nove pode virar seis. Por sua vez, as premissas de análise são sempre *indemonstráveis*, pois resultam de inconfessados *sentimentos* e juízos de valor. Em Cervo, é a valorização de uma cadência histórica pressuposta ritmada pela busca por autonomia o que o leva a considerar anacrônicas as opções de política externa em Castello Branco. Sua análise beneficia-se da visão prospectiva, somente com base na qual consegue considerar *inevitável* o universalismo inaugurado na PEI, reinstaurado em Costa e Silva

a etapa de *autonomia* nas relações bilaterais foi alcançada apenas no governo de Ernesto Geisel, pautado por desavenças com a Casa Branca. Desde 1990, o Brasil entra em novo estágio de *ajustamento* pautado pelas reformas de abertura comercial e de estabilização monetária dos governos Collor e Cardoso. Em Lula, o período de *afirmação* do país teria sido marcado pela demarcação das concessões aos Estados Unidos e pela extensão das ambições brasileiras no mundo.

Podemos perceber que Hirst inverte algumas interpretações correntes sobre o conceito de autonomia na historiografia. Em primeiro lugar, a autora não investe na repetida polarização entre autonomia e dependência. Talvez porque não lhe interesse, ou porque não inicie com a letra “A”, a dependência não tem lugar em sua tipologia. É, de todo modo, uma apreciação estética dos conceitos que consideramos atraente. Como resultado, Hirst termina por submeter ao voo de seus ases a sofisticada hipótese de Gerson Moura acerca da “autonomia na dependência”. Assim, a atuação da política externa de Vargas na Segunda Guerra reduz-se à rubrica do alinhamento. Parece-nos que sua classificação – talvez porque enfatize um elemento estético – tem a vantagem de evitar entender a autonomia como resultado de uma *progressão* escalonada no tempo. Suponhamos, nesse sentido, que o alinhamento seja considerado um *retrocesso*. Nesse caso, os “As” de Hirst não indicam qualquer seta do tempo, pois da vantajosa aliança não escrita do Barão teríamos dado em seguida um passo atrás com a longa etapa de alinhamento; em Geisel, um passo à frente rumo à autonomia. Assim, no fim das contas, passados oitenta anos, o Brasil *nem teria saído do lugar*. Pensado como um atoleiro, esse impasse poderia explicar por que as etapas de ajuste e afirmação acabam por deslocar o conceito de autonomia desde o final da Guerra Fria. Em que pesem suas importantes ponderações e nuances, parece-nos contudo que Hirst dá apenas uma nova demão de tinta na fachada da casa velha – esse lar da autonomia sempre buscado, mas onde não se pode jamais fincar os pés. Em outras palavras, não coloca em questão as próprias fundações do conceito de autonomia, o que converte suas divergências com os demais autores em retoques de superfície.

Em ensaio crítico à narrativa diplomática brasileira, em especial a Fonseca Jr., Pinheiro (2000, p. 318-326) busca relativizar a dicotomia entre realismo e racionalismo, pondo em questão o argumento de que o Brasil, sobretudo a partir do exercício da

e predominante nas décadas seguintes. Parece-nos que seria mais interessante darmos à política externa de Castello Branco ao menos o *benefício da dúvida*; caso contrário, incorreremos na suposição algo vaidosa de que nossas preferências atuais devem ter sido confirmadas pelo caminho seguro e triunfante da História. Retornaremos ao tema da política externa do regime militar nos capítulos V e VI.

“autonomia pela participação”, teria pautado sua inserção internacional exclusivamente por constantes grocianas ligadas a uma visão moral e principista do mundo. Assim, a autora entende que, desde a década de 1990, permaneceu como única constante da política externa brasileira o desejo realista de se obter autonomia, o que implicou uma lógica de atuação de *double standard*. No âmbito regional, o Brasil permaneceu avesso a maiores graus de institucionalização, comportando-se com base em um realismo de tipo hobbesiano, preocupado com a balança de poder. Somente no âmbito global, onde carece de maiores capacidades de poder, o país explorou em seu benefício um realismo de tipo grociano, mais afeito ao fortalecimento dos regimes internacionais⁴⁰. Notamos que, em trabalhos anteriores, buscamos testar essa hipótese da duplicidade da política externa brasileira por meio da crítica das origens, ou seja, do estudo da gestão do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia republicana. Concluímos naquela ocasião tal como fez Pinheiro em relação ao período recente, na medida em que o Brasil de princípios do século XX buscou controlar a Argentina em um condomínio de poder regional, ao passo que no âmbito global utilizou-se da Conferência da Haia de 1907 para exercer exclusivamente a liderança da América do Sul (MUÑOZ, 2012, 2014).

Pinheiro (2000, p. 312) considera que, desde a década de 1990, estão esgotados os velhos paradigmas – americanismo e globalismo – que nortearam a diplomacia brasileira desde 1902, quando teve início a gestão do Barão do Rio Branco. Entretanto, a lógica da autonomia teria sobrevivido como constante fundamental da inserção internacional do Brasil, reclamando a formulação de um *novo paradigma* que a desse sustentação. Em interessante diálogo com a teoria de relações internacionais, Pinheiro (2000, p. 326-328) propõe ver a ambiguidade da política externa brasileira, dividida entre as táticas de inserção hobbesiana e grociana, como uma única estratégia na sua busca por autonomia, novo paradigma que a autora denomina como “institucionalismo pragmático.” Em que pesem os méritos de seu ensaio, parece-nos que Pinheiro não escapa à abordagem estatocêntrica, comum a Fonseca Jr. e a todos os demais autores analisados na presente seção. Neste trabalho, buscaremos submeter *a própria lógica da*

⁴⁰ “Embora a visão *grotiana* traga com ela a ação em prol da cooperação pela justiça, o desejo de autonomia, como que em uma traição, se utiliza desta concepção para satisfação da sua busca por poder. É dessa forma que podemos entender a relação do Brasil com os demais países da América do Sul, como tendo por base uma visão *hobbesiana* antes que *grotiana*, como meio de garantir sua posição de liderança dentro da região e de aumentar seu poder de barganha extra-regional. [...] A fim de exponenciar suas possibilidades de ganho [no plano global, onde a assimetria de poder é desfavorável ao país], portanto, a participação nos fóruns globais e, mais, a participação associada a outros Estados de seu entorno regional, por exemplo, aumentaria a probabilidade de obtenção de ganhos absolutos.” (PINHEIRO, 2000, p. 323-324)

autonomia a análise crítica. Tendo-se em mente, conforme apontamos, fazer uma história do presente, parece-nos que o esvaziamento recente da política externa brasileira no governo de Dilma Rousseff e a consequente crise do Itamaraty são um quadro propício para se submeter o discurso autonomista brasileiro a sua contingência histórica. Nesse sentido, por meio de nova crítica às origens, queremos retornar à emergência (*Entstehung*) e à proveniência (*Herkunft*) do debate em torno do conceito de autonomia, a partir da década de 1950, situando-o no recorte maior na Modernidade, ou seja, em seus eixos espaço-temporais.

CAPÍTULO II

TEMPO E ESPAÇO

2.1 Autonomia no tempo

Para que se possa pensar o conceito de autonomia do ponto de vista espaço-temporal, é preciso situá-lo como produto da Modernidade no Ocidente, a qual remonta ao século XVI. Segundo Giddens (1991, p. 10-12), os modos de vida oriundos da Modernidade desvencilharam-se de todos os tipos tradicionais de organização social em uma escala sem precedentes. Em extensão, estabeleceram-se formas de interconexão capazes de cobrir todo o globo; em intensidade, alteraram-se as características mais íntimas da existência cotidiana. Assim, para que se possa entender a descontinuidade provocada pela Modernidade, é necessário descartar uma visão evolucionária da História, segundo a qual ela deva ser contada por meio de um enredo ou narrativa contínua apta a ordenar a mixórdia dos acontecimentos humanos. Em seu diagnóstico da Modernidade, o autor identifica três fatores fundamentais de descontinuidade em face às ordens sociais tradicionais. Em primeiro lugar, o ritmo de mudança da era moderna é extremo, sobretudo no que toca à tecnologia. Esse ponto, conforme vimos, impactou o horizonte temporal dos próprios conceitos políticos e sociais, os quais tornaram-se cada vez mais conceitos de movimento e aceleração. Uma segunda descontinuidade é o

escopo da mudança, pois as transformações sociais disseminam-se virtualmente por toda a superfície do planeta. Por fim, emergiram instituições tipicamente modernas, tais como o Estado-nação e o sistema capitalista.

Em sua avaliação da era moderna, Giddens (1991, p. 12-17) retorna aos autores clássicos da sociologia: Marx, Durkheim e Weber. O mais pessimista dos três, Weber via “o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais”, dentro de um processo de avanço do capitalismo por meio da racionalização das atividades humanas. Por sua vez, Marx e Durkheim viam a turbulência da era moderna, contudo, destacavam suas possibilidades benéficas. Em Marx, o capitalismo é a força dinâmica transformadora da Modernidade, na qual a produção ganha escopo internacional e o trabalho humano torna-se mercadoria. Para Durkheim, o caráter de rápida transformação da era moderna advém do industrialismo, pautado por uma complexa divisão do trabalho. O que Giddens propõe implica, por um lado, agregar essas três interpretações sociológicas da Modernidade; por outro, implica expandir a análise para além do conceito de “sociedade”, bem como entender como se dá nos sistemas sociais a ligação entre tempo e espaço. Nesse sentido, o autor entende as sociedades modernas no marco dos Estados-nação, os quais possuem a um só tempo conexões entrelaçadas entre si e uma delimitação espacial precisa se comparada às fronteiras das civilizações agrárias pré-modernas. Assim, consideramos que o conceito de autonomia deve ser associado à contingência histórica da conformação espaço-temporal tanto do sistema de Estados quanto do modelo capitalista.

Na Modernidade, a dimensão espaço-temporal das relações sociais sofre uma mutação fundamental. Nas culturas pré-modernas, ainda segundo Giddens (1991, p. 21-23), o tempo vinculava-se ao lugar como base da vida cotidiana, pois sua mensuração não era precisa e necessitava de fenômenos naturais regulares e da referência espacial para se efetivar. A difusão do relógio mecânico no Ocidente, que data de fins do século XVIII, permitiu a criação de uma dimensão uniforme de tempo “vazio”, por meio de seu cálculo exato e do zoneamento artificial do dia, por exemplo, na jornada de trabalho indissociável à organização do capitalismo industrial. Esse processo, o qual culminou na padronização mundial dos calendários, tornou possível o distanciamento entre tempo e espaço. Por sua vez, a Modernidade também possibilitou que surgisse um espaço “vazio”, desvinculado dos contextos de presença das relações sociais locais. Nesse sentido, o mapeamento progressivo do globo, iniciado no século XVI, estabeleceu o

espaço independentemente do apoio de qualquer localidade particular. Essa nova configuração espaço-temporal implicou a historicidade radical que se associa à era moderna, dentro da qual o tempo passou a ser entendido como um processo evolutivo que submete o espaço. É nesse aspecto, conforme salientado, que Koselleck formula sua ideia da “contemporaneidade do não contemporâneo”, onde coexistem, ao redor do globo, estruturas de organização social em distintos patamares de desenvolvimento. Sem a concepção unificada da História, isso não teria sido possível:

A “história”, como apropriação sistemática do passado para ajudar a modelar o futuro, recebeu seu primeiro estímulo importante com a primitiva emergência dos Estados agrários, mas o desenvolvimento das instituições modernas lhe deu um novo ímpeto fundamental. Um sistema de datação padronizado, agora universalmente reconhecido, possibilita a apropriação de um passado unitário, mas muito de tal “história” pode estar sujeito a interpretações contrastantes. Em acréscimo, dado o mapeamento geral do globo que é hoje tomado como certo, passado unitário é um passado mundial; tempo e espaço são recombinações para formar uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência. (GIDDENS, 1991, p. 24)

Conforme afirma Harvey (1989, p. 252), o movimento iluminista partiu dos pressupostos da física newtoniana, a qual tomava tempo e espaço não apenas como entidades vazias e quantificáveis, mas sobretudo como absolutos homogêneos capazes de confinar o pensamento e a ação humanos. No século XVIII, a concepção de que se poderia aperfeiçoar as condições de vida do gênero humano ao longo do tempo futuro, linear e homogêneo, implicou filosofias da História que pressupunham a inevitabilidade da marcha do progresso. Segundo Habermas e Ben-Habib (1981, p. 8-9), o projeto da Modernidade formulado no século XVIII pelos filósofos do Iluminismo pretendia desenvolver as esferas da ciência objetiva, da moral e da lei universais e da arte autônoma, diferenciação que decorreu do esfacelamento das concepções unificadas da metafísica religiosa que haviam atingido seu ápice histórico na Baixa Idade Média. Ao lado disso, almejava-se racionalizar a organização da vida cotidiana, com base na expectativa de que a arte e a ciência poderiam não apenas promover ao longo do tempo futuro o controle das forças naturais e o entendimento do mundo e do *self*, senão também efetivar progresso moral, justiça e felicidade ao ser humano.

Segundo afirma Ruggie (1993, p. 146), os dois programas modernos desenhados para o entendimento das relações internacionais, oriundos do século XVIII, espelham essa mesma concepção espaço-temporal vazia e homogênea. Do lado realista, o Tratado de Utrecht (1713), que encerrou a Guerra de Sucessão Espanhola, consagrou a noção de um equilíbrio de poder auto-regulado como o aspecto central à estabilidade do sistema

de Estados europeu. Com base na física mecanicista, os Estados soberanos deveriam ser entendidos como corpos em movimento de ação e repulsão entre si, assim como Newton havia teorizado a órbita dos corpos celestes a partir da força da gravidade. Do lado dos idealistas, emergiriam no século XVIII os projetos institucionalistas de paz perpétua de Kant e Abade de Saint-Pierre. O primeiro dos programas, nesse sentido, enfatizava a obtenção de equilíbrio no espaço ocupado pelo sistema europeu de Estados; o segundo, por sua vez, sobretudo o kantiano, incorporou o novo conceito de História, que aparece por volta de 1770, para formular a obtenção de estabilidade na Europa no tempo futuro por meio de ganhos progressivos. Conforme veremos, esses dois projetos para as relações internacionais trabalham com duas visões de autonomia, igualmente um conceito moderno: respectivamente, a *autonomia no espaço* e a *autonomia no tempo*.

É fundamental historicizar essa concepção espaço-temporal moderna, de modo a entender que nosso arranjo atual das relações internacionais é contingente. Durante o período medieval, a configuração territorial das entidades políticas não pressupunha a concepção homogênea de espaço, crucial para a construção dos Estados modernos a partir do século XVI, cujos territórios tornaram-se unidades mutuamente excludentes. Na Europa da Baixa Idade Média, em que se desenvolveu o feudalismo, o arranjo do espaço compreendia uma colcha de retalhos, em que direitos de governo incompletos sobrepunham-se, bem como a fragmentação do poder territorial permitia a convivência de laços de fidelidade plurais e assimétricos a vários senhores. Não havia, portanto, a noção de fronteira delimitada entre as entidades políticas, senão no máximo zonas de transição entre elas. Essa rede não excludente de legitimidades políticas locais não carecia de integridade, uma vez que na Baixa Idade Média todos os senhores feudais cristãos consideravam-se membros de uma única comunidade moral universal, a própria Cristandade latina, centrada na Igreja Católica. Nesse contexto, em que ainda prevalecia o modelo geocêntrico, as entidades políticas relacionavam-se com base na heteronomia, e Estados territoriais autônomos entre si inexistiam. A crise do século XIV viria a minar essa rede heterônoma de relações, contudo, a estrutura do Estado territorial emergiria naquele momento somente como uma das alternativas possíveis de rearranjo do espaço, as quais incluíram também no mundo alemão e italiano cidades-Estado, principados e ligas de cidades livres (RUGGIE, 1993, p. 149-155).

Desde o século XVI, período em que também tiveram início a expansão europeia no mundo e o desenho cartográfico do globo, o modelo do Estado territorial começou a impor-se como arranjo preferencial à realidade europeia, o que implicou a separação

espacial entre os domínios público e privado, interno e externo. Influenciado pelo conceito de mentalidades, oriundo da Escola dos Annales, assim como pela *épistémê* de Foucault, Ruggie (1993, p. 157-160), em uma abordagem construtivista, busca entender como a mudança de *mindset* oriunda da Modernidade impactou esse rearranjo espaço-temporal das relações de poder. Nesse sentido, foi essencial aos Estados modernos a consagração do princípio *cujus regio ejus religio*, o qual, especialmente após a Paz da Vestfália (1648), encerrou os conflitos entre católicos e protestantes por intermédio da delegação ao rei da competência de definir a religião de seus domínios, o que, por sua vez, minou a ideia de Cristandade latina universal prevalecente na Baixa Idade Média, responsável por assegurar uma estrutura heterônoma de relações. Ao lado disso, ocorreu a redescoberta do conceito de propriedade privada do direito romano, o que igualmente embasou a nova ideia de soberanias absolutas e autônomas entre si. Na Renascença, além disso, a concepção de privacidade foi incrementada com a invenção da técnica da perspectiva na pintura, na medida em que se propiciou via ponto de fuga um único ponto de vista subjetivo, o qual operou a distinção entre sujeito que observa e objeto observado. Nesse sentido, estavam postas as duas esferas fundamentais da autonomia: a autonomia do Estado no espaço público; a autonomia do indivíduo no privado.

Segundo destaca Walker (1991a, p. 456-461), o princípio da soberania estatal representa uma articulação historicamente específica da relação entre universalidade e particularidade no espaço e no tempo. Por um lado, esse princípio implicou no começo da Modernidade uma distinção espacial clara entre dentro e fora. Por outro, a partir da emergência das teleologias otimistas embutidas na teoria do progresso, pressupôs uma distinção temporal segundo a qual as separações espaciais seriam eliminadas por um processo de modernização, desenvolvimento e aceleração histórica, uma passagem gradual do âmbito da necessidade para o âmbito da liberdade. Assim, da arquitetura espacial do Leviatã hobbesiano, o enigma da Modernidade desdobrou-se na dialética temporal do *Geist* hegeliano. É somente dentro dessa articulação específica que se pode pensar no dilema entre democracia e segurança. Em Hobbes, a solução para o dilema entre universalidade e particularidade privilegia o espaço interno. Em sua hipótese de “estado de natureza”, a ideia da guerra de todos contra todos rompe com o paradigma hierárquico medieval na medida em que assume a autonomia de indivíduos atomizados. No âmbito interno, o Estado é responsável por realizar o ideal universal da comunidade política, no momento do contrato que encerra o estado de anarquia. Em Locke, contudo, emerge a dicotomia entre a reivindicação por autonomia individual, amparada no direito

natural e nas liberdades, e a necessidade de engajamento no interior da comunidade política soldada pela autoridade soberana do Estado, o que gradualmente se resolve pela prevalência de um poder representativo (WALKER, 1991b, p. 249-252).

O dilema entre as duas formas modernas de autonomia é congênito à solução política que superou historicamente o modelo hierárquico medieval. Hobbes formulou sua teoria de Estado tendo em vista o horror das Guerras Religiosas, pois o problema da guerra civil era resultante da ligação entre a ação política e várias consciências religiosas em conflito após a Reforma. Em Hobbes, o Estado não surge em função do progresso histórico; surge pela necessidade de debelar em seu espaço territorial a ameaça de guerra civil, que sempre pode retornar. Passo primordial nesse sentido foi a distinção entre os espaços moral-religioso e político, o que acarretou a dualidade entre homem e súdito. Por um lado, o homem poderia ser livre em segredo, mantendo sua confissão religiosa no nível de sua consciência privada; por outro, devia como súdito obediência total a seu soberano, sede da lei, da razão e da consciência pública. A separação interno/externo operada pelo Estado absolutista entre consciência moral e ação política também ocorreu nas relações internacionais, na medida em que o direito internacional surgiu na Europa como ordem jurídica supra-religiosa pautada pelo equilíbrio de poder. Porque era preciso submeter a consciência e o fanatismo religiosos à política e garantir o papel de cada Estado como fiador de sua paz interna, Vattel considerou descabidas intervenções com base em argumentos de moralidade universal. No século XVIII, entretanto, debeladas as guerras civis, o Estado absolutista começou a esgotar-se como experiência histórica. Como consequência, a partir do espaço secreto deixado pelo Absolutismo ao homem em seu foro interior, o Iluminismo expandiu-se e buscou a religação entre moral e política, porém com uma nova roupagem secular capaz de afastar de vez a influência clerical sobre os assuntos mundanos (KOSELLECK, 1999, p. 19-47).

O Iluminismo triunfou à medida em que o foro interior expandiu-se em direção ao domínio público. Em Locke, o espaço privado de consciência ganhou amplitude pois a *society* emergiu em lugar dos indivíduos isolados de Hobbes com o poder de criar suas próprias leis morais e determinar o valor das ações no espaço público. Assim, por meio do julgamento moral ao conteúdo das leis, o indivíduo adquiriu autoconsciência como cidadão e passou a exercer um novo tipo de autonomia. Dessa forma, os homens de sociedade atacavam o Estado absolutista através da censura moral e da crítica; seu teor aparentemente apolítico era parte de um poder indireto que amparou a ascensão da

burguesia ao poder. No século XVIII, os melhores exemplos dessa atuação estavam nas lojas maçônicas, cobertas pelo véu do segredo, e na república das letras, espaço em que os *hommes de lettres*, protótipos do intelectual moderno, expandiriam a atividade da crítica da política com base em anseios de moral universal. Pela rejeição das ordens sociais, religiosas e políticas vigentes, essa nova elite concebia a si própria como *arauto da emancipação da humanidade*. É nesse contexto que o conceito de crítica ampliou-se consideravelmente. Inicialmente, voltada a julgar ou avaliar adequadamente um objeto, a crítica tinha por exemplo na arte e na filologia seus temas preferenciais. Em Voltaire, a literatura teve inegável dimensão de crítica política; conforme veremos, o processo culminou em Kant, em quem a crítica moral volta-se não apenas à política como um todo, senão também aos limites mesmos da razão. A crítica entrelaça-se à filosofia da História, por meio da qual o *prophète philosophe* projeta no tempo seus ideais morais de progresso, paz e aperfeiçoamento do homem (KOSELLECK, 1999, p. 49-110).

De modo perspicaz, argumenta Koselleck (1999, p. 111-148) que há uma relação entre crítica, filosofia da História e crise. No ambiente de insegurança geral catalisado pelo trabalho da crítica, era preciso pensar sobre o futuro histórico. Assim, a filosofia da História cobriu o hiato existente entre o foro moral interior aspirante ao espaço público e o projeto de poder dos iluministas, na medida em que o legitimou como um processo inexorável escrito no próprio livro do tempo. Por outro lado, a filosofia da História dissimulava a crise aberta com o prognóstico da revolução e da subversão das estruturas tradicionais do Antigo Regime, assim como encobria a hipocrisia presente nas críticas morais aparentemente apolíticas dos *philosophes*. A crise reverte em caos potencial as esperanças depositadas no progresso. De modo distinto aos demais iluministas, coube a Rousseau incluir o conceito de crise política em seu prognóstico da revolução, pois tinha uma visão cíclica da História. Uma vez destronado o rei, seria preciso religar em definitivo as esferas moral e política por meio da transferência da vontade soberana à sociedade, sede da *volonté générale*. Entretanto, Rousseau acabou por fundamentar o retorno ao despotismo melhor ilustrado pelo ensaio jacobino de democracia direta revertido em Terror. Assim, o temor hobbesiano da regressão à guerra civil tornou-se concreto. Como veremos, a tensão entre as duas concepções modernas de autonomia, entre tempo e espaço, liberdade e necessidade, encontrou eco no Brasil na década de 1950. Naquele caso, o engajamento dos intelectuais por mudanças de estrutura política, econômica e social replicou essa relação entre crítica, filosofia da História e crise.

É importante frisar que as duas autonomias não conviveram harmoniosamente desde o advento da Modernidade. Desde o século XVII, as revoluções burguesas – inglesa, americana e francesa – trabalharam por aumentar a esfera de autonomia individual em detrimento de Estados soberanos absolutos por meio da defesa de uma carta constitucional apta, a um só tempo, a restringir o poder do monarca via controle orçamentário, garantir órgãos com representação popular e fornecer condições mínimas de cidadania em um rol de direitos fundamentais. Nesse ponto, o projeto do Iluminismo, conforme adiantamos, buscou operar a emancipação, o esclarecimento e a melhoria das condições de vida do gênero humano no tempo futuro, o que se deu em rota de colisão às monarquias absolutas e ao predomínio religioso e clerical. Assim, conforme esclarece Walker (2013, p. 115-117), a visão kantiana da autonomia privilegia o tempo sobre o espaço, por meio de uma ética de fins associada à razão universal. Nesse caso, embora o espaço seja dividido entre Estados soberanos, todos devem submeter-se ao imperativo categórico e às demandas pela paz perpétua. No âmbito interno, o Estado deve originar uma perfeita constituição cívica; no externo, deve reconhecer a irracionalidade e a ilegalidade da guerra. Assim, de acordo com o projeto iluminista, o espaço entre os Estados emergiria como extensão das comunidades políticas que se atingem dentro de cada um deles. Ao longo do tempo, essas seriam as condições necessárias para a constituição de uma federação de Estados capaz de garantir a paz.

Na visão kantiana da política internacional, conforme salienta Gallie (1979a, p. 20), a paz entre os Estados emerge como uma demanda da razão universal, assim como a necessidade de se formarem governos preocupados no plano interno com a garantia da justiça e da proteção de direitos básicos aos cidadãos. Em Kant, a razão ocupa lugar central em sua teoria do conhecimento, bem como fornece do ponto de vista da razão prática um guia para a ação ética, na medida em que a moral deriva da razão universal por meio do imperativo categórico. Nesse sentido, a obrigatoriedade das regras morais decorre de sua aplicação universal, e a ética ligada à razão tem a própria Humanidade como seu fim. Na visão de Gallie (1979a, p. 25), a razão prática e a adesão ética de cada indivíduo em Kant devem ser entendidas em função da comunidade, uma vez que se fundamentam no reconhecimento recíproco de direitos básicos, assim como na ideia de que cada indivíduo é membro dessa comunidade moral universal. Nesse sentido, o conceito de autonomia em Kant não se pode dissociar de seu conteúdo moral. Segundo May (1994, p. 135-136), o conceito tradicional de autonomia advém do pensamento aristotélico e significa *autarkeia*, a autossuficiência do indivíduo em relação a fatores

externos a si, os quais não pode controlar. Por sua vez, a problematização kantiana da autonomia não escapa do senso de comunidade, pois relaciona-se ao controle do valor moral das ações, o qual será autônomo quando não depender de circunstâncias contingentes tais como utilidade, desejos ou interesses do indivíduo. Esse indivíduo será autônomo, portanto, se suas ações morais responderem ao imperativo categórico, *a priori* da razão pura que determina sua aplicação em quaisquer situações.

Como bem salienta Whitebook (1981, p. 81-87), na Modernidade as relações entre indivíduo e comunidade passam por uma transformação fundamental. No período pré-moderno, melhor ilustrado pelo pensamento de Aristóteles, a *polis* tem prioridade temporal e lógica sobre seus membros individuais, pois precede seu nascimento e os modifica por meio do processo de socialização. Além disso, a posição que o indivíduo ocupa no corpo social durante sua vida é prescrita de modo fixo pela articulação entre a substância social e o cosmos. Com base nisso, Tomás de Aquino lançaria no século XIII as bases de entendimento da sociedade feudal de estamentos por analogia à ordenação divina da Criação. Nesse sentido, no período pré-moderno, o indivíduo extrai sentido para sua existência apoiado no espelhamento estável entre as ordens cósmica e social, sacrificando às restrições de mobilidade de posição eventuais ganhos que poderia ter em termos de desenvolvimento pessoal independente. Na Modernidade, entretanto, a teoria do contratualismo desloca a precedência temporal ao indivíduo, ao converter o corpo social em um conjunto atomizado de vontades individuais. Se em Aristóteles o valor ético central é a virtude como adequação a um código de conduta social prévio, em Kant a autonomia emerge como valor central, na medida em que o indivíduo buscará sua autodeterminação com recurso à razão situada em sua consciência subjetiva. Uma vez que o imperativo categórico é universal, Kant afasta a arbitrariedade das escolhas, as quais são tomadas com referência às leis de uma comunidade de indivíduos igualmente racionais. Com Hegel, o direito moderno à liberdade subjetiva se reconhece e se situa no novo conceito de sociedade civil⁴¹.

⁴¹ “[N]a forma como nós hoje concebemos o conceito de sociedade civil, desde a separação ensejada por Hegel entre sociedade e Estado, ou desde a utilização tornada clássica por Marx – autores, portanto, que operam a separação entre Estado e Sociedade – o conceito diferencia-se de sua formulação original [pré-moderna]. Na moderna acepção do conceito e em seu emprego há um sentido novo que não implica necessariamente uma forma de poder (de exercício de poder) [por exemplo, dos cidadãos na democracia direta em Atenas]. Nesse novo sentido o conceito aplica-se ao entendimento de uma rede de cidadãos (*Bürger*), que satisfazem livremente suas necessidades, se auto-organizando, que dispõem de um código jurídico (*Rechtsordnung*) ou podem influenciar na constituição de um, capaz de garantir o funcionamento de um Estado sob o princípio da igualdade de direitos, da liberdade e do contrato entre as partes.” (KOSELLECK, 1992, p. 139)

Assim, o modelo kantiano de autonomia pressupõe dois aspectos centrais e conectados: no âmbito interno dos Estados, a autonomia a ser exercida pelos indivíduos implica que se reconheçam eticamente no exercício de direitos básicos, o que configura a comunidade cívica; no âmbito externo, a autonomia desses Estados implica que a razão deve ter por fim a paz, a qual, por sua vez, obtém-se progressivamente ao longo do tempo futuro, o que presume uma filosofia da História. Seu projeto de paz perpétua determinaria a formação de uma “federação livre” entre Estados que já tivessem obtido a constituição de suas comunidades cívicas, de tipo republicano e representativo, os quais repudiariam o recurso à guerra nas relações entre si, doravante tornada ilegal. De acordo com Gallie (1979b, p. 25), o contexto imediato de publicação da *Paz perpétua*, de 1795, em plena Revolução Francesa, é a oposição feita por Kant ao despotismo de sua Prússia natal. Seu país exemplificava os Estados dinásticos da Europa no século XVIII, caracterizados pela contínua preparação para a guerra e pelo adiamento de reformas constitucionais. Nesse sentido, seu projeto de autonomia no tempo repudia governos autoritários, assim como uma política externa agressiva. Assim como para Adam Smith, a livre movimentação de homens e bens seria essencial a um mundo pacífico e civilizado. Esse ideal cosmopolita em Kant, contudo, não ensejaria um governo mundial, senão a esperança de que os direitos dos indivíduos fossem universalmente assegurados pelo mútuo reconhecimento pelos Estados confederados dos direitos e deveres entre si (Gallie, 1979b, p. 37). Em fins do século XVIII, conforme vimos, todas essas esperanças foram depositadas na História.

Menos conhecido do que seu *Paz perpétua* é o opúsculo *Ideia de uma História Universal com um propósito cosmopolita*, publicado por Kant em 1784. A premissa desse belo texto é a de que, por detrás do trajeto absurdo das coisas humanas e das existências individuais, há um “plano secreto da Natureza”, a partir do qual seria possível discernir o fio condutor da História. Esse argumento é desenvolvido por Kant através de nove proposições, as quais permitem entrever de modo claro as bases filosóficas do conceito de *autonomia no tempo*. Na primeira proposição, tributário da tradição aristotélica, afirma Kant a doutrina teleológica da Natureza, na medida em que todas as disposições naturais das criaturas estariam destinadas a desenvolver-se de modo completo segundo a direção de sua finalidade. Na segunda proposição, afirma Kant que no que toca ao ser humano, as disposições naturais que visam ao uso de sua razão não conseguem atingir seu completo aperfeiçoamento no transcurso de uma existência individual, senão o fazem integralmente apenas no âmbito da espécie

humana, portanto através da História, o que implica uma teoria do progresso. Segundo a terceira proposição, a Natureza dotou o ser humano de razão e liberdade de vontade para que buscasse sua felicidade por meio da ultrapassagem de sua existência animal, liberta do instinto. Conforme vimos, a ética em Kant é indissociável do uso claro da razão prática. (KANT, s/d, p. 4-7)

A quarta proposição representa interessante esforço de conciliação entre a crença no progresso e na melhoria de condições de vida da Humanidade, característica desse projeto iluminista, e a constatação evidente de que a História foi em sua maior parte uma sucessão de tragédias. Assim, afirma Kant, o “plano secreto da Natureza” para o desenvolvimento das faculdades racionais do ser humano executa-se justamente por meio do antagonismo entre as disposições de cada qual em sociedade, as quais são causa para o estabelecimento de uma ordem legal capaz de arbitrar os conflitos. Nesse sentido, a natureza humana ressent-se de uma ambiguidade fundante caracterizada pela “sociabilidade insociável” dos homens, ou seja, sua tendência a entrar em sociedade é combatida pela resistência individual ao isolamento. Porque o homem não pode suportar, mas também não pode prescindir, de seus semelhantes, busca distinguir-se deles em sociedade por meio de honras, poder, posses ou talento. É essa animosidade inerente às relações humanas, portanto, que leva o gênero humano a progredir através do acúmulo de conquistas individuais. O maior problema da Humanidade, segundo a quinta proposição, é a constituição de uma sociedade civil que administre o direito, ou seja, trata-se de saber em que condições será possível estabelecer a constituição cívica justa, fundamental ao projeto kantiano da paz. Embora faça parte da teleologia do ser humano, segundo a sexta proposição, sua obtenção é a tarefa que se realiza mais tardiamente, após muitas tentativas infrutíferas. (KANT, s/d, p. 7-11)

Na sétima proposição, afirma Kant que a instituição de uma constituição cívica perfeita não se pode atingir sem que se resolva o problema da relação externa legal entre os Estados. Em outros termos, não se pode obter autonomia individual para a fruição de direitos de liberdade e cidadania no âmbito interno dos Estados sem que esses Estados, no âmbito externo, tenham obtido autonomia pela regulação legal de suas relações, sobretudo, no tema de guerra e paz. Por analogia, a Natureza também se utiliza da “sociabilidade insociável” dos Estados, expressa em seus antagonismos de segurança, para lograr, como finalidade, a paz. Nesse sentido, as guerras são entendidas como resultados de ensaios infrutíferos, porém necessários, no caminho que deve levar os Estados a estabelecerem a grande federação de nações. É interessante notar que Kant

deposita no tempo futuro, ou seja, na História, o desenrolar do “plano secreto da Natureza”, que deve culminar em um estado final de paz perpétua (KANT, s/d, p. 11-14). A oitava proposição sintetiza traços fundamentais da autonomia no tempo:

*Pode encarar-se a história humana no seu conjunto como a execução de um plano oculto da Natureza, a fim de levar a cabo uma constituição estatal interiormente perfeita e, com este fim, também perfeita no exterior, como o único estado em que aquela pode desenvolver integralmente todas as suas disposições na humanidade. [...] Contudo, a natureza humana implica não ser indiferente em relação à época mais remota que dirá respeito à nossa espécie, se ela pode esperar com segurança. No nosso caso, isso pode acontecer com muito menos probabilidade, pois parece que, mediante a nossa própria organização racional, nos seria possível acelerar esse momento tão ditoso para a nossa posteridade. [...] Quando ao cidadão se impede a busca do bem-estar na forma que bem lhe parecer, mas compatível com a liberdade dos outros, restringe-se a vivacidade do tráfico geral e deste modo, mais uma vez, as forças do todo. Por conseguinte, remove-se sempre mais a restrição pessoal na sua ação e omissão, concede-se a universal liberdade de religião; e surge assim gradualmente, com devaneios e delírios sub-reptícios, a *Ilustração*, como um grande bem que o gênero humano deve preferir ao propósito egoísta de expansão de seus governantes. (grifos no original) (KANT, s/d, p. 15-16)*

Essa passagem encerra os aspectos centrais do referido projeto do Iluminismo: concepção da História como processo global, progressivo e teleológico; possibilidade de aceleração do tempo histórico por intermédio do bom uso da razão humana; necessidade de emancipação do indivíduo dentro de um quadro de fruição de direitos de liberdade e de cidadania. Uma vez mais, a realização desse projeto de autonomia individual e do Estado é situada no tempo, o qual, desde a Modernidade, conforme vimos, concebe-se como linear, global e racionalmente guiado, ou, nesse metáfora kantiana, como sede do “plano secreto da Natureza”, cujo tempo, desde o fim do século XVIII, segundo salienta Koselleck, foi desnaturalizado. A nona proposição, a qual encerra o ensaio de Kant, põe em relevo sua própria posição, isto é, destaca a função do intelectual como propulsor da História por meio de sua elaboração de conceitos e sistemas de pensamento. Assim, pondera Kant, um ensaio filosófico como o seu, o qual busca elaborar a História segundo um plano da Natureza, não apenas é possível, mas também serve a fomentar os propósitos da Natureza. Nesse sentido, mesmo que a Natureza, por suposição, não tenha um plano secreto para o gênero humano, é função do intelectual estimular seu progresso através da detecção do fio condutor da História, capaz de abrir à Humanidade uma visão consoladora de seu futuro. Nesse ponto, Kant reivindica ao intelectual a função de *prophète philosophe*, cujos conceitos devem funcionar como indutores das mudanças políticas e sociais que se deseja (KANT, s/d, p. 17-18). Veremos como a posição do intelectual engajado, no mesmo passo anunciador e indutor das mudanças históricas, é componente fundamental do conceito de autonomia no tempo.

Nesse sentido, a autonomia no tempo está indissociavelmente ligada ao *conceito de emancipação*. Em Kant, assim como em Hegel, a emancipação é pensada desde o ponto de vista político e cultural. No segundo artigo preliminar de sua *Paz perpétua*, Kant (2006, p. 58-61) prevê que nenhum Estado poderá ser adquirido mediante herança, permuta, compra ou doação, em referência às práticas correntes entre os príncipes da Europa. Assim, propõe um novo conceito de Estado, o qual não se deve entender como um patrimônio que se confunde com sua terra ou solo, senão antes como uma pessoa moral ou sociedade de homens. No quinto artigo, Kant enuncia o princípio da não intervenção, fundamental à emancipação política dos Estados, cujas constituições e governos não devem ser objeto de interferência externa. Como condição à paz perpétua, todo Estado deve dispor de uma constituição republicana, no bojo da qual o indivíduo alcance sua emancipação política por meio do exercício da cidadania. Assim, caberia a essa constituição garantir a liberdade e a igualdade (perante a lei) a todos os membros da sociedade como seus direitos inatos e inalienáveis. Em Kant, liberdade consiste em não obedecer a nenhuma lei a que não se tenha dado consentimento, o que abre o problema da representação. Sua hipótese é a de que, caso os cidadãos pudessem decidir sobre a guerra, cairia sua probabilidade de ocorrência. Na época dos reis, ao contrário, os conflitos eram vistos como uma espécie de jogo cujas justificativas seus cortesãos do corpo diplomático deveriam encontrar (KANT, 2006, p. 67-69).

Salienta Kant (2006, p. 69-71) em sua *Paz perpétua* que não se deve confundir a constituição republicana com a democrática. Por um lado, a constituição republicana implica que o Poder Executivo e o Poder Legislativo não sejam ocupados pela mesma pessoa. Por outro, considera que a democracia degenera em despotismo na medida em que o povo busca ocupar diretamente as duas funções. Assim, Kant defende o menor número possível de pessoas no poder estatal, porém com a máxima representação. No contexto de 1795, quando publica esse opúsculo, Kant rechaça sobretudo a tentativa de resgate por parte dos jacobinos do modelo das antigas repúblicas, onde o exercício da democracia direta revertia-se em tirania. Em sua visão, tendo-se em conta as práticas do despotismo esclarecido de Frederico II da Prússia, o melhor modelo disponível seria o de uma monarquia constitucional, em que o rei obteria representação pelo juramento da Carta Magna. De todo modo, Kant não dialoga com o modelo moderno da democracia representativa, tampouco com o recém criado sistema presidencialista nos Estados Unidos. Na famosa conferência de 1819, Benjamin Constant consolidou o entendimento sobre as possibilidades da democracia moderna. Na democracia direta dos antigos, a

liberdade e a cidadania exercitavam-se nas decisões sobre questões públicas atinentes à *polis*, em um contexto de inexistência de direitos individuais e autonomia no âmbito privado. Desse modo, sua liberdade consistia em exercer diretamente partes do poder político através das deliberações em praça pública sobre a guerra e paz, votação de leis, julgamentos e exame das contas e atos dos magistrados. Em contrapartida, suas ações privadas submetiam-se à severa vigilância, e a liberdade de culto não era possível.

Entre os modernos, no mesmo sentido da constituição republicana preconizada por Kant, o que se almeja é a segurança e as garantias dadas pelas instituições do Estado ao exercício das liberdades privadas, as quais incluem, além da liberdade de culto, o direito de opinião, de ir e vir, de dispor de sua propriedade, de escolher e exercer seu trabalho e de reunir-se com outros indivíduos. Entretanto, o aumento da autonomia individual pressupõe uma fração menor na participação das decisões do Estado, a qual se processa no âmbito da democracia indireta através do direito a voto. Na visão de Constant, a liberdade dos antigos não é adequada à Modernidade por três razões fundamentais: a diminuta extensão territorial das cidades antigas (Atenas, Esparta e Roma), o que dava peso considerável à vontade de cada cidadão; a existência do trabalho escravo, o que liberava os cidadãos para as deliberações políticas; e a prevalência da guerra. Entre os modernos, supõe Constant que a expansão do comércio internacional não apenas serviria a ocupar o tempo livre às atividades privadas, senão também poderia funcionar como fator de estabilização da paz entre os Estados (CONSTANT, 1980, s/p). Em sua *Paz perpétua*, Kant (2006, p. 73-91) pensa o caminho em direção à paz em três etapas. Em um primeiro momento, a liberdade na cidadania deveria ser garantida pelo direito político do Estado ancorado em uma constituição republicana; em seguida, uma federação de Estados livres ampararia a prevalência do direito internacional. Por último, o direito cosmopolita estabeleceria as condições da hospitalidade universal, exercida sobretudo pelo direito de comércio pacífico, imune, por exemplo, à pirataria. Conforme vimos, sua teleologia encontraria garantia no “plano secreto da Natureza”. Assim, a “sociabilidade insociável” dos Estados, tendentes à guerra, seria resolvida no tempo pela emancipação política do indivíduo e pela expansão do espírito comercial.

Em seu célebre texto *O que é Esclarecimento?*, publicado em 1784, Kant (2012, p. 145-153) não apenas estabelece as condições da emancipação cultural, mas também define a função dos intelectuais nesse processo gradual. Define o Esclarecimento como “a libertação do homem de sua imaturidade auto-imposta. Imaturidade é a incapacidade

de empregar seu próprio entendimento sem a orientação de outro.” Essa heteronomia ou tutela auto-imposta decorre da preguiça e da covardia dos indivíduos, bem como da insegurança e do perigo envolvidos na passagem à emancipação, sempre salientados por aqueles que detêm a posição de autoridade. Desse modo, a maioria obtida pela emancipação cultural é um salto inseguro, contudo, cabe aos intelectuais a tarefa de esclarecimento do público sempre que haja liberdade. Nesse sentido, a emancipação política garantida por uma constituição republicana é primordial à emancipação cultural, na medida em que franqueie não apenas a livre expressão das opiniões, mas também elimine a tirania da religião. Em seu papel no processo de esclarecimento, salienta Kant que deve ser permitido aos intelectuais ou estudiosos o uso público da razão, entendida como o uso livre da razão por qualquer homem diante do mundo letrado. Em função disso, conforme destaca Constant (1980, s/p), o ostracismo e a censura, práticas que foram correntes entre os antigos, não devem ter lugar entre os modernos, justamente porque impossibilitam o exercício da emancipação política e cultural. De acordo com Kant, em contrapartida, aquele que ocupa uma função pública faz uso privado da razão, pois, embora possa raciocinar, deve obediência a seus superiores. Tal seria o caso de militares e diplomatas, cujo uso público da razão pode chocar-se com a aderência que devem manter em face da razão de Estado. Na visão de Kant, o Esclarecimento é um processo gradual que se desenrola no tempo, assim como a consecução da paz. Não sem ironia, preza o despotismo esclarecido de Frederico II, o qual revela o *paradoxo entre emancipação e segurança*, pois o rei procura manter um rígido invólucro de disciplina ao exercício das liberdades e da paz pública:

Mas só aquele que é esclarecido [tal como o próprio príncipe] não tem medo de sombras e tem à mão um numeroso e bem disciplinado exército para garantir a paz pública, pode dizer aquilo que não ousa um Estado livre: **argumentai tanto quanto quiserdes e sobre qualquer coisa que quiserdes; apenas obedecei!** Surge aqui um padrão estranho, inesperado nos assuntos humanos, bem como em outros lugares, quando se considera o conjunto, em que quase tudo é paradoxal. Um maior grau de liberdade civil parece vantajoso para a liberdade de espírito do povo e, contudo, estabelece limites intransponíveis; um grau menor daquela dá a esse espaço o ensejo de expandir-se tanto quanto possa. Assim, se a natureza [em seu plano secreto] por sob esse rígido invólucro desenvolveu o germe de que cuida ternamente, a saber, a propensão e a vocação ao **pensamento livre**, este atua em reverso progressivamente sobre o modo de sentir do povo (com o que este se torna, pouco a pouco, capaz de **agir livremente**), e finalmente até mesmo sobre os princípios do **governo**, que acha benéfico para si próprio tratar o homem, que agora em diante é mais do que **simples máquina**, de acordo com sua dignidade. (grifos no original) (KANT, 2012, p. 153)

Em debate transmitido pela rádio de Hessen, na Alemanha, em 1969, Adorno (1995, p. 168-185) buscou relacionar a demanda kantiana pelo esclarecimento à prática

da democracia representativa. Nesse sentido, a emancipação política entrelaça-se com a emancipação cultural via educação, na medida em que a formação livre e racional da vontade de cada um no momento da realização de eleições implica a aptidão e coragem para servir-se de seu próprio entendimento. Como lembra Adorno, contudo, o processo de Esclarecimento possui um germen regressivo. Na esteira dos levantes estudantis, considera que prevalecia no mundo de fins da década de 1960 uma ontologia da autoridade na educação, a qual inviabilizava uma pedagogia da razão pura, ou o ideal kantiano de emancipação cultural voltada à autonomia de pensamento. Bastante crítico à cultura de massas, Adorno situa nas instâncias mediadoras da indústria cultural parte da responsabilidade pela organização social heterônoma que obstaculiza o projeto kantiano de emancipação. Na leitura de Foucault (2010, p. 3-22), o foco central de Kant em seu texto acerca do Esclarecimento é compreender o momento presente, bem como o papel que o intelectual tem a desempenhar em sua atualidade discursiva como parte desse processo histórico. Assim, lê o chamado kantiano à luz de seu projeto genealógico, de uma história do presente que problematize não apenas o pertencimento do intelectual a seu tempo, mas também os limites discursivos da própria Modernidade. Para Foucault, Kant inaugura as duas tradições críticas da filosofia moderna – a analítica da verdade e a analítica do presente – as quais perpassam Hegel, a Escola de Frankfurt, Nietzsche e Weber, bem como sua própria genealogia do poder.

Em contraposição ao cosmopolitismo universalista kantiano, Hegel privilegia o particularismo histórico. Sua crítica ao imperativo categórico repousa na importante distinção entre *Moralität* (moral interna) e *Sittlichkeit* (moral externa). Na visão de Kant, o uso autônomo e esclarecido da razão habilitaria cada indivíduo a aceder aos fundamentos morais e universais de uma sociedade cosmopolita. Em Hegel, o âmbito da *Moralität* é indissociável da *Sittlichkeit*, do conjunto de normas, costumes e instituições que conformam a relação entre os indivíduos na sociedade civil e o Estado em um momento histórico e cultural específico. Assim, considera Hegel que o Estado moderno, entendido como ente moral, é o único arranjo capaz de garantir a seus cidadãos o potencial de uma vida livre, de modo a realizarem-se em cada esfera estatal particular os ideais de universalidade. Portanto, não há emancipação política sem a mediação do Estado, assim como cada conformação nacional específica obtém legitimidade a sua própria emancipação cultural. Do ponto de vista das relações entre os Estados, Hegel assume uma concepção pluralista e minimalista para o direito internacional. A cisão operada por Kant entre *Moralität* e *Sittlichkeit* desnuda uma tensão entre leis éticas,

sede da autonomia interior e do incondicionado, e leis jurídicas, amparadas na coação e em ações exteriores aos indivíduos. Paralelamente, a política separa-se da moral, pois é baseada em decisões condicionadas pela prudência e pelas contingências. Em Hegel, moral e política unem-se por meio da concepção de que o Estado é o resultado do desenvolvimento histórico e tem um mandato ético a cumprir (LINKLATER, 2013, p. 49-55; CASTRO, 2005, p. 67-86).

No pensamento de Hegel (2001, p. 52-68), a autonomia no tempo atingiu o patamar de um sistema filosófico. Sua preocupação fundamental é unir a abordagem especulativa da filosofia à abordagem empírica da história, tendo situado no conceito de Razão o índice de inteligibilidade para o fluxo heraclítico da história do mundo. Hegel presume que a providência divina preside os acontecimentos do mundo, a qual na sabedoria de seu plano direciona a história humana a seu objetivo racional e final: a realização progressiva da Ideia de liberdade. Recusa-se, contudo, a aceitar o mistério religioso da Providência, para o que busca decifrá-la por meio de seu método dialético. Sob influência de Leibniz e da teoria iluminista do progresso, Hegel pensa a história do mundo como uma teodicéia, na medida em que a Razão como princípio da Providência realizar-se-ia gradualmente rumo à bondade de Deus. Assim, a História (*Geschichte*) ganha substância e organicidade próprias, e a autonomia desvela-se ao longo do tempo como emancipação política e cultural. Nesse sentido, os principais atores dessa história do mundo são os povos amadurecidos como Estados políticos. Sua dialética envolve três vetores: a Ideia, a Natureza e o Espírito. A Ideia é a Razão divina tratada do ponto de vista lógico da filosofia; a Natureza é o âmbito da necessidade; e o Espírito configura a realização da Ideia divina na natureza do homem em direção ao *telos* histórico da liberdade humana. Hegel consegue conciliar os âmbitos da necessidade e da liberdade, uma vez que a Ideia divina opera através da vontade autônoma dos homens, os quais guiados por seus interesses e paixões imediatos realizam a marcha da Razão na história do mundo em uma conquista progressiva de maior liberdade.

Na visão de Hegel (2001, p. 69-82), a mediação entre os interesses e as paixões dos indivíduos e a Razão na história deve ser feita pelo exercício da liberdade no âmbito do Estado, entendido como uma *etapa particular* da realização do Espírito Absoluto. Nesse sentido, o Estado emerge historicamente com um mandato ético, o qual se efetiva pela harmonia entre os interesses privados dos indivíduos na sociedade civil e de seu interesse comum como cidadãos no âmbito estatal e político. Assim, essa harmonia pressupõe não apenas o âmbito kantiano da moral individual, mas também a adesão à

moral, leis, costumes e instituições sociais (*Sittlichkeit*) representados no Estado. Em outras palavras, a emancipação política é condição para o exercício da autonomia dos indivíduos no marco da cidadania. Nesse passo, Hegel refuta a premissa do “estado de natureza”, presente entre os contratualistas, não apenas porque não tem demonstração histórica, senão também porque o Estado não constitui-se para limitar uma suposta liberdade natural, mas antes é sua condição única de exercício:

Este ser essencial é a união da vontade subjetiva com a vontade racional, é o conjunto moral, o Estado. É aquela forma de realidade em que o indivíduo tem e goza de sua liberdade, mas na condição de conhecer, acreditar e desejar o universo. Não se deve entender isso como se a vontade subjetiva do indivíduo obtivesse satisfação e prazer através da vontade comum e esta fosse um meio para isso – como se o indivíduo limitasse sua liberdade entre os outros indivíduos, de maneira a que essa limitação com um, a repressão com um a todos, pudesse garantir uma liberdade pequena para todos. Em vez disso, afirmamos que a lei, a moral, o Estado – e só eles – são a satisfação e a realidade positiva da liberdade. [...] O eterno equívoco do que seja a liberdade é que ela só é conhecida em seu sentido subjetivo formal, subtraído dos objetivos essenciais. Assim, a limitação do impulso, desejo, paixão – que pertence apenas ao indivíduo particular como tal – de capricho e deliberação, é considerada uma limitação da liberdade. Ao contrário, esta limitação é a própria condição que leva à emancipação; a sociedade e o Estado são exatamente as condições em que a liberdade se realiza. (HEGEL, 2001, p. 88-93)

Assim como Kant, Hegel considera a constituição republicana como a mais adequada à consecução da finalidade ética do Estado, embora também tenha reservas à democracia como tirania da maioria, algo comum entre os primeiros liberais⁴². Por um lado, o Estado é responsável por mediar os interesses particulares e o interesse comum no âmbito da cidadania. Por outro, faz a mediação entre a Ideia ou Razão como avanço progressivo e universal do Espírito do Mundo (*Weltgeist*) e sua realização concreta na história através do Espírito do Povo (*Volksgeist*). É por meio do Estado que a cultura de um povo – sua filosofia, arte e religião – obtém união e existência histórica. Desse modo, Hegel é importante para se pensar o conceito de emancipação cultural, porém

⁴² De modo distinto à experiência histórica da Europa continental, onde grassou o constitucionalismo e a tentativa de aplicação do primado rousseauiano da soberania popular, o solo do liberalismo britânico estava semeado com a convicção de que o governo é contrário aos interesses dos indivíduos, o que lançou suspeitas contra a democracia representativa como tirania da maioria. Nesse sentido, afirma Stuart Mill (2016, s/p): “Na Inglaterra, pelas circunstâncias específicas de nossa história política, embora o jugo da opinião talvez seja mais pesado, o da lei é mais leve do que na maioria dos outros países europeus, e existe um considerável zelo contra a interferência direta do poder legislativo ou do executivo na conduta pessoal, não tanto pelo apreço à independência do indivíduo, e sim mais pelo hábito ainda existente de considerar que o governo representa interesses contrários ao do público. [...] Suponhamos que o governo esteja em completa harmonia com o povo e nunca pense em exercer qualquer poder de coerção, a menos que ele esteja em consonância com o que ele julga ser a voz do povo. Mas eu nego ao povo o direito de exercer tal coerção, seja diretamente ou por meio de seu governo. O poder em si é ilegítimo. O melhor governo não tem mais título a ele do que o pior dos governos. O exercício desse poder, quando se dá em consonância com a opinião pública, é tão ou mais nocivo do que quando se dá em oposição a ela.” É sobretudo obra da tradição política norte-americana a associação entre liberalismo e democracia. No século XX, nesse sentido, a matriz wilsoniana das relações internacionais vincularia a ideia de que a democracia e a opinião pública são fatores positivos para o controle das práticas de poder.

não no sentido kantiano do esclarecimento individual alcançado via educação. Trata-se da prevalência atribuída ao particularismo histórico e à cultura de povos determinados, os quais por intermédio de sua expressão nacional própria realizam a Ideia universal. Assim, Hegel vê o cosmopolitismo kantiano com um grão de sal. Além disso, como etapa particular do desenvolvimento do Espírito, um Estado e sua cultura tendem a feneceer quando cumprem seu papel histórico, dando lugar a estruturas mais elevadas de acordo com a marcha da Razão. Em sua visão, a natureza humana volta-se a constante aperfeiçoamento. De um lado, o reino da natureza é o da necessidade e da repetição cíclica; de outro, o homem obtém cada vez mais liberdade pois o *Geist* presente em si é capaz de criar o novo e o melhor. Portanto, é no tempo histórico que a autonomia desenrola-se como sinônimo de emancipação (HEGEL, 2001, p. 94-106).

Como bem salienta Foucault em sua leitura acerca do Esclarecimento kantiano, é preciso entender o papel que os próprios intelectuais realizam no processo temporal da autonomia como emancipação. Há dois sentidos principais para “intelectual”: *técnicos* e *engajados*. Por um lado, os técnicos são intelectuais que se distinguem socialmente por sua instrução e competência acima da média, a qual os habilita a exercerem profissões especializadas como engenheiros, médicos, advogados e mesmo economistas. Por outro, os engajados são intelectuais – tais como filósofos, artistas, escritores e estudiosos – que utilizam sua cultura para influenciar os debates públicos. É apenas na segunda acepção do termo, a qual utilizaremos no restante do trabalho, que o intelectual relaciona-se ao processo de emancipação no bojo das lutas políticas. Em contrapartida, os técnicos assumem uma posição de aparente neutralidade política. Na Rússia czarista, o termo *intelligentsia* surgiu para designar os intelectuais como um grupo social particular que possui instrução superior. O termo “intelectual”, contudo, tornou-se corrente somente a partir da publicação do *Manifeste des intellectuels*, em 1898, o qual reuniu escritores como Émile Zola, Marcel Proust e Anatole France, politicamente engajados na revisão do processo Dreyfus, o qual reacendeu o antissemitismo na França. Desde o século XVIII, os *philosophes* do Iluminismo defendiam a posição autônoma dos *hommes de lettres* em face da sociedade aristocrática e da burguesia ascendente. Sua vontade de representação dos interesses gerais da emancipação política e cultural chocou-se com os interesses particulares da burguesia. Ao lado disso, a Revolução Industrial implicou a valorização social dos técnicos. Em consequência, no pensamento de Marx & Engels o intelectual engajado abandona sua pretensão à autonomia social, com o que se coloca em aliança direta com os explorados (MARLETTI, 1998, p. 637-639).

Em 1844, Marx publicou seu *Sobre a questão judaica*, polêmica contra Bruno Bauer que marcou o início de seu rompimento com os hegelianos, bem como crítica contundente ao conceito liberal de emancipação política. No entendimento de Bauer, a emancipação política dos judeus alemães deveria ser analisada sob o prisma religioso, de maneira que demandaria tanto seu afastamento do judaísmo para que obtivessem integração social pela cidadania, quanto o do próprio Estado político em relação à religião cristã. Marx não se satisfaz com a resolução ideal ou teológica do problema. Em sua crítica, afirma que Bauer erra ao questionar apenas o Estado enquanto tal e em confundir emancipação política e emancipação humana, pois supõe que a superação política da religião acarretaria de pronto a superação de toda prática religiosa. Para Marx, o problema não é a religião em si, mas o mundo desigual que a torna possível com base nas relações materiais presentes na sociedade burguesa. Por um lado, o deslocamento da religião para o âmbito privado de consciência é parte do próprio processo político da emancipação; por outro, contudo, a emancipação política é considerada insuficiente, pois a constituição republicana idealizada por Kant e Hegel não garante a real liberdade do homem. Em outras palavras, há uma contradição entre a igualdade formal garantida no âmbito político da autonomia cidadã e a desigualdade material da sociedade burguesa, o que se exterioriza de fato como heteronomia. Assim, Marx propõe ultrapassar a discussão da emancipação nos campos puramente político e religioso. Portanto, sustenta que apenas a emancipação humana – a qual deveria incluir as esferas econômica e social – faria desaparecer a dicotomia entre indivíduo e cidadão – universal e particular – com prevalência por uma solução cosmopolita amparada no papel histórico do proletariado (MARX, 2010, p. 31-49).

Porque voltado para a anatomia das relações materiais da sociedade burguesa e comprometido com a ideia de revolução, Marx defende a aliança entre o proletariado e a filosofia, liberta do bizantinismo alemão. Sua guinada também responde ao contexto repressivo da Prússia na década de 1840, na medida em que a utilização da censura obstaculizou seu uso público da razão, no sentido kantiano. Assim, seu engajamento é o engajamento das barricadas. Ao analisar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1791), Marx discerne a contradição fundamental da sociedade burguesa. O homem que desfruta de modo prático dos direitos humanos – liberdade, igualdade e segurança – é o indivíduo atomizado da sociedade burguesa capaz de exteriorizá-los através do direito de propriedade, isto é, o homem real é o *bourgeois*. No âmbito dos direitos do *citoyen*, contudo, todos os indivíduos gozam de igualdade jurídica em face

do Estado político. Quer dizer, a universalidade dos direitos embutidos na emancipação política apenas serviu para mascarar a particularidade da luta burguesa contra os privilégios feudais ao longo do século XVIII. Evidentemente, o que Marx propõe como emancipação humana é a eliminação da dicotomia entre Estado e sociedade civil através da obtenção da igualdade nos âmbitos econômico e social. Como resultado, seu projeto de emancipação humana no tempo não apenas critica os limites da emancipação política, mas também põe em risco a ideia de harmonia do Estado moral em Hegel e o próprio conceito de segurança, baseado na garantia da propriedade privada:

A segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito de polícia, no sentido de que o conjunto da sociedade só existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade. Nesses termos, Hegel chama a sociedade burguesa de “Estado de emergência e do entendimento”. Através do conceito de segurança, a sociedade burguesa não se eleva acima de seu egoísmo. A segurança é, antes, a assecuração de seu egoísmo. Portanto, nenhum dos assim chamados direitos humanos transcende o homem egoísta, o homem como membro da sociedade burguesa, a saber, o indivíduo recolhido a seu interesse privado e ao seu capricho e separado da comunidade. [...] A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (MARX, 2010, p. 53-58)

Conforme veremos, essa é exatamente a tarefa que alguns intelectuais assumem no Brasil em meados dos anos 1950: teorizar e impulsionar a autonomia da nação e do povo brasileiros. Entretanto, a abordagem kantiana da autonomia, legalista e ética, não endereça completamente o problema. A Modernidade não se formou somente como um conjunto de Estados soberanos e autônomos entre si, encarregados de determinar sua constituição cívica perfeita e suas relações jurídicas internacionais. Esse sistema de Estados soberanos não se dissocia do sistema capitalista, com sua divisão do trabalho correspondente, inclusive entre nações, como bem exemplificou no século XIX o modelo ricardiano das vantagens comparativas. Em outros termos, tornou-se bastante claro, sobretudo a partir da Grande Depressão dos anos 1930, que os países de menor desenvolvimento econômico e tecnológico, tais como o Brasil, haviam obtido sua autonomia política, contudo, careciam de autonomia econômica, e suas populações ainda eram caracterizadas por índices elevados de pobreza. Nesse sentido, não se pode compreender o conceito de autonomia no Brasil, entre meados da década de 1950 e meados da década de 1970, sem que se destaquem os efeitos desiguais da ordenação econômica internacional originados no quadro da Modernidade.

No começo do século XX, Lenin e Bukharin, intelectuais bolcheviques, tomaram as análises de Marx & Engels como ponto de partida para pensarem a emancipação humana no novo contexto de expansão do nacionalismo e do capitalismo monopolista. De acordo com a teoria do imperialismo, a fusão entre o capital industrial e o capital bancário criou uma oligarquia financeira e acirrou a competição existente entre os Estados industrializados, os quais recorreram a políticas neomercantilistas. Sobretudo a partir da crise econômica generalizada de 1873, não era mais plausível a crença liberal presente em Kant e Constant de que a expansão do comércio internacional traria paz e hospitalidade para as relações internacionais. Segundo a teoria do imperialismo, a necessidade de exportação do capital acumulado nos países ricos uniu os interesses dos Estados e dos monopólios econômicos, bem como eliminou a divisão entre política doméstica e política internacional. A supremacia econômica e militar dos Estados mais fortes foi responsável por submeter os mais fracos – tais como o Brasil – a uma relação de colonialismo consubstanciada em condições desfavoráveis de comércio. Ao lado disso, a Primeira Guerra Mundial mostrou que Marx & Engels haviam subestimado o poder alienante do nacionalismo em sua estratégia de revolução mundial. Não raro o pensamento de Lenin e Bukharin foi acusado de reducionismo econômico. Na visão de Waltz, expoente do neo-realismo, por exemplo, o imperialismo resulta da natureza anárquica do sistema internacional e da distribuição desigual de poder entre os Estados. Em sua interpretação estática do espaço internacional, afirma que o socialismo não pode eliminar o imperialismo, pois o padrão sistêmico de relações desiguais entre pequenas e grandes potências sempre existiu e sempre existirá (LINKLATER, 1990, p. 76-88).

Nesse ponto, parece-nos útil ao presente esforço fazer uso da teoria do sistema-mundo, a qual busca conciliar, em seu diagnóstico da Modernidade, sistema de Estados e sistema capitalista. De acordo com Wallerstein (2000, p. 253-254), a economia-mundo capitalista é um sistema histórico, singular e concreto cujas fronteiras temporais vão do século XVI à atualidade. Pode-se considerá-la um sistema, na medida em que possui padrões de comportamento capazes de explicar sua dinâmica interna. Além disso, a economia-mundo é um sistema histórico, pois, assim com a Modernidade, teve seu ponto de início e deverá em algum ponto futuro deixar de existir. Historicamente, essa estrutura modifica-se em uma base cíclica, e se reparte fundamentalmente pela divisão do trabalho entre países centrais e periféricos, a qual gera entre ambos uma distribuição desigual de renda internacional. De sua parte, o sistema de Estados funciona como uma superestrutura política que vincula o comportamento das unidades por intermédio do

reconhecimento de sua filiação em um conjunto de soberanias. Dentro da economia-mundo, um Estado é capaz de exercer hegemonia, a qual, na definição fornecida por Wallerstein (2000, p. 255), implica desequilíbrio de poder entre o *hegemon* e as demais grandes potências, de maneira que a margem de exercício de hegemonia por esse Estado seja grande do ponto de vista econômico (agro-indústria, comércio e finanças), político, militar, diplomático e cultural.

Com base nessa definição estrita de hegemonia, Wallerstein (2000, p. 256-259) obtém apenas três exemplos ao longo da história da economia-mundo: Holanda, entre 1625 e 1672; Inglaterra, entre 1815 e 1873; e Estados Unidos, entre 1945 e 1967. Esses três casos apresentam padrões de repetição cíclica. Em primeiro lugar, no aspecto do poder militar, todos esses *hegemons* foram potências marítimas, as quais alcançaram seus postos de hegemonia após longas guerras generalizadas, respectivamente, Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), Guerras Napoleônicas (1792-1815) e Guerras Mundiais (1914-1945), conflitos cujas conferências de paz foram fundamentais para o desenho do próprio sistema internacional como conhecemos. Da perspectiva do sistema capitalista, os períodos de hegemonia de Holanda, Inglaterra e Estados Unidos foram os intervalos em que cada um teve liderança simultânea nos três domínios da economia internacional, produção agro-industrial, comércio e finanças, o que tornou possível que todos esses *hegemons*, dada a distância em relação aos demais Estados competidores, pudessem tornar-se campeões do liberalismo global. Nesse sentido, é crucial compreender que, em todos esses períodos o Brasil encontrava-se na periferia do sistema-mundo. Durante a hegemonia holandesa, foi colônia da Holanda; durante a hegemonia britânica, obteve sua autonomia política, porém sob o manto da preeminência econômica da Inglaterra; por fim, foi durante a hegemonia norte-americana, após a Segunda Guerra Mundial, que emergiu no país o debate autonomista, o qual implicava reivindicar desenvolvimento e autonomia econômica, não raro por meio da negação da ordenação capitalista liberal.

É preciso salientar que os intelectuais que formularam esse projeto de autonomia no tempo para o Brasil, desde meados da década de 1950, o fizeram com a aceitação da teoria do imperialismo, porém recusando uma análise exclusivamente embasada na luta de classes, como foi o caso da Teoria da Dependência. Por sua vez, os dependentistas, porque pensaram a autonomia como resultado da luta de classes, tiveram de formulá-la como ruptura completa em direção ao socialismo. De todo modo, nos dois casos a autonomia do Brasil é idealizada *vis-à-vis* a hegemonia norte-americana, inquestionável entre o fim da Segunda Guerra Mundial e fins da década de 1960. Na conhecida

perspectiva da teoria do imperialismo, também essencial ao modelo da economia-mundo, conforme Galtung (1971, p. 81-84), o mundo divide-se em nações do Centro e da Periferia, e o imperialismo pode ser definido como uma relação de dominação entre um país central e um país periférico, a qual os atravessa e liga por interesses comuns às camadas sociais dominantes nos dois países. Por outro lado, o imperialismo é um sistema que estabelece relações de conflito de interesse entre as camadas dominante e dominada, em especial dentro da nação da Periferia. Significativamente, o rompimento do laço de interesses que une as camadas dominantes no Centro e na Periferia – e que constituiu a relação de imperialismo –, por meio da busca de maior autonomia decisória ao país periférico, faria diminuir a desarmonia de interesses entre as camadas dominantes e as camadas dominadas em seu âmbito doméstico. Portanto, e de modo essencial ao projeto desses intelectuais, a autonomia do Brasil deveria também implicar necessariamente a emancipação do povo brasileiro para melhores condições de vida, por exemplo, em termos de melhor exercício de cidadania e distribuição de renda⁴³.

De acordo com Galtung (1971, p. 88-90), o imperialismo estabelece uma relação vertical entre o país central e o país periférico, a qual reforça a desigualdade entre ambos, bem como a desigualdade existente dentro do segundo. Do ponto de vista econômico, essa relação resulta na concentração de parceiros comerciais, de modo que o país periférico deve destinar a maioria de suas exportações a seu Centro. Em segundo lugar, essa relação implica uma divisão de tarefas, a fim de que o país da Periferia especialize-se em alguns poucos produtos primários. A relação desigual é protegida, além disso, quando o país central utiliza-se do *divide et impera* para tentar bloquear as relações comerciais diretas entre países periféricos. Esse conjunto de consequências implica que se estabeleça um laço de dependência entre Centro e Periferia. Ora, desde a década de 1950, no Brasil, a estratégia de substituição de importações e a diversificação de parceiros comerciais estiveram no cerne do projeto de emancipação econômica do país, ao passo que os Estados Unidos buscaram perpetuar sua hegemonia na América Latina por meio da defesa do livre-comércio. É importante entender, ademais, que esse projeto de autonomia no tempo, ao evocar o direito ao desenvolvimento, assim como no

⁴³ “But the basic idea, absolutely fundamental for the whole theory to be developed [ou seja, a teoria do imperialismo], is that *there is more disharmony in the Periphery nation than in the Center nation*. At the simplest static level of description this means there is more inequality in the Periphery than in the Center. [...] Importantly, there is less disharmony of interest in the Center than in the Periphery, so that *the total arrangement is largely in the interest of the periphery of the Center*. Within the Center the two parties may be opposed to each other. But in the total game, the periphery see themselves more as partners of the center in the Center than as partners of the periphery in the Periphery – and this is the essential trick of the game.” (GALTUNG, 1971, p. 84)

pensamento kantiano, ancorou-se em premissas legalistas e morais, uma vez que o que estava em jogo, seja dentro da sociedade brasileira, seja na posição do Brasil no mundo, era uma agenda de justiça ou equidade. De Hegel, a busca por autonomia no tempo colherá duas importantes lições: o Estado é fator central para a aceleração do processo; a emancipação econômica não se atinge sem emancipação cultural. Conforme veremos, a falência desse projeto, situada pelos intelectuais no golpe de 1964, fará sua posição radicalizar-se para a crítica marxista da emancipação. Assim, buscarão compensar as dificuldades reais do desenvolvimento com recurso a filosofias da História, as quais anteciparão (*Vorgriff*) o sonhado futuro do país emancipado através da estrutura temporal do conceito de autonomia no tempo.

Além da hegemonia norte-americana, o contexto mundial da década de 1950, no qual se inicia o debate de autonomia no Brasil, também foi marcado pelo processo de descolonização afro-asiático. No campo das ideias, o conceito moderno de autonomia, formulado inicialmente por Kant, tornou-se preocupação central do existencialismo em voga sobretudo na França. Na visão de Jean-Paul Sartre, a autonomia é um elemento inerente à condição humana, que se exterioriza pelo exercício de uma liberdade extrema não ancorada em nenhuma fundação ou tábua de valores metafísica. Porque não há meios disponíveis de antemão para a tomada de decisões éticas pelo indivíduo, Sartre rechaça o imperativo categórico kantiano, o qual presumia não apenas a moral universal apreensível pela razão, senão também a capacidade da razão abstrata de discernir o *a priori* da escolha ética, que seria autônoma sempre que concordasse com essa medida metafísica. Como consequência, o indivíduo – condenado a ser livre e fazer escolhas – deve assumir a total responsabilidade por todas as suas ações, baseando-se em sua ideia de bem ou mal, dado que sua vida constitui esse conjunto de ações. Por outro lado, o indivíduo nega sua natureza autônoma quando atribui a fatores externos – por exemplo, a metafísica religiosa ou estruturas sociohistóricas deterministas – a responsabilidade por seus atos. A referência do agir à tábua valorativa *a priori* kantiana, nesse sentido, implicaria agir de má-fé, como sujeito imerso em uma existência inautêntica e não autônoma (COECKELBERGH, 2004, p. 94-96).

Em seu conhecido texto *O existencialismo é um humanismo*, publicado pela primeira vez em 1946, Sartre (1970, p. 2-3) descola o conceito de autonomia das fundações seguras oriundas da ideia de Deus. Nesse sentido, considera Sartre que o indivíduo autônomo moderno, assim como pensado pelos iluministas deístas, deve funcionar de acordo com a mentalidade burguesa do industrial, quer dizer, o homem é

entendido como um instrumento cuja essência e finalidade são previamente definidas por Deus, seu artífice. Por sua vez, os iluministas ateus substituíram o amparo de Deus pela concepção também metafísica de natureza humana. Nesse caso, o conceito de homem aparece como um universal – expresso em Kant pela razão e pelo imperativo categórico – ao qual todos devem encaixar-se. Seguindo Heidegger, Sartre busca entender o homem por sua existência, não por sua essência, com que se rechaça não somente Deus e a natureza humana, mas se coloca no próprio indivíduo livre o encargo de se conceber e de se fazer a si próprio por meio de suas escolhas. É muito importante lembrar a repercussão desse conceito existencialista de autonomia no debate envolto no colonialismo, o qual impactou sobremaneira as formulações dos intelectuais brasileiros na década de 1950. Em seu artigo *O colonialismo é um sistema*, publicado durante a Guerra da Argélia, em 1956, Sartre (2001, p. 9-13) define as relações entre França e sua colônia em termos da bipartição Centro-Periferia. Assim, por meio da colonização e da apropriação das terras argelinas mais férteis do litoral, os colonos franceses (*piets-noirs*) harmonizam-se com os interesses dos industriais franceses mediante a produção de bens primários, os quais implicam espoliação fundiária e a imposição de péssimas condições de vida à população muçulmana autóctone.

Significativamente, o colonialismo aparece como maior obstáculo à autonomia de uma nação e de um povo, que, condenados a serem livres, podem recorrer, inclusive, à violência armada para obter sua emancipação. Isso porque o colonialismo implica um modo de vida inautêntico, através de um processo de deculturação e de imposição de valores e instituições criadas no país central. No caso da Argélia, objeto do texto de Sartre (2001, p. 15-19), o colonizador francês destruiu seu modelo de posse comum da terra por sua substituição à racionalidade burguesa da propriedade privada, ao mesmo tempo em que se proibiu a prática da língua árabe, fundamental a qualquer projeto argelino de coesão nacional. Nesse aspecto, Sartre defende ardorosamente a autonomia, emancipação e liberdade da Argélia, o que presume a tomada de consciência de sua população árabe explorada e uma agenda de nacionalismo aglutinador. Em sua visão, o colonialismo recusa ao povo colonizado acesso à História e à cultura, com o que se vê como objeto de exploração sem possibilidade de desenvolver-se ao longo do tempo, em especial, pela industrialização e melhoria de indicadores sociais. Conforme veremos no capítulo III, é essa formulação do conceito de autonomia dentro do problema do colonialismo como sistema que norteou, no contexto das décadas de 1950 e 1960, as formulações da questão da autonomia brasileira *vis-à-vis* o centro de poder dos Estados

Unidos, teses que predominaram na Comissão da ONU para América Latina e Caribe (CEPAL), no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e no trabalho de alguns intelectuais independentes.

2.2 Autonomia no espaço

Espaço e tempo são categorias da existência humana, cujo significado raramente se debate, uma vez que são em geral consideradas como dados autoevidentes. É necessário, contudo, desafiar uma noção singular e objetiva de espaço e tempo, a fim de que se possa salientar o papel das práticas humanas em sua construção histórica. Conforme vimos ao longo do trabalho, a Modernidade expressa no projeto iluminista e no conceito de progresso – cunhado nas últimas décadas do século XVIII – amplificou a importância do tempo, retilíneo e progressivo, em relação ao espaço. Assim, a teoria social sempre preocupou-se em compreender o processo de mudança, modernização e revolução técnica, política e social. Nesse ponto, tomando-se o tempo histórico como a dimensão principal de estudo, o espaço reduziu-se a categoria marginal, o qual deveria ser absorvido pela experiência futura do progresso⁴⁴. Na contramão da teoria social, a teoria estética passou a enfatizar o espaço, em busca de regras capazes de descrever verdades imutáveis em meio ao fluxo e à mudança. Nesse sentido, como bem aponta Harvey (1989, p. 201-209), movimentos de emancipação nacional abraçam a ênfase temporal da política, uma vez que estão voltados à injeção do desenvolvimento e do progresso social. Por outro lado, a estetização da política tende a rechaçar a mudança histórica em prol da mistificação de valores nacionais atemporais, o que implica não apenas a divisão da economia-mundo em diferentes espaços em conflito geopolítico, senão também a defesa de doutrinas de superioridade nacional, as quais em meados do século XX estiveram envolvidas na tentativa de manutenção do colonialismo.

É preciso salientar o papel desempenhado pelos símbolos na construção de modelos políticos. O modelo cosmológico ptolomaico, harmônico e ordenado, no qual a Terra ocupa a posição central, foi fundamental na Baixa Idade Média para a definição

⁴⁴ “The Renaissance revolution in concepts of space and time laid the conceptual foundations in many respects for the Enlightenment project. What many now look upon as the first great surge of modernist thinking, took the domination of nature as a necessary condition for human emancipation. Since space is a ‘fact’ of nature, this means that the conquest and rational ordering of space became an integral part of the modernizing project. The difference this time was that space and time had to be organized not to reflect the glory of God, but to celebrate and facilitate the liberation of ‘Man’ as a free and active individual, endowed with consciousness and will.” (HARVEY, 1989, p. 249)

do governo dos homens. Representado pelo pensamento aristotélico-tomista, em sua relação hierárquica entre lei natural e lei positiva, o modelo universalista medieval presumia que a ordem angelical seria um espelho a se alcançar na organização social, ao passo que sua coerência, expressa na teoria dos estamentos, refletiria a harmonia das órbitas dos planetas, e a autoridade benevolente de Deus se projetaria na figura do bom rei e do bom senhor feudal, cujas desavenças se resolveriam pelo arbitramento da Igreja Católica. Em outras palavras, conforme adiantamos, os símbolos da cosmologia medieval permitiram a criação análoga de um modelo político heterônomo, no qual seus membros reportavam-se, em última análise, à divindade representada pelo papa. Por sua vez, a revolução copernicana, ao redefinir uma cosmologia na qual a Terra não mais ocupava posição central, em que as órbitas planetárias não mais eram círculos perfeitos, abriu caminho para desarmonia análoga na vida humana e social. A partir desse novo conjunto de símbolos, incompatíveis com as premissas de autoridade e hierarquia, Hobbes constrói sua analogia mecanicista do Estado como um corpo em movimento, o qual se move em um ambiente potencialmente caótico (WALZER, 1967, p. 191-201).

O modelo cosmológico copernicano, enriquecido pela teoria da gravitação de Newton, forneceu historicamente os símbolos que possibilitaram a analogia geradora do conceito moderno de autonomia. Se, em um primeiro momento, prevaleceu a autonomia dos Estados regulada pela balança de poder em um ambiente anárquico, desde que o projeto emancipador do Iluminismo exteriorizou-se na Revolução Francesa, o eixo de precedência ontológica deslocou-se ao indivíduo, o qual, agora protagonista na teoria contratualista de Rousseau, passou a demandar esfera maior de autonomia em face do próprio Leviatã. Na visão de Harvey (1989, p. 260-264), a nova concepção moderna e iluminista do tempo, absoluto e homogêneo, cujo progresso aniquilaria o espaço, teve como principal preocupação, até 1848, ano da Primavera dos Povos, travar a batalha da revolução contra a reação, ou seja, em lutar contra as formas de organização social tradicional ainda ligadas ao Antigo Regime. Desde meados do século XIX, tem início um acelerado processo de compressão do espaço-tempo, exemplificado pela maciça expansão da acumulação e da exportação de capital no mundo, o qual conquista o espaço e o submete à condição de simultaneidade, seja pela drástica diminuição do tempo de viagem da locomotiva, seja pela criação do telégrafo. Por sua vez, o fenômeno do imperialismo, o qual atinge um pico nas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, deterritorializa e reterritorializa o espaço global à mercê das necessidades de administração colonial.

Segundo Harvey (1989, p. 266-273), essa acelerada compressão do espaço-tempo, entre meados do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, levou à Modernidade a uma crise de representação, a qual esteve consubstanciada na erosão do próprio modelo cosmológico newtoniano a partir da publicação da teoria da relatividade de Einstein, em 1905. Desde então, faliu a ideia de um tempo absoluto, a qual se substituiu pela concepção relativa do tempo, cuja percepção seria alterada conforme a velocidade de deslocamento dos corpos no espaço. Por sua vez, o caráter homogêneo do espaço-tempo cedeu ante à nova ideia segundo a qual a gravidade seria uma força capaz de deformá-lo. No âmbito das artes, a perspectiva do espaço homogêneo, criada durante a Renascença, ruiu em face das novas vanguardas – por exemplo, o Cubismo – que buscaram fragmentá-lo e submetê-lo a diversos pontos de observação distintos e relativos entre si. Significativamente, essa crise de representação, resultado do projeto iluminista de aniquilação e fragmentação do espaço pelo tempo, implicou nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial o ressurgimento dos lugares e a estetização das políticas nacionais, o que esteve na raiz da geopolítica. Como bem destacam Adorno e Horkheimer (1985, p. 13), o projeto do Esclarecimento possuía uma aporia fundante, um gérmen regressivo tendente à autodestruição. Na década de 1930, o nazi-fascismo representaria o melhor exemplo dessa estetização da política, por meio de um projeto declaradamente anti-iluminista de conquista agressiva do espaço, o qual culminaria na barbárie da Segunda Guerra Mundial.

Nesse momento de crise de representação do projeto do Esclarecimento voltado à autonomia no tempo, (re)emerge uma agenda de *autonomia no espaço*, a qual se pode associar à contribuição intelectual de Max Weber, o qual escreve na esteira da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. A visão cética weberiana da Modernidade, nesse sentido, submete o tempo ao espaço. Assim, a razão reordena-se em função da vontade nacional, de modo a rechaçar uma ética kantiana e cosmopolita de fins. No contexto da ascensão da geopolítica, intensifica-se a distinção espacial entre anarquia e comunidade, e os Estados voltam-se para o aumento de seu poder, cujos conflitos resolvem-se pela guerra e pelo domínio imperialista. Segundo afirma Walker, foi Weber, não Tucídides, Maquiavel ou Hobbes, quem deu o tom da perspectiva realista que então emergiria na *disciplina* de Relações Internacionais. O entrelaçamento das duas visões, kantiana e weberiana, implicado no primeiro debate da disciplina no entre-guerras, e de suas contradições espaço-temporais permite que se vislumbre o paradoxo fundamental da Modernidade que vem à tona no século XX:

[A] análise de Weber do processo de racionalização contradiz o espírito da interpretação de Hegel da história. Weber não concordava com a visão otimista de uma história universal, que Marx tomava como um fato consumado e inquestionável. Em vez disso, ouvimos a voz de Nietzsche. Deus está morto. Vivemos em um mundo desencantado. O cálculo racional permanece possível, mas não oferece uma orientação sobre como viver. Para Weber, a Modernidade é caracterizada por um choque intensificador entre a racionalidade instrumental e o domínio dos valores substantivos. [...] Enquanto Kant promoveu uma explicação da ética, na qual a escolha moral autônoma residia em uma capacidade de agir de acordo com princípios que podem ser universalizados, Weber propôs uma explicação da vida ética em que a escolha autônoma deve ser feita, não de acordo com exigências da razão universal, mas por meio de um ato de escolha que cria valores. Em resumo, uma explicação da Modernidade estruturada como uma história universalista da racionalização é simultaneamente uma explicação da Modernidade como um âmbito de escolhas não racionais ou sem critérios referentes a valores fundamentais. (WALKER, 2013, p. 98)

Em outros termos, a sombra da profecia nietzscheana acarretou no século XX a corrosão de referências fundantes para a escolha ética, o que resume o problema do niilismo. Como bem salienta Walker (2013, p. 98-100), a resposta de Weber a essa crise de representação da Modernidade é uma resposta ambígua, uma vez que o avanço da civilização e da razão instrumental devem conviver com o relativismo de valor resultado do desencantamento do mundo⁴⁵. Nesse sentido, a autonomia da vontade em tomar as decisões de valor sobrepõe-se à concepção kantiana de autonomia, a qual remetia a escolha ética ao imperativo categórico universal. A dissociação entre razão e valor, central ao diagnóstico pessimista de Weber acerca da Modernidade, implica um de dois caminhos para o exercício de autonomia no século XX. Por um lado, conforme vimos, o existencialismo sartreano deposita no indivíduo a total autonomia e liberdade para efetuar escolhas éticas e arcar com sua responsabilidade. Além disso, em especial nas décadas de 1950 e 1960, Sartre buscará conciliar seu individualismo existencialista com o marxismo, herdeiro de uma visão otimista da História, o qual esteve em meados do século comprometido com a agenda de emancipação e de descolonização no mundo periférico. Weber, por sua vez, deslocará à vontade nacional dos Estados a autonomia de escolha, dentro do reconhecimento de que, na ausência do imperativo categórico, cada Estado deve buscar atingir seus objetivos próprios de interesse nacional e de política de poder. Conforme veremos, essa visão de autonomia no espaço lançou as bases da escola realista em Relações Internacionais, a qual, no Brasil, foi fundamental para o pensamento militar após a Segunda Guerra Mundial.

⁴⁵ “O destino de nossos tempos é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo ‘desencantamento do mundo’. Precisamente os valores últimos e mais sublimes retiraram-se da vida pública, seja para o reino transcendental da vida mística, seja para a fraternidade das relações humanas diretas e pessoais.” (WEBER, 1982, p. 182)

Segundo adiantamos na seção anterior, à diferença de Marx e Durkheim, Weber oferece um diagnóstico pessimista da Modernidade, o qual reconhece os limites do projeto do Esclarecimento. Em sua visão, o motor da Modernidade é um processo de racionalização, o que diminui a margem de autonomia individual em face da expansão das burocracias nacionais. Em 1918, Weber enuncia em Munique sua conferência *A ciência como vocação*, onde toca diretamente no tema das relações entre a ética e o progresso técnico. A racionalização decorrente do progresso da ciência implicou na experiência moderna a possibilidade de se dominar as forças da Natureza por meio do cálculo, com o que não mais é necessário recorrer a explicações mágicas ou misteriosas para desvendar sua causalidade. De fato, esse desencantamento do mundo germina a partir do próprio projeto anticlerical do Esclarecimento, por exemplo, com a batalha de Voltaire contra as superstições e a intolerância religiosa. Entretanto, o que se percebia na esteira dos horrores da Primeira Guerra Mundial é que os pensadores iluministas haviam confundido progresso técnico e científico com o progresso moral do gênero humano. Nesse ponto, Weber é bastante direto, pois não considera que a ciência seja capaz de fornecer explicações de valor último ao sentido da vida, uma vez que as esferas de valor do mundo – por exemplo, das diferentes nações, do capital e do trabalho – estão em conflito constante e inconciliável entre si. O que a ciência pode fazer é indicar os meios, não os fins, mais adequados à ação humana, seja por meio da tecnologia, seja por meio de métodos de pensamento (WEBER, 1982, p. 165-178).

Nesse sentido, Weber rechaça a teleologia kantiana imbricada na possibilidade de emancipação e de autonomia no tempo. Desatada de um solo fundamental de sentido, a autonomia em Weber desloca-se para o exercício da vontade nacional. Se Kant punha-se de encontro ao Estado prussiano e sua política externa agressiva, Weber conceituará o Estado em termos de sua burocracia e do uso da violência. Em sua conferência *A política como vocação*, também enunciada em 1918, Weber busca definir o Estado moderno não por seus fins éticos, como fizera Hegel, mas por seus meios específicos de exercício do poder, ou seja, pelo uso da força física. Em sua visão (1982, p. 98), a política se define pela “participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.” Em texto escrito antes da Primeira Guerra Mundial, publicado posteriormente em seu *Economia e sociedade*, Weber (1982, p. 187-189) pensa as relações entre os Estados ditada pela “inevitável dinâmica do poder”, a qual leva especialmente as grandes potências à busca de prestígio por meio da expansão territorial. Do ponto de vista interno, a construção histórica do

Estado moderno é o processo de homogeneização do território pela crescente conquista pelo monarca do monopólio do uso legítimo da força, na medida em que a ordem burocrática estatal originou-se justamente da gradativa expropriação pelo príncipe dos meios de guerra, de administração e de organização financeira, que no modelo feudal ainda estavam concentrados nos senhores locais (WEBER, 1982, p. 97-101).

Segundo vimos, os iluministas buscaram temporalizar Deus na História a partir da readaptação da escatologia cristã, o que lançou as bases do projeto moderno de autonomia no tempo. Weber, por sua vez, leva esse desencantamento ao extremo, visto que o Estado se desincumbe de uma ética de fins, a qual retorna ao âmbito religioso. De acordo com Walker (2016, p. 186-190), Weber resolve a seu modo por meio de seu conceito de Estado a relação entre universalidade e pluralidade. Definido em termos do monopólio, o Estado-nação reclama a legitimidade universal do uso da violência sobre determinado território, em cujo âmbito as diferenças subordinam-se à liderança política. No âmbito externo, outras particularidades, ou seja, outros Estados, engajam-se na luta universal por poder e espaço. Nessa definição espacial do Estado, a temporalidade e a História não são pensadas via teoria do progresso, senão como um processo desigual de modernização tecnológica que implica disputas geopolíticas, as quais são estimuladas pelo apelo ao nacionalismo. Como consequência, a possibilidade kantiana de paz perpétua cede ao imperativo da política de poder⁴⁶. O problema da relação em Weber entre espaço e temporalidade também coloca a questão da liderança política ou do melhor modelo de regime político. No contexto da Primeira Guerra Mundial, Weber afasta-se do homem racional kantiano e de sua constituição cívica perfeita para defender uma autoridade (*Herrschaft*) carismática à frente de uma democracia plebiscitária, a qual seria voltada a uma *Machtpolitik* nacionalista, considerações que aproximariam seu pensamento do nazi-fascismo que irromperia na Europa.

Para que se possa melhor comparar as perspectivas de autonomia no tempo e no espaço, é fundamental relacionar os conceitos de emancipação e *Herrschaft*. Durante o Iluminismo, a emancipação definiu-se como uma finalidade a se alcançar na História. Presumia um estágio tal em que se obteria no futuro a igualdade entre os cidadãos de

⁴⁶ “Articulated as a possibility in space, as an affirmation of subjectivities through spatial distancing, autonomy is rendered problematic through an analysis of modernity as temporal trajectory. The guarantees of reason, of Euclidean geometries, Newtonian certainties and Kantian categories, dissolve into temporal assertions of will. [...] The possibility of perpetual peace dissolves into the necessity of power politics. [...] The primacy of reason acknowledges a complicity with warring gods not just within the modern personality but within and between those monopolies of legitimate violence. Violence erupts not simply in the spaces between the states but out of those processes of modernization that have been set in motion within states.” (WALKER, 2016, p. 195)

uma comunidade política, bem como dos Estados coligados em federação. É relevante destacar que esse conceito se construiu em oposição ao conceito feudal de *Herrschaft*, o qual implicava relações de hierarquia entre o soberano ou senhor e seus súditos ou dependentes. Na esteira da Revolução Francesa, a ideia de Rousseau de uma democracia exercida com base na “vontade geral” pretendia a um só tempo emancipar cidadãos em condições de igualdade e pactuantes do contrato social e rechaçar o velho conceito de *Herrschaft*, associada à tirania dos monarcas absolutos. No século XIX, a ideia de emancipação seria absorvida pelo materialismo histórico, herdeiro do hegelianismo, pensada em favor das possibilidades futuras de revolução do proletariado. À época do entre-guerras, entretanto, Weber resgata o conceito de *Herrschaft* em sua tipologia da liderança política, para recusar como utópica a proposta de Rousseau e fazer a defesa de uma democracia sob um líder forte (*Führerdemokratie*), a qual seria indispensável para o arbitramento dos valores em conflito na sociedade (RICHTER, 1995, p. 64-70). Queremos frisar, portanto, que a autonomia no espaço implica não somente uma visão conflitiva das relações internacionais, senão também um regime político autoritário, ao passo que a autonomia no tempo relaciona-se a regimes políticos comprometidos com a igualdade e a cidadania, cujo *telos* volta-se à paz no âmbito internacional. Entretanto, sempre lembremos que o espaço-tempo configura um tecido único e problemático. Em outras palavras, tempo e espaço, emancipação e segurança, não se desembaraçam na efetividade da história como preto no branco. Na ironia kantiana, a paz perpétua não significa apenas o tempo da concórdia universal, mas também o espaço dos sepulcros.

Em 1932, Carl Schmitt publicou seu célebre *O conceito do Político*, obra definidora da ideia de autonomia no espaço. Conforme salienta Habermas (2009, p. VII-XIV), ao valorizar a ação da autoridade estatal contra inimigos internos e externos em contextos de exceção e emergência política, Schmitt retoma a premissa hobbesiana de acordo com a qual os homens autônomos em estado de natureza pereceriam em sua busca por emancipação caso não fossem salvos pelo Estado, o qual trabalha por impedir a guerra civil. Por outro lado, Schmitt resgata o hegelianismo de direita ao reafirmar a aura religiosa do Estado, a qual havia sido eliminada das análises desencantadas de Weber. No contexto do entre-guerras em que escreve, preocupa-se especialmente com o desafio da delimitação entre guerra e paz, interno e externo e amigo e inimigo, o que se deve principalmente à limitação de Hobbes para se pensar os novos fenômenos da guerra total e da guerra ideológica internacional oriundos da Primeira Guerra Mundial. Schmitt opõe-se de modo contundente à separação liberal entre Estado como âmbito do

político e sociedade como âmbito neutro, sede do econômico e do moral. Também nega a formulação hegeliana segundo a qual o Estado está acima da sociedade civil e tem a função de mediar universal e particular por uma ética de fins. Em lugar disso, o que Schmitt defende é uma maior ênfase no espaço particular do Estado nacional, entendido como Estado total que absorve a sociedade por meio do transbordamento do âmbito político a todas as demais esferas (SCHMITT, 2009, p. 9-27).

Seu conceito do político é absolutamente agônico, pois parte da necessidade de distinção entre amigo e inimigo. O inimigo político é o diferente e o desconhecido, um inimigo público, um conjunto de pessoas cuja existência coloca em risco o próprio estilo de vida de outro agrupamento, em função do que deve ser combatido. Em sua crítica aos valores liberais, afirma Schmitt (2009, p. 27-39) que o inimigo jamais é um concorrente no âmbito econômico ou um adversário no âmbito moral da discussão de ideias, uma vez que a relação de inimizade atinge sua máxima tensão na própria guerra e na eliminação física do outro. No âmbito interno, cabe ao Estado total abranger todos os antagonismos políticos e garantir a paz e a segurança. Assim, Schmitt compreende a guerra civil como a conversão da política partidária ao conceito pleno do político, com a polarização entre amigo e inimigo e a iminência de combate armado. Inversamente em Hegel, conforme vimos, o Estado moral é entendido como uma esfera de harmonia de interesses. A Schmitt não interessa especular sobre a paz perpétua, somente constatar que de fato os povos organizam-se no espaço internacional conforme as categorias amigo/inimigo; tampouco supõe um processo otimista de Esclarecimento em que o *sapere aude* poderia ao longo do tempo eliminar o medo do desconhecido e gerar uma ética da hospitalidade. Em Carl Schmitt, o Estado total como unidade soberana é o único habilitado a decidir sobre a guerra contra o inimigo externo. Em situações de emergência, também deve decidir sobre o inimigo interno. De modo inverso a Constant, preza práticas do despotismo dos antigos, tais como o ostracismo e o banimento:

O Estado enquanto unidade política normativa concentrou em si mesmo uma imensa competência: a possibilidade de fazer guerra e, assim, de dispor abertamente sobre a vida das pessoas. Isto em virtude do fato de que o *jus belli* contém tal disposição; significa a dupla possibilidade: exigir de membros do próprio povo prontidão para morrer e prontidão para matar, e matar pessoas do lado inimigo. Mas o desempenho de um Estado normal consiste, sobretudo, em obter *dentro* do Estado e de seu território a pacificação completa, produzindo “tranquilidade, ordem e segurança” e criando, assim, a situação *normal*; [...]. Em situações críticas, esta necessidade de pacificação intra-estatal leva a que o Estado, como unidade política, enquanto existir, também determine, por si mesmo, o “inimigo interno”. Destarte, em todos os Estados, há o que o Direito Público das repúblicas gregas conhecia por declaração de *polemios* e o Direito Público romano por declaração de *hostis*, ou seja, tipos de desterro, de ostracismo, de proscricção, de banimento, de colocação *hors la loi*, em suma, tipos de *declaração de inimigos* intra-estatais,

podendo ser estes tipos mais rigorosos ou mais suaves, [...]. Conforme o comportamento daquele declarado inimigo do Estado, esse é o sinal de guerra civil, i.e., da dissolução do Estado como uma unidade política organizada, internamente pacificada, fechada territorialmente em si e impenetrável para estranhos. (SCHMITT, 2009, p. 49)

Na esfera internacional, Schmitt caminha no mesmo sentido do diagnóstico weberiano acerca da autonomia da vontade nacional no espaço de poder. Com efeito, considera o mundo um pluriverso político povoado por uma pluralidade de Estados em conflito. Contra Kant, afirma ser desleal crer na ficção de que a guerra conduziria a um estágio final de paz idílica. Ao contrário, constata que o conceito de “humanidade” serve na realidade concreta como instrumento ideológico do imperialismo e da força. Embora com motivações analíticas distintas, Schmitt reitera o ponto de Marx em sua crítica à emancipação política, pois ambos afirmam que em sua origem no século XVIII o conceito de humanidade era apenas uma polêmica da burguesia contra os privilégios feudais. Estavam igualmente insatisfeitos com Hegel: em Marx, a sociedade acaba por extravasar o Estado; em Schmitt, o Estado é quem extravasa. De modo acertado, pontua que toda teoria política parte de uma premissa de valor acerca da natureza humana. Em sua visão anti-liberal, o homem é mau, pois é perigoso e problemático. Não crê nos bons desígnios do “plano secreto da Natureza” ou na teodiceia do Espírito. Para Schmitt (2009, p. 57-70), o que a teologia reforça é que o homem é corruptível porque maculado e caído. À autonomia da vontade do Estado no espaço internacional corresponde a autonomia total de seu poder soberano no espaço interno. É nesse sentido que Schmitt (1985, p. 5-15) define o soberano como aquele que decide sobre o estado de exceção, pois a ordem legal é incapaz de prever todas as circunstâncias de emergência envolvidas em sua instauração. Nesse momento, não há que se falar na teoria liberal dos freios e contrapesos, o que permite ao Estado restringir o espaço de autonomia individual por um argumento de necessidade e engajar os governados no binômio amigo/inimigo. O Estado assim deve decidir sobre a existência ou não da normalidade com autonomia ilimitada⁴⁷. Esse desenho do Estado total aplicar-se-ia ao totalitarismo nazista.

No contexto da Alemanha da República de Weimar, as ideias de Weber tiveram impacto importante na formação de Hans Morgenthau, cuja tese de doutorado acerca

⁴⁷ “What characterizes an exception is principally unlimited authority, which means the suspension of the entire existing order. In such a situation it is clear that the state remains, whereas the law recedes. [...] The existence of the state is undoubted proof of its superiority over the validity of the legal norm [tal como presumia inversamente o normativismo de Hans Kelsen]. The decision frees itself from all normative ties and becomes in the true sense absolute. The state suspends the law in the exception on the basis of its right of self-preservation, as one would say. [...] Unlike the normal situation, when the autonomous moment of the decision recedes to a minimum, the norm is destroyed in the exception.” (SCHMITT, 1985, p. 12).

dos limites do direito internacional foi publicada em Berlim em 1929. Suas formulações realistas em Relações Internacionais partiram do problema crucial da relação entre fato e valor, ou entre ciência e política. De acordo com o que afirmamos, em Weber a tarefa da ciência é prover objetivamente o entendimento do mundo por meio do cálculo, ao passo que a política jamais é livre de valoração, pois trata de opiniões, mas não da verdade dos fatos. Essa divisão coloca o problema das ciências sociais, uma vez que a análise da realidade social não apenas se influencia por especificidades culturais, senão também pelas orientações de valor e interesses do próprio cientista social. Com seu clássico *Politics among nations*, publicado nos Estados Unidos em 1948, Morgenthau fundou a escola realista e buscou solucionar a relação entre fato e valor por meio da exposição de uma teoria objetiva. Segundo Pichler (1998, p. 192), Morgenthau resolve a questão weberiana da indeterminação valorativa e da impossibilidade de se utilizar o método científico para analisar valores aplicando-a às relações internacionais. Por um lado, toma a busca do poder como um *a priori* que permite observar objetivamente as relações entre os Estados; por outro, assume que a autopreservação e o interesse nacional compõem um único valor protegido por todos os Estados, independente de diferenças culturais. Assim, a “dinâmica do poder”, reconhecida por Weber e Schmitt, emergiu como a pedra fundamental sobre a qual se pôde estruturar as Relações Internacionais como uma disciplina objetiva e científica.

O realismo político de Morgenthau formou-se com inspiração na *Realpolitik* de Bismarck, assim como na *Führerdemokratie* de Weber e no anti-liberalismo autoritário de Schmitt, figuras de proa da intelectualidade da República de Weimar. Conforme vimos, em sua análise do elemento especificamente político, Schmitt discerne as categorias fundamentais de amigo e inimigo, envoltas na possibilidade de guerra entre Estados. No contexto do entre-guerras, onde a disputa de valores mostra-se inconciliável, suas críticas voltam-se às ameaças de fragmentação social e de demolição da unidade política do Estado trazidas pelo liberalismo (PICHLER, 1998, p. 192-195). Nesse período, é notável a reversão da separação entre Estado e sociedade civil, uma vez que se defende cada vez mais a reabsorção da segunda pelo primeiro, com o que se põe em relevo o papel aglutinador do nacionalismo em face de inimigos externos. O ambiente em que Morgenthau publica sua tese, em 1929, foi intelectualmente marcado pela tensão entre o formalismo jurídico de Hans Kelsen – o qual, assim como Weber, separa fato e valor – e os esforços derivados da proposta moralista de Woodrow Wilson para criação de uma ordem internacional de paz, eco da influência kantiana. Impactado

por Schmitt, Morgenthau expõe em sua tese os limites das categorias jurídicas abstratas do direito internacional, para o que chama a atenção para a necessidade de se trazer o caráter político das relações internacionais para o centro da análise. Esse seria o embrião de suas preocupações com o conceito de poder, como *emigré* alemão nos Estados Unidos a partir de 1937 (SÖLLNER, 1987, p. 161-162).

Não sem enfrentar oposição do *mainstream* da ciência política norte-americana, Morgenthau se estabelece na Universidade de Chicago em 1943 atacando as ilusões do liberalismo histórico, seja a crença no progresso de Herbert Spencer, seja o modelo de harmonia social de Adam Smith. Fundamentalmente, suas críticas direcionam-se às ilusões do wilsonianismo, sobretudo seu legalismo e seu apoio na eficácia dos tratados internacionais para a paz. Como afirma Söllner (1987, p. 164), Morgenthau acredita que a concepção liberal do *rule of law* partia de uma interpretação incorreta da realidade internacional, ao ignorar as especificidades da aplicação do direito internacional e ao presumir que todos os conflitos sociais, domésticos e internacionais seriam resolvidos indistintamente com recurso às leis. Malgradadas as esperanças legalistas kantianas na federação de Estados, à época consubstanciadas na construção da Liga das Nações, o âmbito anárquico internacional deveria ser regido essencialmente por questões de poder. Desde fins da década de 1940, seu realismo político teria enorme influência na formulação na política externa norte-americana, principalmente nas ideias de George Kennan, pai da “doutrina da contenção”, a qual norteou os Estados Unidos em seu enfrentamento ao alegado expansionismo soviético na Guerra Fria.

Na esteira da Primeira Guerra Mundial, a disciplina de Relações Internacionais havia surgido em meio ao ideal liberal reformista que procurou reafirmar o projeto emancipatório racional do Esclarecimento. Na visão neokantiana de Woodrow Wilson, a guerra teria eliminado os últimos vestígios do Antigo Regime, de modo que seria preciso assumir uma visão progressiva das relações internacionais favorável tanto à superioridade da democracia como forma de governo garantidora de direitos individuais quanto de um arranjo moral-legalista enfeixado no princípio da segurança coletiva (GEORGE, 1994, p. 73-76)⁴⁸. Após a Segunda Guerra Mundial, o cenário era inverso e

⁴⁸ Como destaca Carr (2001, p. 25-39), as teorias de política internacional prevaletentes no entre-guerras foram reflexos do pensamento liberal do século XIX filtrados pelo espelho norte-americano. Assim, por exemplo, a fé de Woodrow Wilson no papel de controle da guerra pela opinião pública transplantou para o cenário internacional as ideias de Jeremy Bentham. Segundo Bentham, o bem moral é acessível pela razão, porém não através de um processo de especulação filosófica como queria Kant, senão pelo simples exercício do *common sense*. Em sua crítica realista, Carr afirma que as teorias da moralidade internacional são o produto histórico do grupo dominante de Estados que identifica a si mesmo com a

favorável à autonomia no espaço centrada no *conceito de segurança nacional*. De sua parte, Morgenthau (2003, p. 3-16) rechaça a visão idealista neokantiana, identificada com a busca de uma ordem política, moral e racional derivada de princípios abstratos com validade universal, assim como na retidão e potencial aperfeiçoamento da natureza humana através da educação. Em lugar disso, busca eliminar a esfera dos valores morais de uma análise realista e objetiva da política internacional. Assim como Schmitt, parte da premissa antropológica de que a natureza humana, raiz da política, vista à luz da experiência histórica, não se mostra maleável ou passível de melhoramento. No mesmo sentido, busca compreender a essência da política internacional em termos do conceito de poder, independentemente das esferas ética, econômica e estética. Tal como ocorre em Hobbes e Weber, consciência moral e vontade separam-se. Não cabe ao realismo político perscrutar os motivos ou a *Moralität* dos condutores da política externa, mas apenas suas ações. Contra Kant, Morgenthau sustenta a perspectiva da autonomia nacional, amparada na razão como prudência.

O conceito de poder é a categoria fundamental do realismo político. Por um lado, Morgenthau (2003, p. 16-22) considera-o uma categoria universalmente válida; por outro, de modo a evitar o que deplora como abstrações vazias do idealismo, afirma que o poder não é um conceito fixo e permanente. Sua definição do poder como o controle do homem pelo homem retoma exatamente o conceito weberiano. Se o poder é o móvel da política em qualquer tempo, seu conteúdo e modo de utilização variaram contudo ao longo da história. Contra um ideal emancipatório inscrito pelo “plano da Natureza” ou pelo *Geist* no futuro histórico, considera Morgenthau que a transformação do mundo ocorre através da manipulação habilidosa das forças perenes da política internacional; não pela adesão a ideais abstratos. Dessa forma, situa grande importância no que Koselleck denomina como espaço de experiência, ou à função da história como *historia magistra vitae*. Morgenthau reconhece a significação moral da ação política, porém submete sua aplicação às circunstâncias e nega uma ética de fins. Afirma, por exemplo, que “o Estado não tem o direito de permitir que sua desaprovação moral da infringência da liberdade constitua um obstáculo à ação política vitoriosa, ela própria inspirada pelo princípio moral de sobrevivência nacional.” Nesse aspecto, no contexto do começo da Guerra Fria, o realismo político efetuou uma justaposição entre os

comunidade internacional: “*For the past hundred years, and more especially since 1918, the English-speaking peoples have formed the dominant group in the world; and the current theories of international morality have been designed to perpetuate their supremacy and expressed in the idiom peculiar to them.*” (CARR, 2001, p. 74).

conceitos de poder e de segurança nacional, cuja ênfase voltou-se à agenda militar e à premissa de que os Estados devem defender seus interesses nacionais em sua luta por sobrevivência. Ao lado disso, Morgenthau rechaça a ideia de que as aspirações morais de um país devem governar o Universo, pois acobertam políticas de poder particulares transformadas em idolatria. Em certo sentido, não há lugar em sua abordagem ao Deus-História de Hegel, pensado a partir dos interesses e ambições do Estado prussiano.

Em Morgenthau (2003, p. 201-205), a segurança nacional não se dissocia do conceito de poder nacional. Em uma análise da psicologia do nacionalismo, entende que as limitações impostas pela sociedade aos desejos de poder dos indivíduos da massa, desprovidos do controle sobre as decisões de Estado, geram um efeito compensatório mediante o qual passam a apoiar a política externa de seus países por imaginarem que podem desfrutar coletivamente do aumento do poder nacional. Nesse sentido, o poder nacional impõe-se aos interesses individuais, e os símbolos nacionais, sobretudo os das Forças Armadas, identificam as massas aos interesses de seu Estado⁴⁹. Ao lado disso, grupos sociais tais como militares e funcionários administrativos – diplomatas, por exemplo, assim como as classes médias, costumam espelhar-se nessas aspirações nacionais. Na Europa, a Primeira Guerra Mundial mostrou que também os trabalhadores podem aderir a políticas de poder nacional apesar do internacionalismo proletário. Ao lado disso, o apoio a metas de poder nacional também tende a ocorrer em cenários de crise e de insegurança. Na mesma linha de pensamento de Hobbes, Morgenthau afirma que a emancipação e a liberdade são fatores de insegurança, portanto geradores de crises que demandam ao Estado não apenas reestabelecer a paz social, mas também exportar suas tensões internas através de uma política externa agressiva:

⁴⁹ Esse mecanismo já havia sido aclarado por Freud em sua análise da psicologia das massas. Assim, buscou explicar fenômeno de coesão social característico das igrejas e da corporação militar, bem como das massas em geral, por meio da hipótese de que seu instinto gregário é estimulado por um estado de hipnose resultante do laço libidinal de identificação existente com uma figura de liderança. Nessa situação, os indivíduos podem gozar da liberação de seus impulsos destrutivos: “Bastaria que disséssemos que na massa o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem se livrar dos recalamentos de suas moções de impulso inconscientes. As qualidades aparentemente novas que ele então mostra são justamente as manifestações desse inconsciente, que, afinal, contém tudo o que há de malvado na alma humana; o desaparecimento da consciência moral ou do sentimento de responsabilidade nessas circunstâncias não oferece qualquer dificuldade para nossa compreensão. Há muito já afirmamos que o núcleo da chamada consciência moral é o ‘medo social’. [...] A massa é extraordinariamente influenciável e crédula; é desprovida de crítica; para ela, o improvável não existe. Ela pensa por imagens que se evocam associativamente umas às outras, tal como ocorre ao indivíduo nos estados do livre fantasiar, e nenhuma instância razoável afere sua correspondência com a realidade. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exagerados. Assim, a massa não conhece nem a dúvida nem a incerteza. Ela vai logo ao extremo; a suspeita manifestada logo se transforma em certeza irrefutável, um germe de antipatia se transforma em ódio selvagem.” (FREUD, 2013a, s/p)

Qualitativamente, a intensidade emocional do processo de identificação do indivíduo com sua nação está na proporção inversa da estabilidade desta mesma sociedade, tal como refletido no sentido de segurança de seus membros. Quanto maior for a estabilidade da sociedade e o sentido de segurança individual de seus membros, menor será a probabilidade de que emoções coletivas venham a buscar uma válvula de escape em um nacionalismo agressivo, e vice-versa. [...] As massas foram induzidas pela instabilidade das sociedades nacionais e levadas a manifestar-se em explosões emocionais sob a forma de tempestuosas identificações com políticas externas e guerras alienígenas. A instabilidade social tornou-se aguda na civilização durante o século XIX e passou a ser permanente no século XX, *como resultado da emancipação do indivíduo* dos liames da tradição, particularmente sob a forma de religião, ou como consequência da racionalização exacerbada da vida e do trabalho e das crises econômicas cíclicas. [...] Com o passar do tempo e, à medida que a sociedade ocidental se tornava mais instável, o sentido de insegurança se fez mais profundo e a ligação emocional com a nação, vista como um substituto simbólico do indivíduo, tornou-se ainda mais forte. (grifo nosso) (MORGENTHAU, 2003, p. 209).

A experiência das guerras mundiais como guerras totais também contribuiu de modo decisivo para a prevalência da segurança nacional após 1945. No século XX, a guerra tornou-se um fenômeno total como resultado dessa identificação emocional das massas às aspirações nacionais de seus países. Ao lado disso, a participação maciça da população nas guerras mundiais eliminou a fronteira entre civis e combatentes, dentro de um contexto de confrontação altamente mecanizada. Como salienta Morgenthau (2003, p. 679-690), a guerra total fez retornar em nova roupagem o conceito medieval da guerra justa, uma vez que a justificação do engajamento militar fazia-se perante as massas através da demonização moral dos inimigos. Na Modernidade, caracterizada desde a Renascença pelas guerras limitadas travadas por mercenários, as Guerras Religiosas representam uma exceção e melhor paralelo com a guerra total do século XX. Significativamente, a chaga dos conflitos religiosos na Europa foi o cenário em que se desenvolveu o conceito de soberania e a filosofia política hobbesiana. Na era da guerra total, o embate religioso secular entre nacionalismos e internacionalismo daria lugar ao próprio projeto do realismo político. O aumento dos exércitos, a mecanização da guerra – sobretudo o impacto da aviação e do armamento nuclear – e o emprego potencial de toda a produção industrial no conflito redundaram em um conceito amplo de segurança nacional, bem como na tendência de militarização da sociedade. Conforme veremos, o pensamento militar brasileiro foi bastante impactado pela experiência da Segunda Guerra Mundial. Como consequência, formularia um entendimento próprio da segurança nacional atrelada ao desenvolvimento econômico.

É preciso evitar a tentação de reificar e polarizar os conceitos de autonomia no tempo e autonomia no espaço. Como bem salienta Walker (1990, p. 3-17), o traço congênito da Modernidade é a contradição ou dilema entre particular e universal, entre necessidade e liberdade. Em Kant, fica evidenciada a ambivalência moderna, na medida

em que a ocorrência da guerra é a garantia dos anseios de progresso, esclarecimento e autonomia. A paz perpétua é *simultaneamente* paz idílica e paz de cemitério. No que toca a concepção espacial da autonomia, é importante destacar o conceito de segurança em sua relação ambivalente com o ideal emancipatório e a prática democrática. Em primeiro lugar, segurança é coextensiva ao conceito de soberania no sentido weberiano da autoridade legítima ao uso da força em um território delimitado. Do ponto de vista das relações internacionais, a soberania estatal implica reconhecer várias unidades autônomas. Conforme variam as premissas, variam as conclusões. Em Hobbes e Schmitt, a autonomia é negativa, embasada na propensão de indivíduos e Estados a um comportamento egoísta e mesmo paranoico. Em Kant e Hegel, a autonomia é positiva, seja por presumir uma federação de Estados amparada na razão e na moral universais, seja por destacar a liberdade de distintos modos de vida em seus contextos histórico-culturais. No âmbito interno, o dilema moderno opõe poder estatal e autoridade legítima. Os dois dilemas, interno e externo, estão em constante relação. A segurança é um conceito que resolve o dilema dentro/fora por meio de uma delimitação espacial; por sua vez, desenvolvimento é um conceito que resolve o dilema necessidade/liberdade ao diferir a emancipação no tempo. Segundo Walker, no caso dos países subdesenvolvidos, a paz positiva demandaria transformações econômicas e sociais, desenvolvimento, justiça e mesmo revolução. É nesse quadro que a segurança emerge como balizadora, conforme veremos para o caso do Brasil.

Em plena década de 1950, Wolfers (1952, p. 484-498) procurou colocar em perspectiva a justaposição entre as teses do realismo político e o conceito de segurança nacional, desde logo considerado não mais que um *símbolo ambíguo*. Em sua visão, a experiência histórica não comprova a ideia de que os Estados não poupam esforços para garantir sua sobrevivência e de que buscam sua segurança a qualquer custo. Em geral, a segurança nacional é buscada pelo acúmulo de poder coercitivo capaz de responder à ameaça ou à violência externa e subversiva interna. Entretanto, os Estados também estão vinculados por entraves econômicos que os levam a gastar o mínimo necessário para obter uma proteção adequada. Assim, Wolfers rechaça a ideia da segurança como fim em si mesmo modulada pela hipótese realista do poder puro. Em lugar disso, traz de volta à análise o aspecto moral, pois afirma que a segurança deve ser melhor entendida como um meio para a salvaguarda de valores cuja ponderação cabe ao Estado fazer. Com boa dose de ironia, salienta que George Kennan e Morgenthau, em sua condição de *advisors* do governo norte-americano, efetuavam julgamento moral em sua defesa do

interesse nacional. No mesmo sentido, Buzan (1983, p. 1-24) considera a segurança um conceito contestado. Do ponto de vista do indivíduo, ameaças sociais a sua segurança incluem restrições à propriedade e ao acesso aos recursos econômicos, bem como às liberdades civis. Assim, o conceito de segurança nacional é paradoxal, na medida em que o Estado tanto pode atuar para garantir a segurança individual quanto para pô-la em risco. Ao contrário de Morgenthau, Booth (1991, p. 317-321) afirma que a emancipação deve ser vista como uma condição necessária para a obtenção de segurança⁵⁰.

Em sua genealogia do conceito de segurança, Der Derian (2009, p. 153-155) torna patente essa tensão na comparação entre Hobbes e Marx. No que denomina como realismo epistêmico de Hobbes, a anarquia, a contingência e o caos são características naturais, más e anteriores a qualquer arranjo racional, bom e ordenado. Nesse estado de natureza, como afirmamos, cada indivíduo é autônomo em sua guerra contra os demais. Assim, a soberania e a territorialidade enfeixadas no Estado moderno não são o resultado de uma escolha política, mas uma reação necessária para por fim ao caos e à guerra civil. Em seu realismo social, Marx reconhece o conflito como ponto de partida, porém não o localiza na natureza. Inversamente, Hegel já censurara Rousseau por situar na natureza uma liberdade que somente seria possível no Estado. Em Marx, o conflito está na sociedade burguesa, na disseminação do espírito individualista e egoísta do capitalismo. Assim, conforme vimos, a segurança oferecida pelo Estado serve apenas para garantir a propriedade privada e manter a alienação oriunda da fetichização da mercadoria. Consequentemente, Marx faz uma escolha política pelo engajamento e substitui a concepção estática da segurança em Hobbes por uma visão transformativa. O conflito não é pacificado, mas catalisado através da luta de classes. Dessa forma, a revolução do proletariado, indispensável à emancipação humana, também promove sua face reversa de desestabilização e insegurança. É tarefa do materialismo histórico, como filosofia da história, diferir no tempo a solução do dilema. Em países como o Brasil, postulantes ao desenvolvimento, a *tensão entre emancipação e segurança* coloca-se de modo candente, e sua solução a cada momento histórico decorre das lutas políticas e de distintos entendimentos acerca da amplitude e do *significado da autonomia*.

⁵⁰ “‘Security’ means the absence of threats. Emancipation is the freeing of people (as individuals and groups) from those physical and human constraints which stop them carrying out what they would freely choose to do. War and the threat of war is one of those constraints, together with poverty, poor education, political oppression and so on. Security and emancipation are two sides of the same coin. Emancipation, not power and order, produces true security. Emancipation, theoretically, is security. Implicit in the preceding argument is the Kantian idea that we should treat people as ends and not means. States, however, should be treated as means and not ends.” (BOOTH, 1991, p. 319)

Do ponto de vista discursivo, a delimitação espacial por meio da territorialidade do Estado moderno também implica construir a imagem do outro ou do estrangeiro em contraposição à identidade compartilhada pelos nacionais. Como destaca Campbell (1998, p. 57-75), na estratégia hobbesiana, o Estado ocupa o lugar deixado vago por Deus, para o que necessita conjurar o medo do invisível e do desconhecido, resultado da ignorância envolta nos conflitos religiosos. Como resultado, esse medo é escorraçado para o mundo extramuros, doravante sede da anarquia e do perigo, os quais ameaçam fazer retornar o estado de natureza no âmbito interno. Assim, no sentido schmittiano, por necessitar garantir a paz social, o Estado deve ter autonomia absoluta para decidir. Com base nisso, Campbell destaca que a política externa não pode ser entendida como o estabelecimento de pontes entre Estados cujas identidades estão seguras e previamente dadas. A partir de Foucault, afirma que a política externa é antes uma performance política que vigia e disciplina constantemente a demarcação da fronteira entre dentro e fora por meio da produção discursiva do perigo atribuído ao outro, ao inimigo, ao estrangeiro. Esse homem racional e nacional carrega os polos valorativos positivos da verdade, da ordem e da sanidade; o outro é sua negação como o falso, a desordem, o irracional e o patológico⁵¹. Os contextos históricos de crise política, econômica e social galvanizam o impacto dos discursos de perigo e reforçam a necessidade de se demarcar uma identidade nacional como não movediça e anatematizar o outro desconhecido. Se o Diabo habita os arcanos do coração, com razão o maior perigo ao corpo político é o inimigo interno. Conforme veremos, para o caso do Brasil, movido pela necessidade de reagir à crise, o regime militar estabelecido em 1964 seria pautado por um discurso de reforço de segurança contra o inimigo interno, patologizado na figura do comunista, o que o conduziu a decidir sobre o estado de exceção.

É nesse contexto, conforme veremos adiante no capítulo V, que o modelo de autonomia no espaço chega ao debate brasileiro sobre autonomia. Fundada em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) seria o ninho da elaboração de teses geopolíticas

⁵¹ Nesse aspecto, a delimitação do dentro/fora e do amigo/inimigo não configura apenas a essência do político e do geopolítico, senão também implica distinções hierárquicas de ordem moral entre superior e inferior que vão de encontro ao projeto kantiano da hospitalidade: “Danger constitutes more than the boundary that demarcates a space; to have a threat requires enforcing a closure on the community that is threatened. A notion of what ‘we’ are is intrinsic to an understanding of what ‘we’ fear. What this highlights is that there is an axiological level that proffers a range of moral valuations that are implicit in any spacialization. The construction of social space that emerges from practices associated with the paradigm of sovereignty thus exceeds a simple geographical partition: it results in a conception of different moral spaces. In other words, the social space of inside/outside is both made possible by and helps constitute a moral space of superior/inferior, which can be animated in terms of any number of figurations of higher/lower.” (CAMPBELL, 1998, p. 73)

sobre a posição e as ambições do Brasil no mundo. Contando com alguns ex-pracinhas entre seus idealizadores, a ESG colheu influência decisiva da visão dos Estados Unidos sobre a Guerra Fria na década de 1950, época do florescimento do realismo político na academia e na política externa norte-americanas. Inicialmente, as teses da ESG privilegiariam o lugar do Brasil como aliado da superpotência em sua tarefa de contenção do comunismo na América do Sul. Na perspectiva dos militares brasileiros, o sistema internacional seria um ambiente de hierarquia de poder. Assim, tomando-se como premissa o diagnóstico weberiano da Modernidade – processo de modernização tecnológica desigual entre os Estados – aplicado a um país em desenvolvimento como o Brasil, a autonomia no espaço defendida pelos militares implicaria a ascensão do país nesse hierarquia de poder via modernização conservadora. No final da década de 1960, em face da corrosão da hegemonia norte-americana e do “milagre econômico” que se inicia, os militares convertem a autonomia no espaço em um ambicioso projeto de potência, o qual não excluiria até mesmo eventuais fricções com os Estados Unidos. Internamente, de forma paradoxal, essa autonomia no espaço, sob o regime militar, não comprometido com a ideia de emancipação, implicaria reduzir o espaço de autonomia do indivíduo e da sociedade civil em face do agigantamento do Estado repressivo em sua guerra contra o inimigo interno.

Nesse sentido, segundo aponta Harvey (1989, p. 282-283), a Segunda Guerra Mundial e o período que a sucedeu implicaram o triunfo da geopolítica e da estetização da política após a tentativa mais ou menos malograda de se restaurar o projeto liberal do Esclarecimento no entre-guerras via moralismo wilsoniano. Em sua visão, a geopolítica e a intervenção estética na política costumam acarretar posturas de tipo reacionário e nacionalista. Significativamente, Harvey exemplifica a construção de Brasília, planejada por Oscar Niemeyer a um governo populista, no entanto instrumentalizada estética e espacialmente pelos militares que assumiriam o poder em 1964. Conforme veremos nos capítulos III e IV, a perspectiva dos intelectuais do ISEB, ligados à administração de Juscelino Kubitschek, entendia a inauguração de Brasília como um marco no projeto de emancipação da nação e do povo brasileiros, situada dentro de uma filosofia da História. Ao lado da estetização reacionária da política, as décadas imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, caracterizadas, conforme vimos, pela processo de rechaço ao colonialismo, também implicaram a reativação dos aspectos de justiça da agenda do Esclarecimento, de que a Revolução Bolchevique e o marxismo – em que pesem os evidentes problemas do “socialismo real” – eram os herdeiros fundamentais, porém no

novo contexto aplicados ao emergente debate Norte-Sul. É nesse ponto que o tema do colonialismo econômico e da autonomia via industrialização socialmente inclusiva ganhará lugar entre alguns intelectuais brasileiros, ao passo que o pensamento militar enfatizará os aspectos ligados à segurança nacional.

É objeto central deste trabalho fazer a genealogia – ou críticas das origens – do debate acerca do conceito de autonomia no Brasil, que parece-nos candente entre meados da década de 1950 e da década de 1970. Tendo-se em vista a aplicação conjunta dos métodos arqueo-genealógico e da história dos conceitos, queremos pensar os tipos recém delimitados – “autonomia no tempo” e “autonomia no espaço” – como índices de regularidade de distintas formações discursivas cada qual com formulações próprias do conceito de autonomia aptas a descrever dois conjuntos de arcabouços teóricos oriundos, respectivamente, de intelectuais e militares do período histórico mencionado. Especificamente, pensamos o conceito de autonomia dos intelectuais conectado ao conceito paralelo de emancipação, ao passo que o dos militares conecta-se ao conceito de segurança nacional. De sua parte, parece-nos que os diplomatas, em especial no que se refere à Política Externa Independente (PEI), de 1961, encastelados numa tradição bacharelesca e agrária prévia a nosso processo de modernização – convencionalmente situado a partir da década de 1930 – inicialmente resistiram ao potencial emancipador da agenda de autonomia proposta pelos intelectuais, interessados em manter suas posições sociais e principalmente por resistirem a abrir mão da formulação e condução da política externa do país, historicamente ligada ao americanismo. A partir do regime militar, parece-nos que os diplomatas absorveram a agenda de autonomia no espaço dos militares em troca da manutenção de sua própria autonomia de corpo em face das cassações políticas. Dessa forma, ao revés do que se considera adequado, pensaremos os diplomatas como corporação mais reativa do que ativa no debate autonomista que emergiu no Brasil dos anos 1950. Portanto, esse é o cerne de nossas hipóteses.

Esse binômio autonomia no tempo – autonomia no espaço será utilizado, ademais, tendo-se como premissa a suspensão da diferença entre âmbito doméstico e âmbito internacional. Assim, não se trata de propor mais um rótulo de autonomia para o estudo da história da política externa do Brasil. Em outros termos, cada tipo pressupõe um amálgama entre interno e externo. Autonomia no tempo significa não apenas a ideia de emancipação dos povos ao longo do tempo, senão também emancipação interna dos cidadãos por meio de direitos fundamentais. Por sua vez, autonomia no espaço implica enfatizar as disputas de espaço de poder entre os Estados, o que implica o correlato de

um modelo político interno autoritário, onde o espaço de autonomia do indivíduo seja reduzido em nome da segurança nacional. Por esse motivo, rechaçamos a equiparação de períodos de política externa do Brasil sem atenção aos contextos domésticos sob alegação de que há continuidade na história diplomática do país. É também preciso pensar a correlação existente entre as duas concepções de autonomia – no tempo e no espaço –, em que pese sua ambivalência constitutiva, com referência a paradigmas aptos a explicar as opções de política externa brasileira nos períodos históricos da democracia populista e do regime militar. Nesse sentido, propomos conjugar os esforços de Cox, que reflete sobre os paradigmas historicista e positivista-realista, e Onuf, que busca problematizar a divisão tradicional entre autoridade e anarquia por meio da aplicação da tipologia weberiana do *Herrschaft* para as estruturas de hegemonia e hierarquia.

No século XIX, os paradigmas historicista e positivista emergiram como os herdeiros do Iluminismo e buscaram trabalhar de modos distintos a teoria do progresso. Associado ao pensamento de Augusto Comte, o positivismo manteve o universalismo dos *philosophes*, filtrado contudo por uma agenda conservadora não emancipatória que respondeu com preocupação os excessos da Revolução Francesa. Na experiência alemã, como vimos, Hegel tornou-se a referência para o historicismo, o qual buscou articular um projeto emancipatório dentro da perspectiva do particularismo histórico e cultural. O positivismo parte da possibilidade de se conhecer a sociedade por meio de leis objetivas e universais espelhadas no modelo de investigação das ciências naturais. A lei dos três Estados de Comte – teológico, metafísico e positivo – assume a sucessão progressiva do tempo com fundamento mecânico-formal. Por sua vez, a natureza humana é considerada imutável. No historicismo, o intelectual vê a si próprio como subjetividade engajada no processo de emancipação e transformação social, e as sociedades são pensadas em suas particularidades irredutíveis às leis naturais (BARROS, 2011, p. 64-71). No âmbito das relações internacionais, essas duas *Weltanschauungen* foram herdadas respectivamente pelo realismo e pelo marxismo. Como destaca Cox (1996, p. 53-58), o positivismo detecta leis de *a priori* histórico nas estruturas políticas, econômicas e sociais, as quais se presumem como imutáveis, o que acarreta a reificação do *status quo* e a manutenção da lógica hierárquica de poder. Por sua vez, o historicismo explora as contradições dessas estruturas e seus momentos de transformação, com o que valoriza a agência e submete o *status quo* à crítica e contestação. Nesse sentido, o positivismo-realismo tem uma visão pessimista do indivíduo, e busca submetê-lo a metas de segurança nacional; o historicismo quer aperfeiçoá-lo e emancipá-lo.

Dentro da linha construtivista, Onuf e Klink (1989, p. 150) buscam superar a dicotomia entre interno e externo, comunidade e anarquia, por meio da construção de um paradigma centrado na regra (*rule*), não no poder. Em sua visão, a regra é a característica distintiva de toda sociedade política, seja no âmbito das relações internacionais, seja no âmbito da sociedade civil. Nesse sentido, os autores (1989, p. 159-161) propõem três modelos de entendimento do paradigma da regra, isto é, a hegemonia, a hierarquia e a heteronomia. Associada a Gramsci, a hegemonia opera com base em *instruction-rules* emitidas por atores supraordenados, de maneira que os atores subordinados não compreendam seu papel subalterno, pois estão inculcados com a ideologia dos criadores das regras, os quais monopolizam sua atribuição de sentido. Por sua vez, a hierarquia, vinculada à burocracia em Weber, funciona como um arranjo de *directive-rules*, as quais percorrem de alto a baixo uma cadeia vertical de comando. Significativamente, por meio da reinterpretação de Kant, o terceiro paradigma da regra baseia-se não na autonomia, mas na heteronomia. No sistema kantiano, os indivíduos são prudentes e racionais. Racionalidade, conforme vimos, implica um comportamento ético não condicionado e voltado a fins. Por outro lado, a prudência tem a ver com um comportamento condicionado a situações contingentes. A autonomia relaciona-se à razão; a prudência, porque condicionada, à heteronomia. Na visão dos autores, a autonomia é uma ilusão, pois a realidade social revela a prevalência da heteronomia⁵². Esse paradigma de heteronomia ampara-se em *commitment-rules*, quando dois atores cooperam e prometem perseguir os melhores meios possíveis a seus objetivos comuns, de modo que as promessas convertem-se em deveres recíprocos.

Nesse sentido, Onuf (1989, p. 196-227) busca equiparar a tipologia weberiana do *Herrschaft* – termo alemão que traduz por *rule* – a seu paradigma da regra aplicado às relações internacionais. Associada ao tipo racional-legal, a *hierarquia* é o paradigma mais próximo ao pensamento weberiano. Seu modelo é a cadeia militar de comando, a burocracia administrativa e a noção de pirâmide, também utilizada por Kelsen para a compreensão do critério de validade das normas jurídicas. Por sua vez, a *hegemonia* ecoa o tipo carismático, no qual o líder exerce convencimento com base nos poderes

⁵² “For Kant, the point is that rationality and autonomy are conditions transcending social reality. They must be stipulated to investigate moral conduct. For us, the point is that heteronomy describes the actual situation of people relating available means to particular ends. Nevertheless, when people are self-conscious about their individual behavior, they are inclined to see themselves as rational and autonomous. Kant’s transcendent conditions are nothing more than the conclusions that some and perhaps most self-conscious people draw from participating in heteronomous social relations. The social reality of heteronomy begets an awareness of behavior that in turn begets the illusion of autonomy. Heteronomy prompts obfuscation of its own social reality.” (ONU & KLINK, 1989, p. 161)

excepcionais de sua personalidade. Com base em Kant, a *heteronomia* é o caso mais comum na realidade, contudo, a consciência dos agentes acerca de suas ações cria a *ilusão de autonomia*. De acordo com Onuf, o fetichismo em Marx é uma boa ilustração dessa relação ambígua. Por um lado, a comodificação do trabalho e dos bens define-os a partir de seu valor de troca no mercado, o que cria a ilusão de autonomia de todo indivíduo como comprador/vendedor; por outro, a ideia de autonomia é parte da alienação que mascara a heteronomia presente em relações materiais assimétricas. É nesse aspecto que heteronomia e hegemonia de classe interpenetram-se. No âmbito da economia política internacional, como vimos na teoria do imperialismo, essa dinâmica hegemônica reproduz-se na relação entre países ricos e pobres, igualmente autônomos em aparência, porém materialmente desiguais. Na visão de Gramsci, a hegemonia combina consenso e coerção. Na maior parte dos casos, seu aspecto ideológico garante a conformidade de comportamento dos subordinados; em casos excepcionais, é preciso recorrer à força (COX, 1983, p. 164). Assim, a potência hegemônica utiliza a ilusão de autonomia como parte de sua estratégia de convencimento. Por sua vez, a hierarquia aplica-se melhor às situações referentes ao poder militar e à ordem internacional.

Parece-nos adequado fazer o cruzamento dos modelos de Cox e Onuf e aplicá-los ao caso do Brasil, ao qual passaremos subsequentemente, levando-se em conta sua vantagem analítica e heurística. Assim, por um lado, o entendimento da autonomia no tempo como emancipação implica uma visão de mundo historicista e transformativa. Essa será a situação dos intelectuais engajados brasileiros atuantes entre as décadas de 1950 e 1970. Segundo vimos em Wallerstein, essa é a quadra histórica do apogeu da hegemonia norte-americana. Com ênfase na análise das raízes do colonialismo, esses intelectuais estarão voltados para os aspectos de desigualdade econômica e alienação cultural associados à posição dos Estados Unidos no mundo e em relação à América Latina e ao Brasil. Nesse sentido, sua luta política atuará em duas frentes principais: desmascaramento do componente ideológico da hegemonia norte-americana e destaque das limitações da autonomia política – porém heteronomia econômico-cultural – do país; defesa da emancipação da população no contexto das lideranças carismáticas da democracia populista e da obtenção de autonomia na política externa com fim em uma estrutura internacional mais justa. Por outro, a autonomia no espaço como segurança implica uma visão positivista-realista mais estática. De sua parte, o pensamento militar brasileiro estará voltado para a modulação conservadora do desenvolvimento em face da segurança nacional. Prudencialmente, os militares reconhecerão a hierarquia de poder

internacional e a posição dos Estados Unidos na agenda de segurança da Guerra Fria. É com base nas regras dessa hierarquia que buscarão a ascensão de poder do país. Assim, amparado na ameaça do inimigo interno, o regime autoritário construirá sua própria hegemonia regional voltada à proteção e projeção geopolítica do território nacional.

Do ponto de vista mais amplo das Relações Internacionais, queremos pensar o caso do Brasil como exemplo do possível esgotamento do conceito de autonomia dentro do marco da Modernidade, para o que é crucial problematizar suas origens, de modo a sugerir sua contingência como construção histórica. Desde de sua emancipação política, o Brasil absorveu os aspectos fundamentais da legitimidade da sociedade internacional europeia em expansão, entre os quais o próprio conceito moderno de autonomia. Em especial a partir da década de 1950, período de acelerado crescimento industrial e de diversificação social no país, o debate de autonomia tornou-se mais complexo dentro de um contexto de tensão entre os anseios de segurança e emancipação. Por um lado, parecia necessário caminhar em direção à emancipação individual e humana, sobretudo tendo-se em vista o legado multissecular da escravidão. Ao lado disso, a situação do Brasil como país periférico e dependente implicava a busca por autonomia no cenário internacional. Por outro, também parecia imperioso balizar o processo temporal de desenvolvimento na moldura espacial da segurança, o que implicaria reinvestir uma vez mais na autonomia do Estado nacional sobre a autonomia do indivíduo. Assim, parece-nos que essa tensão nunca resolvida entre universal e particular, tempo e espaço, dentro e fora foi herdada na formação brasileira como elemento congênito da Modernidade que seria preciso problematizar. Nesse aspecto, seguimos a intuição de Walker:

A formulação de uma tradição de RI como a negação de uma tradição sobre a comunidade política, dentro de um espaço delimitado autônomo, deve ser o ponto crucial para trabalhar com as teorias contemporâneas da política internacional, justamente por focar o caráter recente e bastante problemático das autonomias e divisões às quais Maquiavel e, em geral, a Europa do início da Modernidade, tiveram de lidar. (WALKER, 2013, p. 72)

Essa estrutura moderna de subjetividades autônomas, formulada na Europa do século XVI e extrapolada ao mundo via expansão europeia, com espaços de separação entre interno e externo, ego e alter, pressupunha, conforme vimos, a analogia com o modelo cosmológico de tempo-espaço associado a Copérnico, Galileu e Newton, bem como ao império da razão anunciado por Descartes, problematizado por Kant. Desde o ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo industrial, a virada do século XIX para o século XX, como bem destaca Weber, implicaria um processo de fortalecimento

das burocracias nacionais, comprometidas com as injunções produtivas da Segunda Revolução Industrial. Desde a publicação da teoria da relatividade e das descobertas assustadoras da mecânica quântica, contudo, nossa analogia cosmológica da autonomia entrou em uma lenta crise de representação. Na concepção de Harvey (1989, p. 284-285), a Modernidade tardia acarretou, desde a década de 1970, em face da Revolução Técnico-Científica (RTC), uma nova etapa de “acumulação flexível” para o capital, por meio de nova compressão do espaço-tempo. Como consequência, principalmente, do choque do petróleo de 1973, o modelo keynesiano-fordista entrou em deterioração, seja porque as burocracias nacionais tiveram dificuldades adicionais para lidar com as incertezas e a volatilidade dos fluxos de capital, seja porque o encarecimento do barril de petróleo começou a agravar a dependência de combustíveis fósseis. Por sua vez, a derrocada do bloco soviético, desde 1989, levaria o processo de crise a um estágio terminal, marcado pela descrédito nas promessas do marxismo, último reduto ainda fiel à filosofia da História e à crença moderna no progresso.

A crise de representação sofrida pela Modernidade desde o fim do século XIX tem solapado lentamente a ideia de sujeito autônomo. Como pontua Rosenau (1992, p. 44-50), Nietzsche e Freud foram fundamentais na exposição da crise narcísica. De sua parte, Nietzsche vociferou contra o sujeito, por ele considerado uma ficção ou invenção do humanismo moderno, por meio de sua mordaz crítica a um só tempo anti-religiosa e anti-racionalista. Em sua mira, estava a razão cartesiana, proclamada autônoma em face da loucura e capaz de tudo conhecer, bem como a razão kantiana, fundamento ético que buscou substituir o vácuo deixado pela retração do Cristianismo no Ocidente. Por sua vez, Freud expôs em plena Europa vitoriana a perturbadora ideia de que nossa razão deveria sempre conviver com um teatro de sombras situado no nível inconsciente e entregue à satisfação desenfreada das pulsões de vida e morte. Antes deles, e contra o antropocentrismo humanista, Darwin anunciava em sua teoria da evolução que não somente o Universo não havia sido criado em função do homem, mas também que o homem não era uma peça rara na Natureza. A crise do projeto do Esclarecimento, com a barbárie das guerras do século XX, pôs a nu os limites da emancipação humana, assim como da adequação de um sistema internacional constituído com base em entidades autônomas entre si, com o monopólio do uso da violência. Essa crise do sujeito teve profundas implicações de ordem epistemológica, ao se por em questão a separação entre sujeito e objeto, pilar central do método científico. Por outro lado, em um mundo pós-

colonial, a ideia de um sujeito autônomo pode ser vista como uma armadilha do humanismo, uma justificação ao imperialismo e à dominação ocidentais.

Essa etapa final da crise de representação do projeto do Esclarecimento, situada no contexto da Modernidade tardia, impactou sobremaneira a disciplina de Relações Internacionais no marco do terceiro debate. De acordo com Ashley (1987, p. 404-405), autor exemplar da posição mais radical do pós-estruturalismo, seria preciso adotar uma postura crítica em face das abordagens positivistas que dominaram o debate até a década de 1980, seja o realismo político, calcado na polarização entre comunidade e anarquia, sejam os enfoques internacionalistas opostos dos liberais da interdependência e dos neo-marxistas da teoria da dependência, visto que em todos os casos não se estava problematizando o sujeito autônomo – Estados, grupos ou classes sociais. Nesse ponto, Ashley (1987, p. 407-411) sugere a atitude genealógica de Foucault como uma maneira de se desestabilizar a autonomia e pensá-la como resultado histórico e contingente de um jogo de forças de poder. Assim, em lugar do tempo e da História modernos, lineares, homogêneos, globais e teleológicos, a genealogia – conforme vimos – submete a ideia de continuidade de estruturas históricas amparadas em identidades seguras e verdades universais à descrição das estratégias de imposição e resistência que as constituíram. Em lugar da ideia de espaço homogêneo e delimitado, a genealogia busca descrever a emergência histórica, conquista, circunscrição e administração desses espaços. Assim, as subjetividades autônomas, legado da Modernidade, são analisadas com suspeita e ênfase em sua precariedade como resultado histórico de lutas de poder. Conforme ficou claro nas seções anteriores, é essa atitude de suspeita que tomaremos na análise que segue acerca da emergência do debate autonomista no Brasil.

Dentro do espírito da “virada filosófica” em Relações Internacionais, como adiantamos, parece-nos importante situar o debate autonomista no Brasil com referência ao pensamento ocidental. Assim, não nos parece possível precarizá-lo sem fazermos a escavação de seus pressupostos epistemológicos, ontológicos e axiológicos. Por um lado, é preciso entender que cada uma das discursividades que passaremos a descrever possui em seu conceito-núcleo de autonomia distintos entendimentos da correlação entre tempo e espaço. Vimos acima que os próprios conceitos correntes de tempo e espaço têm sua historicidade amarrada à emergência, expansão e consolidação da Modernidade ocidental. Evidentemente, o país Brasil não apenas não escapa a tais padrões mentais, como foi dotado de *sentido histórico* como engrenagem do sistema internacional de Estados soberanos e do sistema econômico capitalista. Sua busca por

autonomia é também seu desejo de *completar-se* como país à luz das práticas de poder e dos conceitos disponíveis desde o advento da Modernidade – dos quais *autonomia* é um dos exemplos. Entre as décadas de 1950 e 1970, esteve em curso acirrada luta discursiva acerca do melhor percurso a seguir. A depender das soluções que cada conceito de autonomia em disputa encontrava para a correlação entre tempo e espaço – entre fatos, ciclos de repetição e estruturas –, variariam os ritmos e escopos das mudanças a serem politicamente implementadas no país. Do ponto de vista ontológico, cada solução também imbricava visões distintas acerca da natureza do sistema internacional e mesmo da natureza humana.

Por outro lado, cada ontologia embutida nos conceitos de autonomia teria que resultar em juízos de valor e agendas normativas diferentes. Vimos acima como é ambígua e inversamente proporcional a relação entre emancipação e segurança – de resto também exemplos de conceitos modernos. Com base na descrição discursiva que faremos do debate autonomista no Brasil, veremos como *intelectuais engajados* enfatizaram o polo emancipatório a partir da crença nas qualidades inerentes do tempo futuro. Por sua vez, o *pensamento diplomático* manteria uma posição cautelosa e conservadora a respeito das possibilidades de emancipação, assim como moderada e astuciosa no tocante à segurança. De sua parte, o *pensamento militar* verá o vetor de emancipação com extrema suspeita e buscará submetê-lo ao imperativo maior da segurança nacional. Paralelamente, cada conceito de autonomia resultará em visões distintas da natureza das relações internacionais e das melhores opções de inserção ao país. Designaremos tais discursividades respectivamente como *crononomia*, *nomonomia* e *geonomia*. Não se trata, entretanto, de tentativa de construção de novos paradigmas. Como afirmamos, não supomos poder encontrar a nova verdade ao final do caminho, mas somente indicar a possibilidade de outra interpretação. Mais do que isso, esses três conceitos resultarão da *necessidade* e da *utilidade* descritiva e analítica, de modo que são aplicáveis *apenas* ao contexto histórico específico de que trataremos – quando muito. A partir deles, pensamos ser possível por um esforço de anti-método delimitar três formações discursivas com distintos índices de inteligibilidade para o conceito de autonomia; assim, poderemos tentar efetivar o *atravessamento* da fronteira entre política interna e política externa. Suspendamos portanto os universais.

CAPÍTULO III

ROMPER E ANUNCIAR

3.1 Autonomia e heteronomia

Com base nas questões teóricas e metodológicas que situamos anteriormente, buscaremos *descrever uma formação discursiva* que percorre, segundo entendemos, o pensamento de intelectuais brasileiros que atuaram entre fins da década de 1940 e princípios da de 1970, tomando-se *seu conceito de autonomia como índice de sua regularidade enunciativa*. Em um primeiro momento, pensamos ser possível delinear sua estrutura de conceito e contra-conceito, autonomia e heteronomia. Conforme visto em Koselleck, um dado conceito pode servir para criar unidade e delimitar a identidade de certos grupos políticos e sociais. Nesse movimento, circunscreve-se um “nós” em exclusão a um “eles”, limite que também estabelece as condições de possibilidade do próprio agir político. Em tais casos, um grupo faz uma reivindicação excludente à generalidade, por meio da aplicação de um conceito universal apenas a sua situação singular e concreta e do rechaço à comparação com outros grupos. A partir desse mecanismo relacional de autodefinição, surgem os contra-conceitos, os quais funcionam como classificações assimétricas para a definição do “outro”. Nesse sentido, parece-nos

que esses intelectuais associaram a si próprios o conceito de autonomia, reservando a heteronomia a seus grupos políticos e sociais antagônicos, militares e diplomatas.

Na experiência histórica brasileira, conforme destaca Velloso (1987, p. 1-18), caracterizada por estrutura patriarcal e contingente elevado de analfabetos, o intelectual buscou atuar como consciência privilegiada do nacional e reivindicou para si o papel de guia e intérprete do povo destituído de capacidade de discernimento. Em momentos de mudança histórica, os intelectuais chamaram a si não apenas a função de arautos da renovação nacional, senão também de *prophètes philosophes* ou prenunciadores de grandes mudanças no futuro. Essa identidade de grupo plasmou-se no pertencimento a gerações distintas. Por exemplo, a “geração de 1870”, dominada por republicanos, positivistas e abolicionistas, buscou fazer a crítica do modelo imperial com base em ideais de racionalidade e ciência; por sua vez, a “geração de 1920”, calcada na ruptura modernista, buscava colocar em xeque a cosmovisão oligárquica da Primeira República. A partir da década de 1930, segundo a autora, teve início um movimento de simbiose entre os intelectuais brasileiros e a política, doravante vistos como intermediários entre o Estado varguista e a sociedade. Na Primeira República, predominava a concepção de que o intelectual deveria refugiar-se em uma “torre de marfim” distanciada das lutas políticas e dedicar-se a um trabalho de especulação abstrata. Esse modelo de intelectual, associado por Machado de Assis à função da Academia Brasileira de Letras, reiterava o caráter marginal do intelectual engajado, cujo exemplo maior foi Lima Barreto. No Estado Novo, Vargas integrou o intelectual como colaborador na máquina estatal para a construção da nacionalidade. Sob o comando de Gustavo Capanema, o Ministério da Educação incluiu nomes como Drummond, Mário de Andrade e Portinari. Desde então, a metáfora da “torre de marfim” designaria o “intelectual alienado”, alheio a sua função social nos destinos do país.

Em 1945, surgiu nova geração de intelectuais, caracterizada pelo radicalismo de classe média, a qual buscou fazer a crítica do modelo repressivo do Estado Novo e da ótica senhorial associada sobretudo à obra de Gilberto Freyre. Tratava-se de combater as limitações da ditadura varguista impostas à liberdade de pensamento e expressão, assim como representar ideologicamente o povo sem os arreios do discurso oficial. Nesse ano, o I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, marcou de modo significativo a abertura da nova geração em consonância com a queda de Vargas e a redemocratização do Brasil após o fim da Segunda Guerra Mundial. Compareceram intelectuais representantes de todos os estados do país, assim como estrangeiros como

Roger Bastide e o exilado Jaime Cortesão. Entre os vários presentes, podemos destacar Sérgio Milliet, Antonio Candido, Caio Prado Jr., Fernando de Azevedo, Jorge Amado, José Honório Rodrigues, Rachel de Queiroz, Luís da Câmara Cascudo e Otto Maria Carpeaux. Não puderam comparecer Drummond, Amoroso Lima e Álvaro Lins. Os debates envolveram diversos temas como o nacionalismo, a reforma agrária, o ensino gratuito e o padrão intelectual nas universidades. De autoria de Pontes de Miranda, uma das teses aprovadas no Congresso afirmava a necessidade de se conciliarem os princípios democráticos, a liberdade de expressão e o planejamento do desenvolvimento econômico (MOTA, 2014, p. 149-191).

Na década de 1950, essa nova geração de intelectuais esteve envolvida no debate acalorado do nacionalismo e do desenvolvimento. Como bem salienta Sola (1982, p. 10-23), em meados da década, entre o suicídio de Vargas e a ascensão de Kubitschek, os intelectuais *técnicos* desenvolvimentistas, com formação em economia, emergiram com força no cenário político. A autora divide-os em dois subgrupos – nacionalistas, cujo maior representante foi Celso Furtado; e cosmopolitas, centrados na figura de Roberto Campos, diplomata-economista. Ambos eram *técnicos* desenvolvimentistas, contudo, divergiam a respeito do alcance e dos beneficiários do intervencionismo estatal na economia⁵³. Para efeitos deste trabalho, consideraremos como *engajados* o primeiro grupo, na medida em que ampararam-se no estruturalismo cepalino como ideologia para a interpretação e a transformação da realidade brasileira, a qual visava não apenas fomentar o efeito empresarial do crescimento econômico, mas também a reforma social. Como destaca Sola, Celso Furtado pensava a reforma econômica e social dentro de uma racionalidade kantiana de fins em contraposição à racionalidade weberiana de meios que viria a caracterizar os tecnocratas a partir do final da década de 1960. É só após 1964, com a despolitização da sociedade promovida pelo regime militar, que irá emergir a figura do tecnocrata, economista-rei aparentemente não ideológico cujo exemplo

⁵³ “The political issue which divided the *técnicos* into two camps in the 1950s was the question of the scope and the purpose of state interventionism: who the beneficiaries were to be, and what the implications were for the extension of democracy in Brasil, and the mode of the country’s insertion into the international economic system. For reasons that will become apparent, therefore, we shall find it necessary to distinguish between *técnicos nacionalistas* and *técnicos cosmopolitas* within the developmentalist camp, following Jaguaribe’s classification of the other political actors.” (SOLA, 1982, p. 18). Argumenta a autora que a convergência entre os dois grupos foi característica dos *years of confidence* do governo JK, sobretudo porque o crescimento econômico da industrialização esteve voltado a estimular o efeito empresarial do desenvolvimento. A partir de 1961, contudo, os dois grupos colocaram-se em lados opostos, uma vez que em face da crise econômica os técnicos cosmopolitas enfatizaram a necessidade de estabilização monetária, ao passo que os nacionalistas almejaram estender os limites da democracia brasileira em direção às reformas sociais. Mais abaixo veremos a análise de Helio Jaguaribe acerca do nacionalismo brasileiro.

maior foi Delfim Netto. De sua parte, Roberto Campos, parte da equipe econômica de Castello Branco, será o elo de ligação entre técnicos cosmopolitas e tecnocratas.

Na visão de Bielschowsky (2000, p. 33-35), o pensamento econômico no Brasil do período entre 1945 e 1964 divide-se em cinco correntes. Com núcleo principal na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e nas figuras de Eugênio Gudim e Octávio Bulhões, a corrente neoliberal defendia a livre movimentação das forças de mercado como meio de atingir eficiência econômica, opunha-se ao planejamento estatal da industrialização e priorizava o equilíbrio monetário e financeiro. Amparados na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e em Roberto Simonsen, os desenvolvimentistas do setor privado eram anti-liberais e defendiam o apoio estatal à acumulação de capital na indústria. As outras duas subcorrentes do desenvolvimentismo são as mencionadas: liderados por Roberto Campos e Lucas Lopes, os não nacionalistas defendiam o apoio do Estado à indústria, porém aproximavam-se dos neoliberais em sua ênfase em políticas de estabilização; de sua parte, os nacionalistas, encabeçados por Celso Furtado e Rômulo de Almeida, opunham-se a tais políticas por receio a períodos de recessão. Por fim, os marxistas – tais como Nelson Werneck Sodré – pensavam a industrialização como etapa necessária ao desenvolvimento das forças produtivas em direção ao socialismo. Desde a década de 1950, o nacionalismo brasileiro adquiriu um significado duplo; como projeto nacional de desenvolvimento e como instrumento de mobilização popular. No segundo governo Vargas, o pensamento cepalino tornou-se bastante influente no Brasil, e os técnicos desenvolvimentistas nacionalistas colocaram-se como porta-vozes do povo com o objetivo de estender o alcance da democracia brasileira (SOLA, 1982, p. 25-26).

Com base nisso, iremos circunscrever o conceito de *intelectual engajado* apenas aos pertencentes às duas últimas correntes do pensamento econômico: estruturalistas e marxistas. A contribuição intelectual da CEPAL ao debate no país, cujo elo principal foi Celso Furtado, não pode ser subestimada. Sob influência do historicismo, o Brasil era visto como exemplo do desenvolvimento histórico específico das economias periféricas, em contraposição à alegada aplicabilidade universal do liberalismo ortodoxo. Uma vez que o diagnóstico dos problemas brasileiros era específico, as soluções também o eram. Desse modo, seria fundamental discernir as causas estruturais do subdesenvolvimento e revertê-las por meio de reformas econômicas e sociais afeitas à realidade brasileira. Em nossa visão, os intelectuais que compuseram o ISEB também devem ser considerados *engajados*, sobretudo por sua elaboração da ideologia do nacional-desenvolvimentismo. Considerado individualmente, cada qual terá suas próprias nuances de pensamento, o

que evidentemente não exclui divergências com os demais. Entretanto, a partir do pensamento cepalino e isebiano, bem como o de outros importantes intelectuais que abordaremos, iremos descrever uma regularidade discursiva centrada em um conceito de autonomia associado aos conceitos modernos de *tempo* e *emancipação*.

De acordo com Helio Jaguaribe (2005, p. 31-33), o movimento intelectual que deu origem ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) remonta ao fim da década de 1940, quando um grupo de intelectuais sob sua direção teve acesso por intermédio de Augusto Frederico Schmidt à 5ª página do *Jornal do Commercio*. Entre suas preocupações, havia a vontade de compreender a correlação entre uma visão geral da cultura universal e a problemática brasileira em sua especificidade. Tal movimento encontrou repercussão entre os intelectuais paulistas, sobretudo através de Roland Corbisier, então redator-chefe de *O Estado de S. Paulo*. Posteriormente, João Cleofas, ministro da Agricultura do segundo governo Vargas, ofereceu aos dois grupos o acesso ao Parque Nacional de Itatiaia, a meio caminho entre Rio de Janeiro e São Paulo, onde tomaria sede o “Grupo de Itatiaia”, no seio do qual ocorreriam reuniões mensais para discussão de temas brasileiros ligados ao desenvolvimento. Havia, contudo, diferenças de procedência ideológica entre ambos os grupos, uma vez que os paulistas eram em sua maioria ex-integralistas e voltados à filosofia, ao passo que os cariocas provinham do trotskismo e das ciências sociais.

Entre os paulistas, apenas Corbisier, o qual caminharia em direção ao marxismo, integrou-se ao grupo dos cariocas. Por meio dessa alteração de quadros, o “Grupo de Itatiaia” ganhou contorno institucional com a criação, sob a direção de Jaguaribe, do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), o qual se mantinha somente das contribuições pecuniárias de seus membros. Dessa iniciativa, surgiria a revista *Cadernos de Nosso Tempo*, dirigida e custeada diretamente por Jaguaribe, a qual teria somente cinco edições. Das dificuldades financeiras decorreu a necessidade de se transformar o IBESP em uma instituição pública. O projeto entregue por Jaguaribe ao Ministério da Educação de Vargas previa a criação de algo similar ao Collège de France no Brasil (2005, p. 33). Em 1954, sob a presidência de Anísio Teixeira, a CAPES firmou convênio com o IBESP para a organização de curso intitulado “Os problemas de nossa época”, o qual seria o embrião do ISEB, oficialmente instituído em julho de 1955 como entidade subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Em certa medida, o ISEB seria a contrapartida da Escola Superior de Guerra (ESG). Como “Escola Superior

da Paz”, um dos nomes que se cogitou inicialmente, o ISEB voltou-se à formulação da ideologia do desenvolvimento nacional (TOLEDO, 2005, p. 143).

De sua fundação até fins de 1958, com orientação predominante de Jaguaribe, o ISEB percorreu sua chamada fase problematizante. Sob sua escolha, Corbisier assumiu o posto de diretor do Instituto em um momento em que suas ideias convergiam. Nessa etapa, tratava-se de identificar e equacionar os problemas brasileiros tendo-se em conta a moldura de referência de ideias da Europa Ocidental. Conforme a visão de Jaguaribe (2005, p. 34), a direção inicial do ISEB voltava-se a aprofundar o lema da revista *Cadernos de Nosso Tempo* – “O Brasil, na perspectiva de nosso tempo. Nosso tempo, na perspectiva do Brasil.” O ISEB oferecia cursos anuais nas áreas de Ciência Política, Economia, Sociologia e História, bem como procedia à publicação de livros de autoria de seus membros. No final de 1958, sobreveio a querela em torno da publicação de *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, de Helio Jaguaribe, a qual determinaria sua saída do ISEB. Segundo a visão do autor (2005, p. 36-37), o sociólogo Guerreiro Ramos, integrante do grupo, buscava convertê-lo em agência mobilizadora das energias populares de modo a conduzir o país a sua “Revolução de Outubro”, para o que seria necessário assumir o comando do ISEB. A partir disso, Guerreiro Ramos distribuiu à direção da UNE cópias da primeira parte do livro como se fosse o texto integral, o que levou a imprensa a apontar erroneamente Jaguaribe como colaborador da Standard Oil. No começo de 1959, ambos os integrantes haviam-se retirado do ISEB, o que aumentou a influência de Corbisier sobre os destinos da instituição.

É mais ou menos corrente a ideia segundo a qual o livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* antecipou o período universalista da política externa brasileira que se iniciaria em 1961. De acordo com Lessa (2013, p. 892), três anos antes da peça de divulgação da Política Externa Independente (PEI) na revista *Foreign Affairs*, na forma de artigo do presidente Jânio Quadros, Jaguaribe já havia sistematizado boa parte dos argumentos que seriam ali incorporados. Mais do que isso, o pensamento do autor lastreou “importantes e festejadas construções da política externa brasileira”, não apenas a PEI, senão também o Pragmatismo Responsável da década de 1970 (LESSA, 2013, p. 877-878). Conforme Fonseca Jr. (1998, p. 275), “não existe, no período, nada que se compare em abrangência e profundidade analítica ao trabalho de Jaguaribe, o que dá ao texto nítidas características de marco fundador.” Embora aponte importantes distinções entre os contextos da PEI e do Pragmatismo Responsável, Fonseca Jr. (1998, p. 296) defende sua conhecida tese da “continuidade matizada” entre ambos. Com ênfase na

política externa, o autor considera que as estratégias se aproximam por esposarem uma posição de “autonomia por contraste”. Nos dois momentos, o Brasil buscou distância em relação à disputa ideológica, assim como universalizou seus contatos internacionais (FONSECA JR., 1998, p. 340).

Não nos interessa apresentar um leitura fundacionista do texto de Jaguaribe, tampouco reiterar sua apropriação pela narrativa triunfalista da história da política externa brasileira. O que almejamos é analisá-lo em seus próprios termos, de maneira a relacioná-lo também com os debates da política interna. Significativamente, seu livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* dedica-se aos temas candentes da política do petróleo e do capital estrangeiro nas suas segunda e terceira partes, as quais devem ser lidas de modo inter-relacionado e dinâmico com a última parte, a qual trata da política exterior. Em outras palavras, é necessário que se compreenda a historicidade desse importante texto de Jaguaribe, assim como dos conflitos intelectuais que despertou. Conforme acabamos de ver, sua publicação precipitou não apenas sua saída do ISEB, grupo que idealizou, mas também a de Guerreiro Ramos, ao qual voltaremos. Entre 1958, ano de seu lançamento, e 1961, ano de divulgação da PEI, a história não andou em linha reta em direção à fonte cristalina em que supostamente nasceu o universalismo da diplomacia brasileira. Por ora, interessa-nos delinear seu conceito de autonomia e seu contra-conceito de heteronomia, sem consideração especial pelos marcos fundadores da política externa do Brasil. Na sequência, faremos o mesmo com textos de outros intelectuais. Tomamos por base de nossa descrição de suas visões de autonomia e heteronomia, como vimos anteriormente em Koselleck, o par antitético antes/depois, o qual desdobraremos posteriormente nas noções de geratividade e geração.

Desse modo, a argumentação de Helio Jaguaribe é construída com base no par epistemológico antes/depois. Em sua concepção (1958a, p. 30-32), a heteronomia é identificada com o passado colonial. Pensada como uma economia complementar à europeia, a colônia especializou-se na exportação de produtos primários, o que impediu que o país pudesse, mesmo após sua autonomia política, obter estímulos para sua maior integração econômica. A partir da Abolição, começaram a surgir as condições de se criar um mercado interno mediante o aumento da massa assalariada. Desde a Primeira Guerra Mundial, emergiram ondas de nacionalismo cultural, político e econômico, as quais apontam, em sua interpretação, a um processo de autonomização gradativa cujas condições de possibilidade estariam maturadas e abertas ao futuro em fins da década de 1950. Nesse *período de transição*, surgiram o movimento modernista, os monopólios

estatais e as exigências de democracia e justiça social, todas as quais configuraram tendências de superação do atraso colonial. Antes de 1930, as classes dirigentes do país, encasteladas em um Estado cartorial, beneficiavam-se da heteronomia e da exogenia econômica do Brasil. Dessa forma, o povo brasileiro constituía, predominantemente, a princípio mão-de-obra escrava, para em seguida submeter-se a um estatuto de quase servidão de gleba. De modo inverso, Jaguaribe apresenta um conceito de autonomia que não se pode dissociar da soberania popular:

No plano de nossas relações internacionais, o nacionalismo político reivindica para o país uma posição de maior autonomia, em face dos Estados Unidos e das grandes potências europeias e se inclina para uma linha neutralista, em relação ao conflito norte-americano-soviético. Exprime pois uma tomada de consciência dos interesses próprios do Brasil, no âmbito das outras nações, e das massas populares, no âmbito interno do país, e constituiu uma exigência de acatamento da soberania popular e da nacional. (JAGUARIBE, 1958a, p. 32)

No plano interno, seu conceito de autonomia presume a soberania popular de acordo com um regime democrático e representativo capaz de acabar com as práticas clientelistas associadas ao Estado cartorial. Além disso, o processo de industrialização tocada pelo Estado nacional dar-se-ia por intermédio de medidas protecionistas e de transferência de renda aptos a criar um mercado interno. No plano externo, a autonomia deveria associar-se a uma postura de neutralismo nas relações internacionais. Conforme salientamos alhures (MUÑOZ, 2016, p. 212), o neutralismo em Jaguaribe pressupunha a adoção pelo país de uma terceira posição que não se confunde com o terceirismo de Perón. No âmbito interno, não poderia significar terceira via em relação ao modelos capitalista e socialista, uma vez que os dois sistemas já se encontravam na década de 1950 em um processo global de aproximação. No âmbito externo, não poderia significar terceira força, ou a formação de uma “frente dos povos atrasados” em face do conflito norte-americano-soviético, visto que as nações atrasadas não detinham força suficiente para opor-se às superpotências. Em Jaguaribe, o neutralismo implicaria a adoção pelo Brasil da posição de terceiro mediador junto aos demais países neutros para a obtenção de soluções concertadas aos conflitos entre os blocos da Guerra Fria.

Do ponto de vista conceitual, o par oposto heteronomia/autonomia não emerge em seu argumento apenas enraizado nas categorias epistemológicas antes/depois, senão também equiparado ao par cosmopolitismo/nacionalismo. A controvérsia entre essas duas tendências é considerada, essencialmente, um debate entre as estruturas sociais vinculadas ao antigo regime produtivo semi-colonial e as representativas do novo, ou favoráveis ao desenvolvimentismo. As primeiras aspiravam a manter a importância que

gozavam no Império e na República Velha, por meio do favorecimento de políticas econômicas liberais, visto que o livre comércio reforçava a relevância do setor primário na economia brasileira, bem como efetuava a socialização das perdas e a privatização dos benefícios via taxa de câmbio. Ao lado disso, o cosmopolitismo subestimava a capacidade nacional de incorporação de tecnologia moderna, defendendo uma política neocolonial de investimentos estrangeiros voltada aos Estados Unidos. Por sua vez, as novas forças sociais ligadas ao nacionalismo viam os investimentos estrangeiros com ceticismo e receio, favorecendo a atribuição de poderes à União com o intuito de se promover a industrialização do país e implementar medidas de justiça social por meio de uma política de dirigismo racional (JAGUARIBE, 1958a, p. 33-34).

No tema específico da política externa, o par heteronomia/autonomia relaciona-se ao par oposto americanismo/neutralismo. Nesse aspecto, Jaguaribe (1958, p. 221) considera que os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial tenham representado um rompimento nos hábitos rotineiros da diplomacia brasileira, pois a política externa tornava-se pela primeira vez assunto de círculos cada vez mais amplos da população a partir da tomada de consciência da relação existente entre desenvolvimento econômico-social e política externa, a qual deixava de ser deliberação privativa das chancelarias para tornar-se objeto de preocupação pública. É interessante notar que o autor atribui ao Itamaraty o par negativo da heteronomia. Assim, afirma Jaguaribe (1958a, p. 225-228) que a instituição passava por uma crise no final da década de 1950, iniciada no período entre-guerras. Naquele momento, o Itamaraty havia adotado na condução da política externa um pernicioso jurisdicismo ornamental, reiterado pela repetição de precedentes e por uma mentalidade pouco direcionada à defesa dos interesses nacionais. Do ponto de vista social, tal postura ligava-se aos interesses de elite associados ao Estado cartorial e à exogenia econômica. Entrincheirada no Itamaraty e reformulada pela ESG, a tese do americanismo cuja paternidade se atribui ao Barão do Rio Branco sustentaria no marco da Guerra Fria a necessidade de se defender a civilização ocidental-cristã contra o avanço soviético, bem como de se manter uma relação privilegiada com os Estados Unidos em razão de sua complementaridade comercial.

Nesse sentido, aponta Jaguaribe (1958a, p. 223-225) que *a crise do Itamaraty em sua época resultava da perda da autonomia* de que havia desfrutado na Primeira República, no que atine à elaboração e à execução da política exterior. Na década de 1950, cada vez mais, a Presidência da República, o Congresso, a imprensa, os órgãos de classe e órgãos administrativos, tais como o BNDE e a Petrobrás, vinham interferindo

na *policy making* das relações exteriores do Brasil. Em um primeiro plano, opunham-se as teses do cosmopolitismo e do americanismo às do nacionalismo e do neutralismo. Em um segundo plano, paralelo ao primeiro, travava-se a disputa entre a Presidência, o Congresso e as novas forças sociais e o “propósito, por parte do Itamaraty, de recuperar sua autonomia como órgão de *policy making*.” Significativamente, portanto, Jaguaribe (1958a, p. 274-275) propõe que, para que se afastassem as influências clientelistas e cartoriais da política exterior, fosse criada no Brasil uma agência colegiada para sua formulação e execução, a qual “tenderá a refletir a orientação desenvolvimentista [...] e assim encaminhar nossa política exterior para uma posição de independência e autonomia.” Em sua visão, esse Conselho de Política Exterior, em lugar do Itamaraty, seria o órgão capaz de representar e acelerar o processo de desenvolvimento do país, por meio do rechaço da tese do americanismo, por ele ligada à heteronomia e ao Estado cartorial. Dessa forma, em seu entendimento, a autonomia do Brasil não deveria passar pela manutenção da autonomia do Itamaraty.

No confronto crítico das duas teses, Jaguaribe (1958a, p. 265) considera que “[n]o caso do Brasil, cujos interesses se concentram, predominantemente, na promoção do próprio desenvolvimento, o neutralismo é, obviamente, a posição mais vantajosa.” Sua defesa decorre não apenas da oportunidade de se colocar o Brasil como terceiro mediador no conflito norte-americano-soviético, mas também da imperiosidade de se estabelecer relações comerciais com o bloco comunista, de modo a se obter novos mercados às exportações brasileiras, em um momento do governo Juscelino Kubitschek em que era necessário conseguir divisas para se manter o esforço de execução do Plano de Metas e para se combater o problema do estrangulamento externo.

Em sua psicologia do nacionalismo, Jaguaribe (1958a, p. 34-36) esclarece o modo como atribui seus pares de conceitos opostos a distintos grupos sociais. O trinômio autonomia, nacionalismo e neutralismo associa-se à burguesia nacional, ao proletariado e à *intelligentsia* da classe média, onde se pode incluir o próprio autor. À burguesia e ao proletariado interessava a industrialização do país, ao passo que os intelectuais almejavam fornecer quadros de referência ao brasileiro médio para uma tomada de consciência crítica acerca da importância da orientação nacionalista. Por sua vez, o trinômio heteronomia, cosmopolitismo e americanismo associa-se em seu texto a forças sociais do passado, tais como a burguesia latifundiário-mercantil, por longo tempo representada pela diplomacia do café, e a classe média parasitária subvencionada pelo Estado cartorial na forma de empregos públicos. Em sua visão da autonomia,

parece-nos portanto que Jaguaribe atribui a si e aos demais intelectuais engajados, assim como aos grupos sociais que supõe representar, a universalidade e as características por ele consideradas autênticas ao conceito – futuro, desenvolvimento, nacionalismo, neutralismo. De modo assimétrico, constrói e atribui aos diplomatas os polos negativos da heteronomia – passado, atraso, cosmopolitismo e americanismo.

Em 1958, Guerreiro Ramos publicou *A redução sociológica*, onde propõe a construção de uma sociologia autenticamente nacional como ferramenta intelectual necessária à autonomia do país. Na visão de Guerreiro (1996, p. 45-50), o imperativo do desenvolvimento havia suscitado na década de 1950 a *consciência crítica* da realidade nacional, fenômeno que em seu entendimento teve o suporte das massas. Sob influência do historicismo e do existencialismo, afirma que era chegado o momento em que o povo brasileiro estava em condições de apropriar-se de sua circunstância histórica, adquirir autoconsciência e determinar seu projeto autêntico de existência. Em uma visão dualista em que está presente a oposição temporal antes/depois, Guerreiro pensa com otimismo aquela década como a da *ruptura com a natureza e o passado*, da emergência de um modo de ser novo do Brasil, *sujeito de sua história e de seu futuro*, consciente de sua liberdade. Nesse passo, o sociólogo celebra o “espírito de Bandung”, na medida em que a consciência crítica desperta é fundamental para a liquidação do colonialismo ao redor do mundo, por Sartre compreendido como um sistema:

A pessoa se define como ente portador de consciência autônoma, isto é, nem determinada de modo arbitrário, nem pela pura contingência da natureza. A personalidade histórica de um povo se constitui quando, graças a estímulos concretos, é levado à percepção dos fatores que o determinam, o que equivale à aquisição de consciência crítica. [...] A consciência crítica instaura a aptidão autodeterminativa que distingue a pessoa da coisa. No mundo contemporâneo descortina-se a propagação da consciência crítica em populações da Ásia e da África. A maioria delas, mesmo as dotadas de formal independência política, não ultrapassou a condição colonial, pois ainda é instrumento de burguesias metropolitanas. Apesar disso, passaram a aspirar à história, e deste estado de espírito são flagrantes reiteradas ocorrências. Uma dessas – das mais espetaculares – é o fato de terem delineado nas Conferências de Bandoeng (1955), do Cairo (1957) e de Acra e Tânger (1958), pontos de vista próprios e formulado o propósito de pautarem suas ações segundo normas derivadas de projetos autônomos de existência. [...] Mas a reação ao colonialismo que hoje se verifica no mundo afro-asiático é, quanto ao caráter, distinta das anteriores. É a reação contra o colonialismo considerado como sistema, é a reação mediante a qual esses povos fazem uma reivindicação cujo conteúdo não é parcial, mas infinito, universal. É que pretendem ser, eles também, sujeitos de um destino próprio. (RAMOS, 1996, p. 48-49)

Em Guerreiro Ramos, portanto, há uma tentativa de conciliar universalismo e particularismo histórico. Por um lado, associada ao desenvolvimento e à consciência crítica da realidade do Brasil, a promoção de uma sociologia nacional implica defender a *autonomia como emancipação* econômica, social e cultural; por outro, a destruição do

colonialismo como sistema é pensada a partir de uma ética universal de fins, como processo de autodeterminação dos povos de que resultaria a confluência das culturas da humanidade. Em uma análise que relaciona de modo dinâmico a superveniência de mudanças estruturais e a elaboração de conceitos novos, Guerreiro (1996, p. 53-64) salienta que havia três fatores indicativos da consciência crítica no Brasil. Em primeiro lugar, o impacto da industrialização como sinal da ultrapassagem da natureza e do passado colonial de especialização agrícola rumo a uma nova temporalidade pautada pelo progresso histórico. É importante notar que Guerreiro não situa essa ruptura na década de 1930, mas na culminância de *sua própria geração* posterior à Segunda Guerra Mundial. Assim, apenas após a guerra a pauta de importações do país começou a ser dominada por bens de capital, elemento de mudança qualitativa da industrialização. Ao lado disso, Guerreiro destaca os relevantes efeitos sociológicos da urbanização, pois não apenas integrou o brasileiro no mercado interno na condição de comprador, mas também dotou-o de consciência política. Por fim, os novos hábitos de consumo de massa também indicariam a emergência da autonomia e da história, em oposição à heteronomia e à natureza, ainda caracterizadas pelo consumo vegetativo da vida rural, pautada pela reprodução animal e pelo embrutecimento do juízo.

Antes, parte da periferia ocidental, o Brasil não configurava um espaço histórico apto à autonomia. Na década de 1950, contudo, tendências centrípetas emergiram capazes de amparar um processo de personificação histórica. Porque o espaço brasileiro estava agora convertido em teatro de existência e projeto histórico, Guerreiro (1996, p. 67-74), defende um processo de *redução sociológica* que possa assimilar de modo crítico os produtos científicos importados e adequá-los à realidade do Brasil. Por um lado, a redução é uma atitude metódica que busca remeter os objetos e fatos da realidade social a seus pressupostos de natureza histórica; por outro, é uma atitude engajada que reflete o processo de autonomização de uma comunidade política em sua necessidade de servir-se criticamente dos conceitos oriundos das experiências históricas de outras comunidades. Nesse sentido, considera Guerreiro que o intelectual não se desvincula da sociedade em que vive. Portanto, seu saber deve ser operativo e voltado a elaborar as transformações sociais em curso. Sua postulação de uma sociologia nacional almeja construir uma noção de mundo perspectiva e adequada às aspirações do país. Ao mesmo tempo, Guerreiro rechaça uma visão paroquial ou isolacionista, pois aceita a validade

universal dos pressupostos científicos⁵⁴. Mediante a redução, contudo, torna-se possível evitar as transplantações acrílicas de “ideias fora do lugar”. É sem dúvida uma atitude antipositivista, a qual colhe a influência do historicismo perspectivista de Dilthey e da fenomenologia de Husserl.

Dessa forma, Guerreiro (1996, p. 85-103) defende uma sociologia nacional em diálogo explícito com a tradição filosófica e sociológica ocidental. Embora em nível bastante mais abstrato, a *redução* é uma atitude metódica que remonta a Husserl, para quem a intencionalidade define a postura do sujeito como tendo consciência de algo, pois sempre está em relação de sentido com os objetos que o cercam. Em Heidegger, emerge o problema do ser-no-mundo, como rede referencial de sentido. Com base nisso, afirma Guerreiro que a redução sociológica permite adaptar os conceitos estrangeiros à realidade brasileira em sua própria estrutura de relações. Nesse passo, faz interessante comparação entre a assimilação crítica da produção científica estrangeira e o processo de substituição de importações, mediante o qual as mercadorias industrializadas passam a ser produzidas dentro do país de acordo com suas próprias necessidades. Segundo veremos abaixo, Corbisier compartilha da mesma analogia de maneira a associar emancipação cultural e econômica. Da tradição sociológica, Guerreiro reconhece a herança da análise ideológica, tanto no marxismo quanto na sociologia do conhecimento de Mannheim, os quais submetem as ideias a seu contexto e origem social. Tal como vimos em Jaguaribe, Guerreiro (1996, p. 129-133) pensa o desenvolvimento brasileiro como um processo histórico faseológico. A partir de Hegel e Marx, pensa esse processo como uma progressão de épocas ou totalidades de sentido. A fase é uma totalidade

⁵⁴ Acerca do estatuto científico da sociologia e de sua aplicação prática aos problemas sociais do país, a polêmica opôs sem dúvida Guerreiro Ramos a Florestan Fernandes. Em prefácio à segunda edição de *A redução sociológica*, escrito em 1963, afirma Guerreiro (1996, p. 15-29) que Florestan era ainda representante da sociologia convencional, preocupada com a hipercorreção metodológica. Para Florestan, o problema principal da sociologia no Brasil era a penúria de recursos financeiros, o que dificultava sua adequação a padrões universais de pesquisa. Na visão de Guerreiro, o problema fundamental era uma atitude metódica alienada incapaz de adequar a sociologia aos problemas especificamente nacionais. Portanto, defende que a sociologia possa flexibilizar-se, dialogar com outras áreas do conhecimento e popularizar-se. Assim, vê em Florestan uma postura de purismo científico e de bovarismo, a qual separava cientistas e leigos e mantinha a sociologia em uma “torre de marfim”. Entretanto, considera que o sociólogo paulista já iniciava um processo de autocrítica e de defesa de uma sociologia militante em princípios da década de 1960. Essa divergência pode ser melhor compreendida em função das distinções existentes entre intelectuais de São Paulo e Rio de Janeiro: “A elite intelectual paulista não sentia entusiasmo em associar-se à criação ideológica dos isebianos ou à pregação da vulgata marxista, e menos ainda em lançar-se na aventura da ‘marcha para o povo’. Isto lhe valeu ser acusada pelos cariocas de comprazer-se num isolamento esplêndido. [...] Constatemos então que provavelmente as divergências políticas não foram tão nítidas como acreditaram esses dois lados, e se devem em boa parte ao contexto institucional que lhes servia de referência nas duas cidades: no Rio de Janeiro, instituições como o ISEB, criadas para tarefas imediatas; em São Paulo, uma universidade impondo seus critérios de classificação e cientificidade.” (PÉCAUT, 1990, p. 171)

histórico-social com suas leis específicas e problemas particulares. Assim, em sua fase de transição na década de 1950, entender a realidade brasileira demandaria formular novos conceitos atentos a essa adequação.

Em 1959, após as saídas de Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos do ISEB, Roland Corbisier, beneficiado por sua ligação pessoal com o presidente Juscelino Kubitschek, assumiu a direção do Instituto. Conforme Pécaut (1990, p. 112-113), o ISEB entra então em uma segunda etapa, a qual, para além da reflexão teórica sobre a conjuntura e a noção de ideologia, visava também, de modo crescente, exercer sua influência sobre organizações nacionalistas e a opinião progressista do país. Nesse momento, é possível dizer, o ISEB volta-se decididamente para a arena prática das lutas políticas, para o que preparou projetos de lei para a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), a qual reunia parlamentares nacionalistas de diversos partidos, entre os quais San Tiago Dantas, membro do conselho consultivo do próprio ISEB, e que teria importância destacada nos debates da reforma agrária nos anos seguintes. Na visão de Corbisier, o ISEB passara a ser desde então um organismo dedicado a tomar parte na “revolução nacional brasileira”. Em reação, agravaram-se as campanhas de imprensa contra o instituto, ao passo que militares anti-nacionalistas e industriais preveniam-se contra sua suposta “propaganda comunista”. Em 1960, muitos de seus intelectuais trabalharam na campanha do marechal Lott à presidência da República. Por sua vez, Corbisier abandonou em seguida a direção do ISEB para ocupar a cadeira de deputado do PTB na Assembleia do Estado da Guanabara.

Em duas importantes conferências publicadas pelo ISEB em 1958 sob o título *Formação e problema da cultura brasileira*, Corbisier (p. 29-31) explicita as fundações filosóficas de seu pensamento sobre a situação do Brasil. A partir de Hegel, o autor formula seu par autonomia/heteronomia com base na dialética senhor-escravo e em reflexões sobre o “complexo colonial”. O binômio senhor-escravo pauta as relações entre colonizador e colonizado, na medida em que o colonizador é sujeito titular de direitos e privilégios e o colonizado é objeto de obrigações e deveres. O escravo, ou a colônia, não tem direitos pois não é reconhecido como sujeito por seu senhor. Assim, o povo colonizado não dispõe de um “ser” próprio, o qual pertence ao “outro” em favor de quem sua liberdade foi alienada. O complexo colonial implica heteronomia, inautenticidade e transplantação. No caso do Brasil, sua heteronomia econômica decorreu de que o país não foi pensado em função de si mesmo, senão como objeto ou economia extrativa voltada ao exterior. Ao mesmo tempo, aponta o autor (1958, p. 36)

que “não havia uma cultura local que pudesse resistir ao impacto dos invasores e defender-se, a fim de preservar sua originalidade e autonomia”. Na década de 1950, o país ainda padecia do complexo colonial – cultural e econômico:

Somos um país que proclamou sua independência há mais de um século, embora essa independência, a nosso ver, se tenha circunscrito ao aspecto meramente político. Não somos, pois, a rigor, uma colônia, no sentido em que o Congo é colônia da Bélgica ou Madagascar da França. Todavia, ainda não dispomos da auto-suficiência que caracteriza as nações plenamente independentes, quer dizer as nações cuja existência não entraria em colapso na hipótese de se verem privadas do contato com o exterior. Sabemos que a noção de independência é relativa, que comporta toda uma série de gradações e que, em princípio, tomando a palavra com rigor absoluto, nenhuma nação, em todos os planos ou aspectos de existência, se pode bastar plenamente a si mesma. O que chamamos de auto-suficiência é apenas um grau superior de autonomia, e o que chamamos de situação colonial um grau mais acentuado de dependência. (CORBISIER, 1958, p. 22)

A chave do argumento de Corbisier (1958, p. 39) é a relação intrínseca que estabelece entre colonialismo econômico e cultural. Nesse sentido, o país ainda submetia-se a uma economia e a uma cultura transplantadas do exterior, pois o café representava 70% de suas exportações, ao passo que as ideias, assim como os produtos industriais, eram importados prontos e acabados. Pensada como grau superior de auto-suficiência, a autonomia implicaria a construção de uma economia para si, do que a indústria e o mercado interno seriam condições essenciais, e de uma cultura autêntica. No entanto, a libertação econômica e cultural de um povo colonizado somente poderia ocorrer por meio de uma reviravolta dialética em que o país operasse a tomada de consciência da radical inautenticidade de sua situação colonial, ou de sua carência de originalidade ou “ser” próprio (CORBISIER, 1958, p. 31). De modo convergente a Jaguaribe, considera Corbisier que o advento de uma *intelligentsia* nacional, da qual fazia parte, empenhada em resolver os problemas do país e capaz de se transformar em “órgão da consciência nacional” é um dos sintomas do processo de esclarecimento da situação colonial e condição a ultrapassá-la. Apoiados nas classes interessadas em promover o desenvolvimento, os intelectuais chamam a si o vetor da autonomia.

Em seu texto, também se pode discernir o par epistemológico antes/depois, visto que os anos 1930 são identificados como marco inicial de ruptura desse complexo colonial. Até 1922, quando ocorreu a Semana de Arte Moderna, não havia propriamente história, mas pré-história do Brasil, pois, além da exogenia econômica, não havia filosofia, ciência, arte, literatura e poesia autênticos. A partir desse momento, o crescimento da população acompanhado da diversificação de seus hábitos e do incremento da renda tornariam irreversível o processo de libertação econômica e

cultural do país, o qual, carente de passado, por isso mesmo, só poderia ter futuro (1958, p. 45-50). Além disso, pode-se entrever em seu argumento o par dentro/fora, o qual se concretiza na oposição existente entre o litoral e o interior do território brasileiro. As duas regiões discrepavam em termos de civilização e cultura, assim como de densidade demográfica. Após quatro séculos de regime colonial, o “hinterland” permanecia ainda quase vazio, como terra primitiva, geografia, espaço e natureza não incorporados à história, à cultura e ao trabalho. Em significativa analogia, calcada no existencialismo de Sartre em voga na década de 1950, considera Corbisier (1958, p. 63) que o complexo colonial não apenas privou o Brasil de autonomia e de densidade demográfica em seu interior, mas também privou o homem brasileiro, carente de densidade ontológica e de ser próprio, interiormente oco⁵⁵.

Em nossa concepção, Corbisier não pensa o espaço desde um ponto de vista estratégico, senão que o considera como parte de um fenômeno demográfico, por meio do qual o interior do território deve ser integrado ao restante do país e ocupado por uma população em crescimento. Assim, o vetor espaço submete-se ao vetor tempo, uma vez que desenvolver o país significa integrar à história os vazios territoriais. Essa dicotomia litoral/interior fica clara em seu argumento a favor de Brasília, articulado numa terceira conferência publicada em 1960. No marco do colonialismo, o Brasil emergiu como uma civilização litorânea, da qual a maioria das capitais eram portos de mar. Não havia propriamente uma nação, mas sim um conjunto desarticulado de engenhos, fazendas, feitorias e entrepostos comerciais voltados à exportação de produtos primários em uma economia complementar à europeia, com cultura também marcada por heteronomia e alienação. Carente de integração econômica e social, não havia igualmente, a rigor, um povo brasileiro (CORBISIER, 1960, p. 35-37). Colonial e desordenada, a capital federal do Rio Janeiro acabava de se transferir para Brasília, no interior vazio, cuja construção deveria assinalar, segundo o autor (1960, p. 56-58), o advento, no Brasil, de uma nova

⁵⁵ Acerca do impacto do existencialismo no pensamento isebiano, afirma Toledo (1977, p. 91-92): “A filiação às categorias do pensamento existencial não esteve limitada, nos trabalhos do ISEB, apenas à extensa utilização do conceito filosófico de alienação. Projeto, práxis, trabalho, ‘estar no mundo’, autenticidade, destino, liberdade e outros revelam também, através do tratamento que receberam no interior de algumas produções isebianas, uma inequívoca influência daquela ‘filosofia metropolitana’. [...] A rigor, pretendem os isebianos, quase sempre, ser *detentores de uma formulação original e autônoma* acerca do ‘fato social’ (total) do subdesenvolvimento. Tudo que procede de fora deste contexto, deverá ser encarado com reservas e sob ressalvas.” (grifos nossos) Por um lado, portanto, esses intelectuais recepcionam e celebram a bagagem filosófica do pensamento ocidental; por outro, retrabalham esse legado à luz da realidade brasileira. Há aqui uma tensão evidente que compõe o problema do colonialismo cultural. Assim, a afirmação do conceito de autonomia é fundamental como filtro autonomizante da própria função social dessa inteligência brasileira.

fase de sua história. A força centrípeta da nova capital deveria contribuir à incorporação de vastas áreas ainda excluídas da economia monetária e à aceleração da reforma agrária no país, de modo a se romper de modo decisivo o complexo colonial.

A dialética senhor-escravo somente se resolve quando o escravo, ou o povo colonizado, consegue reconhecer-se como sujeito histórico sem a mediação do senhor. O “ser” do homem e o “ser” da nação revelam-se nas obras que produzem, ou no trabalho livre por meio do qual transformam a natureza e a convertem em imagem de sua subjetividade (CORBISIER, 1958, p. 77). Nesse sentido, é possível dizer que o reconhecimento da autonomia política do Brasil, após 1822, obtido com a mediação dos diplomatas junto às grandes potências, não foi capaz de eliminar sua situação colonial. O que Corbisier propõe relaciona-se diretamente com o tema do neutralismo, presente em Jaguaribe. Era preciso ainda alcançar na década de 1950 a autonomia econômica por intermédio de um auto-reconhecimento, operado pelo Brasil como nação, dentro de um processo de industrialização substitutiva de importações, o qual serviria ao trabalho de conversão da matéria-prima natural em cultura e em produtos acabados. Voltado a si mesmo, garantido pela diversificação de parcerias, o país poderia dispensar a mediação senhorial dos Estados Unidos. De modo simultâneo, Corbisier propõe que a autonomização do país seja acompanhada pela autonomização do povo brasileiro através de uma revolução democrático-burguesa. Assim, seria necessário converter o homem brasileiro em sujeito, autonomizado pela cidadania e inserido no mercado interno em sua condição de trabalhador assalariado.

Não apenas o pensamento de Kant, Hegel e Marx formou a bagagem analítica dos intelectuais brasileiros, senão também dialogaram com autores de seu tempo. Pode-se discernir, além de Sartre, o impacto exercido pelas ideias de Ortega y Gasset, cujos trabalhos estiveram na transição entre historicismo, fenomenologia e existencialismo. Em prólogo escrito à tradução brasileira de obras do filósofo espanhol, Jaguaribe (1982, p. 3-22) reconhece-o como o grande mestre de sua juventude, porta de entrada ao mundo da cultura e às ideias de seu tempo. Por um lado, Ortega representa um modelo de atuação intelectual. Na Espanha, após a geração de 1898, marcada pela derrota na guerra contra os Estados Unidos, era preciso equacionar a situação de atraso material e cultural do país em meio à cultura europeia dominante. Nesse ponto, Jaguaribe afirma a importância de uma postura intelectual de “herodianismo crítico”, caracterizada pela incorporação de valores estrangeiros de modo seletivamente autônomo em função da própria realidade. De fato, conforme vimos, o lema mesmo dos *Cadernos de Nosso*

Tempo indica o anseio de emancipação cultural acompanhada do diálogo crítico com as correntes do pensamento universal. Em 1936, no conturbado contexto da Guerra Civil Espanhola, Ortega preferiu o silêncio e o exílio, uma vez que as condições políticas não permitiam uma reflexão política válida. De sua parte, a saída de Jaguaribe do ISEB indicou os limites de seu engajamento político. Em 1964, optou pelo exílio nos Estados Unidos, onde atuou como professor visitante em Harvard, Stanford e MIT. Em sua visão, a principal contribuição intelectual de Ortega ao debate brasileiro foi seu entendimento da razão histórica como processo ou sistema ancorado na razão vital, concebida como a circunstância de cada indivíduo ou povo em sua construção de um projeto autêntico de existência⁵⁶.

Nos anos 1950, os intelectuais do ISEB, refletindo o processo de industrialização iniciado em 1930, conceberam a interpretação nacional-desenvolvimentista do Brasil. A partir de 1949, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) delineou sua crítica ao modelo ricardiano das vantagens comparativas, por meio da qual buscou dar embasamento econômico ao planejamento da industrialização com participação ativa do Estado. Suas ideias respondem ao mesmo contexto social e político oriundo da Grande Depressão, a qual gerou nos países periféricos suspeita em relação ao liberalismo, desde logo considerado um instrumento dos países desenvolvidos, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos, em seu esforço para mantê-los em sua condição de exportadores de bens primários. De acordo com Bresser-Pereira (2005, p. 203-206), as perspectivas das duas instituições, as quais alcançaram o auge na década de 1950, são coerentes entre si. Do ponto de vista político, sua decadência teve início a partir das cassações detonadas

⁵⁶ Assim como o existencialismo sartreano, o perspectivismo vitalista de Ortega y Gasset impactou os intelectuais isebianos na segunda metade da década de 1950. Nesse sentido, Ortega afirma que todo indivíduo ou povo sempre *está* em alguma crença, repertório de ideias nas quais acredita e que orienta seu projeto de vida. Em sua visão, o homem não tem uma natureza estática, mas é puro devir. Assim, Ortega rechaça o eleatismo ou a herança do Ser na ontologia moderna, em que inclui também a pretensão positivista de se perscrutar leis naturais invariáveis e submeter a vida e a História à tirania do conceito e da razão físico-matemática. Em Ortega, a natureza é apenas uma interpretação transitória que o homem faz em face da sua vida. Dessa forma, a função dos conceitos deve ser a descrição da urgência da realidade entendida como circunstância (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 27-42). Sem dúvida, o vitalismo de Ortega encontra inspiração no perspectivismo historicista de Dilthey. Em Dilthey (s/d, p. 9-12), as cosmovisões (*Weltanschauungen*) são concepções de mundo que aspiram ao universal, contudo, originam-se das condições vitais e históricas específicas de indivíduos e povos e encontram-se em luta constante por validação. Na década de 1950, a crença predominante entre os intelectuais engajados era a da inevitabilidade histórica do desenvolvimento e da obtenção de autonomia. Por esse motivo, Ortega é instrumental para pensar a ruptura com o passado colonial identificado à natureza. Com recurso em Kant e Hegel, as esperanças mobilizaram-se em um horizonte de expectativas de transformação. Dessa forma, a necessidade de se emancipar a cultura nacional e de se elaborar uma ideologia nacionalista responderam não apenas pela utilização dos conceitos na arena de luta política, mas pela tentativa de oferecer uma cosmovisão capaz de explicar e prever o processo de modificação da realidade do país.

pelo golpe de 1964, em especial no caso do ISEB, logo extinto pelos militares. Do ponto de vista intelectual, sofreram a crítica cerrada da escola de sociologia da USP, sob liderança de Florestan Fernandes, a qual enfatizava a análise de classes e desacreditava o populismo conciliador de Vargas. ISEB e CEPAL compreendiam o desenvolvimento como um processo de acumulação de capital, incorporação de tecnologia e elevação dos padrões de vida da população de um país, sob liderança do Estado nacional.

Maior nome do pensamento cepalino no Brasil, Celso Furtado considerava que o subdesenvolvimento é condição específica da periferia. Nos países centrais, a transição do capitalismo comercial ao capitalismo industrial deu-se por meio de evolução tecnológica que tornou seus sistemas produtivos mais ou menos homogêneos. Como resultante da relação colonial com os países desenvolvidos, a estrutura econômica dos países periféricos tornou-se híbrida, formada por um setor moderno dedicado às atividades de exportação e por um amplo setor de subsistência que operava em níveis baixíssimos de produtividade. Em outras palavras, o subdesenvolvimento não é considerado uma etapa histórica comum a todos os países, mas uma condição específica da periferia do sistema capitalista, um resultado histórico da evolução da economia mundial a partir da Revolução Industrial (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 137-138). Vale dizer, a emergência do subdesenvolvimento seria um subproduto do desenvolvimento dos países de capitalismo avançado ou mesmo uma de suas condições, visto que a acumulação de riqueza pelos países centrais fez-se *pari passu* à prática do colonialismo. Mediante a industrialização, seria possível reverter a tendência histórica ao atraso, por meio da homogeneização da estrutura econômica dos países periféricos.

As análises de Furtado se utilizam da história econômica do Brasil como recurso heurístico capaz de evidenciar as causas estruturais do atraso e as especificidades do subdesenvolvimento. De modo similar a Corbisier, porém empregando uma análise econômica bem mais precisa, Furtado identifica a heteronomia à dualidade tecnológica existente entre litoral e interior desde o período colonial. Em seu conhecido *Formação econômica do Brasil*, publicado em 1958, o autor descreve a instalação do “complexo econômico nordestino”, composto pela economia do açúcar e da pecuária. Por um lado, o empresário açucareiro operava em uma escala relativamente grande, concentrando 90% da renda gerada nos próprios engenhos, cuja capacidade produtiva podia ser duplicada a cada dois anos. A rentabilidade e a expansão do negócio possibilitaram a importação de mão-de-obra escrava, além de custear consumo suntuário oriundo da Europa, em um fluxo de renda que se estabeleceu entre a unidade produtiva no litoral e

o exterior. Por outro lado, desenvolveu-se no interior do Nordeste a atividade pecuária, a qual supria os engenhos de madeira, lenha e animais de tiro, no entanto com taxa de rentabilidade de apenas 5% do valor das exportações de açúcar. A mão-de-obra era indígena e vivia em níveis de subsistência. De modo significativo, a heterogeneidade tecnológica oriunda do período colonial lançaria as bases do que ainda no século XX seria a estrutura da economia brasileira (FURTADO, 2003, p. 47-66).

De acordo com Furtado (2003, p. 203-211), a partir da Grande Depressão da década de 1930, estavam dadas as condições de possibilidade para que no Brasil houvesse o deslocamento do centro dinâmico da economia para o mercado interno. Com base na renda acumulada no setor cafeeiro, desenvolveu-se a indústria têxtil e abriu-se a possibilidade de aquisição de equipamentos de segunda mão do exterior, vitais à produção de bens de capital. A redução da capacidade de importar forçou ao aumento da industrialização substitutiva, a qual cresceu 50% entre 1929 e 1937:

Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. A precária situação da economia cafeeira, que vivia em regime de destruição de um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que ainda nele se formavam. [...] É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitantemente com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo. Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. (FURTADO, 2003, p. 205-206)

Após a Segunda Guerra Mundial, cresceu bruscamente no Brasil o coeficiente de importações em razão da liberalização da oferta externa. Em função da seletividade que se aplicou às importações, contudo, com restrição aos bens de consumo e estímulo às matérias-primas e equipamentos, fomentou-se a produção das indústrias ligadas ao mercado interno, o que foi favorecido pelo aumento dos preços do café em 1949, fato que elevou a renda monetária disponível a investimentos. Escrevendo no final da década de 1950, Furtado (2003, p. 244-245) previa que a demanda externa perderia seu papel histórico como fator determinante do nível de renda no Brasil. Haveria um aumento qualitativo das importações, cada vez mais voltadas a bens ligados à capitalização do país. Nesse sentido, Furtado também pensa o período posterior aos anos 1930 como um *limiar temporal de autonomização do país*, a qual ocorreria com o deslocamento do

centro dinâmico de sua economia ao mercado interno, ao passo que se poderia pela primeira vez, desde o período colonial, integrá-lo territorialmente e homogeneizar seus níveis de produtividade. Do ponto de vista da política externa, esse é o mesmo processo de transição implicado no deslocamento do centro decisor para o próprio país e da recusa ao colonialismo econômico praticado pelos países centrais. Em nossa visão, assim como Corbisier, Furtado pensa a autonomia no tempo como a submissão do espaço passado de experiência colonial ainda presente na estrutura heterogênea da economia brasileira. Homogeneizá-la significaria obter autonomia, na medida em que o tempo da História, situado no deslocamento do centro dinâmico do desenvolvimento ao interior do país, acabaria por absorver os resquícios de economia arcaica do litoral ainda dependentes dos fatores da pura natureza. Paralelamente, o homem do interior seria emancipado de suas condições de subsistência e integrado na História como sujeito autônomo, assalariado e consumidor.

Entre as décadas de 1950 e 1960, José Honório Rodrigues refletiu sobre as mesmas questões ligadas à autonomia do Brasil, desde uma perspectiva que buscou perpassar uma gama de assuntos relacionados à política interna e externa. Historiador prolífico, não compôs os quadros do ISEB ou da CEPAL, fato que o situa como um intelectual engajado, mas independente. De 1946 a 1956, Rodrigues foi professor do Instituto Rio Branco; entre 1956 e 1964, tornou-se conferencista da ESG, dados que sobrelevam a contundência de suas críticas às duas instituições. Em um primeiro momento, interessa-nos analisar dois de seus ensaios, de 1957 e 1960, publicados conjuntamente em 1963 em seu livro *Aspirações nacionais*. Ao contrário do que vimos em Saraiva, não nos parece que Honório Rodrigues faça parte da abordagem tradicional da história diplomática. Conforme veremos na sequência, encontram-se em seus textos talvez as mais contundentes críticas ao corpo diplomático brasileiro, assim como a constatação de que a crise do Itamaraty, evidenciada na década de 1950, não era um aspecto a ser visto de passagem, pois resultava da própria relação congênita entre a instituição e as circunstâncias que marcavam o atraso brasileiro.

No prefácio dessa obra, o autor (1963, p. 20-23) delineia as principais tendências políticas em curso no conturbado ano de 1963, por ele considerado propício para se romper séculos de inércia e de indecisão histórica. Favorável às reformas de base e contrário à emenda do parlamentarismo, Rodrigues aponta que o veto e a solução de compromisso foram armas históricas das minorias dominantes em sua manutenção no poder. Em sua visão, a União Democrática Nacional (UDN) buscava em uma classe

média ressentida e em soluções moralizantes e verborrágicas suas bases de apoio. Ligado ao passado e às áreas rurais, o Partido Social Democrático (PSD) obtinha sua influência dos coronéis e proprietários de terra e de uma massa miserável e analfabeta. Por sua vez, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) aparecia como o mais progressista entre os três grandes partidos, ancorado na justiça social e na ideologia nacionalista, defensor da luta pela liberdade econômica e da tendência ao neutralismo nas relações internacionais. De acordo com Rodrigues (1963, p. 28-29), a história do Brasil não pode ser considerada incruenta, pois o povo brasileiro foi sempre explorado e extorquido, do que a Lei de Terras de 1850, resultado de um sistema semi-feudal de sesmarias, aparece como um dos exemplos. Dessa forma, situa nos debates da reforma agrária o momento culminante para se *romper a indecisão histórica* que caracterizou o Brasil ao longo dos séculos, de modo a não se perder mais tempo no esforço de desenvolver o país.

De maneira similar aos demais intelectuais analisados, Rodrigues (1963, p. 59-65) pensa o Brasil com base no par antes/depois. Assim, embora existissem no país uma cultura e nacionalidade únicas, ainda havia uma dicotomia entre duas sociedades, a do Brasil velho e a do Brasil novo. Predominante no Nordeste, o primeiro era rural e arcaico, caracterizado pelos traços coloniais do paternalismo e do personalismo. Por sua vez, o segundo, emergente em áreas particularmente urbanas como São Paulo, oferecia uma estrutura social menos hierarquizada, assim como a racionalização do trabalho, sob influência do modo de vida norte-americano. Em Rodrigues, a heteronomia relaciona-se ao conceito de insuficiência, espiritual e econômica. Decorrente do passado colonial, os valores espirituais prevaletentes privilegiavam a verbosidade e o irrealismo político, ou o alardeamento retórico de fórmulas vazias que falseavam a realidade do país, os quais estavam na raiz do bacharelismo. De modo relacionado, o desprezo ao trabalho, entregue à mão-de-obra escrava, evitou que se pudesse vencer a pobreza e acumular capital nacional necessário ao desenvolvimento econômico. Por outro lado, a *autonomia* representa a *suficiência* ou a substituição desses valores por novos. Como sinais positivos de *reversão histórica*, o autor aponta o *sentimento democrático* da sociedade brasileira e seu desejo de *emancipação* econômica e *progresso* social, bem como a tendência do Brasil ao *pacifismo* nas questões internacionais. Portanto, como meta progressiva que depende de uma ruptura histórica, parece-nos que a autonomia em Rodrigues implica uma ética kantiana de fins – democracia, pacifismo e emancipação –, ou, em outras palavras, a projeção de um horizonte de expectativas capaz de compensar a insuficiência ou incompletude das condições sócio-históricas do presente. No entanto,

é exatamente em *seu próprio tempo* que localiza os sinais da irrupção do novo. Quer dizer, o intelectual engajado diagnostica, influencia e prevê.

A grande aspiração democrática vinha sendo muito lentamente realizada no Brasil em função dos obstáculos interpostos pelo conservantismo nacional, cuja origem remontava a grupos familiares que, desde a Colônia, dominavam as terras, e desde a Independência, comandavam a política. Sua principal fonte eram as famílias mineiras e baianas. Em 1958, os estados de Minas Gerais e Bahia detinham o maior número de cartórios do Brasil, fato de que se originou o chamado Estado Cartorial, igualmente deplorado por Furtado e os intelectuais isebianos. Encastelada no Congresso Nacional, essa oligarquia latifundiária e tradicionalista vinha impedindo a realização da reforma agrária, considerada por Rodrigues uma *necessidade do próprio processo histórico*, uma vez que o povo é mais a nação do que as minorias oligárquicas. Na visão desse historiador (1963, p.145-150), o desmantelamento do latifúndio e o combate ao analfabetismo e à subalimentação eram aspirações essenciais ao reforço da democracia, ao desenvolvimento econômico e à elaboração do poder internacional do Brasil, em especial após a Segunda Guerra Mundial, quando os povos atrasados da América Latina, da Ásia e da África buscavam a elevação de sua produtividade e padrões de vida. Desse modo, parece nítida a inter-relação presente em seu texto entre um projeto de autonomia para o país e as condições sociais e políticas que o efetivem.

Em seu livro *Interesse nacional e política externa*, publicado em 1966, o autor segue a mesma linha de raciocínio. Desde o Império, a formulação da política externa no Brasil fazia-se em sua quase totalidade por bacharéis de Direito. Até a criação do Instituto Rio Branco, em 1946, escola voltada à formação profissional dos diplomatas, o método de recrutamento de quadros no Itamaraty baseava-se no sistema do pistolão. Por influência de classe, o ministério impunha restrições e discriminações ao ingresso na carreira. De acordo com Rodrigues (1966, p. 41), o Itamaraty é um órgão muito fechado e auto-suficiente, em razão “[d]o receio de que a colaboração de um estranho à carreira quebrasse a política de sigilo que a Casa, ou melhor, os seus dirigentes conservadores guardam como uma herança colonial.” Na visão do autor, a política externa espelha interesses de classe, os quais exprimiram historicamente as opiniões e aspirações de uma oligarquia rural que governou por séculos o país. Assim, faltava ainda consciência de classe aos setores médios e trabalhadores para se organizarem como força política e influírem na área de decisão. O processo de industrialização em marcha acelerada desde

os anos 1950 havia ampliado o campo das pressões e desenvolvido novos interesses, complicando a formulação da política externa.

Assim como Jaguaribe, Rodrigues atribui ao Itamaraty o par negativo da heteronomia, dada sua insuficiência espiritual, uma vez que seus valores remontam ao legado colonial que se pretende ultrapassar. Até o período do Barão do Rio Branco, o bacharelismo e o jurisdicismo foram justificados em razão da necessidade de se resolver os graves problemas de fronteira. Desde 1913, no entanto, predominava no ministério um jurisdicismo estéril em paralelo ao bacharelismo esvaziado e à estagnação política. Em nosso entender, o que Rodrigues discerne com perspicácia é o confronto entre a vetusta concepção de *autonomia na norma*, tributária do legado de Rio Branco, e a nova elaboração conceitual da *autonomia no tempo*, a qual temos interpretado como elemento discursivo regulador de um conjunto de textos escritos por intelectuais engajados. Assim, de modo algum os diplomatas estavam isentos das lutas políticas que grassavam no Brasil da primeira metade da década de 1960. De acordo com o historiador, a neutralidade partidária do Itamaraty e seu apreço às fórmulas jurídicas escondiam sua posição de classe conservadora:

Ficamos a discutir códigos jurídicos, questões jurídicas, direito internacional, direito, direito e mais direito. O jurídico voltou a dominar totalmente o político e a diplomacia é, como antes, uma dinastia de classe, pelo menos até a criação do Instituto Rio Branco. O papel do direito internacional, embora reduzido nas relações entre os Estados, é exaltado e a política deve subordinar-se ao direito, que é uma espécie de camisa de força, que os diplomatas usam para disfarce de sua inexpressividade política, ou de sua incapacidade na defesa dos interesses de Estado. O lado conservador do direito casa-se maravilhosamente bem com alguns figurões da Casa. Antes servira como instrumento de preservação de alguns de nossos objetivos nacionais. Mas, agora, como adaptá-lo à situação nova? (RODRIGUES, 1966, p. 59)

Na situação nova da década de 1960, não podiam mais ter lugar o jurisdicismo e o americanismo praticados desde 1913. A inspiração em Washington reverberava, de acordo com Rodrigues (1966, p. 58-75), o “complexo de caiação” predominante no Itamaraty, o qual se relacionava ao irrealismo das fórmulas jurídicas. Desde o período colonial, as minorias dirigentes, seduzidas pelo prestígio do exterior e não pela realidade cotidiana do país, buscavam resolver os problemas nacionais não com soluções efetivas, mas com teorias sem aplicação. Assim, o “complexo de caiação” colocava as elites em um estado de alienação e de inautenticidade que representava insuficiência incompatível à aspiração nacional do desenvolvimento. Nesse sentido, Rodrigues demonstra apoio aberto à Política Externa Independente (PEI), cuja importância atribui à iniciativa do presidente Jânio Quadros. O ponto forte da Operação Pan-Americana (OPA), em sua

visão, havia sido a ligação que se estabeleceu entre desenvolvimento e política externa. Reduzia sua margem de atuação, porém, ao restringir-se à preocupação elitista com o ocidentalismo. Por sua vez, a PEI, ao tentar mundializar a política externa brasileira, obteve apoio da nação, ou de grupos novos como as classes médias esclarecidas e os trabalhadores, os quais eram excluídos das áreas de decisão, em especial no Itamaraty.

É conhecida a hipótese segundo a qual a política externa do Brasil teria gozado de uma linha de continuidade ao longo do tempo, praticamente incólume às mudanças de governo e de regime. Para Cervo (2008b, p. 27), a diplomacia brasileira agregou historicamente princípios e valores inerentes a sua conduta, os quais “[c]ontribuem para fazer da política exterior política de Estado ao imprimir-lhe a lógica da racionalidade e ao dar prevalência à continuidade sobre a mudança, à causalidade sobre a ruptura.” De sua parte, Lafer (2007, p. 20-21) afirma que para tanto contribuiu “a ação contínua no tempo e qualitativa na matéria do Ministério das Relações Exteriores, que logrou afirmar-se, no correr da história brasileira, como instituição permanente da nação, apta a representar seus interesses, porque dotado de autoridade e de memória.” É curioso notar que José Honório Rodrigues, escrevendo no contexto da década de 1960, sustenta hipótese inversa à da continuidade, sem triunfalismos em prol do Itamaraty.

De acordo com Rodrigues (1966, p. 180-182), “[a] política externa brasileira é um reflexo limpo de sua história. Ela apresenta o mesmo quadro de flutuações, sem fim, de avanços e retrocessos da história interna.” A compreensão de “nosso comportamento flutuante na política externa” deve ser buscada nas contradições sociais e políticas que perturbaram e tornaram incoerente o processo histórico brasileiro. Em sua perspectiva, tal incoerência explica por que *foram raros e descontínuos os instantes de criação autônoma* na história da política externa brasileira, uma vez que esteve por muito tempo “[d]ominada por uma oligarquia que antes dela se serve, do que serve à Nação, dirigida por uma elite que pela sua formação é alienada.” Assim, a principal contradição que evitou que o país gozasse historicamente de autonomia foi aquela existente entre uma elite oligárquica e um povo democrático. Como na história interna, a externa “se forma sob pressões e embaraços internos e externos e vive repleta de pânicos e crises.” Há, no entanto, diretrizes gerais que se revelam na experiência histórica do país, as quais, desde que se queira afastar a insuficiência e a heteronomia, devem atender aos interesses nacionais identificados com as aspirações do povo. Encontramos nesse historiador, portanto, uma versão bem diferente da narrativa da “Escola de Brasília” e daquela do pensamento diplomático, as quais não só afirmam a continuidade da política externa,

como localizam no MRE o centro criador primordial do discurso autonomista. Talvez possamos dar-lhe maior crédito, uma vez que, como contemporâneo do lançamento da PEI, não pode ser acusado de presentismo. Por outro lado, como sujeito histórico parte das lutas de seu tempo, é preciso lembrar que Rodrigues também defende suas visões de mundo e interesses próprios quando resolve-se por atacar o Itamaraty.

Não surpreende, portanto, que Rodrigues (1966, p. 186-190) considere a PEI correta e adequada às necessidades básicas do país no contexto em que escreve. É de se ressaltar, igualmente, o peso de iniciativa que atribui não aos diplomatas, mas a Jânio Quadros e a San Tiago Dantas. Seguindo sua linha de argumentação, seria possível considerar a PEI como um *momento de ruptura na história da política externa brasileira*, visto que, pela primeira vez, os interesses populares tinham condições de tomar o lugar tradicionalmente ocupado pela minoria oligárquica em sua formulação e execução. Em crítica análoga, considera o autor (1966, p. 194-197) que o golpe de abril de 1964, o qual rechaçou a PEI e o nacionalismo, foi um retrocesso, pois subverteu os conceitos de democracia e de revolução e revisou os conceitos de soberania e de autodeterminação com base na ideia de segurança nacional oriunda da ESG. Além disso, entende que o golpe foi a conquista do poder por uma elite militar, convencida de que possuía uma missão salvadora para o país, não interessada na reforma social e econômica, mas na disciplina social e monetária. Entre os autores analisados, talvez Rodrigues seja quem atribui de modo mais claro o conceito de autonomia aos interesses defendidos pelos intelectuais, ao passo que o contra-conceito de heteronomia foi reservado a diplomatas e militares.

3.2 Autonomia e emancipação

A partir de 1959, o ISEB aumentou sua oferta de cursos extraordinários com o objetivo de se aproximar de segmentos organizados da sociedade civil, em especial dos estudantes e dos sindicalistas. Em 1961, após a saída de Corbisier, eleito deputado pelo PTB, Alvaro Vieira Pinto, professor de filosofia na Universidade do Brasil, assumiu a diretoria do Instituto. Nesse momento, sob o governo de Jânio Quadros, o ISEB perdeu sua dotação orçamentária anual, cujas verbas já vinham sofrendo depreciação em razão da desvalorização da moeda. Sem recursos, o Instituto entraria em sua última fase, a qual se pautou pelo engajamento intelectual e pelo envolvimento direto na campanha pelas reformas de base propostas pelo governo de João Goulart. Em função dos baixos

salários, o Departamento de História, chefiado por Nelson Werneck Sodré, historiador, militar e marxista, passou a contratar recém-formados. Sob demanda do MEC, Sodré liderou o projeto *História Nova do Brasil*, cuja orientação historiográfica foi alvo de pesadas críticas dos setores conservadores. No contexto da polarização política que caracterizou o governo Goulart, a aproximação efetuada pelo ISEB junto a UNE, CGT e Partido Comunista rendeu-lhe pesada campanha difamatória, sobretudo do jornal *O Globo*. Em 13 de abril de 1964, a sede do Instituto, na Rua das Palmeiras, no Rio de Janeiro, foi violada pelos militares golpistas (PEREIRA, 2005, p. 258-259).

Em artigo publicado originalmente na *Revista Civilização Brasileira*, em 1965, Sodré relata em detalhes a repressão sofrida pelos intelectuais do ISEB a partir do golpe de 1964. Nos primeiros dias de abril, o ISEB foi invadido e depredado. Instalou-se um cenário de vandalismo, onde mesas e cadeiras foram quebradas, portas e gavetas foram arrombadas e livros foram subtraídos com o objetivo de se evidenciar a “conspiração comunista” que se supunha presente no Instituto. Preso em maio, Sodré foi submetido a interrogatório de Inquérito Policial Militar (IPM) aberto para se investigar as atividades do último ISEB, sem acusação formal. O que causou estranheza aos interrogadores foi que o Instituto havia expandido suas atividades didáticas em direção a trabalhadores e estudantes. Entre os casos mais conhecidos, está boato de que os autores da *História Nova* teriam caluniado a memória do Duque de Caxias, patrono do Exército, acusado de ter estuprado a própria avó. Segundo Sodré, o que se fez foi a crítica à endeusada ação conciliadora de Caxias durante o Império, uma vez que suas “pacificações” não teriam amainado os conflitos sociais⁵⁷. Outros autores da *História Nova* desaparecem após os interrogatórios ou buscaram o exílio (SODRÉ, 2005, p. 79-91). De sua parte, Alvaro Vieira Pinto, líder do último ISEB, foi cassado pelo AI-1, o que o levou a exilar-se na Iugoslávia e no Chile.

⁵⁷ Nas palavras do próprio Sodré (2005, p. 84-85): “É curioso que, no interrogatório, o caso do Duque de Caxias não tenha surgido. Já produzira os efeitos desejados, naturalmente, dando a oficiais que, apressadamente, formam opinião pelo que publica a imprensa dita ‘sadia’, acreditando nas imposturas da propaganda dirigida, da ‘guerra psicológica’, e que tais, a impressão de que os autores da *História Nova* acusaram aquele titular do Império do estupro de sua vó, quando, na verdade, em referência de passagem e de todo acidental se diz que a ação conciliadora de Caxias não teve resultados profundos, continuando vivos os germes da inquietação, havendo referência a ‘pacificações’, assim entre aspas, justamente para caracterizar isso. Mas isso é um dado da realidade, não é questão opinativa. Mas, ainda que houvesse as mais severas restrições àquela personagem histórica, que haveria nisso de criminoso? Acaso Caxias está elevado à divindade?” É sem dúvida um episódio pitoresco. O que ele indica é que a vontade de rompimento com o passado expressa na concepção de autonomia no tempo – esposada pelos intelectuais engajados – implica descartar uma visão monumental da História, envolta, por exemplo, no culto de Caxias.

Em um primeiro momento, procuramos estabelecer o campo semântico formado pelo conceito de autonomia e pelo contra-conceito de heteronomia tendo-se em conta a análise do pensamento de intelectuais que se utilizaram de ferramentas interpretativas oriundas da Ciência Política, da Filosofia, da Economia e da História para chegarem a conclusões semelhantes que permitem agrupá-los em uma mesma formação discursiva. De agora em diante, não faremos análise de contrastes, senão de paralelismo entre os conceitos de autonomia e de emancipação. Parece-nos que os intelectuais estudados propuseram a partir da década de 1950 um “governo da população” no Brasil, conceito que utilizamos no sentido foucaultiano⁵⁸. Assim, ao lado de medidas de justiça social, seria indispensável a garantia de um regime democrático representativo. A autonomia ou emancipação do homem brasileiro seria conquistada *pari passu* à autonomia e emancipação do Brasil nas relações internacionais. No que se refere ao ISEB, a análise do pensamento de Vieira Pinto parece-nos apropriada a esses fins, em especial tendo-se em consideração seus textos e atividade engajada na última fase do Instituto.

Em seu livro *Ideologia e desenvolvimento nacional*, publicado pelo ISEB em 1960, o autor parte de uma importante premissa que relaciona a *intelligentsia* ao povo brasileiro. De acordo com Vieira Pinto (1960, p. 12-14), a ausência de pensamento filosófico no passado do Brasil encontra sua causa na dependência externa por meio da qual se processou a evolução social do país, em razão do que *jamaís houve até a década de 1950* condições de infraestrutura material e suficiente aspiração autóctone para um surto intelectual próprio. Assim, a aceleração do processo de desenvolvimento brasileiro dependeria do grau de autoconsciência a ser atingido pela comunidade nacional, para

⁵⁸ A partir do século XVII, conforme Foucault (2008b, p. 449-481), surgiu no Ocidente um tipo de governamentalidade do Estado interessada no bem-estar das populações. Naquele contexto, ainda predominava o mercantilismo na Europa, assim como a razão de Estado sustentada pelos aparelhos militar e diplomático. Era importante melhorar o viver das populações não apenas porque o comércio desenvolvia-se nas cidades, mas principalmente porque o aumento e o vigor da população eram pensados como fatores de incremento da potência do próprio Estado dentro do jogo da balança de poder europeia. Desde fins do século XVIII, entretanto, em função da decadência do Antigo Regime e do absolutismo, surgiu uma nova forma de governamentalidade gerada a partir da economia política, ciência que emergia com ênfase liberal. Nesse caso, tratava-se de fortalecer a sociedade civil em relação ao peso da razão de Estado. Como consequência, o *biopoder* desenvolveu-se como técnica de governo sobre as populações, as quais passaram a ser entendidas como fenômenos naturais e demográficos. Com o advento da industrialização, portanto, seria necessário elevar os índices de educação e saúde com vistas a aproveitá-las como mão-de-obra nas fábricas. Parece-nos que tais técnicas de biopoder – ou de governo da população – ganham força no Brasil a partir da década de 1950, período em que o país industrializou-se e urbanizou-se rapidamente. Em um cenário de acelerado crescimento da população, assim, surgiram propostas de reestruturação do sistema educacional (por exemplo, com Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire) e de combate à fome (como veremos, com Josué de Castro). Entretanto, foge aos objetivos deste trabalho uma incursão profunda sobre a história do biopoder no Brasil. Interessa-nos pensá-lo apenas na medida em que pode servir como ferramenta útil para a compreensão do conceito de autonomia no tempo dentro da experiência brasileira.

cuja revelação seria indispensável o papel dos intelectuais em sua tarefa de elaborar conceitos lógicos e categorias prévias de interpretação da realidade do país. Assim como Corbisier, Vieira Pinto pensa o espaço submetido à demografia. No contexto em que escreve, o autor salienta o fenômeno do aumento da população brasileira, cuja taxa de crescimento era elevada em 1960:

Como povo, somos formados por um contingente humano cujo índice de crescimento é excepcionalmente alto, e que está ocupando áreas cada vez mais amplas do nosso espaço. Esse fenômeno do aumento da população brasileira parece-nos o dado fundamental, porque nos coloca em face desta encruzilhada: ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará à medida que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso, ou se o não fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo, que nos conduzirá à condição das grandes massas asiáticas. (PINTO, 1960, p. 15)

Em seu texto, pensamos ser clara a relação que se estabelece entre demografia e democracia, o que implica a defesa da emancipação social e política da população brasileira. Assim, o autor (1960, p. 24-25) constata a existência de uma “antinomia democrática” decorrente do processo de desenvolvimento. Por um lado, pertence ao poder público a faculdade de planejá-lo, pois está melhor aparelhado em termos de informação e poder de comando. Por outro, o planejamento não pode ser executado sem a atuação de agentes voluntários, a qual deve ser livre e consentida. O que determina a decisão individual de cada agente no âmbito de uma sociedade democrática é o “grau de clareza das consciências”. Em outras palavras, como “não há violência capaz de substituir uma ideia por outra”, apenas a clareza, a exatidão e a força sugestiva de uma ideia poderão instalar na consciência individual uma nova representação acerca da realidade do desenvolvimento que a coloque em compasso com o planejamento que se executa pelos grupos sociais dirigentes. Na visão do autor (1960, p. 29), “o fenômeno social que define a realidade brasileira em nossa época é o surgimento, em forma clara, segura e definitiva, dessa consciência”, uma vez que se rompia o *status* colonial e a alienação que caracterizaram a sociedade brasileira até aquele momento. Na tarefa de desalienação das consciências individuais, seria crucial o papel exercido pela *intelligentsia* na formulação de ideias diretoras com poder normativo, pois sem ideologia do desenvolvimento não poderia haver desenvolvimento nacional.

Uma vez que o projeto de desenvolvimento deve estar presente na consciência popular geral, o esclarecimento operado pelas novas ideias deve alcançar a máxima extensão quantitativa possível. Assim, em Vieira Pinto (1960, p. 31), “o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas”. Em um ano como 1960, o qual

testemunharia a expressiva votação a Jânio Quadros, eleito presidente da República, o autor também constata o fenômeno do ingresso das massas no plano político, o que tem direta relação com o fenômeno do aumento populacional. Em sua perspectiva (1960, p. 33), as reivindicações populares, na forma de direitos, salários e melhores condições de vida, as quais se apresentam como pressão exercida sobre as classes dirigentes, são na verdade apenas expressão da exigência de desenvolvimento. Desde o ponto de vista filosófico, ao identificar povo e nação, o autor pensa a autoconsciência do Brasil como sujeito histórico, o que não se pode separar de sua autonomia como sujeito nas relações internacionais, como indissociável da autoconsciência das massas. Em paralelo, o processo de desenvolvimento deveria necessariamente promover sua emancipação social e política. Assim, afirma Vieira Pinto (1960, p. 40) que não há solução para os problemas do país fora do voto popular, pois “só estarão credenciados para promover o desenvolvimento nacional aqueles que foram escolhidos pelas massas.”

De modo convergente a Corbisier, Vieira Pinto também enfatiza a necessidade de se emancipar existencialmente o homem brasileiro. Visto que o desenvolvimento não pode ser obra isolada de grandes individualidades, senão provir das próprias massas, não se poderia pensar a ideologia do desenvolvimento como doação feita pelas elites às classes populares. Antes disso, seu esclarecimento deveria originar-se da “transmutação que se opera na intimidade do homem ‘em situação’, e de que resulta a clarificação conceitual da representação que faz do seu *status* social e da evolução histórica.” (1960, p. 43). Nesse sentido, seria imperiosa uma reforma na educação do país, de modo a se criar uma nova mentalidade consonante ao desenvolvimento. A partir de seu raciocínio, concluímos que a emancipação do Brasil no âmbito externo, do que a enunciação da Política Externa Independente representa o melhor exemplo, não se poderia processar sem a emancipação das massas no âmbito interno, bem como de cada indivíduo em particular. Em consequência, um projeto conservador e repressivo de desenvolvimento, como aquele que se instalou a partir de 1964, deveria implicar ao país outro tipo de autonomia em suas relações internacionais.

Parece-nos relevante que se desmembre a “tríade da PEI”, formada por seus três chanceleres, Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro, de maneira a se poder situar o pensamento de cada um conforme seus interesses políticos e origens sociais específicos. Não consideramos razoável analisá-los em bloco como propagadores de um conceito de autonomia monolítico, tampouco enxergá-los cada qual com as duas faces de Jano, uma voltada para fora, falante, outra para dentro, silenciada. Saraiva (2014, p.

10), entretanto, considera que as diferentes ressignificações do conceito de autonomia ao longo do tempo “emanam do núcleo comum de pensamento que aproxima o Império brasileiro aos desafios do país em suas relações internacionais na segunda década do século XXI.” A partir da presunção de que haveria uma “seta de coerência” na história do conceito de autonomia decisória no Brasil, “sem muito apego aos regimes políticos e características das lideranças dos seus governantes”, o autor (2010, p. 27-29) posiciona os três chanceleres citados como a “tríade da formulação conceitual da política externa independente”, a qual teria influência até os dias atuais. Parece-nos imperioso evitar esse modo de análise, o qual se assemelha ao método tradicional da história das ideias, por meio do qual os conceitos são facilmente reificados e descontextualizados. Em lugar disso, queremos agora pensar a autonomia especificamente em San Tiago Dantas, tendo-se em conta sua posição política e social e seu contexto determinado.

É preciso salientar que San Tiago Dantas não era um diplomata de carreira. Egresso da militância integralista, assim como Corbisier e Vieira Pinto, afastou-se do movimento e voltou-se para a carreira acadêmica e a advocacia a partir de 1938, depois do fracassado *putsch* contra Vargas. Entre 1949 e 1958, San Tiago Dantas assumiu a vice-presidência da refinaria petrolífera de Manguinhos, no Rio de Janeiro, tendo atuado como assessor pessoal de Vargas em seu segundo governo, no importante contexto de debate e criação da Petrobrás, em cujo anteprojeto tomou parte. Em 1955, retornou à vida política, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). É interessante notar que, assim como Corbisier, oriundo do integralismo e redirecionado ao marxismo em seu tempo de ISEB, e Vieira Pinto, platonista convertido em arauto da revolução social no fim da década de 1950, San Tiago Dantas também efetuou uma guinada à esquerda no mesmo período. Em 1958, elegeu-se deputado federal pelo PTB. Sua carreira no mundo diplomático começou apenas em 1961, quando renunciou a seu mandato para ocupar o posto de embaixador do Brasil na ONU. Em decorrência da renúncia de Jânio Quadros à presidência dias depois, porém, não chegou a ser empossado. Mediante a posse de João Goulart, assumiu a chancelaria. Vetado ao cargo de primeiro-ministro pelos mesmos setores do Congresso Nacional que impediriam a reforma agrária, San Tiago Dantas seria reeleito deputado federal em 1962.

Em primeiro lugar, queremos destacar seu discurso de renúncia na Câmara dos Deputados, proferido em agosto de 1961. É constante sua preocupação em justificar a aceitação ao cargo de embaixador do Brasil na ONU como uma continuação de seu mandato de deputado federal, buscando equiparar os princípios da PEI aos princípios

defendidos pelo PTB nas relações internacionais. Segundo San Tiago Dantas (2009, p. 70-71), o Brasil de seu tempo não era mais um país de segunda ordem, como aquele da geração idealista que assistiu às esperanças e fracassos da Liga das Nações, senão um país com responsabilidades, capaz de falar por outros. Em princípios da década de 1960, o Brasil, como povo amadurecido, estaria apto a levar uma contribuição imparcial aos problemas internacionais. Nesse contexto, o deputado San Tiago Dantas entendia sua convocação à ONU como um dever, “não como renúncia a um mandato político, mas como um desdobramento das causas e motivos que me levaram a disputá-lo e exercê-lo.” A partir disso, ele percebe que sua militância política como reformador social e defensor da democracia deveria ser transplantada ao plano internacional dentro da agenda da luta dos povos subdesenvolvidos pela elevação de seus níveis de vida e pela emancipação das influências internacionais do colonialismo que ainda entravavam seus planos de desenvolvimento:

Se quisermos salvar, no mundo de hoje, as instituições democráticas, em primeiro lugar, devemos preservar a paz; mas, em segundo lugar, e de modo igualmente imperativo, o que devemos é obter, no plano internacional e no plano interno, a abolição, tão pronta quanto possível, das tremendas desigualdades econômicas que ainda se abatem sobre os povos e que, se tiverem de perdurar nas condições em que hoje se apresentam, não tornarão apenas difícil, mas impossível, a subsistência das características do regime democrático no mundo moderno. Salvar a democracia é eliminar as desigualdades. [...] Ou a democracia encontra os meios de eliminar, no plano interno, as grandes desigualdades de fortuna e de aproximar a sorte comum dos homens abolindo as desigualdades e as injustiças, através de uma melhor distribuição de riqueza e de *realizar no plano externo tarefa semelhante*, aproximando a condição comum de todos os povos, ou o grande ideal democrático, estruturado na consciência do mundo moderno, há cerca de duzentos anos, estará irremediavelmente fadado ao desaparecimento. (grifos nossos) (DANTAS, 2009, p. 71)

Em seguida, San Tiago Dantas volta-se em seu discurso para a defesa da PEI, a qual havia sido anunciada por Jânio Quadros em seu artigo na *Foreign Affairs*. Segundo o deputado (2009, p. 74), um país como o Brasil não poderia atingir o grau de amadurecimento político e expansão econômica a que chegou sem universalizar suas relações, sem entrar em contato, altivamente, com todos os sistemas, regimes e ideologias. Em sua visão, foi o presidente Juscelino Kubitschek quem, pela primeira vez, orientou claramente a política externa brasileira no sentido do alargamento de suas fronteiras diplomáticas sem distinções ideológicas. Desde então, havia ficado claro que a emancipação econômica do país reclamaria, para financiá-la, considerável ampliação dos mercados externos, para o que não se poderia privá-lo do contato com nenhum outro povo. Na sequência, San Tiago Dantas encaminha seu discurso de renúncia de modo a compatibilizar a PEI aos cinco itens observados pelo PTB em suas diretrizes de

política externa: relações diplomáticas e intercâmbio comercial com todos os povos; repúdio à guerra e à corrida armamentista; luta contra o imperialismo e o colonialismo; livre determinação dos povos; e arbitragem nos litígios internacionais. Assim, ao ingressar no mundo diplomático, o deputado prometia “não afastar-se, nem uma vírgula, da política externa do governo passado, que [apoiou], e, muito menos, daqueles princípios programáticos do trabalhismo”, que ele mesmo havia ajudado a incorporar no programa do PTB (DANTAS, 2009, p. 83).

Em seu livro *Política Externa Independente*, originalmente publicado em 1962, o qual reúne seus pronunciamentos e discursos em seu período à frente do Itamaraty, San Tiago Dantas reitera seu conceito de *autonomia como sinônimo de emancipação*. No prefácio, ele esclarece que a política exterior independente, que encontrou iniciada e procurou desenvolver, “não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de vertida para a realidade, [pois] [o]s fatos precederam as ideias.” Assim, a coerência interna da PEI foi identificada após as atitudes assumidas em situações concretas. Nesse sentido, é preciso que se tenha cautela diante da hipótese “tríade da PEI”, a qual parecem em grande parte uma construção *a posteriori* ou mesmo um presentismo. De todo modo, San Tiago Dantas (2011, p. 9) pondera que sua elaboração não foi casual, senão que em todos os seus momentos voltou-se ao interesse do Brasil, por ele circunscrito “(I) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (II) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.” Em sua visão, portanto, a autonomia decisória do Brasil, a ser exercida no marco da PEI, não poderia separar-se das questões internas, visto que presume necessariamente democracia e justiça social.

Por meio da análise de sua própria gestão, San Tiago Dantas (2011, p. 10-16) sintetiza sua concepção da PEI em quatro pontos: (A) contribuição à preservação da paz; (B) defesa dos princípios da não intervenção e autodeterminação dos povos; (C) ampliação do mercado externo brasileiro; (D) apoio à emancipação dos territórios não autônomos. No que se refere ao ponto A, o ex-chanceler destaca o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e a condição do Brasil como nação não alinhada na Conferência do Desarmamento em Genebra. É interessante perceber como San Tiago Dantas analisa as vantagens da coexistência com o mundo socialista. De acordo com ele, é benéfico o contato entre o mundo socialista e uma democracia como a brasileira, onde o regime de liberdades políticas superpõe-se a uma estrutura social de dominação econômica de uma classe por outra, uma vez que “[d]aí resulta um

permanente incentivo à reforma social, com a criação, no seio da sociedade, de pressões crescentes, que podem ser captadas para a modificação progressiva de sua estrutura, sem quebra da continuidade do regime democrático.” Ao lado do ponto C, é possível notar a mesma relação estabelecida por Vieira Pinto entre democracia e demografia. Assim, a rápida expansão do mercado externo era um imperativo ao desenvolvimento do país, pois o produto nacional bruto deveria crescer de modo a acompanhar a taxa de expansão demográfica da população. Reiterando tese da CEPAL, a prioridade seria o mercado da América Latina, seguido dos países socialistas.

No que se refere ao ponto D, ainda em um contexto de relativa indefinição prática quanto ao apoio à emancipação das colônias portuguesas na África, San Tiago Dantas (2011, p. 16) pontua que a posição anticolonialista sempre esteve implícita na conduta internacional do Brasil, por motivos éticos e econômicos. Do ponto de vista ético, onde se assemelha à análise de Corbisier, o ex-chanceler destaca a autenticidade da política de emancipação econômica e de autodeterminação dos povos seguida pelo Brasil. Do ponto de vista econômico, pondera a necessidade de que as ex-colônias que competiam com o Brasil na exportação de produtos tropicais produzissem um regime de trabalho verdadeiramente livre, mediante a elevação dos níveis de bem-estar de suas populações. É possível afirmar, contudo, que o tema mais importante de sua gestão foi a questão de Cuba, envolvida nos pontos A e B. Parece-nos que sua posição acerca da autonomia cubana é definitiva para que se compreenda seu conceito de autonomia como paralelo à emancipação. Em sua visão, a VIII Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada em Punta del Este, em 1962, a qual deliberou sobre a exclusão de Cuba do sistema interamericano, foi o “test-case” do princípio da não intervenção. Sua tese, afinal derrotada, favorecia uma política de coexistência com o regime cubano, por meio da aprovação de um estatuto consensual, o qual evitasse a integração de Cuba ao bloco soviético em troca da garantia de não invasão militar de parte dos Estados Unidos. Desse modo, a Revolução Cubana poderia cumprir seu ciclo interno sob a influência competitiva dos dois polos, o socialista e o ocidental (DANTAS, 2011, p. 12-13).

Em 1961, ainda no exercício de seu primeiro mandato como deputado federal, San Tiago Dantas concedeu entrevista ao jornal *O Globo*, o qual mantinha naquele momento o ISEB sob ataque, com o sugestivo título “Regime cubano é incompatível com princípios democráticos americanos.” No corpo da entrevista, porém, o deputado complexifica sua posição, que não se resume à recusa completa, tampouco à aceitação total do regime cubano. Em sua visão (2009, p. 60), “[o] princípio da não intervenção é

absoluto, ele traduz a convicção dos povos democráticos de que a intervenção não é um processo de implantação da democracia,” mesmo que o regime seja comunista e anti-democrático. Por um lado, o regime cubano deveria ser considerado incompatível com os princípios que guiam a solidariedade americana; por outro, não se poderia fechar a porta para a negociação com esse governo, pois ainda poderia evoluir para uma reformulação democrática, sob a liderança de Castro ou outra autenticamente popular. Ao mesmo tempo, San Tiago (2009, p. 64) aponta os erros cometidos pelos Estados Unidos em face da Revolução Cubana, contribuindo para que um movimento político de alta inspiração moral se transformasse em uma ditadura, não compreendendo que Cuba deveria por termo às formas de dominação econômica estrangeira que impediam seu real desenvolvimento. Parece-nos, assim, que, em sua análise do caso cubano, a qual se aprofundaria em sua gestão como chanceler, San Tiago Dantas define o que entende por autonomia com base em três pilares: justiça social, democracia e não intervenção.

Em 1963, San Tiago Dantas, Ministro da Fazenda, e Celso Furtado, Ministro extraordinário do Planejamento, encarregaram-se da aplicação do Plano Trienal, o qual tentou conciliar sem sucesso a estabilização da economia e o avanço das reformas de base, em um contexto de crescente acirramento político em derredor do presidente João Goulart. Entre os anos de 1958 e 1962, Furtado esteve diretamente engajado na criação e instalação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a qual emergiu como meta especial do plano desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Seus anos de CEPAL haviam resultado em relevantes teses sobre o subdesenvolvimento brasileiro. Conforme afirmamos, Furtado considerava a heteronomia econômica como decorrência de um processo histórico que originou uma estrutura de heterogeneidade tecnológica no país, em especial no Nordeste, área de ocupação colonial mais antiga. A chave para uma reversão estrutural capaz de homogeneizar o sistema produtivo do país e emancipá-lo economicamente seria o planejamento industrial liderado pelo Estado. Parece-nos que em Furtado pode-se também discernir um entendimento de autonomia como sinônimo de emancipação, econômica e social. Para tanto, é preciso compreender outras duas importantes teses suas, a da inflação e a do planejamento regional.

Em função dos entraves estruturais ao desenvolvimento existentes nos países periféricos, o pensamento cepalino rejeitava as soluções econômicas ortodoxas. Contra a teoria quantitativa da moeda, de origem liberal, afirmavam que a elevação dos preços não é mero resultado de aumento de demanda ou do meio circulante. Em Furtado, a inflação é explicada a partir de suas causas estruturais específicas aos países atrasados.

Em especial, decorreria da incapacidade da pressão de demanda ser acompanhada por um oferta rígida oriunda de setores produtivos rudimentares e pouco diversificados, característica comum a estruturas produtivas híbridas, como a brasileira, onde ainda havia extensa faixa de economias de subsistência. A oferta rígida de alimentos, por exemplo, a qual encarecia o custo de vida da população, originou-se da concentração histórica da propriedade fundiária e de baixas taxas de produtividade, ambas estruturas resultantes do passado colonial. Por isso, políticas creditícias e fiscais restritivas não apenas fracassariam no combate à inflação, como também causariam períodos de recessão nocivos ao objetivo maior do desenvolvimento. Assim, Furtado considerava que a inflação brasileira, de origem estrutural, somente poderia ser equacionada sem prejudicar o ritmo de crescimento econômico se houvesse planejamento estatal, sem dúvida preferível a planos de estabilização (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 146-147).

Era na área do “complexo econômico nordestino”, que historicamente se formou em torno do açúcar e do gado, que a heterogeneidade tecnológica tinha os efeitos mais perniciosos. Dessa forma, Furtado considerava que o Estado também deveria voltar-se a uma política de planejamento regional. No caso do Brasil, seria preciso diminuir a disparidade de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul, de modo a se evitar a configuração interna de uma relação de centro-periferia em miniatura. Assim, era necessário redirecionar o diagnóstico da decadência econômica nordestina para além da escassez de água, o que por décadas havia embasado o “assistencialismo das secas”, por meio do qual os recursos federais enviados ao represamento hídrico eram enquadrados nas estruturas arcaicas do Estado cartorial e do coronelismo. A saída para a Nordeste seria sua industrialização via planejamento estatal, para o que se constituiu a SUDENE em 1959. A região apresentaria condições ideais à implantação de um parque industrial, pois tanto eram escassas as terras para aproveitamento agrícola como havia excesso de mão-de-obra barata que se poderia deslocar às novas fábricas. Ao lado disso, Furtado considerava vital que se efetivasse a reforma agrária no Nordeste, de maneira a se elevar sua produtividade agrícola entravada pelo arcaísmo das estruturas fundiárias coloniais, bem como intensificar a produção de alimentos, o que teria um efeito benéfico sobre o nível geral de preços (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 159-161).

Em seu texto *A Operação Nordeste*, originalmente uma conferência pronunciada e publicada pelo ISEB em 1959, Furtado diagnostica as raízes do atraso nordestino e defende o planejamento regional da industrialização. Parece-nos, além disso, que seu projeto apresenta a proposta de um “governo da população” a ser testado no Nordeste,

em função de sua ênfase no fenômeno demográfico e da necessidade de se emancipar o homem nordestino, social e economicamente. Segundo Furtado (2013, p. 161-163), o desenvolvimento econômico tende a gerar desigualdades devido a lei de concentração de riqueza que rege o processo de crescimento. Até o século XIX, o Brasil configurava uma constelação de pequenos sistemas econômicos isolados, unidos politicamente e ligados à economia internacional. No processo de deslocamento do centro dinâmico, em curso na primeira metade do século XX, essas ilhas econômicas articularam-se cada vez mais em torno do mercado em expansão da região Centro-Sul. Entretanto, não ocorreu a integração do país em uma economia homogênea, pois reproduziram-se as mesmas relações de dependência que ligaram na economia mundial as metrópoles industriais a suas colônias produtoras de matérias-primas. Na visão do autor, a institucionalização da desigualdade econômica, seja entre classes ou regiões, deveria ser revertida sob pena de se por em risco a própria unidade nacional. Em outros termos, a autonomia do Brasil deveria necessariamente passar pela autonomia econômica do Nordeste.

Conforme Furtado (2013, p. 165-168), a gênese do problema do Nordeste está na especialização agrícola imposta à sub-região da Zona da Mata desde o período colonial. Assim, o fator mais escasso do Nordeste, suas terras de boa qualidade, foi direcionado para a monocultura do açúcar, cujas plantações expandiram-se de modo a favorecer o latifúndio e inibir o desenvolvimento de culturas adicionais, mesmo aquelas ligadas à sobrevivência da população. Além disso, o latifúndio também tendeu a concentrar renda e a impedir a formação do mercado interno, visto que não se formou ali uma massa de consumidores. Em seus períodos de decadência, a economia do açúcar expelia mão-de-obra ao agreste. Em paralelo, desenvolveu-se no semi-árido a economia subsidiária da pecuária. O problema atual, em fins da década de 1950, era o aumento populacional e a saturação demográfica do agreste, com o que vinha ocorrendo deslocamento crescente de pessoas ao semi-árido. A gravidade das secas na caatinga não se devia à economia pecuária, mas sim à atração migratória exercida pela agricultura do algodão mocó, planta xerófila cujo rendimento era extremamente baixo. Na região sertaneja, a estrutura típica das fazendas combinava ambas as culturas, onde os moradores pobres obtinham sua meação do algodão e cultivavam pequenos roçados para sua alimentação. Nos períodos de seca, era exatamente a produção de alimentos a mais afetada, ficando a massa de meeiros praticamente sem ter o que comer.

Por meio da SUDENE, portanto, que começaria a funcionar em 1959, Furtado propunha *reverter a estrutura desigual* do “complexo econômico nordestino”, a qual

vinha sendo alimentada pelo “assistencialismo das secas”. Em seu plano de ação (2013, p. 170-171), Furtado defende a criação de uma economia resistente à seca na caatinga, para o que seria necessário melhor conhecer a região, sua flora e seus recursos hídricos, mediante a oferta de crédito e de assistência técnica de parte do governo. No entanto, uma economia de mais alta produtividade, na caatinga, não seria compatível com uma grande densidade demográfica. Assim, seria preciso expandir sua fronteira agrícola e incorporar mão-de-obra excedente às atividades secundárias. Para tal, a industrialização do Nordeste poderia absorver a massa enorme de população desocupada ou em situação de sub-emprego na região. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento industrial demandaria resolver o problema do abastecimento de alimentos nas zonas urbanas do Nordeste, cuja oferta era rígida e elevava o custo de vida do trabalhador. Sem que se readequasse a utilização das terras da Zona da Mata por meio da reforma agrária, portanto, não se poderia criar na região uma indústria capaz de sobreviver:

Mas não bastará ter os alimentos, porque a população não teria com que comprá-los. A seca, em termos econômicos, se traduz principalmente em crise de poder de compra da população. Se distribuímos alimentos, voltaremos à prática da pura assistência social e à ideia de que é possível combater a doença com calmantes. O que nos interessa é criar uma economia resistente. Portanto, não se trata apenas de intensificar a irrigação, de criar a rede de armazéns, de ter estoques bem localizados. Necessitamos também de um plano para absorver a população desempregada, de tal modo que, registrando-se um colapso na atividade de subsistência, se possa dar ao homem compensação adequada para que continue trabalhando, tenha poder de compra e adquira os alimentos oferecidos no mercado. (FURTADO, 2013, p. 171)

Assim, similar a Vieira Pinto, o qual defendia uma educação capaz de fornecer os meios de emancipação pelos quais o homem brasileiro pudesse efetivar a tomada de consciência de sua situação histórica e exercer cidadania em um regime democrático, Furtado sustentava o imperativo de emancipá-lo também social e economicamente, para que pudesse cultivar seus alimentos em suas próprias terras, vendê-los, obter renda e consumir em um mercado interno em expansão. Em um contexto em que se discutia o colonialismo e a expansão dos mercados externos do Brasil, é visível o paralelo que podemos traçar entre seu pensamento e aquele defendido por San Tiago Dantas em sua agenda de política externa. Sua defesa da emancipação dos povos não autônomos era também a defesa da elevação de seus padrões de vida por meio de reformas sociais tais como as que se empreenderam após a Revolução Cubana. Sua defesa do incremento do intercâmbio comercial com América Latina e mundo socialista compunha um mesmo conjunto de ideias tendentes à autonomia, *dentro e fora do país*. Entendemos, portanto, que não se pode analisar as práticas da política externa sem localizá-las em relação a um

mesmo regime discursivo que também norteia as práticas de política interna. Quer dizer, do ponto de vista de uma arqueo-genealogia, a usual separação analítica entre as duas esferas é certamente insatisfatória.

No que atine ao estudo da subalimentação no Brasil, sem dúvida Josué de Castro foi o mais destacado intelectual entre as décadas de 1930 e 1970. Professor e médico, atuou também como geógrafo, nutricionista e sociólogo, por meio de ampla perspectiva que consagrou o caráter pioneiro de suas análises sobre a fome no Brasil e no mundo. Em 1948, publicou seu *Geografia da fome*, obra-prima traduzida a diversos idiomas. Assim como Celso Furtado, que compunha os quadros da ONU desde a fundação da CEPAL, em 1949, a notoriedade intelectual de Castro levou-o a ser eleito em 1951 como presidente do conselho executivo da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), agência das Nações Unidas. Em 1954, elegeu-se deputado federal pelo PTB, apoiando o governo de Juscelino Kubitschek e tornando-se membro ativo da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Quatro anos depois, reelegeu-se com expressiva votação para a mesma legislatura que San Tiago Dantas. Após o golpe de 1964, Josué de Castro teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1, o que o obrigou a radicar-se em Paris. Em sua obra, parece-nos que o autor procurou defender o equacionamento do problema da fome de modo a emancipar o homem brasileiro. Mais do que isso, consideramos que Castro buscou lançar as bases de uma biopolítica da população no Brasil.

Em específico, interessa-nos analisar a nona edição de seu *Geografia da fome*, atualizada e publicada em 1960. Em seu prefácio, o autor (1984, p. 35) estabelece o uso do método geográfico para a realização de uma sondagem de natureza ecológica, das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio. O estudo do fenômeno da alimentação, ou da fome, endêmica e epidêmica, ocorreria pela análise da correlação entre grupos humanos e os quadros regionais que habitam, ou da maneira com que as populações em cada região do Brasil satisfazem suas necessidades nutritivas a partir dos recursos naturais que cada meio oferece. Castro (1984, p. 40-41) apresenta seu estudo como uma interpretação biológica de determinados aspectos da formação e da evolução sócio-históricas brasileiras, tais como “o latifundismo agrário-feudal que tanto deformou o desenvolvimento da sociedade brasileira [e a] [...] deficiência alimentar que a monocultura impõe.” De acordo com o autor (1984, p. 47), o retrato da fome no Brasil evidenciaria seu subdesenvolvimento econômico, “porque fome e subdesenvolvimento são uma mesma coisa.” Entre a primeira e a nona edições do livro, porém, o país havia mudado muito. Era imperioso atualizá-lo, em 1960, pois o Brasil não era mais um país

simplesmente agrícola e semi-colonial, senão industrializava-se e "inicia[va] com vigor a sua emancipação econômica e [...] se projeta[va] na fase construtiva de seu desenvolvimento autônomo" (CASTRO, 1984, p. 47). Pode-se afirmar, portanto, que autonomia e fome eram em sua obra um binômio inconciliável.

De acordo com Castro (1984, p. 57-60), a alimentação do brasileiro era precária do ponto de vista nutritivo, com padrões dietéticos incompletos e desarmônicos. Áreas de fome eram aquelas em que pelo menos metade da população apresentava nítida carência nutritiva, de modo permanente ou transitório. No mapa alimentar brasileiro, a área amazônica, a da Zona da Mata e o sertão nordestino podiam ser consideradas áreas de fome, pois a quase totalidade de suas populações exibiam marcas inconfundíveis de fome coletiva. As áreas do Centro e do Sul do país, por outro lado, eram somente áreas de subnutrição. Por meio da investigação das causas fundamentais dessa alimentação defeituosa, a qual caracterizava em um quadro mais amplo dois terços da população da América Latina, o autor conclui que são mais o produto de fatores socioculturais do que de fatores propriamente de natureza geográfica. Nesse ponto, converge com Furtado, segundo quem o problema do Nordeste não era a seca em si, mas sim a estrutura econômica e social do trabalho e da terra. Assim, com a extensão territorial do país e sua variedade climático-botânica, seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir uma população várias vezes igual a sua. Era a estrutura econômica e social do Brasil responsável pelo aproveitamento irracional de suas possibilidades geográficas, resultando em recursos alimentares escassos. Em Josué de Castro, não se trataria de eliminar o problema da fome por meio do controle populacional, senão atacar as causas estruturais que mantinham subalimentada a população. Dessa forma, parece-nos que o conceito de autonomia tanto em Castro quanto em Furtado presume a *superação do obstáculo estrutural geográfico* – seca/pobreza; meio/fome – através da *vontade de romper com o evento novo*, de modo a combinar sua elaboração teórica às práticas presentes nas políticas públicas – por exemplo, na criação da SUDENE.

No caso da região amazônica, Castro (1984, p. 61-62) constata que, em função da abundância de terras e da exiguidade de homens, até aquele momento não se havia conseguido organizar um sistema de economia produtiva na região, de modo que as populações locais mantinham-se em um regime de economia destrutiva, da simples coleta de produtos nativos, da caça e pesca, ao passo que a produção de alimentos ainda ocupava pequenas áreas conquistadas à floresta pelo método primitivo das queimadas. Conforme o autor (1984, p. 101-107), o marasmo demográfico que caracterizava a

região não se devia apenas a seus obstáculos naturais condicionados pela fome e subnutrição, senão também ao abandono que se seguiu à crise da borracha, bem como à atração migratória exercida pelas zonas industrializadas do Centro-Sul do país. Ao invés disso, seria preciso desenvolver de modo racional o povoamento da região, melhorar seus processos de agricultura primitiva e evitar a destruição de sua riqueza vegetal e animal. Para Castro, a solução para a fome na Amazônia passaria pelo aproveitamento racional da terra que pudesse possibilitar a implantação de uma “comunidade agrícola progressista”, na qual gêneros alimentícios fossem cultivados em maior escala. Para tanto, porém, seriam necessárias reformas estruturais incompatíveis com a monocultura da borracha ou quaisquer monoculturas.

Em seu diagnóstico da fome no Nordeste, o autor (1984, p. 116) investe contra a monocultura do açúcar. Assim, a introdução da cana foi responsável não apenas pela destruição da mata, mas também pelo esgotamento da fertilidade dos solos de massapê. Sua exploração por meio do latifúndio e da monocultura foi hostil em face dos gêneros alimentícios, devorando tudo em torno de si. Numa metáfora fisiológica, Castro (1984, p. 125) define a monocultura como “grave doença da economia agrária”, comparável à gangrena e ao câncer, sempre prestes a invadir o corpo inteiro. O autor (1984, p. 167-170) arrola em seguida algumas conclusões acerca do problema do Nordeste, das quais destacamos as seguintes: (1) a situação econômico-social da região é a responsável pela alimentação deficiente de suas populações; (2) os programas assistenciais e de saúde pública não têm objetivos sociais de longo prazo sem que se modifiquem as estruturas econômico-sociais; (3) o Nordeste necessita integrar-se à economia nacional por meio da elevação de seus níveis econômicos e melhor distribuição de riqueza; (4) a má distribuição da propriedade agrícola, a subcapitalização e o subemprego são fatores importantes de desestímulo à economia agrária regional; (5) a monocultura do açúcar contribui intensamente para o desequilíbrio social e alimentar de suas populações.

Na visão de Castro (1984, p. 279-283), a fome no Brasil é *consequência de seu passado histórico*, durante o qual os grupos humanos quase nunca estiveram em harmonia com quadro natural. Mais do que a agressividade do meio, foi a inabilidade do colonizador, indiferente ao que não significasse vantagem imediata a seus planos de aventura mercantil, o responsável por criar ciclos sucessivos de economia destrutiva que corromperam a criação de riqueza no país. No Brasil, o Estado não havia sido capaz de equilibrar interesses públicos e privados, tampouco interesses nacionais e interesses dos monopólios estrangeiros ligados à exploração de tipo colonial. Assim, desenvolveu-se

sua vocação oceânica, exportando-se sua riqueza potencial a preços irrisórios sem que satisfizessem as necessidades internas do país, isto é, bens de consumo para o povo e equipamentos para seu progresso. Por um lado, em face da fraqueza do poder central na República Velha, os interesses colonialistas estrangeiros aliaram-se a pequenos grupos oligárquicos de proprietários rurais, favoráveis a manutenção de seu *status quo* político e social no país, para obstaculizar um verdadeiro desenvolvimento emancipador. Por outro, após a centralização política obtida em 1930, o quase abandono do campo e o surto de urbanização que se seguiu acentuaram de maneira alarmante a deficiência alimentar no país. Por trás de um progresso de fachada, “permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome.” (CASTRO, 1984, p. 284)

Parece-nos, assim, que Castro defende em princípios da década de 1960 a implantação de uma nova governamentalidade capaz de emancipar o homem brasileiro, referindo-se à fome como índice de uma população mal administrada. Segundo o autor (1984, p. 284-285), a filosofia do desenvolvimento brasileiro foi concebida dentro da ideia de desenvolver mais o já desenvolvido, não integrando o sistema econômico nacional às áreas marginais tais como o Nordeste e a Amazônia, onde a fome era maior. Era preciso que se cooperasse para a emancipação das áreas mais pobres sem o recurso ao paternalismo, em benefício do país. Seria preciso equacionar não apenas o desnível regional, mas também o desnível entre indústria e agricultura. Nesse sentido, Castro (1984, p. 295) pontua que a manutenção da agricultura a baixos níveis de produtividade poria em grave risco o desejo de emancipação do país e seu esforço de industrialização, pois seria mais difícil fornecer matérias-primas a uma indústria apta a concorrer nos mercados mundiais, assim como os meios de subsistência alimentar ao operariado, tampouco integrar ao mercado interno a grande massa campesina, que constituía 70% da população brasileira. Assim, o que o autor defende é um governo distributivista:

Ao promover o desenvolvimento econômico do país fica o Governo um tanto perplexo diante do dilema do *pão* e do *aço*, ou seja, de investir suas escassas disponibilidades na obtenção de bens de consumo ou de concentrá-las na industrialização intensiva, sacrificando durante um certo tempo as aspirações de melhoria social da coletividade. A tendência predominante entre os economistas é de que se deve concentrar de início todo o esforço no *aço*, ou seja, na industrialização, obrigando-se a coletividade a participar com seu sacrifício na obra de recuperação nacional. É o que se chama de pagar o *custo do progresso* indispensável à emancipação econômica. Devemos entretanto não exagerar este custo, não tender demasiado ao exclusivismo porque a realidade social não se cinge apenas no economismo puro, mas sim na expressão econômico-social de um povo. (grifos do autor) (CASTRO, 1984, p. 296)

Em sua perspectiva, seria indispensável a redistribuição de terras e renda entre o Centro-Sul industrializado e o Nordeste rural para que se pudesse superar o dilema entre pão e aço e promover a emancipação econômica do país e social de sua população mais pobre. Assim, não somente o desenvolvimento, senão também a reforma agrária seria uma necessidade histórica no contexto de princípios da década de 1960. Em um regime de práticas agrícolas primitivas, de baixo rendimento e de alto grau de destruição da fertilidade dos solos, decorria do latifúndio naquele período a ínfima quantidade de 2% da área cultivada do país. Igualmente, do latifúndio decorria a existência de grandes massas sem-terra, que trabalhavam em terra alheia como assalariados ou em regimes de servidão. Posicionando-se no debate da reforma agrária, o qual atingiria seu pico de polarização social entre 1963 e 1964, após sua derrota no Congresso Nacional, decidida pela ala conservadora do PSD, o autor esclarecia que o maior entrave a sua consecução era o preceito constitucional que garantia a desapropriação mediante prévio pagamento em dinheiro, o que era inexecutável caso se entendesse “justo valor” como preço de mercado. De todo modo, a emancipação do povo e sua libertação da fome deveriam passar necessariamente pela libertação da terra no país (CASTRO, 1984, p. 301-302).

Não poderemos abordar a relação entre autonomia e emancipação no Brasil sem referência ao pensamento católico de Alceu Amoroso Lima. Em 1919, Amoroso Lima tornou-se crítico literário e adotou o pseudônimo Tristão de Ataíde. Na década de 1920, como resultado de sua correspondência com Jackson de Figueiredo, converteu-se ao catolicismo, o qual doravante buscou conciliar com suas convicções políticas liberais. A partir de 1932, assumiu a função docente e passou a opor-se ao movimento da Escola Nova, encabeçado por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, sobretudo em função de sua orientação laica. Após a Segunda Guerra Mundial, foi responsável pela redação do manifesto do recém fundado Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1962, Amoroso Lima participou do Concílio Vaticano II como representante brasileiro. Como resultado, foi influenciado pela guinada social da Igreja Católica sob liderança do papa João XXIII. Assim, no Brasil, passou a defender a realização das reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, bem como aderiu à ala da Igreja representada por Dom Hélder Câmara. Depois de 1964, conforme veremos, em sua coluna no *Jornal do Brasil*, passou a denunciar o regime militar, em especial suas práticas de terrorismo cultural.

O que distingue, porém paradoxalmente aproxima o pensamento de Amoroso Lima em relação aos autores analisados é sua tentativa de conciliar o catolicismo ao legado emancipatório iluminista. Em um conjunto de ensaios publicados em 1965, sob o

título *O existencialismo e outros mitos dos nossos tempos*, dialoga diretamente com o problema do diagnóstico weberiano da Modernidade como desencantamento do mundo. Em primeiro lugar, Amoroso Lima (2010, p. 61-70) contrapõe a necessidade de volta a Deus a três mitos modernos: a técnica, a riqueza e a cultura. Assim, também retomando o projeto iluminista, afirma que o progresso técnico não é suficiente para a felicidade do homem, pois deve ser acompanhado pelo progresso moral. Contra o mito da riqueza como apropriação ilimitada de bens, defende a distribuição da propriedade privada e a desconcentração do capital, o que o colocaria em sintonia com as demandas por reforma agrária no Brasil. No campo da cultura, afirma Amoroso Lima que o “saber pelo saber” é tão nocivo quanto a “riqueza pela riqueza”. Nesse sentido, pensa *a função do intelectual associada à emancipação como transformação social*. Assim, parece-nos que o pensador católico refuta a um só tempo a abordagem desumanizada do intelectual *técnico* e o diletantismo vazio do intelectual *erudito*, o que o situa em conexão estreita com o engajamento dos intelectuais laicos. Em lugar dos mitos da técnica, da riqueza e da cultura, sinais de avareza e orgulho, sustenta a volta às virtudes cristãs da pobreza e da humildade. Por um lado, parece-nos que converge com a tradição kantiana do Esclarecimento, pois considera que é função do intelectual lutar contra a ignorância e buscar a emancipação cultural através da educação; por outro, refuta o moralismo kantiano como “forma nobre de autofilia”, já que considera que a moral é vazia sem o recurso ao sobrenatural. Dessa forma, Amoroso Lima almeja conjugar ilustração e santificação; *religar* fato e valor.

Assim como Vieira Pinto, Amoroso Lima (2010, p. 70-81) pensa a relação entre democracia e demografia, entre representação e maioria quantitativa. Embora considere a democracia o melhor regime político disponível, afirma que a emancipação política não basta, pois deve vir acompanhada da emancipação cultural ou do esclarecimento. Como bom professor, entende que é indispensável instruir o povo para o exercício do voto. Nesse sentido, a educação emerge como ferramenta primeira da autonomia. Em caso contrário, considera que a democracia converte-se em mito da quantidade. Assim como pensavam os primeiros liberais, teme Amoroso Lima que o exercício do voto por um povo não esclarecido possa converter a democracia em tirania da opinião da maioria ou mesmo em demagogia e totalitarismo. Em lugar dessa democracia opinativa, sob influência de Jacques Maritain, o que o pensador católico defende é a democracia cristã, na qual a educação do povo conjugue-se com o ideal de justiça social de acordo com um princípio de autoridade comprometido com a liberdade e a caridade. Em compasso com

a doutrina social da Igreja Católica, Amoroso Lima também rechaça a modalidade de democracia formal transformada em plutocracia por meio do domínio de classe. Embora ecoe a crítica de Marx à emancipação política, entende que o incremento da justiça social por meio de reformas deve impedir a emergência do comunismo. Em sua visão, a paz social depende da colaboração entre as classes sociais, de modo a se evitar a vitória de um regime totalitário e anticristão de ditadura do proletariado.

No campo da política internacional, Amoroso Lima pensa o Brasil como um país de pluralismo cultural, o que o colocaria em posição de desempenhar importante papel em um mundo novo como elo entre o particular e o universal, ao mesmo tempo parte e todo. Consequentemente, como vimos em Jaguaribe, isso demandaria aceitar a tese neutralista da política exterior e encetar relações com todos os povos. Assim como Guerreiro Ramos, portanto, procura o pensador católico conciliar particular e universal e celebrar a afirmação de América Latina, África e Ásia para além do Ocidente:

Mais do que a divisão do mundo em três blocos, o que nossa era nos mostra é sua separação entre mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido. Pertencemos economicamente a este último, mas culturalmente ao primeiro. Nada de mais necessário, ao considerar nossa época e nela a posição de nossa pátria, do que levar em conta essas complexidades de situações. É a isso que chamamos de pluralismo e nos parece ser o terceiro esteio de um sistema educativo realmente cultural e progressivo, dentro da *lei de perfectibilidade*, que governa os homens e as coisas, como aquela lei do Amor, de que fala Dante no fecho da *Divina Comédia*. [...] Nossa sede de totalidade não tem de abandonar nada, nenhum entretom deste maravilhoso e variadíssimo universo, de que somos ao mesmo tempo parte e todo. Pois tanto somos arrastados pelo *movimento global da história* e do universo como somos capazes de dominar, relativamente, tanto a história como o universo. E esse pluralismo, que nos revela à verdadeira cultura, é o diálogo entre os homens, as nacionalidades, as civilizações, e faz da liberdade um fator capital como a justiça, para a *construção desse mundo novo*, que todos estamos empenhados a construir. [...] A civilização burguesa, de que o mundo se despede neste fim de século, se baseou na supremacia do Ocidente e no culto do progresso material e de um individualismo que fez da educação privilégio das elites. Com o advento da África, com a redescoberta das velhas civilizações asiáticas e a afirmação internacional da América Latina – a face do mundo moderno está mudando de dia para dia. (grifos nossos) (LIMA, 2010, p. 110-111)

Assim, Amoroso Lima busca conciliar não apenas ilustração e santificação, mas também emancipação e redenção. Em Hegel, conforme vimos, a religião é manifestação crucial do “espírito do povo” em sua realização da Ideia divina da História. Na visão do pensador católico, contudo, a promessa de autonomia e emancipação no tempo mantém-se enlaçada à história mundial da redenção. Desse modo, ao contrário dos intelectuais laicos que seguiram o rastro da dialética hegeliana, Amoroso Lima não busca devassar o mistério da vontade de Deus por recurso à Lógica. Seu homem não se aperfeiçoa através da razão pura kantiana, mas através do Amor, virtude teologal por excelência. Também parece-nos interessante aproximar seu pensamento daquele de San Tiago Dantas, pois

ambos são reformadores sociais. Por um lado, o exemplo da Revolução Cubana deveria servir a estimular o avanço das reformas de base no Brasil; por outro, ambos condenam nos mesmos termos o regime marxista-leninista de Fidel Castro como incompatível com os valores interamericanos da democracia e da religião cristã. De fato, Amoroso Lima via na consecução da reforma agrária uma maneira de concretizar a justiça social e evitar o avanço do comunismo no país⁵⁹. O espírito da Política Externa Independente, apesar disso, impedia que se isolasse diplomaticamente Cuba. Após o golpe de 1964, Amoroso Lima condenaria o rompimento de relações com o regime cubano. Caberia ao Brasil, elo entre particular e universal, não apenas buscar sua autonomia nacional, senão também defender por meio de sua política externa o princípio da não intervenção e rechaçar o colonialismo como sistema em sua escala global.

Havia, entretanto, quem buscava conciliar catolicismo, marxismo e revolução. Conforme adiantamos, o último ISEB foi caracterizado pelo ambiente de polarização ideológica que tomou o país desde 1961. Nessa fase, o PCB, a militância católica, a UNE e os artistas engajados foram especialmente influentes dentro do Instituto. Sob liderança do sociólogo e membro do ISEB Carlos Estevam Martins, cujo pensamento em política externa veremos no capítulo VI, o Centro Popular de Cultura (CPC) buscava efetivar a “marcha para o povo” através do teatro, do cinema e da música. Pretendia-se implementar uma forma de “engajamento sartreano”, capaz de romper as distinções de origem social e alinhar-se às massas, a fim de se atingir a autonomia cultural e a revolução. No campo da educação, Paulo Freire fundou o Movimento de Cultura Popular (MCP), o qual relacionou seu método de alfabetização à tomada de consciência e à cidadania ativa das massas⁶⁰. A partir de 1962, a militância católica situada na Ação Popular (AP) e na UNE radicalizou-se na luta pelas reformas de base. Após o golpe de 1964, comprometida com a via chinesa e o PC do B, a AP passaria à luta armada. De

⁵⁹ Em artigo de 1961 publicado no *Jornal do Brasil*, afirmou Amoroso Lima: “O aspecto positivo da reforma agrária é encontrar uma solução mais racional para o problema da terra, em suas relações com o homem a ela ligado e com os demais componentes das forças de organização nacional. Valorizar o trabalhador agrícola; racionalizar a propriedade agrícola, pela difusão do *mediofúndio* entre os extremos igualmente antieconômicos ou anti-humanos do latifúndio e do minifúndio; fortalecer a situação da agricultura em relação com os demais aspectos da vida econômica, política e cultural da nacionalidade – são três aspectos principais de uma reforma agrária positiva e fecunda. [...] Uma reforma agrária democrática e autenticamente humana é a única resposta à revolução agrária sem liberdade e apenas com a máscara da justiça, como um Fidel Castro, por exemplo, pretende fazer.” (LIMA, 1964, p. 48-49)

⁶⁰ Não está contida no escopo deste trabalho a discussão em detalhe do debate da educação no Brasil entre as décadas de 1940 e 1970. Para tal seria preciso percorrer a obra pedagógica de nomes como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Alceu Amoroso Lima, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Trata-se sem dúvida de um tema afeito ao conceito de autonomia cultural no sentido kantiano do Esclarecimento, o qual tem relação estreita com a emancipação política, econômica e social. Por ora, temos feito breves alusões ao referido debate, cujas implicações específicas reservamos para investigações futuras.

sua parte, o PCB assumiu no último ISEB a liderança do discurso nacionalista, de algum modo deslocando em favor do marxismo a posição de destaque do pensamento cepalino. Durante o governo de João Goulart, o PCB colocou-se abertamente como portador da tradição do trabalhismo de Vargas. Por meio do materialismo histórico, o Partido responsabilizou-se pelo acesso do Brasil à modernidade, com base na crença do progresso como parte essencial do tempo histórico. Segundo o manifesto de 1958, o PCB defendia as reformas democráticas e a revolução por via pacífica. A partir de 1963, contudo, o agravamento da crise do governo Goulart ampliou o cenário de ruptura com o modelo democrático burguês (PÉCAUT, 1990, p. 141-173)⁶¹.

A coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, editada pela Civilização Brasileira, também inseriu-se nessa estratégia pedagógica para as massas. Em 1962, Werneck Sodré publicou na coleção o opúsculo *Quem é o povo no Brasil?*, em escrita de fácil compreensão. De acordo com Sodré (1962, s/p), especialmente em período de eleições, os homens públicos do país empregam largamente a palavra “povo”, cujo significado mantém-se impreciso. É interessante notar como o historiador marxista salienta a carga semântica contestada dos conceitos em sua aplicação na arena das lutas políticas. Assim, afirma Sodré que não apenas o uso imoderado do conceito de “povo” converteu-o em uma abstração desvinculada da realidade social, mas principalmente que seu uso ambíguo é deliberado e determinado politicamente. No âmbito da política interna, os conceitos de povo e de população são utilizados de modo confuso e indistinto com o fim de mascarar a divisão social do trabalho e o fato de que nem toda classe social compõe o povo. No âmbito da política externa, confusão análoga equipara os conceitos de povo e de nação, de modo a encobrir a defesa dos interesses das classes dominantes sob o pretexto da defesa dos “interesses nacionais”:

⁶¹ Evidentemente, Caio Prado Jr. deve ser lembrado como pioneiro da análise marxista no Brasil. Em seu clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, busca estabelecer o sentido da colonização em termos estritamente materiais: “A expansão marítima dos países da Europa, depois do séc. XV, expansão de que o descobrimento e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. [...] Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; [...] A diversidade de condições naturais, em comparação com a Europa, que acabamos de ver como um empecilho ao povoamento, se revelaria por outro lado um forte estímulo. É que tais condições proporcionarão aos países da Europa a possibilidade de obtenção de gêneros que lá fazem falta.” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 21-28). Assim, o que explica em sua visão a distinção entre colônias de povoamento e colônias de exploração não são distinções psicológicas ou culturais entre tipos distintos de colonizadores, mas as distintas infra-estruturas materiais que condicionaram as empresas mercantis nas regiões da América de clima tropical e temperado.

Povo, assim, é algo que escapa à confusão e à abstração da linguagem retórica, cujo fim, consciente ou inconsciente, está em obscurecer o sentido concreto e o conteúdo social do conceito. [...] Numa sociedade dividida em classes, a população se reparte em classes dominantes, exploradoras, de um lado, e classes dominadas, de outro, aquelas que as primeiras oprimem, exploram e privam de direitos, inclusive e principalmente os direitos políticos. Realizam essa exploração, entretanto, afirmando sempre que representam o *povo*. Estão interessadas, pois, em que o conceito de *povo* seja vago, arbitrário e confuso. Tão confuso que englobe exploradores e explorados. A essa ambiguidade, que impede distinguir entre população e *povo*, junta-se outra, que impede distinguir entre nação e *povo*, conceitos que se referem também a coisas diferentes. Frequentemente, no que se refere a problemas internos, mas também no que se refere a problemas externos, ou de política exterior, as classes dominantes, que se dizem *povo*, afirmam, ao decidir sobre aqueles problemas segundo seus interesses de classe, que o fazem em defesa dos interesses “nacionais”, na preservação dos direitos “nacionais”, e repetem amiúde a expressão “tradições nacionais”. [...] As classes dominantes, entretanto, inclusive porque minoritárias, não representam o *povo*, no geral, e nem sempre representam a nação, embora detenham o poder, dominem o Estado e proclamem a sua identidade com o que é nacional. (grifos do autor) (SODRÉ, 1962, s/p)

Em primeiro lugar, a crítica de Sodré ao conceito de povo explicita a distinção entre o primeiro e o último ISEB, na medida em que aponta os limites do diagnóstico do desenvolvimento brasileiro apenas em termos de “nação” e nacionalismo e sinaliza a necessidade de uma análise amparada no conceito de classe. É significativo notar que Sodré considera *injusto* excluir do conceito de povo trabalhadores não envolvidos com a produção de bens materiais, tais como os intelectuais, responsáveis pela produção dos conceitos. É necessário, contudo, que sua elaboração mental configure um trabalho útil à sociedade. Em outras palavras, Sodré inclui *apenas os intelectuais engajados* em seu conceito de povo, o que permitiria efetivar em definitivo a tentativa de rompimento da aliança entre intelectuais e elites, soldada desde a década de 1930. Nesse pormenor, o trabalho de Jaguaribe, por exemplo, o menos engajado dos intelectuais isebianos, não poderia satisfazer as aspirações da “marcha para o povo”, sobretudo porque sua revolução capitalista previa a liderança da burguesia nacional sem problematizar a luta de classes. Embora não a explicita, a crítica de Sodré ao conceito de nação equiparado ao conceito de povo *também atinge militares e diplomatas*, representantes de uma elite que buscava representar a nação como um todo, em um projeto de política externa e modernização conservadora que, conforme veremos, ganhará seus contornos finais no começo da década de 1970, após não apenas a derrocada do projeto iseбно-cepалino, mas também em meio à autólise crítica dos intelectuais engajados levada a cabo pelos dependentistas e pela escola de sociologia da USP. No contexto de acirramento das lutas após 1961, entendemos que Sodré emprega a filosofia da História presente no marxismo para expandir os limites da autonomia no tempo rumo a maior emancipação. Como efeito, sua análise de classe permite que desenhe a heteronomia como contra-

conceito ainda mais assimétrico, na medida em que exclui da nação – equiparada a povo – todos os grupos sociais comprometidos com os interesses dominantes.

Na visão de Sodré (1962, s/p), “*povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive.*” Por um lado, seria preciso progredir para além do primeiro ISEB e equiparar efetivamente, tanto em política quanto em cultura, o nacional ao popular. Assim, Sodré denuncia a aliança entre os interesses antinacionais da classe dominante e as forças estrangeiras. Em outros termos, em 1962, após o *test-case* de Cuba, a autonomia no tempo acarretaria aprofundar as *origens populares da PEI* e suas feições incompatíveis com a hegemonia norte-americana. No entendimento de Sodré, progredir também implicava apontar as restrições da democracia populista no Brasil. Nos mesmos termos da crítica de Marx à emancipação política, e no calor do debate das reformas de base, Sodré aponta para a necessidade de se estender o direito de voto aos analfabetos, extensa parcela do povo excluída da representação política no país⁶². Não há, contudo, rompimento de classe. Assim, por outro lado, de acordo com as instruções do PCB, o que Sodré defende ainda é uma revolução nacional capitalista, levada a efeito por uma coalizão de classes progressistas, operariado e burguesia nacional, igualmente comprometidos em combater o latifúndio e o imperialismo. Inebriado de *esperança no processo histórico*, afirma porém tratar-se de “uma revolução democrático-burguesa, *mas de tipo novo*, em que a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução (grifo nosso).” Sodré (1962, s/p) entende que as forças reacionárias buscavam criar um governo de exceção e manter uma democracia de fachada de modo a impedir a *marcha inevitável da História*. Por sua vez, acredita chegado o tempo das revoluções sociais feitas pelas massas; negá-lo seria negar a ciência – do marxismo científico – e o próprio *progresso humano*.

Entre os intelectuais que analisamos até agora, há indisfarçáveis discrepâncias analíticas. Não há como conciliar, por exemplo, o existencialismo sartreano presente

⁶² “O eleitorado brasileiro compreendia, em 1945, quando o Brasil retomou a fachada democrática, 7.460.000 eleitores. Em 1954, atingiu a 15.105.000. Para as eleições de 1958, foi exigida rigorosa apuração. Preocupava a determinadas forças políticas dominantes a crescente participação popular nas eleições. O objetivo foi excluir os que ‘mal sabiam assinar o nome’ e tinham a ousadia de pretender competir com os doutores, de participar da escolha política. [...] No Brasil, assistiu-se a esse fato singular: a redução do eleitorado que, dos 15.105.000 de 1954 passou aos 13.780.000 de 1958. [...] Proibindo o voto ao analfabeto, realmente, proíbe-se o voto ao menos provido de meios materiais, aos pobres, desde que, no Brasil, educação é privilégio de classe, isto é, depende da posse de meios materiais. O proletariado não dispõe desses meios; o campesinato também não dispõe desses meios; é o povo, por conseguinte, que não dispõe desses meios.” (SODRÉ, 1962, s/p)

nos textos de Corbisier e Guerreiro Ramos com o catolicismo de Amoroso Lima; ou o entusiasmo de Vieira Pinto com as possibilidades da democracia brasileira com a crítica de Sodré à exclusão do voto aos analfabetos. São igualmente inconciliáveis as ideias de revolução em Jaguaribe, liderada pela burguesia industrial, e de Sodré, encabeçada pelo povo não bestializado. Segundo vimos, também existem várias similitudes. Para nós, no entanto, no final das contas *os nomes não importam*. Parece-nos ter sido possível até o momento encaminhar a descrição de uma formação discursiva cuja regularidade pode ser inferida a partir do conceito de autonomia no tempo. Autonomia, emancipação e tempo – todos construções conceituais modernas herdadas na experiência brasileira – formam os pilares dessa arquitetura discursiva. Há um quarto pilar: o conceito mesmo de intelectual engajado. Nessa função, todos os nomes se parecem. Quer dizer, em todos os casos aqueles homens utilizaram suas elaborações conceituais para colocarem-se na arena política na distinta posição de *arautos de um novo tempo*. Para isso, assumiram *representar* uma audiência real, homogênea e sem voz, a qual, contudo, foi apenas pressuposta em seus entendimentos de nação e povo. Invariavelmente, era preciso também presumir a morte do passado e a culminância da ruptura, a qual deveria coincidir com o próprio tempo de vida de quem imaginava o mundo sonhado⁶³.

3.3 Autonomia e tempo

De acordo com Pécaut (1990, p. 124-125), duas palavras-chave podem definir o pensamento isebiano: ruptura e racionalidade. Ruptura significava o que estaria prestes a ocorrer no país, ou o momento em que se passaria à consciência autêntica, em que se fechariam as dissociações que ainda existiam nos anos 1930. Em outras palavras, a ideologia, enquanto consciência dessa *ruptura histórica*, unificaria e orientaria teoria e prática, desfaria a distância existente entre as ideias importadas e a realidade, entre as elites e as massas inconscientes, entre a organização do social e o desenvolvimento. Seria tarefa da *intelligentsia* brasileira elaborá-la, dentro de um contexto como o de fins da década de 1950 e início da de 1960, de inevitável escolha entre reação e revolução. Por sua vez, racionalidade poderia significar o “movimento do real”, o *controle do devir* e o *processo de emancipação*, dentro de uma influência neo-hegeliana que relacionava

⁶³ “STREPSIADES – Me diga Sócrates: quem são estas mulheres que cantam estes hinos bacanas? São fantasmas? SÓCRATES – De modo nenhum! São as Nuvens celestes, grandes deusas dos ociosos; elas nos oferecem o saber, a dialética, o entendimento, a linguagem elevada e verbosa, a arte de comover e de enganar.” (ARISTÓFANES, 2003, s/p)

evolucionismo e historicismo, como condição para que a ideologia do desenvolvimento nacional pudesse fundamentar-se na história concreta.

Para melhor esclarecer o sentido de “ruptura” e “racionalidade”, Pécaut (1990, p. 126-127) propõe uma aproximação entre o Brasil dos anos 1955-1964 e a Alemanha da primeira metade do século XIX. Nos dois casos, o problema eram as interações entre o atraso econômico e a política. Foi a consciência desse atraso o que motivou a convicção dos intelectuais alemães de que seu país poderia estar, no que se refere ao pensamento, à frente das nações mais industrializadas. O jovem Marx diagnosticou a impotência da Alemanha para realizar uma revolução burguesa, por falta de uma burguesia. De sua parte, Hegel pensou que o Estado alemão pudesse conduzi-la a um desenvolvimento racional mais rápido sem a separação entre público e privado, a qual era o legado da Revolução Francesa. De todo modo, tratava-se de viver o futuro através da filosofia, ou *antecipar um horizonte de expectativa através do pensamento*, transformando o atraso objetivo do país em condição para um avanço de consciência. Igualmente, “seria justamente o atraso do Brasil que lhe permitiria colocar-se, por meio da ideologia, acima do momento atual, e afirmar a possibilidade de uma história comandada pela razão.” Ao inverso da experiência francesa, em que a ruptura revolucionária precedeu a consciência, foi por alcançarem plena consciência que os intelectuais engajados brasileiros pensaram estar vivendo uma ruptura, ou até mesmo uma revolução.

A principal preocupação da *Begriffsgeschichte* ou história dos conceitos alemã foi traçar o percurso de conceitos políticos e sociais do mundo germanófono dos anos de 1750 a 1850, o chamado período da *Sattelzeit*, durante o qual ocorreram mudanças estruturais no governo, na economia e na sociedade europeias, acompanhadas por alterações e intensas disputas em torno do significado dos conceitos. Segundo vimos no primeiro capítulo, a *Sattelzeit* caracterizou-se por quatro fenômenos conceituais: a temporalização (*Vertzeitlichung*), a democratização (*Demokratisierung*), a agregação de conceitos em ideologias (*Ideologiesierbarkeit*) e a politização (*Politisierung*). Assim, a partir de meados do século XVIII, conceitos políticos e sociais passaram a ser utilizados cada vez mais como armas entre classes e movimentos antagônicos, agrupados em ideologias portadoras do sufixo “ismo”, como planos de ação à conquista de posições de poder. Paralelamente, o vocabulário político e social, cujo uso era antes adstrito à elite, democratizou-se a camadas mais amplas por meio da educação e da imprensa. Dos quatro fenômenos, interessa-nos olhar agora o da temporalização. Desde a *Sattelzeit*, disseminou-se a prática de se inserir conceitos políticos e sociais em horizontes ou

filosofias da história apresentadas de modo teleológico em períodos, fases ou estágios de desenvolvimento, do que no século XIX a teoria do progresso foi o melhor exemplo. Significativamente, os atores políticos que assumiam tal perspectiva viam a si mesmos vivendo um período único da História, no limiar de uma grande transformação.

Como adiantamos, o conceito de História modificou-se no final do século XVIII. Em lugar da palavra *Historie*, originalmente um conjunto de relatos específicos, ganhou importância no mundo de fala alemã a palavra *Geschichte*, para significar um único processo global capaz de conter todos os eventos. Desde então, com Hegel, emergiu o entendimento da “história universal”, ao passo que Kant pensou o agregado das ações humanas como um único sistema racional. Somente a História concebida como um sistema tornou possível pensá-la como uma unidade dotada de coerência interna. Assim, segundo Koselleck (2004, p. 32-37), pode-se levantar a hipótese da temporalização da História, a qual desde o século XVIII descolou-se de uma cronologia de base natural, seja o ciclo dos planetas e das estrelas ou a sucessão dos reis e das dinastias, por meio da elaboração da teoria do progresso. Conforme o autor (2004, p. 22), o progresso abriu a possibilidade de um futuro capaz de transcender tudo o que até então se podia prever em termos de experiência histórica. O futuro contido na ideia de progresso presumia sua qualidade desconhecida, bem como a aceleração crescente com que se aproximaria. Por sua vez, o depositário dessa filosofia do progresso histórico deveria ser o *prophète philosophe*, intelectual emancipado da sujeição do monarca absoluto e da tutela da Igreja. Em face da ausência de um espaço de experiência histórica prévia, o intelectual deveria compensá-la por meio da projeção de um horizonte de expectativa futuro, a ser inserido na moldura temporal dos conceitos.

Assim, partindo-se da analogia entre a Alemanha do século XIX e o Brasil dos anos 1955-1964, seria possível sustentar a hipótese da temporalização à atividade da *intelligentsia* brasileira no que se refere, especificamente, ao conceito de autonomia. Em um primeiro momento, procuramos entendê-lo por contraste à heteronomia, a qual foi pelos intelectuais identificada ao passado histórico do país. Em seguida, relacionamos seu conceito de autonomia ao conceito paralelo de emancipação, política, econômica e social. Parece-nos, além disso, que seu conceito de autonomia apresenta uma moldura temporal voltada para o futuro, o que implica uma compreensão teleológica do processo histórico, de maneira a compensar o atraso do Brasil na década de 1950 por meio da projeção de um horizonte de expectativa, embutido no próprio conceito. Nesse sentido, o par oposto da heteronomia somente poderia estar relacionado ao passado, bem como a

grupos sociais considerados reacionários. Por sua vez, a expectativa de futuro implicaria um movimento de emancipação do país e de sua população identificado com a própria racionalidade do devir. De acordo com a hipótese da temporalização, esse futuro deveria abrir um tempo novo e sem precedentes, o qual se aproximaria aceleradamente. Antes de testá-la, contudo, é preciso investigar a própria função social do intelectual e suas relações com a luta política, uma vez que a *intelligentsia* no século XX chamou a si cada vez mais o papel de porta-voz de um novo tempo.

Em seu livro *A traição dos intelectuais*, publicado originalmente em 1928, Julien Benda deplora que os intelectuais de sua época tenham abandonado a exclusividade de uma vida contemplativa para dedicarem-se às paixões políticas do povo, de classe e de nacionalidade. Em sua visão (2006, s/p), todos os movimentos políticos passaram desde então a reclamar estar alinhados com o “profundo desenrolar da História”, por meio da descoberta de leis históricas segundo as quais deveriam necessariamente triunfar sobre seus opositores. Em nome da ciência, cada qual forjou um aparato ideológico apto a proclamar o valor supremo de suas ações políticas. No caso do nacionalismo, o qual de acordo com Benda é obra dos intelectuais alemães, as paixões responderam ao interesse de grupos por vantagens materiais e de indivíduos por orgulho e diferenciação em face de outros. Em paralelo, seu realismo foi divinizado, e a Nação equiparou-se a Deus. Desde o final do século XIX, assim, os intelectuais vinham traindo sua função precípua que advinha dos clérigos medievais, de acordo com a qual deveriam voltar-se à busca dos universais. A partir de então, seu principal interesse era a organização intelectual dos ódios políticos, com apreço pela fragmentação nacional e de classe. Ao lado disso, os novos clérigos passaram a identificar a moral com a prática política, desprestigiando o ideal universal de justiça. Ao invés de buscarem o afastamento das paixões do povo, colocando-se a serviço de atividades exclusivamente especulativas, os intelectuais do século XX enveredaram para a formulação ideológica das divisões políticas.

Por sua vez, Karl Mannheim, o qual teve influência decisiva sobre o pensamento isebiano, reconhece em seu *Ideologia e utopia*, publicado originalmente em 1929, o envolvimento dos intelectuais nas lutas políticas e propõem-se a formular uma nova abordagem científica, sua Sociologia do Conhecimento, que desse conta de oferecer uma síntese das perspectivas disponíveis em seu tempo. A Sociologia do Conhecimento presume que os modos de pensamento não podem ser compreendidos sem que se atente às suas origens sociais, assim como sua análise não pode ser separada dos contextos de ação coletiva de onde emergem historicamente. Desde o entre-guerras, tornou-se visível

o fenômeno da democratização, a partir do qual as ideias dos estratos socialmente inferiores ganharam pela primeira vez condições de enfrentar as ideias dos estratos dominantes em um mesmo nível de validade. Paralelamente, segundo Mannheim (1986, p. 30-39), a função dos intelectuais, cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação do mundo, deixou de ser monopólio de uma casta. O fato mais decisivo dos tempos modernos, em contraste com a Idade Média, foi a quebra do monopólio da interpretação eclesiástica, mantido pela casta sacerdotal, em lugar da qual emergiu uma *intelligentsia* livre, recrutada em estratos constantemente variáveis, com o que proliferaram as perspectivas sobre o mundo:

Este estrato desamarrado, *relativamente* sem classe, consiste, para usar a terminologia de Alfred Weber, na “*intelligentsia* socialmente desvinculada”. Seria impossível, a este respeito, esboçar mesmo o mais esquemático dos resumos do difícil problema sociológico colocado pela existência do intelectual. [...] Uma Sociologia orientada apenas para a referência a classes sócio-econômicas jamais compreenderá adequadamente este fenômeno. De acordo com esta teoria, os intelectuais constituem uma classe, ou, pelo menos, um apêndice de uma classe. Poderia assim descrever corretamente certos determinantes e componentes desse corpo social desvinculado, mas nunca a qualidade essencial do conjunto. [...] Um dos fatos mais marcantes da vida moderna é que, nela, diversamente do que acontecia nas culturas precedentes, a atividade intelectual não é exercida de modo exclusivo por uma classe social rigidamente definida, como a dos sacerdotes, mas por um estrato social em grande parte desvinculado de qualquer classe social e recrutado em uma área mais extensa da vida social. (MANNHEIM, 1986, p. 180-181)

Assim como Benda, Mannheim (1986, p. 183) diagnostica duas saídas possíveis à desvinculação de classe dos intelectuais modernos. Uma corresponderia à filiação voluntária a um ou outro dos vários partidos e classes antagônicas; outra saída seria o exame autocrítico de suas próprias raízes sociais na tentativa de cumprir a missão de defender os interesses intelectuais do todo. No caso da *intelligentsia* brasileira dos anos 1950, pode-se discernir a preferência pelo primeiro caminho. Desse modo, conforme afirmamos, há em Jaguaribe nítida associação da função do intelectual no Brasil às classes médias esclarecidas, em oposição às classes médias parasitárias vinculadas ao Estado Cartorial por meio de empregos públicos. Em Honório Rodrigues, por sua vez, há distanciamento de uma classe média conservadora e moralista que compunha a principal base de apoio eleitoral da UDN. Corbisier, Guerreiro Ramos, Josué de Castro e San Tiago Dantas, oriundos da vida acadêmica, filiaram-se ao PTB e ingressaram na vida político-partidária. No último ISEB, Vieira Pinto e Sodré aproximaram-se do Partido Comunista. De sua parte, Celso Furtado, talvez o único intelectual técnico e engajado entre os pensadores analisados, tomou parte em cargos políticos nos governos Kubitschek e João Goulart.

Embora tenham-se engajado em atividades políticas de modo mais ou menos explícito, os intelectuais brasileiros, sobretudo aqueles que fizeram parte do ISEB, buscaram elaborar uma ideologia nacional-desenvolvimentista, que dominaria a política brasileira até 1964, justamente com a recusa de análises de classe a fim de se amortecer as tensões sociais em prol de um pacto nacional de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, essa *intelligentsia* reclamou para si a exclusividade do papel de porta-vozes do Povo e da Nação e da compreensão do próprio processo histórico e do futuro do país, em oposição a outras linhas de compreensão, tais como os estudos geopolíticos que se vinham desenvolvendo em paralelo na Escola Superior de Guerra⁶⁴. A partir da década de 1940, segundo Abreu (2005, p. 100-103), após a fundação da USP, da Fundação Getúlio Vargas e das primeiras faculdades de economia no Brasil, os intelectuais técnicos começaram gradativamente a substituir os antigos bacharéis nas funções de Estado, com o que igualmente se modificou sua base social. Na área cultural, técnicos como Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira conceberiam a reforma do ensino e a criação da Universidade de Brasília. Por sua vez, os intelectuais do ISEB podem ser considerados “intelectuais de transição”, pois, embora destoaassem dos velhos bacharéis, ainda provinham de formações humanísticas de influência francesa. Tratava-se, em seu caso, de abandonar o caráter ornamental de sua cultura geral e aplicá-la às lutas políticas.

Em seus *Cadernos do cárcere*, escritos entre 1926 e 1937, Antonio Gramsci sustentou a respeito dos intelectuais posição diametralmente oposta àquela de Benda. De acordo com Gramsci (1982, p. 3-11), cada grupo social cria com base em sua função na produção econômica uma camada de intelectuais que lhe dá homogeneidade e consciência de classe. Por exemplo, a burguesia, na figura do empresário capitalista, dá origem a intelectuais técnicos na indústria e a especialistas em economia política. No contexto de avanço da industrialização e das lutas ideológicas no século XX, esse novo tipo configurou o “intelectual orgânico”, comissário da hegemonia da classe dominante na produção de consenso no âmbito cultural da superestrutura. Por sua vez, resquício do período pré-industrial, permanecia existindo a categoria do “intelectual tradicional”, o

⁶⁴ Cândido Mendes, fundador do Departamento de História do ISEB, assim reflete a esse respeito: “O ISEB nascia ciente e cioso de sua novidade institucional. Mas de logo compunha-se num *vis-à-vis* com a Escola Superior de Guerra, onde, exatamente, e no sentido mais clássico das elites corporativas, os pró-homens do esforço de guerra no fim do conflito de 45 trouxeram para o Brasil o modelo de Fort Knox e Fort Leavenworth. [...] A Rua das Palmeiras e a Praia Vermelha encontravam-se, numa ‘reciprocidade de perspectivas’, de costas, entretanto, emulando-se sem nenhum contato direto, mas ambas a dar contas da inviabilidade de qualquer perdurar no *establishment* brasileiro após os meados dos 50. A originalidade do ISEB autenticou-se exatamente por sua solidão no quase decênio de sua existência.” (ALMEIDA, 2005, p. 21). Posteriormente, retornaremos em detalhe ao pensamento militar produzido na ESG.

qual sempre considerou-se uma camada autônoma e independente do grupo dominante, assim como das mudanças políticas e sociais. Os clérigos medievais foram a melhor ilustração desse fenômeno. Segundo Gramsci, estavam, contudo, organicamente ligados à aristocracia fundiária feudal. Nesse sentido, em oposição a Benda, considera que a realidade do século XX não mais permitiria a nostalgia do intelectual etéreo. Muito pelo contrário, dado o avanço dos índices de alfabetização nos países avançados, pensa Gramsci que agora todos os homens eram intelectuais. Entretanto, por uma distinção de grau, mas não de essência, nem todos exerciam na sociedade essa função. Não sem auto-referência, defende não apenas a ultrapassagem histórica dos clérigos, mas a formação de intelectuais organicamente ligados aos interesses da classe operária⁶⁵. Sua atuação dar-se-ia nos âmbitos educativo e político-partidário:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a dirigente (especialista mais político). [...] O que é que o partido político se torna em relação ao problema dos intelectuais? [...] Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais, eis uma afirmação que se pode prestar à ironia e à caricatura; contudo, se pensarmos bem, veremos que nada é mais exato. Dever-se-á fazer uma distinção em graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isso que importa: importa, sim, a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. (GRAMSCI, 1982, p. 8-15)

Quanto aos intelectuais brasileiros mencionados, a distinção de Gramsci parece-nos relativamente cabível. Em nossa visão, a posição mais acertada é aquela defendida por Mannheim: se, por um lado, os intelectuais configuram cada vez menos um casta sacerdotal à parte, pois são oriundos de amplo espectro da vida social, por outro, não estão necessariamente vinculados a interesses específicos de classe. É possível situar, contudo, sob risco de binarismo, e apenas como analogia, o que temos denominado por *técnicos* e *engajados* em dois campos opostos da atividade do intelectual orgânico, digamos, da estabilização monetária e da justiça social. Por sua vez, os chamados *eruditos* ecoam a função tradicional dos intelectuais, refugiados na “torre de marfim” e declaradamente imunes à luta político-ideológica. De acordo com Gramsci (1982, p. 21-

⁶⁵ “Intellectuals are not a distinct and relatively classless social stratum. Gramsci saw them as organically connected with a social class. They perform the function of developing and sustaining the mental images, technologies and organisations which bind together the members of a class and of an historic bloc into a common identity. Bourgeois intellectuals did this for a whole society in which the bourgeoisie was hegemonic. The organic intellectuals of the working class would perform a similar role in the creation of a new historic bloc under working class hegemony within that society.” (COX, 1983, p. 168)

23), dentro de um contexto de base industrial estreita, ainda predominavam na América Latina os intelectuais de tipo tradicional ligados ao clero, à casta militar e aos grandes proprietários rurais. Gradualmente, novos intelectuais laicos associados à burguesia em ascensão estariam desafiando a influência clerical e militar. Gramsci atribui às heranças ibérica e católica, entretanto, a imensa distância existente entre os intelectuais e o povo na América Latina, cujos graus deficientes de alfabetização não o fariam afirmar com certeza que agora todos são intelectuais. De fato, conforme vimos, esse parecia ser o cerne da questão dos intelectuais engajados no Brasil a partir da década de 1950. Em parte ainda confinados à formação generalista e diletante que caracterizava os eruditos, buscavam, contudo, falar em nome do povo, conceito coletivo algo pressuposto que os colocava ora na função do sacerdote, ora na do profeta⁶⁶.

Na visão de Said (2005, p. 34-36), porque a política está em toda parte, não há mais possibilidade de escape do intelectual para os âmbitos da arte e do pensamento puro, tampouco de uma objetividade desinteressada. Em linha com Gramsci, defende que o intelectual utilize seu senso crítico para resistir a seu arrebanhamento pelos meios de comunicação, narrativas oficiais e justificações de poder. Sustenta assim a imagem do intelectual *engajado*, alinhado aos fracos e aos que não têm representação. Conforme afirmamos, aqui empregamos *essa definição* de intelectual com respeito à inteligência brasileira atuante entre meados das décadas de 1950 e 1970. Nesse sentido, afirma Said (2005, p. 78) que “o intelectual não representa um ícone do tipo estátua, mas uma vocação individual, [...] abordando com uma voz empenhada e reconhecível [...] uma porção de questões, todas elas relacionadas, no fim das contas, com uma combinação de esclarecimento e emancipação ou liberdade.” Segundo vimos, é essa correlação que Kant estabelece entre a função do intelectual, o Esclarecimento e o uso público da razão. Ao lado disso, Said (2005, p. 80-91) defende que o intelectual típico deve resistir às pressões por profissionalização, pois a especialização a uma área do conhecimento restrita submete-o a um conjunto de autoridades e de ideias canônicas. Agora mais próximo de Benda, o intelectual amador de Said dedica-se a uma atividade alimentada pela afeição, não pelo lucro de uma especialização estreita. Em consequência, jamais é

⁶⁶ “Suas ideias são sempre expressas em linhas e figuras. [...] Suas casas são muito mal construídas, formando as paredes ângulos irregulares, não havendo um único ângulo reto em qualquer recinto, decorrendo esse defeito do desprezo que eles sentem pela geometria prática, que lhes parece vulgar e servil, pois as instruções que dão são refinadas demais para a inteligência de seus trabalhadores, o que causa uma infinidade de erros. [...] Contudo, o que mais admiração me causava, e mais inexplicável me parecia, era o forte interesse que neles observava por notícias e política, sempre a indagar a respeito da coisa pública, expressar juízos sobre questões de Estado e discutir apaixonadamente os mais pequenos pormenores da posição de um partido.” (SWIFT, 2010, s/p)

um funcionário, comprometido com os objetivos políticos de um governo. No sentido kantiano, a especialização implicaria limitá-lo ao uso privado da razão, amarrada a suas obrigações profissionais. Para nossos propósitos, essa distinção permite diferenciar os intelectuais próprios dos diplomatas *intelectuais* e dos militares *intelectuais*⁶⁷.

Vimos anteriormente que Koselleck pensa o par epistemológico antes/depois como uma categoria pré-linguística que uma vez aplicada à valência de conceitos políticos e sociais torna a História empiricamente possível. Ademais, uma das maneiras de se conhecer um conceito é perceber sua estrutura temporal com base na noção de “geratividade”, ou seja, da relação entre as gerações que permite discernir a sucessão diacrônica. Com base nessa constatação, temos pensado presentemente o conceito de autonomia no tempo. Em nosso argumento, é também importante associar a carga semântica do próprio conceito à função social daqueles que o elaboram, ou seja, dos intelectuais engajados. Em outras palavras, cada geração de intelectuais *vive para obter sua autonomia* em face da geração precedente, o que implica romper com o passado. Seus conceitos são armas utilizadas com esse propósito; por isso, também carregam essa mesma valência crítica ou de ruptura. Consequentemente, sua vitória *somente pode estar situada no horizonte*, ou seja, em sua melhor capacidade de diagnosticar o tempo em que vivem e de prever o porvir. Assim, devem forçosamente pensar a História como dotada de sentido e de leis, cujo conhecimento permitiria decifrar seus movimentos. Em seguida, veremos como a geração do nacional-desenvolvimentismo, fruto do pós-guerra, buscou atacar a geração anterior, aquela dos “intérpretes do Brasil”. De sua parte, a geração mais moça, emergente no final da década de 1960, fará o mesmo movimento,

⁶⁷ Seria desarrazoado sustentar que os diplomatas *não são intelectuais*, na medida em que sua formação é das mais completas e abrangentes. O mesmo também vale, embora com restrições, aos militares. No entanto, ambos prendem-se a suas respectivas condições de funcionários do Estado, atados àqueles dois imensos ícones, o Barão do Rio Branco e o Duque de Caxias. Em suas memórias, o diplomata Maurício Nabuco, filho de Joaquim, constata essa realidade, não sem resignação: “É que a formação diplomática não é a mais propícia para alargar o espírito. Não sei mesmo se haverá carreira mais imprópria para ampliar o horizonte individual. Não haverá nenhuma na qual sejam mais necessárias grandes qualidades de espírito para o indivíduo vencer-se a si mesmo no sentido de não se tornar rotineiro, de não se tornar escravo de convenções. O brilho da alta investidura, a representação pecuniária vantajosa, as instalações principescas, isto é, a parte material indispensável que acompanha a função representativa, prepara ambiente propício para vencer no meio político e social em que vive o diplomata. Mas esses mesmos fatores, que favorecem a conquista de um aliado eventual, tornam a própria pessoa presa fácil para as atrações mais fúteis da profissão, justamente as que mais despertam a vaidade e acanham o espírito. [...] Nomeados adidos de embaixada, mormente em países de interesses restritos para a política universal, em vez de se ocuparem com os problemas de sua preferência, e que atingem a coletividade mundial, passam a copiar à máquina coisas sem interesse. Daí é fácil passarem a dar importância que não merecem às minúcias burocráticas ou sociais – como sempre fizeram as figuras secundárias da carreira – por exemplo, ao formato, tipo e papel do cartão de visita, digamos, e, desse ponto em diante, sua carreira muitas vezes constitui triste descida intelectual; vão eles se interessando por trivialidades cada vez mais insignificantes, até que, velhos embaixadores, só cogitam de cozinheiros e condecorações.” (NABUCO, 1982, p. 4-5)

porém dessa vez atacando o nacional-desenvolvimentismo. Nos dois casos, o conceito de autonomia no tempo cumprirá a mesma função: *romper e anunciar*.

Conforme destaca Ortega y Gasset (1966, p. 145-155), em ensaio publicado originalmente em 1923, a época posterior à Primeira Guerra Mundial caracteriza-se por uma filosofia beligerante, em que os intelectuais da geração presente buscam destruir o passado imediato através da negação e radical superação de suas ideias. Como vimos, esse é o contexto em que também escrevem Benda, Mannheim e Gramsci, em que o papel do intelectual no Ocidente torna-se cada vez mais engajado e combativo. Por sua vez, Ortega entende que “geração” é o conceito mais importante da História, pois atesta as variações de sensibilidade vital de uma época para outra. Assim, a razão histórica modifica-se e pode ser cientificamente compreendida apenas se se tem em mente os entrechoques das distintas necessidades vitais e psicológicas de uma geração a outra. Em Ortega, a geração emergente compõe um novo corpo social íntegro em que se distinguem a multidão e uma minoria seleta. Nessa minoria seleta, situam-se homens de contemplação e homens de ação. Evidentemente, os primeiros são os intelectuais. Caberia portanto aos intelectuais, como vanguarda, compreenderem as necessidades vitais do tempo presente, as quais seriam politicamente implementadas pelos segundos e chegariam apenas por último ao entendimento das massas. Essa compreensão implica em Ortega que os novos intelectuais perfaçam dois movimentos interligados: seguir sua espontaneidade vital e romper com as ideias da geração precedente de intelectuais; desvendar a razão histórica e profetizar. Para entendermos nós a relação existente entre intelectuais engajados e seu conceito de autonomia, conjugaremos portanto as noções de geração e de geratividade, respectivamente, vida e linguagem. De resto, sabemos que a obra de Ortega y Gasset teve forte impacto sobre a produção dos intelectuais isebianos, sobretudo, Jaguaribe e Corbisier.

Em Corbisier (1958, p. 70-75), é claro o esforço para se diferenciar das gerações anteriores de intelectuais no Brasil, posicionando-se a si e a seus contemporâneos como arautos de uma nova era. De acordo com ele, a “situação colonial” do país implicava um fenômeno social total, bem como uma forma específica de existência humana, na qual prevalecia um tipo de cultura alienada, associada ao “complexo de inferioridade” em relação aos povos imperialistas, cuja ideologia disseminava a superioridade racial e cultural. Imersos no contexto colonial, os pensadores e ensaístas que o antecederam, dos quais se poderia citar Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, vivendo a cultura como leitura, e não como solução efetiva dos problemas brasileiros, não teriam sido

capazes de romper o complexo colonial e distinguir a cultura autêntica da erudição, ou cultura alienada. Intelectualmente estrangeiros na realidade do país, veriam tudo através de sua cultura livresca. Assim, em Corbisier (1958, p. 74), a cultura autêntica não poderia provir do passado colonial e da erudição ligada à cultura estrangeira, senão de um “ideal que se desenha no futuro, um projeto de existência coletiva, a consciência de um destino comum, de uma tarefa a empreender e realizar na história.” Nesse sentido, a elaboração de categorias conceituais aptas à compreensão da realidade do país não se poderia jamais dissociar da luta política para modificá-lo. Ou seja, em uma filosofia beligerante, Corbisier associa engajamento e cultura autêntica à *autonomia de si próprio e de sua geração*, de modo a fazer tábula rasa dos “intérpretes do Brasil”, cuja geração não teria rompido o limiar histórico da erudição alienada.

Em Vieira Pinto (1960, p. 12-14), por sua vez, emerge a tentativa de se conciliar as duas soluções de Mannheim para a desvinculação de classe do intelectual moderno. Embora tenha liderado o ISEB em seu período mais radical, quando foi deliberada sua tentativa de aproximação dos grupos de esquerda que apoiavam as reformas de base no Brasil, o filósofo também se esforçou por propor uma visão de conjunto. Dessa forma, o retardamento do processo de desenvolvimento do país seria devido à ausência de uma teoria filosófica apta a despertar a consciência nacional. Segundo ele, *não teria havido na história do pensamento no Brasil* filósofos capazes de sugerir aos diferentes especialistas a superação de seus campos de atuação e a formulação dos problemas nacionais por meio de uma visão histórica ampla. Assim, a obra dos sociólogos que o precederam, ou dos “intérpretes do Brasil”, não pensaria em termos de universalidade, ficando adstrita a ângulos parciais. Quando se tentava abranger o conjunto da realidade brasileira, atingiam-se somente análises de história descritiva. Em um período como o da década de 1950, em que os técnicos e especialistas tomavam cada vez mais posições no governo, Vieira Pinto, cuja formação era humanística, chamava a si próprio o papel de sistematizar o desenvolvimento brasileiro, engajando-se tardiamente na luta política.

Os intelectuais analisados também fazem críticas pontuais aos sociólogos da década de 1930, de método e de adequação conceitual. Em referência a Buarque de Holanda, Honório Rodrigues (1963, p. 14) considera que uma pesquisa ampla e séria sobre as características nacionais deveria evitar as formas simplistas de análise, pois “é triste, não é triste, é ou não cordial, é ou não hospitaleiro – não basta.” Por sua vez, Josué de Castro (1960, p. 145) afirma que a obra de Gilberto Freyre é destituída de qualquer valor científico. Sua hipótese, em *Casa Grande & Senzala*, de 1933, de que o

escravo era bem alimentado pelo senhor de engenho, pois produziria mais, decorre de acordo com Castro de um desconhecimento da nutrição que “daria para reprovar qualquer aluno secundário que estivesse fazendo seu exame de história natural, de química ou mesmo de economia doméstica.” Longe de nós valorar tais diatribes; o que nos interessa salientar é como indicam essa necessidade visceral de se romper com a geração precedente⁶⁸. É porque busca afirmar sua própria autonomia como historiador que Rodrigues ataca Sérgio Buarque de Holanda. Em Josué de Castro, há não apenas incompatibilidade intelectual, mas também ideológica. É preciso lembrar que Gilberto Freyre foi deputado federal pela UDN no final da década de 1940, apoiador do golpe de 1964 e um dos redatores do programa da ARENA. Além disso, sua tese do lusotropicalismo ainda embasaria o apoio brasileiro ao colonialismo português. De resto, conforme vimos, Freyre converteu-se no espantinho da geração de intelectuais do pós-guerra, movidos não só contra o que entendiam ser sua obsolescência conceitual, mas provavelmente também devido ao reconhecimento internacional obtido pelo sociólogo pernambucano, o que o transformou em alvo preferencial dos mais jovens.

De fato, a década de 1950 representou um período de mudanças estruturais no Brasil, de que o acelerado crescimento populacional, a urbanização, a industrialização e o aumento da massa eleitoral em um quadro populista de democracia ampliada podem ser considerados sinais indicativos. Em paralelo, parece-nos que os conceitos políticos e sociais, em especial o conceito de autonomia, estiveram sob intensa disputa, na medida em que se tornaram armas políticas por meio de plataformas explícitas de ideologização como aquela do ISEB. Além disso, desde que os debates em torno do petróleo e do capital estrangeiro tomaram as ruas no segundo governo Vargas, movimento que se galvanizou com seu suicídio, tornou-se também claro o fenômeno da democratização, visto que os conceitos da política externa romperam o domínio zeloso que se exercia no Itamaraty e atingiram novos setores da sociedade. É nesse contexto que emergiu, em meados da década, o pensamento da geração de intelectuais que nos interessa descrever. Seus textos tornam possível igualmente testar a hipótese da temporalização, visto que recorreram à noção teleológica de processo histórico com o fim de compensar o atraso brasileiro mediante a projeção otimista de um horizonte de expectativa.

⁶⁸ “Estás a ver, Hermitimo, como acabas de falar a linguagem de toda a gente? Na verdade, isso precisamente é o que diria o companheiro de viagem de Platão, ou o que seguisse Epicuro, e todos os outros: que eu não chegaria a ‘Corinto’ senão na companhia de cada um deles. Assim sendo, há que, ou acreditar em todos (coisa bem ridícula), ou então desconfiar [de todos] por igual.” (LUCIANO, 2012, p. 249)

Após 1959, ano em que se exonerou do ISEB, Helio Jaguaribe voltou-se a uma posição de reserva em relação à radicalização política que caracterizaria a última etapa do Instituto. Ao mesmo tempo, opôs-se ao golpe de 1964 e à derrubada de João Goulart, o que o levou a retirar-se para os Estados Unidos, onde prosseguiu com sua carreira acadêmica. Em seu livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, o autor não propôs-se apenas a opor autonomia e heteronomia no marco do debate entre americanismo e neutralismo, tampouco a ponderar a polarização em torno do capital estrangeiro. Antes disso, buscou definir o nacionalismo brasileiro dentro de uma *concepção progressiva e finalista do processo histórico*. Em sua visão (1958a, p. 19-21), a existência de uma nação presume condições objetivas, tais como população, cultura e território, contudo, somente pode constituir-se em nacionalidade se há um projeto de integração nacional “que dá à nação sua continuidade no tempo e sua fisionomia própria, como sujeito e instrumento de ação política.” Enquanto projeto, o nacionalismo deve ter por fim, no curso da história, a obtenção de formas superiores de organização social. Assim, ao longo do tempo, deveria o nacionalismo servir de base à *busca por autonomia*, a qual aparece em Jaguaribe como sinônimo de soberania nacional e popular.

Parece-nos que Jaguaribe vê *a si próprio* como intelectual encarregado de propor categorias de entendimento teórico do nacionalismo em face de um tempo de ruptura com o passado e de abertura acelerada para um futuro sem precedentes. Em paralelo, o autor amarra a legitimidade de sua ideologia nacional-desenvolvimentista na própria racionalidade do devir, de modo a compreender o fluxo do tempo como dotado de sentido histórico. Bastante influenciado pela Sociologia do Conhecimento, Jaguaribe (1958a, p. 48-49) afirma que apenas o nacionalismo pode ser considerado uma ideologia representativa e autêntica no contexto brasileiro de fins da década de 1950. Assim, o nacionalismo é mais representativo, pois corresponde aos interesses situacionais dos grupos sociais progressistas, tais como a burguesia nacional, o proletariado e a própria *intelligentsia* de classe média. Mais do que isso, o nacionalismo seria mais autêntico, visto que apresenta à comunidade nacional como um todo critérios que a encaminham no sentido de seu *processo faseológico*, ou, em outras palavras, alinha-se à dialética do profundo desenrolar da História:

O mais importante acontecimento histórico de nossa época, tão rica em inovações tecnológicas e em sucessos políticos e sociais, talvez seja o fato de que nela, pela primeira vez, o homem adquiriu plena consciência do processo histórico. [...] Somente a partir da compreensão faseológica dos fenômenos sociais e das investigações da sociologia do conhecimento sobre o sentido das ideologias é que foi possível, no entanto, converter em projeto socialmente

deliberado e controlado o processo do desenvolvimento econômico-social. [...] Antes de tudo, pois, o nacionalismo é um movimento provocado pelo desenvolvimento do país, que tem por fim acelerá-lo e racionalizá-lo. Esse fim não decorre de um propósito gratuito de pessoas ou grupos, *mas é inerente ao processo*. [...] E como este corresponde aos interesses situacionais de todas as classes sociais – com exceção, em cada uma delas, dos setores vinculados a nossas estruturas semicoloniais – a promoção do desenvolvimento se constitui no objetivo ideológico mais representativo de todas as classes brasileiras. (grifos nossos) (JAGUARIBE, 1958a, p. 50-51)

Segundo o autor (1958a, p. 57-61), além disso, seria preciso evitar compreender o processo histórico por meio de uma perspectiva mecânico-formal. Desse ponto de vista, o tempo surge como pura sucessividade, contida no espaço e preenchida pelas decisões livres dos agentes humanos. De modo prático, essa perspectiva resultaria, no Brasil, na defesa da industrialização espontânea e não planejada pelo Estado, linha de interpretação dos chamados cosmopolitas conducente, em economia, a uma posição neoclássica, a qual esteve associada ao *técnico* Eugênio Gudín desde a década de 1940. Assim, o desenvolvimento brasileiro era entendido como mera interação entre fatores de produção, dos quais se deveria extrair a máxima eficácia marginal. Compatível com o americanismo e a heteronomia, o modelo econômico resultante seria a continuidade da agroexportação, cuja elevação gradual da produtividade poderia levar o país à etapa industrial. Em Jaguaribe, o tempo deveria ser compreendido desde uma perspectiva histórico-dialética, como um processo que transforma as estruturas sociais e o modo de ser do homem. Como projeto do Estado nacional, essa concepção implicaria um modelo econômico tendente à industrialização acelerada. A esperança de se promover cinquenta anos de progresso em cinco de governo, lema dos anos Kubitschek, parece-nos a melhor ilustração da projeção de um horizonte de expectativas, a qual permeou nesse período o pensamento dos intelectuais *engajados*.

Em Jaguaribe (1958a, p. 69-70), percebe-se clara influência do pensamento de Hegel não apenas em sua concepção dialética do processo histórico, mas também em sua constatação de que o Estado é uma forma superior de organização política, o qual se desenvolve a partir do Renascimento e sobrepõem-se ao modelo feudal e ao modelo da *polis* grega. O mandato ético do Estado nacional, no Brasil da década de 1950, seria planejar racionalmente a meta do desenvolvimento, para o que a *intelligentsia* deveria fornecer categorias conceituais de interpretação. Diferentemente dos revolucionários franceses, os quais romperam com o Estado absolutista e guilhotinaram o rei, o caso brasileiro assemelhava-se portanto ao caso alemão, em que a consciência precedeu a revolução, e em que os intelectuais voltaram-se à elaboração do nacionalismo com base nas capacidades de execução do Estado. Assim, não surpreende que o ápice histórico do

ISEB tenha coincido com as subvenções fornecidas ao Instituto pelo governo JK. Sua queda e extinção, por outro lado, assim como a dispersão dos intelectuais, foi causada por sua incompatibilidade com o Estado autoritário que emergiria em 1964. Por essa razão, torna-se também crucial *romper com as ideias* da geração precedente, em um mecanismo conceitual compensatório do atraso material real do país.

Em conferência proferida no Fórum Roberto Simonsen, em 1958, Jaguaribe detalha sua abordagem faseológica da História. Na sua concepção (1958b, p. 14-15), existe um “processo histórico global [que funciona] como o sistema condicionante das etapas que tendem a ser percorridas por cada comunidade”, que em cada fase do seu desenvolvimento histórico-social subordinam-se a determinada estrutura de relações. Assim, caso se possa diagnosticar qual é a estrutura-tipo em que se encontrava o Brasil em face da história universal, seria possível *predeterminar seu curso histórico futuro*. De acordo com Jaguaribe (1958b, p. 19-21), o país apresentava a estrutura-tipo de uma comunidade subdesenvolvida, marcada, ainda, por elementos semi-coloniais, porém com propensão para a rápida modificação dessas características mediante a aceleração do desenvolvimento. Nesse sentido, “[a] situação semi-colonial marca um processo de emancipação gradual da situação colonial para a situação de autonomia”, no qual tende a diminuir a dependência do comércio exterior à medida em que cresce a participação do mercado interno em relação à produção do país.

Esse processo de transição entre a situação colonial e a situação de autonomia, cuja realização os intelectuais projetam no tempo futuro, deveria, necessariamente, implicar mudanças econômicas, políticas e sociais no Brasil. Desde o ponto de vista da economia, acelerar a industrialização e a produção de equipamentos no país demandaria não apenas o planejamento do Estado e a melhoria de infraestrutura, mas também a resolução do gargalo da escassez de divisas. Assim, compreende-se porque a obtenção de autonomia nas relações internacionais significou, desde JK, a abertura de novos mercados. Do ponto de vista social, esse processo de autonomização era correlato à ascensão da burguesia industrial, da classe proletária e à diversificação da classe média. No entanto, havia um descompasso político entre essa evolução econômica e social e a estrutura do Estado Cartorial, baseado na política de clientela e no poder dos grandes proprietários rurais e dos grupos mercantis urbanos, os quais representavam resquícios da etapa semi-colonial (JAGUARIBE, 1958b, p. 50-51). Nesse sentido, a rotina da diplomacia brasileira, ainda ligada ao legado da República Velha, andaria não somente contra a autonomização do país, mas contra a própria História.

Do ponto de vista da estrutura social, assim, o avanço da industrialização seria de interesse da massa operária, uma vez que a baixa produtividade do sistema semi-colonial não permitia uma remuneração adequada, a qual tenderia a crescer com o aumento gradativo da renda nacional. Por sua vez, a classe média seria favorecida pela formação de um grande parque industrial no Brasil, pois poderia formar um novo contingente de administradores e técnicos. Em Jaguaribe (1958b, p. 52-57), porém, caberia à burguesia o papel de proa na consecução de uma revolução nacional e capitalista. Assim, seria missão histórica dos industriais a enérgica liderança do processo de substituição de importações a partir da tomada de consciência da crise de transição do Brasil na década de 1950. De modo a evitar a luta de classes, aliados ao papel esclarecedor dos intelectuais, a burguesia nacional deveria defender e perseguir uma ideologia do desenvolvimento com apelo popular, o que implicaria engajar a classe média e os assalariados em um pacto nacional pela superação do atraso.

Nos textos de Corbisier, é igualmente nítido seu entendimento de nação como processo histórico-dialético. Contrariamente aos intelectuais que buscaram discernir o “caráter nacional” na década de 1930, não apenas Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, mas também Afonso Arinos, Plínio Salgado e Paulo Prado, Corbisier (1958, p. 55-57) rechaça os diagnósticos eleáticos acerca do país, pois não há um “ser do Brasil”, senão um “pretender-ser”, pois a nação deve ser compreendida como “um processo em curso no tempo, uma realidade imersa no fluxo heraclítico, em constante mudança.” Assim, a configuração do Brasil em fins da década de 1950 deveria resultar cada vez menos do que o país foi, cada vez mais do que pretendia ser no futuro, visto que estava tornando-se de modo acelerado um país industrial. Nesse sentido, não se poderia conceber a nação como uma essência ou objeto imutável, mas como uma realidade que se configura ao longo do tempo, no processo histórico. Assim como Jaguaribe, o autor (1960, p. 22-23) situa o Brasil numa transição de fase, *na culminância do novo*, na passagem do subdesenvolvimento e do semicolonialismo ao desenvolvimento e à plena emancipação. Por meio de uma antevisão do sentido histórico, Corbisier, talvez mais do que ninguém, apresenta-se em suas conferências do ISEB como o *prophète philosophe* da emancipação, cuja tarefa é *anunciar um futuro sem precedentes* para o país⁶⁹.

⁶⁹ Em seu *Os intelectuais e a revolução*, livro dedicado à memória de Lenin e publicado em 1980, vinte anos depois de sua saída do ISEB, Corbisier reitera sua visão do intelectual engajado. Não sem auto-referência, afirma que o intelectual autêntico deve ser um não-especialista e um não-técnico; deve ser um filósofo, paradoxalmente um especialista do universal. Nesse seu entendimento, consideramos relevante ressaltar que *o técnico não é considerado um intelectual*. Conforme Corbisier, o técnico situa-se em

Em sua perspectiva (1958, p. 21-27), influenciada por Hegel, o avanço do país nas etapas futuras do processo histórico implicaria sua integração progressiva à história universal, entendida como encontro ou conflito de diferentes culturas. Nesse passo, emerge o problema da ocidentalização. Assim, a incorporação da ciência e da técnica europeias aos povos subdesenvolvidos tenderá a colocá-los, em um primeiro momento, numa posição passiva e receptiva. Ao mesmo tempo, a tecnificação é condição básica de sua autonomia. Por essa razão, Corbisier enfatiza que o rompimento do “complexo colonial” implicaria não somente a emancipação econômica, obtida via industrialização substitutiva de importações, mas também a emancipação cultural do país. É interessante perceber que, para o autor (1960, p. 46-47), o processo de integração do Brasil à história universal, ou a diminuição de sua distância em relação aos países desenvolvidos, significaria “converter o espaço em tempo, a geografia em história.” De modo concreto, seria preciso submeter o campo à cidade e a natureza à cultura, abandonar o passado agrário e voltar-se ao futuro industrial, visto que, do ponto de vista histórico, a vida propriamente humana é a vida urbana, do homem construtor de cidades, “expressão objetiva de seu espírito, da sua liberdade, a instância cultural suprema, que lhe permite incorporar-se ao processo da história universal.” Portanto, em Corbisier, a autonomia do país e do homem brasileiro não se obterá no espaço, mas no tempo.

De acordo com Corbisier (1960, p. 61), intenso defensor da construção da nova capital, Brasília, a transferência da sede do governo do litoral ao interior não implicava simplesmente deslocar-se no espaço, senão *empreender uma viagem no tempo*, pois coexistiam no Brasil os mais diferentes estágios da civilização, bifurcado entre o velho e o novo, situado na encruzilhada de seu processo histórico. Assim, parece-nos que seu conceito de autonomia, compartilhado pelos demais intelectuais analisados, surge como um conceito de movimento e de aceleração do tempo, imerso numa realidade social de “contemporaneidade do não contemporâneo”, ou, em outras palavras, de constatação da

posição intermediária dentro do processo econômico, entre o capitalista e o operário. Uma vez que não problematiza as ideias da classe dominante, o técnico permaneceria em uma condição de alienação e de contradição entre o particularismo da ideologia burguesa e o universalismo do conhecimento racional e científico. Desse modo, não haveria intelectual sem engajamento político. Seria tarefa sua converter a sociedade em que vive para uma tomada de consciência das contradições de classe que a caracterizam com vistas a efetivar o processo de desalienação. Figura privilegiada, portanto, caberia ao intelectual a função de farol da História, necessário a esclarecer as mentes e despertá-las politicamente. (CORBISIER, 1980, p. 17-27). Vemos como em Corbisier é evidente a influência do pensamento de Hegel e Marx. Não nos compete concordar com suas análises de classe, mas apenas assinalar que seu entendimento do que consiste o intelectual serve de parâmetro para nessa categoria incluir todos os que aqui denominamos como engajados, assim como dela excluir técnicos, profissionais e tecnocratas, onde estão sem dúvida situados economistas liberais, militares e diplomatas.

coexistência de distintas etapas do processo histórico. Desde o final do século XVIII, conforme vimos em Koselleck, o conceito *neueste Zeit* (“tempo novíssimo”) ganhou seu sentido completo, para significar um futuro aberto e desconhecido, por meio do qual o tempo aparece como uma força histórica própria, na medida em que a História passa a ser entendida como processo global em si mesmo. Por sua vez, a contemporaneidade do não contemporâneo, que inicialmente resultou do choque de culturas decorrente da expansão europeia, tornou-se a base para a construção da teoria do progresso e da ideia de história universal, por meio dos quais as etapas do processo embutiram-se e projetaram-se nos próprios conceitos. Em Corbisier, parece-nos que a cidade de Brasília representa a ilustração máxima da chegada anunciada desse novo tempo no Brasil:

Se Brasília não correspondesse a uma exigência atual do nosso desenvolvimento, a uma aspiração difusa na consciência do povo brasileiro, à necessidade de completar a obra da integração nacional interiorizando a Capital do País; se a construção de Brasília não estivesse, por assim dizer, *implicada na lógica de nosso processo de emancipação econômica e cultural*, o atual Governo, mau grado o ímpeto criador do Presidente, seu descortino e sua audácia, não teria encontrado energias para vencer os poderosos interesses, as forças da rotina e da inércia, o pessimismo e o desalento que, desde o início, procuraram desacreditar e impedir a realização da meta síntese que arremata e completa o surpreendente esforço, que está transformando, de modo radical e irreversível, a face do Brasil. [...] Os empreendimentos que repercutem na consciência social e se constituem em fatores de propulsão do desenvolvimento, são, por assim dizer, aqueles *que mordem o tempo histórico, e esposam as suas linhas de força, coincidindo com os vetores, as tendências que apontam para o futuro*. [...] Não nos surpreendem a incompreensão e a hostilidade em relação à Brasília. [...] Nada poderão, todavia, *contra o sentido do tempo* e contra aqueles que, porosos à realidade e dóceis *ao que no presente é prefiguração do futuro*, sabem antecipar-se ao dia de amanhã e dar cumprimento às exigências da história. (grifos nossos) (CORBISIER, 1960, p. 20-21)

À diferença de Jaguaribe, segundo quem caberia à burguesia nacional liderar a revolução do desenvolvimento no país, Vieira Pinto situa esse papel histórico na classe trabalhadora, contudo, não defende a via armada, senão também a formação de um pacto nacional de superação do atraso. Em sua perspectiva (1960, p. 17-20), o homem do povo obtém autoconsciência de sua situação histórica, em um primeiro momento, por consciência sensitiva, pois sofre a miséria de sua condição social. Em seguida, seu clamor de revolta transforma-se em compreensão esclarecedora, uma vez que atinge a consciência representativa por meio da qual descobre as razões de seu sofrimento. Dessa forma, a ideia constitui em Vieira Pinto o motor das transformações sociais. Fiel às premissas da Sociologia do Conhecimento, afirma que a existência das teorias não é um dado inocente do panorama social, porém são capazes de por a seu serviço forças consideráveis para a compreensão da realidade nacional e para a concepção de qualquer projeto que vise modificá-la. Munidos de ideias, os grupos sociais progressistas podem

elaborar o melhor projeto possível de futuro. De sua parte, o homem do povo, uma vez que atinja o grau de consciência representativa, entenderá que sua situação de miséria decorre do atraso do país. Assim, ao aspecto psicológico de suas ideias, deve sobrevir necessariamente o aspecto sociológico, para que cada qual seja também *possuído pelas ideias*, nesse caso, pela ideologia desenvolvimentista, cujo trabalho de formulação deve estar a cargo dos intelectuais engajados em mudar o país.

Em Vieira Pinto (1960, p. 21-22), assim como nos demais autores, a premissa de todo seu pensamento é a de que o “desenvolvimento nacional é um processo.” Entre os intelectuais analisados, entretanto, o filósofo Vieira Pinto é aquele que mais claramente define o próprio conceito de processo. Dessa forma, o desenvolvimento nacional e a autonomização do país não podem ser entendidos como movimento histórico casual, desordenado, imprevisto e sem legalidade interna. Processo é sucessão de aspectos, cuja descrição empírica se dá em termos de justaposição cronológica, “mas é sucessão que, em essência, implica procedência segundo conexão.” O tempo, assim, tem substância própria, e a História, sua própria marcha. Uma vez que o processo histórico se sucede por conexão, a conceitabilidade do presente “estará condicionada ao conhecimento da realidade do momento imediatamente anterior”, bem como em relação ao que acontece no “momento seguinte, que, quando for real, exprimirá de alguma forma o que o precedeu, isto é, o presente.” Vale dizer, o que percebemos em sua ideia de conexão é o mecanismo de temporalização, ou seja, a possibilidade de se antever o momento futuro mediante a moldura temporal que se embute na estrutura dos conceitos propostos no presente, os quais servem como armas à luta política. A ruptura com o passado colonial longínquo, porém ainda contemporâneo, por outro lado, implica que o espaço de experiência desse tempo distante não possa servir de parâmetro de compreensão ao futuro que se abre.

Em sua abordagem, o conceito de processo também deve incluir os aspectos da finalidade, da unidade e da ideia diretora. Teleológica, a natureza do processo implica referência a um fim. Naquele contexto brasileiro de industrialização acelerada, conhecer o *fim do processo histórico* significaria, para os homens de governo, a fixação de metas futuras permissíveis à situação presente, intervindo de modo concatenado na evolução da comunidade nacional. Pensar o desenvolvimento e a autonomização do país como processo acarretaria pensá-los também como unidade dinâmica, na qual os múltiplos fatos relacionam-se todos entre si, o que é indispensável para a noção de planejamento. Como se percebe, o processo, assim como a História, deveria ser único, dotado de leis

internas e de direção futura. Entendido como processo, o desenvolvimento nacional não teria validade, entretanto, se não pudesse ser compreendido e interpretado conforme uma ideia diretora, aspecto que resume e engloba a finalidade e a unidade (PINTO, 1960, p. 22-26). Assim, se caberia ao Estado as tarefas práticas de planejar e estabelecer metas, não haveria processo possível *sem a elaboração ideacional* do projeto de futuro, tarefa especulativa cuja execução os intelectuais engajados chamaram a si.

Em Honório Rodrigues (1963, p. 29-30) não se apresenta a premissa isebiana de que o desenvolvimento pressupõe necessariamente a ideologia do desenvolvimento, contudo, também considera que sua tendência está de acordo com o próprio processo histórico. Assim, a tendência desenvolvimentista deveria despertar a consciência da insuficiência econômica e espiritual do país, de modo a se romper, de uma vez por todas, a indecisão histórica. No contexto de 1963, de crescente polarização política e social em torno das reformas de base, Rodrigues *sente o tempo acelerar-se* rapidamente, na culminância iminente da encruzilhada do país, na qual os setores reacionários e revolucionários opunham-se como nunca antes. Segundo ele, “como o nosso povo não segue ideologias, não há de ser com nenhum chá-chá-chá filosófico que se ganhará o tempo e a vida.” Assim, “animada ou não por filosofias, mas nunca improvisadamente, a marcha para o progresso se fará.” Em sua visão, o aumento do voto propiciado pelo aumento da população e o despertar da consciência das massas indicavam a tendência histórica do desligamento do passado colonial e de um “grande futuro para o Brasil”. Nesse sentido, se, por um lado, o historiador Rodrigues discorda de Vieira Pinto em sua defesa da sistematização teórica do desenvolvimento pelo intelectual filósofo, com ele converge em ver a História como processo de emancipação do povo e do país.

Infenso, assim como Corbisier, a encontrar um único adjetivo capaz de descrever o “ser do Brasil”, Rodrigues (1966, p. 64-66) delimita um conjunto de características nacionais conducentes à tendência histórica da autonomia e do desenvolvimento. Pouco sensível às ideologias, “o povo brasileiro [...] constitui, por excelência, o tipo da população fácil de ser governada.” Diga-se de passagem, uma característica formidável aos projetos de biopolítica em curso de implementação naquele Brasil das décadas de 1950 e 1960. Entende também o autor que estavam enraizados na sociedade brasileira o sentimento democrático e o espírito de conciliação. Ao lado disso, o “povo brasileiro é dos mais abertos e acessíveis do mundo”, o que, nas relações internacionais, liga-se ao pacifismo e à consciência de “que devemos viver numa comunidade internacional e não nos atalhos da História.” O povo brasileiro, igualmente, aspiraria por emancipação

econômica e progresso social, sem aversão à mudança, desejoso por livrar-se de seu passado colonial:

Esse povo de boa índole, na imagem estrangeira, começa a manifestar, nos aspectos positivos de seu nacionalismo, uma fé crescente no seu futuro e nos largos caminhos da história como processo. [...] A progressiva aceleração do tempo histórico brasileiro revela que, sob o impulso de características novas, da liderança e do povo, vencidas a sobriedade e o conservantismo português, este Brasil é já outro Brasil. (RODRIGUES, 1963, p. 69)

Na visão de Rodrigues (1963, p. 148-149), a construção de Brasília é uma realização positiva, uma vez que o crescimento populacional e a ocupação humana do oeste do país “sacodem a inércia da nossa História, e ampliam a confiança no encontro com o futuro.” O encontro com o futuro, no entanto, não viria apenas da força de projeção das ideias. No entender do autor (p. 140-146), a doença, a pobreza e o analfabetismo constituem as feições do atraso, obstáculos à emancipação do povo e, por consequência, do Brasil. Assim, converge com Josué de Castro, pois considera a saúde pública um “problema existencial prioritário”, o qual se agrava pela subalimentação e pela falta de condições elementares de higiene e de hospitais no país. De sua parte, o analfabetismo permanecia sem solução imediata, ao passo que havia no Brasil excesso de despesas públicas no ensino superior em detrimento do ensino primário. Assim como Anísio Teixeira, considerava essencial organizar-se a educação no país antes ou ao menos simultaneamente a seu processo de desenvolvimento econômico. O combate à pobreza e o desenvolvimento social, por sua vez, deveriam passar pela realização da reforma agrária. O males de nossa História adviriam, em sua visão, da oligarquia e das minorias alienadas, voltadas a impedir o progresso, a libertação do povo e da nação e o começo imediato da História como futuro (RODRIGUES, 1963, p. 155).

Parece-nos claro, portanto, que o que os intelectuais *engajados* defendiam entre fins da década de 1950 e princípios da de 1960 era um “governo da população”, o qual, como instância intermediária entre o interno e o externo, pudesse, a um só tempo, autonomizar o país, guiado pelos vetores da paz e da autodeterminação; e o povo, por meio de um regime democrático que pudesse garantir sua emancipação política, cultural, econômica e social. Assim, seu conceito de *autonomia no tempo* não pode ser compreendido sem a associação entre seu pensamento e dados da história social, da política interna e externa, de que a SUDENE, a PEI de San Tiago Dantas e os debates das reformas de base emergem como melhores exemplos. Não surpreende, portanto, que o golpe de 1964 tenha sido visto como um indesejado “atalho da História”, capaz de

desviar ou mesmo abortar a marcha de um processo histórico que se acreditava inexorável. Ao lado disso, a rotina inerte do Itamaraty, preso à repetição de precedentes e ao passado que se pretendia abandonar, apareceu em fins da década de 1950 como obstáculo considerável a uma autonomia voltada ao futuro. Parece-nos, ademais, a despeito de suas divergências pontuais, ter sido possível encaminhar a *descrição de uma formação discursiva* que abrange os enunciados desses intelectuais, da qual o conceito de autonomia no tempo é seu índice de regularidade.

É interessante constatar que a geração seguinte de intelectuais, entre fins dos anos 1960 e os anos 1970, marcados pela decadência do discurso autonomista e pela associação do nacional-desenvolvimentismo aos militares, mediante o triunfo intelectual dos dependentistas e da escola de sociologia da USP, criticava indistintamente Freyre e os “isebianos históricos”. Em seu livro *Ideologia da cultura brasileira*, cuja primeira edição data de 1977, Carlos Guilherme Mota (2008, p. 195) afirma que a década de 1950 assistiu à consolidação de um sistema ideológico que coincidiu com o período juscelinista, por meio da integração de várias vertentes, tais como a neocapitalista, a nacionalista, a sindicalista, a desenvolvimentista e a marxista, tendo a produção do ISEB e as obras de Celso Furtado, Honório Rodrigues e Werneck Sodr e como marcos referenciais. Esse sistema ideológico, segundo o autor, plasmou-se a processos políticos e sociais sintonizados   meta de supera o do subdesenvolvimento e   cria o de condi es para uma revolu o burguesa no Brasil. Desde a segunda metade dos anos 1960, contudo, a fórmula foi inviabilizada e sujeita a revisões radicais, as quais poriam em xeque o próprio pensamento autonomista ligado àqueles intelectuais.

Assim, em face da falência do projeto emancipador da inteligência brasileira, de que a extin o do ISEB pelos militares representa a melhor ilustra o, Guilherme Mota escreve em nome de sua gera o e não poupa críticas a Jaguaribe e Corbisier. Em sua visão (2008, p. 203), as reflexões de Jaguaribe acerca da classe média,   qual o Exército sempre esteve vinculado, fazem parte de um mesmo quadro ideológico que se vinha montando desde o período juscelinista e que teria plena florescência nos anos 1960, a partir do golpe militar. Assim, segundo ele, o nacionalismo de fins da década de 1950 já tinha por objetivos básicos o desenvolvimento com aceita o do capital estrangeiro e a segurança nacional com combate   subversão, pontos nodais da crítica dos intelectuais de esquerda ao regime militar. Corbisier, por sua vez, teria obrigado os “intérpretes do Brasil” a cederem espaço às explica es dualistas da realidade brasileira, pondo em lugar da oligarquia uma burguesia dependente. A questão da cultura se resumiria apenas

à transformação do aparelho pedagógico e à criação de escolas técnicas e profissionais necessárias à industrialização do país (MOTA, 2008, p. 207, p. 212). É curioso entender como a *geração atual* de intelectuais defenestra sua antecessora imediata, mas pode reabilitar a anterior. Desde o final da década de 1960, seria a vez dos dependentistas e da escola de sociologia da USP fazerem sua tábula rasa, porém agora para reduzir o próprio pensamento isebiano-cepalino a elemento do passado; mera antessala ideológica do regime militar. Novamente, seria preciso *romper*, pois o futuro *anunciado* não havia chegado. Em outras palavras, seria hora de *atualizar a autonomia no tempo*.

De nossa parte, à diferença de Mota, não pretendemos analisar o pensamento dessa nova geração de intelectuais como quem desvela a má consciência da geração anterior – aquela do nacional-desenvolvimentismo – ou como quem reconhece na nova geração uma etapa superior do conhecimento sobre a realidade. Parece-nos importante analisar seu pensamento e suas esperanças dentro de seu contexto histórico próprio, o qual teve no golpe de 1964 um momento importante de virada. Nesse sentido, recusamos analisá-los em termos de ideologia, o que seria o caso não somente de uma Sociologia do Conhecimento, mas principalmente da abordagem marxista. Em nosso caso, trata-se de proceder a uma arqueo-genealogia, rechaçando a noção de ideologia por três motivos: (1) a ideologia presume a “falsa consciência” e sempre opõe-se a alguma coisa que seria a verdade; (2) a ideologia refere-se a um sujeito; (3) a ideologia depende de alguma infraestrutura material ou econômica (FOUCAULT, 2014b, p. 44). Em lugar disso, parece-nos possível discernir uma regularidade discursiva entre *todos* os intelectuais analisados, a qual compreende-se por sua coerência interna, não pressupõe erro ou não verdade nas demais e não provém da mente criadora de um único sujeito-autor ou mesmo de um grupo único, tal como o ISEB, a CEPAL ou a escola de sociologia da USP. Em todos os casos, seja nas gerações dos “intérpretes do Brasil”, do nacional-desenvolvimentismo ou dos dependentistas, os intelectuais atuantes no tempo presente colocam-se como arautos da ruptura entre passado e futuro, entre sua própria geração e a geração anterior. Por essa razão, o que permite-nos delimitar o conceito de “autonomia no tempo” independentemente do trabalho de um autor singular é essa relação específica que percebemos entre a economia discursiva e a função do intelectual engajado na ruptura e anunciação do tempo histórico.

Em 1962, na recém fundada Universidade de Brasília, formou-se um seminário de leitura de *O Capital* de Karl Marx tendo-se em vista discutir o desenvolvimento na América Latina. Faziam parte do grupo os jovens professores Ruy Mauro Marini,

Theotonio do Santos e Vânia Bambirra, assim como o convidado André Gunder Frank, economista alemão e um dos precursores da abordagem marxista sobre a dependência. Portanto, a UnB configurou-se como o núcleo inicial da Teoria da Dependência, a qual buscou romper sobretudo com o entendimento corrente que a CEPAL, o ISEB e o PCB mantinham sobre o diagnóstico do atraso brasileiro e dos caminhos da emancipação e da autonomia. Fundamentalmente, sob forte influência do conceito de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, os dependentistas sustentavam que a acumulação capitalista não seguiria no Brasil o percurso traçado nos países hegemônicos modelares para a compreensão da revolução burguesa – Inglaterra, Estados Unidos e França. Nesse sentido, o pensamento isebiano-cepalino, conforme vimos, altamente influente no final da década de 1950, teria errado ao depositar suas esperanças de emancipação em uma revolução brasileira de índole democrático-nacionalista, a qual fosse capaz de eliminar os elementos estruturais de atraso ligados ao período colonial e encetar a modernização industrial em conjunto com reformas de inclusão social. Por sua vez, o PCB, bastante atuante durante o governo João Goulart, também cometeria um equívoco ao seguir a orientação etapista do marxismo oficial e apostar em uma frente operário-burguesa na espera de que, uma vez realizada a revolução burguesa, estaria aberta uma via pacífica para a evolução do socialismo no Brasil. Sem dúvida, o golpe de 1964 encerrou tais expectativas; forçou igualmente os intelectuais engajados a retrabalharem o arcabouço conceitual da autonomia agora como sinônimo de emancipação humana. *Mutatis mutandis*, a ruptura dos dependentistas com a CEPAL ecoa a ruptura de Marx com Hegel e a esquerda hegeliana. Era preciso ir mais longe.

Em 1969, Marini publica no exílio no México seu *Subdesarrollo y revolución*, obra central para a elaboração da teoria da dependência. Contra o pensamento isebiano-cepalino desenvolvimentista e o etapismo reformista do PCB, Marini (2013, p. 60-63) parte da constatação, mais ou menos evidente após 1964, de que a burguesia havia fracassado em levar a cabo uma revolução nacionalista capaz de converter a acumulação de capital em um processo autônomo e emancipatório de desenvolvimento. Por um lado, a burguesia não pôde ou não quis resistir ao assédio do capital estrangeiro, crescente a partir da década de 1950; por outro, dependia das divisas geradas pelo setor agroexportador para manter a capacidade de importação de maquinário. Em efeito, premida em duas frentes, essa burguesia acabou por “descarregar sobre as massas da cidade e do campo o esforço de capitalização, com o que se afirma mais uma vez o princípio do sistema subdesenvolvido: a superexploração do trabalho.” Desse modo, em

contraste com as previsões de Celso Furtado, a industrialização brasileira não constituiu um mercado interno robusto, capaz de emancipar social e economicamente as massas convertidas em consumidores. Ao contrário, a incorporação de tecnologia poupadora de trabalho submeteu as massas à extração de mais-valia pela corrosão do poder de compra dos salários. Tampouco Marini (2013, 81-96) mantém ilusões quanto à experiência da democracia populista. Em sua visão, no auge de atuação do ISEB, o governo JK já representava a capitulação de um desenvolvimento associado ao capital estrangeiro sob a vigência da Instrução 113 da SUMOC. Por sua vez, Jânio seria apenas um ensaio de bonapartismo⁷⁰ carismático tingido de progressismo, em uma tentativa de se implantar um governo forte apto a lidar com as crescentes contradições de classe após 1960, marcadas pelo avanço dos movimentos operário e camponês no Brasil.

Na visão de Marini (2013, p. 118-121), o golpe de 1964 representou não apenas o fracasso da revolução burguesa no Brasil como via de desenvolvimento autônomo, mas principalmente sua sujeição aos interesses do latifúndio e do capital estrangeiro. Nesse sentido, situa na política de interdependência de Castello Branco – cuja iniciativa atribui a seu chanceler, Vasco Leitão da Cunha – e no pensamento da ESG veiculado por Golbery do Couto e Silva os marcos do aprofundamento desse processo. Por um lado, a interdependência foi caracterizada pela política de estabilização monetária de Roberto Campos e Octávio Bulhões, baseadas no arrocho salarial; por outro, abriu largo espaço aos investimentos norte-americanos. De modo a compreender a dependência, Marini associa seu conceito de superexploração do trabalho ao de subimperialismo. Porque a reforma agrária não foi feita, e o mercado interno não se expandiu mediante o consumo popular, o regime militar optou por iniciar uma política de promoção de exportação de manufaturados a outros países mais atrasados. Dessa forma, por meio da ocupação de uma posição-chave na América Latina, o Brasil pretendia exercer na região seu próprio imperialismo em menor escala em nome dos Estados Unidos:

⁷⁰ O conceito de bonapartismo parte da brilhante análise de Karl Marx em seu *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, publicado em 1852. Nessa obra, Marx analisa a partir da hipótese da luta de classes os desdobramentos da Revolução de 1848 na França, a qual derrubou o rei Luís Filipe de Orléans. Em sua visão, a burguesia republicana que assume o poder temia sobretudo o avanço do processo revolucionário em direção ao socialismo. Em reação, trai seus ideais históricos de liberdade, desmoraliza-se e apoia a ascensão de Luís Bonaparte como figura paternal e carismática apta a conciliar e arrefecer a luta de classes na França. Em 1848, Bonaparte elege-se presidente sobretudo com base nos votos conservadores do campesinato. Em 1851, amparado no Exército, dá um golpe de Estado e reinicia o Império francês pela invocação da memória do tio. Por sua vez, tendo em vista manter seus privilégios de classe, a burguesia dá sustentação ao regime autoritário de Napoleão III, crescentemente envolvido em uma política externa nacionalista e aventureira (MARX, 2011).

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no *centro da irradiação da expansão imperialista na América Latina*, criando inclusive as premissas de um poder militar próprio. [...] O restabelecimento de sua aliança com as antigas classes oligárquicas deixou a burguesia na impossibilidade de romper as limitações que a estrutura agrária impõe ao mercado interno brasileiro. [...] Por outro lado, ao optar por sua integração ao imperialismo e ao depositar na entrada de capital estrangeiro suas esperanças de reativar a expansão econômica, a burguesia brasileira concorda em intensificar o processo de renovação tecnológica da indústria. [...] Não lhe resta outra alternativa além de tentar se expandir para o exterior, tornando-se então necessário garantir uma reserva externa de mercado para sua produção. O baixo custo de produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar assinala a mesma direção: a exportação de produtos manufaturados. (grifos nossos) (MARINI, 2013, p. 127-129)

A hipótese do subimperialismo foi bastante popular na América Hispânica na década de 1970, seja porque os textos fundamentais da teoria da dependência foram originalmente publicados em língua espanhola, pois seus autores estavam no exílio, seja porque o extraordinário crescimento do Brasil – incluindo o de suas exportações de manufaturados – a partir do “milagre econômico” pareceu confirmar os piores temores. Conforme veremos, Paulo Schilling, antigo companheiro de Brizola na Campanha da Legalidade (1961) tornou-se um dos principais divulgadores dessa ideia. Na visão dos dependentistas, a política externa do regime militar configurava a confirmação dos *descaminhos do projeto autonomista*. Era pensada como exemplo de dependência porque *os intelectuais engajados equiparam autonomia e emancipação*. Dessa forma, as divergências conceituais existentes entre o pensamento cepalino e os dependentistas são não somente de meios, mas do grau a ser alcançado pela emancipação como ética de fins. Conforme veremos, baseados em um entendimento que ostenta premissas distintas de análise, os militares verão o ápice do regime iniciado em 1964 como o *máximo de autonomia possível dentro da ordem*.

Em artigo publicado em 1970, em seu exílio no México, Theotonio dos Santos situa a relação entre o fracasso da industrialização por substituição de importações e o novo caráter da dependência internacional após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Santos (1970, p. 418-420), a vulnerabilidade crônica a importações implicou a submissão da burguesia nacional tanto ao capital estrangeiro e aos centros decisores externos das empresas multinacionais quanto aos setores ligados ao latifúndio. Em sua visão, a não formação de um mercado interno capaz de atender às demandas populares implicou não somente a falência do pensamento isebiano-cepalino, mas sobretudo o fim da *ilusão de autonomia* no marco das relações internacionais do capitalismo. Amparado em Trotsky, constata Santos que não havia oposição essencial entre atraso e progresso

no Brasil, como se pensava na década de 1950, senão um tipo de desenvolvimento dependente que conjugava ambos os setores da economia – arcaico e moderno – e os articulava ao imperialismo internacional. Como consequência, entende o golpe de 1964 como alternativa reacionária para a manutenção desse arranjo espoliativo. Assim, Santos (1970, p. 425-426) também considera ilusória a autonomia da burocracia militar e tecnocrática que assume o Estado, a qual decorria de seu controle sobre o orçamento e de sua responsabilidade quanto à segurança nacional. Porque entende o Estado como instrumento de dominação de classe no marco do desenvolvimento dependente, situa a função dos militares como fundamentalmente subalterna ao capital estrangeiro.

Os teóricos da dependência *rompem* totalmente com a ideia de emancipação por meio de uma revolução democrático-burguesa. Nesse sentido, Santos (1970, p. 444-445) associa o legado ideológico no nacional-desenvolvimentismo à própria emergência da ditadura militar. É sintomático o lugar reservado a Helio Jaguaribe, conforme vimos, o menos engajado dos intelectuais isebianos. Santos descarta Jaguaribe como expoente da estratégia do nasserismo latino-americano, modelo apoiado na existência de uma corrente de militares nacionalistas ou anti-imperialistas, os quais realizariam um programa de desenvolvimento nacional com grande participação estatal, transformando o capital estrangeiro em elemento meramente auxiliar. Na visão de Santos, contudo, esse modelo não ultrapassa os marcos da dependência negociada. Se não é possível atingir um patamar de desenvolvimento autônomo dentro do capitalismo, se a burguesia nacional não exerceu tal função, resta apenas uma opção: defender a ruptura total em direção ao socialismo. Parece-nos, contudo, que Santos e Jaguaribe – assim como *todo intelectual engajado* – constroem seus conceitos de autonomia amparados nas mesmas coordenadas: (1) defender a ruptura com o passado (geracional ou do próprio país) em direção a um *novo horizonte de expectativas* (capitalismo autônomo ou socialismo autônomo); (2) pensar *seu presente como transição*, onde ocupa enquanto intelectual a prestigiosa missão de diagnosticá-lo conceitualmente e fazer previsões; (3) empregar uma análise binária e *diferir a autonomia no tempo* movido pela esperança de um *enfrentamento final* entre duas forças antagônicas (a burguesia industrial contra o latifúndio ou o movimento popular contra o imperialismo internacional)⁷¹.

⁷¹ Assim como escreve Jaguaribe em 1958, escreve Santos em 1970: “*De una manera general, podemos caracterizar esta fase como de transición. Esta transición se manifiesta bajo la forma de una crisis generalizada de todos los niveles de la vida social: económico, social, político y cultural. [...] Nuestra hipótesis básica es que esta transición se irá depurando en el enfrentamiento final entre el capital monopolístico internacional y el movimiento popular.*” (SANTOS, 1970, p. 437) Em suas linhas gerais, a

É nesse sentido que Theotonio dos Santos faz seu prognóstico da revolução social. Segundo o autor (1970, p. 430-436), era forçoso abandonar a tática eleitoral do malfadado populismo e rumar em direção a um movimento insurrecional popular por meio da luta armada. Em 1970, no auge da guerrilha no Brasil, Santos renova portanto o conteúdo do horizonte de expectativas da autonomia. Defende inclusive a ultrapassagem da teoria do foco – aplicada com sucesso na Revolução Cubana, elaborada teoricamente por Régis Debray – em favor do que denomina como guerra popular continental, tendo a América Latina e a luta contra o imperialismo norte-americano como balizadores. Uma vez mais influenciado por Trotsky, seu diagnóstico do desenvolvimento desigual e combinado leva-o a *anunciar* o êxito da revolução permanente na sub-região. Assim, aponta a Aliança Nacional Libertadora (ANL), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e os Tupamaros do Uruguai como grupos da luta armada já empenhados na nova estratégia revolucionária, sobretudo pela ênfase em atos de guerrilha urbana voltados a preparar uma revolução continental. Também baseado na dialética histórica de Marx, Marini (1969, p. 66) afirma que a articulação entre superexploração do trabalho e (sub)imperialismo cria uma contradição entre a evolução das forças produtivas e as relações de produção, “deixando entrever a derrocada do sistema em seu conjunto, com tudo que representa de exploração, opressão e degradação.” Considera assim que o imperialismo *caminha na contramão da História*; que a revolução é a responsabilidade histórica dos povos latino-americanos:

O avanço irrefreável das massas exploradas se orienta inevitavelmente para a substituição do atual sistema de produção por outro que permita a plena expansão das forças produtivas e que resulte numa elevação efetiva nos níveis de trabalho e de consumo, isto é, o sistema socialista. [...] A ação internacionalista de Guevara e a política revolucionária de Cuba antecipam a resposta que os povos do continente darão a seus opressores. Mais ainda, fazem que desponte no horizonte aquilo que parece ser a contribuição mais original da América Latina para a luta do proletariado internacional: seu caráter internacional. Tudo indica que será aqui que o internacionalismo proletário alcançará uma nova etapa de seu desenvolvimento e sentará as bases de uma sociedade mundial de nações livres da exploração do homem pelo homem. (grifos nossos) (MARINI, 1969, p. 67-71)

relação do intelectual engajado com o conhecimento passa pelo diagnóstico da crise e pela construção da crítica. Esse foi o modelo inaugurado pelos *prophètes philosophes* do Iluminismo. Na medida em que esse intelectual aventura-se na zona desconhecida entre teoria e prática, ideia e realidade, não escapa do movimento de projeção de horizontes de expectativas. Ao lado disso, a passagem do tempo e a não entrega pelo motor da História das esperanças nele depositadas implica rupturas periódicas com intelectuais anteriores e refazimento teórico do conteúdo das expectativas. É sobretudo um mecanismo moral de raciocínio, pois implica não apenas fé no futuro, mas em algo assemelhado a um Juízo Final, ajuste de contas em que os dominados enfrentam e derrotam finalmente seus dominadores.

Em 1975, Florestan Fernandes – maior nome da Escola de Sociologia da USP – publica no exílio seu *A revolução burguesa no Brasil*, obra que a um só tempo rompe com a geração dos intelectuais do nacional-desenvolvimentismo e retoma a tradição geracional anterior dos “intérpretes do Brasil”. Seja por aderência ao rigor científico, seja porque finaliza sua obra não apenas sob o impacto do golpe de Estado de Pinochet, mas também do desmantelamento da guerrilha no Brasil, Florestan mostra-se comedido e algo amargurado em suas esperanças de mudança social. Seu diagnóstico assemelha-se àquele dos teóricos da dependência. De acordo com Florestan (2006, p 240-251), ao contrário do que se pensa, a Revolução de 1930 não representou a ruptura com a ordem oligárquica, na medida em que a revolução burguesa no Brasil processou-se mediante a combinação entre o velho e o novo. Em realidade, a dominação burguesa estabeleceu-se gradualmente pela instrumentalização do Estado nacional, deixando intocadas as bases de poder socioeconômico da oligarquia latifundiária. Como resultado, constata que a burguesia no Brasil *não fez História*, pois não assumiu o papel modernizador que lhe coube nos países de capitalismo avançado. Ao contrário, acomodou-se e perseguiu benefícios de classe tanto nas condições de atraso quanto de progresso do país. Não converteu-se historicamente em agente de uma revolução nacional e democrática, como previam os animados prognósticos da década de 1950, senão de uma modalidade de capitalismo dependente. Dessa forma, constitui-se no Brasil uma dominação burguesa conservadora e reacionária. Aliada ao latifúndio, era preciso definir um novo inimigo comum: antes o escravo, agora o operário assalariado. Por sua vez, pensar a revolução burguesa no país como etapa semelhante ao modelo histórico francês seria mais um exemplo de nossa aplicação de “ideias fora do lugar”.

Na visão de Florestan Fernandes (2006, p. 345-395), o golpe de 1964 representou o desnudamento de uma ditadura de classe apta a aprofundar o caráter autocrático da dominação burguesa no Brasil. Nesse aspecto, o idealismo burguês – composto pelos modelos de democracia e nacionalismo abstraídos dos países centrais – submeteu-se aos interesses privados materiais e aos fins políticos particularistas dessa burguesia no poder. O peso da escravidão e do patrimonialismo na formação do Brasil implicou uma concepção restrita de democracia, a partir da qual o desenvolvimento e a acumulação capitalista envolvidos no processo de modernização foram afiançados pela burocracia militar e tecnocrata. Seguindo a abordagem marxista, Florestan pensa o nacionalismo como exemplo de falsa consciência, componente ideológico para a dominação burguesa das massas. Com vistas a manter essa dominação interna, entende

que a burguesia nacional atrela-se à dupla articulação com as estruturas arcaicas do setor agroexportador e com aquelas modernizadoras do imperialismo internacional, o que implica que a revolução burguesa no Brasil tenha sido em realidade uma contra-revolução da qual resultou uma forma dependente de capitalismo. Em consequência, considera o sociólogo paulista que o fracasso da burguesia decorreu de sua percepção de *que não repetiria a História; de que a democracia burguesa plena não era uma questão de tempo*. Ao lado disso, deplora a falta de coragem da democracia populista em romper com o imperialismo. Não sem algum exagero considera esse período pré-1964 apenas como uma autocracia dissimulada. No final das contas, o que a burguesia buscava não era a autonomia nacional via desenvolvimento, mas apenas *sua própria autonomia* enquanto classe. Embora bastante mais circunspecto que os dependentistas, há contudo em Florestan alguma ponta de esperança na História:

Não tivemos um “despertar das massas”, mas um “despertar das classes médias”. O grave dilema, que essa alteração coloca politicamente, é que a sociedade brasileira não dispõem de recursos nem de potencialidades para atender à “revolução de expectativas” [tampouco *a suas expectativas como intelectual*] que se deu e que se está alastrando na órbita dos “privilegiados de segunda grandeza”. A democracia de cooptação, por último, ao se abrir “para baixo” e para certas modalidades de dissidência ou de contestação, também suscita problemas especiais de controle da ordem. [...] Por fim, é impossível que as classes burguesas venham a contar com as condições para enfrentar, de ponta a ponta, o processo de longa duração, que deveria resultar do casamento de uma democracia de cooptação tão precária, em vista de sua base socioeconômica, com um Estado autocrático tão complexo, seja em suas estruturas, seja em suas funções. [...] No contexto histórico de relações e conflitos de classe que está emergindo, tanto o Estado autocrático poderá servir de pião para o advento de um autêntico capitalismo de Estado, *strictu sensu*, quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões antiburguesas *poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo*. Em um caso, como no outro, o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista *estará condenado a uma duração relativamente curta*. (grifos nossos) (FERNANDES, 2006, p. 422-424)

De todo modo, como intelectual tardiamente engajado, Florestan diagnostica a crise; faz a crítica; arrisca fazer o prognóstico. É que, conforme vimos em Nietzsche, o intelectual tem uma visão crítica da História, o que implica não apenas romper com o passado, mas principalmente colocá-lo no tribunal da História e julgá-lo conforme o sentido e as leis que aparentemente devem fazer girar sua roda para frente. Para o intelectual, a autonomia é assim um ponto de chegada, um fim que se deve atingir no tempo. Consequentemente, engaja-se na luta de ideias e quer buscar pontos de fuga contra uma realidade insuficientemente livre. Inversamente, segundo passaremos a ver, o militar e o diplomata nutrem aquela visão antiquária e monumental da História. Não se deve romper com o passado, mas aprender com ele. Assim, morrem os homens, mas suas tradições e sombras monumentais vencem o tempo e fixam-se no espaço eterno.

Não é seguro romper; é temerário crer em demasia. Para Florestan, a experiência da democracia populista no Brasil foi decepcionante, pois à luz da História emancipadora não foi longe o suficiente; para o Itamaraty, ao contrário, o saldo desse período foi perturbador na medida em que ameaçou romper com as tradições diplomáticas advindas das origens do país. Se Florestan está correto – e o golpe de 1964 garantiu a autonomia da burguesa como classe –, arriscamos afirmar que garantiu também a autonomia do Itamaraty como segmento do antigo estamento político do Brasil.

Ressaltemos que nosso entendimento da autonomia no tempo não implica a caracterização do conceito como *puro tempo novo*. Ao contrário, parece-nos que temos a partir da análise feita acima condições de descrever o modo de correlação entre seus distintos estratos temporais. É inegável que o estrato do *evento* novo – onde estão situados os planos da política interna e externa, assim como a anunciação conceitual do futuro histórico – busca incessantemente submeter os estratos mais profundos do *ciclo* e da *estrutura*. No caso brasileiro, essa relação acarreta por exemplo *a vontade de romper* (1) com o ciclo da geração passada de intelectuais em prol de elaborações conceituais autênticas do tempo presente; com os ciclos econômicos coloniais – açúcar, ouro ou café – para se efetivar um processo linear de industrialização acelerada; e com o ciclo da hegemonia norte-americana na América Latina; assim como (2) com as estruturas políticas, econômicas e sociais de desigualdade vindas do período colonial – latifúndio e concentração de renda e fundiária, escravidão e marginalização social, monocultura e estrangulamento externo; com a própria estrutura geográfica brasileira secularmente baseada na ocupação do litoral do país; e no limite com a própria estrutura injusta do sistema internacional oriunda do século XVII. Não se pode negar que tal era uma tarefa histórica e tanto para um punhado de homens. No sentido orteguiano, essa missão da História deveria ser compartilhada pelos homens de contemplação – ou seja, o que denominamos como intelectuais engajados – e homens de ação. No primeiro caso, conforme vimos, o conceito de autonomia exercia tremenda força compensatória – além de alento e fonte de entusiasmo – para poder situar a realização da ideia no inescapável movimento do processo e progresso históricos. O tempo presente do evento e da vida é por isso visto como culminância da transição ao novo, momento em que é imperioso articular em um mesmo conjunto de enunciados o rompimento e a anunciação.

Assim, parece-nos que nessa formação discursiva o conceito de autonomia resolve-se como *crononomia*. Quer dizer, o que é *próprio* ou de *si mesmo* (“auto”) depende de uma *norma* (“nomos”) ou regulação situada na própria qualidade inerente ao

tempo histórico. Em consequência, não apenas o intelectual engajado vê a si mesmo como aquele que deve formular a consciência do tempo, senão também o próprio Brasil somente pode ser concebido como fluxo ou devir. Esse saber conecta-se com práticas de poder. Nesse aspecto, entram em cena os políticos, homens de ação. A crononomia implica que o político aja crente em sua própria singularidade como escolhido para fazer História e que suponha possível alterar ciclos decenais e estruturas seculares por meio de sua força de vontade. No período sob análise, conforme veremos, é assim que agiram as lideranças populistas no Brasil – tais como Vargas, Kubitschek e Jânio Quadros. Em um contexto de crise do Itamaraty e do americanismo, portanto, será possível entender por que buscaram situar a política externa brasileira no estrato do evento novo através de atos voluntaristas de diplomacia paralela. Consideramos que a crononomia, como ordenação de discurso, esteve por exemplo visível em práticas como as da SUDENE, do Plano de Metas, da Operação Pan-Americana e da PEI. Foram mais ou menos bem sucedidas. No caso de Goulart, veremos como o fracasso das reformas de base acarretou o fim temporário das ilusões na força de vontade; no final da década de 1960, em compasso com as formulações conceituais da teoria da dependência, houve a migração do voluntarismo à estratégia açodada de guerrilha no Brasil. Como vimos, a crononomia acarreta uma relação tal em que o presente tem de romper discursivamente com o passado para com o futuro poder sempre reestabelecer uma linha reta nova.

Do ponto de vista da cosmovisão das relações internacionais, parece-nos que a crononomia coloca essas mesmas coordenadas discursivas. Conceitualmente, não tolera a própria estrutura da ordem internacional, onde ao lado da igualdade formal entre os Estados há visível desigualdade em termos de potência, economia e influência cultural. Em primeiro lugar, buscar a autonomia do Brasil como fim demandaria a tomada de consciência da exploração internacional; nesse despertar, caberia ao intelectual engajado fazer a *denúncia* da ilusão de autonomia atual – porque a autonomia política não poderia bastar – por intermédio da *condenação moral* dos efeitos espoliativos da hegemonia norte-americana. Em seguida, seria necessário encetar práticas de poder para a um só tempo romper com essa hegemonia e com a heteronomia real do país, vistas como faces da mesma moeda. Uma vez mais, deveria entrar em cena o voluntarismo das lideranças populistas. Veremos como a OPA de JK – a qual interpretamos como tentativa de renegociar os termos da hegemonia norte-americana – foi um passo em direção à Política Externa Independente de Jânio Quadros e San Tiago Dantas, cujo tom era de rompimento com essa hegemonia e de anunciação da emancipação futura dos povos

espoliados do mundo. De modo correlato, a crononomia acarretava romper com a tradição do Itamaraty. Do lado dos intelectuais engajados, segundo vimos, emergiu a condenação da Casa de Rio Branco como símbolo da heteronomia e das estruturas coloniais do Brasil arcaico; do lado dos líderes populistas, passaremos a ver como o estranhamento mútuo gerou um cenário de embate discursivo e político.

CAPÍTULO IV

MUDAR E CONTINUAR

4.1 Autonomia e democracia

Conforme afirmamos, o processo de temporalização (*Verzeitlichung*), descrito pela história dos conceitos alemã, é crucial para se entender o conceito de autonomia que temos identificado nos trabalhos de um conjunto de intelectuais brasileiros atuantes entre as décadas de 1950 e 1970. Ao lado disso, parece-nos nesse momento importante destacar o processo de democratização (*Demokratisierung*) do vocabulário político e social que marcou o país no período, sobretudo através da discussão de temas de política externa por distintos segmentos sociais formadores da opinião pública, debates os quais foram intensificados após o advento da PEI. Na concepção de Vizentini (2003, p. 210-213), a Política Externa Independente, anunciada por Jânio Quadros, respondeu a duas ordens de fatores. Do ponto de vista econômico, a PEI pode ser considerada uma reação à deterioração do termos de troca no comércio exterior, que ocasionou a queda dos preços de matérias-primas e de produtos primários, a par da necessidade de se desenvolver no país um projeto de industrialização por substituição de importações, o que ocasionou buscar a abertura de novos mercados. Tendo-se em conta as *condicionantes políticas e sociais internas*, a PEI respondeu à emergência das massas populares e das classes médias no marco de um regime democrático, dentro de uma

base social ampliada cujos interesses conflitantes se arbitravam por governos populistas desde a década de 1950.

Assim, segundo afirma Manzur (2014, p. 169-170), por um lado, a PEI pautou-se pela tentativa de projeção internacional do país sem constrangimentos ideológicos em um contexto da Guerra Fria em que a margem de manobra era reduzida, principalmente após o acirramento resultante da Revolução Cubana. Por outro, a PEI caracterizou-se pela *democratização do debate sobre autonomia*, na medida em que a opinião pública envolveu-se cada vez mais nos assuntos de política externa. O alargamento do debate para distintos segmentos sociais foi possibilitado não apenas pela política populista que havia caracterizado os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, mas também pela disseminação dos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, e pelo aumento dos índices de alfabetização da população brasileira. Conforme Skidmore (1982, p. 94-95), Vargas personificava na década de 1950 esse novo estilo político populista, o qual se caracterizava por uma “situação na qual o eleitorado urbano de massas mostra receptividade a um líder atraente, que recorre a um apelo direto e emocional, baseado em considerações econômicas de variável sofisticação ideológica.” Em 1950, a população brasileira chegou a 53 milhões de pessoas. De país rural em 1930, quando Vargas assumiu o poder pela primeira vez, o Brasil tornava-se agora urbano e industrial. A quantidade de produtos fabricados no país já era maior que a de importados, contudo, a estrutura de baixos salários ainda excluía do mercado interno a maioria da população (LEVINE, 2001, p. 117).

De acordo com Incisa (1998, p. 981), podem ser consideradas populistas as fórmulas políticas “cuja fonte principal de inspiração é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes.” Entretanto, populismo é um conceito que carece de absoluta precisão, assim como o *populus* costuma ser interpretado como um mito em nível lírico e emotivo. Nesse sentido, vimos que a crítica marxista à democracia populista no Brasil enfatizava justamente seus aspectos de mistificação e as limitações da emancipação política burguesa. Em todo caso, no contexto brasileiro da década de 1950, tal ensaio democrático representou interessante avanço em face das experiências oligárquicas e elitistas tradicionais. Se, por um lado, o populismo é conciliador e exclui a luta de classes, por outro, almeja sacudir e transformar o *establishment* político – cujo exemplo paradigmático entre nós foi a ascensão meteórica de Jânio Quadros ao poder. Assim, salienta Incisa (1998, p. 984) que o populismo não é uma ideologia do atraso, sobretudo

quando se relaciona com processos de modernização econômica e industrialização. Em outras palavras, costuma ser uma saída política para *sociedades em crise de transição*, como era tipicamente o caso do Brasil, em que havia divisão entre regiões e setores produtivos modernos e atrasados. Portanto, o populismo emerge historicamente como ideologia de síntese que busca conciliar tal dualismo, a um só tempo baseado em valores sociais tradicionais e na necessidade de se efetivar a industrialização. É de se compreender que as lideranças carismáticas precisam governar com extrema habilidade, sendo capazes de galvanizar um projeto nacional de desenvolvimento e equilibrar as inevitáveis tensões políticas e sociais que subjazem o difícil processo de transição.

Nas eleições de outubro de 1950, Vargas obteve 48,7% dos votos, bem como massivo apoio nas maiores cidades industriais, São Paulo e Rio de Janeiro. O contexto de urbanização e industrialização crescentes, elementos de mudança estrutural que ensejaram os novos termos do debate alargado de autonomia no país, foi crucial para que Vargas pudesse mobilizar o apoio eleitoral do operariado. Nesse sentido, segundo Levine (2001, p. 119-120), Vargas direcionou-se em sua campanha presidencial para o ataque aos privilégios, o que enfureceu as elites e lançou as bases para a divisão entre o PTB, partido getulista dos trabalhadores, e a UDN, herdeira do levante paulista de 1932 e da oposição à ditadura do Estado Novo. O “getulismo” buscava aliar nacionalismo econômico e legislação social. No marco do trabalhismo, o Estado lideraria o processo de ampliação dos direitos sociais sempre com o intuito de preservar a harmonia política entre capital e trabalho. Em sua base partidária, Vargas utilizou-se do PTB de modo a recompensar os trabalhadores por não sucumbirem à propaganda comunista, tendo-se em conta que o PCB encontrava-se na clandestinidade. Por sua vez, o aliado PSD beneficiaria empregados públicos e funcionários de classe média por intermédio da burocracia estatal. Conforme vimos, é nesse ambiente democrático do segundo governo Vargas que intelectuais brasileiros, a partir da fundação do Grupo de Itatiaia, encetaram a formulação teórica do debate de autonomia no Brasil.

Em seu segundo governo, Vargas buscou aplicar o nacionalismo econômico à pauta do desenvolvimento do país. Nesse cenário, a questão petrolífera assumiu enorme importância, pois a dependência externa de petróleo e derivados tornou-se cada vez mais problemática em razão do avanço do crescimento industrial brasileiro. De acordo com Hirst (1990, p. 43), “na medida em que o petróleo era percebido como um recurso vital para que o país assegurasse plenamente sua autonomia energética, abria-se no plano nacional uma discussão quanto à própria condição de dependência do Brasil.”

Desde a Constituição de 1946, aprovada durante o governo Dutra, havia favorecimento às companhias de petróleo estrangeiras como resultado da pressão do governo norte-americano em nome da Standard Oil. Enviado ao Congresso Nacional em fins de 1951, o projeto de lei para a criação da Petrobrás mobilizou o debate de diversos setores da sociedade brasileira. Por meio da defesa de uma saída nacionalista para a questão petrolífera, a mobilização das ruas em torno da campanha “O petróleo é nosso” indicava a democratização do debate de autonomia no país:

As demandas por um desenvolvimento econômico em bases autônomas, aliadas ao pleno funcionamento de uma ordem democrática, tinham um efeito multiplicador quanto ao número de atores, questões e espaços de discussão sobre as relações externas brasileiras. Este processo transformou o relacionamento internacional do país num tema de preocupação que extrapolava a ação de Vargas, o Itamaraty, o gabinete da presidência e mesmo o Estado em seu sentido mais amplo. A manifestação de setores políticos, de intelectuais e da imprensa permitiu, em algumas ocasiões, que problemas passíveis de serem resolvidos no aparelho estatal se transformassem em temas de mobilização nacional. (HIRST, 1990, p. 53)

Durante o segundo governo Vargas, a execução da política externa brasileira começou a bifurcar-se em duas ideias antagônicas entre si. Por um lado, tocado pelo chanceler João Neves da Fontoura, o Itamaraty mantinha o americanismo de Rio Branco de modo a demonstrar alinhamento político e militar aos Estados Unidos e espírito de solidariedade ao mundo ocidental no contexto bipolar da Guerra Fria; por outro, no campo econômico, Vargas procurava enfatizar a autonomia a ser buscada pelo Brasil em seu processo de desenvolvimento. Havia, portanto, desencontro entre as bases que sustentavam o Itamaraty e a Presidência da República, o que evidenciava uma fratura dentro do próprio Estado. Em consequência, Vargas criou a Assessoria Econômica da Presidência, a qual desviou do Itamaraty a pauta externa do desenvolvimento. Esse órgão esteve a cargo do economista Rômulo de Almeida, segundo vimos, expoente ao lado de Celso Furtado do nacionalismo desenvolvimentista. Paralelamente, coube ao banqueiro Horácio Lafer a direção do Ministério da Fazenda, onde buscou atrair os investimentos privados estrangeiros. Dentro de alguns anos, Lafer também assumiria a chefia do Itamaraty. Essa dualidade impregnada no segundo governo Vargas, aliada a um cenário internacional menos favorável, resultou no “pragmatismo impossível” de sua política externa (HIRST, 1990, p. 48-55). Em outras palavras, parece-nos que o americanismo de Rio Branco não parecia mais servir aos propósitos de autonomia. De sua parte, o Itamaraty passava à retaguarda. Se, no contexto fugaz da Segunda Guerra Mundial, Vargas pôde fazer uso pragmático das relações especiais com os Estados

Unidos para cavar uma margem de autonomia, as decepções do governo Dutra e a paralisia final do “pragmatismo impossível” tornavam clara a necessidade de se *romper* com o Barão. *Pari passu* a articulação do pensamento isebiano-cepalino, entendemos que tal foi a injunção histórica da emergência discursiva da *crononomia* entre nós.

Como revolucionário em 1930, ditador em 1937 ou presidente eleito em 1950, maleável e polivalente, Vargas cada vez mais *encarnou* a nova economia discursiva que se voltava para *mudar a face* do Brasil. No campo das práticas de poder, parece-nos que inaugurou a *crononomia* entre nós. Líder carismático, via a si próprio como encarnação do “espírito do mundo” situado no desenrolar mesmo do processo histórico. Tratar-se-ia, portanto, de emancipar o povo sofrido, sinônimo do Brasil novo. Podemos entender por que Vargas fez política com extremo voluntarismo, uma vez que a *crononomia* implica situar no âmbito do evento inaudito capacidades descomuns para *mudar aceleradamente* os ciclos de repetição e as estruturas históricas. Em 24 de agosto de 1954, Vargas suicidou-se. Parece-nos que em sua célebre carta-testamento enuncia os principais traços discursivos da *crononomia*:

Mais uma vez, *as forças e os interesses contra o povo* coordenaram-se e novamente se desencadearam contra mim. [...] Sigo o *destino* que me é imposto. [...] A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. [...] Não querem que o povo seja independente. [...] Tenho *lutado* mês a mês, dia a dia, hora a hora, *resistindo* a uma pressão constante, incessante, tudo *suportando* em silêncio, tudo esquecendo, *renunciando* a mim mesmo, para *defender* o povo, que agora se queda desamparado. [...] Meu *sacrifício* vos manterá unidos e meu nome será vossa bandeira de luta. [...] Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. *Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém.* [...] Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida *para entrar na História.* (grifos nossos) (VARGAS, 1954)

É um texto sem dúvida caricatural, mas sintomático da nova concepção de autonomia que emergia no Brasil de meados da década de 1950. Por um lado, Vargas situa nas *forças ocultas* as estruturas históricas de heteronomia associadas à hegemonia dos Estados Unidos e do capital estrangeiro, assim como às elites internas que vinham por séculos espoliando o povo miserável. Com enorme crença na força compensatória de sua personalidade e vontade, Vargas é aquele que luta, resiste e defende sozinho. Não pode jamais ter sido vencido, tampouco o povo que julga representar. Se a face do Brasil modificou-se, mas ainda não suas entranhas, é porque o tempo do destino virá inexoravelmente garantir a vitória final do povo. De sua parte, Vargas renuncia a suas entranhas, porém coloca sua face no panteão da História, de onde seu fantasma deve guiar a luta incessante dos oprimidos. É interessante contrastarmos sua figura com a do

Barão do Rio Branco, outra efígie colossal. Vargas é um *salvador da Pátria*, o qual sem predecessores *muda* sozinho o país, mas ameaça botá-lo abaixo; em consequência, seu ato final é o sacrifício, no qual deita abaixo seu cadáver, mas salva sua própria alma em aliança eterna com o povo em luta por autonomia. Encarnação da tradição imorredoura e da norma fria, o Barão é um *construtor da Pátria*, o qual invoca seus antecessores – por exemplo, o Visconde do Rio Branco, seu pai – para mudar o país, mas para fazê-lo *continuar* o mesmo. Quer dizer, não se deve dilacerá-lo em suas entranhas; a mudança é da fachada e assim deve ser. Por isso, entendemos o significado da morte do Barão, o qual pereceu tranquilo em plena atividade⁷². Índice da vontade de romper característica da crononomia, a memória de Vargas consequentemente polariza opiniões. Por sua vez, o Barão subiu ao panteão nacional como unanimidade. Parece-nos que esse tratamento distinto de suas memórias não é mero subproduto da reiterada divisão entre política interna e política externa; antes disso, sinaliza distintos registros discursivos. Em seu féretro, Vargas atraiu uma multidão jamais vista às ruas do Rio de Janeiro. Era outro indício do processo de democratização em curso.

Passada a crise de agosto de 1954, bem como o hiato Café Filho, o ambiente democrático eleitoral voltou a prevalecer após a vitória de Juscelino Kubitschek no pleito presidencial de 1955, em que pese a tentativa golpista de impedir sua posse, finalmente assegurada por Henrique Lott, seu ministro da Guerra. Em JK, o imperativo de se mudar aceleradamente o país atingiu seu apogeu. De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real da economia brasileira foi de extraordinários 7% ao ano. Assim, seu Plano de Metas logrou aprofundar o processo de industrialização por substituição de importações por meio da liberalização do crédito, a qual, mediante a Instrução 113 da SUMOC, facilitou a implantação de empresas estrangeiras no país, sobretudo no setor automobilístico. Segundo Skidmore (1982, p. 207-211), o êxito da política econômica de JK deveu-se principalmente a sua capacidade pessoal para manter a estabilidade política. Sua principal arma era seu *entusiasmo contagiante no futuro* do Brasil, bem

⁷² “Depois de tantas lutas, algumas ásperas, e que inquietaram o continente, Paranhos parece desejar um final tranquilo. [...] No dia 5 de fevereiro [de 1912], sem que nada fizesse prever a iminência de uma crise, pois, de bom humor, trabalhara até altas horas, Salvador, seu fiel criado, viu que o gigante tombava. [...] Era o ataque urêmico, diagnosticaram. [...] Sentaram-no então em uma cadeira de balanço, onde dava a impressão de ter algum alívio. Na realidade, porém, apagara-se-lhe a consciência. [...] Apesar da gravidade do mal, o enfermo viveu ainda cinco dias. [...] No Itamarati, onde a aflição geral deixava as portas abertas, um popular, entre soluços, indagou a um dos jornalistas presentes: ‘O Brasil já morreu?’. O Brasil não morria. Rio Branco, entretanto, agonizava. Ao despontar do dia dez, a cada instante era esperado o fim. [...] E pouco passava das nove horas quando cessou a agonia. ‘Morrera o grande homem. Ou mais simplesmente: morrera o Barão.’ (VIANA FILHO, 2008, p. 523-524)

como sua *fé nas instituições democráticas*. Kubitschek foi capaz de dar uma coisa a cada um, ao mesmo tempo em que buscou unir os diversos segmentos sociais em torno da construção de Brasília, símbolo de seu projeto de *superação acelerada do atraso*. À classe trabalhadora, ofereceu aumentos de salário, assim como a manteve sob o enquadramento da estrutura sindical herdada do getulismo; aos industriais, obteve apoio através de sua generosa política de crédito; por sua vez, os agricultores foram atraídos pelas gestões do governo em prol dos preços internacionais do café. Os intelectuais, segundo vimos, aglutinaram-se no âmbito do ISEB.

De acordo com Penna Filho (2002, p. 191-194), a política externa dos anos JK foi executada em função das metas de industrialização do país, na medida em que se a concebeu como instrumento do desenvolvimento nacional. Por um lado, a ação externa do governo Kubitschek voltou-se para a manutenção dos preços internacionais do café, o qual até 1957 era o principal responsável pela entrada de divisas no comércio exterior do país, fundamentais em um quadro de reduzida capacidade de importar. Por outro, JK buscou obter financiamento e tecnologia dos países avançados do norte, cruciais no esforço de industrialização. Em 1958, nesse sentido, sob influência do poeta Augusto Frederico Schmidt, seu amigo pessoal, Kubitschek lançou a Operação Pan-Americana (OPA). Em carta a Dwight Eisenhower, presidente dos Estados Unidos, propunha que o governo norte-americano contemplasse o pleito dos países latino-americanos por maior cooperação e auxílio econômico para a superação do subdesenvolvimento na região. JK afirmava que a ameaça comunista que pairava sobre os regimes democráticos na América Latina tinha como principal raiz sua situação de pauperismo e atraso. Assim, por meio do argumento da “segurança econômica coletiva”, recebido com frieza em Washington, buscava convencer o governo norte-americano de que a ajuda econômica ao desenvolvimento da região era vital para seus interesses de segurança hemisférica e de contenção ao comunismo no mundo.

Conforme vimos em Jaguaribe, o final da década de 1950 é marcado pela “crise do Itamaraty”, aferrado à sombra monumental do Barão e imerso em uma diplomacia ornamental que ainda primava pelo americanismo e pela repetição de precedentes. As demandas da industrialização e do nacionalismo, contudo, exigiam que se convertesse a política externa em instrumento do desenvolvimento. É nesse contexto que Juscelino Kubitschek buscou afirmar um estilo marcado pela diplomacia presidencial. Em função da necessidade de dinamização, segundo salienta Danese (2017, p. 370-384), o que o Itamaraty não fizesse, JK tentaria fazer diretamente a partir da Presidência por atos de

diplomacia paralela. Nesse sentido, por diversas vezes ignorou a cadeia de comando formal do Itamaraty e recorreu a Augusto Frederico Schmidt, seu embaixador informal. Segundo entendemos, esse desencontro entre Itamaraty e Presidência ilustra em nível mais profundo a *incompatibilidade discursiva* entre as práticas de poder aristocráticas tradicionais e a nova experiência da democracia populista no Brasil. Recém-eleito, JK retomou e ampliou a prática inaugurada por Campos Sales, em 1898, e buscou fazer o *marketing* externo do novo governo em uma série de viagens internacionais destinadas a atrair investimentos ao Plano de Metas. Sua diplomacia presidencial teve dois grandes momentos: em 1959, o rompimento com o FMI, em que buscou resgatar a barganha nacionalista de Vargas; e a referida OPA. Em junho de 1958, um mês após o envio de sua carta a Eisenhower, JK discursou aos representantes dos Estados americanos no Rio de Janeiro, ocasião em que buscou situar seu projeto hemisférico:

Creio chegada a hora de um pronunciamento claro e sincero do Brasil em relação a alguns assuntos de política internacional. [...] O não compartilharmos, senão simbolicamente, da direção de uma política, o não sermos muitas vezes ouvidos nem consultados, mas ao mesmo tempo estarmos sujeitos aos riscos dela decorrentes, tudo isso já não é conveniente ao Brasil. Apesar das dificuldades de caráter econômico ligadas ao nosso processo de crescimento, já atingiu este país de grau, no plano espiritual e material, que *é forçoso reconhecer-se-lhe, não apenas o direito, mas a obrigação de fazer-se ouvido*. Não pode ele continuar aceitando passivamente as orientações e os passos de uma política com a qual não é cabível esteja apenas solidário de modo quase automático, solidário por hábito ou simples consequência de posição geográfica. [...] Quanto à Operação Pan-Americana em vista, desejo ressaltar o que já foi por todos compreendido: *o Brasil pretende apenas colaborar*, na medida de suas forças, para um entendimento geral e efetivo entre países irmãos do continente. *Nada pleiteia para si*, isoladamente, nem haverá, nas gestões específicas da Operação iniciada, cabimento para conversações bilaterais. (grifos nossos) (KUBITSCHKE, 2008, p. 356-357)

Parece-nos que a OPA buscou estabelecer uma margem de autonomia ao Brasil por meio da tentativa – relativamente fracassada – de rediscutir os termos da hegemonia norte-americana no continente. Para articular essa objetivo ousado, JK lança mão de três táticas. Em primeiro lugar, o crescimento econômico acelerado de seu Plano de Metas deveria representar um fundamento material novo para uma nova posição do Brasil nas relações internacionais. É com base nessa esperada ascensão que JK almeja ter suficiente legitimidade para argumentar sua hipótese da “segurança econômica coletiva”, segundo a qual o maior serviço que os Estados Unidos poderiam prestar em favor de seu ideal pan-americano seria a eliminação do subdesenvolvimento na região mediante algo como um Plano Marshall para a América Latina. Embora ascendente, o Brasil ainda poderia ser considerado um país pobre. Em função disso, a terceira chave tática do argumento de JK é apresentá-lo como um mandamento de justiça. Por um

lado, é justo que o Brasil seja ouvido; por outro, não almeja exercer hegemonia ou política de poder, mas apenas colaborar. Com base nesse aparente desinteresse, JK articula um argumento moral em que denuncia a relação entre o exercício da hegemonia norte-americana e seus efeitos em termos da disparidade de riqueza entre os países do continente. Segundo vimos em Onuf e Cox, pode-se compreender a OPA como rechaço da heteronomia econômica. Fazer-se ouvir implicaria, portanto, não reconhecer a ilusão da autonomia política embutida no sutil convencimento ideológico da hegemonia norte-americana. Em lugar disso, era preciso fazer-se reconhecer e tentar romper com o colonialismo e o alinhamento automático.

Pensemos agora essas três táticas à luz do regime discursivo de crononomia. De sua parte, o sucesso do Plano de Metas – “cinquenta anos de progresso em cinco de governo” –, tocado pela *vontade* entusiasmada de JK em *mudar aceleradamente* o Brasil, configura seu argumento de base para defender no plano da política externa a revisão estrutural do pan-americanismo. Desde seus antecedentes na Doutrina Monroe (1823) e de sua formalização no final do século XIX, sempre couberam aos Estados Unidos a iniciativa e a definição do ritmo e das condições de funcionamento do sistema interamericano. Em outras palavras, era da alçada exclusiva de *sua vontade de potência* determinar o exercício de seu ciclo histórico de hegemonia, baseado evidentemente na estrutura internacional ordenada pela desigualdade de poder. Por sua vez, com extrema fé em *sua vontade pessoal*, JK cria possível poder tomar agora a iniciativa e sugerir novas regras do jogo em nome do Brasil. Assim, em lugar de se priorizar a segurança militar da região, dever-se-ia privilegiar a econômica em prol do desenvolvimento e da autonomia dos países latino-americanos – ao menos dos menos pobres. Entretanto, a ausência de capacidades de poder impositivo por parte do Brasil – ou, em outros termos, a insuficiência constatada na realidade presente – acarretava assumir uma postura missionária: era preciso *denunciar* o poder alienante da hegemonia norte-americana e *condená-la moralmente*. Como antípoda, o Brasil desenhado não poderia ter interesses, mas apenas desprendimento. Queria JK, assim, do alto de sua autoridade moral, passar sermão. No campo das práticas, realiza o que vinham os intelectuais engajados fazendo conceitualmente, segundo vimos, por meio da filosofia da História. Parece-nos, assim, que a iniciativa da OPA buscava efetivar o americanismo em novos termos. Lembremos que o Barão jamais julgou moralmente o pan-americanismo. Ao contrário, chancelou o Corolário Roosevelt em 1904, política do *big stick* que escancarou a hegemonia norte-americana na América Latina (MUÑOZ, 2012, p. 127-142).

Havia, portanto, uma potencial rota de colisão entre o americanismo tradicional do Itamaraty e o inusitado pan-americanismo desenvolvimentista de JK. Em 19 de abril de 1960, às vésperas da inauguração da nova capital, o presidente discursou em tom de despedida no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro. Tendo por objetivo reafirmar a OPA, viga mestra de sua diplomacia paralela, Kubitschek (1961a, p. 130) enfatiza porém que “o Itamaraty não irá desintegrar-se da justa aura de tradição que o cerca e prosseguirá a serviço de nossa política exterior.” Como era de se esperar, JK trabalha a tensão entre o novo e o velho Brasil por meio da *reinterpretação da memória* do Barão do Rio Branco, o incontornável, a presença invisível, mas real, que há de ser perenemente sentida no Itamaraty. Nesse sentido, o presidente lê a fala original do Barão à sua própria imagem e semelhança. De acordo com JK, em plena execução do Plano de Metas, a nota principal da atuação de Rio Branco teria sido a objetividade com que delimitou e tornou nítido o território nacional, base para a expansão de infraestrutura em seu interior. Em consequência, seria imperiosa a atualização da diplomacia brasileira:

Não há ação profícua, sem que seja presidida por um espírito objetivo. A diplomacia, nos dias que correm, *não é apenas uma arte, um modo de agir, mas também uma técnica*. Não basta ligar-nos aos países amigos, compreendê-los nas suas peculiaridades e tendências políticas; importa, ainda, *entreter relações substanciais com eles – comprar, vender*, explicar o que somos e saber o que eles são. O desenvolvimento, a expansão, o ímpeto deste *novo Brasil – do Brasil de Brasília – estão impondo um crescente dinamismo* ao nosso serviço diplomático. [...] Que sejam disciplinados os funcionários do serviço exterior, *mas não limitados ou intimados pela rotina, pelo hábito, pelo medo de agir*. A ordem, a harmonia, as relações corretas, o atendimento a ordens superiores *devem estimular e não coibir o espírito de iniciativa*, a benéfica revisão de julgamentos e o impulso criador que a presença da juventude empresta a todas as obras humanas. *Cada geração traz uma visão própria e direta*, um amor à autenticidade e à grandeza que não seria justo deixar desaproveitado. (KUBITSCHKEK, 1961a, p. 132)

Em poucas palavras, a bem do desenvolvimento, o que JK buscou foi enterrar ou pelo menos marginalizar as práticas tradicionais da diplomacia ornamental. O problema não era o Barão do Rio Branco – afinal um homem morto, mas a influência esclerosante de sua sombra. É verdade que o tempo do Itamaraty e o da Presidência eram diversos. Apenas JK precisava de fato apressar-se. Fiel à regra monástica, o corpo diplomático havia *tomado hábito* e buscava preservá-lo. Não seria tarefa do presidente, elemento estranho, discutir sua renovação. Conforme veremos, o próprio Itamaraty o fez. O final da década de 1950 foi o recomeço de um processo auto-referente de *mudança na continuidade*, ou da conversão da diplomacia de arte em técnica. Não sem repugnância, contudo, pois Kubitschek almejava converter o “espírito de cortesão” dos diplomatas em “espírito de caixeiro-viajante”. A exortação pelo comprar e vender, pela iniciativa e

pelo dinamismo elidiam em definitivo a separação entre alta e baixa política no Brasil⁷³. Tal como salientaram exaustivamente os intelectuais engajados, Brasília opunha-se ao Rio de Janeiro como o novo ao velho, como o avanço ao atraso, como a autonomia à heteronomia⁷⁴. Assim, era fundamental que a geração dos moços rompesse com a dos velhos. O Itamaraty, entretanto, não romperia com seus velhos. Buscará manter sua autonomia quanto ao ritmo da mudança, com vistas a não perder sua autonomia na condução da política exterior do Brasil, ao preço de crescente animosidade em relação à improvisação e ao açodamento das lideranças populistas.

Embora premidos pela hegemonia norte-americana, esmagadora na década de 1950, e pela estrutura predominante de alinhamento, Vargas e Kubitschek buscaram obter, cada qual a sua maneira, margens de autonomia ao Brasil em seu projeto de desenvolvimento e emancipação econômica. Em 1961, Jânio Quadros anunciou a PEI em seu célebre artigo da *Foreign Affairs*. A independência de sua nova política externa indicava que o país buscava agir com ampla margem de autonomia, na medida em que se propunha a diversificar globalmente suas parcerias, sem atenção a preconceitos de ordem ideológica. Parece-nos que a *rationale* da PEI é indissociável da crononomia teatralizada pela figura de Jânio Quadros, tendo como condição o sistema democrático que propiciou sua rápida ascensão ao poder. Conforme salienta Guimarães (2013, p. 957), Jânio fez “carreira meteórica, marcada pela reputação de eficiência e austeridade,

⁷³ Na década de 1950, a emergência dos temas econômicos em política externa não apenas sinalizou a crise da diplomacia ornamental, mas também uma crise de identidade dentro do Itamaraty, dividido entre modernizadores e tradicionalistas: “*In the late 1940’s several young Brazilian diplomats went abroad (mainly to the United States) to study economics. This group included Roberto Campos, Octavio Dias Carneiro, and João Baptista Pinheiro. [...] As the number of the economists in the foreign service increase in the latter 1950’s, there emerged a conflict with the members of the service who thought of themselves as political specialists. At present the ‘modernizers’, as the economists call themselves, have the allegiance of approximately 10 percent of Brazilian diplomats. The generalists, who term themselves ‘political specialists’ but are designated ‘traditionalists’ by the economists, also constitute about 10 percent of the foreign service membership. [...] The rest of the diplomats have assumed various postures of neutrality.*” (ROSENBAUM, 1968, p. 387)

⁷⁴ Em discurso pronunciado em 21 de abril de 1960, em sessão solene de instalação do Poder Executivo em Brasília, Kubitschek discorreu nos mesmos termos de Corbisier a respeito do simbolismo da nova capital para o Brasil e sua História como horizonte de expectativas: “*Não nos voltemos para o passado, que se ofusca ante esta profusa radiação de luz que outra aurora derrama sobre a nossa Pátria. Quando aqui chegamos, havia na grande extensão deserta o silêncio e o mistério da natureza inviolada. No sertão bruto iam-se multiplicando os momentos felizes em que percebíamos tomar formas e erguer-se por fim a jovem Cidade. [...] Viramos no dia de hoje uma página da história do Brasil. [...] Olhai agora para a Capital da Esperança do Brasil. Ela foi fundada, esta cidade, porque sabíamos estar forjada em nós a resolução de não mais conter o Brasil civilizado numa fímbria ao longo do oceano, de não mais vivermos esquecidos da existência de todo um mundo deserto, a reclamar posse e conquista. Esta cidade, recém-nascida, já se enraizou na alma dos Brasileiros; já se elevou o prestígio nacional em todos os continentes; já vem sendo apontada como demonstração pujante da nossa vontade de progresso, como índice do alto grau de nossa civilização; já a envolve a certeza de uma época de maior dinamismo, de maior dedicação ao trabalho e à Pátria, despertada, enfim, para o seu irresistível destino de criação e de força construtiva.*” (grifos nossos) (KUBITSCHEK, 1961b, p. 146-148).

pela ação acima dos partidos políticos, os quais desprezava ostensivamente, [...] E, acima de tudo, pela preocupação extrema com sua autoridade.” Em 1947, foi eleito vereador; em 1950, deputado estadual; em 1953, prefeito de São Paulo; em 1954, governador. Em 1960, apoiado pela UDN, ganhou o pleito presidencial com 5.600.000 votos, 48% do total. Nesse sentido, Jânio aliaría sua independência em face dos partidos políticos à admiração a Nehru, Nasser e Tito, conhecidos por sua independência em face dos blocos da Guerra Fria.

De origem modesta, sem relações políticas, sociais e econômicas de relevo, Jânio era apenas um modesto professor ginásiano quando elegeu-se vereador, em 1947. De acordo com Skidmore (1982, p. 231-234), Jânio entrou no cenário político brasileiro como um “corpo estranho” por excelência, pois não podia ser identificado como um líder anti-Vargas, tampouco como getulista. Em lugar disso, apresentava-se como um “antipolítico”, um amador honesto que fazia o eleitorado urbano crer em sua capacidade de *efetivar mudanças radicais através da força redentora de sua personalidade*. Não foi à toa que obteve sucesso eleitoral em São Paulo, estado mais industrializado do país. Jânio prometia romper com o estilo de governo e com os hábitos políticos aferrados ao velho Brasil pré-1930, apresentando-se como o candidato mais representativo do novo Brasil, urbano e moderno. Em 1954, quando elegeu-se governador de São Paulo, amparado por ampla votação, prometeu governar acima dos partidos tradicionais – PTB, PSD e UDN. Jânio alimentava sua imagem de independência pessoal, apresentando-se mal vestido e despenteado em seus comícios, com o que buscou identificar-se com os cidadãos mais humildes. Era um *outsider* que lutava contra o sistema. Com fama de bom administrador, atacava a ineficiência da burocracia estatal legada pelo getulismo; ao mesmo tempo, eleito presidente, não se deixou manobrar pela UDN.

O sentido de sua *ruptura* em política externa não é diferente: tratava-se também de romper com o Brasil pré-1930 e seu passado colonial de agrarismo, patrimonialismo, americanismo e dependência, todos vinculados às velhas elites. Nesse sentido, afirma Guimarães (2013, p. 965) que a política externa de um país “não é apenas conduzida pela chancelaria, mas sim também por outros organismos de Estado [...] e não se desvincula de nenhuma forma das contingências e necessidades da política interna.” Jânio acreditava que sua avassaladora vitória nas eleições de 1960, com dois milhões de votos de diferença sobre o marechal Henrique Lott, candidato de JK, conferiria a ele um mandato do povo acima dos partidos e lhe permitiria ampla liberdade de ação. Nesse sentido, frisemos que a independência de sua nova política externa é inseparável da

legitimidade democrática de seu mandato. Disso decorre a admiração de Jânio por governos *voluntaristas e independentes* – porém nem sempre democráticos – tais como aqueles de Nehru, Nasser e Tito. A ambiguidade e indefinição de Jânio reverberaram nas decisões que tomou em sua breve passagem pela presidência da República. Por um lado, em política interna, era conservador, preocupado com soluções monetaristas para a grave crise financeira herdada do governo JK; em política externa, era arrojado e progressista. A princípio discrepantes, essas políticas articulavam-se nas demandas do setor externo da economia, carecedor tanto de financiamento do FMI quanto da abertura de novos mercados. No nível discursivo, parece-nos que sua ambiguidade encenada resultou da galvanização crescente da crononomia; quer dizer, a vontade de mudar o Brasil e o mundo com rapidez espantosa expunha cada vez mais na arena política o paradoxo entre evento e estrutura. No plano da vida presente, o anúncio da PEI queria projetar nova linha reta, mas era já a realidade da crise em ebulição.

De sua parte, Jânio buscou ampliar consideravelmente os limites da diplomacia presidencial reinaugurada por Kubitschek com sua OPA. Aprofundou a atualização começada por JK, na medida em que incorporou diretamente à agenda de política externa os temas da descolonização e do mundo socialista. Opôs-se com maior resolução à política norte-americana de contenção ao comunismo na América Latina, para o que sinalizou abertamente sua simpatia pelos líderes da Revolução Cubana. Mesmo que retoricamente, por meio de bravatas, foi além da tentativa de renegociação da hegemonia dos Estados Unidos no continente. Em sua *origem*, a PEI indicava para a denúncia do imperialismo norte-americano, para o rompimento com a tradição de Rio Branco vinda do americanismo, em compasso com a radicalização interna após 1961. Como salienta Danese (2017, p. 394-396), a diplomacia presidencial de Jânio era intuitiva e histriônica, e seus “bilhetinhos”, que combinavam informalidade e linguagem pomposa, talvez sejam a melhor ilustração de seu voluntarismo idiossincrático. Em meio à transferência da capital, seus bilhetinhos com ordens destinadas ao Rio de Janeiro acarretaram a “marginalização do Itamaraty, transformado em mera agência executora, quando não em simples espectador.” É de se entender que o estranhamento foi recíproco. Acostumados a chegar ao Itamaraty entre dez e meia e onze da manhã, os diplomatas receberam mal a austeridade de Jânio Quadros, cuja reforma administrativa determinou que o serviço começasse às oito. Afirma Rosenbaum (1968, p. 385-389) que o resultado dessa *mudança* foi inexpressivo, pois os diplomatas *continuavam* gastando

as horas adicionais conversando e bebendo café. Em entrevistas, descobriu o autor que a maior motivação de ingresso na carreira era nada mais que a promessa da “boa vida”⁷⁵.

Em seu discurso de posse, pronunciado em janeiro de 1961 em Brasília, capital recém inaugurada, Jânio Quadros (2007a, p. 19) descrevia a si mesmo como “[h]omem de oposição, desvalido dos recursos de prestígio, tradição e fortuna, animado tão-somente da vontade de servir a nação.” Por outro lado, valorizava seu antecessor, JK, “porque através de sua meta política logrou consolidar, em termos definitivos no país, os princípios do regime democrático.” Sem dúvida, era Jânio um democrata, contudo, reconhecia a terrível situação financeira do país, assim como os desafios que deveria enfrentar em seu mandato. Em discurso veiculado pela *Voz do Brasil* em cadeia nacional, em 1º de fevereiro, Quadros (2007b, p. 21-25) anunciava um “governo do povo, pelo povo e para o povo”, amparado no “apoio das multidões”, porém “rude e áspero” em razão do estado lastimável das contas públicas no país. Nesse sentido, o presidente empossado deparava-se com o enorme passivo econômico herdado do governo JK, cujo Plano de Metas implicou alto custo em termos de inflação e endividamento externo para a consecução do crescimento industrial acelerado e da construção de Brasília. Entre 1956 e 1960, o meio circulante no Brasil havia passado de 57 bilhões a 206 bilhões de cruzeiros; o déficit orçamentário havia-se elevado de 193 bilhões a 600 bilhões de cruzeiros. O país carecia de recursos para quitar suas obrigações com o FMI e o Eximbank. Jânio encontrava uma “nação de fachada nova, mas de economia exangue”, cujo povo “opresso pelo subdesenvolvimento, roído pela doença e pelo pauperismo” deveria honrar as dívidas tomadas em nome do Brasil.

Ao lado dessa crise econômica e financeira, Quadros (2007b, p. 25-26) destaca em seu pronunciamento a existência de uma crise moral, administrativa e político-social no país. Na máquina pública, Jânio via uma “administração emperrada pela burocracia”, dominada pelo favoritismo, o filhotismo e o compadrio, onde “[t]udo se consente ao poderoso, nada se tolera ao sem fortuna.” É interessante notar que Jânio equipara em sua crítica à administração pública tanto as estruturas arcaicas do Estado Cartorial, ou do Brasil pré-1930, nas quais predominavam o filhotismo e o acesso restrito às elites aos postos de relevo político, quanto a herança da burocracia getulista, cujas tentativas de modernização acabaram por redundar em escândalos de corrupção no segundo

⁷⁵ Nas palavras do autor: “*Many of those now [1968] taking the examination for the Rio Branco claim that they want to join the foreign service because it promises, in their words, the boa vida (‘good life’).*” (ROSENBAUM, 1968, p. 385)

governo Vargas. Vê a si mesmo, contudo, como um homem sem fortuna, cuja ascensão ao poder explica-se por sua similitude com seu eleitorado popular. Na sequência de seu discurso, Jânio faz referência ao projeto mesmo de *autonomia no tempo* que temos destacado. Assim, no século XIX, o velho socialismo idealizou a sociedade perfeita, a partir dos “sonhos, ora românticos, ora líricos do século XVIII, tinha como premissa a possibilidade de previsões indefinidas no futuro da espécie.” Essa filosofia, contudo, havia-se transformado na experiência ocidental em arma político-ideológica do imperialismo, de favorecimento das prerrogativas de pequenos grupos. Nesse discurso, entendemos que Jânio articula um conceito de autonomia que não se dissocia das ideias de emancipação e democracia, dentro e fora do país. No registro da crononomia, seria preciso situar a autonomia do Brasil como povo no desenrolar do destino histórico, com amparo em um *argumento de justiça*; tanto um quanto outro – porque vistos como sinônimos – deveriam ter reconhecida sua representatividade respectivamente na ordem política interna e na ordem política internacional:

Esses esforços [do liberalismo ortodoxo, do socialismo e do falso nacionalismo] precisam ser desmascarados, enfrentados e batidos, isto se realmente quisermos atingir o duplo objetivo que sobremaneira nos importa: internamente, promover a *ascensão do elemento humano abandonado*, o que só será viável mediante um senso profundo de solidariedade geral; e, no plano internacional, proporcionar ao Brasil a *posição que faz jus* no concerto das nações. [...] A democracia é um regime suficientemente dinâmico para permitir que esse embate de interesses e de situações se processe sem maior dano à paz pública. [...] O nosso propósito deve ser *multiplicar os órgãos da mecânica democrática*, fazendo que surjam, ao lado dos tradicionais, outros, mais próximos das massas, que dêem a estas a *representação a que fazem jus*, com participação efetiva nas responsabilidades governamentais. [...] Creio firmemente, profundamente, *no invencível destino do Brasil*. Esta é a terra de Canaã, ilimitada e fecunda. (grifos nossos) (QUADROS, 2007b, p. 27-29)

Parece-nos claro que Jânio não apenas busca colocar-se acima dos partidos políticos, senão também das ideologias. Por um lado, reconhece que o liberalismo ortodoxo estava ultrapassado, na medida em que se deveriam resguardar o direito de greve e a liberdade sindical; por outro, em oposição aos sonhos românticos do velho socialismo, enxerga com suspeição o socialismo de sua época, sempre que atrelado a interesses externos e a jacobinismos extremos. Ao lado disso, em possível referência ao governo JK e ao nacional-desenvolvimentismo, considera falso todo nacionalismo que se apresente como panaceia a todos os males do país. Seu conceito de autonomia situa-se porém no mesmo registro discursivo dos intelectuais que analisamos. No âmbito externo, a obtenção pelo Brasil da posição que faz jus entre as nações deveria ser acompanhada, internamente, pela emancipação do elemento humano abandonado, quer

dizer, do homem do povo. Assim, no quadro do regime democrático, Jânio defende maior representatividade às mesmas massas que o elegeram. Por sua vez, democracia e emancipação, indissociáveis de sua ideia de autonomia, projetam-se em sua crença no futuro invencível do país. Acima das ideologias e dos partidos, Jânio propõe-se a governar não apenas com base na voz das urnas, mas também em um voluntarismo carismático que não à toa recorre a metáforas de ordem religiosa. Se o Brasil é a terra de Canaã, Jânio Quadros vê a si mesmo como seu salvador. Se Vargas buscou salvá-lo ao fim com sua morte natural, Jânio querará salvá-lo ao fim com sua renúncia, espécie de morte figurada – ou fingida.

Em 1961, eram visíveis mudanças estruturais na sociedade brasileira, sobretudo em função do aprofundamento de três tendências: a população, em acelerado êxodo rural, já somava 72 milhões de pessoas, quase 20 milhões a mais do que em 1950, quando Vargas elegeu-se presidente; a produção industrial ultrapassava a produção agrícola; e as classes médias urbanas, a burguesia e o operariado já consolidavam-se como atores no plano político. Salientemos: esse é o pano de fundo para as lutas em torno da redefinição do conceito de autonomia no Brasil. Tais mudanças estruturais eram de ordem *quantitativa* – aumento da população; aumento da produção industrial; aumento da presença social de novas classes. O ponto doloroso estava no que fazer a respeito delas; ou seja, em como direcioná-las *qualitativamente*. Nesse aspecto, o voluntarismo das lideranças populistas entrou em ação no sentido de conduzi-las e traduzi-las como crononomia no âmbito político. Eleito com a maior votação da história brasileira, Jânio buscava arbitrar esses novos interesses. Prometia governar em favor dos humildes, ao mesmo tempo em que atraía a burguesia e as classes médias com a bandeira da moralidade administrativa e do saneamento financeiro. Por sua vez, a PEI agradava segmentos nacionalistas e de esquerda. Assim, segundo Vizontini (2004, p. 125), seu ministério caracterizou-se pela dispersão entre grupos políticos cuja coesão devia-se sobretudo ao antigetulismo. Em sua política econômica, Jânio mostrou-se conservador, tendo-se em conta o aumento da inflação. No Ministério da Fazenda, o udenista Clemente Mariani Bittencourt conduziria uma política liberal de corte de gastos públicos e de emissões monetárias, assim como do controle artificial do câmbio e dos subsídios do governo à gasolina e ao trigo importados. O paradoxo, no entanto, era a nomeação do também udenista Afonso Arinos para a chefia do Itamaraty, incumbido de dar seguimento à PEI. Mudar, mas continuar.

De fato, Arinos e Jânio eram muito diferentes. Afonso Arinos era um intelectual membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), catedrático de Direito Constitucional na antiga Universidade do Brasil, jornalista, historiador, além de deputado federal e senador pela UDN, oriundo de tradicional família de políticos mineiros. Arinos tinha prestígio, tradição e fortuna. Casou-se com Ana Rodrigues Alves, neta do presidente Rodrigues Alves. Era filho de Afrânio de Melo Franco, embaixador do Brasil junto à Liga das Nações e ministro das Relações Exteriores de Vargas entre 1930 e 1933. Em 1935, Afrânio foi indicado ao Nobel da Paz por sua mediação na Guerra do Chaco. Irmão de Arinos, Virgílio Alvim de Melo Franco havia sido figura de destaque na Revolução de 1930. Segundo relata Guimarães (2013, p. 963), preterido à interventoria de Minas Gerais em 1933, Virgílio passaria a fazer oposição a Vargas. No mesmo ano, Afrânio, em protesto, entregaria seu cargo à frente do Itamaraty. Assim, o antigetulismo seria a marca definidora da trajetória política de Afonso Arinos. Em 1943, firmou o Manifesto dos Mineiros, que reivindicava o fim do Estado Novo; em 1945, foi um dos membros fundadores da UDN; na crise de agosto de 1954, então líder da UDN na Câmara, Afonso Arinos pediu a renúncia de Vargas e a intervenção dos militares. A convergência momentânea entre Jânio e Arinos deveu-se, no âmbito interno, a seu antigetulismo. Sua nomeação como chanceler decorreu de sua reputação conservadora, de seus valores cristãos e de sua firme oposição ao comunismo, o que, no xadrez ministerial de Jânio, tornavam-no “insuspeito para conduzir e executar uma política independente.” (GUIMARÃES, 2013, p. 966)

Em 1º de fevereiro de 1961, pronunciou seu discurso de posse como ministro das Relações Exteriores. Como ressalva inicial, Arinos (2007, p. 33-35) destaca que o acelerado progresso técnico-científico de seu tempo havia rompido com os quadros político-jurídicos que regiam as sociedades humanas, de modo que “[n]um ambiente mundial e histórico em tão constante e imprevisível movimento, poucos serão os valores permanentes na política internacional.” Apesar disso, em sua visão, a formação do Brasil atestava a prevalência de três valores que deveriam orientar a formulação da política externa do país: soberania, democracia e paz. De sua parte, a soberania do país não deveria mais limitar-se à exclusão da influência política de outros Estados, “senão que significa a preocupação do Estado com o desenvolvimento nacional, estimulando as forças econômicas, sociais e culturais internas.” Se o Brasil pertence indiscutivelmente ao mundo cristão-democrático, o reconhecimento de sua autonomia e autenticidade – assim como das demais nações da América Latina e das novas de Ásia e África – é

positivo ao mundo livre, pois “somos diferentes e temos problemas específicos.” Em 1951, como deputado federal, Arinos havia proposto a primeira lei a criminalizar o racismo no Brasil. É nesse sentido, portanto, que se deve compreender sua postura anti-colonialista. Assim, em seu discurso de posse, afirma que o Brasil, por ter a mais avançada democracia racial do mundo, deveria naturalmente apoiar a descolonização afro-asiática e o princípio da livre determinação dos povos.

Em Arinos, autonomia relaciona-se igualmente à emancipação e democracia. Nesse particular, o novo chanceler investe na ideia de que o Brasil, dada sua diversidade cultural e ausência de preconceitos, deveria atuar como elo entre os povos. Por um lado, estava próximo do mundo afro-asiático por seu subdesenvolvimento econômico; por outro, em função de seu “admirável amadurecimento democrático”, poderia apoiar os esforços dos novos países na construção de regimes políticos de liberdade. Na visão de Arinos (2007, p. 36-38), a vida e a figura de Jânio Quadros, “[s]ua carreira e sua pessoa de estadista são a revelação brasileira mais forte dessas novas significações da democracia social.” No final de seu discurso de posse como chanceler, Arinos contrapõe esse novo ambiente de democracia social à tradição aristocrática do Itamaraty. Salienta a vontade do presidente Jânio Quadros em “tornar mais justa e democrática a carreira diplomática, [...] extinguindo, tanto quanto possível, o protecionismo e a emulação pessoal, [...] exterminando, em suma, na medida do possível, o sistema de influências camarárias, de prestígios pessoais e de injustiças.” Mais do que isso, Jânio pretendia “extinguir qualquer preconceito de raça, franco ou disfarçado, no serviço do Itamaraty.” Como é sabido, coube a Jânio Quadros designar Souza Dantas, escritor e jornalista negro, como primeiro embaixador do Brasil em Gana. Entre diplomatas africanos, no entanto, a retórica da democracia racial provocava irritação⁷⁶.

Pouco antes de sua renúncia, em agosto de 1961, Jânio publicou seu célebre artigo na *Foreign Affairs*, o que indicava claramente que a Presidência da República buscava *formular diretamente a nova política externa* do país. Na abertura de seu libelo em favor da PEI, Jânio (1961, s/p) começa por apresentar as credenciais do Brasil como nova força no cenário internacional. Em sua visão, o Brasil deveria ser reconhecido por seu potencial econômico, humano e cultural, porém não como potência militar. Nesse sentido, seu território ocupava não somente quase metade da América do Sul, senão

⁷⁶ “An attitude which annoys many foreign diplomats, particularly those from Africa, is the continuous flaunting by Brazilian diplomats of Brazil’s racial record of nondiscrimination. When a Negro was sent as Brazilian ambassador to Ghana, he was not particularly well received because it was thought that a Negro was purposely sent there in order to stress Brazilian racial harmony.” (ROSENBAUM, 1968, p. 389)

também sua população em acelerado crescimento atingiria 100 milhões de habitantes na década seguinte. Culturalmente, o país tinha raízes diversas, europeias, africanas e indígenas; economicamente, algumas de suas regiões mais desenvolvidas apresentavam rápidos índices de crescimento industrial. A nova política externa de Jânio, portanto, encontra justificativa no novo Brasil das décadas de 1950 e 1960, em processo de industrialização e de urbanização. Em seu artigo, nesse sentido, Jânio salienta que a diplomacia do país deveria assumir sua nova função como instrumento para fomentar o desenvolvimento, o que não se poderia compatibilizar com a tradicional política de alinhamento hemisférico. Em razão de sua posição geográfica e de sua formação cristã, o país deveria ser considerado uma nação ocidental. Nesse aspecto, Jânio destaca que “[o]ur national effort is directed toward the achievement of a democratic way of life, both politically and socially.” Em outros termos, as novas credenciais internacionais do Brasil o habilitariam no hemisfério como exemplo exitoso de experiência democrática, porém não mais como país alinhado aos Estados Unidos.

Nesse sentido, afirma Jânio (1961, s/p) que o Brasil deveria mostrar-se solidário com as demais nações latino-americanas e os novos países em luta por emancipação em África e Ásia, pois o subdesenvolvimento aproximava-os todos. De modo incisivo, afirma que o ideal de solidariedade com Estados Unidos e Europa Ocidental era nutrido por uma elite brasileira de origem europeia. As massas que o elegeram, por outro lado, já começavam a perceber o *grau de zombaria dessa identificação*, uma vez que era grande a disparidade de riqueza entre o Brasil e os países desenvolvidos. Na sequência, Jânio retoma a tese da “segurança econômica coletiva”, na medida em que a maior ameaça ao pan-americanismo seria o desequilíbrio econômico e social da região. De sua parte, o Brasil poderia contribuir com sua nova política africanista para a promoção do modo de vida ocidental, livre e democrático, por meio do papel de ponte entre as duas regiões e seus povos. Na parte final de seu artigo, Jânio menciona expressamente o processo de democratização do debate de política externa no Brasil, uma vez que “*foreign policy has ceased to be an unrealistic academic exercise carried out by oblivious and spellbound élites; it has become the main topic of daily concern.*” Em suma, sua concepção da nova política externa do país encerra três ideias fundamentais: democracia, emancipação econômica e social e abertura de mercados. Mais do que isso, parece-nos que Jânio pensa a PEI como um experimento de autonomia que no tempo poderá reverter em nome do justo princípio de igualdade a própria estrutura de poder do sistema internacional ilustrada pela prática do colonialismo:

Economically speaking, my government's motto is "Produce everything, for everything produced is marketable." We shall go out to conquer these markets: at home, in Latin America, in Africa, in Asia, in Oceania, in countries under democracy, and in those that have joined the Communist system. [...] Our very faithfulness to the democratic way of life is at stake in this struggle for development. A nation such as ours, with 70,000,000 inhabitants and with the world's highest rate of population growth, will not permit even a slowing down of its movement toward the full utilization of its own wealth. Without fear of error I can say that the experiment in democratic progress being carried out in Brazil is decisive both for Latin America and for the underdeveloped areas of the world. Therefore, this experiment is of deep interest to prosperous nations which are also proud of being free. They will remain so to the extent that success crowns the efforts for *economic emancipation of the underdeveloped nations living under the same system*. Freedom once again becomes the outgrowth of equality. (grifo nosso) (QUADROS, 1961, s/p)

De fato, entre as décadas de 1950 e 1960, a política externa tornou-se no Brasil um tópico de preocupação diária, com o que extravasou o âmbito restrito das antigas elites encasteladas no Itamaraty. De acordo com Manzur (2014, p. 190), a relação entre política externa e opinião pública, durante a vigência da PEI, "foi alçada a um plano de alta relevância, [...] em um processo de constante retroalimentação em que a sociedade influencia a elaboração das diretrizes de política exterior de um país e tal política, quando executada, sujeita-se ao escrutínio de diferentes grupos sociais." A política externa de Jânio Quadros teve grande repercussão sobre a política interna e a opinião pública do país. Por ocasião da famosa condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, teve início a controvérsia aberta entre Jânio e Carlos Lacerda, então governador da Guanabara. Conforme relata Skidmore (1982, p. 247-248), em 24 de agosto, Lacerda desencadeou violento ataque contra Jânio pelo rádio, utilizando a PEI contra o presidente, de modo a desacreditá-lo em face da classe média e dos oficiais militares anticomunistas por meio de sua identificação com a esquerda nacionalista e o anti-americanismo. Em busca de uma solução gaullista para o impasse, Jânio renunciou em um grave erro de cálculo. De acordo com Manzur (2014, p. 193-195), nesse sentido, a partir da crise resultante a opinião pública polarizou-se em duas tendências: a liberal-ocidentalista, voltada aos valores ocidentais, ao liberalismo econômico, à ideologia cristã e ao anticomunismo; e a nacional-revisionista, defensora das reformas estruturais, oposta à dependência e à hegemonia norte-americana.

Por um lado, Jânio Quadros declarava o pertencimento do Brasil ao sistema interamericano e ao Ocidente; por outro, sinalizava como nunca antes em direção ao mundo subdesenvolvido vitimado pela injustiça da ordem internacional. Parece-nos que essa ambiguidade entre *mudar* e *continuar*, nesse *romper* por vezes sugerido, por vezes levado a peito, tornou-se insustentável por ocasião da questão cubana. Em 17 de agosto

de 1961, Che Guevara esteve presente à Conferência de Ministros das Finanças do Hemisfério Ocidental, realizada em Punta del Este, ocasião em que rechaçou em nome de Cuba tomar parte na Aliança para o Progresso, proposta de ajuda financeira dos Estados Unidos ao continente. Em 20 de agosto, após sua condecoração por Jânio, Che declarou à imprensa em Brasília que o apoio do Brasil na conferência foi o maior fator para que Cuba fosse tratada como um país americano⁷⁷. O presidente, contudo, não pôde triunfar sobre as consequências de sua vontade paradoxal. Porque Jânio declarava-se absolutamente independente, deveria assumir o risco de *agir sem fundações*; como resultado, em sua situação a ambiguidade entre mudança e continuidade acabaria por revelar-se como fratura exposta. Poucos dias depois, atacado por Lacerda, sem astúcia, mas com excesso de entusiasmo, renunciou numa trapalhada circense⁷⁸. Em outro nível de interpretação, essa extrema dificuldade de equacionar a contingência do fato novo significava o começo da radicalização discursiva da crononomia no Brasil. Por sua vez, o mesmo verificava-se de parte dos intelectuais engajados; findo o contagiante período de JK, o fosso entre diagnóstico e prognóstico avolumava-se cada vez mais. De modo inverso, porque *agia com fundações* e com uma percepção bastante distinta do fluxo do tempo, o Itamaraty veria na crise da renúncia de Jânio a oportunidade para trabalhar astuciosamente a “mudança na continuidade”, conjurar o imprevisto e equacionar sua própria crise a portas fechadas.

Na crise de agosto de 1961, o país dividiu-se em duas claras facções, na medida em que os golpistas buscavam impedir a posse de João Goulart, vice-presidente eleito, os quais foram finalmente vencidos pelos legalistas. A emenda do parlamentarismo

⁷⁷ De sua parte, os militares tinham verdadeira repelência a Guevara, motivo pelo qual viram com maus olhos a condecoração conferida por Jânio Quadros ao revolucionário cubano, o qual passaria a envergar o Cruzeiro do Sul, símbolo maior do Brasil. Como noticiou a *Folha de São Paulo* em 20 de agosto, Guevara foi recepcionado com bastante má vontade: “‘Che’ Guevara quase foi recebido sem as honras militares de estilo: a oficialidade do Batalhão de Guarda recusou-se a acatar as ordens de formar as tropas defronte ao Palácio do Planalto, para a execução dos hinos nacionais dos dois países e a revista. Durante toda a noite, segundo informações prestadas à Folha de S. Paulo, os oficiais superiores se movimentaram para vencer a resistência de seus subordinados e, finalmente, tiveram êxito. Antes das 7 horas da manhã os soldados estavam em seus postos e tudo correu normalmente.” (JÂNIO, 1961)

⁷⁸ “Rubião levantou-se repentino, e deu alguns passos; o major não viu a expressão do rosto, não percebeu que o espírito do homem ia talvez descarrilhar, e que ele mesmo o pressentia. Disse-lhe que se sentasse, e contou-lhe os seus tempos de casado e de campanha. Quando chegou à narração da batalha de Monte-Caseros, com as marchas e contramarchas próprias do seu discurso, tinha diante de si Napoleão III. Calado a princípio, Rubião proferiu algumas palavras de aplauso, citou Solferino e Magenta, prometeu ao Siqueira uma condecoração. Pai e filha entreolharam-se; o major disse que vinha muita chuva. Com efeito, escurecera um pouco. Era melhor que Rubião fosse, antes de cair água; não trouxera guarda-chuva, o dele era velho e único... [...] Não vêes daí o coche, Tonica? [...] E tornou a olhar para a rua, inclinándose, sorrindo, enquanto na sala o pai continuava a guiar Rubião para a porta, sem violência, mas tenaz. Este parava, repreendia: – General, sou seu imperador!” (ASSIS, 2012, p. 281-282)

representou uma solução de compromisso que evitou a quebra da ordem institucional, contudo, também restringiu os poderes de Goulart. Conforme destaca Vizentini (2004, p. 175-176), o enfraquecimento de seus poderes presidenciais aumentou a influência de San Tiago Dantas, novo chanceler, na formulação e condução da Política Externa Independente, termo inclusive por ele cunhado, em comparação com o governo anterior, no qual Jânio impunha sua linha de atuação internacional. Além disso, a partir da posse de João Goulart, inverteram-se os termos de interação entre política externa e política interna. Pelo menos até seu rompimento com Lacerda, a PEI de Jânio era utilizada como instrumento de cooptação de setores de esquerda nacionalistas, tendo seu impacto interno amenizado pelo apoio da UDN em seu gabinete conservador. Desde João Goulart, no entanto, cuja posse enfrentou ampla suspeição dos setores conservadores, a PEI convertia-se de vantagem em ônus para a sustentação de sua governabilidade. Por outro lado, no ambiente de polarização da opinião pública que marcou o governo Jango, ainda segundo Vizentini (2004, p. 181), a PEI de San Tiago Dantas, voltada, conforme vimos, ao apelo do trabalhismo pelas reformas sociais, buscava legitimar-se junto às bases populares de sustentação do governo, em um momento no qual o avanço do processo de industrialização por substituição de importações requeria a reforma agrária e o alargamento do mercado interno no Brasil.

De acordo com Fonseca Jr. (2013, p. 987-989), o cerne da atuação de San Tiago Dantas como chanceler está ligado a crises no quadro do confronto bipolar da Guerra Fria. Na primeira etapa da PEI, sob direção de Jânio e execução de Arinos, as questões soviética e cubana eram mais intelectuais do que diplomáticas. Em outros termos, Jânio enunciou os princípios de sua nova política externa, cuja aplicação e teste prático coube em grande parte à gestão de San Tiago Dantas em face de um cenário agravado de crise. No governo Jânio, o Brasil havia restabelecido relações diplomáticas com Hungria, Romênia e Bulgária. Entretanto, o reatamento com a União Soviética congelou-se não apenas em razão de seu maior impacto político e da oposição interna, senão também porque haviam sido traumáticas as circunstâncias do rompimento em 1947, utilizado pelo governo Dutra como pretexto para reprimir o movimento operário e cassar o registro do Partido Comunista no Brasil. Segundo o autor, além disso, “[n]o caso de Cuba, ainda não se definira [ao tempo da gestão Arinos] um foro que abriria o jogo de pressões e contrapressões para se obter uma decisão da OEA sobre como conviver com o socialismo no sistema interamericano.” Até 1961, de fato, os Estados Unidos ainda tentaram eliminar unilateralmente o regime cubano, solução que se inviabilizou após o

fracassado desembarque da Baía dos Porcos. Some-se a esse cenário internacional de crises, conforme salientamos, a polarização interna da opinião pública no Brasil nos assuntos de política externa.

Assim, o objetivo declarado de San Tiago Dantas foi desenvolver e sistematizar o projeto diplomático de Jânio Quadros por intermédio do enfrentamento das questões soviética e cubana. Conforme Fonseca Jr. (2013, p. 990-996), o ponto de partida de seu pensamento como chanceler é seu entendimento do antagonismo bipolar não como conflito absoluto entre os blocos, mas como convivência competitiva, na qual as duas partes continuam adversárias, porém admitem formas variadas de aproximação. Se, por um lado, os anos de 1961 e 1962 representaram o ápice da Guerra Fria, marcado pela crise do Muro de Berlim e pela Crise dos Mísseis, cujo epicentro foi Cuba, por outro a destruição nuclear mutuamente assegurada permitia apostar na necessidade de diálogo entre os blocos antagônicos. Em face desse entendimento, San Tiago Dantas explorou as implicações para a postura do Brasil no cenário internacional em consonância com o espírito da PEI. Em primeiro lugar, o pragmatismo norteou o reatamento com a URSS com base nessa necessidade de diálogo amparada pelas vantagens comerciais; em segundo, San Tiago Dantas acreditava que o Brasil, como parte do hemisfério ocidental, tinha melhores argumentos em seu diálogo com o bloco soviético, entre os quais o melhor deles era a democracia, na medida em que esse regime de liberdades tenderia a triunfar no longo prazo. De outra parte, conforme adiantamos, San Tiago Dantas, cuja atuação parlamentar pautou-se pela defesa do trabalhismo, também acreditava que o socialismo teria lições a ensinar à democracia brasileira, principalmente em face da necessidade de se efetivarem no plano interno as reformas sociais.

No âmbito da VIII Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada em Punta del Este, em janeiro de 1962, a qual buscou tratar o problema cubano no marco da OEA e do sistema interamericano, os princípios da PEI de San Tiago Dantas foram postos à prova. Parece-nos que suas teses a respeito de Cuba indicam de modo claro seu entendimento do que temos denominado por crononomia, em paralelo às noções fundamentais de democracia e emancipação, motivo pelo qual analisaremos a posição brasileira com mais vagar. Em seu discurso pronunciado na Comissão Geral, endereçado aos demais chanceleres, San Tiago Dantas (2011, p. 113-116) enumera os três eixos da atuação do Brasil naquela reunião: (1) preservar a unidade do sistema interamericano em benefício do Ocidente; (2) defender seus princípios jurídicos, de modo a evitar que se desfigurem no momento da aplicação; (3) fortalecer a democracia

representativa em sua competição com o comunismo internacional. Em sua visão, a unidade do sistema interamericano não deveria depender da obtenção de resoluções por votação unânime, senão da habilidade de se superar o problema cubano através de soluções construtivas. Nesse sentido, a capacidade de se responder adequadamente a problemas novos deveria pressupor a preservação dos princípios jurídicos caros ao próprio sistema, sobretudo o princípio da não intervenção. Assim, o Brasil opunha-se de modo veemente à aplicação extensiva do TIAR ao caso cubano, não apenas porque a OEA não era um bloco militar, mas também porque não se poderia considerar o regime cubano um caso de agressão militar ao continente apto a acionar o mecanismo de segurança coletiva contra o país.

Se, por um lado, a democracia é um traço fundamental e inalienável do sistema interamericano, expresso na Carta de Bogotá, por outro, muitos povos do continente ainda não haviam conseguido alcançar estabilidade na prática de suas instituições de democracia representativa. Nesse passo de seu argumento, San Tiago Dantas (2011, p. 116-121) une a democracia à emancipação econômica e social como pré-requisitos em sua luta contra o comunismo internacional. Em outras palavras, salienta que a constante instabilidade democrática deve-se à interferência de causas econômicas e sociais que podem redundar em crises políticas e regimes de exceção no continente. Entre elas, destaca o subdesenvolvimento econômico, o qual mantinha os países latino-americanos com baixos níveis de renda individual, e a desigualdade na distribuição da riqueza, incompatível com a aspiração das classes populares ao bem-estar e à igualdade. Como consequência, a vitória da democracia contra o comunismo dependeria, por intermédio de reformas internas e da cooperação internacional, da consecução do desenvolvimento econômico e da igualdade social nos países pobres do continente. É por esse motivo que San Tiago opõe-se à imposição de sanções econômicas, militares ou diplomáticas contra Cuba. O diálogo com o regime cubano deveria manter-se aberto para evitar que o país pendesse em definitivo ao bloco soviético, uma vez que a causa da democracia deveria afinal prevalecer. Assim, San Tiago utiliza-se de um *argumento teleológico*: se é certa a vitória da democracia em sua luta contra o comunismo internacional; se a autonomia dos povos do continente deve enfim pressupor um regime de liberdades *a ser alcançado no tempo*, seria preciso impedir a todo custo isolar Cuba do sistema interamericano, pois também em Cuba a democracia deveria ao cabo prevalecer.

Em sua argumentação, parece-nos que San Tiago Dantas investe no mesmo tipo de raciocínio histórico de Kant, otimista, legalista e progressista. Conforme adiantamos

no capítulo segundo, a concepção kantiana do tempo histórico, arraigada nas ideias de esclarecimento e emancipação, supõe que, pesem os inúmeros reveses e retrocessos, o direito, a paz e a federação de repúblicas enfim e inelutavelmente se estabelecerá pelo próprio fio condutor da História, para o que os Estados devem por primeiro dotar-se de constituições cívicas perfeitas amparadas em regimes de liberdade. Em sua análise do futuro de Cuba dentro do sistema interamericano, bem como do impacto das resoluções finais da própria conferência, San Tiago (2011, p. 126) afirma que o ponto de vista do Brasil não perdeu seu valor, na medida em que é inevitável que sobrevenham soluções imperfeitas, tal como aquela que excluiria Cuba do sistema interamericano, até que o país atingisse enfim um regime democrático. De outra parte, parece-nos que San Tiago deposita no voluntarismo do voto de abstenção do Brasil – de resto alarmante em face da tradição diplomática do americanismo – uma fé natimorta em sua capacidade de demover os Estados Unidos de seus propósitos hegemônicos. Em nossa concepção, sua confiança na democracia, crucial ao lado da emancipação econômica e das reformas sociais para a obtenção de autonomia pelos países do continente, implica ensaiar uma profética filosofia da História:

Esta convicção nada mais é do que um reflexo da confiança que temos, em primeiro lugar, na superioridade da democracia representativa sobre toda e qualquer outra forma de governo. Onde quer que tenha sido deixada uma alternativa, uma porta aberta, para o sistema democrático, esse sistema terá a força atrativa suficiente para se impor, *mais cedo ou mais tarde*, e para eliminar qualquer outro sistema concorrente. A pobreza das soluções políticas oferecidas ao mundo pelo socialismo, em tão veemente contradição com outros progressos de ordem econômica ou tecnológica, prova que a democracia ainda é a maior das técnicas de governar engendradas pela experiência do homem e pela civilização. É, sobretudo, a única dentro da qual se consegue resguardar o nível indispensável das liberdades humanas e assegurar condições permanentes para o progresso. Essa firme certeza de que a democracia é, no mundo contemporâneo, o *regime do futuro* e de que todos os desafios que lhe são hoje lançados pelo mundo socialista terminarão pela *vitória inelutável do regime de liberdade*, essa convicção está na base do ponto de vista em que se colocou o Brasil, nesta consulta e na orientação de toda a sua política exterior. (grifos nossos) (DANTAS, p. 126-127)

Em fevereiro de 1962, em cadeia nacional de rádio e televisão, San Tiago Dantas (2011, p. 167-177) buscou relatar à população brasileira os resultados da Conferência de Punta del Este. Em sua visão, a política externa havia-se tornado o *grande tema da opinião pública de seu tempo*, na medida em que a questão cubana trazia para o debate cotidiano a luta entre democracia e comunismo, bem como entre seus estilos de vida e concepções de ordem social, o qual havia emocionado e dividido as opiniões no país. Como primeiro resultado positivo da conferência, firmou-se a posição comum de que os povos do hemisfério ocidental lutariam pela democracia contra a ação subversiva do

comunismo internacional. Ao mesmo tempo, entretanto, San Tiago destaca que essa declaração de defesa da democracia era *condenatória ao reacionarismo* ou às atitudes que, a pretexto de combaterem o comunismo, na verdade combatem o progresso social dos povos e procuram atalhar o amadurecimento das democracias do continente. Além disso, também se impediu a aplicação de sanções militares – via TIAR – e econômicas contra Cuba, “tão ao paladar da opinião reacionária” no Brasil, tampouco se votou o rompimento de relações diplomáticas. A incompatibilidade fundamental surgida na conferência, contudo, em que foram vencidos Brasil, Argentina, Chile, México, Bolívia e Equador, referia-se à possibilidade de exclusão de Cuba do sistema interamericano. Na visão de San Tiago, não se poderia fazê-lo naquela ocasião por falta de previsão expressa na Carta da OEA. Apesar de intensa pressão contrária, interna e externa, o voto de abstenção do Brasil levaria a efeito a autonomia preconizada pela PEI.

Em sua tipologia do conceito de autonomia, Puig (1984, p. 78-87) distingue a autonomia heterodoxa da secessionista. No primeiro caso, o país autônomo não aceita que se imponham a ele em nome do bloco em que se insere decisões políticas que só interessam à potência hegemônica. Nesse sentido, a atuação do Brasil em Punta del Este pode ser considerada exemplo do exercício dessa autonomia heterodoxa, uma vez que seu voto de abstenção representou não apenas repúdio a um interesse próprio dos Estados Unidos em sua política de isolamento a Cuba, senão também afirmação de que o país, embora ocidental, não se alinhava a quaisquer blocos da Guerra Fria. No caso da autonomia secessionista, o país corta totalmente os laços com a potência hegemônica. Na visão de Puig, contudo, a secessão cubana pode ser posta em perspectiva, na medida em que, à diferença de Iugoslávia ou China, suas relações com a URSS podem ter implicado novo laço de dependência. Assim, parece-nos que San Tiago almejava para Cuba o que almejava para o Brasil, ou seja, a conquista de um patamar de autonomia heterodoxa, o que demandaria mantê-la no sistema interamericano. Em um jogo de espelhamento, Cuba teria de aprender com o Brasil as virtudes do regime democrático; o Brasil, por sua vez, teria de aprender com Cuba as vantagens das reformas sociais. San Tiago buscava o melhor de dois mundos. Entretanto, a polarização interna da opinião pública no Brasil acabaria por inviabilizar a PEI e sua solução de meio-termo. Cada vez menos, o nível discursivo do tempo do evento teria condições de almejar submeter as estruturas e ciclos de repetição sem recorrer a um efetivo acerto de contas. Em 1964, a crononomia seria enfim desencaminhada; a democracia, atalhada.

4.2 Autonomia e autopoiese

Conforme vimos, a ideia de autonomia no tempo, encampada por um conjunto de intelectuais engajados entre as décadas de 1950 e 1970, pressupunha uma base epistemológica ancorada no par antes/depois. Em outros termos, o que se almejava era a aceleração das transformações do novo Brasil, urbano, industrializado e democrático. O velho Brasil, associado às práticas da Primeira República, deveria ser deixado para trás. Nesse contexto, segundo apontamos, em que a política externa passou a ser entendida como instrumento para a emancipação econômica e social do país, em que a política externa tornou-se objeto de debate por distintos segmentos atuantes na opinião pública, caberia agora indagar o *modo de reação* do Itamaraty, ou do corpo diplomático, a esse processo de mudanças, na medida em que estava fortemente atrelado à tradição e à repetição de precedentes. Parece-nos claro que a democratização e a descentralização do debate sobre autonomia, a partir dos anos 1950, colocou sob ameaça o *próprio modo de ser* do Itamaraty, cuja gênese histórica esteve apoiada em sua *própria autonomia como corpo*, a qual se desenvolveu desde o Império por meio da formulação e execução da política externa do país. Quando tornou-se visível o processo de democratização, o Itamaraty em sua natureza aristocrática e patrimonialista estava em crise. Parece-nos que sua reação aos novos tempos, *conservadora e autoprotetiva*, lançou mão de duas táticas: do ponto de vista institucional, a criação do Instituto Rio Branco, em 1946, foi um esforço interno de modernização, porém exclusivista; do ponto de vista conceitual, enfatizou-se a premissa da separação entre política interna e externa em face da profissionalização da carreira diplomática.

Assim, segundo entende Cheibub (1985, p. 113-114), o Itamaraty, como corpo profissional, tem experimentado um processo de fortalecimento crescente ao longo da história da formação do Estado brasileiro, o que tendeu a aumentar de modo progressivo sua capacidade de formulação e condução da política externa do país. Como membros da instituição, os diplomatas tendem a adquirir autonomia em relação ao sistema social e mesmo dentro do aparelho estatal, situação que lhes “fornece uma certa capacidade de assegurar a continuidade desta política [externa] ao longo do tempo através de resistência a mudanças bruscas e indesejadas.” Ora, esse momento de mudanças é o que temos analisado, as décadas de 1950 e 1960. Nesse sentido, entende-se porque o critério aristocrático de ressociação da carreira diplomática deveria servir como obstáculo de contenção ao acesso de novos setores sociais; por outro lado, a *autonomia na norma*, ou

a noção de que o Itamaraty deve pautar-se por soluções normativas, mas não políticas, permite que se diferencie dentro do aparelho estatal, contrastado à política partidária interna, o que se completa com a ideia fundamental de que a política externa, amparada na tradição da Casa de Rio Branco, *não sofre abalos*, ao passo que a turbulência seria uma característica da política doméstica. Essas táticas foram essenciais para que o Itamaraty lograsse manter sua autonomia. É no contexto do final da década de 1950, em que se debatiam as teses do americanismo e do neutralismo, que esse mecanismo de preservação será posto à prova.

Na visão de Cheibub (1985, p. 114-115), o gradual fortalecimento do Itamaraty dentro do aparelho do Estado brasileiro e em face de influências sociais externas deve ser compreendido em perspectiva histórica, para o que recorre à tipologia da autoridade weberiana. Entre 1822 e fins do século XIX, transcorreu seu período patrimonialista, o qual foi caracterizado “pela não diferenciação do Ministério das Relações Exteriores e dos diplomatas, enquanto grupo profissional, no seio da burocracia estatal e da elite imperial.” No caso do Brasil, tanto a vinda da família real em 1808, porque dotou o país prematuramente de atividade diplomática, quanto a adoção da monarquia, porque facilitou o envio de representantes junto às cabeças coroadas da Europa, foram fatores importantes para que seu corpo diplomático pudesse tornar-se maior do que aquele dos demais países latino-americanos. Nesse período, a condução dos negócios exteriores envolvia a elite imperial como um todo, e o corpo diplomático tinha baixo grau de profissionalização, marcado sobretudo pelo filhotismo. Assim, o patrimonialismo dominava o recrutamento de pessoal, na medida em que os funcionários do serviço exterior eram escolhidos livremente, com preferência às famílias mais próximas dos negócios de Estado. Além disso, concebia-se a administração pública como propriedade senhorial, não apenas porque os chefes de missão nomeavam seus próprios parentes, mas porque sua renda se auferia da própria renda das legações. Na visão de Cheibub, a criação do cargo de diretor-geral do Itamaraty, ocupado pelo Visconde do Cabo Frio entre 1864 e 1907, permitiu que a instituição mantivesse suas tradições e práticas imperiais e *passasse incólume à mudança* para o regime republicano.

É conhecida a hipótese de Murilo de Carvalho (2007, p. 34-39), segundo quem a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção de sua unidade territorial e a construção de um governo estável resultaram em grande medida do tipo de elite política existente ao tempo da Independência, oriunda da política colonial de Portugal. A herança burocrática portuguesa forneceu as bases para a estabilidade política do

Brasil, cuja condição primordial foi a homogeneidade da elite política imperial. Essa elite brasileira, cujo treinamento concentrou-se na formação jurídica fornecida ou por Coimbra, ou pelas escolas de Direito em São Paulo e Recife, dotou-se de considerável homogeneidade ideológica, a qual “funciona como superadora de conflitos intraclasses dominantes e leva a regimes de compromisso ao estilo da modernização conservadora.” Assim, a elite burocrática portuguesa reproduziu-se no Brasil após a Independência em função não apenas de seu isolamento ideológico a doutrinas revolucionárias que grassaram na América Hispânica, mas também pelo rito uniforme da carreira política. A elite imperial no Brasil tornou-se um clube seletivo de difícil entrada. Segundo Murilo de Carvalho (2007, p. 121-125), o diploma em Direito era condição fundamental para o ingresso na carreira política. O primeiro degrau era a magistratura, de onde o bacharel poderia ascender a um cargo na Câmara para depois obter uma presidência de província. Um cargo ministerial, no Senado e no Conselho de Estado eram os estágios finais. Caso tivesse influência familiar, o bacharel poderia queimar etapas. Entre o Império e a República, duas famílias seriam notórias e influentes: os Paranhos e os Nabuco.

Conforme salienta Buarque de Holanda (1995, p. 157-158), “[e]m quase todas as épocas da história portuguesa uma carta de bacharel valeu quase tanto quanto uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos.” Em sua visão, o vício do bacharelismo, herdado na construção do Estado brasileiro, encontra relação com o personalismo, ou a tendência a se exaltar a personalidade individual em face das contingências, o que explica a importância atribuída ao título de doutor entre os bachareis, capaz de desobrigá-los do trabalho e da busca incessante por sustento, bem como prover um modo de vida definitivo, seguro e estável no seio da burocracia estatal. Ao lado do bacharelismo e do personalismo, a elite brasileira formou-se apegada às formas fixas e às leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil e representam um repouso à inteligência, ancorada na palavra escrita, na frase lapidar e no pensamento inflexível. Surgido dentro do ninho da elite imperial, o Itamaraty formou-se com base no bacharelismo, no personalismo e no formalismo. Por um lado, o diploma em Direito propiciava a poucos o acesso às carreiras de Estado, com uma espécie de sinecura que conferia prestígio e os libertava das preocupações financeiras; por outro, a função do burocrata condizia com o formalismo das soluções jurídicas, afeitas em especial à repetição de fórmulas e precedentes. Em um modelo patrimonialista, além disso, o personalismo e as ligações de sangue seriam decisivos para que fosse mantida a natureza aristocrática de ingresso e ascensão nas carreiras de Estado.

Em sua longa genealogia do velho Brasil, de D. João I a Getúlio Vargas, Faoro retorna às origens do Estado português no século XIV com vistas a compreender a formação da herança portuguesa que sustentou a emergência do estamento burocrático brasileiro no período imperial. De acordo com Faoro (2001, p. 31-39), Portugal não conheceu o feudalismo, fator que impulsionou sua unificação precoce como Estado moderno de tipo patrimonial. Nessa monarquia patrimonial, inexistia uma camada intermediária de senhores dotados de autonomia política, e o rei elevava-se sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial e dono do comércio. Nesse sentido, as terras eram doadas sem obrigação de vassalagem ou de serviço ao rei, não raro também alienáveis, assim como o serviço militar era remunerado. A emergência do Estado patrimonial português apoiou-se na expansão da economia monetária e no recrutamento de homens letrados como funcionários da Coroa. Com o desenvolvimento do comércio de longa distância, envolvido na ocupação do Brasil, o Estado português tornou-se uma espécie de empresa do príncipe. Segundo Faoro (2001, p. 102-108), o patrimonialismo acaba por *fechar-se sobre si próprio* no estamento burocrático, não como aparelhamento racional, mas como apropriação dos cargos articulada pelo príncipe. Por meio do controle da renda do comércio, a Coroa sustenta uma nobreza burocrática, afeita ao gasto suntuário e à ostentação. Por sua vez, esse estamento converte-se no governo de uma minoria, de uma camada superior e restrita, a qual tutela a nação e impõe do alto os processos de modernização.

No Brasil Império, de acordo com Faoro (2001, p. 444-452), o predomínio do soberano, legitimado pelo Poder Moderador, advinha da tradição dinástica, o que tornou possível a perpetuação do legado patrimonialista português, centrado no estamento burocrático. Assim como a monarquia portuguesa havia-se apoiado nas navegações, o Império, sobretudo a partir do *boom* do café, utiliza-se do comércio e da agricultura para sustentar o estamento. Conforme apontamos, o Estado cria escolas de Direito para gerar letrados necessários à burocracia, na medida em que esses funcionários fiscalizam a renda do comércio e mantêm-se a sua custa. Nesse sentido, o prestígio do diploma liga-se ao prestígio oriundo do emprego público, pois a entrada no clube seletivo enobrece. É interessante constatar, segundo o autor, que esse espírito burocrático acaba por tolher o desenvolvimento de uma opinião pública autônoma. O Estado, por sua vez, onde está arraigado o formalismo, controla a vida do país com regulamentos sem fim, pois a elite encastelada entende que a sociedade não dispõe de meios para governar a si mesma:

Não se trata de uma classe, grupo ou camada que se apropria do Estado, do seu mecanismo burocrático, para o exercício do governo. Uma categoria social, fechada sobre si mesma, manipula lealdades com o cargo público, ela própria, sem outros meios, assentada sobre as posições políticas. Entre a carreira política e a dos empregos há uma conexão íntima e necessária, servindo o Estado como despenseiro de recursos, para o jogo interno da troca de vantagens. [...] A opinião pública, os interesses de classe *não têm autonomia*: são a sombra do governo, do grupo encastelado na vitaliciedade, vitaliciedade ávida de buscar, na hereditariedade, o *domínio além das gerações*. [...] A primeira consequência, a mais visível, da ordem burocrática, aristocrática no ápice, será a inquietante, ardente, apaixonada caça ao emprego público. Só ele nobilita, só ele oferece o poder e a glória, só ele eleva, branqueia e decora o nome. [...] O patronato não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o aparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta. *Uma circulação de seiva interna, fechada, percorre o organismo*, ilhado da sociedade, superior e alheio a ela, indiferente à sua miséria. (grifos nossos) (FAORO, 2001, p. 447-449)

No mesmo sentido, conforme afirma Almeida (2001, p. 498-500), o Império brasileiro pôde construir uma rede de representação no exterior bem superior comparada a de outros países dependentes ou mesmo avançados. Impulsionado pela notável continuidade da classe política imperial, o pessoal diplomático atuava em um contexto burocrático-patrimonialista. Assim, o desempenho profissional e o grau de ostentação da diplomacia brasileira equiparavam-se aos serviços dos países ricos, contudo, seria possível contrastá-los com a realidade brasileira, de “uma economia de base primária pouco diversificada e tecnicamente atrasada e uma sociedade relativamente anômica do ponto de vista social”, onde havia escravidão, voto censitário, baixo índice de cidadania e educação formal deplorável. Na visão do autor, essa “diplomacia fora do lugar” pode ser atribuída à herança burocrática portuguesa e à organização precoce do Estado brasileiro, “cujos mecanismos de funcionamento eram objeto de apropriação incontestada da parte de uma mesma elite dominante ao longo de décadas de regime imperial.” Assim, a eficiência e a continuidade funcional e administrativa da diplomacia brasileira apoiaram-se não apenas em seu alto grau de homogeneidade ideológica, oriunda dos processos de socialização por treinamento e carreira, mas também no próprio fechamento da burocracia patrimonial. Com efeito, “[a] cooptação intracorporis era de regra nessa categoria social de certa forma auto-reprodutiva”, caracterizada pela permanência de certas famílias na organização administrativa, caso, por exemplo, de Duarte da Ponte Ribeiro, Barão de Penedo e Barão do Rio Branco, que designaram seus filhos como secretários de suas missões respectivas. Lembremos também de Afrânio de Melo Franco, em plena década de 1930.

Segundo Almeida (2001, p. 504-506), não ocorria na diplomacia brasileira o fenômeno da “circulação de elites”, caracterizado pela recomposição do poder político por meio da ascensão de novas camadas dominantes, pois os postos de maior relevo

eram ocupados por personalidades já oriundas da carreira política. Em suas palavras, “[a]queles funcionários que souberam galgar postos na carreira [diplomática] [...], antes confirmavam a estabilidade e a permanência dos mesmos estratos sociais do que modificavam-lhes a composição humana.” Nesse sentido, o candidato a alguma legação de importância deveria não somente possuir prestígio político e familiar, mas também fortuna pessoal apta a custear sua penetração em meios sociais aristocráticos. Além disso, a homogeneidade ideológica da burocracia patrimonial diplomática garantia-se pela “rotação alternada das mesmas figuras da classe dirigente oitocentista pelos mesmos postos e funções ministeriais”. De acordo com Almeida (2001, p. 507-508), esse fenômeno de baixa circulação de elites evidenciava-se pela constante rotação entre os mesmos ocupantes das pastas da Fazenda, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, tais como o Visconde do Rio Branco, o Barão de Cotegipe e o Visconde do Uruguai. O Visconde de Abaeté, por exemplo, ocupou duas vezes a Fazenda, cinco os Negócios Estrangeiros, três a Justiça. Do ponto de vista ideológico, as faculdades de Direito forneciam-lhe não somente a visão de mundo jurisdicista, mas também uma formação baseada nas obras de economia política do liberalismo clássico.

Segundo entende Cheibub (1985, p. 120-123), a longa gestão do Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty, de 1902 a 1912, pode ser considerada como um momento carismático, transição entre os períodos de burocracia patrimonial e racional. Por um lado, sua gestão caracterizou-se por mera continuação da diplomacia imperial, tanto no que diz respeito à forma de recrutamento de pessoal quanto à necessidade de se negociar as fronteiras do país. O recrutamento, que se decidia pela vontade do Barão, tendeu a uniformizar os membros da carreira em sua origem social, escolhidos sobretudo nos meios aristocráticos da República Velha, entre descendentes das principais famílias do Império, processo “que implicava um reforço aos elementos que favoreciam o desenvolvimento de um *esprit de corps* e, conseqüentemente, uma certa coesão e homogeneidade entre os diplomatas.” Por outro lado, sua gestão representou o *marco fundacional* do Itamaraty moderno, principalmente porque resultou no fortalecimento do Gabinete do Ministro como órgão principal. Em função de seu forte carisma, assim como de seu estilo altamente personalista, o Barão pôde alterar a rotina da Casa de modo a centralizar todas as decisões, o que desgostaria o lendário Visconde do Cabo Frio, falecido em 1907. Na visão do autor, o carisma de Rio Branco foi positivo porque uniu simbolicamente o Itamaraty, contudo, também acarretou um custo administrativo uma vez que a estrutura do Ministério enfraqueceu-se em benefício de sua pessoa. Ao

lado disso, em um momento em que se enfrentava uma crise para formação de novas elites no período republicano, a condução pessoal do Barão permitiu que o Itamaraty pudesse manter acessa a tradição das velhas elites do Império.

Na primeira década republicana, o Brasil havia carecido de uma diretriz firme de política externa, pois sucederam-se mais de dez ministros de relações exteriores entre 1889 e 1902. Do ponto de vista do modelo econômico, a iniciativa industrialista de Rui Barbosa havia fracassado redondamente em razão da crise do Encilhamento; no que se refere à política externa, havia malogrado a experiência de “americanismo idealista” do republicano Quintino Bocaiúva. Por formação, o Barão era monarquista e liberal, um bacharel contrário ao governo republicano federativo. Quando assumiu o Itamaraty, passou a executar sua *grande politique*, uma política externa de prestígio amparada na prosperidade da tradicional lavoura de café. O presidente Rodrigues Alves, que havia sido um conservador antes de 1889, ofereceu ao Barão a chefia do Itamaraty com vistas a governar uma “república dos conselheiros”, apta a restaurar a estabilidade do regime monárquico em reação aos excessos do positivismo republicano. Ambos temiam que o Brasil viesse a se transformar em algo semelhante às repúblicas hispano-americanas, conhecidas por sua história de turbulências internas. A partir do Convênio de Taubaté (1906), o modelo da cafeicultura agro-exportadora foi reafirmado, o qual, ao lado do frenético *boom* da borracha, permitiu que o país tivesse prosperidade econômica no começo do século XX. A estabilidade política foi obtida com base na “política dos governadores”, prática clientelista que fundou o federalismo à brasileira. Por sua vez, Pereira Passos comandava o “bota abaixo”, reforma da cidade do Rio de Janeiro que tornou-a mais civilizada, porém com alto custo social (MUÑOZ, 2012, p. 60-61)⁷⁹.

⁷⁹ “Além do corriqueiro francês e os usos da sociedade, os aspirantes a diplomatas começam nos passeios e reuniões da capital da República a ensaiar o uso de roupas, mais ou menos à última moda. Não esquecem nem o modo *chic* de atar os cordões dos sapatos, nem o jeito ultra *fashionable* de agarrar a bengala; estudam os modos apurados de cumprimentar, de sorrir; e, quando se os vê na rua, descobrindo-se para aqui, chapéu tirado da cabeça até à calçada para ali, balouçando a cabeça, lembramo-nos logo dos cavalos do Cabo de *coupé* de casamento rico. Outra cousa que um recomendável aspirante a diplomata deve possuir, são títulos literários. Não é possível que um milhar de candidatos, pois sempre os há nesse número, tenham todos talento literário, mas a maior parte deles não se atrapalham com a falta. Os mais escrupulosos escrevem uns mofinos artigos e tomam logo uns ares de Shakespeare; alguns publicam livros estafantes e solicitam dos críticos honrosas referências; outros, quando já empregados no ministério, mandam os contínuos copiar velhos ofícios dos arquivos, colam as cópias com goma-arábica em folhas de papel, mandam a cousa para a Tipografia Nacional do país, põem um título pomposo na cousa, são aclamados historiadores, sábios, cientistas e logram conseguir boas nomeações. [...] Nem sempre foi assim a diplomacia da Bruzundanga. Mesmo depois de lá se ter proclamado a República, os seus diplomatas não tinham o recheio de ridículo que atualmente têm. Eram simples homens como quaisquer, sem pretensões do que não eram, sem fumaças de aristocracia, nada casquilhos, nem arrogantes. Apareceu, porém, um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente, o Visconde de Pancôme, que fizeram ministro dos Estrangeiros, e ele transformou tudo. [...] São assim como nós que

Em obra originalmente publicada em 1905, Manoel Bomfim buscou situar no parasitismo da colonização ibérica a causa fundamental do atraso dos países latino-americanos. De acordo com Bomfim (2005, p. 177-192), a qualidade mais sensível legada pelas metrópoles ibéricas é o conservantismo, uma vez que os homens das classes dirigentes aceitam as ideias de progresso, porém resistem às transformações reais necessárias para pô-las em prática pois são *escravos da tradição* e pretendem manter inalterados privilégios seus ancorados em preconceitos e superstições. Disso advém a permanente contradição entre as palavras e os atos dos homens públicos, assim como de suas sociedades com instituições arcaicas e etiquetas modernas. O segundo traço que caracteriza as classes dirigentes latino-americanas é a falta de observação, na medida em se refugiam na sabedoria verborrágica, no cabedal livresco de sua erudição míope, deslocada das reais necessidades de seus países. Assim, não se estimula o ensino popular, senão o investimento em universidades, de maneira que os bachareis boiam sobre uma onda de analfabetos. O programa da metrópole portuguesa, herdado e reproduzido no Brasil pela elite imperial, pretendia conservar a situação de parasitismo predatório, amparado na ignorância e no fanatismo. O Brasil de 1905, com 80% de analfabetos, no entender de Bomfim (2005, p. 351-373), era uma “democracia sem cidadãos”, pois na ignorância não poderia haver liberdade. De forma algo profética, propunha como única solução para o atraso uma campanha de instrução popular, uma vez que o progresso não se localiza nas cifras do orçamento, mas na própria sociedade, obtido pela educação e cultura de cada elemento social.

De acordo com Cheibub (1985, p. 123-126), desde a morte do Barão, em 1912, teve início um lento período de reformas administrativas que terminaram por converter o Itamaraty em uma burocracia racional. A partir da Revolução de 1930, sobretudo, acelerou-se a tendência por centralização e burocratização de toda a administração pública brasileira, por exemplo, por meio da adoção universal do concurso público, da adoção de critérios mais rígidos de promoção nas carreiras públicas, bem como através da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938. Na década de 1930, havia um esforço de superação do velho Brasil patrimonialista, o que aumentou a pressão por reformas na Casa de Rio Branco. De 1912 a fins da década de

temos grande admiração pelo Barão do Rio Branco por ter adjudicado ao Brasil não sei quantos milhares de quilômetros quadrados de terras, embora, em geral, nenhum de nós tenha de seu nem os sete palmos de terra para deitarmos o cadáver. [...] Não há mal algum que seja assim a diplomacia daquelas paragens. A Bruzundanga é um país de terceira ordem e a sua diplomacia é meramente decorativa. Não faz mal, nem bem: enfeita.” (BARRETO, 1922, s/p)

1920, o Itamaraty enfrentou uma crise institucional, resultante do vazio deixado pelo carisma pessoal do Barão, agora desaparecido, em sua estrutura administrativa. Durante a gestão de Otávio Mangabeira, coube ao diplomata Maurício Nabuco, filho de Joaquim Nabuco, liderar o reforço da Secretaria de Estado, dotando-a de melhor infraestrutura administrativa e de uma rotina de trabalho⁸⁰. Na década de 1930, as reformas Mello Franco (1931) e Oswaldo Aranha (1938) dariam origem ao Itamaraty moderno através da reorganização de toda a sua estrutura. Até 1931, o serviço exterior do país dividia-se nos ramos da Secretaria de Estado (assuntos internos), do Serviço Consular (assuntos econômicos e comerciais) e do Serviço Diplomático (assuntos políticos), os quais careciam de integração. As reformas de Mello Franco e de Oswaldo Aranha unificaram esses ramos, bem como buscaram estabelecer uma carreira mais meritória com base em regras explícitas de promoção.

Na década de 1930, a Casa de Rio Branco deparou-se com o problema da substituição de seus quadros através de concurso público, o que, segundo Cheibub (1985, p. 126), acarretava à “velha escola” o risco de perda de homogeneidade pelo ingresso de indivíduos oriundos de extratos sociais diversos. Em 1945, centenário de nascimento do Barão, cuja sombra projetava-se longe, a solução foi encontrada com a criação do Instituto Rio Branco, escola que deveria encarregar-se do treinamento e da ressocialização dos novos quadros. Inicialmente, entretanto, a escola propunha uma agenda mais aberta, através da oferta de cursos a funcionários públicos em geral e a acadêmicos em temas de interesse à nação brasileira. Nesse plano original, o Instituto Rio Branco cumpriria funções análogas às da Escola Superior de Guerra (ESG), a qual a partir de 1949 passaria a oferecer cursos tanto a oficiais quanto a civis. Rapidamente, porém, tendo-se em vista o imperativo de manter a homogeneidade ideológica e social da Casa de Rio Branco, a nova escola assumiu uma *postura de autoproteção*:

Fica claro que os idealizadores do IRB viam-no cumprindo um papel semelhante ao que cumpre a ESG para os militares, ao mesmo tempo em que teria também as funções mais profissionais das Academias Militares e Escolas de Comando. Na verdade, no entanto, o Instituto assumiu somente o monopólio da tarefa de selecionar e formar os diplomatas brasileiros. Este monopólio

⁸⁰ Aposentado em 1952, Maurício Nabuco destila contudo em suas memórias a nostalgia da era perdida: “Nada se pode augurar de melhor para o Itamaraty, nem para o Brasil, do que a esperança de que os ensinamentos de Rio Branco ali se reavivem e voltem a dominar. Infelizmente, reina a impressão, que os fatos parecem confirmar, de que a atuação daquele grande chefe é hoje mais enaltecida do que seguida – mas a maior lisonja ainda é a imitação.” (NABUCO, 1982, p. 7) Conforme veremos, o enaltecimento do nome do Barão será o tecido incontornável do percurso de “mudança na continuidade” do Itamaraty em dois momentos de reinscrição altamente simbólicos: a criação do Instituto Rio Branco, em 1946; e a criação do Dia do Diplomata, em 1970.

não estava previsto nos planos iniciais que consistiam em, *após o curso do Instituto*, submeter os alunos a um concurso aberto para o ingresso na carreira. Logo no primeiro ano de funcionamento, porém, o mecanismo foi modificado para o atual, isto é, concurso para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) e nomeação automática após o Curso. A instituição desse monopólio do Instituto Rio Branco foi uma *forma de reação* ao recrutamento feito pelo DASP e uma maneira de manter sob controle dos diplomatas a seleção de novos membros da carreira. (grifos nossos) (CHEIBUB, 1985, p. 127)

Em outras palavras, em um primeiro momento, o Itamaraty recuou em face da necessidade de se criar uma burocracia racional no Brasil, para tanto efetuando suas reformas na década de 1930. Em 1946, contudo, o estabelecimento do Instituto Rio Branco representou uma maneira de se contornar a possibilidade de democratização advinda da lei do concurso público, na medida em que o exclusivismo se manteve não apenas pela dificuldade de aprovação no certame, mas também pela função da escola em homogeneizar seus novos quadros. Pode-se afirmar, sem exagero, que o Instituto Rio Branco desempenharia função análoga àquela das faculdades de Direito durante o Império, pois o Itamaraty foi o herdeiro legítimo desse processo de encastelamento de elites com acesso restrito ao saber. Quer dizer, os efeitos sociais do patrimonialismo mantiveram-se - porém com nova roupagem. Assim, segundo Cheibub (1985, p. 127-128), em um momento em que as elites nacionais sofriam um processo de diversificação de origem social por intermédio dos concursos do DASP, o Itamaraty conseguiu manter acesas as práticas imperiais a fim de manter sua coesão e *esprit de corps*. Além disso, as reformas administrativas acabaram por implicar que o Itamaraty como instituição e os diplomatas como corpo assumissem maior controle sobre a formulação da política externa brasileira, de modo a repor o inimitável controle pessoal e carismático do Barão do Rio Branco sobre as decisões. Nesse sentido, o descolamento dentro do aparelho do Estado em relação às antigas elites políticas do Império, bem como o impacto posterior da Revolução de 1930, forçaram o Itamaraty a profissionalizar-se gradualmente. Por um lado, a instituição tomaria as rédeas sobre o ritmo do processo de modernização interna; por outro, converteria a nova profissionalização em elemento legitimador tanto de sua autonomia como corpo quanto da manutenção de seu monopólio na formulação e condução da política externa como expressão mesma do Brasil.

De acordo com Reis (2013, p. 21-23), pode-se considerar que o Instituto Rio Branco *nasceu duas vezes*. Assinado por Vargas em abril de 1945, o Decreto-Lei nº 7.473 criou a escola com a incumbência de preparar candidatos para o concurso à carreira de diplomata, o qual, na falta de disposição contrária, seria realizado pelo DASP. Em março de 1946, sobreveio a reviravolta. O Decreto-Lei nº 9.032, assinado

pelo presidente Dutra, sob os auspícios do chanceler João Neves da Fontoura, previa que o Instituto Rio Branco seria responsável por realizar o concurso para o ingresso na carreira diplomática. Para execução do decreto, criou-se o mencionado CPCD, assim como converteu-se a escola de unidade preparatória em órgão executivo vinculado ao Gabinete do Ministro de Estado⁸¹. O autor, ele próprio diplomata de carreira, reconhece que o segundo ato de criação do Instituto Rio Branco representou um “desvio de função”, porém considera afortunada a medida, pois foi tomada em um governo eleito pelo voto popular. Na visão de Reis (2013, p. 24), não houvesse o Instituto Rio Branco dado um “golpe de braço administrativo” no DASP, de resto ícone do regime ditatorial getulista, “teria sido um começo tímido para uma instituição que é hoje um orgulho nacional.” Além disso, essa manobra encontraria justificativa dado “o reconhecimento da peculiaridade da profissão diplomática, neste particular semelhante à função militar.” Parece-nos curioso que um diplomata de carreira, aparentemente alheio às turbulências da política doméstica, justifique o “golpe administrativo” do Instituto Rio Branco com base na distinção entre regimes políticos. Em outros termos, porque democrático o governo Dutra deveria ter mão livre para autorizar uma exceção de peculiaridade ao corpo diplomático, bem como absolvê-lo por seu afetuoso apego à tradição.

Conforme veremos oportunamente, a Escola Superior de Guerra (ESG) seria criada pelos militares com objetivo explícito de intercâmbio com o mundo externo dos civis. Evidentemente, a corporação possui instituições altamente fechadas devotadas à formação profissional de oficiais, tais como a Academia Militar das Agulhas Negras

⁸¹ Vejamos os dois primeiros artigos do Decreto-Lei de Vargas: “Art. 1º Fica criado, no Ministério das Relações Exteriores, um *centro de investigações e ensino*, denominado Instituto Rio Branco. Art. 2º O Instituto Rio Branco terá por finalidade: a) a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores; b) o *preparo de candidatos ao concurso para a carreira de ‘Diplomata’*; c) a realização, por iniciativa própria, ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito dos seus objetivos; d) a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais; e) a sistematização de dados e documentos e a realização de pesquisas sobre história política e diplomática.” (grifos nossos) Agora façamos a comparação com alguns artigos do Decreto-Lei de Dutra: “Art. 1º O ingresso na carreira de Diplomata far-se-á, sempre na classe inicial, *mediante concurso de provas realizado pelo Instituto Rio Branco*, do Ministério das Relações Exteriores, ou por uma seleção entre candidatos aprovados nos exames finais do ‘Curso de preparação à carreira de Diplomata’, do mesmo Instituto. [...] Art. 3º Os nomeados *em virtude de aprovação no concurso* só poderão ser removidos para o exterior após dois anos de exercício na Secretaria de Estado e aprovação no ‘Curso de aperfeiçoamento de Diplomatas’, do Instituto Rio Branco. Art. 4º Poderão ser aproveitados *em outras funções* no Ministério das Relações Exteriores, a juízo do Ministro de Estado, os aprovados no ‘Curso de preparação à carreira de Diplomata’, *que não houverem sido habilitados no concurso* ou que aguardarem nomeação para ingressar na carreira.” (grifos nossos) Podemos perceber, portanto, que, de um decreto a outro, o Instituto Rio Branco gravitou das funções iniciais de centro aberto de ensino e escola preparatória de candidatos à carreira diplomática para uma instituição relativamente fechada incumbida prioritariamente de realizar o concurso de admissão e nomear os aprovados.

(AMAN). Em outras palavras, o meio militar dispõe de escolas fechadas e abertas. Assim, não nos parece procedente o argumento de Reis. A similitude entre as carreiras militar e diplomática não explica *per se* o golpe administrativo envolvido na segunda criação do Instituto Rio Branco. Procede menos ainda justificá-lo com base na natureza democrática do governo Dutra. Ora, temos visto e revisto que é exatamente o processo de democratização do debate em política externa – discernível na sociedade brasileira e mesmo no aparelho do Estado pelo menos desde a década de 1950 – o que colocava o Itamaraty *de cabelo em pé*. Para conjurar fantasmas, nada melhor do que recorrer aos seus. Em sua primeira fundação, em abril de 1945, o Instituto Rio Branco reencenou a *fundação primeira*. Por alguma arte de necromancia, no centenário de seu nascimento, o espírito do Barão foi invocado e revivido. A fim de manter-se como *corpo fechado*, o Itamaraty precisava recorrer a um *saber celestial sobre o século*. Em nossa visão, a segunda criação do Instituto tem explicação no modo como o diplomata entende o fluxo do tempo. Quer dizer, era necessário fulminar o voluntarismo de Vargas, o qual havia buscado por meio do decreto e do fato novo constitui-lo como escola aberta; por sua vez, sua refundação exclusivista reafirmava um tempo imorredouro, chancelada pela memória do Barão, aquele que não morre jamais.

Segundo afirma Cheibub (1985, p. 128), o período posterior à fundação do Instituto Rio Branco foi caracterizado pela “burocratização e racionalização do MRE, ampliação da base de seleção, aquisição crescente de autonomia face a influências exógenas e a vigência de uma carreira mais meritória.” Esse processo de consolidação de autonomia pelo Itamaraty acentuou-se principalmente após o golpe de 1964, não somente em razão da *débâcle* das lideranças populistas e dos intelectuais engajados, mas também pelas semelhanças existentes entre militares e diplomatas, cujas carreiras formam elites homogêneas com espírito de corpo. A partir de 1946, quando se criou pela segunda vez o Instituto Rio Branco, os diplomatas deparam-se com duas tendências fundamentais: por um lado, a pressão por democratização e ampliação da base social de seus quadros; por outro, como reação, a crescente profissionalização da carreira, a qual permitiu a manutenção de sua homogeneidade ideológica. Conforme Cheibub (1989, p. 100-101), entre 1946 e 1959, os candidatos à carreira diplomática concentravam-se geograficamente no Rio de Janeiro e adjacências, pois os exames se realizavam apenas na capital federal. Em 1959, houve um primeiro sinal de democratização, quando se estabeleceu o método de seleção prévia, que previa a realização de provas eliminatórias

fora do Rio de Janeiro, para que se pudesse selecionar candidatos aptos a fazer o exame na capital com ajuda financeira do MRE.

Entretanto, a ampliação geográfica da área de seleção não implicou mudança na proporção de candidatos aprovados no concurso à carreira diplomática. Em 1959, no primeiro exame após o estabelecimento da seleção prévia, o Rio de Janeiro apresentou apenas 52,1% dos candidatos, contudo, obteve quase 80% das aprovações, predomínio que se manteve até o final da década de 1970. Por meio desses dados, é possível entender o impacto do “golpe de braço administrativo” do Instituto Rio Branco: no momento em que o curso preparatório passou a ser oferecido somente após a aprovação no concurso, como etapa interna de ressocialização e posse efetiva no cargo dos novos diplomatas, a porta de entrada afunilou-se sensivelmente. Esse nível de concentração explica-se sobretudo pelo desequilíbrio social e educacional do Brasil, na medida em que era inferior o nível de ensino em regiões do país distanciadas dos grandes centros. Nesse sentido, a maior barreira à aprovação de candidatos de fora do Rio Janeiro era a necessidade de conhecimento aprofundado de inglês e francês, cujos cursos não eram de boa qualidade principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, os cursos especializados na preparação de candidatos, chefiados por diplomatas, concentravam-se no Rio de Janeiro, depois em Brasília, o que ocasionou que a base geográfica de origem de novos diplomatas permanecesse bastante concentrada, fator importante para que a homogeneidade do corpo diplomático tenha-se mantido (CHEIBUB, 1989, p. 101).

Em seu estudo estatístico, Cheibub (1989, p. 103-114) constata essa tendência de concentração também na formação educacional e na origem sócio-econômica dos novos diplomatas. Quanto ao primeiro aspecto, o autor propõe-se a testar a hipótese de José Honório Rodrigues, a qual abordamos anteriormente, segundo quem o bacharelismo dominava o Itamaraty e respondia à primazia assumida pelo jurisdicismo em política internacional. De fato, conclui que o bacharelismo na Casa de Rio Branco era uma verdade indiscutível⁸². De 1946 a 1960, por exemplo, 84,2% dos candidatos aprovados

⁸² “Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. [...] - Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão. Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. [...] - Venhamos ao principal. Uma vez entrado na carreira, debes pôr todo o cuidado nas ideias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente; coisa que entenderás bem, imaginando, por exemplo, um ator defraudado do uso de um braço. Ele pode, por um milagre de artifício, dissimular o defeito aos olhos da plateia; mas era muito melhor dispor dos dois. O mesmo se dá com as ideias; pode-se, com violência, abafá-las, escondê-las até à morte; mas nem essa habilidade é comum, nem tão constante esforço conviria ao exercício da vida.” (ASSIS, 2011, s/p)

no exame sem curso superior completo estavam em faculdades de Direito, sobretudo na UFRJ (antiga Universidade do Brasil), na UERJ (antiga Universidade do Estado da Guanabara), na PUC-Rio e na USP. Do ponto de vista da origem sócio-econômica, Cheibub referenda a hipótese da “família diplomática”. Assim, grande parte dos novos diplomatas era filho de diplomatas. Além disso, a ênfase dada pelo concurso do Instituto Rio Branco em línguas estrangeiras “cria um viés no processo de seleção, que favorece os candidatos que tenham tido parte ou toda educação no exterior. Neste grupo, é claro, encontram-se em posição privilegiada os filhos de diplomatas.” Um dado adicional é assombroso: entre 1977 e os anos seguintes, foram aprovados na carreira 24 pares de irmãos, o que perfazia por volta de 6% dos novos diplomatas no período, sem falar nos casamentos entre alunos do IRBr e entre jovens diplomatas e filhas de embaixadores.

Em seu estudo publicado em 1968, o qual incluiu entrevistas com diplomatas, Rosenbaum (1968, p. 379-389) chegou a conclusões bastante semelhantes. Segundo afirma, embora menor em tamanho do que os serviços exteriores norte-americano e britânico, o Itamaraty por isso mesmo mostrava-se mais compacto e com capacidade maior de autodireção. Nesse sentido, a tradição familiar da Casa era forte e resistente a *mudanças* em sua *estrutura* oligárquica. Em sua coleta de dados, constata Rosenbaum que ao menos 10% dos diplomatas tinham pais, filhos e irmãos na mesma carreira. No que concerne ao Instituto Rio Branco, seu treinamento homogeneizador, além das origens geográficas e sociais semelhantes dos jovens diplomatas, tendia de fato a conduzi-los à conformidade intelectual. Como consequência, observa Rosenbaum que a maioria dos estudantes era pouco crítica à política externa tradicional e raramente ativista em questões sociais. Em 1968, comparados com os tradicionalistas defensores do americanismo, era pequeno o grupo de diplomatas afeitos a uma política externa independente, *porém sem vincular-se* às iniciativas da PEI de Jânio Quadros e João Goulart, sobretudo devido à questão cubana⁸³. Conforme veremos, caberá a Araújo

⁸³ “Most students at the institute are not outwardly critical of Brazilian foreign policy (a recent class at the U.S. Foreign Service Institute included several students who were opposed, for example, to U.S. policy in Vietnam). [...] Although students at the Rio Branco (like most students in Brazil) talk about the social problems of their country, most are not activists. There is little interest, for example, in volunteering for work in the *favelas* of Rio. [...] Many diplomats formerly favoring an independent foreign policy (i.e., a policy different from that pursued by the United States) were disillusioned by the way president Quadros and Goulart executed the policy and particularly by the position Brazil defended with regard to Cuba. [...] Compared to the number of officers championing a more or less traditional foreign policy for Brazil, the independent group is small.” (ROSENBAUM, 1968, p. 386-389) Salientemos que a pesquisa de Rosenbaum coleta dados para o ano de 1968, período em que o caráter independente da PEI já passava por um processo de reapropriação controlada pelos militares e pelo Itamaraty. Imagine-se então o quão insignificante era o apoio dos diplomatas à PEI em seus dias de apogeu *ideológico* entre 1961 e 1962.

Castro realizar a esterilização da PEI na transição para o regime militar. A partir de Costa e Silva, retornará a ideia do neutralismo, *porém sem o teor original* emancipatório do começo da década de 1960, elaborado pelos intelectuais engajados e programado pelas lideranças populistas. Veremos como o Itamaraty, sempre receoso do processo de democratização, beneficiou-se dessa virada político-discursiva.

Desde as reformas administrativas da década de 1930 e, sobretudo, da segunda criação do Instituto Rio Branco, o que se percebe no caso do Itamaraty é a obtenção de autonomia crescente em relação a fatores exógenos do meio ambiente social ao lado de um processo de burocratização e racionalização da profissão diplomática por meio da definição de critérios de progressão meritória na carreira. Esse binômio autonomia-profissionalização produziu uma tendência de aumento no grau de uniformização e de homogeneidade do corpo diplomático, o qual viria a substituir a coesão que se obtinha nos moldes do Estado patrimonial. De acordo com Cheibub (1989, p. 125-127), a autonomia e a coesão conquistadas pelo Itamaraty moderno têm quatro implicações fundamentais: (1) do ponto de vista teórico, os estudos sobre política externa brasileira devem considerar o Itamaraty como uma unidade de análise, na medida em que seu aumento de institucionalização implica desenvolver interesses e valores próprios; (2) sua autonomia fornece a estabilidade necessária para manter certa continuidade na política externa brasileira ao longo do tempo, pois protege a instituição das mudanças sociais; (3) a aquisição de autonomia pode permitir que o Itamaraty goze de uma impunidade administrativa, com alguma capacidade de se manter imune ao controle da sociedade; (4) do ponto de vista político, o Itamaraty deve manter sua posição central na arena decisória da política externa brasileira até que outros atores possam ser capazes de contrabalançar sistematicamente seu peso.

No presente momento, buscaremos compreender de que maneira o Itamaraty, considerado como uma unidade de análise com interesses próprios e corporativos, pôde manter sua centralidade no processo de formulação e execução da política externa do país exatamente entre as décadas cruciais de 1950 e 1970, período durante o qual o Brasil passava por importantes mudanças políticas, econômicas e sociais, entre as quais a democratização do próprio debate em assuntos internacionais. Nesse sentido, parece-nos *útil empregar como ferramenta* o conceito de *sistema autopoietico*, aprofundado na teoria social de Niklas Luhmann. Em primeiro lugar, sistema deve ser entendido como unidade ou *singularidade autônoma*, pois em seu limite ou fronteira operacional define todo o entorno restante como não-sistema ou diferença. Originalmente, o conceito de

sistema autopoietico havia sido proposto pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela como modo de compreensão dos organismos vivos, tais como animais, vegetais ou bactérias. Consideraram os sistemas orgânicos como auto-referenciados e fechados do ponto de vista operativo, pois seus elementos relacionam-se entre si de forma retroalimentada; por sua vez, a *autopoiese* é a propriedade que possuem esses sistemas de se autoproduzirem como unidades diferenciadas, ou de se produzirem como estados de conservação a partir de interpretações feitas com relação às mudanças do entorno (RODRIGUES, 2008, p. 108-113). Aplicado à teoria social de Luhmann, esse mecanismo pressupõe uma operação de sentido ou de identidade-diferença, por meio da qual o sistema consegue se auto-reparar e se auto-adaptar, sempre com finalidade auto-referente, e reduzir a complexidade do ambiente que lhe serve de entorno:

Autopoietic systems, then, are sovereign, with respect to the constitution of identities and differences. They, of course, do not create a material world of their own. They presuppose other levels of reality, as for example human life the small span of temperature in which water is liquid. But whatever they use as identities and as differences is of their own making. [...] Social systems use communication as their particular mode of autopoietic reproduction. Their elements are communications that are recursively produced and reproduced by a network of communications and that cannot exist outside of such a network. [...] By this synthesis, the system is forced into looking for possibilities of mediating closure and openness. In other words: communication is an evolutionary potential for building up systems that are able to maintain closure under the condition of openness. These systems face the continuing necessity to select meanings that satisfy these constraints. (LUHMANN, 1990, p. 3-13)

Conforme salientamos, Faoro entende o patronato político brasileiro como um organismo ilhado da sociedade, superior a ela, em cujo circuito interno sua seiva circula fechada. Parece-nos que, por determinação congênita, o Itamaraty moderno emergiu historicamente como tal organismo, em que a mediação entre fechamento e abertura ao meio ambiente social fez-se como finalidade auto-referida, de maneira a conservá-lo ou de operar sua *mudança na continuidade*. Sua seiva é seu sentido, sua auto-compreensão como unidade autônoma e soberana na formulação e condução da política externa do Brasil. É possível afirmar que seu mecanismo de conservação e adaptação autopoietica enfrentou duas etapas cruciais. Em primeiro lugar, houve o desafio apresentado pela fundação do regime republicano, a partir da qual a política externa do Império foi negada em prol da opção do americanismo. Coube então ao Barão do Rio Branco operar um importante movimento autopoietico, na medida em que reinterpretou a tese do americanismo e transformou-a em *marco fundacional* da diplomacia republicana, ao mesmo tempo em que o Itamaraty herdava o *modus operandi* das elites políticas do Império e reconvertia-se em reduto de monarquistas. Desde a década de 1930, a Casa de

Rio Branco teve de enfrentar uma nova pressão externa oriunda não apenas do aparato estatal, imerso em um processo de racionalização crescente, mas também da própria sociedade, a qual se tornou mais complexa e atuante. Auto-referente, o Itamaraty iniciou reformas de profissionalização da carreira, porém buscou manter sua singularidade autônoma com a criação do Instituto Rio Branco.

Parece-nos que esse mecanismo autopoietico agudizou-se sempre que o entorno ou mundo externo forçou o Itamaraty a enfrentar uma *crise de identidade*. Na década de 1890, esse cenário desafiador à continuidade esteve patente por ocasião da derrubada do regime imperial. No Império, a identidade *brasileira* havia sido forjada com recurso à excelência negociadora do Itamaraty desde o reconhecimento da Independência. Em sua imagem externa, o país projetava-se como parte estável – porém desterrada – do mundo ocidental europeu, berço das próprias práticas diplomáticas. Com o advento do regime republicano, a estabilidade do Itamaraty combaliu-se porque seu próprio papel iterativo na manutenção da identidade nacional mostrava perder espaço. Por um lado, cada vez mais o Brasil parecia-se com as instáveis repúblicas da América Hispânica; por outro, a ascensão hegemônica dos Estados Unidos ameaçava deslocar a centralidade europeia nas relações internacionais. Em reação, como não poderia deixar de ser, o Barão do Rio Branco *fundou* o mecanismo de autopoiese e sanou a crise de identidade do Itamaraty. Do ponto de vista operacional, o Barão interveio com mão de ferro no funcionamento desse *organismo fechado* e centralizou todas as decisões por quase dez anos de modo a devolver-lhe a autonomia ameaçada. Do ponto de vista interpretativo, apropriou-se do americanismo *original* – pensado pelos republicanos históricos – e adaptou-o à tradição diplomática vinda do Império. Portanto, *mudar mas continuar*. Na Primeira República, contudo, o Itamaraty não era desafiado pela sociedade brasileira – composta por 80% de analfabetos; tampouco pelo próprio aparelho do Estado, o qual também havia mudado para continuar desde que o modelo oligárquico de Campos Sales entrou em ação. Se a Casa de Rio Branco era um organismo vivo, era provavelmente um vegetal.

A partir da Revolução de 1930, o Itamaraty teve de enfrentar um desafio a sua identidade vindo de dentro do próprio Estado. No nível operacional, como vimos, reagiu por intermédio das reformas administrativas que buscaram convertê-lo em burocracia racional. Era imperioso, no entanto, *mudar mas continuar*. Operacionalmente, vimos que a segunda fundação do Instituto Rio Branco representou o golpe de mestre dessa etapa de autopoiese. O Barão ainda vivia em efígie, mas não se podia mais escolher diplomatas a dedo e excluir os feios sem sorte. Assim, por meios outros – concentração

geográfica no Rio de Janeiro, dificuldade do certame de acesso à carreira etc. –, os *efeitos exclusivistas* das velhas práticas patrimonialistas mantiveram-se. No imediato pós-guerra, o Itamaraty saía portanto fortalecido em sua autonomia; igualmente, porque o fim do conflito havia privilegiado as *soluções normativas* envolvidas na assinatura dos tratados e na prática da alta política. Lembremos que o Brasil foi um dos vencedores e membro fundador da ONU. Desde meados da década de 1950, entretanto, a crise de identidade do Itamaraty retornaria como nunca, pois estava agora sob questão a natureza do *próprio fazer diplomático* no Brasil. Por um lado, vimos como a democratização do debate em política externa pôs sob ameaça o monopólio da instituição sobre o assunto; por outro, principalmente a partir de JK, a emergência da diplomacia presidencial e da pauta econômica do desenvolvimento aparentavam ter enterrado o fazer diplomático do Barão, afeito a soluções normativas necessárias à negociação pacífica das fronteiras do país. Pior ainda, a identidade mesma do Itamaraty hauria-se de seu americanismo, o qual sinalizava a decadência. Uma vez mais, seria preciso (re)criar a si mesmo para poder mudar, mas continuar o mesmo. À diferença do começo do século XX, entretanto, desta vez a autopoiese não se realizaria por desígnio de uma só cabeça iluminada, tampouco seria beneficiada por um ambiente externo de prosperidade e falta de contestação. Na sequência, veremos como emergiram embates em três momentos cardinais da história da política externa: a OPA de JK, a PEI de Jânio e a PEI de Goulart e San Tiago Dantas.

Em 1958, Helio Jaguaribe salientava a crise do Itamaraty, cujo americanismo ornamental não mais servia aos novos propósitos da diplomacia, desde então entendida como instrumento para o desenvolvimento nacional, o qual demandava aceitar a tese do neutralismo e a diversificação de parcerias. Um ano depois, Manoel Pio Corrêa Júnior, diplomata de carreira e militar, assumiu a chefia do Departamento Político do Itamaraty. Filho do botânico Manoel Pio Corrêa, pôde ter uma educação privilegiada que o permitiu desde cedo conhecer o mundo e adquirir forte consciência de elite. Era, portanto, um espírito disciplinador e altamente conservador. Conforme veremos, terá papel chave na articulação política e identificação mútua entre o Itamaraty e as Forças Armadas a partir de 1964. Em meio à atmosfera de diplomacia paralela de JK, segundo relata em suas memórias, Pio Corrêa assumiu o Departamento Político com a missão de lhe restituir o papel de “centro nervoso e corpo de batalha da diplomacia brasileira, instrumento específico dos escalões supremos na interpretação da conjuntura mundial e na elaboração das diretrizes da política externa.” (CORRÊA, 1995, p. 592). Em outras

palavras, em face da crescente democratização do debate de política externa no país, o novo chefe do Departamento Político encabeçava a declarada missão de devolver o monopólio da autonomia decisória ao Itamaraty. Segundo Pio Corrêa (1995, p. 601), isso implicaria “manter firmemente a política exterior brasileira em seus moldes tradicionais, cultivando as relações com os países sérios e civilizados, as Grandes Democracias Ocidentais das quais o Brasil fora aliado em ambas as Guerras Mundiais.” Era, portanto, a reação do americanismo e do aristocratismo tradicionais.

Nesse campo de batalha, é de se compreender que Pio Corrêa tenha não apenas tentado obstaculizar o rompimento simbolizado pela emergência do neutralismo, como também tenha buscado proteger o Itamaraty da agenda de autonomia no tempo trazida à tona pelos intelectuais engajados. Em suas memórias, afirma não ter encontrado oposição dentro da Casa de Rio Branco, sobretudo porque ainda não havia chegado a hora dos “esquerdinhas do Itamaraty”. Naturalmente, Corrêa identifica essa tendência progressista à figura de San Tiago Dantas, futuro chanceler da PEI, o qual desqualifica como “fascista reciclado em esquerdistas”, em função de sua participação pregressa no movimento integralista. Aliás, conforme vimos, esse também foi o caso de Roland Corbisier. Desde 1959, em contrapartida, o americanismo de Pio Corrêa sofreu oposição no Congresso Nacional. Representante da ala de esquerda do PTB, Josué de Castro, então parlamentar colega de San Tiago, chegou a pedir junto ao Itamaraty a exoneração de Corrêa de seu cargo no Departamento Político. Em suas memórias, o diplomata jacta-se de sua gulosa permanência, vitorioso contra aquele “profissional da fome”⁸⁴. Pio Corrêa também opôs-se ao símbolo maior do projeto de JK para o novo Brasil: a *mudança* da capital federal. Em sua visão, uma capital não poderia ser apenas uma aglomeração de burocratas, tal como Brasília; precisava ter, como o Rio de Janeiro tinha, um estado de espírito estabelecido e uma sensibilidade para os fatos da vida internacional. Em Brasília, “os Embaixadores estrangeiros viram-se confinados em um mundo de Jecas-Tatus, onde a expressão ‘política externa’ evocava a ideia de eleições municipais em Anápolis.” (CORRÊA, 1995, p. 595-606). O que não havia no interior do país era de fato o *glamour*. Segundo veremos, essa resistência a Brasília marcaria o

⁸⁴ O humor de Pio Corrêa é ferino: “Este [Josué de Castro] era um homem que se fizera célebre por escrever um livro intitulado *Geografia da Fome*, cujo tema eram as condições de carência alimentar no Nordeste, de onde ele próprio era originário. Seu tema invariável de conferências e discursos era a fome no Nordeste. Este ‘profissional da fome’ era, quanto a si, um bom garfo. De uma feita, entrando em um dos restaurantes mais caros do Rio de Janeiro, encontrei-o instalado frente a um enorme e succulento *filet mignon* e a uma jovem não menos apetitosa. Bati-lhe amigavelmente nas costas, observando: ‘Geografia da fome, hein, seu Josué?’” (CORRÊA, 1995, p. 602-603)

Itamaraty até 1970, quando ocorreria sua transferência final do Rio de Janeiro. Não surpreende, nesse mesmo sentido, que Pio Corrêa tenha detestado a OPA.

Vimos que a Operação Pan-Americana (OPA) representou da parte de JK uma tentativa de se resgatar a barganha nacionalista e pressionar a administração Eisenhower em direção a um amplo programa de ajuda ao desenvolvimento da América Latina, após dois anos de frustração em se obter investimentos diretos do governo norte-americano. Conforme afirmamos, a ideia da OPA foi elaborada pelo poeta e empresário Augusto Frederico Schmidt, assessor e amigo pessoal do presidente. Por essa razão, foi bastante mal recebida no Itamaraty. Em suas memórias, Pio Corrêa (1995, p. 603) relata como encarregou-se a contragosto de recepcionar o poeta na veneranda sala em que trabalhou e morreu o Barão do Rio Branco, com o objetivo de convencê-lo de que a OPA era uma grande asneira. Corrêa considerava Schmidt apenas um literato obscenamente obeso, um vendedor de linguiça e de carne seca que pensava ser um gênio em diplomacia⁸⁵. Assim, afirma Vidigal que o comportamento de Corrêa “revela o conservadorismo de setores do Itamaraty na defesa dos valores corporativos e a apreensão diante de uma iniciativa não formulada em suas próprias salas e que poderia retirar sua burocracia da zona de conforto.” Em 1959, Horácio Lafer também havia ingressado no MRE. Ex-ministro da Fazenda e parlamentar pelo PSD, provinha dos meios empresariais de São Paulo e assumiu a pasta das relações exteriores devido a sua experiência nos assuntos econômicos, assim como por sua defesa do desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Sua entrada no ministério deu-se no contexto posterior ao rompimento de JK com o FMI, como provável amortecedor aos efeitos daquela bravata nacionalista. Coube a Lafer designar Pio Corrêa ao Departamento Político e dar-lhe cobertura em sua política de defesa do americanismo tradicional. De outro lado, por meio da OPA, como vimos, JK e Schmidt buscavam matizar seu conteúdo.

Em Jânio Quadros, esse processo de antagonismo acentuou-se. Como afirma Guimarães (2013, p. 971), sua nova política externa sofreu “forte resistência dos diplomatas mais antigos e graduados do Itamaraty, profundamente envolvidos no Rio de

⁸⁵ “Entre Augusto Frederico Schmidt e mim existia uma sólida e sincera antipatia mútua. Irritava-me a sua inchada empáfia, a sua vaidade patológica, arrogante e quase feminina em sua ciumenta suscetibilidade; exasperava-o a minha frieza profissional, o meu indisfarçado desdém pelas opiniões de amadores, e a minha impermeabilidade à admiração por seu imenso gênio literário – que eu dificilmente poderia admirar, nunca havendo lido uma única linha de sua lavra. Até seu físico era-me repugnante, balançando baloufas banhas a cada passo.” (CORRÊA, 1995, p. 603-604) Para além da antipatia pessoal, o que a repugnância de Pio Corrêa revela é o enraizado *pathos* da distância do Itamaraty em relação a quem está fora de seu circuito fechado, mas ainda assim busca desestabilizar sua tradicional autonomia na formulação da política externa por meio de agendas consideradas ideológicas ou não profissionais.

Janeiro pelos influentes círculos portugueses, americanos e europeus e pela UDN tradicional”, de modo que se opuseram à mudança do MRE para Brasília, a qual sob resistência somente efetivou-se por completo em 1970. Jânio Quadros nomeou mais embaixadores de fora da carreira do que era de costume, assim como reduziu a remuneração dos diplomatas e não articulou as missões de seus enviados especiais ao exterior com a rotina do Itamaraty. De 1200 bilhetinhos enviados ao Rio de Janeiro com instruções diretas à Administração Pública, 400 seriam destinados somente à Casa de Rio Branco. O caso mais notório de desencontro entre Jânio e os diplomatas foi o da Missão João Dantas, enviado em 1961 à Alemanha Oriental para negociar *memorandum* comercial, o que implicaria o reconhecimento tácito do regime comunista. Instado pelos meios conservadores tradicionais, Vasco Leitão da Cunha, então secretário-geral do Itamaraty, desautorizou esses entendimentos e apresentou a Jânio sua demissão sob pressão por ato de indisciplina, o que gerou grave repercussão nos meios políticos e sociais (GUIMARÃES, 2013, p. 969-971).

Vasco Leitão da Cunha pode ser considerado um dos melhores exemplos de diplomata de carreira tradicional, ligado por relações de sangue à própria formação do Itamaraty a partir do seio do patronato político imperial. Do lado paterno, descendia de Ambrósio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré, presidente de província e senador do Império. Em seu depoimento ao CPDOC, Dr. Vasco relata suas lembranças de infância do Barão do Rio Branco, quando no começo do século, por ocasião da disseminação da febre amarela no Rio de Janeiro, o corpo diplomático inteiro havia-se deslocado para Petrópolis. Certa feita, o pequeno Vasco e seu pai dividiram a mesma carruagem com o imenso Barão⁸⁶. Em 1925, bacharelou-se em Direito; dois anos depois, ingressou na carreira diplomática. Marcado por aquela gigantesca presença de origem, é natural que Leitão da Cunha emergisse como defensor do americanismo, ou da política externa tradicional. Assim, é fácil entender seu desencontro com as lideranças populistas e suas iniciativas afoitas de modernização. Em 1956, assumiu a embaixada em Havana, onde viria em seguida à revolução desempenhar importante papel de auxílio aos asilados políticos. Desde esse posto, assistiu à propositura da Operação Pan-Americana de JK e Schmidt, conforme vimos, uma tentativa de renegociação dos termos da hegemonia dos Estados Unidos na subregião. Na visão de Leitão da Cunha (1994, p. 210), Schmidt era

⁸⁶ “Lembro que uma ocasião andei com meu pai na carruagem do Barão, que tinha cavalos magníficos. O Barão e meu pai iam sentados ao fundo, e eu no meio. Ele parecia um urso branco, enorme. Eu gostava muito dele, era muito afável, muito amigo do meu pai e do meu avô. O visconde do Rio Branco, seu pai, tinha sido amigo do barão de Mamoré.” (CUNHA, 1994, p. 5).

um romântico em política externa, pois a OPA era uma atitude teórica bonita e mesmo atraente, mas que não poderia dar certo. Fundamentalmente, o que incomodou o diplomata foi exatamente a tentativa de reversão do pan-americanismo tradicional. Em outras palavras, não caberia ao Brasil requisitar quixotescamente uma posição de liderança, a qual continuava pertencendo aos Estados Unidos. Assim, JK e Schmidt erravam por excesso de otimismo, pois eram amadores em diplomacia. Mais do que isso, Cunha via a OPA como uma fantasia fadada ao fracasso⁸⁷. Parece-nos que suas palavras e as de Pio Corrêa representam o desprezo cabal pela crononomia; quer dizer, era patético situar na roda da História a reversão da vontade de potência, assim como apostar na força de vontade para fazê-la logo girar.

Em sua versão do *affair* João Dantas, Dr. Vasco afirma que sua exoneração não deveu-se a questões políticas, mas disciplinares. Em sua visão, Jânio havia tratado de modo equivocado o ministro Afonso Arinos, ao dar instruções diretas a João Dantas, em missão na Alemanha Oriental. Em reação, Leitão da Cunha foi aos jornais e publicou nota em que por sua vez, como secretário-geral do Itamaraty, desautorizava Dantas (CUNHA, 1994, p. 222-224). Com base na Doutrina Hallstein então em vigor, a República Federal da Alemanha (RFA) recusava-se a manter relações diplomáticas com qualquer Estado que reconhecesse sua vizinha, a República Democrática Alemã (RDA), com exceção da União Soviética. Por esse motivo, a Missão João Dantas causava tanto embaraço ao Itamaraty, obrigado a explicar as peripécias de Jânio Quadros. Parece-nos contudo que o que estava em jogo não era somente a boa vontade da Alemanha Ocidental, mas principalmente a autoridade *política* do MRE na condução externa do país e seu repúdio à diplomacia paralela de Jânio. O estranhamento entre Dr. Vasco e Jânio foi recíproco, afinal seus temperamentos e origens sociais eram como água e óleo. Encarnando a própria Casa de Rio de Branco, o tempo do secretário-geral media-se pela tradição secular, ao passo que o tempo do presidente da República media-se pela fugacidade dos meses. Dr. Vasco comportava-se como o baobá, paciente e majestático; Jânio zanzava como mosca, intrusiva e zombeteira. Em consequência, Leitão da Cunha inquietava-se com o caráter errático da política externa do presidente, o qual podia dar

⁸⁷ “Precisávamos ter feito nossa amizade com os Estados Unidos, para que eles colaborassem para desenvolver o Brasil, e não ter feito um desmanchado financeiro de toda a América Latina, arvorando-nos a uma liderança que não nos era pedida, para forçar a mão do governo americano. O que nós conseguimos, afinal, foi o que o Kennedy fez, a Aliança para o Progresso. [...] A OPA era uma *fantasia*. [...] *O Brasil não tem mandato do continente para tomar as cartas do problema.*” (grifos nossos) (CUNHA, 1994, p. 210)

ordens e contradizê-las, bem como acabou por entender sua súbita renúncia como obra irresponsável de um malfeitor:

Acho que nesse episódio [da Missão João Dantas] fomos todos perdedores: eu perdi a Secretaria Geral, o Afonso quase perdeu a direção do ministério, o Jânio preparou-se para o caos. O meu desejo foi fundamentalmente ressaltar a tradição e a disciplina do ministério. [...] A convivência da Casa com o ministro [Afonso Arinos] foi boa, mas com o presidente não foi propriamente harmoniosa. Era um pouco cacofônica... [...] Jânio poderia ter cumprido o mandato se quisesse. Era muito inteligente, muito instruído e conhecedor dos problemas. Tinha muita razão de ser presidente. Mas o temperamento lábil o anulava, o desequilíbrio o levava ao exagero. Seis milhões de votos era muito voto para jogar fora! Considero que Jânio é um malfeitor, nesse sentido. (CUNHA, 1994, p. 224-226)

Parece-nos que o entrelaçamento entre os interesses do Itamaraty e a *rationale* da nova política externa ficou clara por ocasião da conferência de Punta del Este em 1962. Em janeiro, quatro ex-chanceleres ligados ao americanismo – João Neves da Fontoura, Vicente Rao, Macedo Soares e Horácio Lafer – publicaram artigo conjunto no conservador jornal *O Globo* em rechaço às gestões de San Tiago Dantas para a manutenção de Cuba no sistema interamericano. Seus perfis são reveladores. Gaúcho e revolucionário em 1930, João Neves apoiou os paulistas rebelados em 1932, o que o afastou temporariamente de Getúlio Vargas. Em 1945, filiou-se ao PSD e apoiou sucessivamente as candidaturas à presidência de Dutra e Vargas. Chanceler em ambos os governos, caracterizou-se por uma postura ideológica altamente conservadora, a qual submetia o desenvolvimento do país aos temas de segurança vinculados ao alinhamento automático com os Estados Unidos na Guerra Fria. De sua parte, como vimos, Vargas buscou avançar sua agenda desenvolvimentista através da Assessoria Econômica da Presidência da República, chefiada por Rômulo Almeida, portanto fora dos quadros tradicionais do Itamaraty. Como afirmamos, foi no seio do segundo governo Vargas que os intelectuais engajados do Grupo de Itatiaia também se articularam pelas teses de autonomia e emancipação econômica e social do país. Na reforma ministerial de 1953, Vicente Rao assumiu o Itamaraty. Bacharel em Direito em 1912, Rao também apoiaria a Revolução Constitucionalista. Em 1935, como Ministro da Justiça de Vargas, elaborou a Lei de Segurança Nacional, responsável pela repressão ao comunismo e aos opositores do governo durante o Estado Novo.

Além de Rao e João Neves, também assinaram o artigo do jornal *O Globo* os ex-chanceleres Macedo Soares e Horácio Lafer. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1912, Macedo Soares também apoiou a Revolução de 1930, assim como as reivindicações dos paulistas em 1932. Entre 1934 e 1936, assumiu o Itamaraty pela

primeira vez. Foi presidente do IBGE, da ABL e do IHGB. Em 1955, retornou à chefia da Casa de Rio Branco nomeado por Nereu Ramos. Em seus discursos de posse como chanceler, identificou a tradição da Casa como um *valor em si mesmo* e situou na política externa uma função conservadora como fator de *continuidade* e credibilidade internacional. Em 1955, logo após reassumir o cargo, Macedo Soares liderou a criação do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty (MHD), tendo em vista a utilização do conhecimento histórico como instrumento de ação política. Segundo Conduru (2013, p. 783), seu estilo diplomático era de um arraigado “jurisdicismo histórico”, uma vez que “acreditava que a solução dos problemas internacionais estaria no estudo dos precedentes, como se as controvérsias internacionais pudessem ser solucionadas por critérios baseados na História – e não por critérios políticos.” É de se entender, portanto, que Macedo Soares tivesse uma visão positivista da História, pois a investigação das fontes revelaria a verdade imóvel contida nos vestígios do passado. Em sua gestão, esteve ligado aos interesses tradicionais da política externa brasileira. Manteve apoio a Portugal na defesa de suas possessões coloniais e manobrou para evitar o reatamento diplomático com a URSS. Em 1958, pediu demissão à JK, pois sentiu-se desautorizado pelo lançamento da OPA (CONDURU, 2013, p. 785-787).

No segundo governo Vargas e no governo JK, a agenda do desenvolvimento, dentro do que temos denominado por autonomia no tempo, ligada à democracia e à emancipação, em tudo que pressupunha de ruptura com o passado do velho Brasil, teve na Assessoria da Presidência da República um canal alternativo ao círculo tradicional do Itamaraty. Em Vargas, isso se deu por meio de sua Assessoria Econômica; em JK, além da assessoria prestada pelo próprio Augusto Schmidt, o ISEB emergiu, conforme vimos, vinculado ao Ministério da Educação e interessado em reunir intelectuais engajados que pudessem pensar conceitualmente o novo Brasil. Com Jânio Quadros, esse processo agudizou-se não apenas em função da *ruptura* com o Rio de Janeiro representada pela transferência da capital, mas principalmente porque o presidente assumiu diretamente a tarefa de formular uma nova política externa. É de entender, nesse sentido, porque a atuação de San Tiago Dantas na questão cubana despertaria tamanha suscetibilidade nos círculos tradicionais. Em 17 de janeiro de 1962, dias antes da VIII Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada em Punta del Este, os quatro ex-

chanceleres citados – Neves da Fontoura, Rao, Macedo Soares e Lafer – juntaram forças contra San Tiago e publicaram sua nota no jornal *O Globo*⁸⁸:

Compenetrados da gravidade da situação das Américas, *sem a menor preocupação de política interna ou partidária*, ousamos pedir, por intermédio do ilustre Chanceler San Tiago Dantas, ao Primeiro-Ministro Tancredo Neves, ao gabinete e ao chefe da nação, *que recebam este testemunho como cooperação sincera e desinteressada*. [...] Sabiamente, o Pan-americanismo aspira a atingir dois objetivos fundamentais: a consolidação dos regimes democráticos e da liberdade e a proscrição de todos os regimes totalitários que suprimam a independência das nações e os direitos da pessoa humana. [...] Em consequência, dentro do sistema continental não é admissível um Estado comunista ou vinculado às potências comunistas. [...] Cuba, sob Fidel Castro, repudiou a democracia e fundou na ilha um Estado comunista, articulado com a União Soviética e com a China vermelha. Não é só isso. Pretende estender a rede comunista a toda América Latina, exportando-nos a sua doutrina revolucionária. O que não nos parece acertado e nem conveniente é a posição resignatária de cruzar os braços. Até *por instinto de conservação* têm as Repúblicas americanas de tomar uma atitude que, sem ferir o princípio da não intervenção, isole Cuba do nosso convívio político, através do rompimento coletivo das relações diplomáticas[...] Dirigindo-nos ao governo da República para rogar-lhe que considere as questões em debate *no resguardo da posição tradicional* do Brasil, sempre na primeira linha dos construtores da OEA, de sustentáculo da unidade continental, *sob a égide de duas grandes memórias* – Rio Branco, Joaquim Nabuco – não nos anima outro pensamento senão colaborarmos para o lustre da nossa pátria e o bom nome de seu governo. (grifos nossos) (SOARES et. al, 2008, p. 375-377)

Conforme vimos, os quatro ex-chanceleres já tinham em princípios de 1962 uma longa vida percorrida na política interna do Brasil como políticos liberal-conservadores. Assim, é curioso que declarem sua cooperação sincera e desinteresse partidário na questão cubana, a qual naquele momento polarizava a opinião pública do país. Sua posição, como também destacamos, ancorada na melhor tradição do americanismo da Primeira República, foi afinal vitoriosa em Punta del Este, pois Cuba acabou por ser excluída do sistema interamericano. Diferentemente de San Tiago Dantas, para quem a política de conciliação com Cuba implicava admiração por suas reformas sociais, porém não pelo comunismo totalitário, os ex-chanceleres por tradição de ofício repudiavam a ideia de autonomia no tempo, no tempo futuro, para isso tendo de vincular a defesa da democracia tão-somente à agenda de segurança cara aos Estados Unidos na Guerra Fria. Entre o final do governo João Goulart e o começo da década de 1970, segundo veremos

⁸⁸ Como a própria nota esclarece, a falta de assinatura do ex-ministro Raul Fernandes não indicava discordância, mas abstenção, pois era membro da Comissão Jurídica Interamericana e assessor da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, podendo assim ser chamado a emitir juízo sobre a questão. Raul Fernandes dispensa maiores apresentações. Era um dos nomes mais tradicionais da diplomacia brasileira. Foi defensor de uma política de alinhamento automático com os Estados Unidos. Na condição de chanceler durante o governo Dutra, havia negociado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e rompido relações diplomáticas com a União Soviética (BARRETO FILHO, 2001, p. 172-189). Assim, dos quatro chanceleres que assinaram a nota, somente João Neves da Fontoura podia emular sua estrita fidelidade ao americanismo tradicional. Não surpreende, portanto, que as gestões de San Tiago Dantas que buscavam contemporizar com o regime cubano tenham despertado sua oposição completa. Apenas seu impedimento funcional, portanto, pois estava à disposição da própria OEA, explica a ausência de sua assinatura na nota d' *O Globo*.

nos capítulos seguintes, o processo autopoietico de profissionalização e autonomização do Itamaraty entrou em sua etapa final. Feita *contra a Casa de Rio Branco*, a PEI seria reinterpretada, mantido o neutralismo, rechaçadas a democracia e a emancipação social⁸⁹. Nesse processo, os políticos de matiz liberal-conservadora cederão pouco a pouco o comando do Itamaraty a diplomatas de carreira, cuja autonomia será garantida por meio da identificação corporativa com os militares, os quais assumirão o poder em 1964. Pode-se entender, portanto, por que a gestão de San Tiago Dantas, político progressista ligado ao trabalhismo, soou o alarme para que finalmente *profissionais* assumissem a chefia do Itamaraty. Com o primeiro deles – Araújo Castro – a PEI original será sepultada⁹⁰.

Em 1967, ano de enunciação da “diplomacia da prosperidade” de Costa e Silva, esse processo de esterilização entraria em sua etapa de maturação. Nesse mesmo ano, o diplomata José Osvaldo de Meira Penna publicou seu *Política externa: segurança e desenvolvimento*, onde apresentou seu ajuste de contas com a PEI de Jânio, San Tiago e Goulart, bem como com os intelectuais engajados. Conhecido por sua adesão tanto ao americanismo quanto ao liberal-conservadorismo, Meira Penna não havia recebido com

⁸⁹ Em interessante análise que relaciona a política externa à construção histórica de distintas ideias de Brasil, Santos reconhece a ruptura representada pela PEI em face do americanismo de Rio Branco. “A política externa de um país constitui-se, portanto, em elemento fundamental da identidade de uma nação. No caso brasileiro, a consolidação de algumas diretrizes identificadas com Rio Branco deu consistência, durabilidade e contornos definidos a *determinada identidade nacional*. A herança do Barão foi sendo continuamente reivindicada por seus sucessores, ainda que ganhando novas dimensões, com a questão do desenvolvimento. Só haverá uma *real ruptura com esse paradigma* a partir da década de 1960, com a chamada Política Externa Independente (PEI), de Jânio Quadros e João Goulart. [...] Com a PEI, o Brasil abandonou a aliança não escrita com os Estados Unidos e passou a se identificar concretamente com os países em desenvolvimento.” (grifos nossos) (SANTOS, 2010, p. 236-237) Apesar disso, o autor não busca contrastar as distintas ideias de Brasil presentes na construção interna da própria PEI, o que, em nossa visão, oporiam San Tiago Dantas a Araújo Castro.

⁹⁰ Mesmo que de passagem e sem maior aprofundamento, Doratioto e Vidigal reconhecem esse vínculo original entre a política interna e a PEI de San Tiago Dantas: “Uma observação adicional, relacionada ao processo político interno, foi a *versão que San Tiago Dantas deu a PEI*: além de promover o desenvolvimento econômico e favorecer a emancipação econômica do país, a PEI deveria propiciar ‘a reconciliação entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária’. A retórica esquerdista do chanceler do governo João Goulart estabelecia o vínculo entre desenvolvimento econômico, democracia e reforma social, o que *era não somente inédito na história da política exterior brasileira* como sinalizava para uma perspectiva de inserção internacional que não mais se repetiria nos governos militares e mesmo no período democrático mais recente. Expressões como emancipação econômica, opressão da classe trabalhadora e reforma social, sem dúvida, contribuíram para fortalecer a oposição conservadora ao governo Jango.” (grifos nossos) (DORATIOTO & VIDIGAL, p. 84, 2015). É importante salientar que essa observação está presente em uma obra dedicada à história da política externa do Brasil. Seu maior pecado é a brevidade. Em todo caso, parece-nos que os autores caminham no sentido de desmembrar a hipótese da “triade da PEI” presente em Saraiva, a qual não apenas entroniza a PEI como marco fundador da diplomacia brasileira, mas silencia a respeito das divergências de pensamento e formação entre os três chanceleres que a conduziram. Entretanto, se Doratioto e Vidigal não se recusam a relacionar política externa e política interna, por outro lado não problematizam a função específica de Araújo Castro na transição para o regime militar. Voltaremos a esse tema nos capítulos V e VI.

bom ânimo sua indicação como primeiro embaixador do Brasil na Nigéria, em 1963, posto que considerou desnecessário, fruto do entusiasmo demagógico de Jânio. Apoiou o golpe militar de 1964; no ano seguinte foi nomeado por Castello Branco embaixador em Israel. Na visão de Meira Penna (1967, p. 155-158), o começo da década havia sido marcado por um cenário de *perturbação ideológica*, em que o país estava à beira da bancarrota e da “república sindicalista”. Considera que a intenção dos presidentes de então, por meio da PEI, era *mudar os rumos da política externa brasileira e romper totalmente com a tradição*, porém não tiveram tempo suficiente para fazê-lo. Deplora o cerne doutrinário da PEI e do nacionalismo, situado na culpabilização dos Estados Unidos por tudo de errado que havia no país, assim como as medidas consequentes de solidariedade terceiro-mundista e admiração pelo exemplo heroico de Cuba. Mais do que isso, escarnece a “extraordinária empáfia e pretensão da intelectualidade adolescente [...] do defunto ISEB”, a qual, fascinada pelo marxismo e seu “caráter de absolutismo religioso”, almejava resolver todos os problemas do Brasil.

Como bom diplomata, Meira Penna caracterizava-se por seu aristocratismo e por um senso de realismo pragmático. Nesse sentido, entende o trabalho conceitual do ISEB – o que se poderia aplicar em maior ou menor medida a todo intelectual engajado – como uma atividade que submete os dados empíricos a fórmulas hegelianas de cunho mágico, através das quais pretende alterar a realidade social como um todo. Meira Penna (1967, p. 159-160) considera que os intelectuais caíram vítimas do “íncubo ideológico” do marxismo, “demônio da mentira” que os seduziu com “as ideias mais extravagantes e quiméricas, [...] aceitas com entusiasmo fanático, divulgadas e proclamadas com convicção suprema, sem qualquer espécie de exame crítico sobre o verdadeiro significado, lógica, relevância ou sentido de tais ideias.” Seu tom hiperbólico beneficiou-se evidentemente da visão retrospectiva. Conforme vimos, o que na década de 1950 era fundada esperança dos intelectuais no processo histórico, converteu-se, a partir de 1964, em ceticismo e necessidade de revisão conceitual. Bastante influenciado por Carl Jung, Meira Penna busca desvendar a psicopatologia da PEI, a qual interpreta como exemplo do mecanismo de ressentimento:

A intelligentzia ou intelectualidade revolucionária pode exercer esse mesmo papel de disseminação de ideias fantásticas – sendo ela própria a primeira vítima do íncubo ideológico. O motivo pelo qual o campo da política externa é o mais frequentemente atingido pelos fenômenos mórbidos acima referidos, pode ser encontrado no mecanismo de “projeção” ou “transferência”, já hoje bastante conhecido da psicologia analítica. [...] O sentimento de inferioridade, o ressentimento e a suposta “consciência autêntica” da exploração e servidão registram-se

principalmente nos países de tecnologia atrasada e precisamente porque estamos vivendo o grande século da revolução industrial mundial, da revolução tecnológica, da revolução das expectativas. O hábito de projeção e transferência de culpa sobre os Estados Unidos é assim suscetível de explicação em termos antropológicos e psicanalíticos. Os Estados Unidos são a nossa “sombra” porque constituíram, desde a proclamação da República do Brasil, o paradigma coletivo de nosso povo. [...] A transferência de culpa surgiu quando, ao constarmos as diferenças consideráveis existentes entre a riqueza e o avanço do paradigma americano e o nosso próprio subdesenvolvimento, quando comparamos o seu *know-how* com nossa ineficiência, o seu progresso com nosso atraso, fomos levados a projetar sobre ele toda a imensa bagagem reprimida de nossas inferioridades, de nossa miséria, de nosso analfabetismo e de nossa desordem. (PENNA, 1967, p. 161-162)

Em outras palavras, o intelectual engajado seria apenas um homem ressentido que *projeta no futuro um mundo melhor* para compensar no plano das ideias sua realidade atual de miséria ou de algum coletivo – povo, nação – que supõe representar. Na visão de Meira Penna (1967, p. 193), resultado do “incubo ideológico”, a atitude utópica desconhece as limitações da realidade social e busca atingir *fins inacessíveis que modifiquem as injustiças do mundo* e as imperfeições inerentes à condição humana, para o que lança mão de quaisquer meios. Assim, o embaixador deplora o que considera o uso ideológico da política externa, ou da canalização do ressentimento em direção à liderança norte-americana. Considera que o neutralismo era expediente de “chantagem diplomática” para conseguir favores dos dois lados do conflito na Guerra Fria, bem como meio de manobra da opinião pública interna. Nesse passo, assim como Dr. Vasco, entende que a PEI de Jânio foi uma tentativa de transferir sua demagogia ao âmbito da política internacional, de modo a fazer o povo melhor digerir suas reformas de austeridade econômica. Para Meira Penna (1967, p. 187), essa *arte do bifrontismo* atingiu seu ápice com San Tiago Dantas, o qual teria relacionado maquiavelicamente as políticas interna e externa, como quem acende uma vela a Deus e outra ao diabo⁹¹.

Pensado como sistema autopoietico, parece-nos que o Itamaraty trabalhou por determinar os termos da mediação discursiva entre o mundo externo – a sociedade e o próprio aparelho do Estado – e seu circuito fechado. No âmbito das práticas, conforme

⁹¹ O embaixador não tem meias-palavras: “Coube entretanto ao professor San Tiago Dantas, com aquele estilete de lógica que lhe proporcionava uma excepcional inteligência, exercer com o maior talento acrobático o complicado jogo maquiavélico que interrelaciona as política externa e interna. San Tiago foi o grande mestre do bifrontismo. [...] Era próspero advogado de grandes companhias estrangeiras, mas nunca foi chamado de entreguista; sócio de um dos mais ricos banqueiros do país, mas jamais considerado capitalista; dono do mais conservador de todos os jornais cariocas, mas jamais acusado de reacionário; frequentador dos mais finos círculos mundanos da cidade, mas nem por isso denunciado como burguês; herdeiro de uma das mais tradicionais famílias, sem ser qualificado de oligarca. Era líder trabalhista, era conselheiro do Senhor João Goulart, era prócere da reforma agrária e chanceler da ‘revolução’ em nossa política externa. [...] Foi ele quem vulgarizou a expressão ‘política externa independente’. Duvido, entretanto, que nos possamos moralmente contentar com quem acende uma vela a Deus e outra ao Diabo. De qualquer forma, a morte prematura do Grande Sedutor e a revolução de 31 de março não nos permitem julgar qual teria sido seu sucesso final.” (PENNA, 1967, p. 187-188)

vimos, a Casa de Rio Branco buscou responder a seu modo à necessidade de reforma do Estado, notável desde 1930, por meio da criação de um corpo diplomático profissional. No entanto, a instauração do Instituto Rio Branco buscou manter o aristocratismo tradicional através de mecanismos de homogeneização e filtragem social e geográfica dos novos quadros. Ao lado disso, o Itamaraty buscou rechaçar todas as tentativas de se estabelecer uma “diplomacia paralela” na esfera da presidência da República, desde logo consideradas *démarches* de amadores ineptos, desastrados ou excessivamente românticos. No âmbito discursivo, era preciso enfrentar a decadência do americanismo, absolutamente evidente na década de 1950. Uma vez mais, o mecanismo autopoiético pôs-se a funcionar. Inicialmente defensivo, o Itamaraty desqualificou o globalismo da PEI como açodamento ideológico. É claro que tal atitude também esteve amarrada a sua má vontade em relação às mudanças em curso na sociedade brasileira, as quais apontavam para a democratização do debate em política externa. Posteriormente, veremos que o globalismo foi esterilizado e reinterpretado à luz da política externa do regime militar, imune às ameaças ideológicas da PEI. Nesse processo, Araújo Castro será a figura-chave, situado entre Goulart e o golpe de 1964.

Veremos como Castro pode ter emulado a habilidade do próprio Barão. Segundo afirmamos, Rio Branco manteve um entendimento de *autonomia na norma* composto por dois elementos: emancipação política e segurança jurídica. De um lado, defender a soberania nacional; de outro, selar tratados de fronteiras. Nessa autonomia, há portanto uma *duplicidade* entre o político e o jurídico, entre poder e norma. Ao menos no caso do Brasil, é interessante notar como se processa uma segunda duplicidade – entre interno e externo. Estranhamente, o lado de *fora*, tocado pela aptidão negociadora dos diplomatas, é considerado o reino do estável, onde a norma tudo pode endireitar; o lado de *dentro*, ao contrário, surpreende o diplomata desterrado em terra própria, num exílio auto-imposto que o manteria afastado da barafunda do poder e da turbulência dos governos. Em um terceiro nível de duplicidade – aquele que opõe *antes* e *depois* – como vimos acima, cabe ao mecanismo de autopoiese conjurar a contingência por intermédio da “mudança na continuidade”. Entre os sucessores do Barão do Rio Branco, parece-nos que a autonomia na norma esclerosou-se em *nomonomia*. Entendemos que a nomonomia é a economia discursiva da *norma pela norma*, a qual é acionada constantemente não só para defender os conceitos restritos de segurança jurídica e emancipação política, senão também para pensar a imagem do Brasil apenas como *sujeito de Direito* ou ficção jurídica. Especialmente em períodos de crise de identidade institucional, como a que o

Itamaraty enfrentava desde a década de 1930, a nomonomia catalisa-se em *monomania* – ou seja, em fixação recursiva ao legado do Barão, do qual é preciso lembrar e lembrar. Em tais situações, sua progênie comporta-se como o príncipe Hamlet, cuja hesitação não era vencida sem a lembrança do fantasma do pai⁹².

Como vimos, o registro discursivo da crononomia busca submeter ao evento as estruturas e os ciclos de repetição. De sua parte, a nomonomia sempre encara com suspeição o fato novo. Dessa forma, os embates que descrevemos acima – a propósito da OPA, da Missão João Dantas e da Conferência de Punta del Este – não são meros desarranjos de episódio escolhidos e colhidos a dedo. Em um nível mais profundo de análise, parece-nos que são ilustrações do *conflito discursivo e de poder* que opunha abertamente crononomia e nomonomia desde meados da década de 1950 no Brasil. Do ponto de vista da nomonomia, as práticas de diplomacia paralela – porque submetiam a tradição à vontade – e de política externa *ideológica* – porque ameaçavam expandir sua ideia de emancipação política rumo ao âmbito social – eram sinais perigosos de heresia contagiosa. Por intermédio da autopoiese, o que se almejava era evitar que o *mudar* degenerasse em *romper*; era fazer com que o *mudar* fosse balizado pelo *continuar*. No estrato dos ciclos, era imperioso portanto garantir sua recorrência eterna para: (1) repetir os precedentes das gerações dos velhos fundadores – Rio Branco, Nabuco, Gusmão – *mesmo que irrepelíveis*, o que daria em imitação menor, paródia simples ou até mesmo inação nostálgica; (2) cumprir os ciclos de liturgia, o que demandaria sempre voltar a repetir os ritos – quaisquer que fossem, cerimônias ou ademanes –, na medida em que cada ato reiterado evocaria a presença inefável do Barão – mito fundador.

Pensemos agora o estrato profundo das estruturas por atravessamento do interno e externo. No âmbito interno, a nomonomia implicava *não denunciar* as estruturas de desigualdade provindas da colonização, uma vez que norma e justiça não se confundem. Como salientamos, o nascimento do corpo diplomático brasileiro no seio do estamento político imperial dotou-o de acentuada percepção aristocrática de si. Barões ou não, a carta de bacharel habilitava-os a julgar a realidade com base na norma fria e vazia, de modo a pensarem que a situação de miséria e analfabetismo em massa *era da ordem natural das coisas*. Há, contudo, como afirmamos, uma duplicidade entre norma e

⁹² “Lembrar de ti! Ah, pobre fantasma, enquanto a memória tiver um lugar neste globo alterado. Lembrar de ti! Ouve, vou apagar da lousa da minha memória todas as anotações frívolas ou pretensiosas, todas as ideias dos livros, todas as imagens, todas as impressões passadas, copiadas pela minha juventude e observação. No livro e no capítulo do meu cérebro viverá apenas o teu mandamento, sem mistura com qualquer matéria vil. Sim, pelo céu!” (SHAKESPEARE, 2012, p. 38)

poder. Em face da realidade, com pés no chão, a nomonomia implica pragmatismo e cautela em face do afã de se *mudar o mundo para melhor*, pois afinal ele sempre foi e *continua* sendo estruturalmente o mesmo. No âmbito externo, essa relação dúplice entre norma e poder é constitutiva da própria estrutura do sistema internacional, no qual os Estados são juridicamente iguais, mas dessemelhantes em potência. De fato, foram diplomatas – cortesãos ou príncipes – presentes em Vestfália (1648) ou Viena (1815) os *inventores* da ordem internacional como a conhecemos⁹³. Desde nossa Independência, nossos príncipes diplomados herdaram através do legado português todo o conjunto das práticas diplomáticas inventadas na Europa. A partir de 1964, como passaremos a ver na sequência, a nomonomia entrará em um processo acomodatório com a economia discursiva impregnada nas práticas e nas formulações conceituais de outro pensamento – o pensamento militar.

⁹³ Talvez Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, o príncipe de Talleyrand, represente o melhor exemplo dessa astuciosa capacidade da “mudança na continuidade”. Protótipo do diplomata, serviu como Ministro dos Negócios Estrangeiros da França em ocasiões políticas tão distintas como as da Revolução Francesa, do Império Napoleônico e da Restauração. Em 1815, como representante da França derrotada no Congresso de Viena, conseguiu por hábil negociação manter seu país no rol das grandes potências.

CAPÍTULO V

RETORNAR E DEFENDER

5.1 Autonomia e heteronomia

No presente capítulo, pretendemos delinear os elementos fundamentais do que consideramos tenha sido o conceito de autonomia formulado dentro do pensamento militar brasileiro a partir da década de 1950. Assim como fizemos no caso dos intelectuais, utilizaremos uma vez mais a oposição proposta por Koselleck entre conceito e contra-conceito (*Begriffe e Gegenbegriffe*) aplicados também à autonomia e heteronomia. Entretanto, no caso do pensamento dos militares, testaremos o emprego do par epistemológico dentro/fora ou amigo/inimigo, a fim de compreender a *prevalência do espaço* em sua estrutura conceitual. Com base no princípio foucaultiano do anonimato nivelador, parece-nos igualmente que, a despeito das distinções de posição existentes entre os autores militares a serem abordados, será possível identificar entre os mesmos uma formação discursiva, cujo índice de regularidade é o próprio conceito de autonomia no espaço. Segundo destaca Garcia (1997, p. 20-21), a importância de se analisar o pensamento desse segmento social decorre do vínculo necessário existente entre os militares e a política internacional. Tendo-se a preparação para a guerra como finalidade precípua das Forças Armadas, a elaboração da doutrina militar de um país está condicionada tanto pela conjuntura nacional em termos de poder mobilizável quanto pela internacional, marcada pela percepção de ameaças à segurança nacional. Em outras palavras, os militares situam-se exatamente na confluência do dentro/fora, seja porque os exércitos têm a missão de *defender* o país contra unidades externas, seja

porque as Forças Armadas, no desempenho de sua função, emergem no âmbito do Estado como ator importante na formulação de políticas e na tomada de decisões.

No caso do Brasil, a ligação entre os militares e a política internacional foi evidente a partir do Movimento de 1964. Entre fins da década de 1940 e princípios da década de 1960, suas ideias acerca da autonomia atingiram o ponto máximo de fermentação, em desafio aberto ao projeto de país desenhado pelos intelectuais que destacamos no terceiro capítulo. No que se refere aos diplomatas, conforme veremos, houve crescente movimento de acomodação e identificação recíproca. Fundada em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) foi sem dúvida um palco privilegiado para a discussão dos problemas brasileiros, com ênfase em segurança e desenvolvimento e sobretudo em um projeto de autonomia e ascensão do Brasil no cenário internacional. Entre os oficiais que fundaram a ESG, três destacam-se; ex-tenente da Coluna Prestes e membro da Força Expedicionária Brasileira (FEB), Cordeiro de Farias exerceu a função de militar-articulador, pois aproximou adeptos e fez a ponte de ligação com o Exército norte-americano, cuja doutrina militar exerceu importante influência sobre os militares brasileiros recém retornados da Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, Castello Branco representava o papel do militar profissional e legalista, professor de tática cuja atuação técnica na artilharia havia-se sobressaído na guerra. Sua presença na ESG dava aval para o grupo dentro do Exército. Também ex-tenente da Coluna Prestes, além de membro da UDN, Juarez Távora fazia a função oposta de militar-político, pois buscava estabelecer ligações com os civis (TREVISAN, 1985, p. 48-49).

Segundo Cordeiro de Farias (1981, p. 407-408), a ESG foi fundada sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, após a qual o conceito de guerra modificou-se e implicou a *ampliação do conceito de segurança nacional*. Nesse sentido, segundo o general, até aquele momento a guerra ficava circunscrita aos campos de batalha, onde se enfrentavam as tropas inimigas, longe, portanto, da população civil. Sobretudo em razão do desenvolvimento da aviação militar na Segunda Guerra, no entanto, a guerra tornou-se total e passou a atingir o país envolvido como um todo, seja por meio do bombardeio de objetivos militares, tais como instalações industriais e sistemas de comunicação e transporte, seja através dos bombardeios deliberados contra a população civil com vistas a desmoralizá-la psicologicamente e tentar forçar a rendição do inimigo. Depois da experiência da Segunda Guerra Mundial, portanto, todos, militares e civis, deveriam ser chamados a atuar em caso de conflito armado. Assim, a função precípua da ESG seria preparar a população com noções de segurança nacional no novo contexto da Guerra

Fria. Sob instrução do general César Obino, então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Cordeiro de Farias propôs-se a constituir a nova escola, a qual dirigiria em seus três primeiros anos de funcionamento, sob inspiração do National War College dos Estados Unidos. Nesse sentido, pretendia-se acumular na ESG estudos sobre problemas brasileiros, de modo a dar aos militares conhecimentos que ignoram na profissão, assim como dar aos civis informações sobre a vida militar:

A missão que o general Obino me deu foi a de organizar no Brasil uma única escola que integrasse as três funções das escolas norte-americanas no âmbito do Estado-Maior das Forças Armadas. Assim, a tarefa no Brasil seria mais difícil do que nos Estados Unidos. Lá existia uma escola para tratar dos problemas da produção bélica, o Industrial College, outro para formular estratégias, o War College, e uma terceira para integrar as três forças. No Brasil, um país pobre e de poucos recursos, nós decidimos criar um só estabelecimento para cobrir estas diferentes finalidades. No caso, a ESG. Segundo esse raciocínio, qual seria o objetivo principal da ESG? Criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco de lutas, mas transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. Dentro dessa orientação, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos do que os militares na guerra. (FARIAS, 1981, p. 413)

No âmbito da nova escola, profissionais de diferentes áreas, militares e civis, divididos em um corpo permanente e em um corpo de estagiários, procurariam trabalhar em grupos encarregados de estudar, discutir e propor soluções aos problemas brasileiros tendo a segurança nacional e o desenvolvimento como preocupações centrais. O que ressalta da fala de Cordeiro de Farias é a necessidade de se formarem no Brasil *elites dirigentes capazes*. Evidentemente, essa capacidade seria mensurada por sua adesão à premissa básica da ESG, segundo a qual a ameaça externa sentida não apenas na Segunda Guerra Mundial, mas sobretudo no novo contexto da Guerra Fria, implicaria ampliar os conceitos de guerra e de segurança nacional para bem mais além do que os assuntos estritos da profissão militar. Não surpreende que tenha sido Cordeiro de Farias, o mais político dos generais, o responsável por coordenar a fundação da escola. O que se percebe, além disso, é que o ISEB, criado em 1955 como uma “Escola Superior da Paz”, deveria trabalhar de modo a rivalizar com a ESG no diagnóstico e nas soluções propostas aos mesmos problemas existentes no Brasil, na medida em que seu ponto de partida não eram os imperativos de segurança nacional, porém a necessidade de efetivar a emancipação do país por meio de uma revolução nacional burguesa. Mais organizada, a ESG buscou intervir indiretamente através da formação de novas elites dirigentes mais afeitas a suas ideias. Por sua vez, conforme vimos, o sucesso da estratégia de penetração política do ISEB dependeu, até o final da década de 1950, dos bons auspícios do

governo Kubitschek, após o que o Instituto radicalizou-se na luta extraparlamentar que marcou os últimos anos da democracia populista no Brasil.

Entre 1949 e 1960, o desenvolvimento da ESG contou com o auxílio de uma missão de ajuda do National War College no Brasil. Em que pese a influência que a doutrina militar norte-americana exerceu sobre os brasileiros da FEB, bem como sua subsequente doutrina de contenção ao comunismo, não se pode em absoluto afirmar que a ESG tenha simplesmente mimetizado o War College, tampouco que os oficiais brasileiros tenham sido fantoches de diretrizes norte-americanas. Por exemplo, a inclusão de civis nos cursos da ESG, essencial para seus propósitos, foi feita sob oposição dos conselheiros norte-americanos. Mais do que isso, o pensamento militar esguiano encontrava raízes no próprio pensamento militar brasileiro. Segundo salienta Trevisan (1985, p. 37-42), Góes Monteiro, homem forte da Revolução de 1930 e pilar fundamental do golpe do Estado Novo, foi o primeiro militar a conscientemente estender a função das Forças Armadas para além de suas obrigações profissionais, vendo-as como agente indispensável para a construção do país, o que naturalmente colocaria os militares em posição de destaque também no âmbito da política externa. A Doutrina Góes pressupunha a existência de um Estado forte, voltado a planejar e executar uma política coerente apta a disciplinar o corpo social, gerar desenvolvimento econômico e erigir uma *defesa* nacional sólida e eficiente, o que implicaria que a função privativa do militar fosse transmitida aos civis, ou a toda a sociedade.

Nesse sentido, afirma Miyamoto (1995, p. 78-80) que a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), tema principal dos estudos da ESG, é resultado da própria evolução das Forças Armadas como instituição no Brasil. Em primeiro lugar, a DSN presumia que somente um Estado autoritário poderia resolver os problemas do Brasil, na medida em que suas elites careciam de preparo, e o país não possuía nível suficiente de organização para enfrentá-los. Nesse ponto, é evidente a influência recebida do positivismo republicano, assim como de autores como Alberto Torres e Oliveira Viana, ambos da Primeira República, os quais, conforme veremos, exerceram grande inspiração sobre Juarez Távora. Além disso, desde a vinda da Missão Francesa, em 1919, a formação dos oficiais brasileiros aprimorou-se e a profissionalização militar foi aprofundada. Na década de 1920, novos tenentes, tais como Cordeiro e Távora, insurgiram-se contra os oficiais mais antigos, considerados incompetentes pois sua formação provinha de um período de baixa profissionalização. A geração intermediária de oficiais, composta por Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, teria a tarefa de fazer a

Revolução de 1930 e cooptar ou neutralizar os mais jovens. À diferença do que sucede com as gerações de intelectuais, conforme vimos, as quais buscam romper com as anteriores de modo a colocarem-se no limiar de algo absolutamente novo, onde prevalece o par antes/depois, os militares, apesar das divergências, primam por um tipo de modernização que mantenha sua unidade e possa de algum modo fazer retornar no tempo aspectos da tradição. Assim, a corporação militar consegue reafirmar-se a despeito da ruptura, como *espaço resistente ao tempo*.

Em 1949, o tenente-coronel Idálio Sardenberg, fundador da ESG tal como Cordeiro, emitiu documento em que esclareceu os sete princípios de atuação da escola, os quais define como *verdades fundamentais* que demandam exata compreensão. O primeiro deles sinaliza a nova acepção estendida para o conceito de segurança nacional, o qual ultrapassa os aspectos estritamente militares e deve voltar-se ao potencial do país nos campos demográfico, econômico e financeiro. A partir disso, Sardenberg extrai em favor das Forças Armadas um corolário de direito-dever; por um lado, os responsáveis pela segurança nacional têm o *dever de zelar* pelo desenvolvimento do Brasil; por outro, têm o *direito de intervir* nesse processo. Na inteligência do segundo princípio da ESG, afirma o tenente-coronel que o Brasil possui os requisitos básicos indispensáveis – tais como área, população e recursos – para *se tornar uma grande potência*. Em sua visão, o país não havia ainda se tornado o que deveria ser porque seu ritmo de ascensão havia sido retardado por obstáculos, os quais seria forçoso transpor. Em consequência, o terceiro princípio conclui que sua remoção era condição para a aceleração do processo de desenvolvimento. Na visão dos militares, tais óbices eram de responsabilidade de lideranças incapazes. Nesse sentido, o quarto princípio amarra o raciocínio lógico de Sardenberg. A aceleração do desenvolvimento dependeria da formação de um grupo selecionado de elite apto a assumir os encargos de construção da potência nacional. Caberia à nova escola, portanto, formá-los (SARDENBERG, 1995, p. 231-233)⁹⁴. Por

⁹⁴ “O aspecto intelectual ou de direção é o mais importante e o mais difícil. Exige ele a existência de um grupo selecionado ou elite, capaz de assumir os encargos da direção e de administração do esforço nacional de construção. A matéria-prima para a constituição dessa elite existe no Brasil e é constituída das personalidades de relevo nos meios civis e militares, entre as quais algumas se destacam por alto nível de cultura geral, como tal encarado o conhecimento geral da vida e não o preparo simplesmente livresco. Faltam-lhes o hábito de trabalho de conjunto e o domínio de uma técnica racional de solução dos problemas, ou seja, a posse de um processo de aplicação da energia.” (SARDENBERG, 1995, p. 233) Os três últimos princípios da ESG definem a nova escola como um ambiente privilegiado para o trabalho em conjunto, como afirmamos, por meio da formação de grupos de estudo dos problemas brasileiros. Como veremos, será essencial a definição de um método racional de abordagem, o qual colherá do pensamento e da prática militares sua visão de mundo cartesiana e estratégica. É interessante notar que tanto ESG como ISEB – duas escolas uma de costas para outra – convergem na condenação do conhecimento livresco ou

ora, devemos reter em mente os seguintes elementos encadeados: (1) o novo conceito de segurança nacional implica o direito-dever de intervenção das Forças Armadas no processo de desenvolvimento; (2) esse processo aspira a converter o Brasil em grande potência; (3) o atraso histórico na ascensão internacional do país resulta da incapacidade das elites disponíveis. Conforme veremos mais abaixo, essas ideias conformarão o núcleo discursivo da autonomia no pensamento militar, assim como suas opções de política prática, até a década de 1970.

Se a Escola Superior de Guerra primou pelo engajamento entre militares e civis, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecida em definitivo em 1951, buscava desvincilhar-se dos civis, ou “paisanos”, com o objetivo de formar militares profissionais desvinculados do jogo político. Coube a José Pessoa, nomeado logo após a Revolução de 1930 como comandante da então chamada Escola Militar do Realengo, dar início à reforma que terminou o processo de profissionalização do Exército no Brasil. De acordo com Castro (2002, s/p), a reforma de Pessoa pretendia aumentar o grau de homogeneidade dos futuros oficiais, para o que seria preciso incrementar e definir rigorosamente as regras da disciplina militar, que une, e afastá-los da política, que divide. À medida que se apertava a disciplina sobre os corpos dentro do espaço da academia militar, a reforma também primava por reformular a mentalidade desses novos oficiais por meio do retorno de símbolos da tradição do Exército. Nesse sentido, Pessoa resgatou o título de cadete para denominar os alunos, o qual estava em desuso desde o fim do século XIX, de modo a criar uma nova elite social de oficiais, uma “aristocracia por mérito”. É também interessante notar o que a transferência da escola do Realengo para o pico das Agulhas Negras joga em termos de *espaço físico e simbólico*. Como bem destaca Castro (2002, s/p), situada na cidade de Resende, no Rio de Janeiro, a montanha faz parte do maciço central brasileiro, espinha dorsal do território nacional, e possui idade geológica muito antiga. Assim, longe das agitações do subúrbio carioca do Realengo, o pico representaria a unidade nacional e as tradições do Exército. Dentro do contexto da Revolução de 1930, e mais claramente do Estado Novo, o Exército buscava identificar-se com a pátria e a nação, a fim de neutralizar as divisões ideológicas.

da erudição diletante sem aplicação concreta. Mas a convergência para por aí. Segundo vimos, o ambiente de liberdade intelectual reinante no ISEB redundou em autólise; a ausência de princípios ou verdades fundamentais sobre o capital estrangeiro logo colocou Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos em lados opostos e inconciliáveis. A escola começava seu rápido processo de dissolução, radicalizado a partir de 1961. Se na ESG não havia liberdade para se por em questão seus princípios basilares de funcionamento, havia por outro lado ordem e disciplina capazes de garantir sua resiliência e permanência no espaço do tempo. No fim das contas, a oposição entre as duas instituições desnuda o velho dilema entre liberdade e ordem, emancipação e segurança. Não é possível manter-se em pé com um pé em cada lado.

Em seu estudo sobre a formação do “espírito militar”, ou a identidade social dos militares no Brasil, Castro (2004, p. 20-38) salienta que a infinidade de detalhes das regras disciplinares que regulava o dia-a-dia dos cadetes da AMAN, ingressantes em um curso de quatro anos em regime de internato, pretendia homogeneizá-los e eliminar o tanto quanto possível suas experiências individuais anteriores. De maneira a reforçar o senso de unidade, as refeições, estudos, exercícios militares e descanso nos alojamentos deveriam ser feitos em grupos, em horários rígidos. Sinais de individualidade, tais como usar barba ou bigode, perambular sozinho ou afixar cartazes nos dormitórios não seriam permitidos. Aplicado aos cadetes do primeiro ano, o trote teria a função de humilhar os “bichos”, eliminando sua identidade civil, para em seguida fazê-los readquirir o senso de dignidade pessoal através da farda, uma vez vencido esse rito de passagem que dá início a sua ressocialização. É importante notar, de acordo com Castro (2004, p. 48-51), que a identidade social do militar constrói-se pela *oposição espacial* dentro/fora em relação ao “paisano”, termo pejorativo equivalente a “milico”. Dentro da AMAN, haveria profissionalismo, competência, disciplina, ordem e a verdadeira liberdade. No mundo civil de fora, haveria falta de profissionalismo e competência, displicência, desordem e falsa liberdade. Dessa forma, a autonomia do militar, ou essa *verdadeira liberdade*, tem lugar exatamente na medida em que respeita a disciplina e a hierarquia, não apenas porque seus superiores também têm sua autoridade presa a regras, mas também porque todos são oficiais que compartilham o mesmo “espírito militar”, porém em estágios distintos da mesma carreira. De outra parte, o militar exerce autonomia porque em seu dever funcional exterioriza a autonomia mesma da pátria e da nação.

No plano simbólico, o reforço da hierarquia, da disciplina e da tradição dentro do Exército implicou o estabelecimento, desde 1923, do “culto a Caxias”, não somente como eco do fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, cujos alunos haviam tomado parte na Revolta da Vacina, em 1904, mas principalmente no contexto dos levantes tenentistas. Desde a Guerra do Paraguai, o aniversário da Batalha de Tuiuti, cujo maior herói foi Osório, era celebrado como a mais importante efeméride militar. Em 1925, Caxias tornou-se patrono da turma de oficiais disciplinados que se formava na Escola Militar do Realengo, em oposição aos alunos expulsos por envolvimento na agitação tenentista. Nesse mesmo ano, passou a ser oficialmente comemorado o Dia do Soldado em 25 de agosto, data de nascimento do pacificador. Na década de 1930, no contexto da reforma de José Pessoa, Caxias, estrategista, cadete aristocrata do Segundo Império, passaria a representar o modelo do soldado brasileiro, especialmente como

símbolo da autoridade, da disciplina e da unidade nacional acima dos partidos políticos. Mais do que isso, coube a Góes Monteiro, a partir da repressão à Intentona Comunista, oriunda de dentro dos próprios quartéis em 1935, associar a figura de Caxias ao combate à subversão, em um processo de institucionalização da ideologia anticomunista nas Forças Armadas, aspecto fundamental ao conceito de segurança nacional que seria cristalizado na década de 1950. Desde logo, os comunistas aderentes ao levante seriam considerados “traidores da pátria” a serviço de Moscou. Os militares sublevados em 1935, dos quais Luís Carlos Prestes foi o nome principal, teriam traído não somente sua pátria, mas a própria instituição, a hierarquia e a disciplina (CASTRO, 2002, s/p).

Pensamos que essa estrutura espacial dentro/fora, que informa o entendimento da autonomia entre os militares, apresenta uma *ambiguidade* que se pode discernir no caso brasileiro. Por um lado, como ilustramos no exemplo da AMAN, forma-se o militar profissional, que se mantém *dentro* da caserna afeito aos assuntos estritamente funcionais. Por outro, tendo-se em conta que a instituição militar pretende representar a pátria e a nação, emerge a necessidade de que o militar intervenha na política de modo a planejar o desenvolvimento do país, o que implica estar *fora* da caserna e colocar-se em contato próximo com os civis, o que caracterizou sobretudo a missão da ESG. Tal situação é bastante clara no caso do Brasil, país que ainda na década de 1950 precisava ser *construído por dentro*, assim como *protegido* de eventuais agressões, reais ou presumidas, vindas *de fora*. O dilema que se apresenta entre as tarefas do militar profissional e do militar político, no limite tarefas incompatíveis, parece responder por um padrão cíclico de saída e *retorno* dos militares à caserna, alternância que marcou a vida política brasileira até 1964. A solução instável para esse problema deveria passar pelo estabelecimento de um governo autoritário, no qual as Forças Armadas, sinônimo da unidade nacional, deveriam suprimir a divisão ideológica causada pela disputa político-partidária. Em outras palavras, ou disciplina dentro da caserna, ou disciplina fora dela, estendida a todo o país como sociedade disciplinar. De um lado, a autonomia seria exercida no marco da disciplina estabelecida nesses dois cenários, como liberdade verdadeira; de outro, a heteronomia seria situada na deserção, no quinta-colunismo, na liberdade falsa instigada pelo comunismo, ideologia antinacional.

Em conferência proferida em 1955, quando chefiava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), etapa final na formação de ensino dos oficiais que almejam o generalato, Castello Branco (1968, p. 271-281) situou o problema dessa ambiguidade na predominância periódica que a mentalidade miliciana obteve entre os

militares, os quais se viam envolvidos nas agitações do espírito político oriundo dos civis. Defensor do espírito militar, o qual se identifica com a mentalidade profissional, Castello considera-o muito mais democrático do que o espírito miliciano, e o relaciona às vitórias de Caxias contra Solano López e da FEB contra o totalitarismo nazista. De outra parte, deplora a ascensão periódica do espírito miliciano, pois a política partidária tem tendências dissociativas que precarizam o serviço militar profissional e submetem a promoção de oficiais a critérios de confiança política. De acordo com Castello, o levante tenentista, movido sob a bandeira de que um golpe militar deveria regenerar as instituições republicanas, bem como a posterior ditadura do Estado Novo, mantida com o auxílio do Exército, fizeram alastrar-se o espírito miliciano e desgastaram no meio militar suas características democráticas. Na década de 1950, discerne outros abalos causados pelo espírito miliciano, por exemplo, a atuação partidária dentro do Clube Militar e “a mocidade que o meio civil envia para a AMAN, [a qual] não tem espírito moço, é precária mesmo.” Segundo Castello, o dilema existente entre os espíritos miliciano e militar *crystaliza-se em um drama*: ou optar pela ditadura e desmoralizar profissionalmente o Exército, ou manter uma legalidade precária que atenda a interesses de baixo partidarismo. Assim, considera necessário que se domine de vez a mentalidade miliciano, “pois [n]um regime de força não haverá recuperações.”

Não sujeito aos rigores da disciplina do quadro hierárquico do Exército, o Clube Militar, entidade recreativa de caráter privado, foi fundado por ocasião da chamada Questão Militar, em 1887, posicionando-se abertamente a favor do republicanismo e da Abolição. No começo da década de 1950, o clube voltou a envolver os militares em outro debate de ampla repercussão nacional, o debate em torno do monopólio estatal do petróleo. Nas eleições para sua diretoria em maio de 1950, opuseram-se a chapa liderada por Cordeiro de Farias, recém vindo da fundação da ESG, a qual tinha em Juarez Távora o principal antagonista do monopólio estatal, e a chapa encabeçada por Estillac Leal, apoiado pelo general Horta Barbosa, primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo, criado em 1938, e feroz defensor da tese contrária. Em outras palavras, a questão do petróleo não apenas envolveria os militares no redemoinho do debate do desenvolvimento, colocando-os em contato com a perigosa luta política entre getulismo e udenismo, mas principalmente ameaçaria extravasar a divisão presente no Clube Militar em direção à própria corporação militar, pondo em risco a unidade e a hierarquia do Exército. Em entrevista ao CPDOC, salienta Nelson Werneck Sodré:

Agora, como se manifestava a opinião militar de desapeço por Dutra? Não tinha meios para se manifestar, justamente porque o Exército é uma comunidade fechada, como se diz nesse sociologismo. Mas o Clube Militar atendeu providencialmente a esta necessidade desde o tempo da candidatura José Pessoa e da presidência José Pessoa, inimigo de Dutra e eleito porque era inimigo de Dutra. Então, o que fez o Clube Militar? Captou esse desapeço por Dutra, canalizou e expressou esse desapeço por Dutra. Então desempenhou um papel importante, politicamente independente de tese de monopólio. [...] Como lembrei aqui, a abertura do Clube Militar à questão do petróleo se deu com os debates entre Juarez e Horta. E os defensores da tese do monopólio levantaram para a direção, que era do general Obino, argumentando com o general Obino que era preciso abrir os salões do Clube, porque os militares estavam sendo espaldejados na rua, mas particularmente para dar lugar às duas correntes para discutirem, para debaterem. E foi esta a razão pela qual o general Obino – que não era partidário da tese do monopólio estatal mas era um homem democrático – abriu os salões para falarem Juarez, de um lado, e Horta Barbosa, de outro. A questão era colocar o debate de uma forma aberta, democrática. (SODRÉ, 1988, p. 18-27)

Nas eleições de 1950, Estillac Leal obteve expressiva vitória sobre Cordeiro de Farias. Por ocasião da Guerra da Coreia, entretanto, voltaram a inflamar-se os debates *dentro* e *fora* do Clube Militar. No primeiro exemplar da *Revista do Clube Militar* editada sob a nova diretoria, na direção cultural do próprio Sodré, integrante da chapa vitoriosa, sobrevieram artigos de protestos contra o envio de tropas brasileiras à Ásia, em oposição à ingerência norte-americana sobre os assuntos do país. Conforme destaca Trevisan (1985, p. 62-63), nesse turbulento contexto internacional da Guerra Fria, a circulação da revista acabou por gerar um manifesto com a assinatura de 600 oficiais, o qual denunciava o teor “russófilo” dos artigos. Na posição de presidente e comandante das Forças Armadas, Dutra transferiu para fora do Rio Janeiro os membros da diretoria do Clube Militar, dando respaldo ao manifesto. Pouco tempo depois, Vargas tomou posse e indicou Estillac Leal como seu novo ministro da Guerra, o que agravaria o ambiente de enfrentamento no Exército, *engolfado no mundo de fora*, onde os civis, no Congresso Nacional, na imprensa e nas ruas debatiam intensamente a questão do petróleo. Não reeleito à diretoria do Clube Militar em 1952, negociado o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos a sua revelia por João Neves da Fontoura, Estillac exonerou-se enfraquecido no Ministério da Guerra. Em 1951, dada a repercussão negativa de suas posições contra a Guerra da Coreia, Sodré seria afastado de suas funções de professor de história militar na ECEME. Figura limítrofe, aderiu ao marxismo e participou da fundação do ISEB, como vimos, tendo passado para a reserva em 1961. Na contramão do “espírito militar”, Sodré acabou convertido em intelectual engajado típico.

De acordo com Cervo e Bueno (2011, p. 293-304), exacerbou-se no segundo governo Vargas a polarização na opinião nacional e dentro das Forças Armadas, por meio do embate entre nacionalistas e “entreguistas”, assim rotulados por sua concepção

mais liberal a respeito da participação do capital estrangeiro na economia brasileira, ponto controverso envolvido no processo de constituição da Petrobrás. Assinado em 1952, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos previa que, em caso de agressão externa, os norte-americanos forneceriam armamentos, financiamento e treinamento ao Brasil em troca de matérias-primas estratégicas. Por um lado, a aprovação da lei da Petrobrás sob regime de monopólio estatal agradou os setores nacionalistas das Forças Armadas; por outro, o Acordo Militar foi considerado “entreguista”, pois somente atenderia a interesses norte-americanos. Sob os auspícios do Itamaraty, na chefia de João Neves, americanista convicto, o Brasil selou acordos para o fornecimento de tório e de areias monazíticas aos Estados Unidos, porém sem a garantia das “compensações específicas”, que resultariam na transferência de tecnologia e aquisição facilitada de equipamentos para o desenvolvimento da energia nuclear no país em troca da exportação dos minerais atômicos. Em 1954, como alternativa, o CNPq, presidido por Álvaro Alberto, almirante da Marinha, negociou com firmas alemãs a compra de três ultracentrífugas para a separação de urânio, as quais no entanto não puderam ser entregues, pois sua fabricação violava o estatuto de ocupação alemã oriundo da Segunda Guerra Mundial.

Na visão de Vizentini (2003, p. 13), o período compreendido entre o segundo governo Vargas e o golpe militar de 1964 foi caracterizado pela luta entre dois projetos, o dos nacionalistas e o dos “entreguistas”. Inspirado pela CEPAL e catalisado pelo ISEB, o primeiro buscava margem de autonomia em relação aos Estados Unidos com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento industrial e a reforma social. O projeto dos “entreguistas”, ao contrário, baseado na ESG e no liberalismo econômico, destacava as vantagens da agricultura e da agenda de segurança propagada pelos Estados Unidos. De nossa parte, pensamos ser necessário *qualificar a polarização* nacionalistas versus “entreguistas”. Conforme vimos no terceiro capítulo, a dicotomia apresentada por Cervo e Bueno e por Vizentini é certamente a mesma dos intelectuais engajados da década de 1950. Dentro da instituição militar, contudo, identificada com a pátria e a nação, *todos advogavam o nacionalismo*. Em lugar de se reinvestir na caricatura do “entreguismo”, parece-nos necessário entender que havia uma luta mais complexa em torno do conteúdo semântico do conceito de nacionalismo, a qual envolvia tanto os intelectuais que criariam a ideologia do nacional-desenvolvimentismo quanto a própria corporação militar. Nesse sentido, o “entreguismo” funcionava dentro do debate político ou como um contra-conceito associado pelos intelectuais àqueles adversários simpáticos ao capital estrangeiro e favoráveis à estratégia de segurança norte-americana; ou como um

contra-conceito associado pelos militares aos oponentes no debate político acusados de “quinta-colunismo” e considerados abertos à infiltração antinacional comunista.

Quem enunciava esses contra-conceitos fazia-os assimetricamente, de maneira a depreciar seus adversários e reservar a si e a *sua identidade* social a melhor versão dos conceitos de nacionalismo e autonomia. Nesse jogo político e semântico, portanto, o “entreguismo” é um contra-conceito móvel e perspectivo. Essa disputa em torno do nacionalismo e da autonomia existia, de modo evidente, entre militares e intelectuais engajados, entre o mundo de dentro da caserna e o mundo de fora dos civis. No começo da década de 1950, segundo salientamos, os debates do Clube Militar, cuja natureza e regulamento próprio o situavam em relativa liberdade em face da instituição militar, trouxeram essa polarização entre militares e civis para dentro do Exército, o que colocava em risco sua unidade. Esse debate do nacionalismo também dividiu os próprios intelectuais engajados. No seio do ISEB, em 1958, a crise que opôs Jaguaribe e Guerreiro Ramos no tema do capital estrangeiro talvez seja a melhor ilustração desse fenômeno. Ocorre, contudo, que o intelectual, “espírito livre”, responde apenas por suas opiniões individuais. Assim, a crise do ISEB acabaria por encaminhar o afrouxamento e a extinção do Instituto, assim como a dispersão de seus integrantes. No caso do Exército, em que pesem as disputas internas, prevaleceria o “espírito militar”, ou a unidade da corporação por sobre as identidades e opiniões dos oficiais⁹⁵. Caso-limite, Nelson Werneck Sodré, premido entre o sabre e a pena, é um contraexemplo adequado,

⁹⁵ Assim, vejamos como Cordeiro relata o episódio das eleições de 1950 para o Clube Militar, onde parece não soar como bom perdedor: “Por que perdi? Ora, eleição é uma questão de simpatia do eleitorado. Mas, no caso, houve um fato novo. Os partidários de Estillac – acredito que à *sua própria revelia* – fizeram um grande número de sócios novos, transformando em eleitores cerca de mil sargentos que tinham sido promovidos a segundos tenentes. Estillac e eu *éramos amigos*, conversávamos muito e assumimos uma série de compromissos. Fomos incrivelmente surpreendidos pelos resultados, determinados pela avalanche de eleitores novos que votaram nele. A *manobra* foi organizada por militares de tendência socialista, para não dizer comunista. Aqui no Rio tive a maioria dos votos até a patente de capitão; a avalanche dos segundos tenentes é que me derrotou. [...] Mas Estillac, embora com ideias socialistas, *não tinha uma posição ideológica firme*. Foi levado pela maré, permitindo que o Clube Militar se transformasse num *centro de agitação socialista*.” (grifos nossos) (FARIAS, 1981, p. 435-437) Notemos como Cordeiro exime Estillac Leal por sua derrota. Podemos explicar sua posição não apenas porque ambos eram amigos, mas porque *reconheciam-se como iguais*, como dois oficiais que ocupavam a mesma patente de general na carreira militar. Por outro lado, Cordeiro atribui sua derrota a uma *traição ou manobra vinda de fora* do Clube Militar associada à ideologia comunista. Ao lado disso, busca distinguir-se dos oficiais recém promovidos, pois eram sargentos de véspera. Desse modo, ao contrário das disputas eleitorais entre civis, nas quais cada candidato demoniza seu opositor como adversário, a mentalidade militar constantemente submete as divisões à unidade do “espírito militar” e busca conjurar as ameaças de quebra de hierarquia vindas de baixo. Em outras palavras, da perspectiva de Cordeiro, seria possível dizer que o nacionalismo – de sua chapa ou da chapa de Estillac – *perdeu as eleições para o entreguismo*, associado ao quinta-colunismo dos oficiais de baixa patente e sargentos que manobram inadvertidamente a vitória de Estillac Leal. Nesse sentido, não nos convence a reificação dos conceitos de nacionalismo e de “entreguismo” presente na historiografia, a qual apenas assume a visão dos intelectuais nacionalistas da década de 1950, situados do *lado de fora* da corporação militar.

na medida em que a sustentação obstinada de suas opiniões pessoais favoráveis ao marxismo fizeram-no finalmente gravitar para o mundo de fora.

Na eleição para o Clube Militar que se realizou em maio de 1952, opuseram-se duas chapas igualmente autodeclaradas como nacionalistas. Por um lado, Estillac Leal buscou reeleger-se com um programa de “nacionalismo autêntico”, pautado pela defesa contumaz da exploração estatal do petróleo e dos recursos minerais do país. Por outro, apoiado pela ESG, o general Alcides Etchegoyen, candidato da chapa oposta, defendia um programa de “nacionalismo racional”, o qual propunha afastar do Clube atividades que afetassem a segurança interna, bem como assuntos político-partidários capazes de provocar dissensões entre os sócios. Vencedor da eleição, Etchegoyen confirmou que o debate do petróleo, o qual grassava nas ruas, não seria mais discutido dentro do Clube Militar (TREVISAN, 1985, p. 63-64). É interessante ressaltar, segundo lembra Hirst (1990, p. 46-47), que o projeto de lei enviado por Vargas ao Congresso previa a criação da Petrobrás como empresa de economia mista, com o estabelecimento de percentagem fixa de participação entre o capital nacional e o capital estrangeiro, para poder situar-se entre os grupos militares em conflito, bem como conter a hostilidade norte-americana e manter seu respaldo popular. A aprovação do projeto em regime de monopólio estatal dependeu do decisivo e paradoxal apoio da UDN, momentaneamente esquecida de sua orientação liberal, visando aproveitar a febre nacionalista no país e desgastar Vargas. Em outras palavras, o debate político é mais complicado do que parece à primeira vista, e a utilização estanque das categorias “nacionalista” e “entreguista” não satisfaz. Do ponto de vista do Exército, conforme temos apontado, as dissensões vindas do mundo civil acabavam por ceder ao imperativo da unidade da corporação. Em palestra realizada em 1962, na Escola de Comando e Estado-Maior, Castello Branco esclarece:

Na opinião do Prof. Guerreiro Ramos, surgem no Brasil duas direções opostas: a complementaridade ou a autodeterminação. Essa divisão ideológica não poderia deixar de atingir nossas Forças Armadas, o que, longe de ser um sintoma nefasto, é antes salutar indício de que não estão marginalizados no meio brasileiro. Parece colocar a complementaridade na ideologia “entreguista” e a autodeterminação na ideologia “nacionalista”. É difícil dizer que a sua ideologia “entreguista” é a democrática e a “nacionalista” é a comunista. De qualquer maneira, o conferencista [Guerreiro Ramos] vê as Forças Armadas ideologicamente divididas. [...] Mas isso não é uma luta ideológica no interior do Exército. [...] As divisões que têm lavrado no Exército são mais consequências de lutas político-partidárias do que separações político-partidárias existentes nos meios militares. No passado, tais divergências logo desapareciam. [...] *Legalistas* e *revoltosos*, a partir de 1922 e por pouco tempo. Em 1930, surge a alternativa *revolucionários* e *anti-revolucionários*, que desaparece pouco a pouco. A partir de 1955, *governistas* e *golpistas*, em meio a ódios e ressentimentos mantidos pelos comunistas e pela política partidária fardada e à paisana. Em seguida, esses mesmos elementos lançaram a injúria sobre o Exército de que seus oficiais se dividiam entre *nacionalistas* e *entreguistas*, quando a oficialidade era fiel à honra do Brasil e à sua independência política e econômica. Agora [em 1961], renasce a teimosia, com a

divisão alardeada em *legalistas* e *golpistas*. Polítiques e comunistas estão interessados em que tal existe. Isso amofina o Exército. [...] O espírito militar vigoroso constitui o revestimento das Forças Armadas, um dos seus meios atuantes de invulnerabilidade a ideias dissociadoras. (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 217-221)

Segundo Castello (1968, p. 196-209), no caso dos países subdesenvolvidos, os nacionalismos político e econômico sempre possuem um sentido reivindicador e podem agir entrosados, pois “uma independência política por si só não promove a emancipação econômica, cujo processo é longo e complexo.” Arma emancipadora, o nacionalismo econômico volta-se a três elementos essenciais ao interesse nacional: a energia, o petróleo e os minerais atômicos. Nesse aspecto, o problema situa-se na conveniência da colaboração do capital estrangeiro, na medida em que seu interesse costuma orientar-se a uma economia complementar em atrito com a ideia nacional de superação do atraso. Adepto de uma análise racional e não demagógica no nacionalismo, o que curiosamente o aproxima de Helio Jaguaribe, Castello sustenta que o nacionalismo econômico deve estabelecer em cada caso o tipo de participação do capital estrangeiro, sem atribuir-lhe liberdade de movimento, tampouco “ser suicida, hostil à colaboração estrangeira em capitais e técnicos, nem isolar-se da economia internacional.” Em sua visão, o pior mal situa-se na relação que se estabelece entre o comunismo soviético e o nacionalismo de uma nação não comunista. Embora legítimo, o nacionalismo político e econômico de um país subdesenvolvido apresenta riscos quando, sob a ação de grupos comunistas, torna-se teleguiado ao internacionalismo ideológico soviético, o que ocasiona divisão interna e desencontro entre as elites e as massas. Nesse sentido, Castello Branco afirma a necessidade de se submeter o nacionalismo, postura política, à Nação, depositária da postura cívica. Em outras palavras, o nacionalismo, conceito ideológico de movimento, de emancipação no tempo, deveria ser condicionado pela Nação, fixa no espaço.

Com base nas hipóteses da história dos conceitos alemã, as quais detalhamos anteriormente, podemos afirmar que também estava em curso no Brasil da década de 1950 o processo de ideologização (*Ideologiesierbarkeit*), caracterizado pela agregação dos conceitos políticos e sociais em ideologias ou “ismos”. Evidentemente, a busca por separação espacial dos militares em relação ao mundo dos civis não os isolava desse fenômeno, tal como o próprio Castello Branco admite, ao reconhecer nisso indício de que as Forças Armadas não estavam marginalizadas no meio brasileiro. Parece-nos que o episódio das eleições do Clube Militar, em 1950, bem como a rápida dispersão do debate interno acerca do petróleo indicam que o próprio conceito de nacionalismo era, do ponto de vista dos militares, algo como uma indevida sub-representação da realidade.

Indevida porque o dever de ofício dos militares volta-se à Nação, fixa e imorredoura; *sub-representação* porque o poder dissociativo imbricado no debate do nacionalismo não representava adequadamente a unidade nacional; ao contrário, ameaçava pô-la à beira do caos. Nessa linha de raciocínio, também podemos compreender por que Cordeiro reduz o peso de sua derrota nas eleições do Clube Militar; o confronto real não deveria ocorrer entre *dois nacionalismos*, mas *entre Nação e anti-Nação*. Nesse sentido, a corporação militar amarrava a autonomia do país a sua própria identidade como sujeito apto a representá-lo devidamente. Em contrapartida, esse enunciado atribui o contra-conceito de heteronomia aos intelectuais engajados e aos líderes populistas – “comunistas e politiquinhos” – sempre que percebidos como teleguiados por *interesses de fora* implicados na relação entre comunismo e nacionalismo. Sem dúvida, o caso mais notório de aversão foi o de João Goulart.

Em 1954, Goulart, então ministro do Trabalho de Vargas, propôs um aumento de 100% no salário mínimo, o qual não se reajustava desde 1951. Em reação, 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis do Exército, entre os quais Golbery do Couto e Silva, enviaram seu Manifesto dos Coronéis ao General Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra de Vargas. Esse manifesto rechaçava a proposta de João Goulart, uma vez que o aumento do salário mínimo poderia atrair muitos militares de volta à vida civil em busca de rendimentos melhores, em um quadro no qual os soldos eram baixos e faltavam material, equipamentos e veículos no Exército. Assim, de acordo com Trevisan (1985, p. 66), “o Manifesto não era um simples pronunciamento característico de oficiais antigetulistas, era um protesto profissional, com motivos que seriam abraçados pelo todo dos militares, sem maiores distinções.” Seu conteúdo endereçava aspectos internos à instituição e sua preocupação principal era evitar o desgaste da coesão militar e a perda de quadros para o mundo civil de fora. Embora como resposta tenha exonerado Goulart e Espírito Santo, Getúlio Vargas acabou por anunciar o aumento do salário mínimo em seu discurso do 1º de Maio de 1954, o que enfureceu o empresariado e a UDN. Na escalada da crise gerada pelo atentado da Rua Tonelero, o qual feriu Carlos Lacerda e vitimou o major Rubens Vaz, 1500 oficiais militares reuniram-se no Clube Militar e exigiram a renúncia de Vargas. O documento incluía a assinatura de oficiais como Juarez Távora, Eduardo Gomes e o próprio Henrique Lott, movidos como um todo não pelo antigetulismo, mas pela ameaça que a crise política apresentava à coesão militar (LEVINE, 2001, p. 124-129; TREVISAN, 1985, p. 65-68).

Infenso à participação dos militares na política, Lott minimiza em entrevista ao CPDOC a divisão causada pelas eleições de 1950 para a diretoria do Clube Militar. De acordo com Lott (2002, p. 66-67), o “Clube Militar, como qualquer outra associação, tem os seus problemas de política interna, que não são do Exército, são do clube, e são decididos por voto, de acordo com a vontade da maioria.” Como consequência, o militar que participa do clube tem direito a manifestar suas opiniões, e o consenso nem sempre é obtido, “[m]as é um problema do clube, e não do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica. É preciso que se evite confundir alhos com bugalhos.” Embora favorável ao monopólio estatal do petróleo, ao “nacionalismo autêntico”, afirma Lott que nunca teve contato com Horta Barbosa ou Estillac Leal, bem como nunca tomou parte nas votações à diretoria do Clube Militar. Assim, é importante qualificar a dicotomia fixa entre “legalistas” e “golpistas”, assim como sua associação respectiva aos rótulos “nacionalistas” e “entreguistas”. Primeiro presidente-general após o golpe de 1964, Castello Branco sempre foi um oficial legalista. Em 1922, não aderiu ao levante dos tenentes em respeito à hierarquia militar, após o que finalizou o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), etapa necessária à obtenção da patente de capitão, em segundo lugar, atrás apenas do então tenente Henrique Lott. Em 1925, foi designado para combater os tenentes da Coluna Prestes. Declarou-se contrário à Revolução de 1930; não tomou parte na Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1952, apoiaria a chapa Etchegoyen para as eleições do Clube Militar, sob o programa do “nacionalismo racional”. No entanto, tanto Castello quanto Lott preocupavam-se primordialmente com a ameaça que as divisões ideológicas poderiam trazer ao interesse nacional:

Olhe, o monopólio estatal do petróleo não tem nada a ver com comunismo, nem socialismo, nem centrismo, nem direitismo; é um problema de caráter e de interesse nacional. Mas algumas pessoas acusavam o general Estillac de ser inclinado para a esquerda ou para o comunismo. Eu não sei e não estou em condições de julgá-lo, porque não tinha estreito contato com ele. Nós servimos em setores diferentes. Mas essa acusação era feita a ele, como aliás a lançaram contra outros militares, até eu mesmo, quando candidato à presidente da República, embora seja católico apostólico romano praticante. Sempre fui contra toda ação que pretendesse modificar o regime de escolha dos dirigentes e dos legisladores pelo povo. Ora, o comunismo é uma ditadura que nasceu com a finalidade de fazer o bem da classe operária. Marx defendeu a ideia de que como eram os proletários que trabalhavam mais em benefício do desenvolvimento do país, e naturalmente do bem-estar da população, deveriam eles ter uma parte nas decisões relacionadas com esse país. É isso, então, que chama de ditadura do proletariado. Mas ditadura do proletariado é conversa fiada, porque se se passar a Rússia em revista... (LOTT, 2002, p. 67)

Assim como o conceito de “entreguista”, o de “golpista” funciona no nível de contra-conceito; “entreguistas” e “golpistas” *são os outros*. Em sua entrevista, Cordeiro de Farias (1981, p. 449-454) contesta a versão oficial acerca do contragolpe preventivo

de Lott, o qual garantiu a posse de Juscelino Kubitschek em 1955. Afirma não ter concordado com a tese da maioria absoluta de votos, o que, segundo sustentou sobretudo a UDN, deveria impedir que JK tomasse posse. Cordeiro considera que Lott *deu um golpe* quando derrubou Carlos Luz e não deixou Café Filho reassumir o poder, na medida em que não havia eco no Exército para se impedir a posse de JK, “e o episódio ficou reduzido a declarações esparsas, feitas por diferentes militares que torciam por um ou outro candidato à presidência.” Mais do que isso, Cordeiro chega a queixar-se de que Lott, quando Ministro da Guerra de JK, recusava-se a receber generais, e quando o fazia, deixava-os em pé, contudo, para projetar uma imagem de homem do povo, confabulava com sargentos, o que teria estimulado a politização na base da hierarquia militar. Em sua entrevista, Lott (2002, p. 75-77) afirma que o golpe para impedir a posse de JK viria da Aeronáutica e da Marinha com aval dos ministros militares das duas Armas, sobretudo de Eduardo Gomes, ainda como repercussão à morte do major Rubens Vaz. Avisado por Odílio Denys, comandante do I Exército, agiu *preventivamente* em 11 de novembro. No que toca aos sargentos, pondera Lott (2002, p. 88-90) que contribuiu para a melhoria de suas condições de serviço por uma questão de justiça. Acostumado à vida na caserna, tratava todos os militares como irmãos, “sem estabelecer distinção entre general, coronel, capitão, sargento e soldado.”⁹⁶

Diferente dos intelectuais do nacional-desenvolvimentismo, que identificavam Nação e Povo, dentro de uma perspectiva de movimento e de emancipação no tempo, o pensamento dos militares equipara Nação e Pátria, cujo corpo situa-se na *fixidez espacial do território*. É possível compreender, nesse sentido, que Golbery do Couto e Silva, protótipo do militar pensador, tenha buscado embasar na geopolítica os conceitos

⁹⁶ Cordeiro de Farias rebate: “E a verdade nua e crua é que Lott é um militar estranho. Por mais que eu tente traçar seu perfil, não consigo. Até chegar ao cargo de ministro da Guerra [em 1955], Lott comportou-se sempre como um militar preso a regulamentos, um homem sem afetividade com os companheiros, respeitado mas não querido. [...] Era um esquerdista? Ao que eu saiba nunca foi, mas teve no ministério um comportamento de esquerdista. Aliás, quando deixei o governo de Pernambuco [em 1958, quando Lott era Ministro da Guerra de JK] e vim para o Rio tive que me apresentar no ministério. Alguns companheiros me preveniram: ‘Olhe, cuidado, porque ele não manda sentar. Recebe generais em pé.’ E eu respondi firmemente: ‘Comigo não, porque eu vou entrar e sentar.’ E foi o que fiz. Quando Lott se deu conta eu já estava sentado ao seu lado. E ainda puxei a cadeira para ficar mais perto...” (FARIAS, 1981, p. 452) Se Cordeiro e Lott tivessem uma relação matrimonial encerrada em divórcio, certamente teria sido por sua incompatibilidade de gênios. Cordeiro era um militar político; Lott um militar profissional. Cordeiro reconhecia seus iguais oficiais por questão de ordem; Lott reconhecia seus subordinados sargentos por questão de justiça. Entretanto, parece-nos que esse pitoresco episódio de senta levanta indica tão somente divergências de personalidade individual, pois a ressocialização dos oficiais implicada na aquisição do “espírito militar” trabalha por submetê-las ao interesse da corporação. Assim, ambos, Cordeiro e Lott, demonstravam igual zelo pela unidade militar e consideravam que o comunismo dissociativo era o maior dos perigos. Portanto, Lott rechaça as acusações de esquerdismo. Em sua visão, o comunista era Jânio... (LOTT, 2002, p. 102).

da Doutrina de Segurança Nacional apregoada pela ESG. Em uma série de ensaios da década de 1950, cuja profundidade de análise não deve em nada a Jaguaribe, Guerreiro ou Furtado, publicados em definitivo em 1967, sob o título *Geopolítica do Brasil*, Golbery buscou dar um tratamento acurado ao tema. A meio caminho entre a ciência e a arte de governar, a geopolítica adota o espaço físico como ponto de vista dominante, de modo a “discernir a margem de possibilidades a aproveitar na construção da maior grandeza, do progresso crescente e da segurança interna e externa do Estado [...]” (1981, p. 33). Em sua visão, a geopolítica deveria servir de base de análise à consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), entre os quais se incluem a “persistência de todo o grupo social, do Estado e da Nação como tais, [...] sua autonomia em relação aos demais [Estados] e o próprio desenvolvimento econômico e social [...]” (1981, p. 11). De acordo com Golbery (1981, p. 106), o conteúdo da geopolítica deve comportar uma doutrina, uma cosmovisão e diretrizes gerais para ação. A doutrina implica utilizar os conceitos geopolíticos básicos, sobretudo “espaço” e “forma” do território nacional, bem como definir suas leis e princípios; as diretrizes de ação configuram as linhas de manobra geopolítica para a consecução e salvaguarda dos ONP; e a cosmovisão deve ser um “ponto de vista inflexivelmente nacional”:

Vivemos ainda, para o bem maior ou a maldição irremediável da humanidade [...] a era do nacionalismo, isto é, da lealdade máxima do cidadão consagrada à nação. Lealdade que não se traduz apenas no patriotismo – um mero sentimento, nobre e alevantado e inspirador, embora – mas no nacionalismo que é muito mais do que isso, porque é, sobretudo, uma vontade: vontade coletiva, vontade consciente, vontade criadora de engrandecer cada vez mais a nação, realizando plenamente e, sempre que necessário, salvaguardando a qualquer preço os Objetivos Nacionais Permanentes. [...] Ser nacionalista é sobrepor, portanto, a quaisquer interesses outros, individuais ou de facções e grupos, a quaisquer vantagens regionalistas ou paroquiais, os verdadeiros interesses da nacionalidade. Ser nacionalista é estar sempre pronto a sacrificar qualquer doutrina, qualquer teoria, qualquer ideologia, sentimentos, paixões, ideias e valores, quando quer se evidenciem nocivos e de fato incompatíveis ante a lealdade suprema que se deve dedicar, sobretudo, à nação. O nacionalismo é, portanto, deve ser, só pode ser um absoluto, em si mesmo um fim último. (COUTO E SILVA, 1981, p. 98-99)

Dentro de um entendimento hobbesiano do Estado no registro do sacrifício, Golbery considera que jamais o nacionalismo poderá servir como instrumento ou escada a outro fim que o transcenda. Em sua visão, esse seria o caso do pseudonacionalismo difundido pelos comunistas, cujo fim supremo era a lógica de seu internacionalismo classista e sectário. No contexto da Guerra Fria, a submissão travestida do nacionalismo à ideologia comunista poderia cumprir um papel de ponta de lança capaz de insuflar dissensões e ressentimentos, tumultos e agitações sociais, de modo a dar início a uma “*guerra subversiva, insurrecional e social-revolucionária*, que possibilita a agressão

indireta e mesmo à distância, comandada do exterior, apoiada com técnicos da subversão, os intitulados voluntários, armas, dinheiro, propaganda e ameaças de toda natureza [...]” (1981, p. 235-236). Por um lado, Golbery situa a autonomia do Brasil como um dos Objetivos Nacionais Permanentes do país, tendo a fixidez da Nação e de seu território, destrinchados pela geopolítica, como pressupostos. O nacionalismo, por sua vez, *não é compreendido como ideologia*, mas como conteúdo de um dever cívico de lealdade permanente à pátria. Assim como Castello e Lott, Golbery busca rechaçar o potencial dissociador da luta ideológica, de modo distinto dos intelectuais do ISEB, os quais formularam deliberadamente sua versão do nacionalismo como ideologia apta à disputa da arena política. Por outro lado, Golbery situa a heteronomia em quaisquer concessões individuais ou de grupos que frustrem sua *lógica de sacrifício nacional*, dentre as quais, como eco da memória da repressão à Intentona Comunista, avulta sobretudo o desafio apresentado pelo marxismo como ideologia vinda de fora.

Ajudante-de-ordens de José Pessoa e posteriormente comandante da AMAN, Mário Travassos compreendeu o significado de espaço simbólico e físico que o pico das Agulhas Negras representava para a autopercepção do espírito militar. Originalmente publicada em 1931, quando Travassos ainda ostentava a patente de capitão, sua obra *Projeção continental do Brasil* pode ser considerada a análise precursora da geopolítica no país. A ideia de que a autonomia do Brasil deveria implicar a construção de sua grandeza como *projeção espacial de poder* ali encontra expressão sistematizada, o que acabou por gerar apreensão sobretudo nos países vizinhos, nos quais a obra recebeu várias edições. O autor parte da premissa de que o espaço geopolítico da América do Sul possui dois antagonismos fundamentais, os quais opõem as bacias hidrográficas amazônica e platina e os Oceanos Atlântico e Pacífico. Nesse passo, constata Travassos (1938, p. 15-29) que a expansão continental da rede ferroviária argentina, ligada às capitais de La Paz, Assunção e Santiago, representava um índice de homogeneidade em face aos dois antagonismos geográficos da América do Sul, cujo esforço neutralizante dava-se em favor do Prata. Como resposta, a fim de se efetivar a “espontaneidade viatória da Amazônia, nessa região, em contraste com o artificialismo da atração ferroviária argentina”, Travassos defende que se utilize a ferrovia Madeira-Mamoré de modo a se atrair à esfera de influência brasileira o triângulo econômico Cochabamba – Santa Cruz de la Sierra – Sucre, região central da riqueza boliviana.

De acordo com Travassos (1938, p. 43-58), a instabilidade geográfica é o maior fator causador de inquietação política e de conflitos internacionais. Nesse sentido,

situada na confluência dos antagonismos existentes entre as bacias do Amazonas e do Prata, a Bolívia representava um importante foco de tensão entre as duas principais nações sul-americanas, assim como o Uruguai, ao Brasil vinculado por interesses pastoris e agrícolas e à Argentina vinculado por interesses comerciais. É interessante salientar a importância de sua análise, emitida na década de 1930, no contexto da Guerra do Chaco, a qual oporia Bolívia e Paraguai pela posse de recursos petrolíferos no centro do subcontinente, tendo evidentemente movimentado as atenções e interesses de seus vizinhos maiores. Em uma linha de raciocínio que seria seguida por Golbery, Travassos (1938, p. 85-95) defende a necessidade de se construir uma rede de transporte e de comunicações capaz de soldar o Brasil Amazônico e o Brasil Platino a partir do que denomina como Brasil Longitudinal, correspondente à região eminentemente litorânea do território, cuja ocupação e desenvolvimento eram mais consolidados. Eliminado o antagonismo entre as bacias hidrográficas *dentro* de seu próprio território, o Brasil teria condições de se projetar para *fora* na América do Sul a partir do triângulo boliviano e integrar os dois oceanos. Assim, Travassos lança as linhas fundamentais de um projeto de *autonomia no espaço* importante para se entender o pensamento militar:

O fato decisivo, quando se olha para o conjunto do território brasileiro, engastado na massa continental sul-americana, reside nas notáveis possibilidades viatórias, já em franca manifestação prática, que se traduzem, quer na neutralização do poder continental da bacia platina, quer na força de atração do Amazonas, quer na capacidade coordenadora do litoral atlântico em relação a ambas essas altas manifestações de potencial econômico e político que o Brasil tem em suas mãos. [...] Mas o que não se pode negar é que, dados os aspectos geográficos que vimos focalizando – *como aspectos essenciais ou signos de inquietação política* – somente sob o domínio da pluralidade dos transportes poderá o Brasil exprimir toda a força de sua imensa projeção coordenadora no cenário da política e economia continental, tal como incontestavelmente lhe compete. (grifos nossos) (TRAVASSOS, 1938, p. 109-117)

Em um primeiro momento, parece-nos importante salientar que no pensamento militar subjaz a tensão espacial dentro/fora como par epistemológico que informa sua visão da autonomia. Essa autonomia implica *homogeneizar o espaço de dentro* em face de influências ou perturbações vindas de fora, contudo, a ambiguidade jamais resolve-se completamente. Do ponto de vista da formação dos oficiais, o espírito militar que se engendra na AMAN pressupõe isolá-los do mundo circundante dos “paisanos” por meio da eliminação de suas identidades civis prévias e de uma ressocialização que enfatiza as atividades em grupo e os valores da unidade, disciplina e hierarquia da corporação. No entanto, a emergência periódica do espírito miliciano, percebido como contágio externo das perturbações dissociativas da vida política, submete ciclicamente o meio militar a

desafios em seu processo de delimitação homogênea de espaço. Infenso à turbulência da luta partidária, assim como ao poder desestabilizador das ideologias como conceitos de movimento e mudança, o pensamento militar busca submetê-la a um critério de fixidez que se encontra sobretudo na geografia física do território nacional, do que decorre a atração despertada pelas hipóteses da geopolítica. A história, por sua vez, submete-se ao mesmo padrão de *retorno*, na medida em que os cenários de ruptura potencial podem ser contrabalançados com o resgate e a reinvenção das tradições. Do ponto de vista do território, o pensamento militar volta a apresentar a tensão entre dentro e fora, não apenas buscando projetá-lo externamente, senão também reforçando seu grau interno de homogeneidade por meio do reforço da disciplina e da segurança. Nesse aspecto, a partir da análise inaugural de Travassos, pensada em paralelo à Doutrina Góes, tornava-se necessário homogeneizar em conjunto os antagonismos geográficos essenciais do espaço – por exemplo, entre as bacias hidrográficas – e os antagonismos ideológicos oriundos da inquietação política. Com base nisso, seria possível realizar o projeto primordial da ESG – projetar o Brasil como grande potência no espaço internacional.

5.2 Autonomia e segurança

No pensamento militar brasileiro que se elabora a partir da Doutrina Góes e se aperfeiçoa na década de 1950, parece-nos que o *conceito de segurança nacional* tem uma função chave como conceito paralelo à autonomia. Segundo vimos, os intelectuais definiram seu entendimento da autonomia em paralelo ao conceito de emancipação. Assim, a estrutura colonial, situada no passado agrário do Brasil, deveria ser superada e rompida a fim de que o processo de autonomização, ou seja, de desenvolvimento social e econômico, pudesse acelerar-se *a partir desse ponto no tempo*. Do ponto de vista do pensamento dos militares, por sua vez, a segurança nacional representa uma estrutura que deve ser reforçada como condição indispensável à autonomia do país, ou à obtenção de seus Objetivos Nacionais Permanentes, os quais também incluem o desenvolvimento e a projeção de poder. Longe de ser rompida, essa estrutura é fortalecida e funciona como salvaguarda *de espaço dentro do qual* a autonomia deve processar-se. Sobretudo a partir dos estudos da ESG, o conceito de segurança nacional ampliou-se, assim como o conceito de estratégia, para englobar todas as esferas da vida do país, tendo-se em conta que a guerra havia-se tornado um fenômeno total. Em 1935, na esteira da Intentona Comunista, aprovou-se no Brasil sua primeira Lei de Segurança Nacional. De acordo

com Cordeiro de Farias (1981, p. 408-409), nesse caso a segurança nacional ainda tinha um sentido estrito, “um sentido de ordem, de controle da política interna e de combate aos adversários políticos.” Na ESG, essa concepção ampliou-se e fundiu-se à antiga noção de defesa nacional. Dessa forma, tratar-se-ia agora de endereçar *política interna e política externa*. Segundo comandante da escola, Juarez Távora esclarece:

“*Segurança Nacional* é o grau de garantia relativa que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas, psicossociais (aí incluídas as técnico-científicas) e militares, um Estado pode proporcionar à coletividade que jurisdiciona, para consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais.” Essa moderna conceituação de *Segurança Nacional* envolve, assim, direta ou indiretamente, todas as atividades da Nação: - as ligadas à *política interna* (aí compreendidos o jogo dos partidos e o funcionamento das instituições) e à *política internacional*; as integrantes do *complexo econômico-financeiro* (produção primária e industrial, comércio interno e externo, finanças, energia e transportes); as componentes do *campo psicossocial* (fatores morais e psicológicos, a educação, a saúde, as relações de trabalho e a assistência e a previdência sociais); e, finalmente, as atinentes ao setor militar (Exército, Marinha e Aeronáutica) – e que constituem, em seu conjunto, os elementos integrantes do *Poder Nacional*. (grifos do autor) (TÁVORA, 1959, p. 28-29)

Derrotado por Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais de 1955, Távora publica sua obra *Organização para o Brasil* em 1959, em meio à euforia de crescimento econômico e de vida democrática na qual vivia o país. Sob declarada inspiração de Alberto Torres e Oliveira Viana, como quem busca enxergar os limites da experiência populista, Távora defende reformas político-administrativas capazes de circunscrever o regime democrático na moldura indispensável da segurança nacional. Em sua visão (1959, p. 25-26), o interesse nacional de sobrevivência de todo Estado implica, no caso do Brasil, perseguir três categorias de Objetivos Nacionais, as quais incluem sua autodeterminação (soberania nacional e garantias individuais), sua integração nacional (territorial, política, econômica e psicossocial), bem como prestígio e prosperidade, que se traduzem em sua satisfação interna e ascendência internacional. No entanto, salienta que os interesses próprios de cada nação “provocam, frequentemente, fricções e choques nas relações internacionais”, e as soberanias em conflito tendem a *excluir desse jogo as apreciações de justiça*, do que “surge, logicamente, o recurso à *política de poder*, com cujo concurso cada qual pretende impor sua vontade no concerto internacional.” Dentro de uma perspectiva que destaca a existência de antagonismos tanto no espaço interno quando no espaço internacional, a segurança nacional emerge como a principal preocupação. Da fronteira para fora, Távora (1959, p. 34) sustenta a necessidade de “projeção futura na esfera internacional”, uma vez que, por suas

condições geográficas e humanas, por sua área habitável e recursos naturais, o Brasil constituiu “um país fadado a ocupar posição de destaque no concerto das nações.”

No âmbito externo, entretanto, o país padecia de vulnerabilidade decorrente de sua reduzida capacidade efetiva de *defender* seus recursos naturais em face da cobiça internacional. Ao lado disso, segundo Távora (1959, p. 34-35), sua *vulnerabilidade externa* era sensível à atividade comunista, a qual perturbava seu desenvolvimento por meio de greves e agitações, assim como poderia vir a debilitar o país na emergência de uma guerra através de processos de *quinta-colunismo*. No âmbito interno, o general afirma que a principal vulnerabilidade do país era sua condição de subdesenvolvimento, resultante de seu baixo padrão econômico-social e das disparidades regionais entre a economia agrária do norte e a economia industrial do sul. Igualmente, o proselitismo comunista agravaria essa *vulnerabilidade interna*, na medida em que procurava *desacreditar a elite dirigente* perante o povo. Assim, da fronteira para dentro, seria preciso corrigir os desajustamentos político-administrativos por meio de reformas guiadas pela premissa da segurança nacional. Fiel a Torres e Viana, Távora (1959, p. 41) considera que a questão fundamental situa-se no imperativo de se preparar “nossa elite civil e militar para a formulação e aplicação de uma política objetiva de segurança nacional”, missão tomada a cargo pela ESG. Conforme vimos, os intelectuais situam o problema da vulnerabilidade externa do Brasil no complexo colonial e na deterioração dos termos de troca; Távora situa-o na fragilidade do território ante ameaças externas. Os intelectuais relacionam a vulnerabilidade interna do subdesenvolvimento à carência de emancipação política, econômica e social da população; por sua vez, Távora trata-a como um problema de elite incapazes.

No que se refere às disparidades regionais, segundo destacamos, Furtado via a necessidade de se utilizar o Nordeste como laboratório para o teste de suas teses sobre a superação estrutural do atraso. Nesse sentido, seria vital emancipar o homem nordestino mais pobre através de sua inclusão econômica e social no mercado interno na condição de mão-de-obra consumidora, para o que a industrialização e a reforma agrária na região Nordeste seriam etapas fundamentais. Disso decorreram, no governo JK, os esforços para a constituição da SUDENE. De sua parte, Josué de Castro pensa a necessidade de emancipação dos mais pobres do Nordeste através de uma vigorosa política de combate à fome e à desnutrição. Em ambos os casos, tratar-se-ia de solapar a estrutura tradicional do coronelismo, o que resultaria na emancipação política da população. Cordeiro de Farias, eleito pelo PSD governador de Pernambuco entre 1955 e 1958, período em que

as Ligas Camponesas de Francisco Julião expandiam suas ações em prol da reforma agrária, tem outra visão do problema. Segundo Cordeiro (1981, p. 478-483), a política partidária não havia sido capaz de substituir satisfatoriamente o poder dos coronéis no âmbito municipal, os quais, apesar de seu “mando excessivo e nefasto”, “se batiam mesmo é por escolas, saúde pública, estradas [...], foram os advogados natos dos interesses dos municípios e exerceram aquele mandato natural com dedicação e, muitas vezes, com amor.” De acordo com o general, o comunismo de fato prospera em meio à miséria e à ignorância do povo, contudo, a reforma agrária no Nordeste poderia não dar bons resultados, pois o homem nordestino *não teria condições de emancipar-se*:

Se quiserem fazer aqueles camponeses mais infelizes, é só dar a eles um pedaço de terra, porque eles não têm capacidade de se orientar. [...] Em São Paulo, no Rio Grande ou no Paraná, dar terra a um homem é fazer dele um vitorioso. Ele tem discernimento, sabe trabalhar, tem educação suficiente para atuar com autonomia. No Nordeste, ao contrário, não existe a figura do agricultor. O homem do campo é um autômato, recebe ordens. [...] O homem que trabalha nos canaviais não pode ser chamado de agricultor. Produz quase como criança, sob orientação muito direta, muito estrita. Estou realmente convencido de que a geração de camponeses acima dos 40 anos não é mais recuperável. Só a educação dos filhos destes homens nos permitirá pensar em reforma agrária. Nesse caso, faríamos reforma agrária na Zona da Mata? São, afinal, as únicas terras férteis de Pernambuco, e não se pode plantar cana fora do regime de grande propriedade. A produção precisa ser feita em escala, pois as usinas consomem cana em escala. (FARIAS, 1981, p. 484-486)

De modo distinto a Corbisier, para quem a autonomia do país deveria implicar a autonomia econômica e cultural do homem brasileiro, cujo oco existencial seria preenchido por sua emancipação completa, Cordeiro delimita para o homem um *espaço de autonomia possível*, o qual, menor incapaz de se orientar, precisaria ainda submeter-se a um regime tutelar *em vista de sua própria segurança*. Mesmo Henrique Lott, de resto muito distinto de Cordeiro de Farias, não conseguiu projetar adequadamente sua imagem de “homem do povo”, salvo por seu trato afável com os sargentos. Em 1960, em sua campanha à presidência da República, afirma Lott (2002, p. 91) ter defendido o voto dos analfabetos, uma vez que o rádio e a televisão teriam eliminado as restrições que a palavra escrita apresentava à informação do eleitorado. Por outro lado, aderente a seu espírito militar, o marechal afirma que não queria postular nenhum cargo político, pois tinha horror às agitações de rua e aos palanques, bem como tinha raiva de escrever e não gostava de falar em público. Nesse dilema, considerou adequado sacrificar seu interesse pessoal em prol de um dever cívico com o país, de um cidadão temente a Deus, sobretudo porque julgava necessário vencer Jânio Quadros. Alega Lott (2002, p. 102) que Jânio “dava dinheiro para organizações comunistas em São Paulo [...], era

comunista e, em consequência, na presidência da República, seria muito perigoso para o Brasil.” Carente de carisma, assim como Eduardo Gomes e Juarez Távora em 1950 e 1955, Lott seria mais um militar derrotado por um civil nas eleições presidenciais⁹⁷. De modo gradativo, os militares situarão o problema da incapacidade das elites no modo de governar dos líderes populistas, o que os levará afinal a tutelar todo o sistema político.

Segundo considera Távora (1959, p. 117), as causas do atraso econômico-social do Brasil localizam-se nos problemas do território e das elites dirigentes. Por um lado, a população está dispersa dentro de uma vasta área, o que amesquinha seu valor relativo, assim como suas atividades são obstaculizadas pelas condições inclementes do clima tropical e as carências dos solos das regiões mais povoadas. Por outro, esse atraso deve-se à “atuação inadequada de nossa elite dirigente, no aparelhar e orientar o homem brasileiro para enfrentar, com vantagem, o meio em que habita, dele retirando riqueza e bem-estar social, na justa proporção de suas possibilidades naturais.” Como solução, Távora (1959, p. 50-52) propõe uma série de reformas na estrutura do Estado brasileiro com vistas a corrigir o que enxerga como deficiências do princípio da tripartição dos poderes, pois “esses atributos de harmonia e independência [dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário] têm sido apenas nominais.” De um lado, Legislativo e mesmo Judiciário cedem “diante de caprichos pessoais e facciosos do Executivo”; de outro, o Congresso e os Tribunais impedem ou dificultam providências úteis propostas pelo presidente da República. Assim, propõe o general três eixos fundamentais de reforma: seria preciso instituir o sistema parlamentar, a fim de harmonizar os Poderes Executivo e Legislativo; federalizar o Poder Judiciário para libertá-lo em face das autonomias

⁹⁷ “Eduardo Gomes foi candidato duas vezes, Juarez Távora uma e eu próprio outra. Nossos contendores quase todos eram cidadãos de boas qualidades como Juscelino, por exemplo, que era um homem excepcional. Mas no caso de Jânio Quadros – sem entrar no julgamento de sua pessoa –, pelo que ele fez, mostrou quem realmente era: um egocêntrico que queria ter toda autoridade, não aceitava de modo algum subordinar-se à lei e ao quadro constitucional brasileiro. Quando não conseguiu isto, *tentou dar um golpe*, pensando que o povo viria em seu auxílio. Ele tinha a idade de minha filha mais velha. Eu, militar desde a minha infância, conhecia o Brasil não a passeio, mas porque servi no Rio de Janeiro, em Minas Gerais (Belo Horizonte), em São Paulo (Lorena e na capital), no Pará (Belém), em Mato Grosso (Campo Grande e Cuiabá), em Santa Maria (Rio Grande do Sul)... Quer dizer, tinha bom conhecimento do Brasil, por ter vivido, servido e sofrido nessas áreas, em contato com a população e com os problemas locais. Consequentemente, sob o ponto de vista de conhecimento, *tinha melhores condições do que ele*, que nasceu no Mato Grosso mas foi para São Paulo, onde retornou político e governador. Jânio só conseguiu conhecer mesmo São Paulo; o Brasil, conhecia de vigem, mas não de viver e sofrer. Entretanto, ele tem cinco milhões e seiscentos e trinta e seis mil votos, enquanto eu três milhões e oitocentos e quarenta e seis mil. Uma derrota fragorosa.” (LOTT, 2002, p. 11) Assim como Cordeiro, Lott soa em seu depoimento como mau perdedor. Em sua visão, Jânio – esse *outsider* do sistema político – não apenas era um comunista, mas também um golpista. Mais do que isso, apesar da derrota acachapante nas urnas, Lott argumenta que Jânio era *incapaz de governar*, pois não conhecia o Brasil, salvo a passeio. Seria, em outras palavras, um Jeca Tatu tomado de megalomania. Desse modo, vemos como mesmo Lott, “marechal do povo”, adere no fim das contas à visão política elitista do “espírito militar”.

regionais que configuram um “complexo de feudo” exercido sobretudo pelos executivos estaduais; e criar um quarto poder, o Poder Ordenador, capaz de corrigir as ações dos demais poderes e de coordenar as três esferas federativas.

Inspirada em Alberto Torres, sua proposta de criação do Poder Ordenador parece responder ao vácuo institucional deixado pelo antigo Poder Moderador, extinto com o advento do regime republicano. Em sua falta, conforme veremos, os militares, como fundadores da República, exercerão periodicamente um instável papel moderador sobre a dinâmica democrática do país, catalisado e dramatizado a partir da ascensão das lideranças populistas na década de 1950, aparentemente guiadas por seus “caprichos pessoais e facciosos”. É interessante notar a extensão das competências que seu Poder Ordenador teria caso criado. Em primeiro lugar, entre outros, “fixar, periodicamente, e supervisionar a aplicação de diretrizes políticas interessando a segurança nacional”, além de corrigir ou anular os atos do Executivo e do Legislativo, ordenar intervenções nos Estados e supervisionar a segurança pública e o bem-estar político e social do povo brasileiro. Do ponto de vista administrativo, Távora (1959, p. 53-60) sustenta que se deva submeter a política exterior e o desenvolvimento econômico e social do país à supervisão do Conselho de Segurança Nacional, assim como criar um Serviço Federal de Informações. Dentro do conceito amplo de segurança nacional, o campo psicossocial inclui o gozo dos direitos individuais e a garantia de educação. Aderente à hipótese da menoridade do homem, Távora (1959, p. 248) afirma que “[n]o Brasil, onde a educação política e social de governantes e governados é ainda embrionária”, a garantia das franquias individuais dependeria de se redobrar a repressão de violações, seja através de um policiamento mais amplo e direto do território nacional, seja pela “investigação sistemática de atividades subversivas.”

Em outros termos, dada a incapacidade das elites governantes e a menoridade dos governados, o general busca *circumscrever um espaço* de exercício de democracia delimitado pela segurança nacional. Em sua obra *Uma política de desenvolvimento para o Brasil*, publicada em 1962, ano em que o país já vivia sob o regime parlamentarista e estava à beira da completa polarização ideológica, Távora apresenta um diagnóstico dos problemas brasileiros. De acordo com o autor, a causa do subdesenvolvimento do país deveria ser atribuída a um círculo vicioso de incapacidade política, atraso social e pobreza econômica, uma vez que uma das principais características dos povos subdesenvolvidos é a fraqueza das instituições e a mediocridade dos quadros políticos, carentes de “dirigentes com inteligência para discernir as medidas necessárias, em sua

ordem de urgência, e como aplicá-las.” Na visão de Távora, havia naquele momento um contraste chocante entre a realidade do Brasil e suas potencialidades. De um lado, as potencialidades do país estariam situadas no espaço geográfico e em seus recursos naturais, bem como nas qualidades de sua população. Assim, o solo, o subsolo e as águas oceânicas e interiores do Brasil poderiam proporcionar quase todos os *recursos necessários à criação de uma grande potência* desde que sua pesquisa e exploração fossem feitos nas condições de *segurança da população*. De outro lado, do ponto de vista psicossocial, a realidade de atraso do país poderia ser atribuída à falta de ação acauteladora do governo para a unidade nacional, despreocupado de neutralizar o efeito corrosiva da propaganda e infiltração comunistas (TÁVORA, 1962, p. 65-75).

Segundo entendemos, na estrutura do conceito de autonomia elaborado pelo pensamento militar no Brasil predomina não apenas o par epistemológico dentro/fora, ou amigo/inimigo, senão também o par acima/abaixo, ou senhor/servo. Do ponto de vista da política interna, a presunção de que o homem comum deveria ser orientado por elites capazes engendraria a opção por um modelo institucional mais verticalizado, o qual poderia variar de uma democracia tutelada até um completo Estado de exceção. De fato, sob o imperativo da segurança nacional, desde o Movimento de 1964, os militares hierarquizariam cada vez mais o exercício do poder, o que implicou a diminuição gradativa do *espaço de autonomia dos governados*. Do ponto de vista da política externa, de modo concatenado, durante o regime militar seriam ampliadas as pretensões do Estado brasileiro à condição de grande potência através de sua projeção de poder no espaço internacional. Assim, o pensamento militar e as práticas de governo também seriam guiadas por uma concepção verticalizada da política internacional, conforme o que Onuf denomina por paradigma da hierarquia, o qual remete a uma cadeia vertical de comando semelhante à burocracia weberiana. Nesse sentido, antes de questionar a hegemonia norte-americana *em si mesma* com um argumento de justiça, o Brasil dos militares *buscaria emulá-la*, pois, assim como ocorre com a própria carreira militar, seria sempre possível *ascender na hierarquia de poder*. Como vimos, os intelectuais engajados pensaram as relações internacionais de forma bastante diversa. O “complexo colonial”, por Corbisier ilustrado pela dialética hegeliana entre senhor e escravo, deveria ser rompido como relação vertical. Desse modo, no marco do paradigma da hegemonia, apresentado por Onuf, caberia eliminar o papel subalterno do Brasil através de sua emancipação em face da hegemonia alienante dos Estados Unidos.

Consideramos importante pensar o conceito de segurança nacional elaborado no interior da ESG em *diálogo crítico* com a teoria de relações internacionais. Como vimos no capítulo II, o realismo político emergiu na academia norte-americana no final da década de 1940 por influxo da obra de Hans Morgenthau, emigrado alemão que havia bebido direto na fonte dos principais autores atuantes durante a República de Weimar – Weber, Schmitt e Kelsen. Essa bagagem de pensamento – a qual tendia a favorecer um modelo político de democracia restringida ou mesmo de Estado de exceção – foi fundamental para a formação do realismo político em sua ênfase no poder como categoria explicativa basilar do sistema internacional. Também vimos que – sobretudo no contexto da crítica de Wolfers a Morgenthau – o conceito de segurança nacional ainda não tinha recebido na academia norte-americana um tratamento preciso. Foge ao objeto deste trabalho perscrutar o pensamento militar nos Estados Unidos. No entanto, parece-nos plausível fazer duas afirmações. Em primeiro lugar, o conceito de segurança nacional formulado na ESG não pode em absoluto ser considerado uma cópia do conceito norte-americano. No Brasil, recebeu um conteúdo específico e adaptado à realidade do país, sobretudo porque esteve associado ao desenvolvimento e à construção interna de potência, etapas que já haviam sido trilhadas pelos Estados Unidos. De sua parte, os EUA estavam mais preocupados em garantir a *segurança internacional* no contexto da começo da Guerra Fria. Em segundo lugar, seria possível mesmo sustentar que a elaboração teórica da segurança nacional feita pela ESG ultrapassava a qualidade conceitual presente nas formulações do realismo político na academia norte-americana. Isso não implica defender contudo que os militares brasileiros não foram impactados por essa bagagem de pensamento; muito menos que puseram a cabeça embaixo da terra e ignoraram o que se produzia ou que se produziu fora do país. Quer dizer, pensamos que há aqui elementos iniciais para um diálogo enriquecedor entre teorias de relações internacionais e pensamento(s) brasileiro(s), o que julgamos importante tentar fazer.

Conforme adiantamos, Golbery pensa a geopolítica e o território nacional como pontos de partida analíticos para se determinar os meios de consecução dos Objetivos Nacionais, aspirações e interesses que incluem a autonomia ou autodeterminação. Em ensaio de 1959, o general define essa estratégia como a Política de Segurança Nacional. De acordo com Golbery (1981, p. 155), a segurança nacional configura “o grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis.” Por sua vez, a Estratégia Nacional engloba a orientação,

direção, desenvolvimento, reforço e aplicação dos recursos nacionais com vistas a salvar e atingir esses Objetivos Nacionais. Em outros termos, segundo Golbery (1981, p. 103), a geopolítica fornece os fatores geográficos de base (*ex ante*) capazes de sugerir modos de ação políticos, os quais atribuem missões à Estratégia Nacional, cujas manobras (*ex post*) sempre estão circunscritas pela segurança nacional. Nesse sentido, além de hierarquizada, o pensamento militar tem uma *visão agônica* das políticas interna e internacional, sempre permeadas por *conflitos de espaço* reais ou presumíveis, o que é facilmente compreensível, pois a função do militar é preparar-se constantemente para *defender* o país no pior cenário possível – a guerra. Desse modo, concordamos com Garcia (1997, p. 28), segundo quem o realismo clássico é a visão teórica da política internacional que predomina na doutrina militar, o que “constitui indicativo de que, no plano conceitual, assume-se como fonte válida de conhecimento determinada teoria das relações internacionais, cujo consumo entre os militares traz implicações também para a Política Exterior do Brasil.” Em texto de 1952, Golbery é bastante claro:

O Estado soberano, surgido das *fontes profundas do Medo* para prover a segurança individual e coletiva na Terra, passaria a afirmar sua vontade onipotente sobre os destinos de todos os súditos que o haviam criado, assim mesmo, inigualável e autárquico, mas, já agora, pela própria necessidade de um raciocínio lógico, escorreito e severo, que o justificaria, de uma vez para sempre, contra todas as críticas e contra quaisquer argumentações. [...] Ora, Hobbes pode bem considerar-se como o patrono, reconhecido ou inconfessado, das modernas ideologias políticas, que ameaçam, por todos os lados, o mundo decadente de um liberalismo impotente e exausto. [...] *Hoje, a insegurança do Homem é a mesma, maior ainda, talvez.* É, na extrapolação dos teoremas hobbianos, o dilema eterno que o aflige, como animal social que é, membro nato e obrigatório de uma sociedade mais ou menos dilatada, mais ou menos complexa, mais ou menos solidária, tende a solucionar-se de novo, unilateral e paradoxalmente, *pelo sacrifício completo da Liberdade em nome da Segurança individual e coletiva.* [...] Enquanto se multiplicam, assim, os sistemas de paz, os compromissos e acordos que só servem, como já se disse, para evitar guerras que, sem eles, nunca viriam mesmo a ocorrer, uma nova filosofia do poder estatal, *mais cruamente realista*, mais sincera segundo alguns, mais cínica na opinião de outros, pondo de lado os idealismos já gastos e as fórmulas racionalizantes já de todo caducas, submerge o universo inteiro em sua energia trepidante. [...] A estrutura íntima do Estado – estrutura política, econômica, social – vê-se forçada, portanto, a amoldar-se às exigências e às *limitações impostas pelo sistema vigente de relações internacionais* – o sistema chamado de múltiplos Estados soberanos, renascido para o mundo moderno com a Paz de Vestfália, e cuja principal consequência foi, sem dúvida, o princípio pragmático do equilíbrio ou balança de poderes[...] (grifos nossos) (COUTO E SILVA, 1981, p. 7-9; p. 22-23)

Em ousada conferência pronunciada em 1957, no auditório do ISEB, o sociólogo Guerreiro Ramos procurou *inverter ponto a ponto o conceito de segurança nacional* que norteava o cerne do pensamento militar brasileiro. De encontro à tese da infiltração ideológica comunista, corrente entre os quartéis, Ramos (1957, p. 11-19) afirma que a heterogeneidade ideológica não é um sinal de patologia social, senão uma circunstância que ocorre normalmente em sociedades que possuem a divisão social do trabalho, assim

como, do ponto de vista científico, as ideologias não são boas nem más em si mesmas. Nesse sentido, mesmo os marxistas, que qualificam de ideológicas teorias alheias com o objetivo de desmascarar seus disfarces e interesses, não se furtam de considerar sua própria doutrina como a ideologia do proletariado. Na visão do sociólogo, uma vez que é inconcebível ao homem superar suas condições históricas e sociais, todo pensamento e toda conduta deverá estar embasado em alguma ideologia, o que o leva a afirmar que “todo sistema de segurança nacional tem necessariamente um conteúdo ideológico, mesmo que pretenda ser ideologicamente neutro.” Assim, para começar, Ramos aplica a suspeita de Marx ao próprio pensamento militar. O sociólogo converge com a premissa dos estudos da ESG, segundo os quais a política de segurança nacional confunde-se com a estratégia geral de um país, contudo, busca rechaçar não apenas a submissão da política à estratégia, que os militares defendiam em um contexto modificado de guerra total, senão também a predominância das elites. Por meio dos textos e do contexto histórico do próprio Clausewitz, o qual viveu no período das Guerras Napoleônicas, Guerreiro considera que a guerra deve submeter-se à vontade do povo, bem como o ponto de vista militar ao político.

Dentro do pensamento isebiano, o qual já abordamos, Ramos (1957, p. 21-24) considera que o Brasil passava, desde a década de 1930, por um processo de transição histórica em que começava a ultrapassar sua condição colonial para atingir uma situação de autonomia em que se tornava uma economia industrial voltada para seus próprios interesses nacionais. Com base nisso, o sociólogo afirma que essa transição não poderia ocorrer sem cisões, rupturas e antagonismos, os quais, sem encetar uma perspectiva hobbesiana amparada no medo, seriam parte mesmo do processo. Mais do que isso, Ramos aponta que essa transição também não poderia deixar de atingir as Forças Armadas, divididas entre autodeterminação ou complementaridade, nacionalismo ou “entreguismo”. Fiel à leitura de Marx acerca da luta de classes e do golpe de Estado de Luís Bonaparte na França, *considera positiva essa divisão dentro do meio militar*, pois “[n]a atual fase do processo brasileiro, a união das Forças Armadas seria um perigo, pois conduziria à ditadura de tipo *bonapartista*”, que se dá quando se mantêm alheias à polarização que dilacera a sociedade em tendências partidárias. Em outras palavras, a fim de evitar uma ditadura, Guerreiro encoraja o total engajamento dos militares na luta ideológica. O texto dessa conferência foi lido e citado por Castello Branco em 1962, segundo salientamos, o qual não à toa o reputa injurioso, na medida em que a unidade é um dos valores cardinais do espírito militar. Partindo de uma concepção temporal da

autonomia, o sociólogo rebate a espacialidade e a fixidez das análises dos militares, pois considera não apenas que a segurança nacional é um fenômeno histórico variável e os objetivos nacionais não são fixos, senão também que se deve rechaçar como perigosas teorias da vocação nacional com base geográfica, pois a realidade do país é dinâmica.

De acordo com Guerreiro Ramos (1957, p. 30-34), quando o Brasil ainda era um país agrário de estrutura econômica e social rudimentar, com sua população esparsa e desgarrada, a política de segurança nacional era tarefa das elites. Na década de 1950, contudo, já não poderia assim ocorrer, pois a sociedade brasileira, pela formação de suas classes e de seus estratos econômicos respectivos, tinha adquirido dinamismo real e passava por um processo de transição, “cuja transformação se opera segundo uma necessidade objetiva e não ao sabor de decisões arbitrárias, provenientes dos círculos de elite.” Em sua visão, entre os objetivos nacionais, deve-se destacar a autodeterminação ou autonomia como meta prioritária da estratégia geral, a qual entende como sinônimo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, Guerreiro considera fundamental que a segurança nacional assuma a tarefa de “vigiar a penetração econômica exercida pelo capital estrangeiro. [...] Por conseguinte, se é inevitável que a segurança nacional tenha uma ideologia, essa ideologia só pode ser a da revolução industrial brasileira em processo.” Não se trataria, porém, de um processo de modernização conservadora guiado por elites, pois os “beneficiários [de nosso capitalismo] não são apenas os donos dos bens de produção, mas o povo brasileiro em geral.” O sociólogo vai mais longe em sua análise, pois afirma que a segurança nacional *poderia ser de esquerda*:

Quando se deflagra uma nova fase histórica, é clássico o conflito entre direita e esquerda. [...] A direita é principalmente uma posição de compromisso com a tradição ou o *status quo* e, por isso, é restauradora e imobilista. A esquerda é eminentemente uma posição de compromisso com uma possibilidade ainda não efetivada no domínio social. [...] Não devemos, pois, hesitar em dizer que a própria segurança nacional pode assumir caráter de esquerda, na medida em que, integrada no estado político geral da nação, seja obstada na realização dos seus objetivos por uma conjuntura político-partidária artificial ou ilegítima. O critério sociológico para avaliar, no plano político, a legitimidade da posição de esquerda ou de direita, é o da vontade geral do povo, onde ela exista, expressa pelos meios idôneos, em momento histórico determinado. (RAMOS, 1957, p. 39-40)

Na concepção de Guerreiro Ramos (1957, p. 42-48), é “o nacionalismo que está convertendo os partidos comunistas em partidos nacionais [...] [e] está tornando o comunismo uma questão secundária e de superfície para nosso sistema de segurança nacional.” Dadas a ascensão de Krushev e a desestalinização, o sociólogo identifica uma transição da diretriz internacionalista soviética para a diretriz nacionalista, que se caracteriza pelas tentativas de aprofundamento ou emergência de comunismos nacionais

em Iugoslávia, China e Polônia, ao mesmo tempo em que a crise do internacionalismo teria esvaziado o Partido Comunista no Brasil de sua periculosidade. Portanto, “[s]eria confundir o efeito com a causa pensar que o nacionalismo é a nova tática do comunismo mundial.” Por fim, Guerreiro rechaça como inconveniente aos interesses do Brasil a adesão a qualquer compromisso com diretrizes de segurança coletiva definidas em tese, na medida em que, no novo contexto de coexistência pacífica na Guerra Fria, o país deveria aproveitar as fissuras no campo internacional em prol de melhores condições para seu intercâmbio com o exterior. Em outras palavras, o sociólogo, assim como os demais intelectuais do ISEB, defende uma política externa emancipatória amparada na tese do neutralismo, de que a PEI de San Tiago Dantas seria o máximo exemplo, conforme salientamos. Parece-nos que a exposição de seu texto é elucidativa para o *contraste de duas formações discursivas* que tentamos descrever. Contra Távora e a tese das elites incapazes e do povo em situação de minoridade, situa no povo em vias de emancipação e, sobretudo, na necessidade objetiva da História a dianteira do processo de autonomização; contra Castello e a tese do comunismo como pseudonacionalismo, aponta para o capital estrangeiro como perigo maior. Lembremos, porém, que Castello Branco emite sua conferência contra Guerreiro em 1962, após dois importantes pontos de virada – a Revolução Cubana e a crise da sucessão de Jânio Quadros –, os quais desde a perspectiva militar pareciam confirmar seus piores temores.

O desencontro entre o conceito de segurança nacional da ESG, afinal vitorioso, e o de Guerreiro Ramos passa pelo problema das relações entre política e guerra, ponto central das reflexões de Clausewitz. Segundo Gallie (1979, p. 50-66), a contribuição intelectual de Clausewitz à filosofia foi ter colocado o tema da guerra em destaque, por meio da exposição lógica de seus princípios e do estilo de pensamento que a realidade da guerra exigiria dos comandantes. Em sua obra *Da Guerra*, publicada depois das Guerras Napoleônicas, há uma tensão entre os conceitos de Guerra Absoluta e Guerra Real. Por um lado, a Guerra Absoluta configura um ato de violência, um grande duelo em que cada lado tenta dominar o outro, em que a destruição do inimigo é o objetivo principal; por outro, a Guerra Real é entendida como um instrumento político, como uma continuação da política ou uma forma diferente de executá-la, jamais independente da vontade do estadista. Em outros termos, a Guerra Absoluta é uma guerra decisiva, onde os golpes são dados somente no ponto fraco do inimigo, de modo a aniquilá-lo e obter uma vitória militar; a Guerra Real é uma guerra vantajosa, onde os golpes são dados em qualquer ponto vulnerável do inimigo para desencorajá-lo, como o meio mais

eficiente que a política estatal encontra para obter acordos melhores. De acordo com Gallie, essa tensão resolve-se pela primazia do ponto de vista político sobre o militar, pois a experiência histórica demonstra que pouquíssimas guerras aproximaram-se da forma absoluta, contudo, “a mera possibilidade de uma guerra próxima da absoluta *é e deve ser* o pensamento predominante na mente de todo comandante, uma vez que representa a suprema vitória ou o pior desastre que se pode abater sobre ele.”

É nessa tensão entre os pontos de vista político e militar que podemos situar não apenas as várias discordâncias conceituais entre Guerreiro Ramos e os militares, senão também o que Castello Branco identifica como a alternância entre o espírito militar e o espírito miliciano. Como civis, “paisanos” do mundo de fora da caserna, os intelectuais *não compreendem adequadamente* o espírito militar. Acostumados ao debate de ideias e às rupturas ideológicas, os intelectuais *projetam suas divisões*, de resto saudáveis, ao espaço interno da corporação militar, a qual se pauta constantemente pelo princípio da unidade, pela remissão aos mesmos valores de uma mesma carreira. Ao mesmo tempo, mais interessados no teor cultural, econômico e social da emancipação, os intelectuais minimizam o tema da segurança nacional, pois não levam em conta que o militar sempre assume os piores cenários e deve sempre estar de prontidão para a guerra. É no contexto da década de 1950, em que se iniciava a era nuclear, que o pensamento militar no Brasil buscou ampliar o conceito de segurança nacional tendo-se em conta o temor de uma guerra total. Até 1964, conforme veremos, o exercício de um papel moderador do Exército sobre a política fazia-se no quadro da legalidade, de modo que a fórmula de Clausewitz, que subordina a guerra, ou a função militar, à política, pôde ter validade, porém sob desgaste constante. Desde a crise da posse de João Goulart em 1961, os militares, *movidos por sua incompreensão* do debate ideológico como patologia social, rumaram gradativamente para o *retorno* ao espírito miliciano, ou seja, de intervenção direta no sistema político. Como consequência, segundo veremos, a partir do final da década de 1960, mediante a edição do AI-5, ocorrerá a inversão completa da fórmula de Clausewitz, o que acarretará a constituição de uma sociedade disciplinar no Brasil.

O conceito de segurança nacional dos militares presume um *conceito ampliado de estratégia*. Segundo Golbery (1981, p. 148-153), na arte da guerra que se praticou até o século XIX, sistematizada por Clausewitz, a estratégia servia a orientar as manobras antes e depois das batalhas, ao passo que a tática estava circunscrita às manobras que se realizavam durante as batalhas, no campo de luta. Nesse sentido, a estratégia vinha a reboque da tática, pois sua finalidade era definir onde e quando travar as batalhas, de

modo a criar as melhores condições possíveis para o momento dos combates. Assim, a estratégia relacionava-se ao estrategema, arte em que Napoleão Bonaparte alcançaria a completa maestria, por uma série de manobras prévias a batalhas destinadas a confundir o inimigo, por exemplo, a movimentação coordenada das massas de seu *Grande Armée* e as mudanças repentinas nas linhas de operação. Entretanto, com base em Ludendorff, general alemão da Primeira Guerra Mundial, afirma Golbery que na nova realidade da guerra total o conflito expande-se a todo território dos Estados, absorvendo a totalidade de seus esforços econômicos, políticos, culturais e militares, confundindo soldados e civis. No século XX, portanto, em função da natureza das guerras mundiais como guerras totais, a definição clássica da estratégia das batalhas daria lugar ao conceito de Grande Estratégia ou Estratégia Geral. Assim, a missão principal da estratégia não estaria mais “restrita à de ganhar decisivas batalhas, mas sim, muito mais ampla e variada, a de atingir determinados fins – políticos, econômicos ou psicossociais – mediante o emprego eficaz dos meios militares, através da batalha se necessário, pela manobra sem batalha sempre que possível.”

Em consequência, conforme Golbery escreve em texto de 1959, a modificação do conceito de estratégia teria duas importantes implicações: (1) reconhecer que os mesmos princípios tradicionais da arte da guerra também valem para os novos domínios da guerra ampliada; (2) estender o papel limitado do militar para além de suas funções típicas, na medida em que a complexidade da guerra total envolveria a guerra política, psicológica, econômica, bem como a guerra subversiva. Nesse sentido, ampliada, *a estratégia avança sobre a política*, interna e internacional, no novo contexto da Guerra Fria. Segundo Golbery, tornava-se então evidente o fato, “antes quase despercebido em virtude da tradicional separação entre a Política e a Estratégia e entre os diplomatas e os militares”, de que as relações entre os Estados devem obedecer tanto na paz como na guerra aos mesmos princípios de ação e a manobras semelhantes voltados à consecução de seus Objetivos Nacionais, uma vez que espaço internacional está constantemente permeado por antagonismos, existentes ou presumíveis. É por isso que, em sua visão, “[n]ão mais se consegue, com algo de precisão, delimitar a política interna dos Estados da política externa”, visto que a estratégia penetra totalmente a política, a guerra invade a paz como condição humana permanente, e ações revolucionárias confundem-se com atividades propriamente militares. Assim, se “a estratégia pode ser tanto estratégia de paz como estratégia de guerra – que resta, então, da Política?” (COUTO E SILVA, 1981, p. 144-152). Em seu texto de 1962, consciente das consequências da ampliação

do conceito de estratégia para a *relação entre diplomatas e militares*, Távora destacaria a importância de se fortalecer a diplomacia e as Forças Armadas do país, pois

a nossa *ação diplomática* – apesar dos excelentes quadros preparados pelo Instituto Rio Branco – parece ainda orientada pela mesma rotina de há quase meio século atrás, mantendo-se perplexa ante o ambiente de disputas ideológicas que ora divide o Oriente e o Ocidente, e pouco menos que indiferente face aos irredentismos nacionais, surgidos na Ásia e na África, neste meado de século – só comparáveis, entretanto, aos que vivemos, na América Latina, no primeiro quartel do século passado; [e] o *nosso instrumento de ação militar* – apesar dos compromissos de defesa coletiva que assumimos e das estritas interdependências operacionais das três forças armadas, ditadas pelas experiências da última guerra mundial – continua, pouco mais ou menos, com os dispositivos de paz e a autonomia de estruturas que vimos adotando para hipóteses de guerra já visivelmente ultrapassadas. (grifos do autor) (TÁVORA, 1962, p. 69)

Se Golbery preocupou-se em rearranjar o desenho geopolítico do território brasileiro, em Távora as maiores atenções voltam-se ao rearranjo da burocracia do Estado com vistas a aparelhar o país aos desafios da construção de potência. Podemos perceber que tece críticas à atuação diplomática, cujo ponto de partida assemelha-se àquela adotado pelos intelectuais engajados. Como afirmamos, ao menos Jaguaribe e Honório Rodrigues são bastante claros a respeito da obsolescência da diplomacia de verniz ornamental e de repetição de precedentes que ainda caracterizava a atuação do Itamaraty em fins da década de 1950. Em tom de reprimenda, Távora parece advertir a Casa de Rio Branco por sua inação e perplexidade em face das mudanças em curso no contexto mundial da Guerra Fria. Entretanto, as similitudes entre as duas críticas, de intelectuais e de militares, não vão mais longe, pois suas agendas políticas são muito diferentes. Por um lado, segundo apontamos, os engajados condenavam o Itamaraty *por um critério de justiça*, vendo-os como ilustração do passado arcaico, atrasado e desigual do velho Brasil. Assim, seria preciso descartar o americanismo de ontem por meio de um *rompimento* no conteúdo da política externa brasileira, iniciativa ensaiada por Jânio Quadros e San Tiago Dantas. Por outro lado, a posição de Távora revela que seus reparos decorrem de um *critério de ordem*, o qual implicaria proteger, reformar e fortalecer o Itamaraty, uma vez que reconhece a excelência dos quadros produzidos pelo Instituto Rio Branco. Em outras palavras, havia motivos muito maiores de convergência entre militares e diplomatas do que entre quaisquer dos dois grupos e os intelectuais engajados. Mais abaixo, veremos como a *acomodação discursiva* entre eles ganhou *momentum* e musculatura a partir de 1964, assim como encaminhou o aproveitamento e posterior abandono do americanismo sem necessidade de rupturas.

Em conferência pronunciada em 1957, quando já era comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Castello Branco busca delinear a doutrina militar brasileira, a qual organiza as Forças Armadas, orienta sua instrução e estabelece as bases de seu emprego na guerra. Conforme Castello (1968, p. 251-253), os oficiais positivistas atuantes na Escola Militar da Praia Vermelha buscavam criar bacharéis de farda e enfraqueceram o espírito militar em função de seu teorismo exagerado. Depois da Revolta da Armada, que dividiu as Forças Armadas, e do desastre de Canudos, o Exército não dispunha mais de uma eficiente concepção de guerra. Entretanto, foi graças ao Barão do Rio Branco, “por haver um objetivo delineado na política do grande chanceler”, com apoio de Hermes da Fonseca e do Almirante Alexandrino de Alencar, que foi possível reorganizar e racionalizar a defesa do país, cujo símbolo maior foi sem dúvida o rearmamento naval. Após a Primeira Guerra Mundial, sob a presunção da superioridade militar argentina, bem como sob influência da Missão Francesa, passou a prevalecer no Brasil a doutrina militar defensiva, mentalidade responsável, segundo Castello, pelas derrotas iniciais da FEB na Segunda Guerra Mundial. Da Aeronáutica, recém surgida, partiria o desejo de criar uma nova mentalidade de iniciativa, o que, na década de 1950, estava ajudando a impor uma revisão em favor da doutrina militar ofensiva atualizada para o caso de guerra contra a URSS ou de revolução interna acionada pelo comunismo internacional. Em conferência de 1958, aderente à fórmula de Clausewitz, bem como a seu legalismo histórico, Castello Branco (1968, p. 241) afirma que as Forças Armadas não podem ter propósitos políticos, tampouco “funcionar como Poder controlador e corregedor nas verdadeiras democracias.”

O drama da inversão da fórmula de Clausewitz, ou do abandono gradual das Forças Armadas no Brasil de uma posição de estrito profissionalismo para a submissão completa da política à guerra, acha-se bem ilustrado na figura de Castello Branco, afinal elo de ligação entre as escolas militares e a ESG. Em conferência de 1962, pronunciada na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, afirma Castello (1968, p. 79-83) que o objeto de estudos da escola, a arte da guerra, visa primordialmente habilitar os oficiais à *defesa* da soberania e território brasileiros, sua função profissional por excelência. Haveria, contudo, outro tipo de guerra a ser travada, a da “defesa das instituições democráticas contra investidas e insurreições totalitaristas na Guerra Revolucionária.” Em sua visão, a guerra revolucionária seria uma “luta de classes, de fundo ideológico, imperialista, para a conquista do mundo; tem uma doutrina, a marxista-leninista.” A guerra fria, por sua vez, seria uma guerra global não declarada para continuar a revolução mundial

soviética, a qual, por meio de pressões e infiltrações, buscava despertar o medo em grupos sociais e dissociar a opinião pública. Em 1962, período em que, conforme vimos, a opinião pública no país estava ideologicamente polarizada, Castello (1968, p. 289-290) pronuncia conferência sobre o conceito de estratégia em que converge com a visão defendida pela ESG desde o começo da década de 1950. Assim, considera que as características da estratégia são, além de sua origem militar, a existência de adversários, de antagonismos e de luta, assim como sua integração na política. Entre 1962 e 1964, conforme veremos, o espírito miliciano assumirá crescente prevalência.

A partir do século XX, de acordo com Menezes (1997, p. 23-33), a estratégia deixa de ser a “arte dos generais” para tornar-se a “arte dos estadistas”, pois passa a permear outras áreas do conhecimento, sobretudo o âmbito político, como arte capaz de orientar planos e decisões de um campo vasto de ideias. Assim, deve-se considerar que é relativa a distinção entre diplomacia e estratégia, já que “as duas significam aspectos complementares da arte única da política – a arte de dirigir as relações internacionais em benefício dos interesses nacionais.” Porque diplomatas e militares são como “irmãos siameses”, defende o autor que a política externa deva ser formulada em intimidade com a doutrina militar, uma vez que a estratégia leva em conta a possibilidade do uso da força para fazer valer os interesses do Estado, e os diplomatas, como instrumentos dessa estratégia, devem conhecer o cacife e o grau de preparo das Forças Armadas. No caso brasileiro, entretanto, Menezes (1997, p. 35-37), ele próprio oficial do Exército, salienta uma dissociação histórica entre o pensamento militar e a política exterior. Em sua visão, esse distanciamento é devido, além da desconfiança mútua entre civis e militares, à herança portuguesa que marcou o nascimento da diplomacia no Brasil. Por um lado, conforme vimos, a herança do patrimonialismo encastelou-a dentro do estamento do Estado, apartada da realidade social do país. Por outro, conforme Menezes, a diplomacia portuguesa transmitiu à brasileira a tendência de evitar enfrentamentos e buscar sempre a mediação. No caso de Portugal, essa cultura decorreu de seu enfraquecimento relativo a partir do século XVII, quando, diante da perda de seu comércio oriental e da invasão de suas colônias, viu-se gradativamente obrigado a afiançar a soberania de seu império no apoio da frota britânica e na habilidade de seus diplomatas.

Assim, no caso da formação histórica brasileira, não se produziu o nexos entre o discurso e o poder militar do país, e a diplomacia não apenas passou a divorciar regra e prática, mas também apresentar uma visão de mundo de cordialidade. Graças à visão estratégica do Barão do Rio Branco, contudo, *discurso e poder articularam-se*, em um

momento em que se consolidaram as fronteiras do Brasil e o país teve sua Marinha entre as mais equipadas do mundo (MENEZES, 1997, p. 42). A dissociação entre regra e prática, segundo apontamos, constitui um dos traços principais da cultura bacharelesca em que se formou o Itamaraty. Discurso e poder, contudo, poderiam associar-se sob a ação de figuras fundadoras, assim como Rio Branco. Desde a criação do Instituto Rio Branco, em 1946, conforme frisamos, o Itamaraty buscou garantir a homogeneidade e o *esprit de corps* de seus quadros em face da diversificação social do país, dentro de um processo de profissionalização e autonomização crescentes. De acordo com Cheibub (1985, p. 129), na década de 1950, houve primazia dos diplomatas economistas, tais como Roberto Campos, ao passo que em seguida passou a prevalecer o estilo político de Araújo Castro, mais interessado em formular em termos articulados a política externa brasileira. A partir de então, o Itamaraty entrou em uma nova fase, em que, após um período de retração, procurou voltar a exercer um papel decisivo na formulação da política externa, processo que se acentuou depois de 1964. Foi durante o regime militar que o MRE *retomou sua autonomia* projetada na época áurea do Barão. Tal como fizera o Barão, em Araújo Castro voltaram-se a conjugar discurso e poder.

Em 1958, quando chefiava o Departamento Político e Cultural do Itamaraty, Araújo Castro proferiu conferência na ESG acerca do *conceito de poder nacional*. Não por acaso, o então conselheiro afirma não querer entrar nas “filigranas de interpretação ou sutilezas que encontrariam melhor guarida em livros de sociologia política”, para o que dá início a uma definição do poder do Estado bastante inspirada em Morgenthau. De acordo com Castro, o poder comporta uma acepção subjetiva, a qual se refere à *autonomia da vontade dirigente*, e uma acepção objetiva, que significa a exteriorização desse poder em sua *manifestação de força ou dominação*. Em seguida, ampara-se no conceito de Weber, para quem o poder é a capacidade de um indivíduo ou grupo de impor sua vontade à ação de terceiros mesmo contra sua resistência. Portanto, para começar, temos em Araújo Castro uma definição bastante afeita à autonomia no espaço e à visão hierárquica das relações internacionais, pois entende que o poder é exercido por uma vontade dirigente que busca projetá-lo se preciso pelo uso da força. De modo significativo, o diplomata rechaça o conceito de poder nacional do sociólogo Guerreiro Ramos, o qual o identifica simplesmente com todos os elementos políticos de um país que detêm as funções administrativa, econômico-social e militar, sem, portanto, invocar a projeção internacional de poder. Em tom de reprimenda, Araújo Castro afirma ser a formulação de Guerreiro “justa, feliz e adequada”, mas incompatível com aquela que se

encontra no Sumário organizado pela ESG, na medida em que “[o] que é indispensável é que estejamos cientes e conscientes da convenção estabelecida para que possamos evitar confusões de nomenclatura ou de terminologia, em assunto de capital importância para a Segurança Nacional.” (apud AMADO, 1982, p. 3-4).

Em seguida, o diplomata busca detalhar a definição de poder nacional oferecida pela ESG, partindo da estrutura de limitações de ordem interna e externa a seu exercício conforme presente no realismo político de Hans Morgenthau. Assim, nove seriam os elementos constitutivos do poder nacional: a terra, os recursos naturais, a capacidade industrial, a preparação militar, a população, o temperamento e a moral nacionais, a diplomacia e o governo. Em primeiro lugar, Araújo Castro destaca a necessidade de aceitação das “realidades inelutáveis ligadas à base física do poder”, uma vez que a história ensina que “o Poder tem incontestável tendência para estabelecer o seu *habitat* em grandes massas territoriais” ou em países-massa dos quais os melhores exemplos seriam as superpotências, Estados Unidos e União Soviética. Lembrando Mackinder, teórico geopolítico do poder terrestre, afirma o diplomata que a posição geográfica de um país é o fator determinante de sua política exterior. Nesse sentido, uma vez mais afeito à autonomia no espaço, conclui que o território imenso do Brasil é o elemento básico e fundamental de seu poder nacional. Quanto aos recursos naturais, salienta que o fortalecimento do poder nacional do país depende de seu desenvolvimento econômico e de sua expansão industrial, os quais “poderão levar-nos, num futuro próximo, a uma posição de força no cenário internacional.” (apud AMADO, 1982, p. 5-9). Na sequência, Araújo Castro reflete sobre as limitações éticas que as instituições devem ou não apresentar ao exercício do poder, ou se o Estado tudo pode fazer para atingir seus Objetivos Nacionais. Vinda de um diplomata, sua franqueza é desconcertante:

Ninguém negaria que os limites éticos da ação internacional dos Estados são consideravelmente mais amplos e mais elásticos do que os limites éticos da ação individual. *Nós mesmos, como representantes do Brasil em uma conferência internacional, não teríamos exagerados escrúpulos* em pleitear para o nosso país certos direitos e vantagens que pudessem parecer excessivos ou desarrazoados se comparados com os concomitantemente concedidos a outro Estado. *Num mundo dominado pelo conceito de poder*, não podemos considerar necessariamente imoral qualquer tendência de fortalecimento e acréscimo desse Poder. Trata-se de um problema de realismo jurídico e de necessidade de sobrevivência. De qualquer maneira, *seria extremamente difícil, num regime democrático*, obter apoio para uma política exterior inteiramente fria e egoísta, cínica e impiedosa, ostensivamente imperialista e dominadora. [...] Kant tentou levar para a esfera internacional os princípios de sua ética individual: “Age de tal maneira que a norma de ou tua conduta se possa transformar em um princípio universal.” Acontece, apenas, como acenamos acima, que os Estados são muito menos propensos do que os indivíduos a torturarem-se com lacerantes e acabrunhadores casos de consciência. A política internacional tem sido, até hoje, dominada e orientada pela procura do Poder, isto é, pela afirmação do Poder Nacional de um Estado sobre o Poder Nacional de outros Estados, assim,

diante de uma *luta de soberania e não apenas diante da igualdade de soberanias a que se refere a Carta de São Francisco*. (grifos nossos) (apud AMADO, 1982, p. 12-14)

Nessa conferência, como fica evidente, o diplomata conjuga discurso e poder, assim como destaca a importância do fator geográfico, o que certamente agradou sua audiência da ESG. É curioso notar que, em um momento em que os intelectuais do ISEB defendiam a tese do neutralismo, Castro, futuro chanceler da PEI, descarta a ideia de terceira força e afirma que os “dois blocos [da Guerra Fria] se tornaram demasiado poderosos para que as pequenas Potências do *neutralismo* possam pretender atribuir-se um papel decisivo no livre jogo de forças da política mundial.” Acerca da função típica do diplomata, considera que a assinatura de compromissos internacionais pode auxiliar o aumento do Poder Nacional, desde que se possa reservar a si a parte do leão, pois é “certo que a esse fortalecimento ou a esta ampliação corresponde o enfraquecimento ou restrição em um outro Estado.” Segundo Castro, tal como ocorreu no contexto de paz armada prévio à Primeira Guerra Mundial, em seu tempo “não existe país algum que não se declare interessadíssimo na manutenção da paz [...] [e]m tudo isso, [contudo], somos forçados a enxergar apenas mais uma manifestação da ‘política de poder’.” De modo significativo, o diplomata afirma que a ONU visa em primeiro lugar à paz antes que à justiça internacional, visto que seu objetivo era manter a coligação vitoriosa da Segunda Guerra Mundial, “não apenas de assegurar o funcionamento de um mecanismo de justiça distributiva na ordem internacional.” Ao fim, pontua que o Brasil, às vésperas de sua revolução industrial, estaria perto de ultrapassar sua condição de potência média e fortalecer sensivelmente seu poder nacional (apud AMADO, 1982, p. 16-22).

Em todo seu pronunciamento, portanto, Castro enfatiza os aspectos da ordem e do poder e minimiza, ou mesmo menospreza, o que se pode aspirar em termos de justiça e emancipação no plano internacional. No mesmo sentido, Golbery do Couto e Silva (1981, p. 13) afirma que o poder nacional, “atuante desde o tempo de paz como trunfo decisivo e sustentáculo real nas discussões diplomáticas”, deve ser fortalecido para a eventualidade da guerra, momento em que seu componente militar e o papel das Forças Armadas assumem papel dominante, o que implicaria a “necessidade de sacrificar o Bem-Estar [da população] em proveito da Segurança.” Dessa forma, Araújo Castro afina-se completamente ao pensamento militar em relações internacionais, o qual, sob influência do realismo político e do próprio espírito militar, enxerga e reconhece uma ordem internacional hierárquica, dentro da qual é possível ascender através do aumento de poder do Estado nacional. No quadro da ESG, o poder nacional, amparado sobretudo

na base geográfica, configura o instrumento de ação da Grande Estratégia em direção aos Objetivos Nacionais. Assim, define-se como “a expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, psicossociais, econômicos e militares) de que a Nação dispõe, efetivamente, no momento considerado, para promover, no âmbito interno e no campo internacional, a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, a despeito de antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis.” (COUTO E SILVA, 1981, p. 156; TÁVORA, 1959, p. 29). Como vimos, a autonomia no espaço parte de uma visão agônica da realidade; em nossa concepção, desde o momento em que os militares assumirem o poder, em 1964, esse registro discursivo implicará cada vez mais no campo das práticas de poder *duas faces de Jano* interligadas como aplicações da mesma estratégia: *dentro*, a diminuição do espaço de autonomia da população em meio à repressão; *fora*, o aumento da projeção do território no espaço internacional com vistas à construção de uma grande potência.

Em 1975, no apogeu do regime militar, Carlos de Meira Mattos publicou a primeira edição de seu *Brasil: geopolítica e destino*, onde buscou atualizar o conceito de poder apresentado pela ESG na década de 1950. Ex-integrante da FEB, o general havia comandado, em 1965, o destacamento de tropas brasileiras que interveio na República Dominicana, sob os auspícios da Força Interamericana de Paz (FIP) da OEA. Em 1967, sob instrução do presidente Costa e Silva, emitiu relatório endereçado ao MEC em que recomendava a *limitação da autonomia* universitária em razão das agitações estudantis. Promovido a general, Meira Mattos comandaria a AMAN entre 1969 e 1971. Sob forte inspiração de Mário Travassos, o qual havia teorizado na década de 1930 acerca da projeção de poder continental do Brasil, o general retorna à geopolítica para embasar a nova aspiração de projeção global do país. Partindo de Kjéllen e Spykman, teóricos da geopolítica, assim como do realismo de Morgenthau, Meira Mattos (1979, p. 99-103) afirma que o *conceito de potência mundial* engloba três aspectos essenciais: o espaço, a liberdade de movimento e a coesão interna. O espaço é a dimensão geográfica, o qual desde a década de 1960 também incluía o espaço sideral; a liberdade de movimento representa os recursos naturais, a capacidade industrial, científica e tecnológica e a disponibilidade da população; e a coesão interna relaciona-se à liderança e ao caráter e moral nacionais. Dessa forma, o Brasil teria condições a aspirar a um lugar entre as grandes potências do mundo, que é a “missão dos idealizadores do Movimento de 31 de Março.” Sem sua liderança, sem a “trilha da democracia com autoridade”, não poderia

haver coesão nacional tampouco potência, pois “as maiorias e minorias se perderão nos desvãos sectários da polêmica estéril.”

Segundo Meira Mattos (1979, p. 106-117), essa projeção internacional do poder pode converter uma potência média em superpotência. Nas preocupações de Travassos, tratava-se de obter para o Brasil a condição de potência média, caracterizada pela preeminência sul-americana em exclusão à Argentina. Quarenta anos depois, Mattos presume presentes as condições de ascensão de grau acima. Amparado, por exemplo, nas projeções de Brzezinski, membro da escola realista e herdeiro dos teóricos geopolíticos, afirma que seriam Brasil, China, Japão, Índia e Europa Ocidental os maiores postulantes ao novo *status* internacional. Na comparação entre seus atributos de potência – espaço, liberdade de movimento e coesão interna – conclui Meira Mattos que Brasil e China estariam em melhores condições de ascensão tomando-se como referência sua evolução até o ano 2000. Por sua vez, os pontos fracos da Índia seriam seus laços frouxos de coesão interna e seu baixo índice de desenvolvimento; a Europa Ocidental padeceria da dificuldade de alcançar uma integração de tipo supranacional; e o Japão teria seu caminho dificultado em virtude de seu território limitado e de sua fragilidade crítica em recursos naturais. Dessa forma, consideramos acertada a hipótese de Miyamoto (1995, p. 92), segundo quem “a fundação da ESG veio a propiciar as condições necessárias para que fosse gestada não apenas essa doutrina própria dos militares, como também que ela fosse colocada em prática visando a um fim: fazer do país uma grande potência.” É interessante salientar que Meira Mattos (1979, p. 143-147), ele próprio egresso da ESG, longe de questionar a hegemonia norte-americana, toma os Estados Unidos, em dados de 1977, como *parâmetro de emulação* para as metas de grandeza do Brasil para o ano 2000, sinal de sua visão hierárquica das relações internacionais.

5.3 Autonomia e espaço

Entretanto, não se trata de afirmar que a geopolítica informou todas as práticas políticas tomadas pelos militares a partir de 1964⁹⁸. Antes disso, parece-nos que foi a

⁹⁸ Como lembra Vesentini (2004, p. 25), desde o final da Segunda Guerra Mundial, a geopolítica havia entrado em crise no mundo, sobretudo por sua associação com os países do Eixo, derrotados no conflito, cujas políticas expansionistas apoiaram-se em seus ensinamentos. O caso mais notório foi o da Alemanha nazista, cuja busca do *Lebensraum* aludia não apenas à abordagem geopolítica da Escola de Munique, cujo maior expoente foi Karl Haushofer, mas também ao próprio Friedrich Ratzel. Em consequência, a geopolítica entrou em um período de ostracismo, durante o qual foi considerada pouco recomendável pelo mundo acadêmico e científico ou mesmo banida completamente. Nos principais centros da Guerra Fria,

concepção espacial da autonomia que tornou possíveis não apenas a visão geopolítica da situação brasileira, mas também a doutrina militar, o espírito militar, o poder disciplinar e sua perspectiva realista das relações internacionais, de maneira que todos esses elementos concatenaram-se e balizaram as práticas políticas, interna e externamente. Dessa forma, o estrato espacial predomina na valência de seu conceito de autonomia, o qual busca submeter e ordenar a linha do tempo. Desde o ponto de vista da geopolítica, o território nacional aparece como Ser ou corpo da pátria, cuja fixidez e antiguidade devem nortear as práticas políticas a fim de circunscrever a contingência e a mudança à moldura prévia da segurança nacional. Conforme vimos, em sua perspectiva heraclítica, os intelectuais aspiravam à aceleração dessas mudanças para que o Devir do processo histórico pudesse submeter o espaço e a natureza, entendidos como sinônimos do passado colonial. No pensamento militar brasileiro, sob influência positivista, a história seria compreendida em uma perspectiva mecânico-formal e desprovida da promessa emancipatória. Mais do que isso, a submissão do tempo ao espaço implicaria a prevalência da história como *retorno*, como *historia magistra vitae*, o que se constata sobretudo no trato dado à história militar, em que o *espaço de experiência passado*, longe de ser rechaçado, pode fornecer preciosas lições. Na tensão existente entre sair e retornar à caserna, além disso, o envolvimento dos militares brasileiros na política seria marcado, desde o Segundo Império, por esse mesmo padrão cíclico, aplicável a seu exercício periódico do papel moderador nos períodos de crise.

Em uma visão pessimista do homem, o militar considera que a natureza humana é estática, incapaz de aperfeiçoamento. Assim, o homem da ética militar é o homem de Hobbes: mau, fraco e irracional. Uma vez que a natureza humana é permanente, a teoria do progresso submete-se ao entendimento de que a história é cíclica. Assim, dada sua incapacidade de melhoramento, o homem incorre recorrentemente em períodos de guerra e paz. Em outras palavras, os militares não creem, como quisera Kant, que há um “plano secreto da Natureza”, segundo o qual, após longos períodos de sofrimento e

coube a estrategistas militares, cientistas políticos ou geógrafos a tarefa de teorizar sobre o equilíbrio mundial de forças. No caso dos EUA, como vimos, houve o fortalecimento acadêmico do realismo político. Em países como Brasil, Argentina e Chile, contudo, a geopolítica manteve-se viva, embora à margem das universidades. Na década de 1970, coube principalmente a Yves Lacoste a reativação da geopolítica em novos moldes. Dali em diante, não se trataria mais de temas como o poder marítimo ou o *heartland*, mas do embate entre socialismo e capitalismo e dos cenários possíveis de uma terceira guerra mundial. Desse modo, os militares brasileiros que utilizaram a abordagem geopolítica a partir da DSN estavam a um só tempo atrasados e adiantados. Atrasados, porque o viés da velha geopolítica caíra em desuso depois do conflito mundial; adiantados, pois já buscavam pensar a posição do Brasil em face do novo contexto de Guerra Fria. Em seu caso, evidentemente, a utilização da geopolítica não deveria implicar beneplácito universitário, já que era feita no seio mesmo das escolas militares.

guerra, chegará a paz duradoura. Em consequência, valoriza-se enormemente o espaço de experiência, na medida em que o passado representa um repertório de lições, cujo estudo permite desenvolver princípios para aplicação futura. No mesmo espírito do realismo clássico, a mentalidade militar presume que a imperfeição da natureza humana é a causa das guerras, cuja eventual inevitabilidade determina que se observe o âmbito internacional sobretudo como espaço de insegurança⁹⁹. Desse modo, a fraqueza do homem implica a impossibilidade de seu aperfeiçoamento e a impossibilidade de sua emancipação, em função do que *sua autonomia deve ser tutelada*. Assim, o militar faz estimativas pessimistas da realidade internacional, o que o predispõe a sobrestimar a magnitude e a imediatidade das ameaças à segurança nacional; o militar é cauteloso e conservador, pois favorece a preparação constante para a guerra dentro do pior cenário possível. Desse modo, há dois *elementos imutáveis* que compõem a estratégia militar: a natureza humana e a geografia física (HUNTINGTON, 2000, p. 61-71).

É por essa razão que Golbery do Couto e Silva pensa o território brasileiro como espaço de insegurança que é preciso *defender*. A partir da defesa do território, é possível projetá-lo externamente. Com efeito, o general considera que o fundamento geográfico do poder nacional, porque mais estável e definido, condiciona os fundamentos políticos, militares, econômicos e psicossociais, cuja estratégia conjunta parte do imperativo de se salvaguardar a segurança nacional. Sem buscar resolver de todo a controvérsia entre deterministas e possibilistas, Couto e Silva (1981, p. 34-35) ampara-se em Ratzel de modo a apontar o *espaço* e a *posição* como as duas categorias principais para a análise geopolítica. O espaço estatal, ou território, engloba não apenas o espaço físico ou bruto, “componente nitidamente estabilizadora em meio à fluidez das relações internacionais”, mas também o espaço político, dividido em zonas de ocupação efetiva (ecúmenos), onde há um núcleo central bem integrado com densa população; zonas passivas à espera de valorização; e zonas de transição, nos limites do território, as quais funcionam como fronteiras de civilização. Por sua vez, a posição do território, ou suas coordenadas geográficas, implica analisar as correntes internacionais de circulação, a dependência em relação ao comércio exterior, os grandes centros de poder e as pressões externas que exercem, as zonas de fricção com países vizinhos e as plataformas de expansão dentro

⁹⁹ “Eu não estou brincando e não quero poupar ninguém de tal desmando. Do que ao redor se vê, meus olhos se ressentem, nada há com que minha ira e meu fel não se esquentem. Entro num negro humor, num profundo despeito, vendo os homens viver entre si desse jeito. Na corte, e fora, é só covarde adulação, injustiça e perfídia, interesse e traição. Eu não me aguento mais: e a fúria em que me dano me leva a provocar todo o gênero humano.” (MOLIÈRE, 2005, p. 138)

do território nacional capazes de estabelecer zonas de influência no espaço exterior. Em suma, a análise do espaço diz respeito à geopolítica aplicada ao território nacional com vistas a sua integração total; e a análise da posição é a geopolítica orientada ao exterior a fim de se projetar internacionalmente o poder nacional.

Com base nessas categorias fundamentais, o general procura analisar o espaço e a posição do Brasil desde um ponto de vista geopolítico nacional. No que se refere ao âmbito interno, Golbery (1981, p. 89-92; p. 108-127) parte da hipótese do “império brasileiro” ou do “colosso imperial”, justificada pelo tamanho do território brasileiro, por suas enormes linha de fronteira e orla marítima. Na análise desse espaço, detecta um núcleo central, ancorado no triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte; três penínsulas que a ele se articulam, a nordestina, a do extremo sul e a goiano-matogrossense; e a hiléia amazônica, região isolada ou ilha distante. Com base nessa configuração espacial, Golbery traça uma estratégia de integração do território, a qual deve partir do núcleo central, entendido como *heartland* ou plataforma central de manobra, por meio de sua melhor ligação com as três penínsulas. Nessa estratégia, a ocupação do Centro-Oeste é um passo fundamental, pois funciona como base avançada ou zona de transição capaz de “inundar de civilização a Hiléia amazônica”, etapa final do processo de integração. Parece-nos fundamental entender o papel que Brasília ocupa em seu pensamento, a qual estava em vias de construção na década de 1950:

Assim, o núcleo central ecumênico do Brasil amplia-se para uma vasta área geopolítica de reserva geral ou de manobra central, que incorporará necessariamente, em futuro não muito remoto, a totalidade do Estado de Minas Gerais e o restante do Espírito Santo, espalhando-se, ao impulso da interiorização da Capital, por todo o Sul de Goiás, de modo que o triângulo de potência que já se vai alargando firmemente para o quadrilátero tão bem dotado de São Paulo – Rio – Vitória – Belo Horizonte acabará por estirar-se ainda mais a noroeste para fincar seu vértice interior na região de Brasília, possibilitando afinal a articulação que faltava, com a atual ilha amazônica, ao longo do rio Tocantins e do traçado paralelo da BR-14 [atual BR-153, Belém-Brasília]. (COUTO E SILVA, 1981, p. 91)

É preciso comparar sua compreensão do significado da nova capital com aquela registrada pelos líderes populistas e pela inteligência brasileira que também estavam presenciando sua construção. Parece-nos que suas percepções dessa mesma realidade indicam não apenas formações discursivas e enunciados com valências semânticas bastante diferentes, senão também preconceitos ou sentimentos subjacentes distintos. Vimos que Corbisier interpreta Brasília como símbolo que representa o processo de emancipação do país, cuja lógica inscrita no sentido do tempo serviria de alento ao denodo incansável de Juscelino Kubitschek contra todos os opositores da ideia. Por sua

vez, JK, construtor da nova capital, tinha profunda confiança na democracia e no futuro do Brasil, do que seu sorriso aberto talvez tenha sido a melhor expressão. Primeiro presidente empossado em Brasília, Jânio pensava o Brasil como a terra de Canaã, cujo futuro fecundo seria invencível. Em todos esses casos, tratava-se de submeter o espaço de experiência passado, identificado com o mundo litorâneo e colonial estabelecido no Rio, por algo novo prestes a começar. Em sua linguagem de guerra, o general não incompatibiliza Rio e Brasília; ao contrário, destaca a integração da nova capital ao Brasil litorâneo, origem da área de manobra estratégica. Em Golbery (1981, p. 41-42), não há oposição, muito menos ruptura, entre passado e futuro. Sua hipótese do “império brasileiro” implica elogiar o papel dos antepassados – o bandeirante paulista, o criador de gado e o missionário católico – em sua tarefa de dilatação do território nacional. Como afirma Spode (2015, p. 110-111), a relação que se estabelece entre sentimentos e percepção da realidade cria uma tendência geral de comportamento ou mentalidade que determina a natureza dos interesses e das ações políticas. Assim, no primeiro caso, os enunciados se articulam a partir da esperança; no segundo, do medo. Cada percepção da realidade trabalha portanto em um *plano distinto de verdade* e assume como premissas sentimentos cuja validade é indemonstrável. Desse modo, a mesma realidade – Brasília, bastante concreta – pode ensejar práticas de poder tão distintas como o *romper* e o *defender*. Não podem jamais partilhar o *mesmo tempo*, tampouco o *mesmo espaço*.

Em sua análise da posição do Brasil e de suas possibilidades de projeção de poder no mundo, Golbery parte da influência pioneira de Travassos. Dessa forma, também pensa a América do Sul compartimentada em duas grandes regiões, a área amazônica e a área platino-patagônica, entre as quais situa uma área geopolítica de soldadura que engloba Bolívia, Paraguai, Mato Grosso e Rondônia. Em outras palavras, a frente de expansão do Centro-Oeste teria a tarefa não apenas de atingir a Amazônia, mas também estabelecer uma área de influência sobre os países mediterrâneos vizinhos. Segundo Travassos, conforme vimos, a chave para a projeção sul-americana seria a ascendência sobre o *heartland* boliviano, o triângulo Cochabamba – Santa Cruz de la Sierra – Sucre. Em texto de 1959, Golbery destaca a necessidade de se manter a América do Sul imune à infiltração do comunismo. Em seu jargão de guerra, afirma que cabe ao Brasil liderar a conversão do subcontinente em Fortaleza Sul-Americana, como um conjunto de espaço estratégico sólido e articulado. No marco do antagonismo da Guerra Fria, tendo-se o Brasil como ponto de referência geopolítico, Golbery divide o globo em hemicírculo interior, arco que vai dos Estados Unidos à Antártida, passando

pela África Ocidental; e em hemicírculo exterior, arco dominado pela Eurásia. Do ponto de vista da segurança nacional, o hemicírculo exterior é considerado o mais perigoso, pois ali estava situado o bloco comunista (COUTO E SILVA, 1981, p. 75-89; p. 127-131). Assim, precisamos tomar em conta o impacto que a Revolução Cubana teria sobre os militares brasileiros, na medida em que o perigo do distante hemicírculo exterior transpôs-se para o Caribe, e a ilha tornou-se o farol da revolução no continente.

Em ensaios escritos na década de 1950, ainda dentro de uma perspectiva que destacava o conflito bipolar, Golbery buscou assegurar ao Brasil o papel de defesa do Ocidente contra o comunismo. Suas análises, entretanto, não podem ser simplificadas. De acordo com o general (1981, p. 195-198), seriam quatro as janelas de projeção do Brasil no mundo: o mundo luso-brasileiro, o mundo latino, o mundo católico e também o mundo em desenvolvimento. Nesse caso, tratar-se-ia de desempenhar um papel de elo entre o Ocidente e os povos subdesenvolvidos, a fim de lhes oferecer “uma alternativa mais risonha do que a apresentada pelo imperialismo comunista.” De sua parte, Meira Mattos, escrevendo em meados da década de 1970, momento em que o projeto de Brasil Potência atingia seu apogeu, busca ampliar as pretensões geopolíticas do país. Afirma que a *forma compacta* do território brasileiro facilita a coesão do Estado, assim como a integração nacional, dada a relativa equidistância dos pontos extremos em relação ao centro. Quanto à *posição*, Meira Mattos destaca a condição brasileira como país misto ou do tipo continental-marítimo. De modo semelhante a Golbery, considera que a mudança da capital para Brasília foi um ato político adequado à realidade geográfica do Brasil, com o que foi possível soldar litoral e áreas interiores, mar e continente. No espaço internacional, o general defende a projeção continental e marítima do Brasil. No primeiro caso, amparado na influência de Travassos, referenda a expansão sobre a hinterlândia da América do Sul por meio da interiorização rodoviária; no segundo, defende uma estratégia para o “lago do Atlântico Sul” em que o país não apenas garantisse a segurança de seu litoral, mas também participasse ativamente na segurança da faixa litorânea de Dacar ao Cabo, bem como reivindicasse a exploração de recursos naturais na Antártida (MEIRA MATTOS, 1979, p. 13-22; p. 69-84).

Ao lado da geopolítica, a autonomia no espaço implica valorizar as lições da história, ou a *historia magistra vitae*, em sua aplicação à guerra. Em outras palavras, a doutrina militar depende do espaço de experiência repetível das batalhas passadas para formar suas linhas de ação. De acordo com Clausewitz (s/d, p. 191-193), os exemplos históricos propiciam o melhor tipo de prova para a arte da guerra, cujo conhecimento é

fundamentalmente empírico. Assim, se um meio empregado na guerra for eficaz, será empregado diversas vezes até ser incluído na teoria; ou seja, *a ideia da guerra não se forma como horizonte de expectativas*, mas colhe da história subsídios empíricos para sua formulação. Segundo Clausewitz, “os exemplos históricos sempre têm a vantagem de serem mais realistas e de dar vida à ideia que estão ilustrando.” Bastante fiel ao militar e teórico germânico, Castello Branco esclarece:

Uma Doutrina Militar só pode ser elaborada na base do *efeito de condições e circunstâncias existentes sobre as ideias*. Pois uma doutrina destinada a organizar uma guerra e na eventualidade do seu desencadeamento, destinada também a fazê-la, tem que assentar em *conclusões tiradas dos fatos*, tem que sair de uma realidade para orientar outra realidade. É o aproveitamento, por meio de um processo pragmatista, do *saldo de uma experiência que a história sempre oferece* e, em seguimento, o trabalho de imaginação para o emprego de novos recursos. É, segundo Clausewitz, o que o chefe militar leva para o campo de batalha, prescindindo dos elementos teóricos. Uma Doutrina Militar é delineada para uma época e a sua evolução decorre da *influência da ciência e da técnica*, do aparecimento de novos meios e da mutação da política de segurança nacional. Não é estabelecida para uma guerra qualquer e, sim, para um conflito ou conflitos que uma nação pode admitir em seus antagonismos, na vigência de determinadas hipóteses de guerra. (grifos nossos) (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 245)

Primordialmente, os princípios da guerra são uma série de constantes ao longo da história que condicionam a aplicação dos meios da guerra. Assim, por exemplo, Castello Branco recorria a exemplos de manobras de batalhas ocorridas na Guerra do Paraguai e na Segunda Guerra Mundial como subsídios empíricos para suas aulas de tática e estratégia na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Nesse sentido, a atualização da doutrina militar parte da moldura desenhada pelo espaço de experiência. Conforme vimos, os êxitos da FEB ajudaram a converter a doutrina militar brasileira de defensiva em ofensiva; por sua vez, a era nuclear aumentou a possibilidade de uma guerra total. Na década de 1950, momento em que Golbery escreveu seus ensaios sobre geopolítica, predominava a hipótese de guerra extracontinental, na qual o Brasil deveria lutar ao lado dos Estados Unidos em uma confrontação direta contra o bloco comunista. Sobretudo depois de 1961, no contexto da coexistência pacífica e da crise da posse de João Goulart, a doutrina militar brasileira passaria a enfatizar o combate à guerra revolucionária e à infiltração comunista (GARCIA, 1997, p. 25-26). Base para qualquer inovação, a *historia magistra vitae* é parte integrante do espírito militar. Segundo atesta Castro (2004, p. 11), assim, a história militar compõe a grade de disciplinas do terceiro e quarto anos do curso da Academia Militar das Agulhas Negras, o que indica não só sua importância na formação dos oficiais, mas principalmente o modo como o militar percebe e formula a passagem do tempo e a função da história.

Por um lado, o espírito militar é equipado com a visão cíclica da história aplicada ao dever funcional da guerra; por outro, sob a influência do positivismo no Brasil, o espírito miliciano buscou intervir na organização da política e da sociedade desde a fundação da república partindo de uma visão linear ou progressiva da história, contudo, sempre submetendo-a à moldura fixa da ordem. Dois paradigmas pensaram o progresso desde o século XIX: o positivismo derivado de Comte e o historicismo derivado de Hegel. O positivismo pode ser considerado uma reação conservadora ao conteúdo emancipador do Iluminismo. Sua pretensão à objetividade, assim como a equiparação metodológica entre ciências naturais e ciências humanas, implica afirmar que a natureza humana é imutável e recusar a corrente historicista, a qual assume que o homem é um ser em movimento e em processo de diferenciação, apto a efetivar transformações sociais. Oriundo da França pós-revolucionária, o pensamento de Comte buscou conter os arroubos revolucionários e converteu o otimismo iluminista quanto ao futuro em cautela para conservar a estabilidade e a hierarquia social. O novo imperativo da ordem visava à conciliação de classes, em função do qual a teoria do progresso despolitizou-se e assumiu uma dimensão mecanicista, não dialética. No positivismo, o progresso voltou-se apenas para os avanços tecnológicos, sem necessidade de superação no tempo das desigualdades sociais. Além disso, na sociologia de Comte a metáfora mecanicista é conservadora, pois cada classe social deve ter seu lugar e função definidos no corpo social, assim como os órgãos os têm no corpo biológico. Sob a profunda inevitabilidade das leis sociais, os menos favorecidos devem resignar-se quanto a seu lugar na ordem pública, sem esperança de compensação (BARROS, 2011, p. 64-97).

Desse modo, podemos enxergar como *sentimentos distintos* acarretam diferentes apreciações da articulação espaço-temporal, as quais impactam as práticas de poder. Segundo afirmamos, o pensamento diplomático parte de uma perspectiva antiquária e monumental da História, por meio da qual se torna possível desacelerar o progresso das *mudanças* sociais por remissão constante a um monumento fundador – nesse caso, o Barão do Rio Branco –, o qual chancela a *continuidade* do tempo balizada no espaço da norma. Esse movimento autopoiético joga com a articulação espaço-temporal com base em uma percepção de mundo carregada de sutileza e astúcia. Herdeiros da influência transformativa do historicismo, por sua vez, os intelectuais engajados puseram todas as suas esperanças na possibilidade atual, iminente e futura de o tempo *romper* com o espaço de experiência passado do Brasil. Em cima disso, os engajados assumiram a posição de *prophètes philosophes* e agarraram-se à *anúnciação* teórica do Brasil novo,

cujas certezas estariam depositadas em sua própria confiança no progresso como vetor emancipatório. Como podemos suspeitar, a articulação espaço-temporal no pensamento militar seria mais complicada que as duas anteriores, sobretudo porque parece-nos que está atravessada pela ambiguidade dentro/fora. Na situação do militar profissional, ao qual incumbe o dever de *defender* o território e a soberania nacionais, assim como manter-se alerta *dentro* da caserna, o tempo deve guiar-se pelo espaço e submeter-se ao *retorno* da experiência verificada nas lições passadas das batalhas. Na situação do militar político, entretanto, o qual sai da caserna em direção ao mundo de *fora* dos civis para buscar tutelar o processo de desenvolvimento, a relação inverte-se. Nesse caso, a partir de sentimentos de cautela e medo, será necessário calcular e ritmar o progresso do tempo para evitar o caos simulado ou a ruptura do espaço. Podemos portanto entender a relevância da herança positivista no pensamento militar brasileiro, bem como sua formação cartesiana direcionada a uma racionalidade weberiana de meios.

Havia três modelos de república disponíveis no momento da fundação do regime republicano no Brasil: o de Rousseau, o de Hamilton e o de Comte. O primeiro tinha como protótipo a Primeira República francesa sob domínio dos jacobinos, caracterizada pela intervenção direta do povo no governo e por grandes ideias mobilizadoras do entusiasmo coletivo. No Brasil, esse modelo agradava setores da população urbana formados por profissionais liberais, pequenos proprietários, professores e estudantes, os quais não controlavam os recursos de poder econômico e social. O modelo federativo de Hamilton partia do exemplo dos Estados Unidos e era preferido pelos proprietários rurais, sobretudo os cafeicultores paulistas, pois enfatizava a autonomia dos estados e os interesses individuais. De sua parte, os militares brasileiros sentiram-se atraídos pelo positivismo de Comte. Desse modo, a monarquia poderia ser condenada em nome do progresso, já que correspondia à fase teológica dentro da lei dos três estados a ser superada pela fase positiva encarnada na república. Ao lado disso, havia apelo à ideia da ditadura republicana, na qual um Poder Executivo forte e intervencionista traria progresso pela ação do Estado e incorporaria o proletariado à ordem social. No Brasil, os militares tinham formação técnica e sentiram-se atraídos pela ênfase positivista à ciência e ao desenvolvimento industrial (CARVALHO, 1990, p. 18-29). Portanto, havia no pensamento militar brasileiro uma tensão entre o espírito militar, pautado por uma visão cíclica da história aplicável à arte da guerra; e o espírito miliciano, influenciado pelo positivismo dos “bacharéis de farda”, cuja visão progressiva da história implicava

intervir na política a partir do espaço da ordem. Na década de 1950, a ampliação da segurança nacional salientou a ordem do espaço como premissa da tomada do poder.

Essa tensão dentro do pensamento militar pode explicar o movimento recorrente de entrada e saída dos militares na caserna, os quais exerceriam papel moderador sobre as instituições democráticas até 1964. A clivagem dentro/fora entre civis e militares provém do período da formação da burocracia imperial no Brasil. De acordo com Murilo de Carvalho (2007, p. 187-191), o setor militar da burocracia não apenas não pôde ser absorvido ou eliminado, como agiu de dentro do Estado como principal fator de destruição da monarquia. Por um lado, havia a divisão social da corporação entre oficiais e praças, na medida em esses últimos engajaram-se nos primeiros anos do regime imperial em movimentos rebeldes populares; por outro, os oficiais aos poucos desenvolveram sua própria identidade em meio à elite civil, sobretudo em relação aos que denominavam pejorativamente como “bacharéis”. Ao tempo da Independência, os oficiais oriundos do Exército português constituíam uma nobreza de farda, cujo sangue era requisito ao oficialato. Assim, a primeira geração de oficiais brasileiros era formada por cadetes pertencentes à camada dominante, ao passo que os praças eram recrutados na população pobre. Gradualmente, contudo, o cadetismo enfraqueceu-se e a origem social do oficialato tornou-se mais popular, diferentemente do que ocorreu com a Marinha. Com o advento da Regência, os liberais enfraqueceram o Exército mediante a criação da Guarda Nacional. Segundo Murilo de Carvalho, os liberais tinham ojeriza à manutenção de exércitos permanentes, pois queriam evitar o surgimento de pequenos Bonapartes. O Exército só voltaria a agir politicamente após a Guerra do Paraguai.

Nesse contexto, Caxias inaugurou o *modus operandi* que viria a caracterizar o *papel moderador dos militares* sobre a política dos civis. Em 1868, o gabinete liberal de Zacarias de Góis pretendia manter controle cerrado sobre os militares que conduziam a guerra contra Solano López. Caxias, cadete, membro de Partido Conservador e líder das tropas aliadas, por meio de pressão direta ao imperador, obteve a queda do gabinete, em uma das poucas ocasiões em que Dom Pedro II fez uso do Poder Moderador. Conforme destaca Trevisan (1985, p. 13), o êxito na Guerra do Paraguai cimentou a união do Exército e fê-lo crer que o patriotismo era um sentimento exclusivo seu, com a construção da “imagem de que só eles, os militares, eram puros, incorruptíveis, porque mesmo passando por todas essas privações e sacrifícios, mantinham o amor à Pátria.” Ao lado do amor, conforme adiantamos, viriam a ordem e o progresso. A república a ser *defendida* pelos militares positivistas não seria a república liberal ou a das insurreições,

mas a república determinada pela política científica e pela moral. Em 1887, no bojo da Questão Militar, a qual projetou Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, segundo vimos, os militares usariam o recém fundado Clube Militar para defender a Abolição e o fim do Império. De acordo com Trevisan (1985, p. 17), os militares só não ocuparam totalmente o poder político no começo do regime republicano pois tinham aversão ao caudilhismo latino-americano. Após o governo de Floriano Peixoto, quando *retornaram* à caserna, passaria a prevalecer o papel moderador, em que o Exército era visto como o guardião da unidade nacional, embora permanecesse subjacente o ideal positivista de se assumir diretamente o poder para estabelecer a disciplina da ciência.

O movimento tenentista, do qual tomaram parte Cordeiro de Farias e Juarez Távora, nutriu-se dessa herança de ideias. Desde a década de 1930, cristalizaram-se duas tendências: por um lado, o cadetismo de Caxias foi restaurado simbolicamente por José Pessoa para distinguir socialmente os oficiais tanto em face dos praças quanto em face dos civis; por outro, o legado positivista retornou a partir da Doutrina Góes e da fundação da ESG, cujo objetivo explícito era combater a demagogia e a corrupção dos líderes populistas e formar uma elite dirigente tecnicamente apta a governar. Na análise de Stepan (1975, p. 66-75), o padrão de acionamento do papel moderador dos militares, entre 1945 e 1964, situa-se na circunstância de que as elites políticas civis encontravam-se divididas e expressavam abertamente suas dúvidas sobre a legitimidade do presidente para manter ou assumir o poder. Nesses momentos de crise, os militares intervinham contra o presidente como consequência de um processo que envolvia a solicitação dos civis e a formação de uma coalizão de golpe civil-militar. Por sua vez, os militares ativistas buscavam convencer os seus colegas partidários do presidente acerca da necessidade de se manter a unidade da corporação e evitar o derramamento de sangue. Segundo Stepan, o papel moderador não é acionado por mera instigação dos civis, embora a formação de uma coalizão civil-militar seja importante para o sucesso da intervenção. Dessa forma, os militares também possuem interesses corporativos que os fazem agir, principalmente quando sua estrutura hierárquica e disciplinar é transtornada, o que finalmente cria o consenso entre ativistas e legalistas.

Colocada em dúvida a legitimidade do presidente, os civis solicitavam o papel moderador dos militares com base no art. 177 da Constituição de 1946, de acordo com o qual “[d]estinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.” Nos contextos de crise, portanto, sua função seria a de arbitrar a relação entre os três poderes de modo a evitar o caos e a anarquia, em moldes

semelhantes aos do Poder Moderador do Império. De acordo com Stepan (1975, p. 75-92), o malogro dos movimentos de 1955 e de 1961 deveu-se a que se destinaram contra homens prestes a assumir a presidência (JK e Goulart), o que impediu a formação de uma sólida coalizão civil-militar; inversamente, os movimentos vitoriosos de 1945, 1954 e 1964 dirigiram-se contra o presidente em exercício, com base em malfeitos já praticados. Em 1945, a legitimidade de Vargas foi questionada em razão do declínio da viabilidade de governos autoritários após a guerra; em 1954, o presidente foi atacado no plano moral da corrupção. Na visão dos militares, o exercício do papel moderador deveria implicar o consenso prévio da corporação e estar limitado à resolução das crises através da garantia de transferência do poder de um civil a outro. Assim, Stepan considera falsa a dicotomia entre golpistas de 1954 e legalistas de 1955, na medida em que em ambos os casos tratava-se de assegurar a unidade militar antes de qualquer ação. Nesse sentido, segundo vimos, Lott, líder do contragolpe de 1955 que garantiu a posse de JK, foi um dos signatários do manifesto para a deposição de Vargas em 1954. Desde 1961, as limitações do papel moderador serão gradualmente removidas, o que culminará na ascensão direta dos militares ao poder em 1964.

De fato, o período que medeia 1961 e 1964 foi caracterizado pela escalada das tensões e pela polarização ideológica da opinião pública no país. Em nossa visão, foi o momento de saturação e de ajuste de contas entre as discursividades da autonomia no tempo, no espaço e na norma, gestadas desde fins da década de 1940. A crise foi aberta com a abrupta renúncia de Jânio Quadros. Seus ministros militares, liderados por Odílio Denys, que outrora havia apoiado Henrique Lott para a posse de JK, buscavam impedir que João Goulart fosse empossado. Entretanto, nessa ocasião não se obteve uma coalizão civil-militar suficientemente ampla para impedi-lo, sobretudo porque o Exército esteve à beira da divisão interna depois que Machado Lopes, comandante do III Exército, aderiu à Campanha da Legalidade comandada por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Segundo relato de Cordeiro de Farias (1981, p. 504-535), não sem um tom jocoso, Jânio não renunciou à presidência para tentar um golpe de Estado, mas porque era um “louco maravilhoso”, cujo estado mental conduziu-o a uma explosão emocional em reação às provocações de Carlos Lacerda, em fúria com a condecoração a Che Guevara. Em meio ao impasse que emergiu em fins de agosto de 1961, quando Goulart encontrava-se em missão à China Popular, afirma Cordeiro que apoiou sua posse sob o regime parlamentarista após encontro com Afonso Arinos, o qual sugeriu que se modificasse a Constituição. Nesse meio tempo, o presidente interino Ranieri

Mazzili nomeou Cordeiro comandante do III Exército em lugar de Machado Lopes, o qual manteve-se em ação. As tratativas entre Cordeiro e Machado visavam sobretudo evitar um confronto armado e manter a unidade militar, o que afinal se obteve.

Com respeito a esse período, o qual culmina no golpe civil-militar de 1964, não nos interessa apontar culpados ou inocentes. Assim, concordamos com Ferreira (2003, p. 346-351), segundo quem é preciso reconstituir “as identidades e os interesses dos atores coletivos envolvidos no processo, bem como as lutas políticas e conflitos sociais que eles patrocinaram.” No método genealógico, buscamos fazê-lo por intermédio do cruzamento entre práticas discursivas e práticas de poder. Desse modo, não repetiremos três explicações comuns ao fenômeno: a personalista, que atribui o golpe à incapacidade de Goulart para governar; a economicista, que presume a inevitabilidade de regimes autoritários em estágios mais avançados de industrialização; ou a conspiratória, que supõe que o golpe foi resultado exclusivo da maquinação da CIA e do Departamento de Estado. Em uma genealogia, não se trata de responder os porquês, mas de *descrever como as lutas emergiram*. Em setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência no torvelinho de uma crise política e militar, com as contas públicas desajustadas e com endividamento externo. Por um lado, a solução de compromisso do parlamentarismo evitou a cisão militar; por outro, reduziu os poderes de Goulart e seu raio de ação para a implementação das reformas de base. Como chefe de Estado, conforme vimos, manteve a PEI, porém sem a condução direta de Jânio Quadros, o que deu maior liberdade ao novo chanceler, San Tiago Dantas. Nesse contexto, foram reatadas as relações com a URSS; em janeiro de 1962, sobreveio o teste da questão cubana. No âmbito interno, Goulart precisou enfrentar a pressão das Ligas Camponesas e de seu cunhado Brizola, os quais defendiam que assumisse poderes *de facto* para a realização da reforma agrária, o que implicaria o fechamento do Congresso Nacional.

A partir da crise de 1961, ambos os lados da luta política desenvolveram a gradual convicção de que o próprio regime democrático vigente era inoperante. O papel moderador dos militares corroeou-se, na medida em que pressupunha a manutenção das regras do jogo para ser acionado. Como salientamos, o processo de democratização (*Demokratisierung*) pelo qual passava a sociedade brasileira aumentou a intensidade das reivindicações sociais decorrentes de mudanças estruturais tais como a urbanização, o aumento populacional e a expansão da base eleitoral. Até 1961, essas reivindicações puderam ser acomodadas em razão do acelerado crescimento econômico brasileiro, cuja média foi uma das mais altas do mundo na década de 1950. O governo JK representou o

ápice da combinação entre democracia estável e crescimento acelerado, contudo, foi grave seu passivo econômico em termos de inflação e endividamento externo. Como resultado, Jânio Quadros herdou um país em grave crise financeira. Desde 1962, além disso, começou a ruir a coalizão entre PTB e PSD, dois partidos fundados por Vargas que haviam garantido a base de sustentação congressional dos governos populistas. Essa sensação de crise generalizada também impactou os militares. Após a Revolução Cubana, seu papel moderador terminou por desagregar-se quando perceberam que a própria integridade institucional do Exército poderia estar em risco. Na experiência cubana, de modo significativo, os revolucionários destruíram o exército regular e o substituíram por uma milícia popular. Poucos acreditavam que João Goulart fosse comunista, mas temiam que não pudesse controlar setores da esquerda interessados no comunismo cubano (STEPAN, 1975, p. 101-117). É dentro desse contexto que Castello Branco, tradicional legalista, começa a modificar sua posição¹⁰⁰. Em palestra de fins de 1963, quando era Chefe do Estado-Maior do Exército, o marechal esclarece:

[A Guerra Revolucionária Comunista] [d]eve ser tratada como uma hipótese de guerra e como um conflito que tem implicações de salvação nacional. [...] A situação nacional cada vez mais se agrava, pela falta de uma ordenada evolução mais do que por consequência da progressiva infiltração comunista. [...] A legalidade tem dado ao comunismo grandes e pequenos caminhamentos para sua infiltração e para a tomada de posições-chave. É inadequada para promover a evolução política, econômica e social do Brasil. E recebe a delegação da política partidária e do capitalismo, hoje refratários à verdadeira democracia, para combater o comunismo. [...] Quanto à preocupação atual com o aparecimento de um “Exército do Povo”, [...] a incapacidade profissional parece ser a condição para a verificação de praça na “força popular”. O “Exército do Povo” não surgirá como meio de eficiência revolucionária, mas contribuirá para a desagregação do Exército regular. Só a ação de Comando e de Chefia poderá enfrentá-lo, em todos os escalões. (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 224-226)

Como bem esclarece Castro (2002, s/p), a metáfora da “infiltração comunista”, a qual remete a uma doença ou doutrina exótica introduzida no Brasil, em seu corpo da Pátria e em seu corpo social, por estrangeiros ou traidores, tem origem simbólica na repressão à Intentona Comunista. Em novembro de 1935, financiados pelo Komintern, militares comunistas sublevaram-se em quarteis de Natal, Recife e Rio de Janeiro, entre os quais se encontrava Luís Carlos Prestes. A partir de 1936, em uma cerimônia que se

¹⁰⁰ O art. 177 da Constituição de 1946, o qual amparava o exercício do papel moderador das Forças Armadas, deve ser lido em interpretação conjunta com o artigo anterior: “Art. 176 – As forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, *sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.*” (grifo nosso) Com base nisso, podemos entender o drama de Castello Branco, o qual parece ilustrar da melhor forma possível a ambiguidade dentro/fora do Exército em uma pessoa só. Assim, adversário do espírito miliciano, tornar-se-ia o primeiro presidente após o golpe civil-militar de 1964. O agravamento da crise no governo João Goulart e o desgaste do papel moderador implicariam paradoxalmente *defender* a lei, mas desobedecer a *autonomia* do presidente.

repetiria até 1990, os vencedores de 1935 celebraram a memória dos oficiais legalistas mortos, os quais estavam enterrados no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. A partir do Estado Novo, a cerimônia e a ideologia anticomunista fundiram-se. Desde então, seu peso simbólico aumentou em períodos críticos, percebidos pelos militares como de elevação do “perigo comunista”. Na comemoração de 1961, ocorrida dois meses depois da posse de João Goulart, faixas com dizeres anticomunistas foram postas na entrada do cemitério; San Tiago Dantas, que havia conduzido o reatamento com a URSS, foi vaiado. Tendo-se em conta essa mentalidade, é possível compreender que os militares tenham interpretado em termos de infiltração comunista as tendências de politização do Exército capazes de perturbar a hierarquia e a disciplina. Essa reação autoprotetiva distinguia os oficiais tanto dos suboficiais quanto dos civis, situados fora do espírito militar. No primeiro caso, o problema era o ativismo político dos sargentos e suas ligações com os sindicatos; no segundo, o fato de que Goulart estava promovendo generais por critérios políticos não meritórios, portanto à revelia de sua ordem de classificação nas três escolas militares (STEPAN, 1975, p. 117-124).

Nesse contexto, enfatizemos novamente o impacto que tiveram as gestões de San Tiago Dantas acerca da questão cubana na VIII Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada em Punta del Este, em janeiro de 1962. Vale ressaltar que nesse momento Fidel Castro já havia assumido abertamente o caráter marxista-leninista da Revolução Cubana. Conforme vimos, San Tiago, membro do PTB, associava o rechaço à exclusão de Cuba do sistema interamericano tanto à necessidade interna de se fazerem as reformas sociais no Brasil quanto a de estimular o retorno da ilha à democracia, dentro da perspectiva emancipatória original da PEI inaugurada por Jânio Quadros. Seu voto foi bastante mal recebido por militares e setores conservadores. De parte da tradição do Itamaraty, quatro ex-chanceleres vieram à imprensa rebatê-lo. Esse episódio ilustra bem a necessidade de se analisar conjuntamente política externa e política interna, o que temos procurado fazer. Nesse aspecto, concordamos com Fidel Flores (2015, p. 2), segundo quem os Estados não devem ser vistos como atores unitários, sujeitos apenas a variáveis sistêmico-estruturais, “*sino como espacios de confrontación en el que gobernantes, gobernados, aliados y opositores pueden formular posiciones frente a la política exterior tal y como es diseñada y conducida desde el Ejecutivo.*” Também com Duroselle (2000, p. 57), para quem “não existe nenhum ato político exterior que não tenha um aspecto de política interna.” Após seu retorno do Uruguai, San Tiago Dantas foi sabatinado na Câmara dos Deputados a respeito do voto

brasileiro. Dentro das regras do parlamentarismo, chegou-se a votar uma moção de censura para sua destituição do cargo de chanceler, a qual foi afinal derrotada.

Desde então, a PEI perderia seu significado emancipatório original e sofreria um processo de filtragem, cujo principal artífice foi Araújo Castro. Em setembro de 1962, Hermes Lima, membro do PTB, passou a acumular as funções de primeiro-ministro e de chanceler. Manteve a linha de condução de San Tiago, porém com baixo perfil. Diante da Crise dos Mísseis, Hermes Lima (2008, p. 42) emitiu breve nota em que reiterou o voto brasileiro na OEA contra a aplicabilidade do TIAR para a hipótese de bloqueio ou invasão de Cuba pelos Estados Unidos. Em carta a John Kennedy, coube a Goulart reafirmar a importância do princípio da autodeterminação e demonstrar insatisfação pela aprovação do bloqueio sem garantia de não invasão a Cuba (BARRETO FILHO, 2001, p. 265). É interessante notar como o presidente permaneceu vinculando política externa e política interna. Em discurso proferido na cerimônia de diplomação dos alunos do Instituto Rio Branco, em outubro de 1962, Goulart (2008a, p. 38-39) afirma que a tarefa árdua dos novos diplomatas e o compromisso fundamental da política externa “é o de salvaguardar os interesses do povo brasileiro e de pugnar incansavelmente por aquelas reivindicações que conduzem do regime democrático representativo com as imposições do desenvolvimento econômico e da justiça social.” Por sugestão do advogado Evandro Lins e Silva, o qual substituiu Hermes Lima por breve período, Araújo Castro tornou-se o primeiro diplomata de carreira a chefiar o Itamaraty em agosto de 1963. Voltou-se a *desideologizar a política externa*, defendendo a sua separação dos assuntos de política interna. Diferentemente de San Tiago Dantas, Castro buscou exercer um perfil técnico e aparentar isenção em face do ambiente de extrema polarização no Brasil. Esse é o tom de seu discurso de posse no cargo de Ministro das Relações Exteriores:

O Brasil é, hoje, suficientemente maduro e consciente para que possa negociar e assumir compromissos com quem quer que seja. Aos alarmados e descrentes, onde quer que eles se encontrem – no centro, à direita ou à esquerda –, eu peço que tenham um pouco mais de confiança em nosso país e no Itamaraty. Devo frisar, nesta oportunidade, que nunca estivemos tão presentes nem tão atuantes no cenário internacional. O que é indispensável é que o povo brasileiro, em todas as suas camadas sociais, em todos os seus agrupamentos políticos ou partidários, se una, sempre que surja um legítimo interesse brasileiro a defender no exterior. Esta casa não existe senão para defender os interesses permanentes do Brasil; e, entre esses interesses permanentes de nossa pátria, se inclui o estabelecimento de um clima de paz, concórdia e entendimento entre todos os membros da comunidade das nações, e o trabalho permanente em prol da melhoria de condições de vida da parcela – e trata-se de muito mais do que uma parcela – subdesenvolvida e desprotegida da humanidade. (CASTRO, 2008a, p. 176-177)

Nessa fala inaugural, Araújo Castro afirma que o Itamaraty defende os interesses permanentes do Brasil independentemente de colorações ideológicas, entre os quais inclui a melhoria das condições de vida dos mais pobres. Ao mesmo tempo, exorta a união de todas as camadas sociais e partidos políticos no país para a garantia desses interesses legítimos. Ora, parece-nos que sua tentativa de separação entre interno e externo incorre em um de dois resultados: ou trata-se de uma dissociação míope entre as palavras e a realidade, ou é o caso de um modo de ação deliberadamente dúplice. Em pleno ano de 1963, marcado por intensa disputa política no Brasil, a defesa das parcelas mais pobres da sociedade implicava optar por um dos lados da luta ideológica. Mais do que isso, parece-nos que o problema da separação entre interno e externo radica no *problema do sujeito-Brasil*, com o qual Araújo Castro articula sua primeira sentença. Em outros termos, também havia no país profunda disputa acerca do significado e da identidade do Brasil, com implicações práticas sobre as opções políticas e caminhos a seguir. Com base em Batista (2010, p. 28-42), podemos entender essa duplicidade como parte do *habitus* diplomático. Agente permanente do Estado, o diplomata apresenta lealdade a seu próprio campo de atuação e à estrutura estatal que o abriga, o que implica disciplina condizente com seu *métier* e capacidade de ocultar segredos. Assim, as práticas diplomáticas têm natureza distinta do exercício intelectual crítico e tudo podem na tarefa de proteger as razões de Estado, o que inclui comportamentos de dissimulação, oportunismo, adesismo, conservadorismo pragmático e promiscuidade ideológica, sem os constrangimentos e pudores do *homo ideologicus*.

No ano de 1963, aprofundou-se a divisão ideológica no Brasil. Desde a posse de João Goulart, diversos grupos de esquerda e nacionalistas formaram uma coalizão em prol das reformas de base, as quais permitiriam o desenvolvimento autônomo do país e o estabelecimento da justiça social. Essa coalizão pró-reformas incluía o PCB, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o movimento sindical ligado à CGT, os estudantes através da UNE e setores subalternos das Forças Armadas. Segundo vimos, também incluía os intelectuais do ISEB, em um momento de radicalização do Instituto. Em janeiro de 1963, por meio de uma vitória plebiscitária esmagadora, João Goulart obteve o retorno do presidencialismo e de seus poderes plenos. Inicialmente, buscou assumir uma postura conciliatória e implementar as reformas de base por via legislativa, bem como garantir o respaldo militar junto a Amaury Krueel, seu Ministro da Guerra, e Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército. Em meio à grave crise econômica, Celso Furtado assumiu o cargo de Ministro Extraordinário do Planejamento,

encarregado de formular o Plano Trienal, o qual pretendia a um só tempo obter apoio de grupos conservadores e credores externos para o combate à inflação e não comprometer o desenvolvimento e a realização posterior das reformas. Incapaz de cimentar um pacto multiclassista, o Plano Trienal foi um fracasso. Em abril de 1963, Goulart tentou obter por emenda constitucional a regulamentação de desapropriação por interesse social e eliminar a obrigatoriedade de indenização com pagamento prévio em dinheiro, o que era vital para se aprovar a reforma agrária. Sob oposição da UDN e de parcela conservadora do PSD, a emenda foi derrotada (FERREIRA, 2003, p. 351-371).

No final do ano, Goulart abandonou suas tentativas de conciliação e voltou-se em definitivo para as esquerdas. Sob pressão de Brizola e da coalizão pró-reformas, o presidente buscou exercer uma democracia popular ou direta em seus meses finais de governo, na medida em que os canais típicos da democracia representativa haviam-se mostrado ineficazes depois que não se pôde aprovar a reforma agrária no Congresso, a despeito de intensa mobilização extraparlamentar nas ruas. Nesse sentido, destruída sua base de sustentação após a defecção de parte do PSD, Goulart tentou avançar a agenda da esquerda nacionalista através de decretos, por meio dos quais buscava identificar-se diretamente com os anseios populares. Nesse aspecto, a política externa assumia papel chave, principalmente porque seu conteúdo emancipatório gerava reações desagradáveis de parte dos Estados Unidos. Em janeiro de 1963, Goulart regulamentou por decreto a Lei de Remessa de Lucros, em um contexto de crise econômica em que era preciso elevar as reservas disponíveis. Em seu discurso, invoca vários elementos do que temos denominado por autonomia no tempo, constantes no pensamento dos intelectuais engajados, tais como a denúncia do colonialismo, a necessidade de se repelir estruturas arcaicas e fazer surgir um Brasil novo, assim como a luta pela integração das massas à democracia e pela emancipação nacional do povo brasileiro:

A regulamentação que hoje assinamos, tendo em vista o problema do capital estrangeiro, está essencialmente vinculado à supressão das barreiras que retardam ou mesmo impedem o nosso progresso. Ela se baseia em critério de justiça econômica, evitando as imposições de caráter sectário e as explorações de espírito colonialista. [...] Ao longo de algumas décadas, o caminho percorrido marca o esforço das nações pobres em afirmar, contra a mentalidade de um imperialismo hoje ultrapassado e decadente, o seu direito ao desenvolvimento e às conquistas da civilização. [...] Os meus acusadores são os mesmos que já tramaram o golpe contra a posse do saudoso e grande presidente Vargas. A nação ainda não esqueceu a conjura que se formou, mais recentemente, para impedir a minha posse na presidência da República. [...] Tenho dito e repetido, em numerosas oportunidades, que só entendo o exercício do poder dentro dos princípios sadiamente democráticos, entre os quais [se] inclui, como um reclame da consciência nacional, a disposição de abrir os quadros de direção do país à extensão ampla da vontade popular. [...] O Brasil já não se conforma com o atraso, a miséria, a doença e a ignorância. O povo sabe que não estamos condenados a ser o país dos contrastes, com um pequeno número de

privilegiados afrontando a grande maioria marginalizada. [...] Se não fossem feitas as reformas que a realidade exige – e ninguém duvida que serão feitas –, então, só nos restaria o agravamento catastrófico da crise, precipitada por estruturas arcaicas, que não demorariam a desmoronar. [...] Lutamos pela verdadeira independência de nossa pátria, pela sua completa e efetiva emancipação econômica. [...] Ninguém de boa-fé tem o que temer, nem razão para dar ouvido às aves de mau agouro, ansiosas de impedir o surgimento do Brasil novo, forte e soberano, fundado no regime representativo e no atendimento das reivindicações de todo o povo. (GOULART, 2008b, p. 255-261)

De modo inverso, Araújo Castro via o atrelamento entre ideologia e política externa como *senal de imaturidade*. Em discurso proferido e entrevistas concedidas aos jornais *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil* entre fins de 1963 e princípios de 1964, o chanceler faz um balanço de sua gestão e afirma não poder admitir radicalizações de parte da opinião pública a respeito da atuação da diplomacia brasileira. Mais uma vez recorrendo a um sujeito monolítico, sustenta que o Brasil define com maturidade seus objetivos e interesses autênticos, e cabe ao Itamaraty executar a política externa. Assim, o Itamaraty não pode ser considerado uma sociedade de debates sobre bizantinismos ideológicos, pois sua única ideologia é a dos interesses, compromissos e tradições do Brasil. Segundo Castro, é preciso separar o transitório do permanente, o contingente do necessário. Em uma caricatura às avessas das relações internacionais, portanto, situa a contingência e a imprevisão no espaço interno dos governos, ao passo que no espaço externo estaria situada a tarefa da diplomacia a cargo do necessário e do estável. Mais do que isso, Castro ironiza a divisão ideológica que grassava no Brasil. De acordo com o diplomata, a imaturidade e o radicalismo não deveriam mais ter lugar desde que o fim da Crise dos Mísseis foi negociado a contento por Estados Unidos e URSS. Dentro do Brasil, o debate entre esquerda e direita seria anacrônico, pois os revolucionários ainda brandiam o Manifesto do Partido Comunista, publicado em 1848, e os homens de direita acabavam de descobrir um desgastado liberalismo com um século de atraso. Assim, a condução madura da política externa implicava ultrapassar o subdesenvolvimento ideológico (CASTRO, 2008bcd, p. 240-253).

É preciso lembrar, entretanto, que liberalismo e marxismo emergiram como ideologias no momento de mudanças estruturais na Europa do século XIX, pelas quais o Brasil recém acabava de passar na década de 1950. Conforme vimos, no contexto dessas mudanças, a democratização do vocabulário político e social (*Demokratisierung*) é acompanhada pela agregação desses conceitos em ideologias (*Ideologiesierbarkeit*), as quais são utilizadas como armas por grupos antagônicos em luta (*Politisierung*). Mesmo parcial, cada ideologia reclama possuir a melhor visão de mundo sobre o conceito em disputa, buscando universalizá-lo em exclusão aos grupos rivais. Assim, os intelectuais

engajados defendiam a autonomia no tempo por meio de sua identificação com os anseios emancipatórios do Povo, e os militares sua autonomia no espaço equiparada à defesa da Pátria. Embora enigmáticos, não nos parece que os diplomatas tenham agido distintamente. Sua ideologia era sua não-ideologia, ou sua *neutralidade dúplice*. A ênfase na conciliação de ideologias e nos interesses constantes do Brasil ecoa sua tradição bacharelesca e jurisdicista, movida no debate de modo aparentemente apolítico, porém com interesses de autoproteção. O mesmo aplica-se a Araújo Castro, o que é particularmente notável em seu discurso dos 3 Ds, pronunciado em setembro de 1963, nos debates da XVIII sessão da Assembleia Geral da ONU. Sua duplicidade emerge por meio do cruzamento desse discurso e daquele pronunciado na ESG, ao qual fizemos referência. No discurso da ESG, o diplomata destaca a realidade da luta pelo poder entre os Estados a despeito da igualdade jurídica consagrada na Carta da ONU; no discurso do 3 Ds, seu tom é completamente outro:

É fácil precisar o sentido de cada um dos termos desse trinômio. A luta pelo Desarmamento é a própria *luta pela Paz e pela igualdade jurídica de Estados* que desejam colocar-se a salvo do medo e da intimidação. A luta pelo Desenvolvimento é a própria *luta pela emancipação econômica e pela justiça social*. A luta pela Descolonização, em seu conceito mais amplo, é a própria *luta pela emancipação política, pela liberdade e pelos direitos humanos*. [...] Esse movimento, iniciado sob o signo dos três Ds mencionados, Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização, não se faz senão exigir o cumprimento das promessas já contidas na Carta de São Francisco. [...] O desarmamento é um problema do poder e, tradicionalmente, os problemas do poder se têm resolvido pela operação do próprio mecanismo do poder. O desafio de Genebra [do Comitê dos Dezoito Países para o Desarmamento] consiste precisamente em resolver este problema de poder através de negociações e por meio da persuasão. [...] A presente corrida armamentista que prossegue em um ritmo insensato, é a principal responsável pela carência de recursos para as grandes tarefas do Desenvolvimento Econômico. [...] Somente razões de relações de potência e de poder podem coonestar diferimentos e postergações [no processo de descolonização]. [...] Para o Brasil, a luta pela descolonização abrange todos os aspectos da luta secular pela liberdade e pelos direitos humanos. O Brasil é contra toda forma de colonialismo: político, econômico ou policial. [...] O homem nada terá obtido de definitivo, se tiver perdido sua liberdade: liberdade de viver, de pensar, de agir. Pelo progresso e pelo desenvolvimento econômico meu país fará todos os sacrifícios, mas não fará sacrifícios de liberdade. *Nenhuma ideia será aceitável para nós se trazer consigo a supressão da liberdade humana*. (grifos nossos) (apud AMADO, 1982, p. 27-42)

Por meio da comparação entre dois discursos do mesmo homem, Araújo Castro, é possível entrever o modo de funcionamento da neutralidade dúplice, a ideologia não-ideológica dos diplomatas. Por um lado, na ONU, em Nova York, no espaço de *fora*, o que se sustenta soa como a autonomia no tempo, na medida em que o chanceler apela não apenas para a emancipação, mas também para um critério fundamental de justiça e igualdade. Por outro, na ESG, no Rio de Janeiro, no espaço de *dentro*, Araújo Castro invoca todos os elementos da autonomia no espaço, tais como a primazia do poder e das

soluções de força entre os Estados e a visão hierárquica das relações internacionais. Assim, parece-nos que os contrastes sociais do Brasil foram instrumentalizados pelos diplomatas a fim de poderem *explorar habilmente sua duplicidade de potência média*, a um só tempo desenvolvido e subdesenvolvido. Nos foros internacionais, o argumento da justiça serviu convenientemente para que esse Brasil pudesse emergir como líder dos povos atrasados; ao mesmo tempo, nutrir pretensões de hegemonia regional e grande potência. Portanto, o Brasil dos diplomatas também é uma versão à sua imagem e semelhança: dúplice, oportunista e ideologicamente promíscuo¹⁰¹. Conforme veremos, essa separação entre política interna e política externa serviu ao projeto de autonomia no espaço e à Grande Estratégia implementada pelos militares a partir de 1964. A defesa da liberdade no âmbito internacional permitiria não apenas jogar com as vantagens do argumento moral, senão também encobrir os excessos contra a liberdade cometidos no âmbito interno. Na divisão de tarefas que se estabelecerá entre diplomatas e militares, por sua vez, o Itamaraty terminará por (re)conquistar a desejada *autonomia de corpo*.

Estaríamos bastante errados em supor em Araújo Castro uma visão míope da realidade. Pelo contrário, parece-nos que em sua sagacidade pode ter superado o próprio Barão, figura paterna. De fato, quando o Barão assumiu a chefia do Itamaraty, em 1902, já chegava *com a mesa servida*. Em outros termos, as agitações internas – por exemplo, Canudos e a Revolta da Armada – já haviam sido devidamente debeladas. Sua condução da política externa foi facilitada não apenas por um cenário interno estável – resultado da política dos governadores de Campos Sales –, como também pela virtual inexistência de debates na opinião pública, de resto espelho de um país de 80% de analfabetos. Por sua vez, quando Castro assumiu o MRE, em 1963, era absolutamente explosivo o contexto da política interna. Também não nos deve causar espanto sua duplicidade,

¹⁰¹ Uma vez mais fundador, parece-nos que a origem da neutralidade dúplice encontra-se em Rio Branco. Em especial, no modo oportunista como conduziu a atuação do Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia, em 1907, celebrada pela memória diplomática como momento inaugural da diplomacia multilateral do país. Conforme afirmamos em outra oportunidade, o Barão primeiro busca para o Brasil um lugar entre as grandes potências no Tribunal Arbitral em seu plano de transação; mal sucedido, aciona em seguida Rui Barbosa para a defesa resoluta do princípio da igualdade jurídica dos Estados, a qual ao fim acabou por obstruir a criação do tribunal oligárquico. Esta é a (auto)imagem de Brasil criada pelos diplomatas: “Pode-se perceber que, entre o ‘plano de transação’ e o ‘plano de obstrução’, o Brasil efetua um movimento dúplice, o qual decorre de sua própria condição indefinida, de seu nem lá, nem cá, nem grande, nem pequeno. Poderíamos resumi-lo da seguinte forma: há duas posições de poder que se deseja alcançar, ora uma, ora outra, por oscilação, a depender das circunstâncias – uma reativa, que requer e espera que as grandes potências o reconheçam entre si e chancelem sua condição aristocrática, mesmo que *last and least*; outra ativa, na qual se exerce a liderança das pequenas potências como *primus-inter-pares*, formalmente igual, mas singularmente superior. [...] [P]ropomos entender a atuação do Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia com base no ‘problema da mediania’, cuja fórmula é a seguinte: ‘grande demais para ser pequeno, pequeno demais para ser grande.’ (MUÑOZ, 2014, p. 79-80)

tampouco ensejar qualquer julgamento moral. Em nossa visão, Araújo Castro foi capaz de atualizar – mudar, mas continuar – o mecanismo autopoiético inventado por Rio Branco na transição entre Monarquia e República. Mais do que isso, em sua figura o registro discursivo da *nomonomia* reativou-se com sucesso, uma vez que soube explorar astuciosamente a duplicidade entre o jurídico e o político. Por um lado, seu discurso dos 3 Ds resgata a retórica das belas formas do jurisdicismo, o que o permite falar em emancipação, liberdade e direitos humanos; por outro, seu discurso da ESG reconhece a dura realidade do jogo de poder. Sua habilidade consiste em enunciar uma forma de *realismo jurídico* que compõe harmoniosamente o desarmônico. Do ponto de vista institucional, parece-nos que Castro também reativa a nomonomia por autopoiese. Não é coincidência que tenha sido o primeiro diplomata de carreira a assumir o Itamaraty. Por meio da filtragem da PEI original, consegue não apenas indicar o amadorismo ou a imaturidade de um San Tiago Dantas, o qual havia submetido a política externa à agenda ideológica interna, mas também confirmar a tendência à profissionalização do corpo diplomático, a qual estará em curso até o começo da década de 1970.

Desse modo, teremos de discordar do diplomata Sardenberg (2013, p. 1072), de acordo com quem foi *incidental* a nomeação de Araújo Castro como chanceler de João Goulart, a qual *rompeu* com o tabu que vedava o caminho de diplomatas de carreira à chefia da Casa. Ora, vimos como o Itamaraty define-se pela “mudança na continuidade” e pela repetição litúrgica dos ritos. Assim, não nos parece que o rompimento de um tabu possa ser incidental, pois sua estabilidade auto-referente não se processa sem remissão ao *totem*¹⁰². Segundo apontamos, o embaixador Meira Penna considerava que San Tiago

¹⁰² Em sua clássica análise sobre a relação entre totem e tabu nas sociedades clânicas, Freud parte da hipótese pressuposta de que no início dos tempos havia um pai da horda, homem tirânico que ditava sozinho e livremente as leis de seu bando. Em reação, seus filhos o assassinam e a partir de seu sangue derramado criam os tabus responsáveis pelo surgimento da civilização e da ordem no clã. Por sua vez, o pai morto retorna metaforicamente em um totem, animal que simboliza a união do clã e deve protegê-lo contra o mundo externo. Culpados, os filhos erigem em tabu a proibição de se matar o totem, animal-símbolo do espírito paterno. Em língua polinésia, contudo, tabu significa ao mesmo tempo aquilo que é sagrado e sinistro. Assim, a relação dos filhos com o totem é tensa, pois é pautada por um horror sagrado envolto no desejo de violação do tabu. Em outras palavras, o rompimento do tabu reencena o festim totêmico original, em que o sacrifício da figura paterna paradoxalmente sela a união de seus filhos em devoção ao deus-pai (FREUD, 2013b). Autopoiético, o Itamaraty pode ser pensado como uma estrutura clânica, relativamente fechada ao exterior. Com Araújo Castro, rompeu-se um tabu que dizia: jamais um diplomata deverá (voltar a) ocupar a chefia da Casa de Rio Branco, pai fundador e diplomata-modelo. Em sua gestão, o Barão foi um pai da horda, centralizador e tirânico na condução do ministério. Morto, foi transformado em totem, não animal, mas monumento. No entanto, a crise de identidade por que passava o Itamaraty desde a década de 1930 forçou seus sucessores a reencenarem algumas vezes a consagração original. Quer dizer, quanto mais enterravam Rio Branco, mais o desenterravam. A duplicidade presente em Araújo Castro não nos permite portanto assegurar uma única resposta: teria Castro imitado o espírito do pai, mas com devoção, ou devorado seu cadáver, mas com peso na consciência?

Dantas havia sido o mestre do *bifrontismo* na condução da PEI, por ter relacionado maquiavelicamente os âmbitos da política interna e externa. Discordemos ainda uma vez. Parece-nos que o episódio da Reunião de Punta del Este, em 1962, a qual resultou na exclusão de Cuba do sistema interamericano, evidencia que o bifrontismo de San Tiago teve vida curta. Em outras palavras, San Tiago não conseguiu harmonizar no nível do discurso seu argumento legalista kantiano em favor de Cuba e sua agenda política por reformas no Brasil, as quais ameaçavam *romper* as estruturas sociais. Dessa forma, parece-nos que pode ter sido Araújo Castro o mestre do bifrontismo, exatamente porque conseguiu *dissimulá-lo astuciosamente*. Era ele o maquiavélico, meio raposa, meio leão¹⁰³. (Re)encarnação da nomonomia, Castro desaprovou discretamente a guinada à esquerda de Goulart, símbolo da radicalização discursiva da crononomia em fins de 1963. Como bom diplomata, deveria rir sardonicamente – a portas fechadas – daquele homem em seu atrapalhado voluntarismo por romper as estruturas sociais do país e fazer História de uma só penada. Desse modo, convergiremos agora com Sardenberg, segundo quem a personalidade de Araújo Castro definia-se pela *finia ironia* e pela capacidade de ver os vários lados da mesma situação e mesmo de rir deles¹⁰⁴. Também concordemos com Meira Penna, o qual faz rematada análise dos 3 Ds:

Essa chamada “Política dos Três Dês” constituiu *slogan* de caráter demagógico *a que foi obrigada a recorrer* a última administração do Itamaraty, anterior à Revolução de 31 de março, “dando de comer aos leões” com o intuito benemérito de *preservar o Ministério* do avassalamento pelo caos então reinante nas altas esferas do país. Não quero deixar de render um preito de admiração pela maneira, ao mesmo tempo corajosa e hábil [como leão e raposa], com que se houve o Embaixador Araújo Castro, mantendo-nos numa linha de bom senso e dando mesmo uma *guinada para o centro* [lugar da ideologia não-ideológica], quando descambavam todos os ministros do Governo Goulart para a desídia, o desatino e a desordem. (grifos nossos) (PENNA, 1967, p. 198)

¹⁰³ “Deveis saber, assim, que dois modos há de combater: um, pelas *leis*; outro, pela *força*. O primeiro é natural do homem; o segundo, dos animais. Todavia, como em muitas ocasiões o primeiro não é suficiente, mister se faz recorrer ao segundo. O príncipe, contudo, deve saber empregar adequadamente o animal e o homem. [...] E uma [natureza] sem a outra *é causa da instabilidade*. Assim, uma vez que um príncipe se vê obrigado a bem valer-se da natureza da besta, *deve tirar dela as qualidades da raposa e do leão*, porque este não tem defesa nenhuma contra as armadilhas, e a raposa, contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer as armadilhas, e leão para atemorizar os lobos. [...] No entanto, não é preciso que o príncipe tenha todas as qualidades mencionadas; *basta que aparente possuí-las*.” (grifos nossos) (MAQUIAVEL, 2004, p. 109-111)

¹⁰⁴ “Ainda hoje, nos corredores e nos despachos do Itamaraty, certas observações de Araújo Castro são utilizadas para jogar luz sobre determinados argumentos. Uma fina ironia não apenas nos seus comentários sobre relações interpessoais, mas também sobre a própria evolução da política internacional. [...] A capacidade de ver as várias facetas de uma mesma situação, e a disposição para rir de algumas delas, dava muitas vezes um sentido de realidade às ambiciosas hipóteses de construção de uma ordem mais justa e de uma vida melhor que ele articulava. Sua ironia não se centrava no ceticismo ou numa forma atenuada de niilismo, mas numa permanente autodisciplina que submetia a evolução de seu pensamento às condicionantes da realidade.” (SARDENBERG, 2013, p. 1096)

É interessante pensar a função de diplomatas e militares à luz da teoria das elites. Formulada por Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto nas primeiras décadas do século XX, presume que em toda sociedade há sempre uma minoria ou elite política que detém o poder de tomar e impor decisões em contraposição a uma maioria que dele está privada. A disseminação da teoria das elites ecoa a crise da ideia de progresso indefinido e o ceticismo quanto às possibilidades igualitárias da democracia e do socialismo. Assim como fizera o positivismo, amparou-se nas lições do evolucionismo e na primazia da luta na seleção dos melhores. Essa teoria das minorias governantes, portanto, tem uma concepção desigual da sociedade e uma visão estática ou cíclica da história, assim como um olhar pessimista acerca da natureza humana. Despreza o advento histórico das massas, as quais são consideradas ou novos bárbaros ou um exército de manobra na mão das elites dirigentes. A história é vista como uma repetição monótona de conflitos, onde não contam as ideias, mas a *força* e a *astúcia* (BOBBIO, 1998, p. 384-387). No Brasil a partir de 1961, a intensa polarização ideológica colocou em luta não apenas conceitos distintos de autonomia, mas também concepções distintas de democracia. Por um lado, Goulart levou ao limite as possibilidades da democracia representativa, tendo buscado no final de seu governo implementar uma democracia popular próxima do ideal de participação de Rousseau a fim de se avançar as reformas de base. Por outro, preocupados com a incapacidade das elites dirigentes, os militares voltaram-se a *forçar* o estabelecimento de uma democracia tutelada, onde conflitos ideológicos não poderiam existir. Por sua vez, oriundos da melhor tradição da elite imperial, os diplomatas *astuciosamente* acomodaram-se ao novo cenário.

Vimos como a profissionalização do Exército no Brasil, cujo marco final foram as reformas de José Pessoa para a criação da AMAN, implicou o retorno do cadetismo em uma tentativa de se constituir uma elite fardada. O Itamaraty percorreu processo análogo, embora peculiar, pois os *mindsets* das duas corporações eram diferentes. Na visão do embaixador Meira Penna (1967, p. 167-170), a psicologia do diplomata pode ser explicada por meio do conceito junguiano de *persona*. No teatro antigo, a *persona* designava a máscara do ator, a qual poderia ser trocada conforme o personagem. Em Jung, caracteriza função da psique mediante a qual o ego protege-se e adapta-se à realidade. Em geral, os indivíduos portadores da *persona* são aqueles que se identificam a sua profissão e a sua posição social. Assim, segundo Meira Penna, o “diplomata que é diplomata 24 horas por dia torna-se igualmente o escravo de sua *Persona*. Na diplomacia o uso da máscara constitui um talento profissional.” Não se trata, contudo,

de *qualquer* máscara. Como destaca o embaixador, a diplomacia brasileira criada no Império e por Rio Branco “constitui uma verdadeira casta de profissionais de nossa *Persona* europeia – todos eles brancos, todos eles vestidos em Londres, todos eles falando perfeitamente o francês, todos eles procurando, tanto quanto possível, ser diferentes do nativo brasileiro.” Parte da elite cultural brasileira, os diplomatas deveriam não apenas cultivar o *hábito* de sua Casa, mas também envergar a *máscara europeia* de modo a bem *representar* as boas maneiras e o refinamento do país junto às nações *civilizadas*. Na análise do embaixador, podemos portanto perceber o meio elitista em que se formou a mentalidade do Itamaraty. De sua parte, é evidente que também caberia ao militar usar sua *persona* exteriorizada na própria farda. Como pontuamos para o caso de Castello Branco, parece-nos entretanto que não agradava ao militar a duplicidade entre dentro e fora. Por sua vez, ao diplomata a duplicidade é uma passagem sutil – parte da etiqueta. É possível compreender assim por que o cenário político brasileiro de princípios de 1964 colocou-os todos de cabelo em pé.

Em 13 de março de 1964, João Goulart selou seu pacto com a coalizão de esquerda por meio do Comício da Central do Brasil, o qual reuniu 200 mil pessoas. No palanque, Brizola defendeu o fechamento do Congresso Nacional e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Em seu discurso, Goulart anunciou decreto que declarava a desapropriação por interesse social das áreas rurais que ladeiam rodovias e ferrovias federais, bem como a encampação de refinarias de petróleo. O tom dos discursos era de ataque às elites, as quais utilizariam a democracia para manutenção de seus privilégios. Dias depois, em mensagem enviada ao Congresso, redigida por Darcy Ribeiro, Goulart declarava o objetivo de efetivar a reforma universitária e estender o direito de voto a analfabetos, sargentos e praças. Entre seus ministros de Estado, o *único ausente* do Comício da Central do Brasil foi Araújo Castro, cujo silêncio granjeou a simpatia dos militares pelo Itamaraty (FERREIRA, 2003, p. 382-387; BATISTA, 2010, p. 47). Em 20 de março, Castello Branco (1968, p. 303-305), então Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), emitiu circular a seus subordinados em que destacava duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base; e a escalada das agitações da CGT e do movimento sindical. Em sua visão, “[d]efender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou sândico-comunistas.” De acordo com Stepan (1975, p. 120), a politização dos sargentos soldou o consenso da oficialidade sobre o fim do papel moderador, pois a confluência entre civis nos sindicatos e sargentos era inaceitável. A gota d’água foi o

levante dos marinheiros em 25 de março, os quais, reunidos na sede do Sindicatos dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, pressionavam pelas reformas de base. Desautorizando seu Ministro da Marinha, Sílvio Mota, Goulart recusou-se a puni-los.

Parece-nos que o processo de politização (*Politisierung*) atingiu seu ponto de ebulição insuportável em março de 1964. Em nossa compreensão, os distintos conceitos de autonomia imbricados em discursividades antagônicas não apenas eram utilizados como armas na luta política, mas atingiram seu clímax como ajuste de contas entre grupos rivais. De um lado, como apontamos, estavam os intelectuais engajados do último ISEB, os quais depositavam suas últimas esperanças de revolução social na figura de João Goulart, líder do trabalhismo. De outro, a oficialidade militar estava em alerta máximo desde a emissão da circular de Castello Branco. Para os militares, era chegada a hora de converter sua economia discursiva de autonomia no espaço em práticas imediatas de aplicação política. No centro, Araújo Castro e o corpo diplomático assistiam a tudo de camarote, momentaneamente deslocados da cena do palco. Março de 1964 implicaria ao mesmo tempo a derrota parcial e o estopim para nova radicalização da crononomia. Para os engajados, foi um remédio amargo. A crítica vociferada na década de 1950 contra o velho Brasil havia sido embalada pelo otimismo dos anos JK de modo a projetar a vitória no tempo através de uma filosofia da História. Desde 1961, porém, a realidade dos fatos havia trazido consigo apenas o diagnóstico de uma crise ainda maior. O rompimento viria, mas do outro lado. Do ponto de vista das práticas, João Goulart ilustrou esse exaurimento da crononomia. Não havia mais condição de possibilidade para tentar submeter as estruturas econômicas e sociais à força de vontade política. A partir de então, conforme veremos, em compasso com a dura autocrítica efetivada pelos intelectuais engajados, a crononomia abandonaria as esperanças na democracia e migraria no campo das práticas ao voluntarismo da guerrilha no Brasil.

No nível discursivo, consideramos que a autonomia no espaço defendida no pensamento militar disciplina-se como *geonomia*. Tal como apontamos para os casos da crononomia e da nomonomia, a geonomia trabalha a valência semântica da autonomia nos três estratos temporais: eventos, ciclos de repetição e estruturas. Na geonomia, a ordenação (“nomos”) espaço-temporal da identidade brasileira – e militar – pressupõe a prevalência do espaço e da terra (“geo”). Portanto, o que se almeja é sobretudo submeter o evento novo às estruturas e aos ciclos. No estrato de estrutura, a geografia imóvel do território nacional assume simultaneamente a função de sustentáculo e obstáculo das mudanças históricas detonadas pelos novos eventos. Funciona como sustentáculo, pois a

administração do país é formulada a partir do arranjo racional do território, entendido como *espaço a ser defendido* de antagonismos internos e externos. Disso decorre o apreço do pensamento militar pela geopolítica. Por outro lado, também funciona como obstáculo, na medida em que a fixidez do território e a segurança nacional são critérios de referência para ritmar e calcular a modernização e o desenvolvimento apenas como progresso técnico e crescimento econômico, porém não como emancipação, considerada sinônimo de luta ideológica e caos social. Em consequência, a geonomia aceita e reforça a estrutura de hierarquia social e tende a restringir a prática democrática. No âmbito do espaço internacional, vale o mesmo raciocínio. De um lado, essa formação discursiva reconhece a estrutura desigual da política internacional, conformada pela diferença de capacidades de poder entre os Estados. Jamais a denuncia por um critério de justiça. De outro, a geonomia também aceita a estrutura realisticamente hierárquica necessária à manutenção da ordem internacional. No nível ontológico, isso enraíza-se em uma visão pessimista das possibilidades de aperfeiçoamento da natureza humana.

Consequentemente, a geonomia reconhece não apenas os ciclos de repetição hegemônica, senão também o *eterno retorno* da guerra na ordem internacional. Por sua vez, entende que a natureza humana não pode escapar à queda recorrente nos vícios, mesmo que apresente fases de melhora. Quer dizer, se os engajados decolavam em direção às nuvens para anunciar mundos melhores, os militares reconhecem a atração gravitacional da terra e mantêm os pés no chão. Na geonomia, entretanto, existe uma tensão entre ciclos de repetição e eventos, a qual decorre da ambiguidade dentro/fora. Tal como os diplomatas buscam reafirmar o ciclo geracional dos velhos – Rio Branco, Nabuco, Gusmão – por meio do culto, fazem os militares o mesmo com relação aos seus – Caxias, Osório, Tamandaré. Em seu caso, isso implica não apenas negar divergências ideológicas entre as gerações (antes/depois), mas sobretudo dentro da mesma geração de oficiais situada no interior da caserna. Como vimos, essa disputa é conjurada por sua extrapolação ao mundo de fora dos civis, o qual ameaça infiltrar-se adentro por meio da ação isolada de traidores. No nível dos ciclos, entre a fundação do regime republicano e o início do regime militar, a geonomia implicou acionar o padrão moderador, o qual periodicamente *retornava para defender* a estabilidade das instituições políticas. Vimos contudo como o pensamento militar esteve marcado até a década de 1960 pela tensão inerente a esse movimento cíclico, a qual esteve exteriorizada na incompatibilidade entre as tarefas do militar profissional – cujo espírito militar determinava permanecer

dentro dos quartéis – e do militar político – cujo espírito miliciano exortava a marchar para *fora* dos quartéis e tomar as rédeas do processo de desenvolvimento nacional.

Parece-nos que o Movimento de 1964 encerrou – ao menos temporariamente – essa tensão entre dentro e fora. Isso só foi possível por meio de uma solução de *força* capaz de impor a hierarquia (acima/abaixo) à vida política do país. Em outras palavras, parece-nos que o par acima/abaixo – presente em sua valência semântica da autonomia – foi acionado para negociar a relação entre os pares dentro/fora e antes/depois. Somente através do nível de estrutura (hierarquia) tornou-se possível à economia discursiva da geonomia calcular e *equacionar* os níveis dos ciclos (entrar e sair da caserna) e do evento novo (tomar o Estado e impor nova linha reta ao tempo). Desse modo, podemos compreender o papel dos tanques. Do ponto de vista da geonomia, era preciso pensar a tomada do poder como uma *manobra* bem sucedida de *conquista do território* inimigo. Se a revolução socialista era iminente, seria preciso portanto derrotá-lo em solo pátrio. Uma vez no poder, seria urgente impor um modelo hierarquizado de governo, o qual iria pender da democracia tutelada ao regime de exceção. Na aplicação de políticas voltadas a desenvolver o país, estabelecer uma hierarquia calculada de prioridades, segundo a qual seria primordial converter o Brasil em potência mundial – industrial e bélica. Em outros termos, a tensão dentro/fora presente em seu papel moderador resolveu-se por uma série de atos de força que fizeram a disciplina interna dos quartéis extravasar para o espaço externo inteiro do território nacional, o que foi no nível discursivo facilitado pela equiparação identitária entre a Pátria e as Forças Armadas. Por sua vez, no espaço internacional, veremos como também surgiria essa tensão entre ciclo e evento. Por um lado, os militares reconheceriam o ciclo hegemônico dos Estados Unidos; por outro, buscariam construir um fato novo, a partir do qual o Brasil emergiria como nova grande potência. Não se tratava, porém, de denunciar a opressão norte-americana e romper com ela, mas de reconhecê-la e emulá-la. Quer dizer, tratava-se de reconhecer a opressão inerente ao sistema internacional para buscar tornar-se opressor usando essa mesma estrutura de poder em favor próprio.

Nesse processo, a nomenclatura dos diplomatas terá um papel crucial. Tal como vimos para o caso dos militares, o Itamaraty também possui rituais *performativos* que reafirmam suas tradições e permitem entrever o *ethos* diplomático e sua cosmologia de princípios considerados sagrados. Segundo Moura (2007, p. 21-40), o Dia do Diplomata é o mais importante desses rituais. Análogo ao Dia do Soldado, foi celebrado pela primeira vez em 20 de abril de 1970, em cerimônia de inauguração do Palácio Itamaraty

em Brasília, assim como do nascimento do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira. Em 1970, houve a transferência final da sede do Itamaraty para a nova capital, passada a resistência inicial apresentada ao tempo do governo de Jânio Quadros. Assim, será no contexto do regime militar que a Casa de Rio Branco reinvestirá suas tradições, pois o primeiro Dia do Diplomata funcionará como um ritual (re)constitutivo. Nessa ocasião, os diplomatas abandonarão sua rotina em meio às festas e jantares da elite carioca para viverem em Brasília, longe de parentes e amigos de fora da carreira. Conforme Moura, essa nova situação converterá a Casa de Rio Branco em uma “igreja durkheimiana”, uma *comunidade moral relativamente autônoma*, com seu *ethos* e visão de mundo particulares. Desse modo, a “igreja” poderá (re)soldar sua identidade por referência a um ritual que invocará ainda uma vez o Barão do Rio Branco, ancestral divinizado, cujo busto conta-se que falava, cujo fantasma conta-se que assombrava a antiga sede do Rio de Janeiro, onde faleceu. Em 1971, será instituída a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) para preservar a memória diplomática e a tradição do “avô da diplomacia brasileira”. Por meio da *invenção* de Gusmão, visto como inventor brasileiro da diplomacia do país, o MRE poderá conjurar os perigos da nova capital com referência a um ancestral ainda mais antigo que o Barão, vindo do século XVIII. No nível simbólico, portanto, a identificação entre militares e diplomatas era evidente.

Não apenas o Dia do Diplomata espelhará o Dia do Soldado. A organização do Itamaraty como burocracia profissional também estará refletida no modelo militar. Na década de 1970, serão criados dois novos cursos no Instituto Rio Branco, em adição ao já existente Curso de Preparação à Carreira de Diplomata: o Curso de Aperfeiçoamento, equivalente à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, e o Curso de Altos Estudos, correspondente à Escola de Comando e Estado-Maior (CHEIBUB, 1985, p. 129). Entre as décadas de 1950 e de 1970, parece-nos que o Itamaraty passou por um gradativo processo de profissionalização e de autonomização, facilitado após o advento do regime militar. Conforme vimos, tratava-se de defender o corpo diplomático tanto da democratização do debate em política externa quanto da emergência de novos atores sociais capazes de por em perigo sua tradicional homogeneidade de elite. A partir da ascensão de Araújo Castro ao posto de chanceler, esse processo *maturou*, na medida em que se começou a ultrapassar a dominância de políticos conservadores na chefia do Itamaraty. Em lugar disso, os diplomatas de carreira buscarão assumir um perfil técnico e profissional na condução da Casa, aparentemente desvinculados da luta ideológica. Tal como os técnicos e tecnocratas da equipe econômica – Octávio Bulhões, Roberto

Campos e Delfim Netto –, estarão *em aparência* conduzindo sua área de especialidade sem preocupações com interesses políticos, algo facilitado por um regime que sufocará as dissensões. Em um movimento autopoietico, o globalismo da PEI será reinterpretado e reintroduzido, assim como Rio Branco fizera antes com o americanismo de Salvador de Mendonça. Se o Barão foi o elo entre Monarquia e República, Araújo Castro será o elo entre democracia e ditadura. É preciso ressaltar, no entanto, que a acomodação discursiva entre geonomia e nomonomia não se dará de modo automático. Entre 1964 e fins da década, será ainda preciso terminar o fechamento do regime militar e descartar o velho americanismo. Nesse momento, não será coincidência o *retorno* de Araújo Castro às luzes da ribalta, encarregado de *defender* na ONU o novo globalismo brasileiro e sua abertura para o mundo.

CAPÍTULO VI

VIGIAR E PUNIR

6.1 Autonomia e autoritarismo

No século XVII, definiu-se na Europa o conceito de “razão de Estado” como sendo o necessário e suficiente para se manter a integridade do Estado como finalidade em si mesmo, em um contexto em que o universalismo da Igreja Católica e o legado imperial dos césores estava em decadência. Diferentemente da pastoral medieval, esse Estado moderno não teria de se preocupar com a salvação dos súditos, mas tão somente com a sua. Nesse passo, foi formulada a teoria do golpe de Estado, entendido como um momento de *suspensão da legalidade* imprescindível para a *salvação* do próprio Estado. Para sua consecução, poderia ser preciso recorrer à violência de modo a sacrificar os perturbadores da ordem pública em benefício da manutenção do todo. Como expressão irruptiva da razão de Estado, o golpe deveria ser teatral para que fosse justificado e imediatamente reconhecido. Em seguida, seria necessário assegurar a obediência do povo e evitar levantes, principalmente pela criação de um *regime de verdade* capaz de manipular a opinião, assim como pelo sigilo imposto ao saber que o Estado formula sobre si mesmo. Desde a Paz da Vestfália (1648), a razão de Estado instrumentalizou-se por meio do *dispositivo diplomático-militar*. Fundamentalmente, a Europa tornou-se um conjunto de múltiplas independências desvinculado do princípio hierárquico medieval,

para o que seria preciso garantir a preservação da balança de poder. Nesse cenário múltiplo, a escatologia unificadora da paz tornou-se mais fraca, e a *guerra* e o *direito* passaram a zelar pelo equilíbrio. Em função disso, o dispositivo diplomático-militar aperfeiçoou-se por meio da manutenção de exércitos permanentes e do sistema de embaixadas (FOUCAULT, 2008, p. 341-410; WATSON, 1992, p. 182-213).

No processo de consolidação do Estado moderno, o rei efetivou a centralização administrativa e despojou a nobreza guerreira de seu antigo *status* feudal amparado no poder local. Em contrapartida, essa nobreza foi atraída pelo rei para o serviço político e diplomático na corte. Conforme salienta Batista (2010, p. 24-29), a figura do cortesão surgiu juntamente com a do soldado profissional, pilares do dispositivo diplomático-militar, cujo grau de lealdade e disciplina ao Estado seriam indiscutíveis. Na condição de diplomata, caberia ao cortesão exercer o ofício de *segretario*, encarregado de guardar os segredos de seu senhor, o rei. Sua função era entendida em analogia a dos *anjos*, na medida em que o rei, ou o Estado, era a representação de Deus na terra. Para bem exercer tal missão sagrada, o diplomata deveria saber transitar com discrição na corte, demonstrar astúcia na arte dos conchavos e dispor do apadrinhamento de cortesãos mais antigos. Sobretudo, deveria ser capaz de dissimular e silenciar acerca dos segredos de Estado. Diplomatas, militares e propagandistas encontram-se entre os mais importantes agentes das relações internacionais, ocupando-se ativamente do *estrangeiro*, o qual representa a diferença e introduz o aleatório, pois tem um comportamento considerado estranho e imprevisível, o que pode convertê-lo em *inimigo*. A necessidade de se obter *informações* sobre o estrangeiro entrelaça diplomatas e militares na tarefa de conduzir a política externa, por exemplo, pela ligação entre embaixadores e adidos militares. O diplomata apega-se à informação secreta, seja pelos canais legais seja quando recorre à espionagem. Por sua vez, o propagandista age em nome da imagem de seu país para influenciar a opinião pública estrangeira (DUROSELLE, 2000, p. 49-50; p. 101-121).

Conforme vimos, o Estado brasileiro herdou em sua formação a estrutura do estamento burocrático português. Em nosso caso, o corpo diplomático encastelou-se no seio das práticas patrimonialistas do Estado, ostentando sua distinção aristocrática por meio dos diplomas de bacharel. Inicialmente, o dispositivo diplomático-militar voltou-se para as clássicas funções de manutenção do Estado e do equilíbrio de poder regional, tanto pelo recurso à guerra quanto pela negociação pacífica das fronteiras por tratados. Assim, os militares ascenderam como importantes atores políticos após o êxito obtido na Guerra do Paraguai. No caso dos diplomatas, seu peso consolidou-se no período

carismático do Barão do Rio Branco, onde praticamente encerrou-se a delimitação do território nacional. No sentido empregado por Foucault, o *dispositivo* é um conjunto multilinear de práticas cujas primeiras dimensões são as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação. Voltado a delimitar regimes de verdade, o dispositivo aplicado ao manejo da informação determina o que deve e o que não deve ser visto; o que deve e o que não deve ser enunciado. Para tanto, o dispositivo necessita de linhas de força, da dimensão do poder encarregada de conjurar o invisível e o indizível. Por outro lado, é possível que pessoas ou grupos busquem escapar das forças e saberes estabelecidos por meio de linhas de subjetivação ou de *individuação autônoma* (DELEUZE, 1990, p. 155-157). Dessa forma, o dispositivo propicia demarcar um regime de verdade amparado em práticas de poder institucionais, as quais legitimam-se no nível dos saberes e garantem sua fronteira discursiva pelo poder disciplinar e pelo uso da força.

No caso do Brasil, o golpe civil-militar de 1964 buscou justificar-se com base na salvação do Estado em face da “infiltração comunista”. Colocadas em segundo plano as hipóteses de guerra externa, o dispositivo diplomático-militar voltou-se à *vigilância* e à *punição* a outro estrangeiro, o *inimigo interno*. Esse novo ambiente de segurança, cuja discursividade de suporte embasou-se no conceito de autonomia no espaço, partiu da premissa da patologização desse inimigo, o qual se deveria normalizar ou sacrificar em prol da saúde do corpo social e do corpo da Pátria. A fim de efetivar um novo regime de verdade, esse dispositivo aplicou à informação uma tecnologia de poder sustentada por três pilares: a censura, a propaganda e a tortura. De sua parte, a guerrilha buscou na contra-conduta e na ideia de revolução sua tentativa de individuação contra o regime estabelecido. A partir do binômio segurança e desenvolvimento, o dispositivo diplomático-militar exerceu uma tecnologia de poder destinada tanto ao *governo do território* quanto ao *governo das coisas*. De acordo com Foucault (2008, p. 122-128), governar o território presume uma relação de exterioridade entre o príncipe e seus súditos, ou entre Estado e sociedade, de modo que se deve garantir a segurança contra ameaças internas que venham a questionar a legitimidade do governante. De outra parte, governar as coisas implica desenvolver a economia, ou engajar os governados em suas relações com as riquezas e os meios de subsistência do território. Entretanto, a análise do dispositivo diplomático-militar implica não partir de universais tais como o Estado soberano ou a identidade nacional, pois as tecnologias de governo atravessam-nos de dentro a fora, da política interna à externa. No Brasil da década de 1950, buscou-se a

modernização do país através da reorganização e ocupação do território. A partir do regime militar, contudo, ocorreu uma mudança importante:

O governo JK e o Plano de Metas expressam um momento onde o ajuste entre as ideologias geográficas e as políticas territoriais do Estado é total e explícito. [...] Nesse turbilhão de mudanças, em que se destaca um veloz fluxo urbanizador, e num contexto político mais democrático, a ideia de *povo* começa a ganhar peso na discussão da identidade nacional. O golpe militar de 1964 afasta tal discussão da esfera do Estado, reafirmando com força uma *visão geopolítica da atuação governamental*, que repõe integralmente a concepção autoritária que *identifica o Brasil com seu território*. A Doutrina de Segurança Nacional, que a fundamenta, cabalmente expressa tal entendimento ao qualificar o cidadão brasileiro contrário à ditadura como o “inimigo interno”, que põe em risco a integridade e a soberania do país. Além do mais, o lema do governo militar não deixa margem a dúvidas: a “integração nacional” como projeto básico, uma nova versão da velha ideologia da construção do país por um Estado forte. As noções de modernização e desenvolvimento perdem seu significado social e político, passando a qualificar apenas os aparatos produtivos e as infra-estruturas. [...] A *ótica espacialista* dos governos militares contribuiu para acentuar o divórcio entre Estado e nação que se sedimenta no período. (grifos nossos) (MORAES, 2005, p. 99-101)

Como apontamos, essa ótica espacialista era predominante no regime discursivo da *geonomia*, o qual havia sido gestado no pensamento militar desde fins da década de 1940. Do ponto de vista conceitual, a geonomia privilegia o par antitético dentro/fora na valência semântica da autonomia. Vimos em Koselleck que tal direcionamento resulta na ênfase em relações de amigo/inimigo. A partir de 1964, parece-nos que a geonomia como regime de verdade gradualmente obtém todos os meios necessários para impor-se e reforçar-se como prática de poder. Nesse movimento, nomenclatura e geonomia irão acomodar-se paulatinamente e exteriorizar-se em um dispositivo diplomático-militar voltado à vigilância e à punição do inimigo interno onde quer que ele esteja, dentro ou fora do país. Do ponto de vista da prática política, segundo destacamos no capítulo II, Schmitt também considera vital destacar os pares dentro/fora e amigo/inimigo. Em outras palavras, a consolidação do regime autoritário no Brasil estará amparada em sua competência extraordinária para determinar a identidade e o destino do inimigo interno sob a hipótese de guerra e decidir acerca do Estado de exceção. De acordo com o capítulo anterior, vimos como havia nas Forças Armadas um drama ou indecisão entre as funções do militar profissional e do militar político. O primeiro buscava somente defender o território; o segundo almejava intervir na política nacional para planejar o desenvolvimento das coisas – ou da economia. Desde 1964, parece-nos que essa tensão poderá ser resolvida – ao menos temporariamente – pela mediação do par acima/abaixo; ou seja, será possível conduzir em conjunto o governo do território e o governo das coisas por meio da gradativa instauração de um regime autoritário e hierarquizante. Esse

giro discursivo também impactará a política externa, a qual será instrumentalizada para concretizar a Grande Estratégia de conversão do Brasil em grande potência mundial.

Dessa forma, o dispositivo diplomático-militar efetiva no Brasil uma tecnologia de governo onde predomina a concepção espacial da autonomia. Nesse jogo da verdade, o manejo da informação ocupará papel fundamental. Por um lado, a autonomia espacial dos governados será gradualmente *reduzida* pelo imperativo da segurança nacional, ou via restrição de direitos fundamentais ou pelo exercício de vigilância e punição; por outro, o crescimento econômico será instrumentalizado por intermédio de propaganda ao exterior como sinal de *alargamento* da autonomia do Brasil no espaço internacional, em vias de converter-se em grande potência. Na guerra contra o “inimigo interno”, a máquina repressiva fará dizer a verdade através do suplício aos corpos; a censura fará não dizê-la a bem da sustentação e da imagem do regime. No exterior, a propaganda também separará o dizível do indizível; ou seja, será preciso esconder a tortura, mas superdimensionar as possibilidades do país nas relações internacionais. Nesse jogo que entrelaça espaço, segurança, desenvolvimento e informação, mais uma vez os pares dentro/fora, amigo/inimigo e acima/abaixo terão lugar central. Na confluência entre o interno e o externo, os diplomatas farão o papel de estender os tentáculos de segurança para fora do território através da vigilância e delação de exilados brasileiros suspeitos de subversão. Internamente, os militares assumirão a prática da tortura dentro da hipótese de guerra. Tanto na política interna quanto na internacional, além disso, prevalecerá uma concepção hierárquica da realidade, seja para amparar a tutela da autonomia dos governados, seja para amparar a ascensão do país à grande potência. Esse dispositivo diplomático-militar não se estabeleceu de imediato, mas passo a passo.

Golbery do Couto e Silva, pensador do regime militar e da autonomia no espaço, começou a conspirar contra o governo Goulart em 1961, quando passou para a reserva. Esteve à frente do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), instituição financiada por grupos empresariais e ligada à CIA, cujo objetivo era a publicação de livros e a realização de palestras a fim de propagar os perigos da “infiltração comunista” no país (FERREIRA, 2003, p. 359-360). Por sua vez, Cordeiro de Farias começou a conspirar em 1963, após o plebiscito do presidencialismo, pois considerava Goulart um homem despreparado. Foi fundamental a participação dos principais governadores da oposição, pois mobilizaram a opinião pública civil contra o presidente. Em São Paulo, Cordeiro articulou-se com Ademar de Barros; em Minas Gerais, de onde partiu o Movimento na madrugada de 1º de abril, Magalhães Pinto havia colocado em prontidão a Polícia

Militar; no Rio, Carlos Lacerda atacava o presidente na imprensa. Após a reunião de Goulart com os sargentos no Automóvel Clube, em 30 de março, muitos oficiais indecisos optaram por apoiar o golpe, entre eles Amaury Kruel, então chefe do II Exército. Mesmo Pery Bevilacqua, sobrinho-neto de Benjamin Constant, contrário ao Movimento, instou Goulart a decidir entre o Exército e os sindicatos. Oficial-general mais antigo no Rio de Janeiro, Arthur da Costa e Silva autodeclarou-se o novo Ministro da Guerra. Militar político por excelência, Cordeiro de Farias parece não ter ficado muito satisfeito com sua rápida ascensão¹⁰⁵. Entre os ministros de Goulart depostos pelos militares, *somente* Araújo Castro – único ausente no Comício da Central do Brasil – não teve seus direitos políticos cassados, o que contribuiu para a blindagem do Itamaraty em face do novo regime (BATISTA, 2010, p. 47).

Na visão de Roberto Campos (1994, p. 74-79), o qual assumiria o Ministério do Planejamento de Castello Branco, a Revolução de 1964 era inicialmente apenas uma rebelião de classe média urbana e do Exército contra a corrupção, o caos econômico do governo Goulart e a infiltração comunista. Coube a Castello, contudo, o mais legalista dos generais, conseguir que o movimento se tornasse um exercício de modernização institucional, não uma quartelada caudilhesca. De imediato, o autodeclarado Comando Supremo da Revolução, formado pelos ministros militares – Costa e Silva, Correia de Melo e Rademaker – baixou o primeiro Ato Institucional, o qual começou a estabelecer um Estado de Segurança Nacional no Brasil. O AI-1 limitava os poderes do Congresso para a votação de emendas constitucionais e permitia ao presidente cassar os direitos

¹⁰⁵ Digamos que Costa e Silva pegou o bonde andando, pois não havia liderado a conspiração contra Goulart nos anos anteriores a 1964. Por outro lado, sua autoneomeação como Ministro da Guerra não remetia-se a um critério político, mas de hierarquia profissional. Não sem bom humor, Cordeiro parece tê-lo considerado um homem despreparado para a nova função: “Costa e Silva havia sido o primeiro aluno de sua turma [em 1917, quando concluiu o curso secundário do Colégio Militar de Porto Alegre] – a mesma turma do Castelo e do Kruel – e, assim, o Castelo tinha uma reverência enorme por ele. Na verdade, desde que saiu da Escola Militar Costa e Silva nunca mais leu um livro, nunca mais estudou nada. Já lhes contei o episódio das palavras cruzadas? Certa vez, viajávamos no mesmo avião, e eu estava lendo um livro sobre o Vietnã. Ele comentou: ‘Mas você lê essas coisas?’ Respondi: ‘Leio, porque a questão do Vietnã nos interessa de perto. Caso os Estados Unidos percam essa guerra, a Ásia se tornará comunista, e isso nos afetará de algum modo.’ Ele disse: ‘Você é um idiota, perdendo tempo com essas coisas. Eu hoje só faço palavras cruzadas.’ E em seguida mencionou cerca de dez livros de palavras cruzadas. Só então fiquei sabendo que existem dicionários para palavras cruzadas! Costa e Silva tinha um. Bem, a verdade é que o Castelo, estando ou não equivocados a respeito do Costa e Silva, não se opôs a que ele assumisse o Ministério da Guerra, talvez também porque o Costa e Silva fosse muito ligado ao Amaury Kruel e daí as coisas ficavam mais fáceis.” (FARIAS, 1981, p. 584) Pelas contas de Cordeiro, portanto, quando Costa e Silva assumiu a presidência, em 1967, já não lia livro nenhum há cinquenta anos. Talvez não estivesse errado.

políticos de qualquer cidadão por um prazo de dez anos¹⁰⁶. Nos dez primeiros dias após o golpe, a repressão foi especialmente severa no Nordeste, onde atuavam Celso Furtado, Francisco Julião e Paulo Freire. Velho militante do PCB, Gregório Bezerra foi arrastado pelas ruas de Recife. A chamada “Operação Limpeza” voltou-se contra a coalizão de esquerda que havia apoiado Goulart. Houve intervenções nos sindicatos e a CGT foi extinta, assim como as Ligas Camponesas. Ocorreram expurgos dentro do Exército e forte repressão a sargentos e marinheiros. No Congresso, as cassações terminaram de dismantlar a coalizão PTB-PSD; o caso mais notório foi o de JK. A UNE foi destruída, e houve intervenção na USP e na UnB. Nos primeiros meses do regime, cerca de 50 mil pessoas foram detidas (MOREIRA ALVES, 2005, p. 63-86).

Em 15 de abril, Castello Branco foi eleito presidente indiretamente. Dias depois, dentro da Grande Estratégia da guerra contra o “inimigo interno”, baixou decreto-lei instituindo os Inquéritos Policial Militares (IPMs) para a investigação de atividades consideradas subversivas, porém sem as garantias do devido processo legal. Contra a autonomia do STF, os coronéis encarregados dos IPMs formariam o primeiro núcleo da linha-dura¹⁰⁷. Por sua vez, Golbery foi incumbido de organizar o Serviço Nacional de

¹⁰⁶ No preâmbulo do AI-1, os novos ministros militares buscaram explicar e legitimar a tomada do poder resultante do Movimento de 1964: “A *revolução vitoriosa* se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, *se legitima por si mesma*. [...] O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa *com o apoio da Nação na sua quase totalidade*, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização *a limitar os plenos poderes* de que efetivamente dispõe. [...] Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. [...]. Para demonstrar *que não pretendemos radicalizar* o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, [...]. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional. Fica, assim, bem claro que *a revolução não procura legitimar-se através do Congresso*. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.” (grifos nossos) Podemos perceber na justificativa do AI-1 a tensão existente entre *autolegitimação* e *autolimitação*, a qual não poderá ser resolvida sem paradoxos.

¹⁰⁷ “– Abra a porta. – O Vidigal! – disseram todos a um tempo, tomados do maior susto. O som daquela voz que dissera ‘abra a porta’ lançara entre eles, como dissemos, o espanto e o medo. E não foi sem razão; era ela o anúncio de um grande aperto, de que por certo não poderiam escapar. [...] O major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo o que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas de sua imensa alçada não havia testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua *justiça* era infalível; não havia apelação das sentenças que dava, fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas. Exercia enfim uma espécie de inquirição policial.” (ALMEIDA, 2007, p. 29-30)

Informações (SNI), encarregado de coletar e analisar informações relativas à segurança nacional e a atividades subversivas. Sob sua supervisão, as três Forças Armadas criaram seu serviços de inteligência: Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). O CENIMAR tornou-se um conhecido centro de torturas. Os intelectuais engajados, considerados “traidores da Pátria”, foram particularmente atingidos pela repressão. Josué de Castro, Celso Furtado e Anísio Teixeira, por exemplo, foram cassados. Vimos que o ISEB foi extinto, invadido e depredado. Na visão de José Honório Rodrigues (1985, p. 125-127), intelectual que havia sido conferencista da ESG, crítico do bacharelismo do Itamaraty, o golpe de 1964 rompeu a tradição conciliatória da política brasileira, em um generalismo que converteu adversários em inimigos. Em artigo de 1965, compilado em seu *A experiência reacionária*, Alceu Amoroso Lima, intelectual católico que havia apoiado as reformas de base, considera o prosseguimento dos IPMs como um caso flagrante de obscurantismo cultural. Faz menção à prisão dos autores do livro *História nova do Brasil*, publicado pelo último ISEB, o qual, segundo vimos, foi considerado atentatório à figura de Caxias:

Devemos defender, inegavelmente, o Marechal Castello Branco e a estabilidade de seu governo, contra qualquer tentativa conspiratória. [...] Nada disso implica que tenhamos o direito de silenciar, enquanto nos é reconhecida a liberdade de nos pronunciarmos em face das distorções clamorosas e perfeitamente evitáveis na reintegração do país em sua vida normal. A mais evitável delas é o prosseguimento dos famosos e detestáveis IPMs. [...] No dia em que não for mais possível publicar livros ou manifestos ou pensamentos que não sejam aqueles que o Poder Público defende, então nos encontramos de fato em regime totalitário. E se o movimento de 31 de março, rompendo a ordem legal existente, foi feito sob o pretexto de evitar a instituição de um regime ditatorial no Brasil, *a contradição entre os propósitos e os atos é tão patente*, que podemos falar em impostura democrática, sem ferir a verdade. (grifo nosso) (LIMA, 1968, p. 114-115)

Entre os diplomatas, o impacto da Revolução de 1964 foi bastante diferente. Conhecido como o “arcanjo do Itamaraty”, Vasco Leitão da Cunha substituiu Araújo Castro na chefia da Casa. Em seu depoimento ao CPDOC, relata que partiu de Costa e Silva, o qual trata por Costinha, o convite para assumir a pasta, pois o Dr. Vasco não era comunista e havia brigado com Jânio. De acordo com o diplomata, os funcionários do Itamaraty devem servir a qualquer governo, salvo “quando se trata de mudança de regime, da Monarquia para a República, da República para o comunismo, [...] o funcionário tem o direito de se manifestar, com as consequências dessa manifestação.” Em março de 1964, recém retornado do posto de embaixador em Moscou, via dois caminhos possíveis para o Brasil: ou uma tentativa revolucionária janguista no 1º de

maio, ou um golpe preventivo. Assim, posicionou-se a favor do golpe, que considerou um movimento restaurador necessário e indispensável, embora tivesse preferido que a questão fosse resolvida pelo *impeachment* de Goulart. Leitão da Cunha afirma que a ausência de Araújo Castro do Comício da Central salvou muitos funcionários. Castro foi poupado, mas resolveu partir para a Embaixada em Atenas, posto menor, para ficar em *compasso de espera*¹⁰⁸. Por decisão de Castello, o próprio chanceler assumiria a chefia da comissão de investigações de atividades subversivas no Itamaraty. Afirma o Dr. Vasco que queria evitar sacrificar a Casa e submetê-la a uma caça às bruxas, para o que cassou apenas quatro “comunizantes”, entre os quais Antônio Houaiss¹⁰⁹. Assim, em meio ao turbilhão dos excessos, o Itamaraty blindou-se e *manteve sua autonomia*. Em troca de sua colaboração, Leitão da Cunha pôde definir as diretrizes da política externa de Castello, retornada ao americanismo tradicional (CUNHA, 1994, p. 264-278).

Logo o dispositivo diplomático-militar *foi colocado em funcionamento*. No começo de abril de 1964, João Goulart, Leonel Brizola e colaboradores chegaram ao Uruguai em busca de asilo político. No Brasil, os militares temiam que ambos viessem a utilizar o território uruguaio como base de operações para subverter o novo regime ou até mesmo tentar retomar o poder. Em 13 de abril, chegou ao país vizinho uma Missão Especial do Itamaraty, presidida por Jayme de Souza Gomes, com vistas a solucionar o problema. Dentro da lógica espacial da autonomia, através de diplomacia insistente, o que se pretendia era convencer o governo uruguaio a confinar Goulart, Brizola e seus simpatizantes no Departamento de Montevidéu, onde estariam mais longe da fronteira e poderiam ser *vigiados* com mais facilidade. Uma vez instalada na Embaixada, a Missão decidiu pela exoneração como *punição* a funcionários comprometidos ou supostamente comprometidos com o governo deposto. Apesar das pressões, os resultados não foram satisfatórios. Primeiro houve um entrave jurídico, pois o Uruguai não havia ratificado a

¹⁰⁸ A posição de Leitão da Cunha é bastante semelhante a de Meira Penna, segundo apontamos no capítulo V: “Ele [Araújo Castro] não foi cassado, na minha opinião, porque não deixou o Itamaraty ir à maluquice da estrada de ferro Central do Brasil. E tinha feito várias admoestações ao presidente Goulart [como velha raposa] sobre o que se estava tramando. Afinal ele mesmo se puniu: pediu para ir para a Grécia, que não era um posto à altura de um ministro de Estado.” (CUNHA, 1994, p. 277)

¹⁰⁹ Os quatro “comunizantes” cassados com aval de Leitão da Cunha foram Antônio Houaiss, Jayme Azevedo Rodrigues, Jatyr de Almeida Rodrigues e Hugo Gouthier. Houve ainda o caso de um quinto *elemento*, o qual era *burro demais* para ser cassado: “Havia só um maluquinho, que eu não deixei cassar por maluquice, que telegrafou ao Jango felicitando-o pelo comício da Central. Computando os telegramas recebidos por Jango, a Comissão Geral de Investigações, presidida pelo general Taurino, cobrou-me esse: ‘Quem é esse patife?’ Quando interrogado, ele disse: ‘Ah, me disseram que eu devia telegrafar porque senão não seria promovido.’ Coitado! Eu me limitei a não pô-lo no quadro de acesso da promoção. É preciso ser inteligente, não se deve ser burro! Foi esse o único problema, além dos quatro comunizantes.” (CUNHA, 1994, p. 274)

Convenção de Caracas sobre Asilo Territorial, de modo que sua legislação interna sobre o assunto era liberal e permitia que o asilado fixasse residência em qualquer ponto do território do país. Em segundo lugar, a opinião pública uruguaia era contrária ao golpe de 1964, considerado um golpe de gorilas. De sua parte, Leitão da Cunha tentou forçar uma decisão favorável retendo a concessão de salvo-condutos aos asilados brasileiros na Embaixada uruguaia no Rio. O único que a Missão obteve foi o reconhecimento do novo governo (SILVA, 2002, p. 67-73). Conforme veremos, esse revés motivou a criação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX), braço do Itamaraty ligado ao SNI para o monitoramento de asilados subversivos.

Na visão de Cervo e Bueno (2011, p. 393-400), a política externa de Castello Branco foi uma frustrada correção de rumos, um *passo fora da cadência*, em relação à linha de continuidade de Vargas, Kubitschek e da PEI, projeto histórico voltado a usar a variável externa como instrumento de desenvolvimento, o qual teria sido retomado com Costa e Silva. Assim, consideram os autores que a política externa de Castello teve vida curta e resultados efêmeros, pois destoava da linha cadenciada da histórica inserção internacional do Brasil. Teria sido anacrônica pois investiu na bipolaridade da Guerra Fria em um momento que se iniciava a distensão entre as superpotências após a Crise dos Mísseis. Em sua opção pelo “alinhamento automático”, teria ido de encontro ao americanismo do Barão, pois esse pressupunha preservar a soberania nacional em face do imperialismo. Teria rompido com o legado de Vargas, pois não utilizou a política externa em prol do interesse nacional, mas limitou-o ao aceitar o conceito de segurança coletiva. O diagnóstico de Vizontini (2004, p. 35) não é menos admoestatório. Em sua perspectiva – decalcada da teoria da dependência, conforme vimos em Marini – a política externa de Castello caracterizou-se pela estratégia do liberal-imperialismo. Por um lado, o Brasil alavancaria no plano econômico maior entrada do capital estrangeiro e ampliaria suas ramificações subimperialistas na América do Sul, ao passo em que politicamente estabeleceria uma associação vertical com os Estados Unidos, mantido como centro de gravitação da América Latina. Por outro, conseguiria em troca apoio financeiro norte-americano e tratamento diferenciado na região, por intermédio do reconhecimento do Brasil no papel de subliderança na América do Sul.

Pensamos que o entendimento da política externa de Castello Branco *deve ser matizado*. Não nos convence a hipótese do “passo fora da cadência”. Temos buscado pensar a política externa conjugadamente à política interna, por meio da compreensão da luta em torno do conceito de autonomia no Brasil. Assim, não nos parece útil

presumir uma linha histórica da política externa contínua e separada, a partir da qual seria possível concluir, por exemplo, que é a mesma a cadência de Vargas, JK, PEI, Costa e Silva e Médici, entre os quais Castello figuraria como interregno infeliz, hiato ou exceção que confirma a regra geral da “seta no tempo”. Não pensamos que sua política externa tenha sido subserviente, tampouco anacrônica. Conforme vimos, o Movimento de 1964 respondeu diretamente ao acirramento da Guerra Fria na América Latina decorrente da Revolução Cubana. Nesse momento, a hipótese de guerra contra a URSS já havia sido atualizada. A despeito da distensão entre as superpotências, acabava de se colocar em marcha a estratégia cubana de exportação de seu modelo insurrecional e de sua tática de guerrilha, o foquismo. É contra essa ameaça externa que se fez 1964; como *reação*, o modelo autoritário brasileiro seria gradativamente exportado para a subregião. Na linguagem de Golbery, o alerta de segurança deveria ser máximo, pois agora o hemiciclo perigoso estava muito mais próximo. Em nosso entendimento, o americanismo da política externa de Castello deve ser entendido como um *recuo tático* na Grande Estratégia formulada pelo pensamento militar desde a década de 1950, isto é, converter o Brasil em grande potência e eliminar o “inimigo interno”, dentro da lógica discursiva da geonomia.

Em 31 de julho de 1964, Castello Branco (2008, p. 390-396) profere discurso no Palácio Itamaraty em que enuncia as diretrizes de sua política externa. Após ode inicial ao Barão do Rio Branco, afirma que os Objetivos Nacionais incluem o robustecimento do poder nacional, o desenvolvimento econômico e social e a paz mundial. Condição de sua obtenção, a autodeterminação pressupõe alcançá-los sem interferência externa dos centros de poder e ideologia. Define então a autonomia do país como uma política de independência, não de neutralismo. Em sua visão, o neutralismo padece de emotividade imatura e se utiliza da extorsão internacional dos recursos das superpotências. Coerente, o que Castello sempre defendeu foi um nacionalismo racional em lugar do que via como um nacionalismo demagógico dos líderes populistas, em que ao mesmo tempo havia protestos contra a insuficiência de ajuda externa e atitudes restritivas à entrada de capital estrangeiro. Além disso, seu americanismo não é exclusivo, pois anuncia manter relações comerciais com o Leste Europeu e incrementar contatos com a África. Parece-nos que seu americanismo é tão pragmático como aquele do Barão:

A expressão “política de independência” tem sido deturpada e perdeu a utilidade descritiva. Foi apresentada como inelutável inovação, desconhecendo que o conceito de independência *só é operacional dentro de determinadas condicionantes práticas*. Trata-se de um objetivo e não de

um método. [...] Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, *não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências* – nem mesmo as potências guardiãs do mundo ocidental, pois que, na política externa delas, é necessário fazer a distinção entre os interesses básicos da preservação do sistema ocidental e os interesses específicos de uma grande potência. [...] Política exterior independente, no mundo que se caracteriza cada vez mais pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter seu próprio pensamento e sua própria ação. *Sem subordinação a nenhum interesse estranho ao do Brasil*. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, como o da América Latina, do continente americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários. (grifos nossos) (CASTELLO BRANCO, 2008, p. 391-392)

De fato, Castello não anuncia alinhamento automático, mas sua própria política externa independente, porém depurada do que enxergava como excessos ideológicos de Jânio, San Tiago Dantas e Goulart, em um processo já iniciado por Araújo Castro. Estamos de acordo com Miyamoto (2013, p. 4), segundo quem a discussão que apenas conclui pela continuidade ou descontinuidade da política externa é infrutífera, pois o foco deve centrar-se nos interesses dos atores e nas conjunturas que a determinam. Nesse sentido, parece-nos interessante lembrar a posição de Afonso Arinos acerca da política externa de Castello. Embora político, Arinos é um exemplo da hipótese da “família diplomática”, filho que era de Afrânio de Melo Franco. Apoiou o golpe de 1964 e foi um dos fundadores da ARENA. Ao mesmo tempo, foi co-responsável pelo estabelecimento da PEI, sobretudo por entender que o Brasil poderia exercer uma política africanista voltada à luta contra o racismo. Em seu livro *Evolução da crise brasileira*, publicado em 1965, resumiu sua visão acerca do discurso de Castello aos diplomatas. Para Arinos (1965, p. 245-258), a orientação do presidente não difere em substância à PEI que procurou praticar em 1961. Defende-se do espinhoso tema da reunião de Punta del Este, em janeiro de 1962, quando então representava o Brasil na ONU, afirmando que Cuba havia-se autoexcluído do sistema interamericano quando anunciou sua adesão ao marxismo-leninismo. Essa posição tem nuance distinta da defendida por San Tiago, conforme vimos. Co-responsável pela PEI, Arinos também reconhece a convivência necessária entre independência e interdependência, bem como reprovava o neutralismo como oportunismo político.

Assim, parece-nos mais acertada a posição de Hurrell (2013, p. 131-141), para quem a política externa de Castello não significou “entreguismo” ou subserviência aos Estados Unidos. Em primeiro lugar, seu americanismo deve ser qualificado, pois buscou expandir relações com outras regiões tais como a Europa Ocidental, África e Oriente Médio. Exemplos disso foram as visitas do presidente Charles de Gaulle e do presidente Lübke da Alemanha Ocidental, assim como missões de promoção comercial enviadas a

Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões, Costa do Marfim, África do Sul, Angola e Moçambique. Igualmente, foi a partir do governo de Castello que subiu o tom nas relações com os vizinhos. Em 1966, sob intensa pressão, o Paraguai assinou a Ata das Cataratas, a qual previa o aproveitamento hidrelétrico das Sete Quedas e abriu caminho para a construção de Itaipu. Segundo relata Pio Corrêa (1995, p. 905-910), desde a Guerra do Paraguai, as relações não ficavam tão tensas entre os dois países. Por nota do governo do General Stroessner, o Paraguai protestava contra o *Diktat* de 1872 e exigia a revisão da fronteira na região das Sete Quedas. Por sua vez, a Ata das Cataratas não só encerrou o litígio, pois a futura represa de Itaipu inundaria a região do litígio, senão também trouxe o Paraguai à área de influência do Brasil. Segundo Hurrell, foi de Castello também a iniciativa de tratar com mais cautela o projeto de desnuclearização da América Latina, defendendo que a entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco, então em negociação, deveria presumir a ratificação prévia de todas as partes. Desse modo, seu americanismo não pode ser visto como fim em si mesmo, pois implícita à política de interdependência estava a ideia de barganha. Embora menos exitosa, a tentativa de Castello de resgatar as relações especiais com os Estados Unidos tem a mesma lógica da margem de autonomia obtida ou buscada pela barganha de Vargas.

Nesse sentido, consideramos que Castello inaugura um conjunto de práticas guiadas por uma concepção espacial e hierárquica da autonomia, no âmbito interno e no âmbito externo. Como recuo tático, seu americanismo encaminha a Grande Estratégia, cujo ápice ocorreria no governo Médici. Em Martins (1975, p. 57-63), também está presente essa correlação entre dentro e fora. Internamente, a política externa de Castello busca legitimar o estabelecimento de um modelo político elitista, portanto hierárquico. Externamente, enxerga o Brasil dentro de uma hierarquia política no hemisfério. Por um lado, reconhece taticamente a posição suprema dos Estados Unidos; por outro, Castello atribui às potências médias – Brasil, Argentina e México – o papel de liderança em face dos países mais pobres do continente e mais propensos à subversão, dentro da lógica da segurança coletiva. Na Grande Estratégia, essa subliderança não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas como um meio cuja finalidade é a *ascensão do Brasil nessa mesma hierarquia* se preciso à custa dos interesses norte-americanos. Do ponto de vista interno, a opção pelo americanismo também se justifica em razão do caos econômico herdado do governo Goulart, cuja dívida externa rumava para a insolvência. A nova equipe econômica, formada pelo técnicos Bulhões e Campos, voltou-se para o controle da inflação e para a estabilização da economia através da redução do déficit público e da

concessão de crédito. Em uma visão elitista e socialmente excludente, os salários foram arrocados, e cortados os subsídios sobre o trigo e o petróleo, o que onerou os preços do pão e das passagens de ônibus. Esse ambiente foi bastante favorável à entrada de capital estrangeiro, sobretudo via Aliança para o Progresso (SKIDMORE, 1988, p. 63-78).

Em nossa concepção, 1964 marca o início de um giro discursivo que envolveu e reposicionou geonomia, nomonomia e crononomia. Parece-nos que o americanismo de Castello também pode ser entendido à luz desse nível de interpretação. Quer dizer, não havia um, mas ao menos *dois americanismos* sobrepostos no começo do regime militar. Por um lado, a ascensão de Leitão da Cunha representava não apenas algo novo – um diplomata de carreira na chefia do Itamaraty –, mas também o retorno do americanismo tradicional enraizado na memória do Barão do Rio Branco, o qual foi reativado *contra* os alegados excessos ideológicos da PEI original. De fato, dentro do MRE, Dr. Vasco poderia ser visto como representante da ala majoritária dos tradicionalistas, distinto por exemplo de Roberto Campos, cujo americanismo respondia à diplomacia econômica¹¹⁰. Por sua vez, o americanismo de Castello Branco era também de um tipo mais recente, associado à agenda de segurança que se fortaleceu no final da Segunda Guerra Mundial. Se o AI-1 afiançava a autolegitimação do novo regime, não se pode negar que precisava obter em seus primeiros dias legitimidade internacional, sobretudo pelo reconhecimento e apoio dos Estados Unidos. Como recuo tático e prático na Grande Estratégia, vemos também nesses termos o sentido do americanismo de Castello. Mais do que isso, seu discurso no Palácio Itamaraty indica que a reivindicação da memória de Rio Branco era agora associada ao fortalecimento do poder nacional. Significa dizer, a figura fundadora do Barão era imprescindível como recurso capaz de inaugurar a acomodação discursiva entre militares e diplomatas, já que poderia ser lida simultaneamente como índice de estabilidade para geonomia e nomonomia. Em face do Itamaraty, o americanismo de Castello legitimava-se por referência à geonomia; em face dos militares no poder, o MRE legitimava-se com seu americanismo à antiga. Como a própria posição de Afonso

¹¹⁰ Como apontamos, a década de 1950 marcou o início de uma crise de identidade no Itamaraty, dentro do qual opunham-se generalistas em política e especialistas em economia. Em 1954, Dr. Vasco emitiu um memorando em que se queixava que diplomatas, tais como Roberto Campos, estavam sendo requisitados para servir fora do MRE. Em seu depoimento ao CPDOC, indagado a respeito, Leitão da Cunha responde por que considerava prejudicial a nova prática: “Porque eles eram muito bons e estavam prestando serviço em outros ministérios, quando haviam sido recebidos pelo Ministério do Exterior. Deviam sair menos do Itamaraty, uma modesta contribuição seria mais razoável.” (CUNHA, 1994, p. 171-172) Sua resposta indica não apenas que o Itamaraty era um corpo relativamente fechado, mas também certo despeito em face à possibilidade de obtenção de boa formação fora do Instituto Rio Branco, tal como era a formação em economia que Roberto Campos obteve no exterior.

Arinos deixa suspeitar, para quem vivia o instante é possível que não a política externa de Castello, mas a PEI original fosse entendida como um passo fora da cadência.

Nesse sentido, não compreendemos o americanismo de Castello Branco como exemplo de subserviência ideológica, mas como um meio de se obter ganhos concretos. Nos primeiros cinco anos do regime militar, mais do que duplicou a ajuda financeira dos Estados Unidos. Assim, conforme lembra Hurrell (2013, p. 117), por sugestão de Pio Corrêa, o qual assumiria a Secretaria-Geral do Itamaraty, o Brasil tentou barganhar sua participação na Guerra do Vietnã em troca de auxílio em seu plano de modernização naval. Parece-nos que o episódio da participação brasileira na intervenção à República Dominicana deve ser compreendido sob as mesmas lentes. Na ambiguidade entre dentro e fora, a guerra contra o “inimigo interno” (estrangeiro, dentro) está condicionada à projeção de poder do Estado no espaço internacional (nacional, fora), com base no que se pode compreender que o recurso à estrutura normativa da OEA é meio, não fim. Em abril de 1965, segundo Pio Corrêa (1995, p. 937-939), eclodiu uma rebelião armada contra o governo constituído na República Dominicana, liderada pelo Movimiento 14 de Junio, apoiado, municiado e financiado por Fidel Castro. Por sua vez, o Brasil não apenas eliminou a possibilidade de um satélite cubano, mas também recolheu grande prestígio por ter encabeçado as tropas da Força Interamericana de Paz (FIP). Segundo vimos, Meira Mattos chefiou o destacamento brasileiro. Em maio de 1965, Castello Branco pronunciou discurso no Piauí, intitulado *A revolução e as frentes interna e externa*, em que deixa bastante clara a ambiguidade dentro/fora presente na guerra ao “inimigo interno”, assim como seu grau de atravessamento no espaço:

No particular, não podemos omitir o que se nos deparou recentemente com a solicitação da Organização dos Estados Americanos no sentido de enviarmos tropas em missão de paz à República Dominicana. [...] Já não podemos ser indiferentes à sorte de nossos vizinhos, nem cruzar os braços ante a *violência das agressões externas por via interna*. Cada frente de subversão é ameaça à nossa retaguarda e põe em jogo a liberdade de todos os povos. Hoje ela se abre no Caribe. E ninguém duvida de que, se lograsse firmar-se aí, não tardaria em escolher e atacar uma nova vítima. Portanto, *se não desejarmos ser surpreendidos aqui dentro de casa* – e esse é um dos compromissos da Revolução – cumpre-nos impedir a solerte escravização dos dominicanos. [...] É o que se vai evitar em São Domingos, graças, em parte, à autorização do Congresso Nacional, que, acorde com as mais antigas e melhores tradições do Brasil, nos permite preservar a Liberdade *além de nossas fronteiras, de modo a podermos conservá-la em nosso próprio território*. (grifos nossos) (CASTELLO BRANCO, 1965, s/p)

A guerra ao “inimigo interno” fez uso não somente da tática de agressão aberta dos militares na frente de batalha, mas também da tática dissimulada dos diplomatas na *vigilância* a asilados políticos e no manejo clandestino da informação. Conforme vimos,

fracassou a Missão Especial do Itamaraty enviada ao Uruguai em abril de 1964, cujo objetivo era a internação de Goulart, Brizola e seguidores longe da fronteira. No mês de setembro, Manoel Pio Corrêa assumiu a Embaixada em Montevideú com a missão de pressionar o governo uruguaio para que impusesse aos asilados brasileiros a abstenção de quaisquer atividades políticas ou atitudes de hostilidade contra o regime militar. Não sem orgulho funcional, o diplomata afirma em suas memórias que recebeu carta branca de Castello Branco para agir em Montevideú, fato cujo precedente remonta ao próprio Visconde do Rio Branco, munido de amplos poderes para atuar na capital uruguaia cem anos antes. Naquele contexto, tratava-se de utilizar o dispositivo diplomático-militar para desempenho de sua clássica função da preservação da balança de poder. Na visão de Moniz Bandeira (2006, p. 221-245), não se tratava apenas de evitar a formação do eixo entre o Paraguai de Solano López, a Confederação Argentina de Urquiza e o Uruguai dos *blancos*, mas estabelecer uma hegemonia na região platina em lugar de França e Inglaterra, para o que a “diplomacia dos patacões” de Mauá também foi muito importante. No caso de 1964, esses expedientes foram atualizados na guerra contra a subversão. Havia no Uruguai mais de duzentos asilados correligionários de Goulart, Brizola, assim como do Almirante Cândido Aragão, que faziam a função de “pombos-correio”, indo e vindo com mensagens do Brasil na esperança de iniciar um movimento de contra-revolução (CORRÊA, 1995, p. 845-856).

Aliando a dissimulação do diplomata à mentalidade de guerra, Pio Corrêa relata em suas memórias o êxito de sua missão no Uruguai. Sua conduta de combate pautou-se em um conjunto de movimentos táticos. Em primeiro lugar, de modo a não melindrar em excesso o governo oriental, criou a ficção de que João Goulart não exercia quaisquer atividades políticas na condição de asilado, para assim centrar fogo em Brizola. Talvez sob inspiração da diplomacia dos patacões, Corrêa buscou aliviar as tensões do tema dos asilados através de negociações econômicas que viessem a agradar e amolecer o governo uruguaio. Dado o importante significado político de sua missão, em que pese a oposição de Bulhões e Campos, conseguiu convencer Castello Branco e Juarez Távora, seu Ministro de Viação e Obras Públicas, quanto à necessidade de se financiar seu Plano de Rodovias Multinacionais. Assim, em plena vigência do PAEG e dos cortes de gastos públicos, aprovou-se à margem do orçamento da União a pavimentação de rodovias na fronteira entre os dois países, bem como construção de ponte ligando Quaraí a Artigas. Em seguida, o regime militar financiaria a ligação da rede elétrica entre os vizinhos,

bem como compraria excedentes do trigo uruguaio. Agindo com *duplicidade*, Corrêa buscou mesmo simular relações de amizade pessoal com João Goulart:

Uma noite, já tarde, fui informado de que a filha de Jango, muito pequena ainda, fora atropelada por um automóvel e estava hospitalizada. No dia seguinte, madruguei no Hospital para saber notícias da menina. Jango, que passara a noite lá, veio ao meu encontro, ainda em *robe-de-chambre*, e fez-me entrar para uma pequena sala, onde conversamos. Seguiu-se então uma série de cenas de alta comicidade. A cada dez minutos, entreabria-se a porta da sala onde estávamos, e surgia a cabeça de um asilado político brasileiro, que reconhecia-me com a mais visível surpresa, e logo retirava precipitadamente a cabeça e fechava a porta. Esta cena repetiu-se várias vezes até que assomou à porta por sua vez um concunhado de Jango – não Brizola, o outro, cujo nome não lembro. Esse, ao abrir a porta e reconhecer-me, ficou imóvel de espanto, como se houvesse contemplado a cabeça de Medusa. Jango riu-se, e chamou-o: “Entra”, disse-lhe, “está aqui o Embaixador Pio Corrêa, que é meu adversário político, mas meu amigo particular.” (CORRÊA, 1995, p. 863-864)

Outra vez comparando-se ao Visconde do Rio Branco, relata o embaixador que buscou repetir seu cerco a Montevidéu, o qual um século antes resultara na queda dos *blancos* favoráveis a Solano López. Na capital uruguaia, havia simpatia aos asilados e deliberada hostilidade ao regime militar. Como contrapeso, Pio Corrêa estabeleceu uma rede de contatos com notáveis dos departamentos do interior do Uruguai, incluindo chefes políticos, fazendeiros e autoridades policiais, fontes de informação extra-oficiais. Seu objetivo maior era obter do governo uruguaio o confinamento de Brizola em lugar seguro, onde ficasse constantemente sob vigilância. Buscando colher os frutos de todos os seus movimentos táticos, aguardava a oportunidade de apresentar um *ultimatum*. Quando os Tupamaros colocaram uma bomba na sede da Embaixada, pôde Corrêa dar sua cartada final, pois o governo uruguaio supôs tratar-se de atividade dos asilados. Como resultado, Leonel Brizola acabou confinado na cidade balneária de Atlântida. Em janeiro de 1966, recompensado por seu sucesso, Corrêa assumiu com amplos poderes a Secretaria-Geral do Itamaraty, já na gestão de Juracy Magalhães, o qual substituiu em caráter interino algumas vezes. De volta ao trabalho iniciado com timidez por Vasco Leitão da Cunha, buscou eliminar do Itamaraty, em suas próprias palavras, diplomatas vagabundos, bêbados e pederastas. O caso mais notório foi o de Vinicius de Moraes, levado a pedir licença sem vencimentos de modo a continuar com sua carreira musical (CORRÊA, 1995, p. 861-903). Foi no seio da Secretaria-Geral do Itamaraty que Pio Corrêa desenvolveu o Centro de Informações do Exterior (CIEX), agenda destinada a espionar asilados brasileiros suspeitos de atividades subversivas.

Os arquivos do CIEX foram mantidos em sigilo muitos anos após a volta da democracia no Brasil. De acordo com Penna Filho (2009, p. 44), sua descoberta

“derruba o mito de que o Itamaraty não colaborou ou colaborou pouco com o lado mais sombrio da ditadura militar brasileira.” A atuação do CIEX propiciou que a repressão extrapolasse as fronteiras nacionais. Entre 1966 e 1985, a agência produziu mais de oito mil informes dedicados a espionar cidadãos brasileiros que viviam no exterior. Sob a coordenação do SNI, a eficiência da repressão prévia e quase totalitária do serviço de informações do regime militar permitiu que o número de mortos fosse inferior aquele das ditaduras chilena e argentina. Nessa estrutura, atuavam os órgãos de inteligência das Forças Armadas – CIE, CENIMAR e CISA –, bem como as Divisões de Segurança Interna (DSI) e o Centro de Informações da Polícia Federal (CI/DPF). Por lei, o SNI e demais órgãos podiam atuar somente *dentro do território nacional*. Por isso, foi vital o trabalho do CIEX, o qual estendeu o braço da repressão *para fora do país*, em violação a normas de direito internacional. Evidentemente, essa massa de informações permitia localizar focos de resistência ao regime e caminhava de mãos dadas com a prática da tortura. Nesse sentido, quase todo brasileiro no exterior era visto pelo CIEX como um suspeito em potencial, em especial os que se destinavam a países do Leste Europeu ou ao Uruguai e ao Chile, países democráticos até princípios da década de 1970. Ainda antes do regime militar, o Itamaraty já praticava o monitoramento de militantes do PCB no exterior. Muitas vezes, a excessiva preocupação com a ameaça comunista levava-o a delações baseadas em conclusões totalmente subjetivas. Graças à extrema eficiência do CIEX, o Brasil não demonstrou maior interesse em participar da Operação Condor, criada por Augusto Pinochet em 1975 (PENNA FILHO, 2008, p. 79-87).

Até 2007, o CIEX era desconhecido da opinião pública. Veio a lume graças a uma série de reportagens publicadas no *Correio Braziliense* pelo jornalista Claudio Dantas Serqueira. Antes desse esclarecimento, era comum a confusão entre as siglas do CIEX e do CIE. O próprio Skidmore (1988, p. 274) incorre nesse erro. O projeto do CIE foi ideia de Lyra Tavares, Ministro do Exército de Costa e Silva; sua implementação coube a Orlando Geisel, o qual o sucederia na pasta no governo Médici. Em depoimento ao CPDOC, o coronel Cyro Etchegoyen (2005, p. 2-25), autodeclarado “fanzoca” de Carlos Lacerda, afirma que o sistema de informações funciona como atividade paralela de assessoria ao comando militar. Entre 1971 e 1974, Etchegoyen chefiou o setor de contra-informação do CIE, o qual englobava toda informação sob o ponto de vista da segurança, isto é, aquela que se nega ao adversário, a guerrilha. Indagado sobre a função dos adidos militares no exterior, o coronel nega que tinham como papel seguir exilados que faziam campanha contra o governo. Certamente, não se desincumbiam sozinhos

dessa tarefa. Disso decorreu a extrema importância do CIEX, o qual recrutou a melhor expertise da diplomacia policial. Por sua vez, Pio Corrêa foi o mentor do CIEX, o qual começou a organizar a partir de 1966, quando assumiu a Secretaria-Geral do Itamaraty. É preciso ressaltar que não o fez por pressão do regime militar, senão por total afinidade ideológica. O embrião do CIEX encontra-se ainda no governo JK, portanto, em período democrático. Em suas memórias, Corrêa (1995, p. 581) confessa que, ao assumir a chefia do Departamento Político do Itamaraty, recebeu de sua antecessora um precioso presente, um arquivo de indivíduos nacionais e estrangeiros envolvidos em atividades subversivas, que incrementou e manteve clandestinamente na casa da tia de um amigo seu, tendo trazido esse acervo de volta à Casa de Rio Branco após o golpe de 1964.

Dos 380 brasileiros mortos ou desaparecidos durante o regime militar, ao menos 64 deles constam dos arquivos secretos do CIEX. A agência não apenas localizava essas pessoas fora do país, mas também comunicava aos serviços de repressão detalhes de seu regresso, utilizando mesmo informantes infiltrados nos grupos de resistência ao regime. Além de Goulart, Brizola e o Almirante Aragão, foram monitorados à exaustão figuras como Juscelino Kubitschek, Miguel Arraes, Neiva Moreira, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Dotados de profissionalismo e sentido de hierarquia, esses diplomatas-espiões eram uma elite dentro do sistema de informação. O CIEX atuava com base no Plano de Busca Externa, com apoio do SNI e de adidos militares, o qual integrava o Plano Nacional de Informações, atualizado a cada governo militar. Subordinado à Secretaria-Geral do Itamaraty, a agência foi criada como Assessoria de Documentação de Política Exterior (ADOC), tendo funcionado de forma insuspeita no Anexo I do Palácio Itamaraty. Assinada por Pio Corrêa, a portaria ultra-secreta que o instituiu estaria até os dias atuais confinada em um cofre situado no subsolo do palácio. Corria uma anedota no Ministério que separava os diplomatas em três grupos distintos. Os *destiladores de quintessência*, angelicais, dedicavam-se aos grandes temas da política internacional; os *estivadores*, burocratas, encarregavam-se das pilhas de papéis; e os *lixeiros* faziam o serviço sujo, subterrâneo e clandestino da informação. Mesmo desdenhados pelos colegas, os “lixeiros” eram compensados com promoções mais rápidas e postos no exterior mais importantes (SERQUEIRA, 2007). Como se percebe, o dispositivo diplomático-militar agiu para *vigiar e punir* lideranças civis, intelectuais e cidadãos comuns engajados no projeto de autonomia no tempo derrotado em 1964.

Em artigo publicado em 2008, o diplomata Paulo Roberto de Almeida defende a hipótese de que o Itamaraty colaborou *relutantemente* com o regime militar. Em sua estratégia argumentativa, começa por destacar os casos de diplomatas perseguidos por atividades de subversão e crimes contra a segurança nacional. Em 1953, na gestão de João Neves, durante o segundo governo Vargas, Antônio Houaiss e João Cabral de Melo Neto, entre outros, foram afastados do Itamaraty sem direito a qualquer defesa. Reintegrado, conforme vimos, Houaiss seria definitivamente expurgado em 1964. Em seguida, afirma que a criação do CIEX respondeu a um contexto de radicalização das operações de guerrilha. Em 1966, teve lugar em Havana a Primeira Conferência Tricontinental de Solidariedade Revolucionária, retornado da qual Carlos Marighella deu início a sua estratégia de guerrilha urbana no Brasil. Embora afirme que “[o] Itamaraty não precisava ter, necessariamente, função ativa no esquema de ‘defesa da Revolução’”, pois os diplomatas-espiões não tinham envolvimento direto nas operações conduzidas a partir das informações que coletavam, reconhece Almeida que em alguns casos “pode ter havido conivência de diplomatas [...] com ilegalidades cometidas em operações especiais, como a detecção e ‘neutralização’ de algum exilado envolvido com grupos de guerrilha no Brasil.” Entretanto, considera que as desventuras do Itamaraty no regime militar representam um curto capítulo, menos importante, de sua longa história (ALMEIDA, 2008, p. 2-16). Desde a perspectiva genealógica, que ora adotamos, seria possível sustentar que seu envolvimento *decorre dessa mesma história*. Assim, é plausível a posição de Maestri (2007), segundo quem o Itamaraty, órgão historicamente aristocrático e elitista, apoiou a repressão militar pois era contrário ao projeto de democratização político-social proposto pelos adversários do regime.

Em 1965, o governo Castello sofreu sua primeira crise, cujo encaminhamento fortaleceu o raio de atuação do dispositivo diplomático-militar. Nas eleições para os governos estaduais, Negrão de Lima e Israel Pinheiro, candidatos do PSD apoiados por JK, venceram nos importantes estados da Guanabara e de Minas Gerais. Liderados pelo General Albuquerque Lima, oficiais da linha-dura ameaçaram depor o presidente caso o resultado das urnas fosse respeitado. Como compromisso, Castello baixou o AI-2, o qual abolia os partidos políticos e tornava indiretas as futuras eleições para presidente, vice-presidente e governador. Castello Branco detestava a ideia de que governaria como um ditador ou caudilho latino-americano. Buscando conciliar o AI-2 com seus princípios democráticos, estendeu seu mandato somente por um ano e tornou-se inelegível para o pleito indireto de 1966. Talvez o maior descontente tenha sido Carlos Lacerda, pois o

AI-2 encerrou suas possibilidades de chegar à presidência. Em 1966, Castello baixou o AI-3, o qual determinava que os governadores indicariam os prefeitos das capitais dos estados e de cidades importantes para a segurança nacional. Por sua vez, o AI-4 convocou o Congresso para votar uma nova constituição. A Constituição de 1967 consolidou o quadro legal dos atos institucionais e do aumento das atribuições do Poder Executivo. Antes de findar o mandato, Castello Branco fez aprovar a Lei de Segurança Nacional (LSN), cujos conceitos provinham da ESG, com o objetivo de dar seguimento à guerra contra o “inimigo interno”. Também fez aprovar a Lei de Imprensa, a qual estabeleceu a censura e enquadrou a mídia (SKIDMORE, 1988, p. 85-134). Parece-nos que a nova legislação – sobretudo a LSN – firmou no campo das práticas a formação discursiva da geonomia, a qual vinha sendo gestada desde fins da década de 1940¹¹¹.

Como salienta Luiz Viana Filho (1994, p. 121), seu Ministro da Casa Civil, o que Castello pretendia com a nova Constituição e as novas leis era *institucionalizar a revolução*, isto é, fornecer a seu sucessor instrumentos legais para enfrentar percalços sem a necessidade de recorrer a leis de exceção. Esse cenário exemplifica a *aporia da ditadura constitucional*. Ao codificar poderes arbitrários considerados necessários para preservar a democracia, paradoxalmente abria-se o precedente para poderes ainda mais arbitrários. Castello Branco não conseguiu controlar sua sucessão, e Costa e Silva, seu Ministro de Exército, impôs-se como candidato. Na visão de Stepan (1975, p. 175-183), isso ocorreu porque os militares formam uma instituição complexa e politicamente heterogênea. Por um lado, as experiências de carreira dos castelistas, marcadas por sua participação na FEB e na ESG explicariam seu apreço pela interdependência em política externa, pelo estreito relacionamento com os Estados Unidos, assim como sua crença em uma forma idealizada de democracia sem conflitos. Por outro, representados por

¹¹¹ Vejamos a título de exemplo os quatro primeiros artigos da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314 de 1967): “Art. 1º *Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional*, nos limites definidos em lei. Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos. Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. [...] Art. 4º Na aplicação deste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, *deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional* definidos nos artigos anteriores.” (grifos nossos) Podemos portanto perceber que a LSN sacramentou os conceitos da DSN elaborados no âmbito da Escola Superior de Guerra. Mas não só isso. A LSN deu início à instauração de uma sociedade disciplinar no Brasil por extravasamento da dinâmica dos quartéis para todo o território nacional. Assim, todo cidadão seria responsável por zelar pela segurança nacional, assim como caberia aos juízes e tribunais informarem suas decisões com base no novo regime de saber-poder. Ao lado disso, a edição da LSN e da Constituição de 1967 começou a externar o paradoxo do AI-1, na medida em que os anos posteriores a março de 1964 sinalizaram cada vez mais a autolegitimação do regime, cada vez menos sua autolimitação. Era, em outras palavras, o drama de Castello Branco tornado realidade.

Costa e Silva, os nacionalistas autoritários eram oficiais menos intelectualizados e não foram moldados pela experiência da FEB. Em nosso entendimento, essa dicotomia *deve ser relativizada*, pois o elemento mais importante para a oficialidade é a manutenção da unidade militar, em que pensem eventuais discordâncias. Concordamos com Trevisan (1985, p. 86-87), segundo quem o Exército não estava dividido em duas metades, uma castellista e outra costista, as quais se alternaram no poder. Assim, a grande maioria dos oficiais submetia o duelo de perspectivas ao espírito militar, à preocupação de cumprir ordens e subir na carreira. Segundo salientamos, a dicotomia fundamental é aquela que separa militares e civis. É entre os civis que as divisões políticas são essenciais.

No que concerne a política externa, Martins (1975, p. 67-71) também opta por salientar os contrastes entre os dois governos. Segundo o autor, a maior fragilidade da política externa de Castello “consistia na fé ingênua que depositava na fraternidade dos Estados americanos.” Em contrapartida, pensa a política externa de Costa e Silva como uma “guinada sensacional”, cujas principais linhas o teriam aproximado do governo de João Goulart em uma “surpreendente inflexão esquerdizante.” O aspecto principal dessa mudança foi a tentativa de submissão dos problemas de segurança à prioridade do desenvolvimento. O conceito de segurança coletiva cedeu ao de soberania nacional, e o novo presidente adotou “solidariedade militante” com a posição terceiro-mundista. Em 5 de abril de 1967, Costa e Silva (1967, p. 11-15) anunciou no Palácio Itamaraty as diretrizes de sua “diplomacia da prosperidade”. Em seu discurso, afirma que a política exterior de seu governo “refletirá, em sua plenitude, as nossas justas aspirações de progresso econômico e social, nosso inconformismo com o atraso, a ignorância e a miséria – em suma, a nossa decisão de desenvolver intensamente o país.” Segundo Costa e Silva, nenhum povo poderá viver em segurança se estiver sufocado pelo subdesenvolvimento. É preciso salientar, contudo, que o presidente apresenta em sua fala duas condicionantes, interna e externa, para sua nova ênfase no desenvolvimento sobre a segurança: o *modelo democrático* adotado pelo Brasil após a Constituição de 1967 e o *relaxamento de tensões* na Guerra Fria. Em 28 de julho de 1967, Magalhães Pinto, seu novo chanceler, pronunciou conferência na ESG em que detalhou as linhas de ação da “diplomacia da prosperidade”:

Passados vinte anos [do começo da Guerra Fria], assistimos ao progressivo arrefecimento da tensão militar e ideológica nas relações entre o Ocidente e o Oriente, *com um deslocamento gradual dessas tensões do centro para a periferia*. [...] Novos centros de poder emergem, fruto do próprio desenvolvimento econômico e da crescente diferenciação entre afins, no tocante a interesses políticos, militares e econômicos. Consequentemente, *voltam a afirmar-se as*

considerações tradicionais de poder nacional. O esmaecimento da controvérsia ideológica entre o Ocidente democrático e o Oriente socialista *não corresponde, necessariamente, contudo, a uma melhoria nas condições de paz na periferia internacional* e, especificamente, das condições de segurança interna no mundo subdesenvolvido. Neste, a violência volta a constituir, uma vez mais, instrumento preferencial de ação política, interna e internacional. [...] *Daí a urgência de solução mais profunda e definitiva.* Essa solução só pode ser dada pelo desenvolvimento, que elimina as causas político-sociais geradoras da subversão e ao mesmo tempo, através da industrialização e da urbanização, torna menos viáveis operações militares do tipo das guerrilhas. [...] Somente a tranquilidade que advém da posse de um teto, da estabilidade da relação de emprego, de salários remunerativos, de igualdade de oportunidades, pode produzir o clima de segurança em que as regras da ordem democrática se tornam viáveis. [...] O Ministério das Relações Exteriores tem de participar, portanto, ativamente, da mobilização nacional para a retomada do desenvolvimento. (grifos nossos) (MAGALHÃES PINTO, 1967, p. 80-82)

No regime militar, Magalhães Pinto foi o último não diplomata de carreira a chefiar o Itamaraty. Em grande medida, assumiu o Ministério como compensação por seus serviços prestados em 1964, que o converteram em uma das principais lideranças civis do golpe. Na oposição, Lacerda formaria a Frente Ampla com seus ex-desafetos João Goulart e Juscelino Kubitschek. Velho político populista, Ademar de Barros seria cassado por corrupção em 1966. Em seu discurso na ESG, percebe-se uma articulação clara da nova prioridade do desenvolvimento sobre a segurança que o governo Costa e Silva pretendia imprimir à política externa em sua “diplomacia da prosperidade”. Sem receio da *imaturidade*, como diria Araújo Castro, o político Magalhães Pinto relaciona de modo explícito política externa e política interna, pois vincula a diplomacia como instrumento do desenvolvimento à necessidade de se encaminhar medidas de justiça social dentro das regras da ordem democrática. Tomado por seu valor de face, seu discurso na ESG parece anunciar uma discursividade de autonomia no tempo, pois busca submeter a segurança nacional à emancipação. Entretanto, o ministro reconhece que o arrefecimento do conflito entre as superpotências *não se refletiu na periferia*; ao contrário, foi deslocado ao mundo subdesenvolvimento por meio da subversão e da guerra de guerrilhas. Assim, defende que o desenvolvimento é a melhor solução para a guerra interna, pois ataca o mal pela raiz. Quer dizer, o viés emancipatório de sua “diplomacia da prosperidade” não se fará cumprir. Apesar do crescimento econômico que se registrou a partir de 1968, a guerrilha não arrefeceu. Desde a crise que culminou na edição do AI-5, o tema da segurança nacional impôs-se e o sistema democrático foi abandonado. Por sua vez, o desenvolvimento não serviu à emancipação das massas, mas à projeção da potência nacional no espaço internacional de poder. Em nossa visão, portanto, os dois fatores – modelo democrático e relaxamento de tensões na Guerra Fria –, que fariam supor uma “guinada sensacional” na política externa de Costa e Silva, são

ilusões de ótica. Em 1967, no mundo periférico, jamais a Guerra Fria estivera tão viva; no Brasil a democracia não retornaria de pronto em função de se reforçar cada vez mais a *vigilância* à segurança nacional. Costa e Silva *nada tinha a ver* com Goulart.

Em artigo de imprensa publicado em agosto de 1967, Roberto Campos, já fora do governo, buscou pôr em perspectiva a suposta mudança de eixo político anunciada pela “diplomacia da prosperidade”. Segundo o ex-ministro, a prevalência conferida ao desenvolvimento sobre a segurança é uma falsa alternativa, pois “[n]ão cabe opção de prioridade entre objetos ligados por interdependência e causalidade mútua, como se fora possível tratar carinhosamente do coração de um doente que tivera sua cabeça cortada.” Campos defende uma meditação mais profunda sobre a inter-relação entre esses dois vetores, sobretudo após a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OSPAL) anunciar em Havana seu objetivo de articular movimentos revolucionários em todo o continente. Ao lado disso, em face do conceito ampliado de segurança nacional, não seria possível dissociar planejamento militar e planejamento econômico (CAMPOS, 1968, p. 165-167). Desse modo, é questionável a premissa da distensão da Guerra Fria, a qual embasou a “diplomacia da prosperidade”, uma vez que o conflito ideológico estava agora bem mais próximo do Brasil. O sucesso da “guinada” de Costa e Silva também dependia da normalização política esperada após a Constituição de 1967. Como destaca Skidmore (1988, p. 166-178), o presidente iniciou seu mandato prometendo *humanizar a Revolução* e projetar uma imagem conciliatória. Em abril de 1967, por exemplo, Costa e Silva anunciou a proscrição dos temidos IPMs. Em 1968, entretanto, o cenário mudou completamente. Por um lado, o movimento estudantil intensificou-se em prol de uma reforma universitária que aumentasse o número de vagas disponíveis nas instituições públicas; por outro, irromperam grandes greves de metalúrgicos em Osasco e Contagem. Nesse cenário, o imperativo da segurança nacional *voltou com força*.

Conforme afirmamos, não nos parece que a política externa de Castello tenha sido guiada por qualquer “fé ingênua”. Também não nos parece razoável supor que Costa e Silva tenha efetivado uma “inflexão esquerdizante”. Concordamos com Hurrell (2013, p. 171-190), de acordo com quem as mudanças propostas pela “diplomacia da prosperidade” foram limitadas. Desse modo, a nacionalização da segurança proposta por Costa e Silva teve como foco principal os problemas domésticos e a necessidade de se aumentar a repressão. Por sua vez, o anti-comunismo manteve-se como determinante básica da política externa. Assim, o governo considerou a Conferência da OSPAL em Havana como uma declaração de guerra na América Latina. Em questões importantes, o

Brasil manteve seu apoio aos Estados Unidos, por exemplo, na oposição à admissão da China Popular na ONU. A “solidariedade militante” com o terceiro-mundismo também foi limitada. Por ordem do Conselho de Segurança Nacional (CSN), Magalhães Pinto foi proibido de participar da reunião do G-77 em 1967, de modo a não associar o país à condenação radical à política externa norte-americana. No campo econômico, as razões desse propalado terceiro-mundismo responderam fundamentalmente à *vontade de elevar o Brasil na escala hierárquica de poder*. Nesse sentido, dentro de sua política de estímulo às exportações, o que Costa e Silva buscava no mundo subdesenvolvido eram mercados para os manufaturados brasileiros. Do ponto de vista interno, sua ênfase no crescimento econômico refletia principalmente a necessidade de se legitimar o regime militar, o qual havia permanecido após Castello Branco. Além disso, Hurrell apresenta importante contraponto à dicotomia entre castelistas e costistas proposta por Stepan. Embora nacionalista, a política externa de Costa e Silva era igualmente anti-comunista. Geisel, por exemplo, da linha castellista, adotaria postura amplamente nacionalista. Em outras palavras, parece-nos que os dois rótulos e as polarizações simplificadas não são capazes de cobrir de todo a complexidade do problema.

O ano de 1968 registrou protestos ao redor do mundo, os quais elevaram entre os militares brasileiros a vontade de se reforçar a segurança nacional. Nos Estados Unidos, a população opunha-se à Guerra do Vietnã; na França, estudantes e trabalhadores protagonizaram um levante contra o governo pela reforma universitária e por melhores salários. Em agosto, ocorreu o episódio tragicômico do deputado oposicionista Márcio Moreira Alves. Em discursos no Congresso Nacional, Moreira Alves defendeu que as mulheres brasileiras iniciassem uma “Operação Lisístrata”, fazendo greve de sexo até que seus maridos obtivessem do governo o fim da repressão. De sua parte, os militares da linha-dura não conseguiram obter a cassação do deputado, derrotada no Congresso. Assim como Castello prometeu o retorno à democracia e foi pressionado a editar o AI-2 em 1965, a nova crise suspendeu a humanização da revolução e levou Costa e Silva a baixar o AI-5 em dezembro de 1968. Em nosso ponto de vista, as duas crises atestam que a finalidade fundamental perseguida pelos oficiais é manter a unidade militar e salvaguardar a segurança nacional, a despeito de eventuais discordâncias quanto aos meios mais adequados para garanti-las. O AI-5 suspendeu a vigência do *habeas corpus* e das garantias constitucionais, deu início a nova onda de cassações, expurgou o Congresso Nacional e colocou-o em recesso. Ministros do STF foram forçados a se aposentar, entre os quais Hermes Lima e Evandro Lins e Silva, ex-chanceleres da PEI.

Em março de 1969, um decreto de Costa e Silva regulamentou a censura *ad hoc*, a qual tornava ilegal qualquer crítica às Forças Armadas e aos atos institucionais. Professores universitários foram aposentados, entre os quais Florestan Fernandes (SKIDMORE, 1988, p. 178-185). Em 31 de março de 1969, no aniversário da revolução, Costa e Silva proferiu coletiva à imprensa em que justificou o AI-5:

A Constituição de 24 de janeiro de 1967, como se lê no preâmbulo do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, deveria ter por finalidade institucionalizar os ideais e princípios da Revolução Democrática de 31 de março de 1964, e assegurar a continuidade da obra revolucionária. Acontece, porém, que, após pouco mais de um ano de sua aplicação, *ela não se revelou um instrumento capaz de preservar a segurança interna, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural, e a harmonia política e social do País. Daí a necessidade imperiosa* em que se viu o Presidente da República, no interesse da Nação, do Povo e da Revolução, em editar o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que introduziu modificações na Constituição de 24 de janeiro de 1967, visando, ainda, em atos posteriores, a criar um clima capaz de manter, em caráter duradouro, os objetivos da Revolução Brasileira entre os quais se encontram a reconstrução política, social e econômica do País, *mantendo a ordem interna*, impulsionando o desenvolvimento e reafirmando o prestígio internacional do Brasil, como *Nação autenticamente democrática*. (grifos nossos) (COSTA E SILVA, 1969, p. 16)

Em nossa visão, o AI-5 representou o êxito no campo das práticas políticas da concepção espacial da autonomia gestada no pensamento militar desde a década de 1940. Nesse sentido, o espaço de segurança e de ordem internas emoldura e condiciona não apenas o desenvolvimento, mas também a promessa sempre diferida de retomada da democracia. De modo cabal, o AI-5 ilustra o paradoxo da ditadura constitucional, pois, a fim de salvaguardar a democracia, a democracia é destruída. De fato, a Constituição de 1967 teve vida curta e precisou ser emendada em 1969 para acomodar o AI-5. Percebemos também uma relação umbilical entre política interna e política externa. Parece-nos que a *diminuição* do espaço de autonomia dos governados, privados de seus direitos fundamentais, entre os quais o direito de locomoção no espaço, submetido pelo AI-5 a um regime de *liberdade vigiada*¹¹², corresponde ao *aumento* de autonomia do Estado brasileiro no espaço internacional. No governo Médici, os dois elementos da

¹¹² É o que decretava o Art. 5º do AI-5: “A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado. § 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.” Parece-nos claro que há aqui a submissão da emancipação à segurança. Em nome da segurança nacional, não apenas a esfera política da emancipação estava temporariamente suspensa, mas a dimensão básica dos direitos civis – representada pela livre circulação no espaço – submetia-se a restrições visíveis.

Grande Estratégia da ESG atingiriam seu ápice: guerra ao “inimigo interno” e projeto de conversão do Brasil em grande potência. Foi nesse período, conforme veremos, que o dispositivo diplomático-militar também atingiu sua melhor forma. Para Skidmore (1988, p. 334-335), ao fim do governo Médici o regime militar configurava uma *situação autoritária*, uma vez que não procedeu a sua completa institucionalização, por exemplo, por meio de um regime sem partidos. Embora frágil, havia uma crença persistente entre os militares de que era preciso evitar uma ditadura caudilhesca e de que o funcionamento irregular do sistema representativo seria temporário. De nossa parte, pensamos que essa situação de autoritarismo pode ser melhor compreendida pelos conceitos de sociedade disciplinar, estado de exceção e potência.

6.2 Autonomia e potência

Conforme vimos, Carl Schmitt define o poder soberano como aquele que decide sobre o estado de exceção. Nesse sentido, Schmitt busca articular o estado de exceção ao direito, o que se dá de *modo paradoxal* pois o que deve ser inscrito no âmbito do direito é exatamente aquilo que provoca a suspensão da ordem jurídica. Em sua teoria, o liame entre o estado de exceção e a ordem jurídica é o conceito de decisão, isto é, o poder soberano é aquele que decide sobre a suspensão da norma. Segundo Agamben (2004, p. 56-57), também há nesse caso uma *tensão entre dentro e fora*, na medida em que o *locus* do estado de exceção é ambíguo, situado entre a norma e o fato. Assim, esse poder soberano está simultaneamente fora da ordem jurídica, pois decide acerca de sua suspensão, e dentro dela, pois busca ancorar-se na própria preservação dessa mesma ordem jurídica. Entre o direito público e o fato político, o estado de exceção relaciona-se estreitamente com a guerra civil, a insurreição e a resistência, como resposta do poder estatal aos conflitos internos mais extremos. Via estado de exceção, uma *guerra civil legal* é instaurada, a qual permite a eliminação física de adversários políticos e mesmo de categorias de cidadãos não integráveis ao sistema político. Desde a Primeira Guerra Mundial, o estado de exceção converteu-se em paradigma de governo. Com base na justificativa do estado de necessidade, torna lícito o ilícito, bem como opera sobre a abolição provisória dos limites entre os três poderes, de modo que os decretos-lei do Poder Executivo ganham *plenitudo potestatis* (AGAMBEN, 2004, p. 12-41).

Em 1940, Walter Benjamin redigiu suas teses sobre o conceito de História em um contexto em que o nazi-fascismo atingia seu ápice na Europa em guerra. De acordo

com Benjamin (2012, s/p), o estado de exceção havia-se tornado a regra. Por isso, busca elaborar um conceito de História que dê conta desse fenômeno como resultado mesmo da teoria do progresso, em cuja origem estava o sonho emancipatório dos pensadores iluministas. Inspirado pelo quadro *Angelus Novus* de Paul Klee, Benjamin imagina o anjo da História postado de boca aberta e olhos esbugalhados em face do passado do gênero humano. O anjo enxerga uma catástrofe interminável, na qual acumulam-se ruínas sobre ruínas. À medida que as ruínas avolumam-se até o céu, um forte vendaval chamado progresso empurra suas asas em direção ao futuro. Dessa forma, no cenário dos horrores das guerras mundiais, nas quais o estado de exceção tornou-se paradigma de governo, o conceito de progresso iluminista é revertido; torna-se regressivo. No caso brasileiro, conforme vimos, a Segunda Guerra Mundial deu embasamento ao conceito de guerra total, em que guerra e paz tornam-se indivisas, em que a segurança nacional expande seu escopo de atuação para todos os aspectos da sociedade. De sua parte, a edição do AI-5, efetivada sob estado de necessidade, suspendeu a ordem democrática com o paradoxal objetivo de restaurá-la. Sob influência positivista, segundo vimos, o conceito de progresso entre os militares já estava depurado da agenda emancipatória. Certamente, sua visão da História era a de uma História em ruínas. O AI-5 terminou de sancionar uma guerra civil legal no Brasil. Ao lado disso, a fórmula de Clausewitz foi definitivamente revertida, e o funcionamento dos quartéis extravasou para todo o ambiente social externo, para a instituição forçada de uma *sociedade disciplinar*. Quer dizer, se por um lado 1964 havia conseguido conjurar a tensão dentro/fora que existia no exercício pelos militares do papel moderador na década de 1950 por intermédio do reforço do par acima/abaixo, por outro esse mesmo reforço de hierarquia faria *retornar* a tensão na relação entre norma e fato, entre dentro e fora da lei¹¹³.

¹¹³ Não fazemos neste trabalho uma análise de classe, mas parece-nos de todo modo esclarecedora a posição de Florestan Fernandes: “Portanto, a ditadura de classe aberta e rígida procura dar perenidade ao *solapamento da ordem*, ao mesmo tempo em que o coloca em um contexto de compressão política sistemática e permanente. Ela não repele as práticas formais da ‘democracia burguesa, as quais se vincula, reiteradamente, através de uma utópica volta à normalidade.’ Mas requer, objetiva e idealmente, um *Estado de emergência* neo-absolutista, de espírito aristocrático ou elitista e de essência oligárquica, que possa unir a ‘vontade revolucionária autolegitimadora’ da burguesia com um legalismo republicano pragmático e um despotismo de classe de cunho militar e tecnocrático. Esse é o preço da pseudo-‘conciliação’. Para superar a contradição intrínseca à dualidade da ordem (o solapamento engendra, na verdade, duas ordens superpostas, uma *legal* e ‘ideal’, outra *real* e ‘possível’), o Estado nacional completa, pois, sua evolução no sentido de converter-se em uma superentidade política. Ele se tornou, de um lado, a fonte de uma autoridade sagrada e indiscutível e, de outro, o centro de um poder absoluto e total.” (grifos do autor) (FERNANDES, 2006, p. 404-405)

Conforme adiantamos, em sua genealogia do sistema punitivo no Ocidente, Foucault busca detectar o momento de transição e ruptura entre a antiga economia dos suplícios dos reis e o sistema penitenciário moderno, o qual emerge entre fins do século XVIII e princípios do século seguinte amparado na pena de prisão de liberdade. Em sua análise, procura compreender os motivos da supressão dos espetáculos punitivos do Antigo Regime. No contexto do absolutismo, toda infração podia ser crime de lesa majestade, o qual punha em risco a estabilidade do corpo do reino, identificado ao corpo do rei. Desse modo, o castigo não representava somente uma reparação do dano sofrido pelo reino, mas principalmente o exercício do poder de vingança do rei contra a afronta feita a sua pessoa. Como consequência, o rei apoderava-se do corpo do condenado para mostrá-lo como marcado e vencido. No cerimonial do castigo, o culpado era torturado e forçado à confissão pública; supliciado lentamente e executado da forma mais visível possível, com o que a verdade do crime era inscrita a ferros em seu próprio corpo. A partir do começo do século XIX, no entanto, o suplício é suprimido, e a execução da pena torna-se desonrosa. A dor do espetáculo desaparece, e o castigo torna-se então uma economia de direitos suspensos. Por sua vez, o carrasco cede lugar a guardas, médicos, psiquiatras e educadores. Com isso, o corpo supliciado é escamoteado, e as penas – guilhotina, prisão ou multa – afastam a necessidade da dor. Na visão de Foucault, essa mudança não se deveu a melhorados sentimentos de humanidade, mas à emergência de um regime de saber-poder voltado a produzir corpos dóceis ao trabalho pelo aumento da vigilância propiciada pelo poder disciplinar (FOUCAULT, 2013, p. 13-54).

No novo contexto de cidadania e do avanço da produção industrial, corpo dócil é aquele corpo tornado obediente, útil e exercitado, esquadrihado em suas habilidades aplicadas ao trabalho nas fábricas. Sobretudo, a disciplina visa distribuir e *ordenar os indivíduos no espaço*. Esse objetivo pode ser alcançado pela técnica da cerca, a qual isola e especifica um local distinto de todos os outros e fechado sobre si mesmo. Nesse aspecto, os quartéis emergiram como um dos protótipos principais. Fixados os soldados em um espaço exclusivo, separado do mundo externo por muralhas, era possível evitar as pilhagens, as deserções e os conflitos com autoridades civis. Em segundo lugar, a disciplina dispõe os indivíduos em fila, por meio da técnica do quadriculamento dos corpos. O espaço disciplinar determina o lugar de cada indivíduo, de modo a evitar as aglomerações e a circulação desordenada. A partir dos quartéis e dos conventos, essas técnicas disseminaram-se para os hospitais, as escolas e as fábricas. Não apenas deve-se organizar o espaço, mas também controlar as atividades dos indivíduos. Com base na

herança das comunidades monásticas, o horário das atividades dos quartéis foi ritmado de modo estrito, com ocupações determinadas e ciclos de repetição regulamentados. Na marcha das tropas, o corpo e os gestos dos soldados foram colocados em correlação, por exemplo, na cadência, comprimento e duração dos passos. Ao lado disso, a disciplina deve fazer os indivíduos comporem suas forças em uma máquina eficiente e articulada, por exemplo, para o avanço das tropas em batalha (FOUCAULT, 2013, p. 137-158). O que o poder disciplinar efetua é portanto a inversão da fórmula de Clausewitz:

É possível que a guerra como estratégia seja a continuação da política. Mas não se deve esquecer que a “política” foi concebida senão exata e diretamente da guerra, pelo menos do modelo militar como meio fundamental para prevenir o distúrbio civil. A política, como técnica da paz e da ordem internas, procurou pôr em funcionamento o dispositivo do exército perfeito, da massa disciplinada, da tropa dócil e útil, do regimento no acampamento e nos campos, na manobra e no exercício. Nos grandes Estados do século XVIII, o exército garante a paz civil sem dúvida porque é uma força real, uma espada sempre ameaçadora, mas também porque é uma técnica e um saber que podem projetar seu esquema sobre o corpo social. Se há uma série guerra-política que passa pela estratégia, há uma série exército-política que passa pela tática. É a estratégia que permite compreender a guerra como uma maneira de conduzir a guerra entre os Estados; é a tática que permite compreender o exército como um princípio para manter a ausência de guerra na sociedade civil. A Era Clássica [século XVIII] viu nascer a grande estratégia política e militar segundo a qual as nações defrontam suas forças econômicas e demográficas; mas viu nascer também a minuciosa tática militar e política pela qual se exerce nos Estados o controle dos corpos e das forças individuais. (grifo nosso) (FOUCAULT, 2013, p. 162)

Em 1968, estava instalado o drama previsto por Castello Branco, premido entre o espírito militar e o espírito miliciano: a ditadura estava instaurada, e o Exército corria o risco de desmoralização profissional. Em artigos de imprensa publicados em 1967, o General Pery Bevilacqua lamentava que a Lei de Segurança Nacional equivalia a um permanente estado de sítio, convertido o país em um imenso quartel (apud STEPAN, 1975, p. 165). Com o AI-5, Bevilacqua foi aposentado compulsoriamente do Supremo Tribunal Militar, considerado pela linha-dura muito complacente com os réus. Como vimos, a LSN previa que toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, o que compreendia a prevenção e a repressão à guerra subversiva. Por sua vez, o AI-5 previa a possibilidade de suspensão dos direitos políticos de quaisquer cidadãos, o que poderia acarretar um regime de liberdade vigiada, com domicílio determinado e proibição a frequentar determinados lugares. Transformado o Brasil em um imenso quartel, agora os militares zelavam por disciplinar toda a população. Conforme afirma Foucault (2013, p. 175-189), a punição do poder disciplinar não almeja exatamente reprimir, mas normalizar e homogeneizar. Uma cidade tomada pela peste é a melhor metáfora para o perfeito exercício da disciplina, uma vez que todo indivíduo e todo o

espaço é atravessado pela hierarquia, pela vigilância e pela documentação. Em outras palavras, o AI-5 *colocou o país em quarentena*. Todo cidadão era responsável por zelar pela saúde do corpo social (segurança nacional), mas em potencial todo cidadão era também um pestilento (subversivo) que requeria cuidados. Em 1969, essa disciplina chegou às escolas. O Decreto-Lei nº 869 criou o curso de Educação Moral e Cívica, destinado a homogeneizar a mentalidade das próximas gerações¹¹⁴.

Havia, no entanto, o problema dos *incurrigíveis*, anormais em que a doutrina subversiva já havia-se infiltrado por completo. Situado em uma zona cinzenta entre o absolutismo e a democracia, a ditadura constitucional fez da repressão e da tortura uma política de Estado, porém na penumbra invisível e indizível dos porões. Contra corpos indóceis, em um efeito regressivo, voltavam os suplícios dos reis, contudo, o espetáculo devia ser agora subterrâneo¹¹⁵. Segundo Gaspari (2002b, s/p), a tortura tornou-se parte da repressão porque relacionava-se com uma concepção absolutista da segurança, segundo a qual contra a Pátria não há direitos, bem como porque o suplício era funcional contra o terrorismo. Fundamentalmente, os presos eram desqualificados como adversários. Na visão de Meira Mattos, o qual comandava a AMAN, jamais poderiam ser considerados combatentes, sujeitos às leis da guerra, mas apenas criminosos, aos quais seria cabível a tortura. O precedente encontrava-se nas práticas do exército francês na Argélia, o qual com base nesse argumento utilizava da tortura contra membros da Frente de Libertação Nacional desde a década de 1950. Sobretudo, era preciso marcar seus corpos para fazê-los enunciar a verdade. Como afirma Gaspari, de um lado havia o torturador, o qual não montava a máquina; de outro, seu superior, que sancionava a máquina repressiva, porém não tocava nos presos. Essa ambiguidade da ditadura constitucional obrigava o governo a mentir sobre a tortura, mas mantê-la em um mundo

¹¹⁴ Emitido pela Junta Militar em setembro de 1969, o decreto-lei determinava, por exemplo, em seus dois primeiros artigos: “Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, *como disciplina* e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País. Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade: [...] *b*) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; *d*) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; *f*) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País; *g*) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum.” (grifo nosso) Lido em conjunto com a LSN, podemos portanto entender que o decreto objetivava preparar nas escolas futuros cidadãos conformes à Doutrina de Segurança Nacional e ao próprio regime discursivo da geonomia.

¹¹⁵ “‘Ele conhece a sentença?’ ‘Não’, disse o oficial e tentou dar prosseguimento à explicação, mas o explorador interrompeu-o: ‘Ele não conhece a própria sentença?’ ‘Não’, disse mais uma vez o oficial, deteve-se por um instante, como se exigisse do explorador uma fundamentação mais precisa para a pergunta, e então disse: ‘Seria inútil comunicá-la. A sentença é aplicada ao corpo.’” (KAFKA, 2011, s/p)

clandestino. No funcionamento do dispositivo diplomático-militar, essa clandestinidade era recompensada. Assim como os diplomatas “lixeiros” do CIEX galgavam melhores postos na carreira, os torturadores do CIE recebiam a Medalha do Pacificador.

Conforme Agamben (2004, p. 23), o problema do estado de exceção apresenta analogias com o do direito de resistência. Assim, se o estado de necessidade legitima o poder soberano a suspender a norma, essa mesma suspensão legitima a emergência de movimentos de resistência à opressão. Rota a democracia, o que há de parte a parte é luta e vontade de potência¹¹⁶. Em 1967, exilado no Uruguai, Leonel Brizola liderou a primeira tentativa de abertura de uma frente de guerrilha rural, com foco na Serra do Caparaó, entre Minas Gerais e Espírito Santo. Boa parte dos guerrilheiros era formada por militares expurgados, oficiais e sargentos, os quais foram detectados antes que se pudesse estabelecer contato com a população local. Desde 1966, Brizola era apoiado financeiramente por Fidel Castro e aderiu, não sem ceticismo, à estratégia de guerrilha cubana. Segundo relata Serqueira (2007), os informes do CIEX revelam que estaria utilizando os fundos para aquisições pessoais, que incluíam aviões e cavalos de corrida, o que gerou desentendimentos com o Almirante Cândido Aragão, o PC do B e seus próprios auxiliares, Neiva Moreira e Paulo Schilling. Em função disso, Castro deslocou sua assistência a Carlos Marighella. O PCB defendia a linha soviética do caminho pacífico para o socialismo. Em 1962, ocorreu a defecção do PC do B, o qual adotaria a estratégia maoísta da guerra camponesa na região do Araguaia. Por sua vez, Marighella saiu do PCB e fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN). Sua ideia central era aplicar a teoria do foco ao espaço urbano, sobretudo após o malogro de Che Guevara na selva boliviana. De sua parte, o regime cubano arcaria com os custos de abrigo e treinamento dos guerrilheiros (GASPARI, 2002, s/p; MOREIRA ALVES, 2005, p. 173-174).

Por um lado, via vigilância, repressão e manejo da informação, o dispositivo diplomático-militar pôde controlar com crescente eficácia a autonomia dos cidadãos no espaço nacional e mesmo internacional. Por outro, com menos recursos, a guerrilha

¹¹⁶ “Chamais ‘vontade de verdade’, ó mais sábios entre todos, aquilo que vos impele e inflama? [...] Esta é a vossa vontade, ó mais sábio entre todos, uma vontade de poder; e também quando falais de bem e mal e das valorações. Quereis criar o mundo ante o qual podeis ajoelhar-vos: é a vossa derradeira esperança e embriaguez. [...] Que o mais fraco sirva ao mais forte, a isto o persuade sua vontade, que quer ser senhora do que é ainda mais fraco: deste prazer ele não prescinde. E, tal como o menor se entrega ao maior, para que tenha prazer e poder com o pequeníssimo, assim também o maior de todos se entrega e põe em jogo, pelo poder – a vida mesma.” (NIETZSCHE, 2011, p. 108-109) Entre ditadura e guerrilha, havia portanto um jogo de vida e morte. Para os militares, a geonomia era embriaguez presente do poder e da verdade; para os guerrilheiros, a crononomia era esperança futura do poder e da verdade. Em todos os casos, o que estava em jogo era vencer a guerra; vencer para manter-se senhor – ou para tornar-se.

projetava a autonomia de sua utopia socialista na esperança do tempo futuro. De acordo com Gaspari (2002, s/p), recrutados na juventude esclarecida da classe média, os militantes pensavam a guerrilha como uma aventura heroica ou mesmo romântica. No imediato, contudo, seu romantismo incluía derramar sangue. Em desvantagem na luta, Marighella defendia a imediatidade de ações espetaculares em lugar do lento trabalho da vanguarda do partido, necessária para organizar a massa revolucionária conforme o marxismo-leninismo¹¹⁷. Para atingir seus objetivos, a guerrilha precisou levantar enorme soma em dinheiro, o que se obteve por meio de sucessivos assaltos a bancos. Em 1969, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), fundada pelo ex-capitão Carlos Lamarca, saqueou o cofre de Ademar de Barros, guardado em casa de uma amante sua, de onde retirou 2,5 milhões de dólares (SKIDMORE, 1988, p. 192-193). Em setembro de 1969, a ALN e o MR-8, movimento inspirado na data da morte de Guevara, 8 de outubro, sequestraram o embaixador norte-americano Charles Elbrick. Substituta temporária do incapacitado Costa e Silva, a Junta Militar, formada pelos três ministros militares, recuou e concedeu aos guerrilheiros a libertação de quinze presos políticos, os quais foram enviados em segurança ao exílio no México. Como consequência, o AI-13 fixou a pena de banimento, imediatamente aplicada a todos. Nesse sentido, esclarece Foucault (2008, p. 13-14) que o poder soberano também pode excluir espacialmente em definitivo os anormais, o que os equipara a leprosos, portanto incuráveis¹¹⁸.

Não nos interessa investigar *quem deu o primeiro tiro*, tampouco depreender da efetividade histórica lições ou juízos de valor, mas apenas descrever as discursividades em jogo conforme as concebemos. No Brasil do final da década de 1960, não se tratava mais de debater *ideias* de democracia de lado a lado, mas de fazer colidirem os *corpos*

¹¹⁷ “Quando o Major os viu, bem acomodados e aguardando atentamente, limpou a garganta e começou: [...] Enfrentemos a realidade: nossa vida é miserável, trabalhosa e dura. [...] A vida do animal é feita de miséria e escravidão: essa é a verdade nua e crua. [...] Que fazer, então? Trabalhar dia e noite, de corpo e alma, para a derrubada do gênero humano. Esta é a mensagem que eu vos trago, camaradas: rebelião! Não sei dizer quando será a revolução, pode ser daqui uma semana ou daqui a um século, mas uma coisa eu sei, tão certo quanto vejo esta palha sob meus pés: mais cedo ou mais tarde, justiça será feita. Fixai isso, camaradas, para o resto de vossas vidas curtas! [...] Que haja entre nós, animais, uma perfeita unidade, uma perfeita camaradagem na luta. [...] Fortes ou fracos, espertos ou simplórios, somos todos irmãos. Todos os animais são iguais.” (ORWELL, 2007, s/p)

¹¹⁸ Assim dispunha o Art. 1º do AI-13, decretado pela Junta Militar em setembro de 1969: “O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional.” Quer dizer, para o banido o esforço de disciplina havia falhado completamente. Aos olhos do regime militar, era um incorrigível transformado em leproso, cujo toque poderia no limite contaminar todos os bons cidadãos. Para a guerrilha, o banido era um herói, cuja libertação indicava o êxito dos sequestros, assim como sua saída do país um repúdio à ordem estabelecida e um veículo de denúncia internacional. Eram, portanto, posições que não seria possível conciliar por debate democrático, mas tão somente entrecocar por um ajuste de contas frontal.

em um embate letal. Em junho de 1969, Carlos Marighella publica e faz circular de modo clandestino seu *Manual do guerrilheiro urbano*, texto que se tornou bastante influente entre os vários grupos de guerrilha urbana em ação no Brasil. Em nossa visão, seu manual ilustra bem a nova etapa de radicalização discursiva em que a *crononomia* estava entrando. Se entre a década de 1950 e a deposição de João Goulart a aliança entre homens de contemplação e homens de ação envolveu as lideranças populistas e os intelectuais engajados, o final da década seguinte foi marcado pela nova articulação de saber-poder entre homens da guerrilha e engajados no exílio. Portanto, emergia no país a figura do *guerrilheiro urbano*, encarregado de iniciar uma insurreição revolucionária e derrubar a ditadura militar:

O guerrilheiro urbano é um homem que luta contra a ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um *lutador pela libertação de seu país*, um amigo de sua gente e da liberdade. [...] O guerrilheiro urbano segue uma meta política e somente ataca o governo, os grandes capitalistas, os imperialistas norte-americanos. [...] O guerrilheiro urbano não teme dismantelar ou destruir o presente sistema econômico, político e social brasileiro, já que sua meta é ajudar ao guerrilheiro rural e colaborador *para a criação de um sistema totalmente novo* e uma estrutura revolucionária social e política, com as massas armadas no poder. [...] O guerrilheiro urbano tem que ser uma pessoa *preparada para compensar o fato* de que não tem suficientes armas, munições e equipe. [...] No entanto, o guerrilheiro urbano tem certa vantagem sobre o exército convencional ou sobre a polícia. Esta é, enquanto a polícia e os militares atuam a favor do inimigo, a quem as pessoas odeiam, o guerrilheiro urbano *defende uma causa justa*, que é a causa do povo. [...] Esta *superioridade moral* é o que sustem o guerrilheiro urbano. [...] Seu *dever é o de atuar*, de encontrar soluções adequadas para cada problema que encontrar, e não se retirar. É melhor cometer erros atuando a não fazer nada por medo de cometer erros. Sem a iniciativa não pode haver guerrilha urbana. (grifos nossos) (MARIGHELLA, 1969, p. 4-6)

Em nossa concepção, Marighella trabalha discursivamente por meio da oposição entre evento novo e estrutura. Embora seu manual tenha teor absolutamente prático, não escapa da elucubração teórica que caracteriza a *crononomia*. No nível do evento, no qual deposita suas *esperanças* de derrocada da estrutura de poder vigente, Marighella situa a capacidade de iniciativa e surpresa atribuída ao ataque imediato do guerrilheiro urbano em ação. Parece-nos, desse modo, que o *voluntarismo* é o que caracteriza sua estratégia de combate. Mais do que isso, é também no estrato do evento que emerge a projeção de um *horizonte de expectativas*, dentro do qual se almeja instaurar por meio da luta armada um sistema político, econômico e social totalmente novo capaz de emancipar definitivamente o povo e o país. É de se supor, seria algo como uma ditadura do proletariado. Do ponto de vista da história efetiva, sabemos porém que houve *apenas uma* ditadura no Brasil. Em outras palavras, esse *seria* da guerrilha resultou tão somente de sua inferioridade patente de meios. Nesse ponto, vemos como o texto de Marighella

reativa outro elemento básico da crononomia. Em face da desvantagem presente – em armas, munições e pessoal –, era preciso *compensar* o ponto fraco não apenas pelo voluntarismo prático, senão também pela enunciação teórica de uma superioridade moral amparada na justiça da causa mais justa. Embora a crononomia tenha sofrido *rompimentos* sucessivos desde a década de 1950 – circunstância aliás coextensiva a sua economia discursiva –, vemos portanto como Marighella retoma seus aspectos centrais, porém com tintas bastante mais fortes¹¹⁹.

É interessante notar como a *busca por autonomia* do país e do povo – a ser obtida mediante o êxito da revolução social – era, na efetividade da vida, a busca por autonomia do *próprio guerrilheiro* em ação. Assim, alerta Marighella (1969, p. 26) que não bastaria ao guerrilheiro ter iniciativa, porque também seria preciso ter decisão e *comando da situação* no momento da investida, de modo a colocar o plano idealizado em prática com firmeza. Dessa forma, se os intelectuais engajados, imunes aos tiros, idealizavam o real, o que a guerrilha almejava era realizar o ideal – e o mais rápido possível. Em seu manual, Marighella (1969, p. 24) constrói sua defesa da guerrilha com base em uma premissa de *representação*, segundo a qual, porque o povo é explorado e odeia os militares, deve ser representado pelos guerrilheiros que lutam em seu nome. Portanto, reconhece que a obtenção de simpatia entre as massas era crucial para que os focos de guerrilha dessem início a um processo revolucionário nacional. Não por acaso, Marighella *justifica* o uso da violência – por exemplo, a execução de traidores – a partir dessa aprovação presumida da população. Como vimos para o caso dos militares, havia nessa luta uma relação umbilical entre poder e manejo da verdade. Na tática de guerra psicológica ou guerra de nervos, deveria o guerrilheiro urbano habilitar-se para utilizar a informação em favor de sua causa. Por um lado, seria preciso *criar a não-verdade* – por exemplo, por meio da disseminação de pistas falsas à polícia e rumores capazes de desqualificar o governo; por outro, *denunciar a verdade* da tortura e da censura nos foros internacionais (MARIGHELLA, 1969, p. 49). Como vimos, essa ambiguidade entre verdade e não-verdade caracterizava o *modus operandi* dos militares na oposição entre negar a tortura e propagandear o regime. Por sua vez, em seus dias de moderação, a crononomia apenas denunciava injustiças; agora seria preciso também mentir.

¹¹⁹ Os modelos para a ação do guerrilheiro urbano incluíam ao todo assaltos, invasões, ocupações, emboscadas, táticas de rua (construção de barricadas, lançamento de garrafas e tijolos etc.), greves, interrupções do trabalho, deserções de membros das Forças Armadas, desvios, confiscos e expropriações de armas, munições e explosivos, libertação de prisioneiros, execuções, sequestros de policiais, espões norte-americanos e personalidades políticas, sabotagem, terrorismo, propaganda armada e guerra de nervos (MARIGHELLA, 1969, p. 29).

Por outro lado, é curioso constatar que crononomia e geonomia passavam por algo como uma *transação discursiva*. Afirma Marighella (1969, p. 54) que o “pior inimigo da guerrilha e o maior perigo que corremos é a infiltração em nossa organização de um espião ou um informante. O espião apreendido dentro de nossa organização será castigado com a morte.” Não soubéssemos o autor da frase, poderíamos supor tratar-se de militar da linha dura. Ou seja, a guerrilha também *vigiava e punia* seus infiltrados, o que em nossa visão implicou um reajustamento discursivo da crononomia em direção ao par dentro/fora e à hipótese de guerra, elementos centrais da geonomia. De sua parte, sobretudo entre os militares radicais, a instauração do regime militar implicaria fanatizar a ideia da segurança nacional e defender a manutenção indefinida do regime na nova linha reta do tempo¹²⁰. Como apontamos no capítulo II, Der Derian busca comparar duas formas de realismo presentes em Hobbes e Marx. Em uma concepção estática da segurança – complementada por Schmitt – Hobbes presume que o conflito inerente à sociedade somente pode ser apaziguado pelo agigantamento do Estado a suas custas. Por sua vez, em sua visão transformativa, Marx supõe que o conflito social – ou a luta de classes – deve ser estimulado de modo a submeter a segurança garantida pelo Estado burguês ao objetivo da emancipação humana. Assim, a ditadura do proletariado faria dessa vez a sociedade agigantar-se em direção ao Estado. Parece-nos que podemos entender nesses termos os dois lados do conflito existente no Brasil em fins da década de 1960. Entre geonomia e crononomia, havia uma transação discursiva parcial que agora reconhecia o realismo da guerra. Por isso mesmo, o conflito de poder entrou em sua fase decisiva. Na guerrilha, contudo, não havia apenas vontade de ação. Assim, Marighella (1969, p. 60) afirma que os intelectuais engajados – homens de contemplação – são aliados da guerrilha, uma vez que “constituem a vanguarda da resistência aos atos arbitrários, às injustiças sociais e à imunidade terrível da ditadura. Eles expandem a

¹²⁰ Nesse sentido, afirma o coronel Etchegoyen, figura chave do Centro de Informações do Exército no começo da década de 1970: “A revolução foi programada para durar vinte anos. Pouca gente sabe disso, não é? [...] Eles [os generais] organizaram um programa para consertar este país. Talvez fosse imposição do Golbery, que era um cara que tinha seus defeitos, suas qualidades, suas virtudes. Um cara que você podia não gostar, mas não podia negar nunca sua inteligência, sua visão política, um homem com objetivos políticos e ideológicos definidos, um pouco de esquerda talvez e, por isso, fazíamos restrições a ele, mas não se podia acusá-lo de ambições pessoais desmedidas, ou de querer aparecer. [...] A nossa posição [dos militares radicais da média oficialidade] era a de ir até o fim. Nós íamos consertar esse país. Na marra.” (ETCHEGOYEN, 2005, p. 33-34) Como vimos, Golbery era o pensador do regime militar, eminência parda que buscava não aparecer. Era em função do tempo previsto para executar a Grande Estratégia, teorizada na ESG desde a década de 1950, que o regime militar foi programado para durar vinte anos. De fato, durou vinte e um. Na visão de Etchegoyen, contudo, Golbery era *um pouco de esquerda*, talvez porque o papel do teórico do regime jamais tenha implicado sujar as mãos. Seus meios eram distintos, mas seus fins eram iguais.

chamada revolucionária e tem grande influência na população.” Essa tarefa de faróis da revolução poderia ser exercida sobretudo no exterior a partir o exílio, onde estavam, como mencionamos, tanto Florestan Fernandes quanto os teóricos da dependência.

Após a edição do AI-5, os intelectuais engajados dispersaram-se completamente. Em ensaios escritos entre 1969 e 1970, quando já estava na Universidade de Toronto, Florestan Fernandes (2010, p. 165-177) busca compreender o fracasso da *intelligentsia* latino-americana depois dos golpes militares. Segundo o sociólogo, a tradição liberal tornou-se escudo para muitos intelectuais, os quais mantiveram-se na “torre de marfim”, em um processo de isolamento e autoneutralização que os impediu de agirem como promotores de um pensamento crítico ou revolucionário. Muitos foram incapazes de romper com as elites e com seu pertencimento à classe média, o que não permitiu que lutassem de modo independente pela democracia e pela reforma social, colocando-os em uma posição conservadora que buscava justificar a inevitabilidade do regime militar. A heterogeneidade social e a desarticulação da *intelligentsia* latino-americana, assim como a falta de apoio dos mais pobres, aliados do poder, implicou que os intelectuais não pudessem agir como força cultural autônoma. Os engajados, ainda comprometidos com a denúncia das iniquidades sociais, foram condenados ao desterro intelectual. Foi oposto o impacto do AI-5 entre os diplomatas. De acordo com Almeida (2008, p. 28-33), os militares respeitavam o Itamaraty e lhe *garantiram total autonomia*, pois suas aspirações eram as mesmas, embora com meios distintos: tornar o Brasil uma grande potência; inseri-lo nas instâncias decisórias de poder mundial, se preciso pela posse da arma nuclear; alcançar hegemonia regional e modernização tecnológica. Por intermédio de práticas antidemocráticas, reconhece que o AI-5 *autonomizou* o Itamaraty em face do Congresso e da sociedade, acostumando-o à sensação de que tudo pode o Estado, desde que a decisão tenha sido tomada por tecnocratas esclarecidos¹²¹.

Em suas memórias, relata Mario Gibson Barboza (1992, p. 85-106) que tinha receio de ser cassado pelos militares pois havia trabalho como chefe de gabinete de San

¹²¹ Nas palavras de Paulo Roberto de Almeida: “ Nesse sentido, o ‘ambiente’ de trabalho gerado pelo AI-5 não poderia ser considerado totalmente negativo pelo Itamaraty. [...] A sensação de ‘onipotência’ dada aos militares pelo AI-5 pode ter tido sua contrapartida na *autonomia da política externa, gerenciada unicamente pelos próprios diplomatas*, [...]. O insulamento que o AI-5 concedeu ao Estado em relação à sociedade, chamada a contribuir, mas raramente consultada sobre o uso alternativo dos recursos colocados à disposição da máquina pública, pode estar se refletindo ainda hoje nas políticas públicas, tanto no âmbito próprio do Itamaraty, e ‘sua’ política externa *stricto sensu*, como no domínio mais geral do Estado e de suas práticas fiscais e orçamentárias. [...] O AI-5, por certo, não criou a cultura da ‘autonomia’ do Estado em face da sociedade, mas ele certamente agravou determinadas práticas antidemocráticas que persistem até hoje, inclusive no plano das relações exteriores (não necessariamente ‘diplomáticas’, apenas). (grifos nossos) (ALMEIDA, 2008, p. 31-32)

Tiago Dantas e participado da PEI. Assim, em 1966, quando foi designado Embaixador em Assunção, considerou que a escolha de sua pessoa para a função configurava um teste, cujo malogro seria fatal para sua carreira diplomática. Conforme adiantamos, havia um sério diferendo de fronteiras entre Brasil e Paraguai, o qual recém havia dado lugar à assinatura da Ata das Cataratas. Gibson descreve como idealizou o tratado para a construção da usina de Itaipu, cuja área alagada cobriria o território contestado. Ao lado disso, desconfiava de que os militares interpretassem sua solução conciliatória como concessão de uma brecha na soberania brasileira. Os meios almejados por militares e diplomatas eram diferentes, mas a finalidade comum. Assinado por Gibson em 1973, o Tratado de Itaipu traria o Paraguai à esfera de influência brasileira. Bem sucedido em seu teste, assumiu a chefia da chancelaria em 1969, a convite do presidente Médici. Em sua gestão, o Itamaraty terminou de (re)conquistar a autonomia em direção à qual lutava desde a fundação do Instituto Rio Branco. Favorecido pelo ambiente de repressão ideológica propiciado pelo AI-5, Gibson pôde afirmar o perfil técnico e profissional dos diplomatas, assim como orgulhar-se de sua isenção política:

Ora, sempre fui contrário ao envolvimento do diplomata na política interna do seu país. [...] Como cidadão, o diplomata pode e deve exercer suas opções na vida política interna do país. Como profissional, não. No Itamaraty tem sido assim, temos conseguido, quase diria *milagrosamente*, manter essa atitude isenta, estritamente profissional. [...] Dir-se-á que o cargo de Ministro de Estado é político. Sim e não, depende. As Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores não são melhores nem piores do que o restante do serviço público, mas são diferentes. Se um diplomata ou um militar aceita o cargo de Ministro do Trabalho ou Saúde, ele está exercendo uma opção política, pois vai tornar-se responsável para o exercício de funções para as quais não foi preparado profissionalmente. Mas se é convidado para Ministro da Aeronáutica, do Exército ou da Marinha ou, no caso do diplomata, das Relações Exteriores, ele continua a fazer o que sempre fez, só que no topo, no comando máximo de sua corporação. [...] Servi ao governo lealmente, *mas gozei sempre de absoluta autonomia*, não só no planejamento e execução da nossa política externa como nos menores atos administrativos, chegando o Presidente, no momento das promoções no Itamaraty (momento que sempre me desgostou e, mesmo, agoniou), a *assinar decretos em branco* para que eu os preenchesse com os nomes dos que eu julgava merecedores. (grifos nossos) (BARBOZA, 1992, p. 127-128)

Na visão do Itamaraty, esse era o melhor dos mundos possível. Não à toa sua isenção política foi operação miraculosa, pois é nas igrejas que os milagres acontecem. Segundo Gibson, o Itamaraty é um ministério peculiar, em circuito fechado, mas aberto às influências do mundo exterior. Conforme vimos, pode ser considerado um sistema autopoietico, uma singularidade autônoma capaz de reinterpretar os estímulos externos com finalidade de preservação auto-referente. Na visão de Gibson, assim, o pêndulo da PEI atinge em sua gestão uma posição equilibrada, entre os extremos a favor e contra ocorridos nos governos Jânio-Goulart e Castello Branco, movimento autopoietico já

iniciado por Araújo Castro. Após assumir a Casa, um de seus primeiros esforços foi ultimar a transferência do Ministério para Brasília, embora reconheça que o fez com a morte na alma, pois seria um sacrifício pessoal abandonar a “cidade maravilhosa” pelo cerrado árido, primitivo e desconfortável da nova capital. No entanto, sua atuação foi tão enérgica contra as resistências à “diplomacia do sertão” que o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, apelidou-o de “chanceler de ferro”. Em 20 de abril de 1970, segundo adiantamos, o novo palácio foi inaugurado com a primeira comemoração do Dia do Diplomata, ritual de reconstituição da Casa, uma vez (re)conquistada sua autonomia. Em sua gestão, Gibson enfrentou a delicada questão dos *sequestros de diplomatas*. Em 1970, os grupos guerrilheiros sequestraram Nobuko Okuchi, cônsul-geral do Japão em São Paulo, Ehrenfried von Holleben, embaixador da Alemanha Federal, e Giovanni Bücher, embaixador da Suíça. *Politicamente* contrário aos guerrilheiros, Gibson liderou na OEA aprovação de resolução condenatória ao terrorismo, porém não conseguiu que se o excluísse do direito de asilo (BARBOZA, 1992, p. 134-190).

De fato, talvez não pudessem existir duas figuras tão distintas quanto as do diplomata e do guerrilheiro urbano. Do ponto de vista discursivo, não nos parece obra do acaso que o final da década de 1960 tenha marcado não apenas a radicalização da crononomia no Brasil, mas também o ajuste final no processo de acomodação entre nonomia e geonomia. Para diplomatas e militares, a decretação do AI-5 propiciou justapor as duas esferas da segurança jurídica e da segurança nacional. Mais do que isso, a atuação internacional da diplomacia brasileira, encarregada não apenas de vigiar suspeitos de subversão, mas também de desmentir as denúncias de tortura, permitia aos militares resolver a incômoda tensão entre norma e fato, inerente a sua modalidade de ditadura constitucional. Por um lado, portanto, a *mise-en-scène* do Itamaraty blindava os excessos do regime militar com a máscara da norma; por outro, a truculência dos militares dava ao Itamaraty mão livre no *espaço do mundo jurídico* e total autonomia na execução da política externa. Era um belo casamento. Pouco mais que um farrapo exaltado, o guerrilheiro urbano não teria chances nem mesmo com a funda de Davi. O segundo fator central desse matrimônio foi o espelho recíproco da profissionalização. No patrimonialismo, como destaca Magnoli (1997, p. 25-29), o qual sem dúvida marcou o Brasil ao menos durante o Império, o território do país identificava-se como um *haver* do Estado, personalizado na figura do monarca. Nas burocracias profissionais, contudo, o território passa a ser identificado como o *ser* do Estado pensado como esfera pública separada da esfera privada. No âmbito jurídico racional, o Estado também equipara-se à

ordem normativa. Mencionamos como o Itamaraty era um rebento próprio das práticas patrimonialistas, contra as quais os militares haviam-se levantado na década de 1920. No entanto, parece-nos que a *maturação* do processo de profissionalização do MRE em fins da década de 1960 – ultimada em paralelo à maturação do próprio globalismo na política externa – tornou possível a identificação justaposta de militares e diplomatas com o território nacional, visto como espaço da terra e espaço da norma. O dispositivo diplomático-militar havia-se agora convertido na imagem perfeita do centauro, metade homem, metade animal; metade astúcia; metade força.

Militares e diplomatas compartilhavam uma aspiração fundamental: converter o Brasil em grande potência. O conceito de *potência* não é unívoco. Por um lado, potência deve ser relacionada com ato. Em Aristóteles (2002, p. 395-431), os conceitos de ato e de potência buscaram conciliar o velho problema da oposição entre ser e devir, ou entre ser e movimento. O movimento ou a mudança é o modo pelo qual uma substância supre uma privação anterior e assume sua forma atual em ato desde que essa forma tenha sido possível em potência. A potência engloba todas as possibilidades do ser, aquilo que pode vir a tornar-se em ato por meio da mudança. Conforme destacamos, os intelectuais rejeitavam o ser do Brasil, buscando pensar suas possibilidades futuras tão somente na antecipação do movimento de ruptura e modificação. Distintamente, o pensamento militar situa as possibilidades de realização do país em seu próprio ser, identificado ao espaço do território, o qual já encerra hoje em potência o ato futuro de conversão em grandeza. Nesse sentido, Golbery (1981, p. 156) conceitua o potencial nacional como a expressão integrada dos meios políticos, psicossociais, econômicos e militares capazes de serem transformados em poder nacional. Em uma visão desencantada do mundo, esse futuro não é esperado, mas *calculado* com base nos recursos existentes. Meira Mattos (1979, p. 118-122) não apenas define geopolítica como destino, mas fornece uma fórmula matemática para antecipar a grandeza futura do Brasil. Por outro lado, potência relaciona-se com poder. Segundo Aron (2002, p. 99-102), o poder (*pouvoir*) se exerce dentro das entidades políticas, ao passo que a potência (*puissance*) se exerce entre as entidades políticas nas relações internacionais. Assim, os dois conceitos amarram dentro e fora, pois o estadista é simultaneamente homem de poder e homem de potência.

Em outubro de 1969, Emílio Médici assumiu a presidência da República em lugar da regência da Junta Militar. Na disputa sucessória, derrotou Albuquerque Lima, nacionalista radical bastante popular na média oficialidade, porém minoritário entre os demais generais. A princípio, Médici recusou-se a aceitar sua nova posição, porém

acabou convencido a bem da unidade militar¹²². Sua política externa voltou-se a atingir o Brasil Potência, sobretudo amparado no rápido crescimento econômico iniciado no governo Costa e Silva. Entre 1968 e 1974, o PIB do país cresceu à extraordinária média de 11,3% ao ano. Ao lado disso, a pauta exportadora passou a incluir importante parcela de bens industrializados, deslocando a histórica centralidade do café. Na gestão Gibson, o equilíbrio reclamado à PEI buscou principalmente obter bases sólidas em novos mercados no mundo em desenvolvimento, com eles estabelecendo nova relação de centro-periferia. Ao contrário do que afirma Spektor (2014, p. 39), o projeto de Brasil Potência não se opôs à Doutrina de Segurança Nacional. Como bem lembra Hurrell (2013, p. 202), “[o]f much greater importance was the extent to which the drive to achieve Great Power status had come to form an integral part of the ideology of both the Escola Superior de Guerra and the National Security Doctrine adopted by Brazil’s military government in the late 1960s.” Nesse sentido, em sua aula inaugural na ESG, em março de 1970, o próprio Médici (1970a, p. 9-10) afirmou que não se pode negar sua “presença reitora no ensaio de uma metodologia de exercício do poder”, como uma “verdadeira escola de estadistas”. Seu combate à guerrilha não se fez sem o aperto da LSN, fortalecida pela emenda constitucional de 1969. Sob o sugestivo título de *O jogo da verdade*, Médici fez seu primeiro pronunciamento de rádio e televisão:

Foi isso o que as Forças Armadas se decidiram a fazer: completar o movimento de 1964, transformando-o em autêntica Revolução da Democracia e do Desenvolvimento, em consonância com as mais lídimas aspirações nacionais. Vamos dar efetividade a esses objetivos revolucionários. Nesse sentido, iremos ouvir os homens de empresa, os operários, os jovens, os professores, os intelectuais, as donas de casa, enfim, todo o povo brasileiro. Será um diálogo travado sobre o nosso País, os nossos problemas, os nossos interesses e o nosso destino. Naturalmente, esse entendimento requer universidades livres, partidos livres, sindicatos livres, imprensa livre, Igreja livre. *Mas livres, acima de tudo, daqueles grupos minoritários* [da guerrilha] que ainda hoje, como ontem, ora pela violência, ora pela corrupção, jogando com todos os processos de uma técnica subversiva cada vez mais aprimorada e audaciosa, pretendem servir a ideologias que já estão sendo repudiadas e superadas nos seus próprios países de origem. [...] Estarei atento a esse esforço de libertação, em cada dia do meu governo. [...] *Chegou a hora de fazermos o jogo da verdade.* [...] *O Brasil é grande demais, para tão poucas ambições.* E está a exigir dos seus filhos uma atuação que realmente *corresponda à magnitude do seu território*, bem como aos alevantados ideais das gerações que nos legaram todo esse imenso patrimônio. [...] Desejo manter a paz e a ordem. Por isso advirto que todo aquele que tentar contra a

¹²² “CREONTE – Senhores, os deuses reergueram poderosamente esta cidade, sacudida por fortes sismos. [...] E quem, acima da pátria, estima o amigo, declaro-o ninguém, pois eu, saiba-o Zeus que sempre tudo vê, não silenciarei percebendo a ruína ameaçar os cidadãos, nociva ao bem-estar. [...] Etéocles, que, em luta por esta cidade, pereceu, brilhando em todos os combates, determino que seja sepultado, digno de todos os ritos que acompanham os melhores ao mundo dos mortos, mas, quanto ao irmão dele, refiro-me a Polínice, que atacou a pátria e seus deuses, retornando do exílio quis com tochas reduzi-la a cinzas e levar cativos os cidadãos, que esse, já determinei à cidade, não receba sepulcro nem lágrimas, que o corpo permaneça insepulto, pasto para aves e para cães, horrendo espetáculo aos olhos.” (SÓFOCLES, 2012, p. 17-19)

tranquilidade pública e a segurança nacional *será inapelavelmente punido*. Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência. (grifos nossos) (MÉDICI, 1970b, p. 12-16)

Em nossa visão, a relação entre interno e externo, poder e potência, atinge no governo Médici sua mais acabada forma como jogo da verdade. De um lado, o poder no âmbito interno se exerce por meio da tutela à autonomia dos governados, reduzida no espaço em função do imperativo maior de se combater o “inimigo interno” situado nos grupos minoritários da guerrilha. De outro, a potência no âmbito externo se exerce com o objetivo de se alargar a margem de autonomia do país no espaço internacional. Nesse sentido, trata-se de um governo do território (segurança nacional e guerra interna) e das coisas (disciplinar a população para o esforço do desenvolvimento). Poder e verdade se entrelaçam com base em três mecanismos de manejo da informação utilizados pelo dispositivo diplomático-militar: a censura, a tortura e a propaganda. Conforme lembra Skidmore (1988, p. 253-256), sob a batuta do coronel Octávio Costa, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da presidência organizou a mais profissional operação de propaganda que o Brasil já teve. Com uso de campanhas televisivas, bem como do bom efeito da Copa de 1970, o governo veiculava slogans como “Ninguém segura este país!” visando transmitir à população a mentalidade de segurança nacional e do Brasil Potência. No front externo, coube a Gibson liderar a luta contra a “campanha internacional de calúnias” a respeito da tortura no Brasil. Em 1970, o Itamaraty logrou manobrar o governo sueco para que Dom Helder Câmara, notório denunciador, não recebesse o Nobel da Paz (ALMEIDA, 2008, p. 21-22). Essa arte de governo acarreta o que Foucault denomina *autoaleurgia*, pois implica que os governados digam a verdade sobre si mesmos¹²³. Por um lado, a verdade do regime militar se alastra pela propaganda em um espaço de autonomia estendida; por outro, a verdade do regime extrai-se dos governados pela tortura, na total ausência de autonomia. Não nos parece portanto possível compreender uma das faces de Jano sem recurso a outra.

¹²³ “Em que medida a arte de governar os homens implica algo como uma manifestação da verdade? Como se estabeleceram não, de uma maneira geral, as relações entre a arte de governar os homens e a aleurgia, mas [entre] a arte de governar os homens e o que chamarei de autoaleurgia, isto é, essas formas de manifestação de verdade que giram em torno da primeira pessoa, em torno do eu e do eu mesmo?” (FOUCAULT, 2014, p. 49) Por um lado, os torturadores supliciavam o terrorista nos porões de modo a extrair sua verdade, mas o guerrilheiro deveria resistir e mentir para não entregar seus companheiros. Por outro, o tirano deveria dizer a verdade do regime ao país e ao mundo por meio da propaganda, mas deveria mentir a respeito da tortura e da censura. Curiosamente, nesse jogo da verdade, os dois elos da cadeia, o absolutamente mais fraco e o absolutamente mais forte, encontravam-se na prática da aleurgia de tal maneira que fortaleza e fraqueza poderiam mesmo confundir-se.

A acelerada taxa de crescimento econômico foi um dos pilares do projeto de Brasil Potência. Em 1967, no governo Costa e Silva, Delfim Netto assumiu com mão forte a condução do Ministério da Fazenda. Segundo destaca Skidmore (1988, p. 160-161), “a política econômica passou para as mãos de tecnocratas que ideologicamente pensavam praticamente da mesma forma que os membros da equipe que os precedera.” Crítico ao governo, Furtado supôs que a política de estabilização de Castello Branco seria um “plano pastoril”, o qual arruinaria a indústria brasileira em favor do campo. Suas previsões foram equivocadas, pois o PAEG deixou uma herança macroeconômica favorável a Costa e Silva e Médici, com a redução da inflação e do déficit público e a melhora da balança de pagamentos. Segundo afirma Roberto Campos (1994, p. 81), “[s]e não fossem tomadas essas medidas, com certeza não haveria ocorrido o *boom* de investimentos da década de sessenta, que serviu de base ao ‘milagre brasileiro’”. Delfim prometia um rápido desenvolvimento sem aumento da inflação. Amparado no AI-5, Médici elevou o Estado acima da sociedade, e seu ministério formou com tecnocratas e militares supostamente sem interesses sociais de grupo, tais como Gibson Barboza e o próprio Delfim Netto, cuja política econômica teve resultados expressivos. O setor líder foi a indústria, que cresceu em média 12,6% ao ano. O sucesso deveu-se a incentivos tributários às exportações, maciça entrada de capital estrangeiro e redução de custos de mão-de-obra. O censo de 1970 atestou que o crescimento econômico processou-se com concentração de renda, sobretudo em função da ênfase atribuída a bens de consumo duráveis de difícil aquisição pelas classes populares. Segundo Delfim, o crescimento acelerado aumentava as desigualdades a curto prazo, mas também aumentava a renda absoluta de todos (SKIDMORE, 1988, p. 301-313).

Em 25 de março de 1970, pelo Decreto-Lei nº 1.098, Médici estendeu de modo unilateral o mar territorial brasileiro de 12 milhas para 200 milhas, ato que ilustra sua decisão de implementar o *aumento de autonomia* do país no espaço internacional. A medida tinha muito poucos precedentes, sobretudo na América Latina. Conforme Luiz Augusto de Araújo Castro (1989, p. 15-31), diplomata filho de Araújo Castro, ao revés de outros países latino-americanos, o decreto brasileiro empregou deliberadamente a expressão “mar territorial” para reivindicar toda a extensão das 200 milhas. Além disso, foi a primeira legislação a justificar a medida com base nas necessidades de segurança e defesa, ressalvado o direito de passagem inocente. Sob o impacto negativo da “Guerra

da Lagosta”¹²⁴, o decreto buscava resguardar ao Brasil os recursos pesqueiros de toda a região, bem como os recursos do solo e subsolo marítimos, em um momento em que a Petrobrás avançava seus projetos de prospecção de petróleo. Do ponto de vista da defesa, o decreto tinha um impacto geopolítico, pois projetava as responsabilidades da Marinha do Brasil na segurança do Atlântico Sul, para o que seria preciso incrementar sua capacidade de patrulhamento. É com base nisso, segundo adiantamos, que Meira Mattos defende a hipótese do “lago do Atlântico Sul”. No campo da segurança nacional, a extensão das milhas também pretendia evitar que a guerrilha fosse apoiada de modo clandestino com recursos vindos por mar. Na política interna, a medida visava melhorar a imagem do governo perante a opinião pública. Aprovado o decreto no Congresso por ARENA e MDB, a repercussão foi extremamente positiva à propaganda de Médici. No âmbito internacional, contudo, vários países desenvolvidos responderam ao decreto com notas de protesto. O Brasil manteve sua posição, sob o argumento de que não existia legislação internacional que estabelecesse a extensão máxima do mar territorial.

Em suas memórias, afirma Gibson Barboza (1992, p. 152-153) que o Decreto-Lei nº 1.098 partiu de iniciativa sua junto ao presidente Médici. Em sua visão, era preciso resolver o problema do mar territorial, pois países desenvolvidos, tais como Estados Unidos e Japão, estavam destruindo as reservas pesqueiras do Brasil. Também seria conveniente uniformizar sua extensão com as medidas semelhantes já tomadas por Argentina e Uruguai. Além disso, não poderia mais valer o critério arbitrário das três milhas, vindo do tempo de Grotius, quando ainda se fixava pela distância de um tiro de canhão a extensão do mar territorial. Em face da enorme resistência à decisão brasileira, Gibson revela sua perspectiva realista e pragmática das relações internacionais:

Interesses estrangeiros de caráter econômico e político levantaram-se contra a extensão do mar territorial brasileiro a duzentas milhas. Era de se esperar, e, dadas as realidades da vida internacional, compreensível. Nada mais descabido, penso, do que uma teoria conspiratória da História. Ninguém era – nem é – contra o Brasil, que até podia e pode ser considerado um país “simpático” na comunidade das nações. O que sucede, no estágio atual, ainda atrasado, do que conhecemos como “civilização”, *é que cada pessoa ou agrupamento de pessoas luta encarniçadamente pelo que considera de seu interesse*. A vida internacional não escapa a essa

¹²⁴ “Guerra da Lagosta” foi um nome jocoso atribuído pela imprensa brasileira ao conflito diplomático que opôs Brasil e França entre 1961 e 1963. Barcos de pesca franceses estavam capturando lagostas de forma ilegal no litoral do Nordeste. Jânio Quadros tinha inclusive um plano secreto de invasão e anexação da Guiana Francesa em retaliação, o qual jamais foi executado. Em fevereiro de 1963, durante o governo João Goulart, a Marinha brasileira resolveu apresar três navios pesqueiros franceses. Em resposta, a França de Charles de Gaulle despachou um navio destróier à região, o que chegou a motivar a mobilização de navios de guerra brasileiros. Nenhum tiro, contudo, foi jamais disparado. Sob pressão diplomática, os franceses admitiram a derrota e deram ordem de retorno a seus navios. Já no governo Castello Branco, Charles de Gaulle visitou o Brasil e a questão foi encerrada (GARCIA, 2005, p. 188).

contingência, determinante do comportamento das nações e dos estados. *O mundo é como é*. E as realidades do poder se apresentam sem disfarces quando as circunstâncias assim o obrigam. [...] Interpretar a defesa de nossos interesses como hostilidade aos Estados Unidos é simplesmente uma tolice, que os próprios Estados Unidos, mais experimentados e desenvolvidos do que nós, jamais cometeram. [...] Parecerá desnecessária essa explicação, mas não o é, pois até hoje se assistem a discussões e debates no Brasil a respeito de um *pretensão* “terceiro-mundismo” da *nossa política externa* em detrimento de uma indispensável aproximação com o “primeiro mundo”, expressão sobre a qual mantenho a maior reserva. (grifos nossos) (BARBOZA, 1992, p. 153-154)

Em outros termos, a extensão do mar territorial brasileiro não foi uma medida emancipatória ou iniciativa de uma frente de países latino-americanos indignados com as injustiças internacionais. O mundo é como é. Nas realidades do poder, há portanto hierarquia internacional de poder. O decreto de 1970 tampouco voltou-se a denunciar a hegemonia norte-americana, pois não assumiu uma visão conspiratória da História. De modo distinto, por exemplo, a Vargas e Goulart, cujo nacionalismo buscava destacar as iniquidades da vida internacional e o papel dos interesses estrangeiros na manutenção do atraso brasileiro, o nacionalismo de Gibson e dos militares não questiona a ordem das coisas, senão busca elevar a posição de poder do Brasil nessa mesma ordem. Não é um nacionalismo reativo, mas ativo, ilustrado na própria natureza jurídica do Decreto-Lei nº 1.098, ato unilateral. Gibson, contudo, comete um lapso. Se o Itamaraty é neutro e profissional, e se todo grupo luta encarniçadamente por seus interesses, a conclusão óbvia é que seus interesses estão mascarados por sua duplicidade. Assim, nos episódios dos sequestros de diplomatas, sob o nome do interesse nacional, o chanceler defendia seus colegas de profissão, aos quais o Brasil devia garantir as imunidades diplomáticas por força da Convenção de Viena de 1961. Na visão de Gibson (1992, p. 187), portanto, os papéis estavam indevidamente invertidos: os guerrilheiros não deveriam ser vistos como vítimas de injustiças políticas e sociais, mas como terroristas e sequestradores; as autoridades não eram forças repressores de justas reivindicações, mas sim garantes das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil. Como vemos, em Gibson norma, poder e espaço sobrepõem-se perfeitamente. Não poderia, portanto, ver o guerrilheiro senão como terrorista, uma vez que não reconhecia sua legitimidade discursiva, assim como os militares não o reconheciam como combatente. Do lado de lá, diplomatas e militares seriam alvos preferenciais, já que eram lidos como agentes do imperialismo norte-americano, o qual se deveria denunciar e atacar.

Em 1970, Médici pronunciou dois discursos comemorativos do primeiro Dia do Diplomata, em 20 de abril, e do Dia do Trabalho, em 1º de maio, em que delineou seu entendimento da *verdadeira paz*, aplicável aos planos externo e interno. Na inauguração

do Palácio Itamaraty em Brasília, louvou a memória do Barão do Rio Branco, sobretudo porque “consagrou toda a sua vida à obra de assegurar a intangibilidade de nosso espaço geográfico”, o qual se deveria agora terminar de ocupar no esforço do desenvolvimento. Na visão de Médici, nesse sentido, a primeira obrigação dos novos diplomatas seria para com “a segurança nacional, em cujo esquema de proteção a diplomacia ocupa um dos postos mais importantes.” À medida em que o país crescia, a nova dimensão de seus interesses deveria ser reconhecida, pois “[é] imperioso que nos adaptemos à ideia de um Brasil que alcança, no presente [ou seja, já em seu espaço de experiência], o que, antes, se punha no futuro [ou seja, em seu horizonte de expectativas].” Assim, à diplomacia brasileira caberia projetar o Brasil Potência e adaptar-se às mutações do jogo de poder. Segundo Médici, o país “não aceita que o poder seja fonte de posições irremovíveis”. Dessa forma, a *verdadeira paz* implicaria reclamar a transformação das estruturas que separam as nações ricas das pobres em temas como o comércio internacional e o acesso ao progresso científico e tecnológico. Em seu discurso do 1º de Maio, transmitido por rádio e televisão, Médici adverte aos trabalhadores que a justiça é a substância dessa *verdadeira paz*, porém sem o paternalismo – digamos, de Vargas ou Goulart – que tudo concedia de mão beijada. Assim, o governo não prometeria vantagens ilusórias, mas somente reajustes salariais compatíveis com o empresariado (MÉDICI, 1973, p. 21-43). Parece-nos que em ambos os casos, embora seu conteúdo seja uma reclamação de justiça, a *verdadeira paz* de Médici presume reconhecer a forma da ordem hierárquica, somente dentro da qual é possível uma ascensão no jogo de poder. Quer dizer, parece-nos que o presidente *não denuncia* as injustiças entre nações ricas e pobres, ou entre patrões e empregados. Assim, não almeja *transformar a ordem mesma*, senão com base no par acima/abaixo fazer que o trabalhador reconheça que está embaixo, tal como fazer com que reconheçam que o Brasil *não está mais embaixo* no espaço internacional.

No plano interno, esse espaço de ordem é balizado pelo imperativo da segurança nacional, em que se reduz a autonomia dos governados. Sem dúvida, a *verdadeira paz* também presumiu vencer o *jogo da verdade*. Em 1975, todos os guerrilheiros ou estavam mortos ou na prisão. No final de 1969, como resposta ao sequestro de Charles Elbrick, as forças de repressão emboscaram e mataram Marighella com informações obtidas sob tortura. Conforme destaca Skidmore (1988, p. 266-275), poucos prestaram atenção ao manifesto da VPR divulgado por ocasião do sequestro de von Holleben em meados de 1970, pois a população acompanhava e vibrava com a seleção brasileira na Copa do Mundo. A tática dos sequestros alcançou seu esgotamento com Giovanni

Bücher, já que foram lentas as negociações, e o governo chegou a vetar nomes das listas de presos políticos que a VPR almejava libertar. Em 1971, Lamarca foi capturado, e sua morte foi amplamente divulgada pela propaganda do regime. Inversamente, havia total censura sobre os avanços da guerrilha do Araguaia. O SNI descobriu o foco em 1972, em função do que os militares empregaram a estratégia de guerra contra-insurrecional em três campanhas com um total de 20 mil homens, número compatível com o efetivo da FEB na Segunda Guerra Mundial. Em termos geopolíticos, a repressão à guerrilha respondia pela necessidade de se tamponar a região entre os rios Araguaia e Tocantins, vitais para a ocupação da hiléia amazônica. O Brasil era um grande quartel. Naquela região, a população camponesa foi posta em quarentena e sofreu intimidação constante. Nas cidades, militares e policiais efetuavam operações de busca e detenção contra populações desarmadas na forma de *blitz*. Em 1970, por exemplo, às vésperas das eleições congressuais, a Operação Gaiola deteve 10 mil pessoas em todo o país, muitas das quais candidatas pelo MDB (MOREIRA ALVES, 2005, p. 193-201).

O programa nuclear brasileiro representou um dos pontos principais da busca do Brasil pelo reconhecimento de seu novo *status* internacional. Desde 1943, o país supria os Estados Unidos com minerais atômicos, sobretudo as areias monazíticas. Em 1947, conforme adiantamos, o Almirante Álvaro Alberto, então representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica da ONU, propôs ao Conselho de Segurança Nacional que a exportação dos minérios fosse submetida ao princípio das compensações específicas, em troca da qual o país receberia tecnologia apta a desenvolver seu programa nuclear. Em 1951, como resultado, foi fundado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Em seu Plano de Metas, JK deu destaque ao uso da energia nuclear. A partir de 1955, no marco do programa norte-americano “Átomos pela Paz”, o Brasil deu início a atividades de pesquisa (PATTI, 2013, p. 50-51). A partir da Crise dos Mísseis (1962), formou-se em Genebra o Comitê dos Dezoito Países para o Desarmamento (ENDC) com intuito de avançar propostas de desnuclearização, ao passo em que no México se negociava a criação de uma zona desnuclearizada na América Latina. Segundo confirma Patti (2012, p. 58-65), a posição brasileira modificou-se e endureceu a partir de 1966. No final de seu governo, Castello Branco buscou afirmar a importância da energia nuclear para o desenvolvimento industrial do país. Havia dois grandes pontos de divergência entre Brasil e México nas negociações do Tratado de Tlatelolco. O Brasil queria reconhecer sua validade apenas após a ratificação de todos os membros, bem como dos protocolos adicionais pelas potências nucleares. Almejava também o direito de efetuar explosões

nucleares pacíficas. Em março de 1967, Castello repudiou a posição comum de EUA e México, a qual restringia as explosões pacíficas apenas aos países nucleares.

Em abril de 1967, o recém empossado Costa e Silva anunciou sua “diplomacia da prosperidade” no Palácio Itamaraty. Em sua proposta de política externa, era vital que o Brasil pudesse conduzir com mão livre seu programa nuclear, tendo-se em vista o imperativo do desenvolvimento científico e tecnológico¹²⁵. Em maio de 1967, em seguida à assinatura do Tratado de Tlatelolco, Sérgio Corrêa da Costa, novo Secretário-Geral do Itamaraty, defendeu em Genebra o direito dos países em desenvolvimento de efetuarem explosões nucleares pacíficas, destacando suas vantagens econômicas¹²⁶. O representante brasileiro nas negociações, Azeredo da Silveira, viu no projeto das superpotências para o tratado de não proliferação uma tentativa de imposição que traria obrigações apenas para os países não nucleares. Em outubro, a diretriz de governo de Costa e Silva ganhou substância na 40ª Ata do Conselho de Segurança Nacional, na qual o país propunha-se a obter tecnologia para explorar suas reservas de minerais atômicos, *manter autonomia* em face das superpotências e no longo prazo dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio. A delegação norte-americana em Genebra via o interesse do Brasil nas explosões nucleares pacíficas como um *plano secreto para testar bombas atômicas*, o que causaria uma corrida armamentista com a Argentina. Por sua vez, Lyra Tavares, Ministro do Exército, via a renúncia à capacidade nuclear como comprometedora da segurança nacional no futuro (PATTI, 2012, p. 65-73).

Em 1968, após seu ostracismo auto-imposto em Atenas, Araújo Castro *retornou à cena* como representante do Brasil nas Nações Unidas, onde defendeu a nova projeção

¹²⁵ “Devemos ter consciência de que o programa de nosso desenvolvimento tem de ser feito no quadro da Revolução Científica e Tecnológica que abriu para o mundo a Idade Nuclear e Espacial. Nessa nova era que começamos a viver, a ciência e a tecnologia condicionarão, cada vez mais, não apenas o progresso e o bem-estar das nações, mas a sua própria independência. O Brasil e toda a América Latina deverão fazer agora uma opção clara e decidida, engajando-se num programa racional e ousado de promoção da pesquisa e das aplicações práticas da ciência. Nesse contexto, a energia nuclear desempenha papel transcendente e é, sem dúvida, o mais poderoso recurso a ser colocado ao alcance dos países em desenvolvimento, para reduzir a distância que os separa das nações industrializadas.” (COSTA E SILVA, 1967, p. 14)

¹²⁶ Em entrevista concedida ao jornal *Última Hora*, em junho de 1967, republicada na Revista Brasileira de Política Internacional, Sérgio Corrêa da Costa esclareceu a utilidade das explosões nucleares pacíficas: “Sem intenção de fazer bombas, mas sem receios de chegar a fazer explosivos de que necessitamos para nosso desenvolvimento econômico. No gozo pleno de nossa soberania e com todo o senso de responsabilidade que temos para com as gerações brasileiras futuras e para com os povos latino-americanos de hoje e de amanhã, não nos podemos privar desse direito e pretendemos ser capazes de um dia contribuir, por nossos próprios meios, para a fabricação dos explosivos que serão necessários, por exemplo, para interconectar as bacias hidrográficas e estabelecer nesse continente uma rede interior de vias navegáveis, base geográfica indispensável à integração econômica, de que hoje tanto se cogita.” (COSTA, 2008, p. 398-399)

de autonomia do país no espaço internacional como plenipotenciário nas negociações do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Em fevereiro, pronunciou discurso na Comissão do Desarmamento em Genebra. Seguindo a Resolução 2028 da Assembleia Geral da ONU, afirmou Araújo Castro que o Comitê dos Dezoito deveria chegar a um tratado de não proliferação justo e equitativo. Assim, deveria incorporar um conjunto equilibrado e aceitável de responsabilidades tanto às potências nucleares quanto às não nucleares, bem como ser um passo rumo ao desarmamento geral e completo. Em outras palavras, o entendimento das superpotências não deveria servir a prejudicar as possibilidades de progresso científico e tecnológico das demais nações. Conforme Castro, entretanto, o projeto de tratado não evitava a proliferação nuclear vertical, já que não vedava a transferência de tecnologia entre países nucleares em estágios distintos de pesquisa. Inversamente, proibia as explosões nucleares pacíficas aos países não nucleares, demanda explícita do Brasil. Por sua vez, o Art. VI não estabelecia deveres concretos aos países nucleares quanto ao desarmamento geral, tampouco vinculava-o à obtenção de recursos para o desenvolvimento¹²⁷. O TNP criava duas categorias de nações e impunha às não nucleares uma inaceitável situação de congelamento tecnológico (AMADO, 1982, p. 55-60)¹²⁸. Em junho de 1968, o tratado foi aprovado com a abstenção de países como Brasil e Índia.

Em maio de 1969, em palestra no Colégio Interamericano de Defesa, situado em Washington, Araújo Castro buscou discorrer sobre a *ambiguidade entre poder e justiça* no sistema internacional, tal como refletida na estrutura da ONU. Segundo o diplomata, as Nações Unidas foram criadas para garantir a manutenção da paz entre os vencedores

¹²⁷ “Art. VI Cada Parte deste Tratado compromete-se a entabular, *de boa fé*, negociações sobre medidas efetivas para a cessação *em data próxima* da corrida armamentista nuclear e para o desarmamento nuclear, e sobre um Tratado de desarmamento geral e completo, sob estrito e eficaz controle internacional.” (grifos nossos)

¹²⁸ Os dois primeiros artigos do TNP delimitavam as duas categorias de países, nuclearmente armados e não nuclearmente armados: “Art. I Cada Estado *nuclearmente armado*, Parte deste Tratado, compromete-se a não transferir, para qualquer recipiendário, armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, assim como o controle, direto ou indireto, sobre tais armas ou artefatos explosivos e, sob forma alguma assistir, encorajar ou induzir qualquer Estado não-nuclearmente armado a fabricar, ou por outros meios adquirir armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, ou obter controle sobre tais armas ou artefatos explosivos nucleares. Art. II Cada Estado *não-nuclearmente armado*, Parte deste Tratado, compromete-se a não receber a transferência, de qualquer fornecedor, de armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, ou o controle, direto ou indireto, sobre tais armas ou artefatos explosivos; a não fabricar, ou por outros meios adquirir armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, e a não procurar ou receber qualquer assistência para fabricação de armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares.” (grifos nossos) Para os efeitos do TNP, Estados nuclearmente armados eram somente Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido, França e China, os quais haviam testado bombas nucleares até o prazo final de 1º de janeiro de 1968. Todos os demais pactuantes do tratado eram considerados não-nuclearmente armados e não poderiam fazer uso bélico da energia nuclear.

da Segunda Guerra Mundial, porém não a justiça distributiva entre seus membros. No entanto, os princípios da Carta da ONU asseguram a igualdade soberana entre todos os Estados-membros, de modo a atenuar o excesso de realismo de 1945, consubstanciado na composição do Conselho de Segurança. No mesmo sentido da *verdadeira paz* de Médici, afirma que a confiança na ONU será comprometida se a ideia da paz manter-se indefinidamente dissociada da ideia de justiça internacional. Na visão de Araújo Castro, contudo, o TNP reafirmou o realismo de 1945 e criou um congelamento anti-histórico ancorado no poder dos cinco membros permanentes. Nesse sentido, como principal resultado da *détente*, o tratado decorreu de um entendimento condominial entre as duas superpotências. No âmbito da ONU, segundo o embaixador, mais do que o esquema Norte-Sul, o TNP criou uma divisão entre países nucleares e países *quase nucleares*. De sua parte, os oito países mediadores do Comitê dos Dezoito (Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia) tiveram papel fundamental na aproximação entre EUA e URSS. Posteriormente, porém, as superpotências coligaram-se no entendimento de desarmá-los nuclearmente (AMADO, 1982, p. 139-162). Na fala de Araújo Castro, há uma sensação de *ressentimento pelo não reconhecimento* do Brasil, cuja duplicidade presume a um só tempo aceitar e denunciar a política de poder. Paradoxalmente, enquanto a *verdadeira paz* não é atingida, caberia ao país zelar por suas potencialidades e interesse nacional, buscando desempenhar uma conduta não reativa – ou ressentida –, mas ativa para obter a *autonomia nuclear* por seus próprios meios. Tanto em Araújo Castro quanto em Médici – instruído por Gibson – percebemos um elemento crucial da nomenclatura, por meio do qual é possível apostar com os critérios de poder e de justiça, com o jogo da verdade e com a verdadeira paz.

Em maio de 1971, Araújo Castro assumiu o posto de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Em junho, recebeu na Embaixada os estagiários da ESG que faziam o Curso Superior de Guerra do National War College. Proferiu então sua célebre palestra *O Congelamento de Poder Mundial*. Em função do espantoso crescimento econômico do Brasil, considera que o país já poderia dar-se ao luxo do realismo e do pragmatismo em suas relações com os demais países. Do ponto de vista teórico, seria preciso então formular uma política internacional condizente com o novo *status* do país. Conforme Castro, o Brasil já tinha uma tradição sólida em política externa, porém ainda carecia de uma *política internacional* ou de uma *norma de conduta abrangente* em suas relações internacionais. Na ONU, buscou em nome do Brasil interpretar o cenário internacional como um de congelamento do poder mundial não apenas no campo político e militar,

mas também nos campos econômico, científico e tecnológico. Em sua visão, o TNP deve ser visto como complemento da Carta da ONU, pois atualizou o congelamento do pós-guerra ao estabelecer a data-limite para aquisição de armas nucleares em 1º de janeiro de 1968, submetendo os demais países à menoridade tecnológica. Em contrário, análoga à estratégia no âmbito militar, deveria a política internacional do Brasil repudiar o congelamento, uma vez que seu objetivo fundamental deveria ser “remover quaisquer obstáculos que possam oferecer-se contra seu pleno desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, [...] e contra a afirmação e crescimento de seu poder nacional.” (apud AMADO, 1982, p. 206) No tocante à não proliferação nuclear, portanto, Araújo Castro não rechaça a estrutura de poder *per se*, mas o congelamento que se lhe impôs em exclusão às pretensões do Brasil:

O Tratado [de Não Proliferação Nuclear], que se interpreta como um complemento da Carta [da ONU] no processo de congelamento do poder mundial, viola, entretanto, vários de seus propósitos e princípios, na medida em que estabelece distintas categorias de nações: uma categoria de países fortes e, portanto, adultos e responsáveis, e uma categoria de países fracos e, portanto, não-adultos e não-responsáveis. O Tratado procede da premissa de que, contrariamente a toda evidência histórica, o poder traz em seu bojo a prudência e a moderação. [...] Por outro lado, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear estende ao campo da ciência e da tecnologia privilégios e prerrogativas que a Carta das Nações Unidas limitara, no campo específico da paz e segurança, aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. [...] Nenhum país escapa ao seu destino e, feliz ou infelizmente, *o Brasil está condenado à grandeza*. A ela condenado por vários motivos, por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento sócio-econômico e, sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento. *As soluções medíocres e pequenas não convêm nem interessam ao Brasil*. Temos de pensar grande e planejar em grande escala, com audácia de planejamento e isto simplesmente porque o Brasil, ainda que a isso nos conformássemos, não seria viável como país pequeno ou mesmo como país médio. [...] Em uma palavra: a Política Internacional do Brasil tem como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que possam contribuir para limitar seu Poder Nacional. (grifos nossos) (apud AMADO, 1982, p. 200-212)

Na mesma palestra, quando aborda a questão do comércio internacional, Araújo Castro defende a necessidade de se estender o princípio da segurança coletiva ao terreno econômico, para que recursos poupados com o desarmamento fossem destinados ao esforço de ajuda internacional ao desenvolvimento. Segundo o embaixador, os países em desenvolvimento estavam buscando transpor à esfera global princípios de justiça social e redistribuição de riqueza já aceitos no âmbito interno dos países ricos. Assim, por um lado, no tema da autonomia nuclear, Castro enaltece e encoraja os objetivos do Brasil em sua ascensão de poder no espaço internacional; por outro, no econômico, aferra-se a considerações de justiça distributiva ao lado de outros países em situação parecida. Com astúcia, joga com as possibilidades da ambiguidade entre poder e justiça.

Mais do que isso, tem de neutralizar as “imaturidades” da política interna, uma vez que no Brasil do “milagre econômico” era crescente a concentração de riqueza. Na visão de Araújo Castro, outro aspecto do congelamento de poder mundial era a tendência à despolitização de certos temas da agenda internacional, tais como a não proliferação, o meio ambiente e o controle populacional, sujeitos a considerações técnicas de peritos ou sábios (AMADO, 1982, p. 202-205). Ora, o governo Médici representou o ápice da tecnocracia no regime militar amparado no AI-5. No âmbito interno, os diplomatas orgulhavam-se de sua condição técnica, despolitizada e autônoma. Dentro do país, não denunciar injustiças; fora do país, denunciá-las. Dentro do país, chamar a si a posição do técnico despolitizado; fora do país, repudiá-la nos outros.

Assim, o discurso de Araújo Castro padece de uma tensão dentro/fora que se exterioriza em oportunismo. Quando convém, invoca considerações de princípio e de justiça para anatematizar a política de poder das superpotências, porém sempre reserva o grau suficiente de legitimidade à procura de aumento de poder nacional do Brasil. Tal como fizera o Barão na Conferência da Haia em 1907, no tema da não proliferação Castro descreve um *movimento dúplíce*: preterido do condomínio de poder nuclear apesar de sua participação ativa no Comitê dos Dezoito, o Brasil tenta obstruir o TNP e não o assina; em seguida, passa a denunciá-lo com base em um critério de justiça, *primus inter pares* no grupo das potências médias e pequenas. Fundamentalmente, o que não se podia aceitar era o não reconhecimento da grandeza do Brasil, relegado a uma posição indigna, infantilizada e não responsável. Na ONU e na Embaixada nos EUA, Castro buscou traduzir as novas aspirações do projeto de Brasil Potência em uma política internacional concatenada. Nesse sentido, o país almejava demonstrar que seu acelerado desenvolvimento econômico o credenciaria ao reconhecimento como grande potência no espaço internacional. Por um lado, buscava ter palavra ativa nos principais temas da agenda, sobretudo no tema de segurança envolvido nas negociações do TNP. Por outro, a pretensão mesma de obter autonomia científica e tecnológica e a capacidade de enriquecer urânio e testar explosões nucleares escondiam o imperativo de poder defender ameaças a seus novos interesses no mundo. Em paralelo, é possível entender que o Itamaraty tenha-se empenhado em desmentir as denúncias de tortura no Brasil, na medida em que boa parte de suas *démarches* nos foros internacionais dependiam de engenhosa argumentação amparada em princípios morais de justiça.

Quer dizer, o Brasil do dispositivo diplomático-militar almejava obter acesso irrestrito a todos os avanços científicos e tecnológicos disponíveis de modo a *ascender*

na hierarquia internacional de poder e preencher seu *gap* em relação às grandes potências. Em setembro de 1968, durante a visita de Indira Gandhi, Brasil e Índia assinaram um acordo de cooperação nuclear. Os dois países possuíam as maiores reservas de tório do mundo e estavam interessados em *descongelar* a estrutura de poder existente. Em 1974, contudo, após os testes nucleares da Índia, a cooperação bilateral estagnou, pois foi considerada contraproducente pelo Brasil, o qual insistia em afirmar seus propósitos pacíficos. Como resultado das gestões do diplomata Paulo Nogueira Batista em Bonn, começaram a esboçar-se as primeiras negociações com a Alemanha Ocidental. Impossibilitados de enriquecer urânio em seu próprio território, os alemães ofereciam ao Brasil a transferência de tecnologia. Em fins de 1968, por sua vez, a norte-americana Westinghouse venceu a concorrência para a construção da usina nuclear de Angra I. A crise do petróleo de 1973 acelerou as metas do programa nuclear brasileiro. No governo Geisel, decidiu-se pela aquisição completa do ciclo de produção de combustível físsil. O Plano 90, elaborado em 1974, incluía a obtenção de tecnologias duais, de uso pacífico e militar, tais como o enriquecimento de urânio e a produção de plutônio. Nogueira Batista assumiu a direção da Nuclebrás, nova empresa estatal. Em junho de 1975, sob forte oposição dos Estados Unidos, o Brasil assinou o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, a qual assumiu a obrigação de transferir tecnologia. Em 1979, em função das deficiências de execução do acordo, o Brasil deu início a seu *programa nuclear secreto*, sob condução da Nuclebrás, o qual incluía desenvolver bombas nucleares¹²⁹ (PATTI, 2012, p. 83-88 ; 2013, p. 52-53).

Uma das prioridades do governo Médici foi efetivar a integração acelerada da Amazônia ao processo de desenvolvimento, com um viés nacionalista que procurou alargar seu espaço de autonomia decisória em face das novas injunções ecológicas nos foros internacionais. Em 1969, o presidente pronunciou discurso por ocasião dos dez anos de funcionamento da SUDENE. Em referência evidente a Celso Furtado, afirma que os primeiros anos do órgão “foram de formulações teóricas, de tentativas tímidas ou

¹²⁹ No rechaço ao congelamento, assim como Araújo Castro, o General Meira Mattos explora em seu favor a ambiguidade entre poder e moral: “A pressão sobre os governos do Brasil e da Alemanha Ocidental, para que não firmassem o Acordo de Bonn, procurou ignorar os aspectos de interesse econômico e social do problema, aspectos graves e de sobrevivência, [...] para cingir-se apenas ao ângulo da não-proliferação das armas nucleares. Não resta dúvida que o domínio completo do ciclo de tecnologia do átomo *irá permitir o desvendamento do segredo da fabricação de bombas*. Mas não é esse fim que perseguimos e sim o de sustentar o nosso desenvolvimento e assegurar o bem-estar das futuras gerações. Mas cabe aqui uma pergunta. *Onde está o suporte moral* daqueles que dominaram a tecnologia do átomo com o intuito de fabricar a bomba e que só depois foram buscar suas aplicações pacíficas, para impedir outros países a alcançarem essa mesma tecnologia com intenções essencialmente pacíficas?” (grifos nossos) (MEIRA MATTOS, 1979, p. 125)

insinceras, de embate entre o idealismo ingênuo e a demagogia calculista, entre a prospecção e a in consequência.” (MÉDICI, 1969, p. 68) Conforme destaca Skidmore (1988, p. 313-321), depois da seca devastadora de 1970, Médici decidiu que os dois problemas, do Nordeste e da Amazônia, deveriam ser atacados em conjunto. De modo distinto ao plano idealizado por Furtado, a miséria do Nordeste não seria equacionada pela reforma agrária ou pela redistribuição de renda, senão pela descoberta de novas riquezas na Amazônia despovoada, a ser colonizada pelo excedente demográfico do Nordeste. Por um lado, suas tensões sociais seriam aliviadas pela expulsão dos mais pobres; por outro, o binômio segurança e desenvolvimento atingiria o vale amazônico, espaço vazio ou anecúmeno geopolítico que era imperioso ocupar soberanamente em face da cobiça internacional. Em outubro de 1970, Médici pronunciou discurso em Manaus, onde aclarou sua posição:

A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. [...] Seria insensato realizar, aqui e nesta hora, um grande projeto de desenvolvimento puramente regional, *que desviasse poupanças e créditos capazes de gerar riquezas maiores e mais rápidas noutras regiões*. Muito mais insensato seria, no entanto, ignorar a Amazônia, usando rígidos critérios de prioridade econômica e deixá-la ficar no passado e ainda envolta no mistério, sempre vulnerável à infiltração, à cobiça e à corrosão de um processo desnacionalizante que se alimenta e se fermenta em nossa incúria. [...] Impõe-se oferecer um novo horizonte ao nordestino carente de terra e de capital, e mostrar-lhe os caminhos de ser formador de riqueza, valorizador da terra, fator de poupança e acelerador do crescimento econômico nacional. Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, *com um mínimo de recursos econômicos*, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e da terra sem homens na Amazônia. (grifos nossos) (MÉDICI, 1970c, p. 7-11)

O desenvolvimento da Amazônia como solução para o problema do Nordeste foi instrumentalizado a partir da abertura da rodovia transamazônica e representou uma solução de baixo custo, a qual não implicaria transferência maciça de recursos da região Centro-Sul. De fato, a política econômica de Delfim Netto não tinha no planejamento regional sua pedra de toque, mas priorizava a industrialização concentrada no Centro-Sul do país, onde era muito maior a taxa de retorno do capital investido. Nesse sentido, consideramos que o projeto de integração amazônica foi chave para a conversão do conceito de autonomia no espaço em política de governo. A concepção hierárquica da realidade não apenas prevaleceu no aumento das disparidades de renda entre regiões e camadas da população, mas também no abandono da perspectiva emancipatória para o Nordeste, a qual marcou os anos iniciais da SUDENE. Em lugar disso, a articulação entre SUDENE e SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, criada

em 1966, respondeu à moldura espacial da segurança nacional, na medida em que era preciso defender a riqueza mineral da Amazônia e ocupá-la geopoliticamente. Na melhor tradição da geopolítica de Travassos, a ocupação do vale amazônico também aumentaria a preeminência do Brasil em relação a seus vizinhos. Adicionalmente, o triunfalismo de sua integração indicava o sucesso das novas pretensões do Brasil como potência no espaço internacional à revelia da nova agenda ambiental. Nesse sentido, concordamos com Becker e Egler (2006, p. 123-126), segundo os quais a modernização conservadora do “milagre brasileiro” e a geopolítica da ESG entrelaçaram-se por meio de três objetivos fundamentais: autonomia científico-tecnológica, integração de todo o território nacional e projeção de poder no mundo. Em outros termos, era essa a face de aplicação prática e grandiosa da geonomia como regime discursivo.

Em 1968, a partir de indicação do Conselho Econômico Social (ECOSOC) da ONU, surgiu a ideia de se organizar uma conferência para controlar a poluição do ar e a chuva ácida, problemas enfrentados pelos países desenvolvidos. Em 1972, realizou-se em Estocolmo a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, marco do ambientalismo internacional. Em conjunto com o Massachusetts Institute of Technology, o Clube de Roma produziu o relatório *Os limites para o crescimento*, o qual considerou que, com base no padrão de vida norte-americano, os recursos naturais da Terra não seriam suficientes para prover a produção de alimentos para toda a população do planeta, em especial as crescentes populações dos países em desenvolvimento. Com seu recorte neomalthusiano, o relatório influenciou os debates em Estocolmo, pois defendia que países como Brasil, México e Índia aplicassem políticas de controle populacional. De um lado, os países desenvolvidos, mais preocupados com o meio ambiente, apoiaram a tese do crescimento zero, sobretudo o crescimento industrial poluidor e consumidor de energias não-renováveis; de outro, os países em desenvolvimento, mais preocupados com a pobreza, reivindicavam seu direito à industrialização (RIBEIRO, 2010, p. 73-81). Chefe da delegação brasileira em Estocolmo, José da Costa Cavalcanti, Ministro do Interior do governo Médici, defendeu ser necessário primeiro desenvolver, para depois pagar os custos da poluição. Em sua visão, a tese dos zeristas deveria ser rechaçada, pois o conhecimento das condições ambientais ainda era relativamente incompleto, bem como seria preciso ter em conta as necessidades de cada país. De sua parte, o Brasil não refrearia seu crescimento por injunções ecológicas, tampouco cederia a uma política demográfica restritiva (BARRETO FILHO, 2006, p. 216-218).

Em 1972, Araújo Castro publicou artigo na revista *International Organization* em que relacionou a posição soberanista do Brasil no tema do meio ambiente a sua visão abrangente da política internacional. Sua hipótese é a de que a implementação de qualquer política ambiental baseada apenas na realidade dos países desenvolvidos teria como consequência aumentar seu *gap* em relação aos países em desenvolvimento, de modo a agravar o congelamento de poder mundial já intensificado no campo da não proliferação nuclear. Distintamente do que previra o pensamento liberal clássico, os avanços tecnológicos da Revolução Industrial foram distribuídos desigualmente entre os países. Como consequência, na metáfora da *spaceship earth*, o ambientalismo nada mais do que congelava as duas classes de passageiros ou países. Embaixador nos EUA, Castro via crescer na opinião pública norte-americana o temor com a poluição e o esgotamento dos recursos naturais, assim como a redescoberta do mito rousseauiano do bom selvagem, segundo o qual os países em desenvolvimento deveriam priorizar a conservação de seus ecossistemas. Em reação, afirma ser preciso distinguir a poluição de afluência, caso dos países ricos, da poluição da pobreza, verdadeira preocupação dos demais, cujo solução não passaria pelo controle populacional, mas pelo aumento de renda propiciado pelo desenvolvimento econômico¹³⁰. Como consequência, recomenda que a discussão da agenda ambiental passe das mãos dos técnicos às mãos *politizadas* dos diplomatas. Além disso, defende *que se evite a geolatria*, assim como se una o comprometimento com o meio ambiente ao desenvolvimento (CASTRO, 1972, p. 401-412). Assim, sua linha de raciocínio emerge como face externa da política de integração da Amazônia, amparada na garantia de autonomia do Brasil em seu espaço natural:

Environmental deterioration, as it is currently understood in some developed countries, is a minor localized problem in the developing world. Nobody should expect to find an environment devastated by industrial activity where industries are so few and, more often than not, primitive. Evidently, no country wants any pollution at all. But each country *must evolve its own development plans, exploit its own resources as it thinks suitable*, and define its own environmental standards. The idea of having such priorities and standards imposed on individual countries or groups of countries, on either a multilateral or a bilateral basis, is very hard to accept. [...] It seems reasonable that the preservation of the environment should not exclude the preservation of national sovereignty. Ecological policies should rather be inserted into the framework of national development. (grifos nossos) (CASTRO, 1972, p. 412-413)

¹³⁰ “There is a pollution of affluence and a pollution of poverty. It is imperative to distinguish between the two lest some pollution be prevented at the cost of much economic development. Were it not for the dangers arising from the confusion between the two kinds of pollution, there would be no need for calling attention to the precarious housing conditions, poor health, and low sanitary standards not to mention starvation in developing countries. [...] The pollution of poverty is the one that, nationally and internationally, is of real significance for those countries, and it can be eliminated precisely through population growth, higher incomes, and modern technologies, the factors that ecologists generally consider to be the causes of pollution of affluence.” (CASTRO, 1972, p. 409-412).

Em nossa concepção, a argumentação de Araújo Castro a respeito da questão ambiental é um acabado exemplo da sobreposição que discernimos entre nomonomia e geonomia entre fins da década de 1960 e princípios da de 1970 no Brasil. Em primeiro lugar, o embaixador investe na tradicional dissociação bacharelesca entre norma e realidade. Por um lado, a geolatria que poderia submeter a soberania nacional ao punho controlador das normas internacionais do meio ambiente deve ser evitada; por outro, a geolatria resultante da política de ocupação desenfreada da floresta amazônica deve ser defendida e amparada na autonomia da norma interna do regime militar. Por um lado, a poluição resultante da pobreza da população – com péssimas condições de habitação, salubridade, saúde, alimentação e renda – deve ser denunciada no exterior de modo a amparar as pretensões desenvolvimentistas do país; por outro, a concentração de renda oriunda da política econômica produtivista do “milagre brasileiro” nada deve interessar. Em segundo lugar, paradoxalmente, Araújo Castro é mais realista que o rei, pois articula seu pensamento sempre com atenção às considerações do Poder Nacional. Na melhor tradição de Rio Branco, buscava formular uma *grande politique* que certamente afagou os sonhos de hegemonia embutidos na Grande Estratégia dos militares. Calculadamente, militares e diplomatas planejavam e executavam a ascensão internacional do país por meio do controle do ritmo e das finalidades do processo de desenvolvimento. Sem dúvida, a elevação do Brasil à grande potência era uma tentativa de criar um fato novo. Não havia, entretanto, açodamento e voluntarismo. Ironicamente, parte dos ciclos de repetição denunciados veementemente pelos intelectuais engajados estavam agora *cedendo espaço* aos fatos. Na esfera econômica, a exportação de manufaturados parecia encerrar o velho ciclo da monocultura de café; na ordem internacional, como vimos em Wallerstein, o fim da década de 1960 atestava o debilitamento do ciclo hegemônico dos Estados Unidos. Tudo indicava ter soado a hora do Brasil Grande¹³¹.

A obtenção da hegemonia regional na América do Sul também era um aspecto central do projeto de autonomia no espaço do dispositivo diplomático-militar. A partir do governo Costa e Silva, o nacionalismo defensivo de João Goulart converteu-se em ofensivo, emoldurado na Doutrina de Segurança Nacional. Desse modo, não se poderia admitir que governos de esquerda triunfassem na vizinhança e dessem cobertura a

¹³¹ Em artigo publicado em 1979, provavelmente sob impacto positivo das políticas externas de Médici e Geisel, Helio Jaguaribe previa a entrada iminente do Brasil no centro desenvolvido: “*Actualmente, los candidatos a la incorporación al centro son países como Brasil, Irán y Nigeria, que lograron un apreciable margen de autonomía regional, y ciertos países de la OPEP, como Venezuela y Arabia Saudita, por su elevado grado de autonomía sectorial* [em função do choque do petróleo].” (JAGUARIBE, 1979, p. 125).

atividades de asilados subversivos, o que levou o regime militar a contornar o princípio da não-intervenção. Em 1971, através de João Baptista Figueiredo, então chefe da Casa Militar de Médici, e de tropas do II Exército instaladas em Mato Grosso, os militares oferecem apoio logístico em dinheiro, armas e aviões ao golpe de Estado do general Hugo Banzer na Bolívia. Tratava-se principalmente de exportar o modelo repressivo do Brasil à sub-região em oposição aberta à tentativa cubana de promoção do foquismo. No mesmo ano, tropas do III Exército prepararam-se para executar a Operação Trinta Horas e intervir militarmente no Uruguai, caso o candidato de esquerda da Frente Ampla fosse vitorioso na eleições. Dois anos depois, sobreveio o golpe militar com apoio financeiro e cessão de veículos pelo Brasil. Desde o Tratado de Itaipu, assinado por Gibson em 1973, o Paraguai havia entrado definitivamente na órbita de influência do Brasil. No melhor espírito de Mário Travassos, o regime militar priorizou a construção de ferrovias e de rodovias e a abertura de corredores de exportação capazes de atrair Paraguai e Bolívia para longe da influência argentina. Concordamos com Moniz Bandeira (2003, p. 418-420), segundo quem a colaboração do Brasil nesses golpes de Estado, embora coincidissem com os interesses norte-americanos, respondia a suas próprias pretensões ao resgate da hegemonia regional que mantivera no Prata até a Guerra do Paraguai.

Na perspectiva de Meira Mattos (1979, p. 138-141), discípulo de Travassos e de Golbery, o reconhecimento dos interesses geoestratégicos do Brasil em seu entorno era parte do projeto da Revolução de 31 de Março em convertê-lo em grande potência até o ano 2000. Não sem ufanismo, o general afirma que em seus primeiros quinze anos a revolução já havia conquistado o *status* de potência emergente para o Brasil, cuja economia alcançara a oitava posição no mundo. Desse modo, parecia plenamente justificada e realista a vocação de grandeza do país. Em outras palavras, Meira Mattos descreve o êxito que a concepção de autonomia no espaço, gestada na ESG desde 1949, estava obtendo. Na contramão, Paulo Schilling, companheiro de Brizola na Campanha da Legalidade, publicou em 1978, no exílio em Buenos Aires, seu *O expansionismo brasileiro (a geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamarati)*, em que procurou denunciar o apoio do Brasil aos golpes de Estado na América do Sul como resultado do imperialismo norte-americano. Em grande medida, sua obra popularizou a hipótese do subimperialismo formulada por Ruy Mauro Marini. Na visão de Schilling, o subimperialismo brasileiro evidenciava-se pela satelitização de Uruguai, Paraguai e Bolívia, assim como por sua expansão na Amazônia em direção aos vizinhos andinos e no Atlântico Sul em face da decadência do império português na África. Se o Brasil

Potência tem ampla autonomia, o subimpério não tem nenhuma¹³², pois é instrumento da aliança entre a burguesia nacional associada e os centros decisores norte-americanos, interessados em impedir a emancipação popular. É relevante notar que Schilling (1981, p. 165) culpa igualmente Hélio Jaguaribe, defensor do capitalismo associado de JK e da ideia do Brasil como país-chave na América do Sul, e Golbery, cuja obra teria veiculado a política de subimpério e de “satélite privilegiado” na estratégia do Itamaraty. Em nossa visão, quem via Brasil Potência, fazia-o porque interpretava os fatos com base na economia discursiva da geonomia; ao contrário, quem via subimpério lia esses *mesmos fatos* da vida com as lentes da crononomia. Eram perspectivas inconciliáveis.

Como lembra Miyamoto (2013, p. 12), a política de hegemonia regional dos militares amparava-se na “teoria do cerco”, de acordo com a qual era preciso intervir em países vizinhos cujos governos demonstrassem tendências marxistas. Ao lado disso, a hipótese das fronteiras ideológicas foi atualizada, pois as fronteiras do Brasil na região foram compreendidas como flutuantes, e poderiam adentrar os territórios limítrofes. Conforme vimos, em Castello Branco, as fronteiras ideológicas serviram para que o país pudesse intervir na República Dominicana, porém ainda no marco legal da OEA. No governo Médici, a lógica manteve-se à revelia do direito internacional, o que denota uma continuidade essencial da Grande Estratégia entre os governos militares. Por um lado, o Brasil manteria mão livre em seu próprio território; por outro, ampliaria sua área de influência e de autonomia no espaço às expensas dos vizinhos. Geopoliticamente, a expansão na região platina respondia ao movimento de ocupação e transbordamento do Centro-Oeste, base avançada ou zona de transição de Golbery. Melhor exemplo disso foi a extrapolação da cultura da soja à zona de fronteira flexível com o Paraguai, em cujo território muitos “brasiguaios” adquiram terras para cultivo. Em 1973, após os golpes militares na Bolívia, Uruguai e Chile, era a Argentina de Perón que estava sob o cerco brasileiro. Segundo destaca Moniz Bandeira (2003, p. 422), enquanto o Brasil do

¹³² “Em sua condição de subimpério, seria necessário que o Brasil obtivesse o *aprove-se* dos Estados Unidos para atuar. Os subimpérios, argumenta-se, não têm autonomia para tomar decisões transcendentais como seria a invasão de um país, que poria em risco a paz e a estabilidade do império no continente. Os subimpérios somente podem atuar de acordo com os interesses e as determinações da metrópole, enquadrados na estratégia global do império: *cumprem ordens, oficiam de gendarmes*. [...] Ocorre que as relações império-subimpério não estão isentas de contradições. Por mais controlado, dominado, vendido que esteja o Brasil atualmente, continua tendo uma dose de autonomia que – em determinadas circunstâncias e em certas ocasiões – podem prejudicar os planos imperiais. O Pentágono e a CIA, ao estabelecer no Brasil um Estado militarista subdesenvolvido, com características nitidamente ‘fascistas’, criaram um monstro.” (grifos do autor) (SCHILLING, 1981, p. 80-81)

“milagre econômico” despontava como candidato a grande potência, a Argentina atingia a alarmante taxa de inflação de 920% em 1976 e estava à beira da guerra civil.

Nesse contexto, avulta a importância dos diplomatas “lixeiros”, na medida em que o CIEX complementava a tarefa do sistema de informações na busca de asilados brasileiros subversivos localizados no território dos países vizinhos. Assim, a hipótese das fronteiras ideológicas servia não somente à hegemonia regional do Brasil, senão também à busca do “inimigo interno” onde quer que ele estivesse. A partir de 1964, conforme destacamos, houve uma primeira geração de asilados que seguiram Goulart, Brizola e Cândido Aragão ao Uruguai, o que motivou a atuação de Pio Corrêa como embaixador em Montevideu e a criação posterior do CIEX. Depois do AI-5, a segunda geração de asilados, mais comprometida com a guerrilha, elegeu o Chile como destino preferencial, sobretudo após a ascensão de Salvador Allende à presidência em 1970. Como reconhece Almeida (2008, p. 25), “[o] CIEX da Embaixada em Santiago foi, possivelmente, um dos mais ativos de toda a história desse ‘serviço especial’”, onde atuava o embaixador Antonio da Câmara Canto, o qual saudou como vitória sua o golpe militar de Augusto Pinochet em 1973. Nesse sentido, afirma Moniz Bandeira (2003, p. 417-418) que Nathaniel Davies, embaixador dos EUA em Santiago, revelou ter sido convidado por Câmara Canto para que juntos planejassem e coordenassem a derrubada de Allende. Assim, os militares auxiliaram Pinochet com recursos financeiros, vindos do empresariado paulista, bem como com armas e treinamento na “arte da tortura”. De sua parte, Câmara Canto supervisionou as medidas de apoio às novas autoridades no Chile. Conforme revela Dias (2016, s/p), o CIEX tinha especial predileção por vigiar exilados gaúchos em Santiago, os quais faziam a ponte com Montevideu e obtinham fundos para custear seus companheiros no Chile. Assim, parece-nos que temos aqui elementos suficientes para nuançar o conceito de *cordialidade oficial* de Cervo, o qual seria um padrão de conduta inerente à política externa brasileira:

Esse padrão de conduta da diplomacia brasileira foi concebido ainda no século XIX, pelo visconde do Rio Branco e, no século XIX, pelo seu filho, o barão. Convém, pensavam eles, ao Brasil *implementar a amizade e os negócios com os vizinhos para manter a convivência e a paz*. A cordialidade oficial aconselha conduta regional que *não ostente a grandeza nacional e a superioridade econômica* e que elimine gestos de prestígio, mas que se guie pela realização dos interesses do Brasil sobre os dos vizinhos, seja pela cooperação seja pela negociação, e fortaleça seu poder internacional, razões que *podem momentaneamente quebrar a cordialidade*. (grifos nossos) (CERVO, 2008, p. 30)

Ora, não cremos que o patrocínio do regime militar a golpes de Estado no Cone Sul, tampouco as atividades de espionagem ilegal de alguns diplomatas a asilados políticos na sub-região possam ser exatamente compreendidos como sinais de amizade cordial com os vizinhos. Em realidade, a política externa do regime militar fez retornar em grande medida o exercício de hegemonia regional que caracterizou a atuação do Império na Guerra do Paraguai. Dessa forma, a única maneira de manter a utilidade analítica do conceito de Cervo seria pensar que a política externa *de todo o regime militar* foi uma quebra momentânea na cordialidade histórica, o que a converteria em um estranho e engraçado “passo fora da cadência” – ou talvez em um *passo maior que a perna*. Em nosso entendimento, o conceito de cordialidade oficial é bastante útil caso resistamos a sua *reificação em paradigmas*. Desse modo, serve bastante bem para descrever longos períodos da política externa brasileira, mas certamente não todos. No entanto, caso estejamos presos ao hábito mental da *seta no tempo*, acabaremos por ter de submeter a complexidade da vida a um tal leito de Procusto. Se a cabeça está coberta, cortemos os pés; se os pés estão cobertos, cortemos a cabeça.

Em nossa visão, o governo Médici representou o ápice das políticas de poder que buscaram aplicar o conjunto de saberes gestados no pensamento militar em prol da autonomia no espaço desde o fim da década de 1940. Por sua vez, a derrota da guerrilha representou a derrota do projeto de autonomia no tempo, o qual vinha sendo formulado pelos intelectuais engajados desde meados da década de 1950 e que sofreu um processo constante de fragmentação e radicalização. De sua parte, o Itamaraty triunfou em sua luta particular por autonomia, a qual teve início a partir da refundação do Instituto Rio Branco em 1946. Por um lado, não era mais possível manter a visão eminentemente jurisdicista da autonomia, a qual pautara o Barão em sua tarefa de negociação das fronteiras nacionais. Na década de 1950, o Brasil passava por franca modificação de suas estruturas políticas, sociais e econômicas, o que forçou o corpo diplomático a reajustar suas funções. Por outro lado, o Itamaraty conseguiu efetuar esse reajustamento autopoieticamente, sempre tendo em mente reconquistar sua autonomia na formulação e execução da política externa, movimento que demandou forte dose de promiscuidade ideológica. A ameaça de democratização do debate em política externa e da composição social do corpo diplomático era alta em fins da década de 1950, quando Jaguaribe diagnosticou a *crise do Itamaraty*. Por esse motivo, à parte sua própria identificação funcional mútua, a Casa de Rio Branco beneficiou-se com a tomada de poder pelos militares em 1964. Embora viciada pelo ambiente autoritário do AI-5, sua autonomia foi

reconquistada em princípios da década de 1970. Em troca, legal ou ilegalmente, os melhores quadros da diplomacia empenharam-se em defender a autonomia no espaço – projeto de grande potência e guerra ao “inimigo interno” – tanto nos prestigiosos foros internacionais quanto nas atividades clandestinas de espionagem. Dessa forma, não nos parece ter havido uma linha contínua de inserção internacional do Brasil entre fins da década de 1940 e meados da de 1970. Como tentamos evidenciar, houve encarniçado debate sobre o que deveria ser a autonomia do país; em última análise, não havia Brasil, mas tão somente ideias e práticas de distintos *Brasis*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começemos a encerrar este trabalho por uma *oração* inquietante: “*O Brasil busca autonomia.*” Tal *sentença* tem sido repetida com devoção oracular há muitas e muitas décadas. Conforme afirmamos algumas vezes ao longo da tese, a genealogia parte de uma perspectiva cética, avaliativa e nominalista da realidade. Dessa forma, não podemos crer nas promessas que tal busca projeta para o *fim* do percurso; também não consideramos relevante valorar o ritmo, a intensidade ou as lições históricas de tal *progressão*. Assim, o que nos pareceu atraente foi pensar a autonomia *no* Brasil como fenômeno textual-discursivo imbricado em práticas de poder carregadas de sentimento e contingência histórica e social. Resta-nos portanto tentar endereçar o mais insondável dos problemas: que é este *sujeito-Brasil*? Não buscamos o sujeito-Brasil na origem das ações e das coisas, pois nesse sujeito não nos é possível encontrar vida vivida. Tudo que é vivo deve morrer. Como atestam os manuais de Direito Internacional Público, há uma ficção jurídica que garante o princípio da continuidade do Estado, segundo o qual, por evocação da lei de inércia, o Estado, pelo fato mesmo de existir, tende a continuar existindo (REZEK, 2002, p. 281). No limite, portanto, o Estado apenas *é*, pois existe em *estado* perpétuo, destinado a nunca morrer. Entretanto, não queremos pensá-lo como sujeito de Direito Internacional. Por ora, abordemos o Brasil tão somente como um *sujeito gramatical*, a partir do qual nossa linguagem articula tantas e tantas frases. Em outras palavras, ainda uma última vez suspendamos os universais.

Frases e mais frases são enunciadas a partir do sujeito-Brasil com incansável pertinácia porque através da linguagem pode este *eu que fala* – que emite sons em suas cordas vocais – obter segurança ontológica. Esse hábito implica reinvestir de modo constante a valorização da *prática heroica*. Como afirma Ashley (1988, p. 230-233), a prática heroica presume opor hierarquicamente soberania e anarquia, a fim de enxergar o Estado soberano – em nosso caso, o sujeito-Brasil – como um ideal regulativo capaz

de reconfortar aquele que fala com uma identidade racional amparada por uma presença homogênea e contínua – afinal, o Estado nunca morre. Por outro lado, a anarquia situa-se do lado de fora, pois é um domínio problemático de diferença e descontinuidade, o qual deve ser controlado pela influência do centro soberano. Ao longo do trabalho, tentamos *atravessar* essa divisa entre interno e externo, em função do que foi preciso recusar de modo insistente pagar tributo aos heróis da História. Sua presença soberana não teve lugar aqui, mas nas praças públicas está assegurada. Ademais, *tentamos* resistir à *chantagem* da prática heroica, a qual necessariamente exigiria escolher um lado – dentro ou fora; a favor ou contra. De acordo com Ashley, ceder a essa chantagem teria como resultado uma de duas atitudes: *ou* capitular diante da prática heroica e reconhecer seu avassalador poder discursivo; *ou* repudiá-la para ressitua-la em um mundo sonhado, melhorado e completamente novo. Esta genealogia insistiu em não ceder, de modo a fazer uma crítica à autonomia por meio de uma *leitura dialógica*:

In a dialogical reading, the heroic practice is not approached as a deep structure – *something autonomous, originary, profound*, and prior to the theoretical representations of whose significance and power it is supposedly the necessary condition. The heroic practice is instead seen for what it is. It is seen as a *knowledgeable practice* – at once an orientation and a procedure – that is widely circulated in a culture and by way of what *people do on the very surface of life*. [...] It is a productive principle of an ‘economy of power’ by which are constituted the socially recognised modes of subjectivity, objectivity, and conduct that we know to be characteristic of modern life: *the sovereign subjects who are understood as the rational and self-sufficient origins and centres of meaning and power*, the objects which are to be subordinated to a rational will, and the conduct which is taken for granted as the normal, natural, and above all rational way of doing things in the world. (grifos nossos) (ASHLEY, 1988, p. 243)

Por esse motivo, tentamos colocar em diálogo constante – conflitivo ou não – distintas perspectivas da realidade brasileira que entre fins da década de 1940 e meados da década de 1970 buscaram responder a pergunta do sujeito-Brasil e discipliná-la cada qual a sua maneira. Dessa forma, não poderíamos dele partir como origem profunda ou fonte de água parada em *estado* líquido, mas sem trepidação; a fim de se fazer uma genealogia como história efetiva, era preciso pensar esse sujeito-Brasil como um efeito terminal de práticas de saber-poder bastante palpáveis, pois estavam a todo momento situadas na superfície da vida. Várias vezes, afirmamos que esta genealogia almejava efetivar *nossa descrição* de discursividades em jogo no debate autonomista no Brasil daquele período. Por um lado, descrever implicaria não absolver ou condenar quaisquer; por outro, partir de um olhar voltado à *tensão superficial* característica à coexistência entre regimes distintos de saber-poder, envoltos em uma desconfortável ondulação de acomodações e entrechoques. Como vimos, a genealogia é também arqueologia, pois

demanda escavar as origens ou as *forças profundas* das trepidações. Seria *triste* dizer, mas na fossa marinha não havia à nossa espera nenhum tesouro naufragado.

Concordamos com Abrams (1988, p. 68-80), segundo quem o Estado – em nosso caso, o sujeito-Brasil – deve ser entendido como um mito capaz de tornar existente o inexistente, pois não é uma coisa real e *como tal não existe*. Nesse sentido, o que ganha importância é tentar saber como a *ideia desse Estado* foi historicamente constituída a partir das práticas. Não nos colocamos porém *contra* a ideia de Estado; tratou-se antes disso de tentar desabituar-se a vê-la como algo real e descartá-la enquanto unidade de análise. Sem fazê-lo, não seria possível experimentar tal qual experimentamos uma abordagem atravessada das políticas interna e externa. Sem esse movimento, também não seria plausível encetar uma crítica à autonomia mesma, já que a pressuposição não problematizada da *busca por autonomia* encobre os conflitos e descaminhos que a tornaram historicamente possível tal como a conhecemos¹³³. De acordo com Abrams, a análise histórica é a melhor estratégia para escapar à reificação da ideia de Estado. No entanto, evitemos o mal entendido. Esta genealogia jamais pretendeu ser um trabalho de historiador, mas apenas tentou *historicizar* as práticas discursivas com vistas a efetuar sua precarização. Como vimos, esse é o cerne da abordagem genealógica em Foucault, a qual *felizmente* contudo não seguimos ao pé da letra. Além disso, não reivindicamos competência para *invalidar* quaisquer obras de historiografia da política externa do Brasil. Como resultado, também não esperamos e não queremos chegar ao ponto final com meios capazes de oferecer ao Leitor uma visão ciclópica da História e passá-la pela grade tranquilizadora dos paradigmas¹³⁴.

Talvez pudéssemos tranquilizar-nos quanto ao problema do sujeito-Brasil de modo a respondê-lo de uma vez por todas por recurso ao conceito de nação: “*O Brasil é*

¹³³ “*The state is, in every sense of the term a triumph of concealment. It conceals the real history and relations of subjection behind an a-historical mask of legitimating illusion; contrives to deny the existence of connections and conflicts which would if recognised be incompatible with the claimed autonomy and integration of the state.*” (grifos nossos) (ABRAMS, 1988, 77) Convergemos com a posição de Abrams, mas nunca é demais salientar que a “história real” não é a *história verdadeira*, mas tão somente a *história efetiva*, ou, na melhor das hipóteses, apenas uma entre outras descrições.

¹³⁴ Conforme Cervo (2008, p. 65), “o paradigma também desempenha a *superior função* de organizar a matéria que é objeto de observação, [...] [e] restringe-se à função de dar inteligibilidade ao objeto, *iluminá-lo* por meio do conceito, dar compreensão orgânica ao *complexo mundo da vida humana*.” (grifos nossos) Caso o presente trabalho tenha provocado no Leitor uma sensação desagradável e tenha fracassado em seu objetivo de fazê-lo rir e sorrir, sinceramente recomendamos *que o esqueça*. Em lugar disso, porque não pudemos ser capazes de tranquilizá-lo a respeito do complexo mundo da vida humana, remetemos sua atenção aos paradigmas constantes da obra de Cervo. O autor parte da ideia de nação brasileira de modo a pensar quatro paradigmas para a inserção internacional do país, não à toa todos circunscritos pela palavra *Estado*: o Estado liberal-conservador, o Estado desenvolvimentista, o Estado normal ou neoliberal e o Estado logístico (CERVO, 2008, p. 67-90). Caso o Leitor ao contrário tenha podido até aqui divertir-se, recomendamos que siga até o fim, pois afinal não falta muito.

uma nação que busca autonomia”. No entanto, novamente deveremos admitir nossa incapacidade, porque um obstáculo *lógico* salta aos olhos; se o sujeito-Brasil presume-se eterno e não pode morrer, como poderia então sequer *ter nascido*? É contraditório, porque a primeira acepção da palavra *nação* – proveniente do francês arcaico – indicava apenas o nascimento e a descendência. Ainda pior, não se tratava de modo algum de um *Estado-nação*, na medida em que designava tão só um conjunto de pessoas com as mesmas origens locais, não relacionadas a uma unidade política com território extenso. Era portanto apenas uma palavra para indicar homens e mulheres nascidos na mesma aldeia. O Estado-nação *buscou ter nascido em estado* somente a partir das revoluções burguesas no final do século XVIII. O parto, contudo, não foi sereno. Por um lado, o conceito de nação foi ressignificado para equalizar-se com o conceito de *povo*, conjunto de cidadãos dos quais o Estado-nação é a expressão política por intermédio da soberania popular; por outro, não havia justaposição lógica direta entre esse povo e o Estado-nação compreendido como *território*. Assim, uma maneira de se resolver a tensão entre povo e território foi recorrer ao poder uniformizador de uma *língua* falada comum; ao lado disso, a fundação estável de um Estado-nação também dependeria da existência de uma elite cultural capaz de empregar a língua escrita com propósito administrativo e literário. Em meados do século XIX, a nação foi enfim associada à ideia de *progresso* humano (HOBSBAWM, 2009, p. 14-39).

No caso do sujeito-Brasil, o Estado-nação foi fundado em cima de uma base alicerçada, mas cujo leito subterrâneo era movediço. Nesse movimento complexo, entraram gradualmente em cena nossos *três sujeitos*: os intelectuais, os militares e os diplomatas. De um lado, sobretudo após seu papel na Guerra do Paraguai, os militares crescentemente identificaram Estado-nação e território, o qual deveriam *defender*. De outro, com marco mais ou menos arbitrário na campanha do abolicionismo, foi papel crescente dos intelectuais *romperem* com o passado e buscarem identificar cada vez mais Estado-nação e povo, o qual deveriam esclarecer e conduzir em seu processo progressivo de emancipação. Entre ambos, desde a própria fundação do Estado-nação, estavam situados os diplomatas. Parte importante da elite cultural que forjou o Brasil com amparo na homogeneidade e no uso escrito da língua portuguesa, caberia ao novo corpo diplomático fazer *continuar* o culto às tradições e práticas herdadas da habilidosa diplomacia lusitana. Conforme afirmamos algumas vezes, porém, a língua articulada em conceitos não é unívoca, e o sujeito-Brasil jamais significou uma coisa só. Parece-nos que o revolver de seu solo passou por três etapas históricas importantes. Inicialmente,

parte da elite imperial, os diplomatas contribuíram para a construção da ideia de Brasil por meio da projeção de sua imagem internacional como país *civilizado*, estável e cumpridor das normas. Em face da carnificina da guerra, no entanto, os militares teriam argumentos suficientes para repensar o Brasil como um território em perigo, carente de defesa. Em um terceiro momento, os intelectuais – parcialmente engajados pelo menos desde o debate da questão servil – voltaram-se cada vez mais a entender que o sujeito-Brasil não era apenas um território balizado pelas normas internacionais, mas sobretudo o conjunto de seu povo em busca por educação e autonomia cidadã. Assim, podemos compreender por que aos diplomatas repugnou essa última ideia de Brasil, pois em seu tempo o uso da língua escrita era apanágio de muito poucos. Como vimos, com algumas acomodações, seria possível compatibilizar as duas primeiras ideias, as quais definiriam o sujeito-Brasil no regime militar preferencialmente como norma e território.

Apesar disso, sejamos perseverantes e ainda tentemos *buscar o sujeito*. Para tal, talvez seja acalento rearranjar as duas sentenças iniciais começadas pelo sujeito-Brasil. Assim, transformemos esse sujeito em *objeto gramatical*: “*Eu busco autonomia porque represento o Brasil*”. Não é contudo uma conversão abrupta, já que *quem* representa, representa *algo* ou *alguém*. No papel desse *eu*, apontamos como intelectuais, militares e diplomatas entenderam diferentemente o significado da representação. Na visão dos engajados, implicava *alienação*, na medida em que o povo perdido no labirinto da falsa consciência não poderia jamais emancipar-se sem a representação ou dos formuladores de conceitos, ou dos políticos eleitos ou dos guerrilheiros em luta. Para os militares, a representação deveria privilegiar a *simulação* das hipóteses de guerra não apenas nos treinamentos de suas escolas, mas também na premissa de que antagonismos – reais ou presumidos – permeavam as sociedades nacional e internacional. Nesses cenários, seria preciso representar a higidez do território pátrio por meio da defesa a todo custo de sua integridade, mesmo sob pena de restrição de liberdade. No caso dos diplomatas, também não haveria apreço prático pela democracia representativa, mas sem dúvida havia pela democracia *representada*. Para tanto, representação implicaria *dissimulação*, ou a capacidade de esconder a realidade do objeto representado sob a aparência de uma bela máscara esculpida com a sutileza retórica das normas internacionais. Desse modo, podemos perceber como cada *eu* buscava uma autonomia distinta quando agia e dizia agir em nome do sujeito-Brasil. Dessa altura, parece que deslizamos rumo ao velho embaraço teológico: como Um pode ser três, e três pode ser Um? Ou seja, se Brasil era outro nome para Deus, nossos sujeitos devem ter sido suas manifestações. Pai, o militar

disciplinava e castigava; Filho, o engajado revolucionava e sacrificava-se; Espírito Santo, ou anjo incorpóreo, o diplomata deve ter sido a pomba branca da paz.

Parece-nos que nos três casos havia um *eu* que buscava autonomia de maneira a compensar sua vulnerabilidade como *homem mortal*. Por esse motivo, era preciso atar de modo constante *sua* identidade à identidade do sujeito-Brasil, o ente que não morre jamais, embora tenha nascido. Em nossa utilização da história dos conceitos alemã, apontamos como cada grupo político e social – intelectuais, militares e diplomatas – buscou reservar prioritariamente a si o conceito de autonomia e atribuir aos demais o par antitético e inferior da heteronomia. No entendimento de Celso Lafer (2007, p. 71-79), importante elo entre o Itamaraty e a Academia, a identidade internacional do Brasil não pode ser definida sem a centralidade da atuação diplomática. Em consequência, Lafer considera que o sujeito-Brasil identifica-se pelas constantes *grocianas* de sua inserção no plano multilateral. Por meio de uma interpretação fundacional do Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia (1907) – cuja representação esteve a cargo de Rui Barbosa, instruído por Rio Branco, homens já falecidos – Lafer afirma que o país foi capaz de transcender a dicotomia entre idealismo e realismo, pois comportou-se como potência média sensível à virtude aristotélica do meio-termo. Atentos à posição do próprio Lafer, ex-ministro das Relações Exteriores, parece-nos que prioriza *uma das* identidades do sujeito-Brasil articuladas historicamente. Embora não nos tenha interessado utilizar a descrição de formações discursivas contingentes para *identificar tradições* – e muito menos paradigmas – temos alguns elementos para afirmar que intelectuais engajados e militares pensaram a autonomia do Brasil entre fins da década de 1940 e meados da década de 1970 como se *kantianos e hobbesianos* fossem¹³⁵. Em outras palavras, como tentamos evidenciar ao longo da tese, os diplomatas tiveram de

¹³⁵ Coube a Martin Wight sistematizar as três tradições de relações internacionais – kantiana, hobbesiana e grociana. A tradição *kantiana* (revolucionista) pensa o âmbito internacional como sociedade de Estados ou como família de nações, sob a pressuposição cosmopolita de sua unidade moral. Porque a sociedade internacional é vista como corrupta ou perversa, seria preciso purgá-la moralmente. Assim, a tradição do revolucionismo tem caráter missionário e parricida; almeja negar o passado e começar do zero, bem como sustenta a ideia de representatividade exclusiva de modo a falar em nome de algum coletivo (Deus, povo, proletariado etc.). A tradição *hobbesiana* (realista) enxerga as relações internacionais como esfera da anarquia regulada pela guerra. Porque o conflito e o poder seriam inerentes a seu funcionamento, seria preciso enfatizar a realidade dos fatos e buscar embasá-los na ciência. Por isso, atrai à tradição realista a balança de poder (derivada da física mecanicista), a luta pelo poder (derivada da teoria da evolução) e a visão pessimista da natureza humana (derivada, por exemplo, da ênfase da psicanálise nos impulsos destrutivos do homem). Como via média, a tradição *grociana* (racionalista) vê o mundo como domínio da diplomacia e do comércio. Reconhece-o como anárquico, mas enfatiza seu controle pelas normas do direito internacional, pois supõe que o homem pode ter acesso por meio da razão à lei natural e universal (WIGHT, 1992, p. 7-24). Caso o leitor busque o *peso da tradição* e recuse a sinuosidade discursiva, recomendamos que apenas encaixe respectivamente cada um de nossos sujeitos – intelectuais, militares e diplomatas – em cada um dos tipos acima descritos e durma em paz.

lutar para garantir a continuação de seu monopólio na formulação da política externa brasileira. Sem dúvida, ocuparam ou aparentaram ocupar uma posição de meio-termo, mas como terceiros interessados, não como mediadores neutros.

Na relação entre cada um dos três sujeitos mortais – intelectuais, militares e diplomatas – e o sujeito-Brasil imorredouro, podemos portanto discernir a emergência de estranho compósito ou duplo empírico-transcendental. Desde o fim do século XVIII, como lembra Foucault (2007, p. 430-439), ocorreu no Ocidente moderno a *aparência do homem*, o qual desde logo ocuparia a posição ambígua de sujeito que conhece e objeto do conhecimento, a um só tempo espectador olhado e soberano submisso. Por um lado, em sua existência concreta, o homem é apenas um indivíduo empírico, delimitado por seu organismo vivo, desejante e perecível, por sua posição na cadeia de produção e pela linguagem por meio da qual pode pensar e enunciar sua verdade. Como consequência, no marco de sua finitude, o homem vê a si próprio vulnerável e *objetificado*. Por outro lado, contudo, esse *eu* continua *buscando* a promessa da repetição do mesmo em si, através do que aquilo que é eterno e o ultrapassa poderá torná-lo *sujeito autônomo* e livrá-lo da sombra da morte. Assim, a *autonomia desejada* poderia conceder ao homem mortal o retorno da *origem* como fonte da verdade primeira, retirada do incômodo recuo da historicidade mutável; poderia torná-lo *homem racional-nacional*, com o que seu desejo seria sublimado não apenas pela conduta racionalmente concatenada, senão também por uma missão de entrega de si aos altos interesses da nacionalidade; poderia, por fim, fazer repetir-se em sua identidade mortal e contingente a própria essência do sujeito-Brasil, o *transcendental mesmo*. Nesse sentido, poderíamos rephrasear ainda outra vez nossa oração inicial: “*Eu busco autonomia porque sou o Brasil*”. Do ponto de vista sintático, o sujeito-Brasil reduziu-se agora à predicativo do sujeito. Cada sujeito mortal – intelectuais, militares e diplomatas – apenas poderia *ser* o Brasil por diferença aos outros. Era, por assim dizer, um *jogo de homens*. Não à toa, rigorosamente todos os nomes que aqui falaram como *fontes primárias* são nomes masculinos¹³⁶.

¹³⁶ Por ordem alfabética: Afonso Arinos de Mello Franco, Alberto Guerreiro Ramos, Alceu Amoroso Lima, Alvaro Vieira Pinto, Arthur da Costa e Silva, Cândido Mendes de Almeida, Carlos de Meira Mattos, Carlos Marighella, Celso Furtado, Cyro Guedes Etchegoyen, Emílio Garrastazu Médici, Florestan Fernandes, Francisco Clementino San Tiago Dantas, Getúlio Dorneles Vargas, Golbery do Couto e Silva, Helio Jaguaribe, Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, Hermes Lima, Horácio Lafer, Humberto de Alencar Castello Branco, Idálio Sardenberg, Jânio Quadros, João Augusto de Araújo Castro, João Goulart, João Neves da Fontoura, José Carlos de Macedo Soares, José Honório Rodrigues, José Maria da Silva Paranhos Júnior, José Osvaldo de Meira Penna, Josué de Castro, João de Magalhães Pinto, Juarez Távora, Juscelino Kubitschek, Luiz Viana Filho, Manoel Pio Córrea, Mário Gibson Barboza, Mário Travassos, Maurício Nabuco, Nelson Werneck Sodré, Osvaldo Cordeiro de Farias, Paulo Schilling, Roberto Campos de Oliveira, Roland Corbisier, Ruy Mauro Marini, Sérgio Corrêa da Costa, Theotonio

Por ora, percebemos que nossos esforços tenderam desgraçadamente a *sujeitar* a palavras ao vento não apenas nossa oração inicial, mas também as três outras orações variações e manifestações suas. Nesse jogo de máscaras, talvez a melhor figuração – ou transfiguração – não seja mesmo aquela fornecida pela apaziguamento da trindade cristã. Se a genealogia é apenas luta, imposição e descaminho, talvez possamos então encontrar algum recurso explicativo na atribulada cosmogonia grega. Quer dizer, na *origem* era o Caos. Do Caos saiu Géia – ou Gaia –, a Terra, concebida como deusa cósmica e elemento primordial. Simbolicamente, Géia é o princípio feminino e passivo, a qual *suporta*, enquanto Urano, o Céu, que a *cobre*, é o princípio masculino e ativo. Mãe e mulher, Géia é doce, submissa e humilde. Por sua vez, Tártaro está localizado no lugar mais profundo da terra, abaixo dos próprios infernos. Em contrapartida, Urano está no lugar mais alto, pois é o elemento fecundador que tudo cobre; entretanto, sua fecundidade destrói o que acaba de gerar e vai do impulso à queda. Crono é o filho mais novo de Urano e Géia. Para vingar sua mãe, mutila as genitais de Urano e o esteriliza. Por uma associação com a passagem destrutiva e criadora do Tempo, o titã Crono é ao mesmo tempo aquele que devora e que gera. Uma vez senhor do mundo, contudo, tornou-se ainda mais despótico que seu pai castrado. Urano e Géia predisseram que seria destronado por um de seus filhos; por essa razão, Crono passou a engoli-los. Sua esposa Réia refugiou-se na ilha de Creta para proteger Zeus, seu filho caçula. Uma vez atingida a idade adulta, Zeus iniciou uma guerra de dez anos contra seu pai Crono e os demais titãs, seus tios. Vencedor, estabeleceu-se como deus máximo do Olimpo, pai dos deuses e dos homens. A vitória de Zeus contra os titãs é a vitória da luz contra as trevas e da razão contra o caos. Em consequência, tornou-se o protetor da família, da *polis* e da lei da cidade – *nomos* (BRANDÃO, 1986, p. 183-339).

Do ponto de vista arquetípico, talvez essa breve narrativa possa ser útil para que tentemos entender o papel que tiveram no debate autonomista cada uma das formações discursivas que descrevemos neste trabalho – *geonomia*, *crononomia* e *nomonomia*. A geonomia presumia a relação de submissão entre Urano e Géia. Não por acaso, foi articulada no âmbito do pensamento militar. No caso brasileiro, conforme salientamos,

dos Santos, Vasco Leitão da Cunha e Vicente Rao. É plausível supor que esse problema da soberania masculina como fonte primeira não decorra exclusivamente do mal-estar da História. Neste texto, talvez tenha sido o resultado da *seleção arbitrária deste homem que agora escreve* sua genealogia. Infelizmente, não temos absoluta certeza para decidir. Por um lado, somos irresponsáveis pelo peso da História; por outro, este texto não lhe serve de espelho. Cada nome que aqui consta foi escolha nossa. Entretanto, se sabemos que há aqui apenas nomes de homens como fontes primárias (autor)rizadas, não (autor)izamos a nós mesmos a levá-los em demasiada seriedade. Como afirmamos no início da tese, era preciso aliviar-se da gravidade para poder rir.

deveria caber aos militares não apenas representarem o pendão nacional – ou o céu do Cruzeiro do Sul – mas cobrir a terra para defendê-la e desenvolvê-la – ou fertilizá-la. Era, contudo, uma fertilidade impulsiva. Quer dizer, o mesmo impulso que os colocou no Céu também os faria cair no Tártaro, como anjos caídos no Inferno. De sua parte, a crononomia supunha o controle das virtudes criadoras e destrutivas de Cronos, o Tempo. Como apontamos, não somente os intelectuais engajados colocaram-se na posição mediúnica do *prophète philosophe*, mas também as lideranças populistas e a própria guerrilha supuseram ter capacidades mágicas para acelerar e alterar o fluxo do tempo. Em todos os casos, a ânsia de romper resultou em autólise; Cronos terminou por devorar seus filhos um a um. Por último, vimos como a nomonomia apoiou-se tanto na tumba olímpica do fundador, quanto almejava empregar o poder ordenador de Zeus para resguardar as fronteiras e as leis da cidade. Nessa tarefa, os diplomatas balizaram com sua *luz angelical* não somente o regime de força dos militares, senão também a defesa do país extramuros. Foge ao objeto deste trabalho, mas quem sabe não fosse inútil investigar o que veio depois. Talvez, mas apenas talvez, Zeus tenha podido resgatar do ventre do Tempo alguns de seus filhos e colocá-los a seu serviço no novo Olimpo. Talvez, mas apenas talvez, Zeus tenha abandonado Urano a própria sorte e assumido sozinho as luzes do mundo¹³⁷.

Erraríamos, entretanto, caso divinizássemos cada formação discursiva de modo a ocupar o vácuo deixado por nossos sujeitos mortais. Assim, parece-nos que há uma relação tensa de *performatividade* entre cada discursividade e cada sujeito que a enuncia em nome de seu Brasil e em busca de sua autonomia. Como afirma Butler (1993, p. 2), “*performativity must be understood not as a singular ‘act’, but, rather, as the reiterative and citational practice by which discourse produces the effects that it names.*” Um de seus efeitos é a materialização dos corpos de acordo com um ideal regulativo. Tal materialização, no entanto, nunca estará completa; por esse motivo, torna-se necessário reiterar continuamente a performatividade. Em consequência, tanto o sujeito que fala – intelectuais, militares e diplomatas – quanto sua identificação com seu papel social e com seu Brasil emergem como efeitos desse ideal regulativo que habita em cada qual dos seus discursos – crononomia, geonomia e nomonomia. De

¹³⁷ Inicialmente, era objetivo nosso investigar discursivamente o papel de destaque do Itamaraty no período da redemocratização e da “renovação de credenciais” do Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, mediante a qual o país ingressou nos regimes internacionais de direitos humanos, meio ambiente e não proliferação nuclear (MUÑOZ, 2016a). Como Trofônio, contudo, fomos longe demais embaixo da terra em *busca da origem*; no tempo, recuamos demais a tal ponto que não nos foi mais possível – tampouco desejável – retornar àquela luz.

acordo com Butler (1993, p. 3-16), porém, o êxito de cada processo de identificação pressupõe um ato de demarcação e repúdio de uma zona inabitável; quer dizer, cada *eu* reserva para si o domínio interno do *sujeito autônomo* e exclui algum outro como domínio externo do abjeto e perigoso. Assim, não apenas a materialização dos corpos, mas também o sujeito, a identidade e a própria autonomia emergem como efeitos dessa *cisão original* do discurso. No entanto, não divinizamos as ordens do discurso; do contrário, incorreríamos em determinismo puro. Nessa relação tensa, o nível intencional e a agência do sujeito mortal não desaparecem, porém ele não cria nem governa inteiramente a *cena* onde faz sua enunciação. Por um lado, cada sujeito mantém a ilusão humanista de autonomia quando age; por outro, sem sua citação iterativa, o discurso não poderia produzir efeito algum. O que a performatividade busca é *ocultar suas origens* como demarcação arbitrária; assim, seu *caráter teatral* é inevitável pois não nos é possível desmascarar completamente sua historicidade.

Quando simula hipóteses de guerra, o militar materializa em seu corpo o ideal regulativo da geonomia. Como destacamos, a disciplina determina certa ordenação dos movimentos do corpo, digamos, para formar as filas e sincronizar as marchas. Mais do que isso, essa performatividade permite a identificação simultânea do sujeito mortal com dois corpos maiores que afiançam sua segurança ontológica: o Brasil como corpo da Pátria ou território e a própria corporação militar, corpo relativamente fechado ao mundo externo. A fim de chamar apenas a si a condição de sujeito autônomo, vimos como esse processo de identificação presumia sinalizar o abjeto, por exemplo, nas figuras do “comunista”, do “traidor” e do “paisano”. Entre os diplomatas, há também forte dose ritualística em sua iteração performativa. Nesse caso, seu corpo material deve ser capaz de dissimular para negociar a paz. Por um lado, deve afetar polidez nos gestos dos meneios cerimoniais; por outro, deve burilar a fala, sopesar as pausas e manejar as expressões faciais de tal modo a poder dizer o que não disse, a não dizer o que disse. No ideal regulativo da nonomia, é vital garantir a autonomia do Itamaraty não apenas como corpo fechado, mas também como projeção do corpo eterno de Rio Branco, pai fundador do Brasil. Por essa razão, seus rituais – digamos, o Dia do Diplomata – sempre evocam sua augusta memória. O diplomata não enuncia seu abjeto com clareza – o que de resto resulta de sua duplicidade –, mas ele está inferido nas figuras do “amador”, do “ideológico”, do “plebeu” e do *parvenu* que o circundam perigosamente. De sua parte, o intelectual engajado tem de haver-se com a orfandade, pois não dispõe de corpo único, institucionalizado e permanente – tal como o Exército ou o Itamaraty – para chamar de

seu. Por esse motivo, o engajado necessita sempre assumir a alienação do povo de modo a assumir a posição de vanguarda e liderança. Porque não domina um espaço fechado, o que busca é assenhorear-se do tempo através do repúdio do passado, da análise do presente e da previsão do futuro. Em efeito, seu Brasil tem de ser um corpo imortal, mas em constante mutação. Por sua vez, seu corpo mortal materializa-se como sede do oráculo. Essa poderosa voz enigmática vocifera contudo com clareza seus abjetos: o “reacionário”, o “elitista”, o “entreguista” e o “alienado”.

Agora aparentemente livres da gravidade do sujeito, coloquemos então nossos três *personagens* mortais em cena. Em 1704, Jonathan Swift publicou anonimamente seu longo conto *Uma história de um tonel*, sátira das disputas religiosas da Cristandade. Era uma vez um homem que teve três filhos: Pedro, Martinho e João. Em seu leito de morte, o pai determinou por testamento que cada filho receberia em herança um casaco novinho, com a condição de jamais alterá-lo. No entanto, os três irmãos foram viver à cidade para mostrar seus casacos às damas e acabaram por ter de lidar com as tentações das novas modas. Logo Pedro, o mais sabichão e lido dos três, pôs-se a interpretar o testamento paterno com grande argúcia e argumento elástico e conseguiu convencer os irmãos de que lhes era facultado incrementar seus casacos pela adição de vários enfeites. Como as modas das vestimentas estivessem em rápida alteração, contudo, os irmãos acabaram por trancafiar o testamento em um cofre para não mais terem de se incomodar consultando-o. Num belo dia, Pedro resolveu afirmar que como filho mais velho era o único herdeiro de seu pai, para o que Martinho e João deveriam agora tratá-lo não mais como irmão, senão como Vossa Excelência Lorde Pedro. Em efeito, os irmãos mais novos deram-se conta de sua tirania e resolveram consultar o testamento paterno. Martinho caiu num abatimento e começou a arrancar franjas, galões e outros enfeites de seu casaco desfigurado, mas sempre com moderação. Por sua vez, João foi tomado de colérica indignação e chamou Pedro de safado e salafrário. Foi-se embora para outra morada e arrancou a tal ponto enraivecido todos os adornos de seu casaco que acabou por convertê-lo em um trapo velho. Martinho tentou instá-lo a conter-se, pois afinal Pedro era seu irmão, mas para João não houve remendo; acabou tomado de estranhas venetas e perdeu o juízo (SWIFT, 1999, p. 135-201).

Vejamos se não temos aqui uma bela história afinal. O personagem-Brasil é o pai de todos, cujo testamento deve guiar a *performance* de seus filhos, os personagens diplomata, militar e intelectual engajado. Sem dúvida, o diplomata é Pedro, o mais velho dos três. Não foi sem seu concurso e descendência filial que a herança paterna

viu-se reconhecida e autonomizada no mundo. Talvez por tal razão, o diplomata guarde a sete chaves as chaves de sua igreja vetusta, o Itamaraty. É por isso também que busca ter precedência *fora de casa* para falar em nome de seu pai e de seus irmãos. Astuto, esse personagem domina a interpretação da *norma* paterna de tal modo que consegue *mudar* seu casaco com inúmeros embustes, mas ainda assim fazê-lo *continuar* sempre igual. Por sua vez, Martinho parece ser o personagem militar. É austero, moderado e não ousa afastar-se da casa de seu irmão Pedro, seu irmão siamês. Por um lado, sempre que sai à cidade *retorna* a sua morada, pois deve *defendê-la* como *espaço* de exteriorização do testamento paterno, mediado e negociado por seu esperto irmão. Por outro, na pior das hipóteses, com argumento na salvação pela fé na Pátria, poderá tomar o comando da casa, porém jamais para destruir seu casaco, mas apenas para reformá-lo e depurá-lo dos excessos. Eternamente indignado com a injustiça, o engajado só pode ser João. Assim, não consegue mais conviver sob o mesmo teto com seus irmãos e *rompe* com eles. Maltrapilho, busca refúgio no João-ninguém do povo para erguer a nova casa, livre do pecado e da danação. Em consequência, precisa profetizar fanaticamente o *tempo* futuro e *anunciar* sua vitória final com base na predestinação. Do ponto de vista de Pedro e Martinho, acomodados na casa velha, o pobre João só pode ter ensandecido. Com suas ideias da morada Brasil bastante afinadas, vimos como diplomatas e militares queriam ver os engajados da porta para fora; no exílio, o engajado fixou morada nova, mas não sem veneta dialética e espírito de vingança.

Se podemos sequer pensar o sujeito-Brasil não como sujeito autônomo, mas como personagem contingente, por que não abandonar a *busca por autonomia*? Não é nossa tarefa passar sermão a ou emitir juízo de valor sobre quaisquer dos personagens mortais acima descritos, muito menos apontar erros seus para cativar uma audiência e aconselhar seu aprendizado e melhoramento. Da perspectiva estética, podemos apenas dizer que são personagens plenos e belos em seus defeitos. No entanto, a busca por autonomia não se pode dar sem uma incômoda sensação de *incompletude* a ser preenchida pelo aprimoramento nas lições históricas projetadas ou na dourada origem perdida a ser reconquistada, ou em um destino sonhado, mas certo, do Brasil – país do futuro. Segundo adiantamos muitas páginas atrás, essa postura professoral guia a historiografia da política externa brasileira. Ainda uma última vez, recorramos a dois exemplos acabados. Como vimos, Fonseca Jr. pensa a busca de autonomia do Brasil na Guerra Fria e no pós-Guerra Fria conforme o binômio “autonomia pela distância – autonomia pela participação”. Visto pelo autor como modelo *ocidental* autônomo, a

primeira teria caracterizado *tanto* a Política Externa Independente (PEI) *quanto* o Pragmatismo Responsável de Geisel. Na década de 1990, porém, a busca por autonomia teria *melhorado* ao passar de uma etapa *negativa* de afastamento a uma etapa *positiva* de participação marcada pelo “resgate das hipotecas” envolvido na entrada do Brasil nos regimes internacionais. Como bom *grociano*, Fonseca Jr. deveria estar ciente não só do meio-termo aristotélico, mas também da velha máxima segundo a qual o homem é um *zoon politikon* destinado a participar e viver em sociabilidade com os demais. Desse modo, entende a etapa de “autonomia pela participação” como um momento a mais em que o Brasil *completa-se* no exercício de sua identidade internacional¹³⁸.

Como bom diplomata, Fonseca Jr. pensa a progressão da busca de autonomia do Brasil como o estabelecimento de *melhores* condições de participação nas negociações diplomáticas, área onde desempenha seu mister. Por sua vez, como bom historiador, Cervo não poderia pensar essa busca senão como resultado do acúmulo benfazejo do *aprendizado* das lições da História. Assim, entende que há um *acumulado histórico* da diplomacia brasileira, o qual, segundo adiantamos, compõe um conjunto de princípios e valores e de traços de continuidade mentais e práticos que convertem a política externa brasileira em política de Estado resistente às mudanças. Na concepção de Cervo, a robustez desse acumulado – possivelmente, de rocha basáltica – permite vinculá-lo aos paradigmas da política externa (liberal-conservador, desenvolvimentista, neoliberal e logístico). É curioso notar como não há nenhum elemento *negativo* em seu acumulado histórico: a) autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; b) jurisdicismo; c) multilateralismo normativo; d) ação externa cooperativa e não confrontacionista; e) parcerias estratégicas; f) realismo e pragmatismo; g) cordialidade oficial no trato com os vizinhos; h) desenvolvimento como vetor; i) independência de inserção internacional (CERVO, 2008, p. 26-31). Quer dizer, Cervo pressupõe que o Brasil *tenha aprendido alguma coisa* ao longo de sua História graças à ação de sua diplomacia. Dessa forma, os erros teriam sido consertados; os desvios endireitados. Ao

¹³⁸ “Na ausência de referenciais globais, o *progresso* passa a ser medido por pontos de aproximação específica e atribui-se à própria dinâmica democrática o encaminhamento das soluções. O *avanço* fica marcado pelo que se consegue, p. ex., em matéria de direitos humanos. A identidade do país será marcada por critérios de solução ética, no caso dos direitos humanos, ou da qualidade do cumprimento do controle ambiental ou de progresso social etc. *A nação completa-se* à medida que se aproximaria de um ideal internacional de atingimento de *certos valores*. [...] A passagem de uma identidade *negativa* (como foi a que tivemos enquanto aparecíamos como violadores dos direitos humanos, devastadores do meio ambiente etc. [quer dizer, durante a vigência da ‘autonomia pela distância’ no regime militar]) para uma *positiva*, em que, embora os contrastes e dificuldades persistam, existe uma dose suficiente de credibilidade para imaginar que *serão superados*, marca, então, no âmbito dos valores do sistema, o momento atual [a década de 1990].” (grifos nossos) (FONSECA JR., 1998, p. 288-289)

menos para o caso da cordialidade oficial, como vimos no último capítulo da tese, não parece ter sido exatamente esse o caso. Em Lafer, Fonseca Jr. e Cervo, é notável como ganha relevo a *busca de autonomia do Itamaraty* como sinônimo da busca de autonomia do Brasil. Não sabemos ao certo quem é coro, quem é corifeu, mas parece mais ou menos claro que Academia e MRE entoam o mesmo refrão.

Uma abordagem crítica da *autonomia mesma* precisa colocar em perspectiva esse modelo ocidental de busca progressiva e linear¹³⁹. Como pontuamos, os conceitos de Estado soberano, identidade nacional, tempo e espaço homogêneos, emancipação e segurança são construções europeias e ocidentais – historicamente datadas – que tinham por fim resolver o problema da relação entre universal e particular no começo da Modernidade. Na experiência ocidental, conforme afirma Laclau (1992, p. 84-87), três foram as tentativas de lidar com esse problema. Entre os gregos – quer dizer, a partir da tradição platônica – presumia-se haver um linha divisória entre universal e particular. Privilegiado, o polo universal (das Ideias ou Formas) poderia ser atingido pela Razão; por sua vez, o particular (mundo sensível) era visto como elemento corruptor caso entrasse em contato com o polo superior. Entre os cristãos, pela primeira vez universal e particular poderiam unir-se. Essa união dá-se através da encarnação do Cristo e só pode ser conhecida por Deus. Em consequência, o universal converteu-se no evento supremo e final da revelação, parte de uma sucessão escatológica. Na Modernidade, esses dois modelos amalgamaram-se. Por um lado, universal e particular poderiam unir-se na nova escatologia laica – a teoria do progresso; por outro, essa união poderia ser conhecida via Razão, sobretudo por intermédio de um *sujeito histórico privilegiado* – por exemplo, a civilização ocidental europeia. Do ponto de vista espacial, a delimitação excludente do Estado soberano permitiria realizar no particular (dentro) o ideal universal (fora). Ora, o sujeito-Brasil emergiu historicamente como um *primo pobre* da família europeia de Estados. Desde o reconhecimento de sua Independência, sua *busca por autonomia* tem sido a busca por reconhecimento de sua *ocidentalidade*, quer dizer, de uma maioria

¹³⁹ Uma abordagem pós-estruturalista e foucaultiana implicaria não apenas fazer a crítica de uma das duas autonomias modernas – a autonomia do Estado soberano –, mas de ambas, o que incluiria a própria autonomia individual: “*Decentralization, local action, discovering power in its various networks rather than in the state alone, are hallmark traits of post-structuralist analyses. However, if post-structuralist political thought were to be characterized by a single feature, it would be the critique of autonomy involved in the theory of the subject. [...] The abandonment of the autonomous individual or subject as the locus of resistance, and for it the substitution of ‘something else’, constitutes the decisive passage from a concept of resistance rooted in nineteenth century thought to more current conceptions. [...] In short, the reserve of individual autonomy had been absorbed into the systems of oppression, and thus was unsuited to form the basis for radical change.*” (MAY, 1989, p. 172-173)

que seria apta a finalmente situá-lo entre as grandes potências do Primeiro Mundo. Não é outro o sentido de sua incansável busca por um assento permanente no Conselho de Segurança nas Nações Unidas.

Concordamos com Laclau (1992, p. 87), segundo quem a mediação moderna entre universal e particular não resolveu o problema, mas apenas erigiu o Ocidente em particularismo dominante. Do ponto de vista do Brasil, esse raciocínio leva-nos a uma conclusão perturbadora: sua gloriosa busca por autonomia – com todas as suas loas de melhoramento e aprendizado – foi também a busca por demarcar a prevalência do particularismo ocidental *dentro de si*. Em consequência, tudo que tinha em si de não ocidental – por exemplo, suas raízes indígenas e africanas – seria preciso escamotear ou, pior ainda, excluir para o espaço inabitável do abjeto. Não à toa, entre nós o discurso autonomista foi historicamente dominado pelo pensamento diplomático. No século XIX, a função do diplomata brasileiro constituiu-se como a representação exclusiva da *persona* europeia nos foros internacionais. Assim, o problema da busca por autonomia não é apenas um problema externo, mas também interno. Propõe Laclau (1992, p. 89-90) interessante alternativa para os modelos grego, cristão e moderno. Em sua visão, com a qual convergimos, é preciso *manter o paradoxo* entre universal e particular e desistir de tentar submeter um polo a outro. Dessa forma, o universal poderia ser pensado como símbolo de uma *completude perdida* resultante da particularização do eurocentrismo. Essa alternativa abriria espaço a identidades diferenciais. Para o Brasil, isso significaria abandonar sua busca por autonomia como ideal de modernização e entrada no Primeiro Mundo. Mais do que isso, implicaria em primeiro lugar *reconhecer em si* sua própria universalidade particular como diversidade.

Nossa postura em face da relação entre particular e universal não é contudo uma postura de *solução* de problemas, mas de *perplexidade* crítica. Nesse sentido, Walker (2003, p. 271-283) enxerga com ceticismo a oposição aparente entre *polis* e *cosmopolis*. Quer dizer, não acredita na possibilidade de o cosmopolitismo universalista superar o problema por meio de uma nova emancipação redentora. Dessa forma, Walker lê o projeto emancipador kantiano sobretudo com os óculos da ambivalência. Em Kant, conforme adiantamos, há um tensão entre particular (política, cidadania) e universal (ética, humanidade), cuja solução é diferida na *progressão do tempo*. Na passagem entre *polis* e *cosmopolis* – marcada pela decadência do Estado autônomo –, nada garante porém que o cosmopolitismo converta-se em emancipação humana, mas sim em nova solução imperial de força. Segundo vimos, essa inescapável ironia já estava presente no

próprio Kant, na medida em que sua paz perpétua era também paz de cemitério. Então estaríamos mal com a autonomia, pior sem ela? Não sabemos, nem queremos saber. Se a relação entre universal e particular é uma *contradição insolúvel*, por ora esqueçamos a linha do futuro e olhemos para os *múltiplos presentes* diante de nós. Chamon e Lage (2015, p. 71-73) propõem a interessante alternativa de pensarmos em termos de *heterotemporalidade*. Assim, não se trataria de reverter a polarização entre História universal (dominante) e histórias particulares (dominadas), mas de reconhecer a tensão existente entre os dois modos de narrativa. No caso do Brasil, implicaria reconhecer que a busca por autonomia – progressiva, linear e ocidentalizante – *deve mesmo continuar*; porém implicaria também entrever, paradoxal e simultaneamente, a possibilidade de se cavar espaço para modernidades alternativas não ocidentais – dentro e fora. Quer dizer, essas seriam as condições para podermos pensar não uma temporalidade linear única, mas várias – lineares, sinuosas ou circulares.

Por que não aliviar-nos afinal a seriedade do sujeito-Brasil para olhá-lo com um olhar gaiato? Assim como fizemos com nossos sujeitos mortais – intelectuais, militares e diplomatas – também pensaremos enfim o sujeito imorredouro como *personagem*. Em 1881, Machado de Assis publicou seu magistral *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, marcado por ironia, pessimismo e desrespeito à narrativa linear. Como apontamos no capítulo III, desde a geração do Modernismo, Machado seria transformado em símbolo do intelectual *alienado*, supostamente confinado em uma “torre de marfim” sem atenção qualquer à realidade social. Sem dúvida, Machado não fez parte da primeira leva de engajados que lutaram pelo abolicionismo na década de 1880. Parece-nos, contudo, que com sua atitude enigmática, conseguiu como ninguém ilustrar a perplexidade que o personagem-Brasil desperta. Quem narra sua história é Brás Cubas, personificação do Brasil. Brás Cubas é um *defunto-autor*, o qual depois de morto narra sua tortuosa vida com espírito de galhofa. O autor começa por contar-nos a respeito de sua *genealogia*, cuja origem esteve marcada por um ato de falsificação. O *fundador* da família havia sido o obscuro Damião Cubas, simples tanoeiro de profissão nascido no Rio de Janeiro. Entretanto, sua memória foi esquecida em favor da de seu filho, Luís Cubas, o qual havia enriquecido e estudado em Coimbra. Por sua vez, o nome Cubas – cuja origem remetia a dejetos – foi reinventado como sobrenome de um importante cavaleiro cristão (ASSIS, 2013, p. 58-59). Tal como fez Brás, o Brasil teria de lidar com sua aporia de identidade. Assim, sua origem não ocidental – indígena e africana – foi esquecida; sua

origem europeia sobressaltada. Mas não só isso: era preciso projetar a partir da origem inventada o destino grandioso do país.

A vida de Brás Cubas é uma série de tentativas frustradas para se estabelecer na sociedade e obter *autonomia*, apesar de sua carta de bacharel e das altas esperanças nele depositadas por seus parentes. Torna-se tardiamente deputado, porém põe os pés pelas mãos e perde o mandato; tenta casar-se com Virgília e constituir família, mas fracassa e morre sem filhos. Apesar disso, o oráculo napoleônico não poderia falhar, pois estava escrito que Brás seria um grande homem. Pouco antes de morrer, instala-se em sua cabeça uma ideia fixa: a criação de um medicamento sublime, um emplasto capaz de aliviar a melancolia da Humanidade (ASSIS, 2013, p. 57-62). Com a invenção dessa panaceia, Brás Cubas poderia enfim atingir a grandeza e eternizar seu nome na História. Prestes a apurar seu invento miraculoso, no entanto, nosso autor pega uma inopinada corrente de ar, adocece e morre. A *vida* percorrida do personagem-Brasil não foi até agora muito diferente. Mal de origem, confundiu sua grandeza territorial com grandeza internacional, mas era preciso ter esperanças. Nos seus quase duzentos anos, perseguiu sua autonomia e reconhecimento – como potência ocidental – no seio da sociedade das nações. Com o Barão, começou a opereta. Era preciso ter na Haia um assento fixo no Tribunal Arbitral. Na década de 1920, tê-lo no Conselho Executivo da Liga das Nações; desde 1945, entre idas e vindas, no Conselho de Segurança da ONU. Invariavelmente, todas foram tentativas malogradas, porém a busca prossegue, pois o *fim* não se atinge antes do *fim*. Se há alguma *lição* a aprender em Machado, é a capacidade de rir não apenas desse personagem atrapalhado, mas de si mesmo. É preciso aliviar-se.

Como última reflexão, seria necessário indagar qual discursividade regula o texto *desta própria tese*. Por analogia às anteriores, seria quem sabe possível denominá-la *momonomia*. Filha do Caos, a deusa Nix (Noite) deu à *luz* por partenogênese a sua filha Momo, personificação do Sarcasmo sob forma *feminina* (BRANDÃO, 1986, p. 225-228). Sem pai, Momo certamente não tinha as virtudes submissas da deusa Géia. Troçou tanto os demais deuses que acabou expulsa do Monte Olimpo. Como lembra Erasmo (2011, s/p), Momo censurava-os por suas muitas extravagâncias, mas desde seu desterro perambula sem que os mortais dignem-se a dar-lhe asilo. A deusa errante e irreverente não tem esperanças de retorno à corte olímpica, tampouco ser aceita em quaisquer cortes, já que nelas impera a *adulação*, a qual não combina nem um pouco consigo. *Nesta textualidade*, Momo encontrou pequeno asilo, mesmo que fugaz. Por um lado, no entanto, caberá a seus detratores colher *total razão* caso afirmem que buscamos

pensar o Brasil como personagem fracassado somente para compensar *nossa própria finitude* por meio de sua projeção à nossa imagem e semelhança. Por outro, podemos garantir que não há neste texto autor algum para defender-se das acusações; temos aqui no máximo uma *paródia de autor*¹⁴⁰. Assim, se não somos um defunto-autor – pois ainda respiramos –, somos provavelmente um autor-defunto, ou ao menos um autor-moribundo. Significa dizer que *desejamos* estar livres desta (autor)idade assim que atravessarmos o ponto final – que já está bem próximo. Paródia que somos, não nos levaremos demasiado a sério, pois é preciso rir.

É bastante provável que tenhamos *fracassado* em desvencilhar-nos da soberania do sujeito. Como está patente ao longo da tese, tivemos que conviver com uma tensão constante entre os métodos – ou anti-métodos – da arqueo-genealogia (sem sujeito) e da história dos conceitos (com sujeito). De mais a mais, não poderia ser muito diferente. Segundo lembra Nietzsche (2009, p. 32-33), é por uma *sedução da linguagem* – e pela razão que a petrifica – que buscamos colocar um sujeito (ao menos gramatical) por trás de cada ação. Dessa forma, não haveria solução ao problema a menos que ficássemos em silêncio perpétuo. Ou fizéssemos como fez o gigante alienígena Micrômegas, o qual, levado a responder as intermináveis perguntas dos homens, entregou-lhes um livro em branco¹⁴¹. Mas aí *este que ainda escreve* – porque assim o desejou – não seria mais humano, demasiado humano. Na Renascença europeia, Momo foi *masculinizada* e associada ao bobo da corte e ao Arlequim da *commedia dell'arte*. Continuou, contudo, como símbolo do sarcasmo, da ironia, da sátira e da crítica social. No Brasil, Momo tornou-se o Rei Momo do Carnaval. Nesta tese, o Leitor presenciou momentos épicos – tais como a construção de Brasília; cômicos – tais como a renúncia de Jânio Quadros; e trágicos – tais como a edição do AI-5. É da conta desta momonomia, entretanto, que o texto tome ao fim a máscara de uma farsa carnavalesca. Em fevereiro de 1912, quando

¹⁴⁰ “O que são também estes ensaios, na verdade, senão grutescos e corpos monstruosos, remendados com diversos membros, sem forma nítida, não tendo ordem, sequência nem proporção que não fortuitas?” (MONTAIGNE, 2017, s/p)

¹⁴¹ “Afimlhes disse Micrômegas: – Já que sabeis tão bem o que se acha fora de vós, decerto sabeis ainda melhor o que tende por dentro. Dizei-me o que é a vossa alma e como formais vossas ideias. Os filósofos falaram todos ao mesmo tempo, como antes, mas foram de opiniões diferentes. O mais velho citava Aristóteles, outro pronunciava o nome de Descartes, este o de Malebranche, aquele o de Leibniz, aqueloutros o de Locke. [...] O siriano [Micrômegas era da estrela Sirius] retomou os pequenos insetos; falou-lhes de novo com muita bondade, embora no íntimo se achasse um tanto agastado de ver que os infinitamente pequenos [ou seja, os homens] tivessem um orgulho quase infinitamente grande. Prometeu-lhes que redigiria um belo livro de filosofia, escrito bem miudinho, para seu uso, e que, nesse livro, veriam eles o fim de todas as coisas. Com efeito, entregou-lhes esse volume, que foi levado para a Academia de Ciências de Paris. Mas, quando o secretário o abriu, viu apenas um livro em branco. – *Ah! bem que eu desconfiava...* – disse ele.” (grifos do autor) (VOLTAIRE, 2005, s/p)

morreu o monumental Barão, era Carnaval no Rio de Janeiro. Impopular, o Marechal Hermes da Fonseca, presidente da República, achou por bem adiar a festa para abril, de modo que a população ficasse contrita, fechasse o cenho e pranteasse o ilustre patricio falecido. Entretanto, os populares não quiseram nem saber e saíram às ruas apesar da rigidez das normas. Em abril, ocorreu a folia oficial, e a troça correu solta¹⁴². Assim, esta tese *não é mais problema nosso* – pois o Carnaval não tem regra.

¹⁴² Uma divertida marchinha foi entoada nas ruas do Rio de Janeiro para *comemorar* o falecimento de Rio Branco e *desejar* o de Hermes da Fonseca: “Com a morte do Barão/Tivemos dois carnavá/Ai que bom, ai que gostoso/Se morresse o Marechá!” Sob a influência de Momo, não há tumba olímpica que resista.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). *Journal of Historical Sociology* Vol. 1 No. 1 March 1988, pp. 58-89.

ABREU, Alzira Alves. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 97-117.

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. ISEB: fundação e ruptura. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 13-30.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais do Império*. São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG, 2001.

_____. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (orgs.). *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2008, p. 65-89.

AMADO, Rodrigo. *Araújo Castro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ANDERSEN, Niels Åkerstrøm. *Discursive analytical strategies: understanding Foucault, Koselleck, Laclau, Luhmann*. Bristol: The Policy Press, 2003.

ARISTÓFANES. *As nuvens*. Tradução do grego de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. Arquivo Kindle.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Edição de texto Marcos Marcionilo. Revisão Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Tradução Sergio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ASHLEY, Richard K. The Geopolitics of Geopolitical Space: Toward a Critical Social Theory of International Politics. *Alternatives: Global, Local, Political*, 1987, 12: 403-434.

_____. Untying the Sovereign State: a Double Reading of the Anarchy Problematique. *Millenium: Journal of International Studies*, 1988, Vol. 17, No. 2, pp. 227-262.

ASHLEY, Richard K.; WALKER, R. B. J. Conclusion: Reading Dissidence/Writing the Discipline: Crisis and the Question of Sovereignty in International Studies. *International Studies Quarterly*, Vol. 34, No. 3, Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies. (Sep., 1990), pp. 367-416.

ASSIS, Machado de. Teoria do Medalhão. In: ASSIS, Machado de. *40 contos escolhidos*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011, s/p. Arquivo Kindle.

_____. *Quincas Borba*. Fixação do texto, notas e posfácio de Carla Vianna. Coordenação editorial, biografia do autor, cronologia e panorama do Rio de Janeiro por Luís Augusto Fischer. Porto Alegre: L&PM, 2012.

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Fixação de texto, notas e posfácio de Antônio Sanseverino. Coordenação editorial, biografia do autor, cronologia e panorama do Rio de Janeiro por Luís Augusto Fischer. Porto Alegre: L&PM, 2013.

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas* (1922). Texto integral (Sátiras e Romances de Lima Barreto Livro 6). Arquivo Kindle.

BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil*. v. 1: 1912-1964. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil*. v. 2: 1964-1985. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo, Volume II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARTELSON, Jens. *A genealogy of sovereignty*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BATISTA, David do Nascimento. *Habitus diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos do regime militar (1964-1985)*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2010.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A.G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BENDA, Julien. *The treason of the intellectuals*. Translated by Richard Aldington. Transaction Publishers: New Brunswick, USA; London, UK, 2014.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. Arquivo Kindle.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIGO, Didier; WALKER, R. B. J. Editorial: International, Political, Sociology. *International Political Sociology* (2007a) 1, 1-5.

_____. Political Sociology and the Problem of the International. *Millenium: Journal of International Studies*, 2007b, Vol. 35, No. 3, pp. 725-739.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. Elites, teoria das. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, vol. 1, p. 384-391.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (ed.). *Foucault and the Modern International: silencies and legacies for the study of world politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

BOOTH, Ken. Security and Emancipation. *Review of International Studies*, Vol. 17, No. 4 (Oct., 1991), pp. 313-326.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Volume I. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.473 (de 18 de abril de 1945)*. Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7473-18-abril-1945-452114-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 7 de março de 2019.

_____. *Decreto-Lei nº 9.032 (de 6 de março de 1946)*. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9032.htm. Acesso em 7 de março de 2019.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

_____. *Ato Institucional nº 1 (de 9 de abril de 1964)*. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

_____. *Decreto-Lei nº 314 (de 13 de março de 1967)*. Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 1º de março de 2019.

_____. *Ato Institucional nº 5 (de 13 de dezembro de 1968)*. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em 1º de março de 2019.

_____. *Ato Institucional nº 13 (de 5 de setembro de 1969)*. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-13-69.htm. Acesso em 1º de março de 2019.

_____. *Decreto-Lei nº 869 (de 12 de setembro de 1969)*. Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 1º de março de 2019.

_____. *Decreto nº 2.864 (de 7 de dezembro de 1998)*. Promulga o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, assinado em Londres, Moscou e Washington, em 1º de julho de 1968. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2864.htm. Acesso em 2 de março de 2019.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução de Jacó Guinsburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 201-232.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York and London: Routledge, 1993.

BUZAN, Barry. *People, States and Fear: the national security problem in international relations*. Brighton, Sussex: Wheatsheaf Books, 1983.

CAMPBELL, David. *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity*. Revised edition. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Do outro lado da cerca... três discursos e algumas elegias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

_____. O presidente Castello Branco. In: MEIRA MATTOS, Carlos de (coord.). *Castello Branco e a revolução: depoimentos de seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 73-84.

CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo* Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, s/d.

CARR, E. H. *The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations*. Reissued with an introduction and additional material by Michael Cox. New York: Palgrave Macmillan, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *A revolução e as frentes interna e externa*. Discurso pronunciado pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, no Palácio do Karnak, em Teresina, a 28 de maio de 1965. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/castelo-branco>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

_____. *Marechal Castello Branco, seu pensamento militar*. Organização, extrato, notas e ilustrações pelo Cel. Francisco Ruas Santos. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968.

_____. Discurso do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco no Palácio Itamaraty, por ocasião da entrega de diplomas aos candidatos aprovados por concurso à carreira de diplomata. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1964. In: GARCIA, Eugênio Vargas. *Diplomacia brasileira e política externa – documentos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p. 390-396.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CASTRO, João Augusto de Araújo. Environment and development: the case of the developing countries. *International Organization*, Vol. 26, No. 2, International Institutions and the Environmental Crisis (Spring, 1972), p. 401-416.

_____. Discurso de posse do embaixador João Augusto de Araújo Castro no cargo de ministro das Relações Exteriores. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol. 2. Brasília: FUNAG, 2008a, p. 175-180.

_____. Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao “Jornal do Brasil”, em 29 de dezembro de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol. 2. Brasília: FUNAG, 2008b, p. 240-247.

_____. Discurso pronunciado pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro, em 31 de dezembro de 1963. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol. 2. Brasília: FUNAG, 2008c, p. 248-249.

_____. Entrevista concedida pelo chanceler João Augusto de Araújo Castro ao “Diário de Notícias”, em 5 de janeiro de 1964. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol. 2. Brasília: FUNAG, 2008d, p. 250-253.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Luiz Augusto de Araújo. *O Brasil e o novo direito do mar: mar territorial e zona econômica exclusiva*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1989.

CASTRO, Marcus Faro de. *Política e relações internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional: a política exterior de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 9-58.

_____. Conceitos em Relações Internacionais. *Rev. Bras. Polít. Int.* 51 (2): 8-25 [2008a].

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008b.

_____. *Amado Luiz Cervo (depoimento, 2017)*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2018.

CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional: a política exterior de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. rev. ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. Bras. Polít. Int.* 57 (2): 133-151 [2014].

CHAMON, Paulo Henrique de Oliveira; LAGE, Victor Coutinho. Periodization and modernity(ies) in international politics through R. B. J. Walker and Jens Bartelson. *Carta Internacional*, Vol. 10, edição especial, 2015, pp. 59-76.

CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 28, n. 1, 1985, pp. 113-131.

_____. A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamaraty. *Rev. Adm. públ.* Rio de Janeiro, 23(2)97-128, 2º trim., abr. 1989.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Tradução para o inglês Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Disponível em <http://www.egn.mar.mil.br>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

COECKELBERGH, Mark. *The Metaphysics of Autonomy: the Reconciliation of Ancient and Modern Ideals of the Person*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

CONDURU, Guilherme Frazão. José Carlos Macedo Soares: liberal, nacionalista e democrata. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (organizador). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, Vol. 3, 2013, p. 753-800.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Discurso pronunciado no Athénée Royal de Paris, 1819. Tradução de Loura Silveira. Disponível em http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf. Acesso em 11 de novembro de 2018.

CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

_____. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

_____. *Os intelectuais e a revolução*. Coleção Depoimentos. 17o. volume. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1980.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995, v. 2.

COSTA, Sérgio Corrêa da. Entrevista do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Sérgio Corrêa da Costa, ao jornal *Última Hora*. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1967. In: GARCIA, Eugênio Vargas. *Diplomacia brasileira e política externa – documentos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p. 398-401.

COSTA E SILVA, Arthur da. Discurso do Presidente Costa e Silva, no Palácio Itamaraty, em Brasília. “Diplomacia da Prosperidade”. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos de política externa (de 15 de março a 15 de outubro de 1967)*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1967, p. 11-15.

_____. *Aspectos do processo de desenvolvimento*. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1969.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: an Essay in Method. *Millennium – Journal of International Studies*, 1983, Vol. 12, No. 2, pp. 162-175.

_____. *Approaches to world order*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC*. Entrevista Aspásia Camargo, Zairo Cheibub, Luciana Nóbrega. Edição de texto Dora Rocha. Pesquisa e notas Alexandra de Mello e Silva, Leticia Pinheiro. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. 2. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2017.

DANTAS, San Tiago. *Coletânea de textos sobre política externa*. LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque de (org.). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. *Política Externa Independente*. ed. atualizada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em <http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2007.

DER DERIAN, James. *Critical practices of international theory: selected essays*. London and New York: Routledge, 2009.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério da Cosa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e o monitoramento de um grupo de gaúchos exilados no Chile (1971-1973)*. Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS “Ensino, Direitos e Democracia”, julho de 2016, s/p.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO/CPDOC/FGV. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em 2 de março de 2019.

DILTHEY, Wilhelm. *Os tipos de concepção de mundo*. Tradução de Arthur Mourão. Lusosofia Press, s/d. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/dilthey_tipos_de_concep_ao_do_mundo.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das relações internacionais do Brasil*. Temas essenciais em R.I., Vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2015.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Second Edition. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ERASMO, Desidério. *Elogio da loucura*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2011. Arquivo Kindle.

ETCHEGOYEN, Cyro Guedes. *Cyro Guedes Etchegoyen (depoimento, 1992/1993)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate*. Diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FERES JR., João. For a Critical Conceptual History of Brazil: receiving *Begriffsgeschichte*. *Contributions to the History of Concepts*. Volume 1, Issue 2, 2005: 185-200.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. Prefácio Maria Arminda do Nascimento Arruda. São Paulo: Globo, 2010.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORES, Fidel Pérez. João Goulart y López Mateos frente a EUA: relaciones bilaterales asimétricas y política doméstica. *Observador On-Line* (v. 9, n. 03, 2014), p. 1-29.

FONSECA JR., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *Diplomacia e academia: um estudo sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica*. Brasília: Funag, 2012.

_____. Francisco Clementino San Tiago Dantas: o conflito leste-oeste e os limites do argumento racional. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (organizador). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, Vol. 3, 2013, p. 985-1028.

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud, Marx*. Tradução de Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio Editora, 1997.

_____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

_____. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *O governo de si e dos outros*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

_____. *Do governo dos vivos*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014a.

_____. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

_____. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Evolução da crise brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

_____. Discurso de posse do Ministro das Relações Exteriores. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Brasília: FUNAG, 2007, p. 32-39.

FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Brasília: FUNAG, 2007.

_____. *Documentos da Política Externa Independente*. Vol. 2. Brasília: FUNAG, 2008.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. Tradução do alemão de Renato Zwick. Revisão técnica e prefácio de Edson Sousa. Ensaio bibliográfico de Paulo Endo e Edson Sousa. Porto Alegre, L&PM, 2013a. Arquivo Kindle.

_____. *Totem e tabu: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos*. Tradução do alemão de Renato Zwick. Revisão técnica e prefácio de Paulo Endo. Ensaio bibliográfico de Paulo Endo e Edson Sousa. Porto Alegre, L&PM, 2013b.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

_____. A Operação Nordeste. In: FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, pp. 160-172.

GALLIE, W. B. Kant's View of Reason in Politics. *Philosophy*, 54, 1979a, pp. 19-33.

_____. *Os Filósofos da Paz e da Guerra*. Tradução de Silvia Rangel. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1979b.

GALTUNG, Johan. A Structural Theory of Imperialism. *Journal of Peace Research*, Vol. 8, No. 2 (1971), pp. 81-117.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Rev. Bras. Polít. Int.* 40 (1): 18-40 [1997].

_____. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. 2. ed. rev. ampl. e atualizada. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: FUNAG, 2005.

_____. *Diplomacia brasileira e política externa – documentos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GEORGE, Jim. *Discourses of global politics: a critical (re)introduction to international relations*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1994.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOULART, João. Discurso do presidente João Goulart na cerimônia de diplomação dos alunos do Instituto Rio Branco, em 22 de outubro de 1962. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol. 2. Brasília: FUNAG, 2008a, p. 38-41.

_____. Discurso do presidente João Goulart sobre a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, em 20 de janeiro de 1964. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.).

Documentos da Política Externa Independente. Vol. 2. Brasília: FUNAG, 2008b, p. 255-262.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Afonso Arinos de Mello Franco: atualidade e paradoxo. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (organizador). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, Vol. 3, 2013, p. 941-984.

HABERMAS, Jürgen. Apresentação: liquidando os danos. Os horrores da autonomia. In: SCHMITT, Carl. *O conceito do político / Teoria do partisan*. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2009, pp. VII-XIX.

HABERMAS, Jürgen; BEN-HABIB, Seyla. Modernity versus Postmodernity. *New German Critique*, No. 22, Special issue on Modernism (Winter, 1981), pp. 3-14.

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1989.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História: uma Introdução Geral à Filosofia da História*. Introdução de Robert S. Hartman. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

HIRST, Mônica. *O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-54)*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 1990.

_____. Os cinco “As” das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 91-127.

HOBSBAWM, E.J. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. Second Edition. Sixteenth Printing. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. *The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations*. Fifteenth printing. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2000.

HURRELL, Andrew. *The quest for autonomy : the evolution of Brazil's role in the international system (1964 – 1985)*. Brasília : FUNAG, 2013.

INCISA, Ludovico. Populismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, vol. 1, p. 980-986.

JAGUARIBE, Helio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958a.

_____. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. 2ª ed. São Paulo: Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958b.

_____. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. *Estudios Internacionales*, Año 12, No. 46 (Abril-Junio 1979), pp. 91-130.

_____. Prólogo. Ortega: circunstância e pensamento. In: ORTEGA Y GASSET, José. *História como sistema. Mirabeau ou o político*. Tradução de Juan A. Gili Sobrinho e Elizabeth Hanna Côrtes Costa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 3-26.

_____. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 31-42.

JÂNIO condecora Guevara. *Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 1961. Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20ago1961.htm. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 9-38.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

JATOBÁ, Daniel. Los desarrollos académicos de las Relaciones Internacionales en Brasil: elementos sociológicos, institucionales y epistemológicos. *Relaciones Internacionales*, número 22, febrero – mayo 2013, Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI) – Universidad Autónoma de Madrid, España, p. 27-46.

_____. Repensar y rehacer la realidad contemporánea tras la expansión filosófica de las Relaciones Internacionales. *Relaciones Internacionales*, número 24, octubre 2013 – enero 2014, Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI) – Universidad Autónoma de Madrid, España, p. 109-127.

JORDHEIM, Helge. Does Conceptual History Really Need a Theory of Historical Times? *Contributions to the History of Concepts*. Volume 6, Issue 2, Winter 2011: 21-41.

_____. Against Periodization: Koselleck's Theory Of Multiple Temporalities. *History and Theory*, Vol. 51, No. 2 (May 2012), pp. 151-171.

KAFKA, Franz. *Um artista da fome seguido de Na colônia penal & outras histórias*. Tradução de Guilherme da Silva Braga. Porto Alegre: L&PM, 2011. Arquivo Kindle.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal com um propósito cosmopolita*. Tradução de Artur Mourão, Lusosofia Press, s/d (1784). Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/kant_ideia_de_uma_historia_universal.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

_____. *Para a paz perpétua*. Tradução Bárbara Kristensen. Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.

_____. Resposta à questão: O que é o Esclarecimento? Tradução de Márcio Pugliesi. *Cognitio*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-154, jan./jun. 2012.

KELLEY, Donald R. Nas margens da *Begriffsgeschichte*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 71-76.

KOSELLECK, Reinhart. Linguistic Change and the History of Events. *The Journal of Modern History*, Vol. 61, No. 4 (Dec., 1989), pp. 649-666.

_____. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146.

_____. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução do original alemão de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.

_____. *Futures past: on the semantics of historical time*. Translated and with introduction by Keith Tribe. New York: Columbia University Press, 2004.

_____. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 97-109.

_____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução de Markus Hediger. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KUBITSCHKEK, Juscelino. Discurso no Palácio Itamarati perante os membros do Conselho da Operação Pan-Americana. In: KUBITSCHKEK, Juscelino. *Discursos proferidos no quinto mandato presidencial, 1960*. Rio de Janeiro: Biblioteca da Presidência da República, 1961a, p. 130-137.

_____. Discurso na sessão solene de instalação do Poder Executivo no Palácio do Planalto. Brasília, 21 de abril de 1960. In: KUBITSCHKEK, Juscelino. *Discursos proferidos no quinto mandato presidencial, 1960*. Rio de Janeiro: Biblioteca da Presidência da República, 1961b, p. 146-149.

_____. Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek à nação e aos representantes dos Estados americanos. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1958. In: GARCIA, Eugênio

Vargas. *Diplomacia brasileira e política externa – documentos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p. 356-359.

LACLAU, Ernesto. Universalism, Particularism, and the Question of Identity. *October*, Vol. 61, The Identity in Question (Summer, 1992), pp. 83-90.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et all. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LESSA, Antônio Carlos. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (orgs.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, p. 33-50.

_____. Helio Jaguaribe: a geração do nacional-desenvolvimentismo. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (organizador). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, 2013, p. 877-902.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? – o Brasil e a era Vargas*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. *Revolução, reação ou reforma?* Prefácio de Otto Lara Resende. 2a. ed. rev. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

_____. *A experiência reacionária*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro LTDA., 1968.

_____. Existencialismo e outros mitos dos nossos tempos. In: CURY, Carlos Roberto Jamil. *Alceu Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 61-118.

LIMA, Hermes. Nota oficial do presidente do Conselho de Ministros, distribuída à imprensa, em 24 de outubro de 1962, acerca do voto do Brasil sobre a questão de Cuba, no Conselho da OEA. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol. 2. Brasília: FUNAG, 2008, p. 42.

LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração internacional e política externa. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, no. 82, ano XIX, Janeiro/Março de 2005, pp. 4-19.

LINKLATER, Andrew. *Beyond realism and Marxism: critical theory and international relations*. London: Palgrave Macmillan, 1990.

_____. *The transformation of political community: ethical foundations of the Post-Westphalian era*. Cambridge, UK: Polity Press, 1998.

LISLE, Debbie. Waiting for International Political Sociology: a field guide to living in-between. *International Political Sociology* (2016) 10, 417-433.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002.

LUCIANO. Icaromenipo o por encima de las nubes. In: LUCIANO. *Obras vol. I*. Traducción y notas por Andrés Espinosa Alarcón. Madrid: Editorial Gredos, 1981, pp. 407-433.

_____. Hermotimo ou as escolas filosóficas. In: LUCIANO. *Luciano (II)*. Tradução do grego, introdução e notas de Custódio Magueijo. Coleção Autores Gregos e Latinos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 225-285.

LUHMANN, Niklas. *Essays on Self-Reference*. New York: Columbia University Press, 1990.

MAESTRI, Mário. A memória suja do Itamaraty. *Correio da cidadania*. 06 de outubro de 2007. Disponível em <http://www.correiodacidade.com.br/politica/690-06-08-2007-a-memoria-suja-do-itamaraty>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

MAGALHÃES PINTO, João de. “Fundamentos da Política Exterior do Brasil”. Conferência do Ministro Magalhães Pinto na Escola Superior de Guerra. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos de política externa (de 15 de março a 15 de outubro de 1967)*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1967, p. 79-85.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Unesp, Moderna, 1997.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MANZUR, Tânia Maria P. G. A Política Externa Independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. *Lua Nova*, São Paulo, 93: 169-199, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano*. Sabotagem, 1969. Disponível em <https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>. Acesso em 2 de março de 2019.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARLETTI, Carlo. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, vol. 1, p. 637-640.

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. *Estudos Cebrap*, 12 (Abril/Maio/Junho 1975), p. 55-98.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Apresentação e posfácio de Daniel Bensaïd. Tradução de Karl Marx Nélio Schneider. Tradução de Daniel Bensaïd Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas de Nélio Schneider. Prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011. Arquivo Kindle.

MAY, Thomas. The Concept of Autonomy. *American Philosophical Quarterly*, Vol. 31, No. 2 (Apr., 1994), pp. 133-144.

MAY, Todd. Is post-structuralist political theory anarchist? *Philosophy and Social Criticism*, 15 (2), 1989, pp. 167-182.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Aula inaugural na Escola Superior de Guerra*. 10 de março de 1970 (a). Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

_____. *O jogo da verdade*. Brasília: Imprensa Nacional, 1970b.

_____. *Ato de fé na Amazônia*. Discurso de 8 de outubro de 1970 (c). Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

_____. *A verdadeira paz*. 2ª ed. Brasília: Imprensa Nacional, 1973.

MEGILL, Allan. Foucault, Structuralism and the Ends of History. *The Journal of Modern History*, Vol. 51, No. 3 (Sep., 1979), pp. 451-503.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *Brasil: geopolítica e destino*. Prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

MEIRA MATTOS, Carlos de (coord.). *Castello Branco e a revolução: depoimentos de seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

MELTON, James van Horn. Otto Brunner e as origens ideológicas da *Begriffsgeschichte*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 55-69.

MENEZES, Delano Teixeira. *O militar e o diplomata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2016. Arquivo Kindle.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos de política externa (de 15 de março a 15 de outubro de 1967)*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1967.

_____. *Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. Política Externa Brasileira: 1964-1985. *Carta Internacional*. Vol. 8, n. 2, jul.-dez. 2013, p. 3-19.

MOLIÈRE. *O tartufo; O misantropo*. Tradução de Jenny Klabin Segall. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul* (da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003). 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *La formación de los Estados en la cuenca del Plata*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios: uma seleção*. Organização de M.A. Screech. Tradução e notas de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Penguin, Companhia das Letras, 2010. Arquivo Kindle.

_____. *Da amizade e outros textos*. Tradução de Julia da Rosa Simões. Porto Alegre: L&PM, 2017. Arquivo Kindle.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: EDUSC, 2005.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Traduzida por Oswaldo Biato da edição revisada por Kenneth W. Thompson. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

MOURA, Cristina Patriota de. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. *Diplomacia dúplice: a política externa de Rio Branco e a Argentina (1902-1912)*. 1. ed. Brasília: Hinterlândia, 2012.

_____. O problema da mediania: outro olhar sobre a Segunda Conferência de Paz da Haia. *Revista Múltipla*, Ano XIX, vol. 28, nº 36, junho de 2014, pp. 63-84. Disponível

em https://upis.br/biblioteca/pdf/revistas/revista_multipla/multipla36.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

_____. O sujeito nas Relações Internacionais: um problema epistemológico. *Universitas*, v. 13, pp. 1-13, 2015.

_____. A renovação de credenciais no Brasil: indicações para uma análise à luz da governamentalidade. *Monções*, Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, vol. 6, n. 10, jul./dez. pp. 269-295, 2016a.

_____. O conceito de autonomia em Puig e Jaguaribe: uma análise comparativa intertextual. *Carta Internacional*, v. 11, p. 200-221, 2016b.

_____. Foucault, Koselleck e pós-estruturalismo: uma aproximação de método aplicada ao conceito de autonomia. 6º Encontro da ABRI, 2017, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos*, 2017. Disponível em <http://www.encontro2017.abri.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=10>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

NABUCO, Maurício. *Reflexões e reminiscências*. Rio de Janeiro: FGV – Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1982.

NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Escritos sobre história*. Apresentação, tradução e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ONUF, Nicholas Greenwood. *World of our making: rules and rule in social theory and international relations*. Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 1989.

_____. The Figure of Foucault and the Field of International Relations. In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (ed.). *Foucault and the Modern International: silencies and legacies for the study of world politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2017, p. 15-31.

ONUF, Nicholas; KLINK, Frank F. Anarchy, Authority, Rule. *International Studies Quarterly*, Vol. 33, No. 2 (Jun., 1989), pp. 149-173.

ORTEGA Y GASSET, José. El tema de nuestro tiempo (1923). In: ORTEGA Y GASSET, José. *Obras completas*. Tomo III (1917-1928). Sexta edición. Madrid: Revista de Occidente, 1966, p. 143-242.

_____. *História como sistema. Mirabeau ou o político*. Tradução de Juan A. Gili Sobrinho e Elizabeth Hanna Côrtes Costa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos: um conto de fadas*. Tradução Heitor Aquino Ferreira. Posfácio Christopher Hitchens. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Arquivo Kindle.

PATTI, Carlo. *Brazil in Global Nuclear Order*. Tese de doutorado, Università di Firenze, 2012.

_____. O programa nuclear brasileiro entre passado e futuro. *Boletim Meridiano* 47 vol. 14, n. 140, nov.-dez. 2013, p. 49-55.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PENNA, José Osvaldo de Meira. *Política externa: segurança e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1967.

PENNA FILHO, Pio. Política Externa e Desenvolvimento – o Brasil de JK. *Cena Internacional*, 1, 2002, pp. 189-208.

_____. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): o elo perdido da repressão. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, p. 79-92, jul/dez 2008.

_____. O Itamaraty nos anos de chumbo – o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Rev. Bras. Polít. Int.* 52 (2): 43-62 [2009].

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 253-260.

PHILIP, Mark. Michel Foucault. In: SKINNER, Quentin (ed.). *The return of Grand Theory in the Human Sciences*. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 65-81.

PICHLER, Hans-Karl. The Godfathers of 'Truth': Max Weber and Carl Schmitt in Morgenthau's Theory of Power Politics. *Review of International Studies*, Vol. 24, No. 2 (Apr., 1998), pp. 185-200.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Apresentação*. In: FONSECA JR., Gelson. *Diplomacia e academia: um estudo sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica*. Brasília: Funag, 2012, p. 5-6.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (organizador). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, 2013.

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, Vol. 22, nº 2, julho/dezembro 2000, pp. 305-335.

_____. *Política externa brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PINTO, Alvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

PRADO JÚNIOR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. 8. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PUIG, Juan Carlos. La política exterior argentina: incongruencia epidérmica y coherencia estructural. In: PUIG, Juan Carlos (compilador). *América Latina: políticas exteriores comparadas*. Tomo I. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1982, p. 24-163.

QUADROS, Jânio. Brazil's new foreign policy. *Foreign Affairs*, October 1961 Issue. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/1961-10-01/brazils-new-foreign-policy>. Acesso em 05 de maio de 2018.

_____. Discurso de posse do presidente Jânio Quadros. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Brasília: FUNAG, 2007a, p. 19-20.

_____. Discurso do presidente Jânio Quadros veiculado pela “Voz do Brasil”. In: FRANCO, Alvaro da Costa (org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Brasília: FUNAG, 2007b, p. 21-31.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Ideologias e segurança nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

_____. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REIS, Fernando Guimarães. *Por uma academia renovada: formação do diplomata brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2013.

REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 9. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

RICHTER, Melvin. *The history of political and social concepts: a critical introduction*. New York: Oxford University Press, 1995.

_____. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (orgs.).

História dos conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 39-53.

RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*. São Paulo: Editora Fulgor, 1963.

_____. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

_____. *História viva*. São Paulo: Global, 1985.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Sistemas auto-referentes, autopoieticos: noções-chave para a compreensão de Niklas Luhmann. *Pensamento Plural*. Pelotas [03]: 105-120, julho/dezembro 2008.

RORTY, Richard. *Contingency, irony, and solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ROSENAU, Pauline Marie. *Post-modernism and the social sciences: insights, inroads and intrusions*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1992.

ROSENBAUM, H. Jon. A Critique of the Brazilian Foreign Service. *The Journal of Developing Areas*, Vol. 2, No. 3 (Apr., 1968), pp. 377-392.

ROTH, Michael S. Foucault's "History of the Present". *History and Theory*, Vol. 20, No. 1 (Feb., 1981), pp. 32-46.

RUGGIE, John Gerard. Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations. *International Organization*, Vol. 47, No. 1 (Winter, 1993), pp. 139-174.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências de Reith de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

SANTOS, Theotônio dos. Dependencia economia y alternativas de cambio en America Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 32, No. 2, Memorias del IX Congreso Latinoamericano de Sociología, 3, (Mar. – Apr., 1970), pp. 417-463.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Entre a retórica e o realismo: o peso da política exterior de Vargas a Lula (1954-2005). In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (orgs.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, p. 53-78.

_____. Autonomia na Inserção Internacional do Brasil: Um Caminho Histórico Próprio. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 36, nº 1, janeiro/junho 2014, p. 9-41.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo : Saraiva, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (orgs.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005.

SARDENBERG, Idálio. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. In: MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 231-240.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. João Augusto de Araújo Castro: diplomata. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (organizador). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, Vol. 3, 2013, p. 1063-1099.

SARTRE, Jean-Paul. *Existencialismo é um Humanismo*. Tradução de Rita Correia Guedes. s/e, 1970.

_____. Colonialism is a system. In: SARTRE, Jean-Paul. *Colonialism and Neocolonialism*. Translated by Azzedine Haddour, Steve Brewer and Terry McWilliams. London and New York: Routledge, 2001, pp. 9-20.

SCHILLING, Paulo R. *O expansionismo brasileiro (a geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamarati)*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA., 1981.

SCHMITT, Carl. *Political Theology: four chapters on the concept of sovereignty*. Translated by George Schwab. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1985.

_____. *O conceito do político /Teoria do partisan*. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. “O serviço secreto do Itamaraty”; “As vítimas do CIEX”; “O plano do Itamaraty de busca externa”; “O pai do serviço secreto do Itamaraty”; “Dinheiro de Cuba bancou asilados”; “Falsificações e contrabandos”. *Correio Braziliense*. Reportagens publicadas entre 22 e 25 de julho de 2007. Disponível em <http://diplomatizando.blogspot.com/2007/07/757-o-itamaraty-colaborando-com.html>. Acesso em 26 de agosto de 2018.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Tradução de Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SHINER, Larry. Reading Foucault: Anti-Method and the Genealogy of Power-Knowledge. *History and Theory*, Vol. 21, No. 3 (Oct., 1982), pp. 382-398.

SILVA, Dinair Andrade da. A imprensa platina e a Missão Especial do Brasil ao Uruguai, abril de 1964. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 66-81 [2002].

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa. Tradução coordenada por Ismênia Tunas Dantas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Brasil: de Castello a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, José Carlos de Macedo; FONTOURA, João Neves da; RAO, Vicente; LAFER, Horácio. O Brasil em Punta del Este. Artigo publicado no jornal *O Globo* pelos ex-Ministros das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1962. In: GARCIA, Eugênio Vargas. *Diplomacia brasileira e política externa – documentos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008, p. 375-377.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Quem é o Povo no Brasil?* Cadernos do Povo Brasileiro, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. Versão para eBook, eBooksBrasil.

_____. *Nelson Werneck Sodré (depoimento, 1987)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOM/Petrobrás, 1988.

_____. A repressão aos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 77-94.

SÓFOCLES. *Antígona*. Tradução de Donaldo Schüler. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SOLA, Lourdes. *The political and ideological constraints to economic management in Brazil, 1945-1963*. Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy in the University of Oxford. Somerville College. Trinity Term 1982.

SÖLLNER, Alfons. German Conservatism in America: Morgenthau's Political Realism. *Telos*, 72, 1987, pp. 161-172.

SPEKTOR, Matias. O projeto autonomista na política externa brasileira. In: MONTEIRO NETO, Aristides (org.). *Política externa, espaço e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2014, pp. 17-58.

SPODE, Raphael. Mentalidade e ciclos de transformação da ordem internacional. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 109-119, jul./dez. 2014.

_____. An Inquiry into the Moral and Religious Dimensions of International Politics: the Thought and Contribution of Rui Barbosa. *Contexto Internacional*, vol. 39 (1), Jan/Abr 2017, pp. 53-73.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Tradução Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1975.

STIRNER, Max. *O Único e sua Propriedade*. Tradução, glossário e notas de João Barrento. Lisboa: Antígona, 2004.

SWIFT, Jonathan. Uma história de um tonel. In: SWIFT, Jonathan. *Panfletos satíricos*. Tradução e introdução de Leonardo Fróes. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 65-268.

_____. *Viagens de Gulliver*. Tradução de Paulo Henriques Brito. Prefácio de George Orwell. Organização, introdução e notas de Robert Demaria Jr. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2010. Arquivo Kindle.

TÁVORA, Juarez. *Organização para o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

_____. *Uma política de desenvolvimento para o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

_____. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 137-164.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. Prefácio de Pandiá Calógeras. 3a. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

TREVISAN, Leonardo. *O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1985.

VARGAS, Getúlio Dorneles. *Carta-testamento* (1954). Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cartatestamento.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas: as representações do século XXI*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VEYNE, Paul. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Tradução de Luís Lima. Lisboa: Edições Texto & Gráfica, 2009.

VIANA FILHO, Luiz. Os mil dias. In: MEIRA MATTOS, Carlos de (coord.). *Castello Branco e a revolução: depoimentos de seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 117-138.

_____. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Augusto Frederico Schmidt: o poeta de dependência consentida. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (organizador). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, Vol. 3, 2013, p. 1029-1062.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *A política externa brasileira: a busca de autonomia de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 195-215.

_____. *Relações Internacionais do Brasil – de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VOLTAIRE. Micrômegas. In: VOLTAIRE. *Contos e novelas*. Plano da edição e introdução biográfica Roger Bastide. Prefácio Sérgio Milliet. Tradução Mario Quintana. São Paulo: Globo, 2005, s/p. Arquivo Kindle.

WALKER, R. B. J. Security, Sovereignty, and the Challenge of World Politics. *Alternatives* XV (1990), 3-27.

_____. State Sovereignty and the Articulation of Political Space/Time. *Millenium – Journal of International Studies* (1991a) 20: 445-461.

_____. On the Spatiotemporal Conditions of Democratic Practice. *Alternatives* 16 (1991b), 243-262.

_____. Polis, Cosmopolis, Politics. *Alternatives: Global, Local, Political*, Vol. 28, No. 2, Politics Revisited (Mar. – May 2003), pp. 267-286.

_____. *Inside/outside: Relações Internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

_____. *Out of line: essays on the politics of boundaries and the limits of modern politics*. London and New York: Routledge, 2016.

_____. Conclusion: Which Foucault? Which International? In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (ed.). *Foucault and the Modern International: silencies and legacies for the study of world politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2017, p. 313-339.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Three Instances of Hegemony in the History of the Capitalist World-Economy. In: WALLERSTEIN, Immanuel. *The Essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000, pp. 253-263.

WALZER, Michael. On the Role of Symbolism in Political Thought. *Political Science Quarterly*, Vol. 82, No. 2 (Jun., 1967), pp. 191-204.

WATSON, Adam. *The evolution of international society*. London: Routledge, 1992.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WHITE, Hayden V. The Burden of History. *History and Theory*, Vol. 5, No. 2 (1966), pp. 111-134.

_____. Foucault Decoded: Notes from Underground. *History and Theory*, Vol. 12, No. 1 (1973), pp. 23-54.

WHITEBOOK, Joel. Saving the Subject: Modernity and the Problem of the Autonomous Individual. *Telos*, 1981, pp. 79-102.

WIGHT, Martin. *International theory: the three traditions*. Edited by Gabriele Wight and Brian Porter. With an introductory essay by Hedley Bull. New York: Holmes & Meier, 1992.

WOLFERS, Arnold. "National Security" as an Ambiguous Symbol. *Political Science Quarterly*, Vol. 67, No. 4 (Dec., 1952), pp. 481-502.